

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

“VIVO EN UN MUNDO Y QUIERO OTRO”

Um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre

Tese de Doutorado: Daniel Etcheverry
Orientadora: Denise Fagundes Jardim



Porto Alegre
Junho de 2011

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Daniel Etcheverry

“Vivo en un mundo y quiero otro”: Um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre

Porto Alegre

2011

Conta minha mãe que quando eu estava prestes a fazer três anos de idade, pedi aos “Reyes Magos” que me trouxessem um avião para ir visitar meus primos Carlos e Larisa, quem, devido à vida politicamente engajada de seus pais, haviam ido morar no Brasil. Quando, na manhã do seis de janeiro, encontrei um avião de brinquedo na porta do meu quarto, comecei a chorar. Eu não cabia naquele avião, queria um avião de verdade.

Reza ainda a lenda familiar que algum tempo depois, meu pai pularia da sacada do aeroporto de Carrasco para pegar, ainda na pista de pouso, meus primos que retornavam sozinhos a Montevideú.

Atualmente os quinze primos da mesma geração, incluindo minha irmã Sandra e eu, moramos em oito países diferentes.

Caminante no hay camino
Se hace camino al andar
Al andar se hace camino
Y al volver la vista atrás
Se ve la senda que nunca
Se ha de volver a pisar
Caminante no hay camino
Sino estelas en la mar.

Miguel Hernández

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas tiveram uma parte importante nesta pesquisa e na elaboração desta tese, a partir de diferentes lugares e de maneiras diversas. Agradeço a todos de maneira especial.

À minha orientadora, a Pfra. Denise Jardim, pelo tempo e a paciência dedicados, por me fazer sentir que podia contar com ela e, especialmente, por inspirar e compartilhar reflexões comigo e meus colegas, fazendo da descoberta dos fenômenos sociais um esforço do qual todos nos tornamos mais ricos. Ela conseguiu imprimir no trabalho de todos nós, a noção de que as reflexões sobre a vida e a sociedade podem levar por inúmeros caminhos, portanto, ao compartilhá-las, as multiplicamos. Agradeço à Denise, e junto com ela sua família, Eduardo e Thales, por fazerem parte do meu mundo, de minha experiência estar, viver e pensar Porto Alegre e o Brasil.

Agradeço aos meus colegas e amigos do Núcleo de Antropologia e Cidadania, e nele especialmente à Pfra. Claudia Fonseca, à Nara Magalhães, Pilar Uriarte, Alex Moraes, Laura López, Lucia Scalco, Fanny Longa, e todos com quem fomos, ao longo desses anos, forjando amizades a partir dos interesses que compartilhamos.

Ainda dentro do PPGAS da nossa universidade, agradeço também aos professores e funcionários; à Pfra. Cornelia Eckert por haver marcado minha trajetória como antropólogo, à Rose Feijó pela imensa vontade e prontidão para resolver aquelas situações que só quem sabe e quer pode resolver.

Muitas coisas são ditas a favor e contra o Estado brasileiro e suas instituições. Devo ressaltar aqui a importância do lugar que a UFRGS teve em minha vida desde que comecei o curso de Ciências Sociais e como fazer parte dela me ajudou a entender e amar este país que já havia escolhido para ser meu. E devo ressaltar também que não são todos os estados que conseguem oferecer aos alunos de Pós-graduação a oportunidade de realizar suas pesquisas contando com o apoio financeiro de suas instituições. Por isso, é necessário reconhecer, preservar e aprimorar tudo o que há de bom nelas.

Agradeço, portanto, à CAPES e ao CNPq por haver viabilizado esses anos de pesquisa no Brasil e no exterior.

Agradeço a todos meus amigos que moram ou moraram em Porto Alegre, à Ruth Saralegui, ao Márcio Friedl, à Zenir Machado, à Lorena Avelar, ao Marcos Grawer, à Adirana Antunes, à Carla Magalhaes, ao João Gabriel, à Verónica Pérez, ao Junior Batista e a vários outros que vão e voltam e que, com sua presença, me deram um lugar de existência nesta cidade ao longo dos anos.

Aos meus pais Mario e Teresita; à minha avó Delia, quem sempre se mostrou orgulhosa de mim e me incentivou desinteressadamente a buscar meu próprio caminho; à minha irmã Sandra, presente em todos os momentos apesar da distância geográfica e que, durante minha estada em Madri, mudou-se àquela cidade para que possamos compensar pelo longo tempo transcorrido desde que convivêramos pela última vez. ¡Gracias hermanita! Ao meu amigo Álvaro, “el enano”, com quem compartilhamos, desde a adolescência, riquíssimos momentos de reflexão e crescimento.

Quero agradecer a todos aquelas pessoas que fizeram parte desta pesquisa, os membros das organizações que me acolheram como pesquisador e, especialmente aqueles com quem nos tornamos amigos durante essa experiência.

Finalmente, quero deixar um reconhecimento especial a todas as pessoas em situação de deslocamento, aqueles que motivados pelo descontentamento, pela necessidade imperiosa de refazer seus vínculos com o mundo, fazem de suas vidas uma forma de peregrinação em busca de algo que não pertence ao mundo das certezas. Para todos nós, o maior dos reconhecimentos!

INDICE

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 SOBRE MIGRAÇÕES, MIGRANTES, MEDIADORES E PESQUISADORES.....	24
1.1 CONSTRUINDO UM TEMA E UM UNIVERSO DE PESQUISA	27
1.2 QUEM SÃO OS MEDIADORES?	45
1.3 – OS SUJEITOS MIGRANTES E A CIDADANIA.....	51
1.4 INTERLOCUTORES E PESQUISADORES	56
CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	58
CAPÍTULO 2 - OS MAPAS DOS DISCURSOS MIGRATÓRIOS	60
2.1 PORTO ALEGRE	63
2.1.1 O Mercosul de Porto Alegre.....	65
2.1.2 A vida como ela é	67
2.1.3 O estado brasileiro e as migrações.....	69
2.2 BUENOS AIRES	73
2.2.1 Los argentinos bajaron de los barcos	73
2.2.2 Imigrantes de países limítrofes ou limítrofes imigrantes?	74
2.2.3 As Oficinas de costura clandestinas	77
2.2.4 – Imigrantes ou <i>originarios</i> ?.....	80
2.2.5 <i>A paridad</i>	82
2.2.6 Buenos Aires e os refugiados	83
2.2.7 As redes de prostituição	85

2. 2. 7 A lei migratória 25.871 e o Plan Patria Grande	86
2.3 MADRI	95
2.3.1 Os <i>inmigrantes</i>	96
2.3.2 – ¿Expresso?, ¡claro!.....	97
2.3.3 – O 11 M e o terrorismo.....	98
2.3.4 Madri terracota.....	99
2.3.5 A crise	101
2.3.6 As <i>redadas</i>	102
2.3.7 - A Ley de extranjería	103
2.3.8 A UE na Espanha	105
2.3.9 Entre o Estado e a Cidade.....	118
CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	127
CAPÍTULO 3 OS DISCURSOS SOBRE AS MIGRAÇÕES E OS	
MIGRANTES	130
3.1 AS CATEGORIAS, A DENÚNCIA E O CAMPO DISCURSIVO .	130
3.2 OS DISCURSOS SOBRE A IMIGRAÇÃO E OS IMIGRANTES .	136
3.2.1 A imigração e o mercado de trabalho	137
3.2.2 Os males que vêm com a imigração	141
3.2.3 – A caracterização do imigrante.....	148
3.3 O DISCURSO MEDIADOR	159
CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	164
CAPÍTULO 4 O UNIVERSO DA MEDIAÇÃO EM PORTO ALEGRE ..	166
4.1 O CIBAIMIGRAÇÕES	169
4.2 ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA (ASAV)	174
4.3 AS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES	179
4.3.1 A CABU e os Comitês frenteamplistas “La Redota”	179

4.3.2 O Círculo Cultural Chileno	186
4.3.3 - O centro cultural Peruano	187
4.4 - O GAIRE	189
4.5 NARRATIVAS IMIGRANTES EM PORTO ALEGRE	192
4.6 CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	197
CAPÍTULO 5 O UNIVERSO DA MEDIAÇÃO EM BUENOS AIRES.....	200
5.1 O CEMLA	201
5.2 A OIM.....	203
5.3 A FCCAM.....	206
5.4 O DEPARTAMENTO DE MIGRACIONES DEL ARZOBISPADO DE BUENOS AIRES	211
5.5 a Co.Co.Bo.	218
5.6 - O CAREF.....	226
5.7 – PERUANOS SIN FRONTERAS	231
5.8 O CELS.....	233
5.9 O INADI.....	235
5.10 O FORO DE INMIGRANTES Y REFUGIADOS DO INADI	237
5.11 A DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES DNM.....	238
5.12 AMUMRA	240
CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	247
CAPÍTULO 6 O UNIVERSO DA MEDIAÇÃO EM MADRI.....	254
6.1 A COMUNIDAD AUTÓNOMA DE MADRID E O AYUNTAMIENTO DE MADRID.....	257
6.1.1 A “Oficina de información y orientación para la integración de los inmigrantes” do bairro Carabanchel	257
6.1.2 Os Centros de Atención social a Inmigrantes (CASI)	263

6.1.3 Os órgãos de pesquisa e ensino sobre migrações.....	264
6.2 FERINE.....	270
6.3 - CEAR.....	280
6.4 RED ACOGE.....	297
6.5 APLA.....	298
6.6 MUJERES PROGRESISTAS.....	310
6.7 SOLIDARIEDAD SIN LÍMITES.....	314
6.8 MINKA E LAS TEATRERAS	319
6.9 ADESEDO	334
6.10 SAN LORENZO E OS e os ASTI.....	341
6.11 AS EMISSORAS DE RÁDIO	353
6.11.1 Fiesta FM.....	353
6.11.2 Latina Stereo	358
6.12 O FERROCARRIL CLANDESTINO E A ASOCIACIÓN DE SIN PAPELES DE MADRID.....	362
6.12.1 A Asociación de Sin Papeles de Madrid (ASPM)	374
6.12.2 O Ferrocarril Clandestino	389
CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO	399
CAPÍTULO 7 – APROXIMANDO CONTINENTES E CIDADES: SUJEITOS SOB CONTROLE.....	405
7.1 ESTADO, MERCADO, AGENTES SOCIAIS E SUJEITOS INDIVIDUAIS	405
7.2 – FRENTE A FRENTE: O ESTADO E O IMIGRANTE	410
7.2.1 Um diálogo desigual	411
7.2.2 – burocracia e documentos.....	413
7.2.3 – A burocracia para além de si mesma.....	418

7.3 PORTO ALEGRE	424
7.3.1 – invisibilidade e Estado	424
7.3.2 Os mediadores e a ética imigrante	427
7.3.3 Otimização, pobreza e posicionamento político	430
7.4 BUENOS AIRES	433
7.4.2 – A construção de um fenômeno social	437
7.4.3 A ambiguidade da atuação dos mediadores	442
7.5 MADRI	448
7.5.1 Medo e controle: o encontro indesejado entre o migrante e a polícia	448
7.5.2 O Estado e o imigrante entre duas águas	454
7.6 CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO.....	457
REFLEXÕES FINAIS	459
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	468

SIGLAS

AM	Ayuntamiento de Madrid
ACNUR	Alto Comisariado das Nações Unidas para os Refugiados
AECID	Asociación Española de Cooperación e Incentivo al Desarrollo
APLA	Amigos del Pueblo Latinoamericano
ASAV	Asociación Antonio Vieira
ASPM	Asociación de Sin Papeles de Madrid
CABU	Casa da Amizade Brasil- Uruguai
CAM	Comunidad Autónoma de Madrid
CAREF	Servicio Ecuménico de Apoyo a Inmigrantes y Refugiados
CASI	Centro de Atención social a Inmigrantes
Cemla	Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos
Cear	Comisión Española de Apoyo al Refugiado
CCOO	Comisiones Obreras
CIES	Centro de Internamiento para Etranjeros
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
Co.Co.Bo.	Coordinadora de la Colectividad Boliviana
CUIL	Cédula única de identificación laboral
DNM	Dirección Nacional de Migraciones
EPIC	Escuela de Profesionales en Inmigración e codesarrollo
FCCAM	Fundación Comisión Católica para las Migraciones

FERINE	Federación de Refugiados e Inmigrantes de España
GAIRE	Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados
IMEDES	Instituto Universitario de Investigación sobre Migraciones, Etnicidad y Desarrollo Social
INADI	Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo
INEM	Instituto Nacional del Empleo
IU	Izquierda Unida
L.O.	Ley Orgánica
ODS	Oficina de Derechos Sociales
OIM	Organización Internacional para las Migraciones
PIO	Programa de Información y Orientación
PP	Partido Popular
PSF	Peruanos Sin Fronteras
PSOE	Partido Socialista Español
UE	União Europeia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGT	Unión General de Trabajadores

“Vivo en un mundo y quiero otro”: Um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

Quando escutei pela primeira vez a frase *Vivo en un mundo y quiero otro*, pensei em quanto ela condensa saberes, expectativas e investimentos. Em um contexto de reflexão sobre o fenômeno migratório, Raquel, minha interlocutora, não estava falando em nome próprio somente, senão trazendo para nossa entrevista as vivências, percepções e desejos dos membros e associados do Ferrocarril Clandestino, uma das redes madrilenhas de organizações de mediação entre imigrantes e a sociedade local que fazem parte desta pesquisa. Logo percebi que essa frase era constantemente repetida por todos seus colegas de militância; era uma espécie de lema que sintetizava e pautava uma forma de entender a realidade local e uma maneira de posicionar-se frente a ela. Quais eram esses dois mundos que faziam parte dos universos simbólicos dos meus interlocutores? O que a frase me dizia sobre as formas de entender as migrações de todos meus outros interlocutores, inclusive daqueles que haviam constituído meu universo de pesquisa nos dois contextos anteriores a Madri, Buenos Aires e Porto Alegre?

Este trabalho versa, então, sobre as formas de pensar o fenômeno migratório contemporâneo por parte de agentes de mediação entre os imigrantes e as sociedades de chegada em três contextos urbanos, as cidades de Porto Alegre, Buenos Aires e Madri.

Pensar as migrações contemporâneas implica, entre outras coisas, estabelecer um marco temporal ao fenômeno migratório. Neste trabalho, estou interessado em ver como alguns pontos de inflexão bastante perceptíveis nos discursos sobre migrações relacionam-se com momentos e eventos históricos. Isso poderia parecer incongruente com uma etnografia multifocada como esta, se não considerarmos que os discursos locais sobre migrações mantêm uma relação estreita com discursos transnacionais sobre migrações e também sobre direitos humanos, e que não é a mera comparação um objetivo em si mesmo. De todas as maneiras, o marco temporal que abriga as (des)continuidades do discurso sobre as migrações aqui contempladas está dado pelo momento de deslocamento dos migrantes entrevistados, o fim das ditaduras na América do

Sul, a formação do Mercosul e da União Européia e o momento presente.

Um trabalho de campo exploratório inicial deixou entrever uma variedade de formas de se referir aos migrantes e às migrações que, aparentemente, dialogavam com os contextos nacionais particulares. Os discursos sobre o fenômeno migratório pareciam, em princípio, muito diferentes e, ao mesmo tempo, muito semelhantes no Brasil, na Argentina e na Espanha. Enquanto que no Brasil, os mediadores esforçavam-se havia tempo para dar ao Estatuto do Estrangeiro -a lei migratória brasileira-, um viés mais humanitário, na Argentina acontecia uma reforma da legislação migratória que, aparentemente, introduzia ao universo das leis uma percepção das migrações contrária à anterior visão criminalizadora do migrante naquele país. Concomitantemente, ao longo do ano de 2008, os meios de comunicação veiculavam também uma problemática migratória candente na Espanha. Motivado por esse questionamento, escolhi três cidades receptoras de migrantes Porto Alegre, Buenos Aires e Madri.

Entretanto, mesmo que os contextos migratórios nacionais, com suas legislações nacionais, problemáticas e políticas públicas particulares, possam ser tidos como realidades nacionais, eles estão diretamente tensionados por acordos bilaterais da região ou por convenções das quais são estados signatários. Essas configurações nacionais são, portanto, permeadas por exigências internacionais, ao mesmo tempo em que adquirem configurações particulares nos diversos contextos urbanos.

No contexto do Mercosul, e apesar dos acordos entre os estados signatários, as legislações migratórias são atualmente muito diferentes entre si. Embora partindo de um passado recente de restrições às migrações entre os países da região e de uma intenção de controle das fronteiras e dos trânsitos de pessoas comuns a todos, os quais resultavam dos governos ditatoriais de cada país, as legislações migratórias nacionais dos estados do Mercosul desdobraram-se de formas diversas.

Em termos muito gerais, poderia-se dizer que a nova lei migratória argentina, a lei 25.871, inaugura um marco de abertura às migrações regionais, sendo esse o primeiro país da região a implementar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias e a

permitir a livre circulação de mão de obra, implícita no Tratado de Assunção¹. Mantendo a perspectiva dos direitos humanos, como costumam dizer os mediadores argentinos ao se referir a ela, a lei 25.871 é bastante clara no que diz respeito ao direito de migrar e ao direito ao acesso aos serviços públicos como saúde e educação, independentemente do *status* migratório do estrangeiro. Como veremos adiante, este último é um ponto recorrente nos discursos sobre migrações naquele país e, portanto, merece atenção especial. Estabelece também caminhos de regularização diferenciados para os migrantes provenientes de países do Mercosul.

O Brasil mantém ainda o Estatuto do Estrangeiro, elaborado durante a ditadura militar e amplamente criticado por, principalmente, não se adequar à visão humanista e receptiva aos direitos humanos da Constituição Nacional de 1988. Frequentemente criticado por sua visão criminalizadora do migrante, o Estatuto do Estrangeiro pouco tem sido modificado desde sua criação, durante o governo militar.

Já a Espanha vive um momento de enrijecimento da legislação migratória, concorde as especificações da União Europeia (UE). Desde que o país se tornou “*un país de inmigración*”, a partir da segunda metade da década de 1980, várias legislações migratórias sucederam-se, cada uma mais restritiva que a anterior, na perspectiva dos meus interlocutores. A última reforma à Ley de Extranjería teve lugar em dezembro de 2009, durante o período em que fazia meu trabalho de campo em Madri.

Na intersecção da atuação dos mediadores com esses três contextos diferentes situo minha pesquisa². Este é, portanto, um estudo comparativo, embora a comparação não seja um fim em si mesmo, um alinhamento e reflexão sobre uma coleção de borboletas, como diria Edmund Leach (2001, p. 16). Tampouco pretendo chegar a algum tipo de generalização sobre formas de elaborar discursos sobre migrações, embora a própria noção de transnacionalismo nos possa fazer cair na armadilha das generalizações,

¹ Note-se que digo ‘mão de obra’, não pessoas, já que o texto do Tratado de Assunção versa “la libre circulación de factores de producción”.

² Me deterei com maior profundidade na construção deste pesquisa no capítulo 1.

quando se trata de estudos multifocados. Nesse sentido, a comparação pode nos ajudar a evitar as generalizações, ao apontar como fenômenos transnacionais tornam-se particulares em contextos também particulares.

O descentramento que a observação participante e comparativa permite, poderia levar não apenas a um entendimento das particularidades obscurecidas pelo pressuposto da homogeneidade que resulta do pertencimento a um mesmo bloco regional, mas também a uma reflexão mais compreensiva sobre as singularidades dos contextos locais.

Nos capítulos que seguem explorarei alguns eixos de análise que permitam entender melhor algumas aproximações e afastamentos entre as formas como os participantes desta pesquisa elaboram suas maneiras de pensar o fenômeno migratório.

No capítulo 1 descrevo uma situação reveladora que presenciei em Madri -uma “situação social, como disse Gluckman (1966), capaz de revelar a estrutura social- para, a partir dela, debruçar-me sobre a construção desta pesquisa (Gluckman 1966, *apud* Feldman-Bianco, 1987). Trarei o debate teórico imbricado à construção da migração como tema e ao delineamento de um universo de pesquisa, culminando essa primeira parte do capítulo com algumas reflexões sobre as diferenças entre as perspectivas dos interlocutores e do pesquisador. Isso será importante e permeará toda esta tese porque, como veremos, a interação entre o pesquisador e o interlocutor também implica uma elaboração de um saber sobre as migrações.

Na segunda parte do capítulo 1 me aprofundarei no entendimento sobre o que constitui um mediador, a as premissas das quais parto para pensar o que é um mediador e o que eles fazem. Além de considerar um amplo universo de intermediários referidos como “terceiro setor”, buscarei mostrar afastamentos e aproximações entre os universos pesquisados quanto à sua relação com o fenômeno migratório. Na terceira parte desse capítulo refletirei sobre as migrações e a cidadania, ou seja, o ponto de vista a partir do qual pensarei as migrações como um fenômeno social. A construção das migrações como um fenômeno social será um tema constante e transversal ao debate sobre as migrações nos três contextos.

No capítulo dois apresento a noção de “mapas do discurso”. Refletirei sobre quais são, em cada um dos contextos desta pesquisa, os acontecimentos históricos e as representações deles que marcam as possibilidades e os rumos dos discursos sobre o fenômeno migratório. Dentre esses acontecimentos e representações encontraremos os contextos legislativos nacionais e as normativas regionais em que desenvolvi este trabalho, com os quais imigrantes e mediadores se relacionam e a respeito dos quais refletem.

No capítulo três discutirei os discursos sobre o fenômeno migratório e a forma como eles são apropriados pelos mediadores. Refletirei também sobre a construção de campos discursivos sobre as migrações e, finalmente, apresentarei o “discurso mediador” como uma forma de falar sobre as migrações que não deve ser confundida com o discurso dos mediadores, como se o universo da mediação estivesse homogeneamente composto no que diz respeito às formas de agir e pronunciar-se. Descrevo o “discurso mediador” uma maneira integradora, totalizadora, redutora e etnocêntrica de pensar as migrações, evitando acusações –e assim disputando o espaço com os discursos que culpabilizam os imigrantes pelos males que atingem às sociedades- porém, reduzindo as migrações a manifestações fixas e previsíveis da cultura e, dessa maneira, negando a capacidade dos imigrantes de criar cultura. Poderíamos identificar o “discurso mediador” como o discurso “politicamente correto” sobre as migrações. Na medida em que ele não permeia uniformemente o universo da mediação nem se restringe a ele, torna-se um parâmetro possível para compreender como cada mediador se posiciona perante o fenômeno migratório.

É exatamente essa heterogeneidade do universo da mediação que trarei nos três primeiros capítulos da segunda parte desta tese. Nos capítulos 4, 5 e 6 apresentarei os universos da mediação nas três cidades, apontando para as conexões entre as organizações e entre elas e os lugares de estudo e pesquisa sobre as migrações. Nesses contextos despontam alguns sujeitos individuais que transitam entre organizações e lugares públicos, fazendo conexões entre universos que são, em princípio, bastante diferentes entre si.

Os capítulos anteriores deixaram entrever que os sujeitos, e neste caso os sujeitos migrantes, são alvo de formas de controle difusas dentro dessas configurações sociais e políticas nas quais o fenômeno migratório emerge. No capítulo 7 refletirei sobre essas formas de controle, apontando a capilarização do poder e o papel do chamado “terceiro setor”, -os agentes de mediação- no contexto do neoliberalismo. Devo apontar que não foi esse o objetivo inicial desta pesquisa, senão que, no percurso, fui levado a problematizar a atuação desses intermediários e formas de intermediação entre os agentes do Estado e os sujeitos imigrantes.

A pesquisa que fundamenta este texto teve lugar em contextos onde o espanhol é a língua mais falada; posso dizer isso também de Porto Alegre, já que boa parte dos meus interlocutores na cidade foram hispano-falantes. Como minha intenção foi trazer a voz dos meus interlocutores, aproveitei da semelhança entre ambas as línguas e deixei todos os trechos de suas falas em castelhano. As expressões locais serão explicitadas entre parêntesis em português. As intervenções em língua estrangeira, assim como as citações, se encontram em itálico.

Em várias ocasiões trouxe termos do trabalho de campo para o texto sem traduzi-los para o português, porque eles remetem a campos de discurso muito específicos. Este é o caso das *redadas* ou dos *límites*, entre vários outros. Portanto, estes termos, mesmo fora do contexto de uma intervenção por parte de um interlocutor denotam aquele evento lingüístico dentro de contextos particulares, e não seus possíveis equivalentes em outra língua. Portanto, estes termos também serão encontrados em itálico.

Finalmente, devo admitir que foi bastante difícil decidir se devia manter os nomes dos meus interlocutores ou adjudicar nomes fictícios. Optei por manter os nomes de todos, com exceção dos nomes das pessoas que estavam em situação migratória irregular ou daquelas que poderiam se sentir vulneráveis ao ver seus nomes escritos numa tese de doutorado.

Meu interesse por estudar as migrações transnacionais começou se

gestar durante o curso de extensão universitária “Raça, etnia e nação”, no ano de 2002, no qual a Pdra. Denise Jardim, uma das organizadoras do curso e posteriormente minha orientadora de mestrado ministrou uma aula sobre sua pesquisa junto aos imigrantes palestinos no Rio Grande do Sul. Naquele momento, cursava o curso de graduação em Ciências Sociais na UFRGS e meu tema de pesquisa pouco tinha a ver com as migrações.

Eu trazia, em minha bagagem, uma história de deslocamentos; havia morado em vários países antes de vir ao Brasil, portanto estava familiarizado com a noção de que o deslocamento geográfico implica inúmeros outros deslocamentos que se entrelaçam e reforçam mutuamente. Portanto, pensar nas questões legais, lingüísticas e outros estranhamentos não era uma novidade. Despontava então, naquele momento, a ideia de aproximar-me da experiência migratória a partir de uma perspectiva mais abrangente, na qual minha própria vivência e a de muitas outras pessoas que havia conhecido ao longo dos anos fossem o ponto de partida para entender a mobilidade humana dentro do contexto mais amplo que inclui os contextos sociais em que se desenvolve e fazem dela um fenômeno social.

Foi assim que escolhi, durante a pesquisa de mestrado, concentrar-me nas narrativas de imigrantes em Porto Alegre, focando na problemática da regularização migratória (Etcheverry, 2007). Nesse momento, os agentes de acolhimento a imigrantes na cidade despontaram como agentes importantes no cenário migratório, organizando e reproduzindo certos “saberes” sobre as migrações e o imigrante.

Entretanto, não pretendia, na tese de doutorado, restringir minha análise ao Brasil, pois, de antemão, minha experiência no Brasil já tinha usufruído do benefício de, como uruguaio, estranhar as formas como os estrangeiros eram vistos e o modo como se percebiam. Encontrar outras realidades nacionais poderia potencializar minha compreensão e ajudar a relativizar experiências nacionais, apontando que a comparação poderia realçar singularidades e evidenciar questões em comum.

Os primeiros questionamentos sobre o trabalho dos mediadores surgiram durante o trabalho de campo para pesquisa de mestrado em Porto

Alegre, entre os anos 2005 e 2006. Nesse momento, debrucei-me sobre as narrativas dos imigrantes na cidade, e as questões da obtenção e do significado de documentos teve um papel central. À época, contatei o CibaiMigrações com o objetivo de formar um universo de pesquisa. Percebi, então, que havia alguma diferença entre as formas de o CIBAIMigrações referir-se aos imigrantes e a forma como eles mesmos percebiam sua experiência migratória. Foi então também que participei de um congresso sobre políticas migratórias e de asilo na cidade de Buenos Aires. Durante aquele evento percebi que o fenômeno migratório naquela cidade apresentava configurações muito diferentes daquelas que havia encontrado em Porto Alegre, e que os mediadores constituíam um universo de agentes sociais importante e à primeira vista heterogêneo.

Decidi então que, durante o curso de doutorado, ampliaria meu contexto de pesquisa para incluir a cidade de Buenos Aires, e que me debruçaria sobre a atuação destes agentes sociais. Foi assim que, em fevereiro de 2008, iniciei esta fase da pesquisa, que duraria até abril de 2009, contando com o apoio financeiro da bolsa de doutorado da CAPES. Nesse período, desloquei-me mensalmente a Buenos Aires, permanecendo naquela cidade entre uma semana e 10 dias cada vez. Nesse período também comecei a frequentar o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) da UFRGS, um espaço de reflexões e debates onde o tema migratório se entrelaça com outros debates e saberes sobre fenômenos sociais diversos. Por isso, posso dizer que esta e as outras teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de todos aqueles que estamos vinculados ao núcleo resultam de uma diversidade de questionamentos e construções de um “pensar” antropológico coletivo.

Em 2008 também, as notícias veiculadas nos meios de comunicação sobre brasileiros barrados nos aeroportos espanhóis levou-me a considerar, apoiado pela minha orientadora, a Pfra. Denise Jardim, a possibilidade de juntar uma estada em Madri como parte do meu doutorado e uma ampliação do meu universo de pesquisa. Daí que, entre agosto de 2009 e julho de 2010, realizara pesquisa de campo junto aos agentes de mediação nessa cidade, contando com o financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Nesse período também participei de aulas e atividades na Universidade Complutense de Madri, sob a orientação do Pfr. Andrés Barrera. Participei também de vários seminários sobre o tema das migrações, sobre questões relativas à América Latina e ao fazer antropológico em algumas cidades da Espanha, em Paris e em Londres.

Nesse trânsito entre lugares de pesquisa pude perceber aproximações e distanciamentos entre formas de pensar as migrações, e sobretudo, que, como dizem Claudia Pedone e Sandra Araujo (2008) citando Lelio Mármora, a partir da década de 1990, as migrações haviam deixado de ser expedientes dos estados-nacionais para se instalar “*como punto prioritario en las agendas de discusión de los gobiernos, con una repercución en la opinión pública mundial*” (Pedone e Araujo, 2008, p. 144). No âmago dessas superposições de incumbências e saberes, os sujeitos migrantes e as organizações de mediação emergem como agentes produtores de saberes em diálogos mais e menos fluidos com lugares de discurso de abrangências diversas. O maior desafio desta tese é, assim, refletir sobre essas construções de saberes sobre o fenômeno migratório.

CAPÍTULO 1 SOBRE MIGRAÇÕES, MIGRANTES, MEDIADORES E PESQUISADORES

Estava em Madri havia dois meses; pouco tempo para não me surpreender com o que podia encontrar, e suficiente para olhar com nostalgia a simplicidade ... “moral”, para dizê-lo de alguma maneira, que envolvia o tema das migrações nos dois estágios anteriores da minha pesquisa. Já havia realizado trabalho de campo em Porto Alegre e em Buenos Aires, mas enquanto aguardava por Raquel Cantos sob o sol ainda forte do outono, um súbito lampejo de consciência, aquilo que hoje é chamado de *insight*, dizia-me que aquela distância afetiva segura que havia mantido em relação a meu trabalho estava em perigo.

Tenho por costume chegar antes da hora marcada quando vou entrevistar um interlocutor para um trabalho de campo. Gosto de ficar algum tempo na rua, fumando um cigarro encostado em uma parede, procurando sentir e compreender a vizinhança. Lojas, carros, fachadas, pessoas indo e vindo. Naquela tarde de outubro, o lugar combinado era um café na Praça Tirso de Molina, próximo à saída da estação de metrô do mesmo nome.

Conhecia aquela parte da cidade e várias pessoas haviam-me dito que era um dos muitos lugares de conflito entre a polícia e os imigrantes.

Na saída do metro Tirso de Molina, como em muitos outros pontos de Madri, a praça e a calçada se confundem. O pavimento ordenado sugere espaços de continuidade quebrados somente por equipamentos lúdicos, mesas ou quiosques de flores. Diferentemente de como é na maioria das cidades da América Latina, nas cidades espanholas as praças são como extensões da rua, uma espécie de apêndices sem limites precisos onde as diferenças entre “estar” e “passar” são mais sutis. Daí que as praças se reconheçam como tais menos pela sua geografia do que pelos acontecimentos particulares que esta confusão de territorialidades propicia. Posteriormente, eu viria saber que a praça de Tirso de Molina havia sido remodelada, transformada nesse espaço de contiguidade, em 2006. Anteriormente, havia ruas ao redor da praça.

O café onde ia encontrar Raquel naquela tarde morna de outono, tem mesas ao ar livre, em um espaço que não se poderia definir como da praça, mas tampouco como da calçada. O espaço de circulação de pedestres entre a porta do bar e as mesas é bastante amplo, contribuindo para a indefinição do lugar. Poucos metros à esquerda e à frente da porta do café, uma floricultura procura dissimular o que sem as plantas e flores seria uma estrutura em forma de cubo imposta no meio de um espaço onde os limites parecem desenhar-se constantemente pela movimentação das cadeiras e dos clientes do café. À direita, outras seis estruturas semelhantes a essa, separadas vários metros uma da outra e chegando até a outra esquina, servem de painel para cartazes anunciando eventos artísticos e/ou políticos, escondendo suas intenções de algum dia voltarem a ser locais comerciais. Na mesma linha do café, algumas lojas de comestíveis e roupa e um teatro, onde se apresentam artistas bastante famosos, como o dançarino de Flamenco Joaquin Cortés, e grupos de ballet internacionais. As ruas laterais e a Avenida Atocha limitam a praça Tirso de Molina. A fonte da qual emana água no nível do chão, uma gangorra, um tobogã, duas árvores e as pessoas sentadas em bancos de concreto, protuberâncias do chão, tencionam a demarcação de territórios com as lojas, os transeuntes e a ubiquidade do cinza.

Dois ou três metros à minha frente, rapazes negros, africanos subsaarianos sentados sobre os muros e sob uma árvore, jogavam baralho e conversa fora, naquela e todas as tardes de outono. Eram quatorze formando três grupos, naquele dia. Sentei-me em um muro também, larguei a mochila no chão e cumprimentei os que estavam ao meu lado, à direita; fiquei olhando a partida de baralho. Welof e francês atravessados por algumas palavras em espanhol. À minha esquerda, e um pouco mais longe, o Real Madrid e o Barça ocupavam boa parte da conversa.

A calma durou pouco depois da sesta. Como caídas do céu, duas motos da polícia irromperam no meio da calçada, ou da praça. Não passou mais de um minuto até que a área estivesse rodeada de policiais; mais motos e duas viaturas rodeando os *africanos*.

Era uma *redada*, como as que ouvira mencionar várias vezes já no início

do meu trabalho de campo em Madri.

Muitos uniformados e alguns à paisana, os policiais abordaram em duplas a cada um dos rapazes, pedindo os documentos. Enquanto um deles anotava os dados em uma pequena caderneta, o outro marcava o número do documento em um pequeno aparelho. Se o interrogado tinha antecedentes na polícia, os agentes o saberiam imediatamente. Pensei que também fossem pedir meus documentos, pois já havia sido abordado outras vezes, mas não o fizeram desta vez.

Os abordados puxavam dos bolsos uma variedade de papéis:

“La tarjeta sanitaria no te sirve. ¿Donde está tu pasaporte, tu DNI?” – disse o policial, em tom de voz que mais parecia um xingamento do que uma pergunta.

“Está en mi casa”.

“¡Levanta los brazos, vamos!”.

E assim os policiais apalpavam a cada um deles, e retiravam os papéis e os celulares de quem não portava uma carteira de identidade e um *status* migratório regular.

“¿Donde me llevas?”, pergunta o rapaz, menos conduzido do que empurrado para dentro de uma das viaturas.

“Vamos, súbete al coche y no preguntes”, disse um dos uniformados.

Alguns pedestres olhavam pelo canto do olho, outros paravam:

“¡Pero si es que no han hecho nada!”, disse uma mulher de uns 60 anos de idade.

“¿Y cómo lo sabes tú?”, respondeu sua acompanhante, mais jovem.

Uma das viaturas foi embora com dois ocupantes a mais.

Meia hora mais tarde, a multidão havia se dissipado. As pessoas poderiam voltar a suas rotinas em segurança, os *negros* não estavam mais lá.

Entrei ao Café Tirso. Algo em mim havia mudado. Nem meu trabalho de campo na América Latina nem a literatura sobre o fenômeno migratório que havia lido até o momento podiam dar conta do que acabava de ver. ¿Como iria abordar o fenômeno migratório na Espanha da União Europeia?

1.1 CONSTRUINDO UM TEMA E UM UNIVERSO DE PESQUISA

A situação narrada anteriormente aconteceu em outubro de 2009 em Madri. Até aquele momento, eu tinha realizado o trabalho de campo em Porto Alegre e em Buenos Aires, portanto definido o que e quem iria interpelar em um tema tão vasto como é o fenômeno migratório contemporâneo. Escolhi narrá-la no início porque essa, como muitas das *redadas* policiais que presenciei em Madri –e em algumas das quais eu mesmo fui abordado pela polícia– condensa a problemática que permeia todo este trabalho, qual seja, os debates sobre o fenômeno migratório nas três cidades e os modos mais ou menos visíveis com que se apresenta na vida urbana.

Para pensar o fenômeno migratório contemporâneo é necessário entendê-lo dentro dos contextos institucionais e dos campos de forças que moldam os discursos sobre ele. As formas como o fenômeno migratório é percebido e referido por organizações estatais e de acolhimento a imigrantes, organismos transnacionais, legislações migratórias e associações de imigrantes e meios de comunicação de massa se combinam entre si, resultando em contextos locais bastante singulares. Dessa maneira, desenvolvi uma pesquisa que percorre diversos lugares com o intuito de alargar as formas de pensar e abordar o fenômeno migratório contemporâneo.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que se trata de um campo dinâmico, onde novas configurações têm surgido como resultado das transformações da ordem econômica e política mundial e do conseqüente surgimento de novos atores sociais, como as organizações defensoras dos direitos humanos e associações de base identitária. A presença desses novos agentes redundam, além do mais, em novas necessidades, novos papéis e

novas perspectivas teóricas.

O termo “migrações” remete-nos imediatamente a algumas noções: estados-nação, passaportes, vistos, fronteiras, leis, e assim por diante. Mas remetem-nos também a termos que três décadas atrás não faziam parte do vocabulário acadêmico nem popular sobre as migrações: termos como globalização, regionalização, territorialização, transnacionalismo, neoliberalismo, entre outros.

Sua entrada no léxico reflete um dinamismo das configurações que só pode ser apreendido local e historicamente, porém com um olho nas transformações mais abrangentes; se é possível alcançar algum entendimento sobre um aspecto qualquer do fenômeno migratório, ele será na forma de configurações possíveis que nos ajudem a compreender comparativamente outras configurações. Esses termos expressam realidades sociais novas não apenas na medida em que determinam configurações com as quais estamos aprendendo a lidar, senão também por definirem campos de discurso e estudo que colocam os fenômenos sociais dentro de marcos referenciais complexos e desconhecidos alguns anos atrás.

Como Castles, penso que é necessário enraizar os estudos sobre as migrações na compreensão mais geral da sociedade contemporânea, que isso requer métodos de pesquisa que partam de uma situação de mudança rápida e em expansão, e, portanto, uma única teoria geral sobre as migrações seria impossível de alcançar e, de fato, indesejada. (Castles. 2010. P. 11-13).

Entre as transformações a que me refiro, está a reconfiguração do papel do Estado. Não me refiro, ao dizer isso, à ideia de que os estados-nacionais têm perdido sua capacidade ou sua função de governar. Desde o surgimento dos estados nacionais e suas conseqüentes máquinas burocráticas, o poder estatal nunca foi monolítico; esteve sempre capilarizado em um número considerável de instâncias burocráticas, nas quais o normativo e o consuetudinário são duas esferas que ora se afastam, ora se superpõem e misturam. No contato com as instâncias burocráticas, os atores individuais devem aprender a decifrar seus caminhos, atalhos e perigos.

O surgimento de novos atores sociais com áreas de influência variadas contribuiu para capilarizar mais o poder com que os sujeitos individuais se deparam no dia a dia e, no caso das migrações, para sua definição como problema social do mundo supostamente desenvolvido. Entre esses novos atores sociais podemos encontrar vários tipos de organizações da sociedade civil, confissões religiosas, empresas, blocos formados por estados-nação configurados regionalmente ou em torno de interesses e experiências comuns e que versam sobre um onipresente mercado.

O Estado enquanto agente regulador está sempre presente, mas nesta nova configuração, novos e antigos atores sociais redistribuem seus poderes de enunciação e barganha, configurando um quadro bem mais complexo no que diz respeito ao controle migratório.

Em termos gerais, são os estados nacionais os responsáveis pelos marcos legais que enquadram legalmente o fenômeno migratório, ao passo que cabe às cidades manejar os recursos e as populações dentro do conjunto de regulamentações estabelecido pelo poder estatal. Vemos assim um trânsito de responsabilidades que é, frequentemente, pouco evidente para não-imigrantes. Disputas político-partidárias e por recursos econômicos entre os governos municipais e centrais contribuem para que a superposição e os vazios de poder tornem os contextos de experiências cotidianas dos imigrantes mais difíceis de decifrar.

Contudo, a importância que os discursos sobre descentralização do poder em favor dos municípios têm ganhado nessa nova configuração política que se coloca crescentemente como paradigmática, aliada às primeiras impressões do trabalho de campo realizadas em Porto Alegre, fez com que pensar o fenômeno migratório como uma realidade nacional homogênea seja não somente impossível senão também incoerente com a realidade observada³.

³ Araujo e Pedone (2008) apresentam um debate importante sobre a integração de famílias imigrantes no contexto da descentralização do Estado espanhol a partir da década de 1980. Nesse artigo, as autoras mostram a transferência de incumbências para as comunidades autônomas e as cidades, no contexto da entrada da Espanha à UE, e como o chamado terceiro setor tem um papel na consolidação de uma noção da necessidade de integração dos

Em virtude disso, escolhi inicialmente, concentrar-me em Porto Alegre. Assim o fiz durante minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2005 e 2006, e focando nas narrativas sobre o deslocamento por parte dos sujeitos imigrantes. À época, procurei os mediadores como forma de conseguir interlocutores para minha pesquisa. No entanto, não foi sua atuação que esteve em exame, senão as vivências de ruptura e continuidade dos sujeitos imigrantes, com uma atenção especial à obtenção de documentos. À época, estava interessado em ver como os imigrantes entendiam sua experiência migratória, e logo no início da pesquisa, as questões relativas à obtenção de documentos de residência no Brasil despontou como um tema central e recorrente em suas narrativas.

Nesse processo de pesquisa, entrei em contato com os agentes de mediação do acesso e interlocução com o poder público e que atuavam atendendo às demandas dos imigrantes e manejando as rotinas oficiais adotadas pelo Estado brasileiro, em especial a Polícia Federal e as instituições de saúde, além de buscar apoiadores para demandas específicas dos migrantes.

Algumas formas de abordar a experiência migratória por parte destes mediadores causaram-me certo desconforto. Havia uma distância entre a forma como percebiam a migração e as formas como a entendiam os próprios imigrantes, mas eu não conseguia compreendê-la inteiramente. Assim, deixei isso para depois.

Em abril de 2006, apresentei minha incipiente pesquisa sobre a obtenção de documentos por parte de imigrantes em Porto Alegre no “*Congreso Argentino de Estudios sobre Migraciones Internacionales, Políticas Migratorias y de Asilo*”, realizado na cidade de Buenos Aires. Pude perceber na ocasião, que a problemática migratória naquela cidade era muito diferente da porto-alegrense; o mero fato de que se realizasse um congresso interdisciplinar sobre o tema marcava um contraste com Porto Alegre no que diz respeito à visibilidade que a problemática migratória apresentava em Buenos Aires. Claro

que a dimensão de capital federal potencializava sua importância, mas havia ali um conjunto bem mais amplo de mediadores do acolhimento e atores que intervinham no debate público sobre a imigração.

Foi assim que, ao ingressar no curso de doutorado, decidi que o próximo passo incluiria um deslocamento e uma ampliação do meu universo de pesquisa, não só em termos de contraste, mas de campo de visão, incluindo essa rede de mediadores. Esse foi o início da pesquisa comparativa, incentivado também pelo intercâmbio de pesquisadores que estava começando a ter lugar no Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), do qual estava havia começado a participar.

Em fevereiro de 2008 fiz uma segunda ida exploratória a Buenos Aires, onde conversei com alguns agentes de mediação. À época, o estado argentino estava implementando o programa de regularização migratória Patria Grande, e uma nova lei migratória havia sido aprovada em dezembro de 2003; uma lei migratória que se relacionava com os debates sobre direitos humanos e imigração. Realizei pesquisa de campo em Buenos Aires desde fevereiro de 2008 a abril de 2009, deslocando-me mensalmente àquela cidade, onde passava entre oito e dez dias cada vez.

Cada vez que ia a Buenos Aires, visitava os locais de trabalho dos mediadores, ONGs e associações de diferentes formatos e formas de atuação: entrevistava as pessoas que neles trabalhavam e procurava passar tanto tempo quanto fosse possível nas salas de espera, junto aos imigrantes que demandavam atendimento dessas organizações. Também percorria os “*barrios de inmigrantes*”, assim reconhecidos e indicados por esses agentes; conversava com vizinhos da vila 31bis -uma das de maior concentração de imigrantes-, com trabalhadores dos hotéis onde os imigrantes chegavam, além de visitar locutórios e hospitais.

Ao longo de 2008, várias notícias foram veiculadas nos meios de comunicação sobre as problemáticas da imigração na Europa, na Espanha mais especificamente. Surgiu a ideia, incentivado pela minha orientadora, a Professora Denise Jardim, de juntar a possibilidade de fazer doutorado sanduíche em Madri a uma extensão de minha pesquisa de campo. Assim teve

início, em agosto de 2009, a terceira fase desta pesquisa, que duraria até julho de 2010.

É nesses três contextos urbanos que versa este trabalho. Porém, em face à amplitude desse panorama, e perante a necessidade de delimitar um foco de pesquisa, centrei-me nos discursos sobre a imigração contemporânea acompanhando os agentes de acolhimento a imigrantes, incluindo organismos estatais, organizações da sociedade civil, igrejas e associações de imigrantes. Considerei também o discurso acadêmico sobre as migrações, posto que ele circula com muita tranquilidade nesses âmbitos e sustenta os saberes que produzem um discurso sobre a migração. Entendi, então, que algumas propostas de Foucault me permitiriam entender que esse trânsito de pessoas e ideias entre estes mediadores e a academia ajudava moldar os discursos de ambos. Em a Arqueologia do Saber, Foucault apresenta as formações discursivas não como um estágio anterior ao conhecimento científico nem em subordinação teleológica em relação a ele. As formações discursivas, segundo Foucault, tomam emprestado de fontes diversas saberes diversos, e não abrangem tudo o que dito e pensado em seus contextos históricos sobre um assunto. (Foucault. 1987. p. 201-208) Elas implicam, portanto, um trânsito de saberes e têm contornos mais ou menos indefinidos. Este conceito será de fundamental importância nesta tese, porque, o conceito de discurso presente neste trabalho, mesmo quando, ao descrever o “discurso mediador” ele aparecerá como uma tentativa de definir uma maneira de abordar o tema das migrações, implicará sempre uma série de tensões entre o que é possível dizer e o que é dito.

Apesar das tentativas de traçar limites precisos para o contexto que abarcaria esta pesquisa, a percepção de que o trabalho e os discursos dos agentes de acolhimento a imigrantes, que chamarei de mediadores, estava imbuído ou atravessado pelos discursos políticos formados em contextos mais amplos, tornou imperativo referir-me e descrever alguns desses contextos, mesmo que fosse de forma extremamente sucinta; não fazê-lo implicava descontextualizar as ações dos mediadores, retirá-los de sua temporalidade e extraí-los de dinâmicas provocadas e referidas a outros atores dos quais não

me ocuparei com a profundidade que mereceriam neste trabalho –meios de comunicação, mudanças legais- ou imputar-lhes responsabilidades que, na realidade, os excediam. Portanto, não considero que os mediadores do acolhimento são os principais precipitadores dos discursos sobre a imigração, mas sem dúvida são atores que usufruem da autoridade e lugar de fala autorizado, posto que, a maioria deles, estão diretamente em contato com os imigrantes. Nesse sentido, também a antropologia é parte dessa arena discursiva entre os saberes legitimados a falar sobre o imigrante e a imigração.

Nas perspectivas sociológica e demográficas, o tema das migrações contemporâneas é abordado frequentemente em termos de fluxos ou correntes migratórias e do controle das migrações. Em *“De-nationalizing control. Analyzing state responses to constraints on migration control”*, Virginia Guiraudon aponta três modelos de transferência do controle dos fluxos migratórios a partir dos estados-nacionais. O primeiro deles é a transferência a órgãos supra-estatais, como é o caso de regionalização. O segundo diz respeito à transferência dessa responsabilidade para instâncias governamentais menores, como os municípios. O terceiro incumbe atores da área privada; tais como agências de viagem, linhas aéreas, empresários empregadores e agências de emprego e inclusive proprietários de hotéis, etc, impondo sanções àqueles que transportassem, contratassem ou albergassem estrangeiros sem a devida documentação (Guiraudon, 2001). A essas três formas de transferência de soberania, eu acrescento a formação do que é chamado de “cordão sanitário” ou “expansão das fronteiras”, a transferência do controle das migrações aos estados vizinhos como o da fronteira sul do Marrocos no caso da Espanha e da fronteira sul do México no caso dos Estados Unidos, mediante acordos de cooperação bilateral. Esses acordos de cooperação são frequentemente implementados por ONGs transnacionais, contando com financiamentos dos estados nacionais.

No entanto, o estudo do fenômeno migratório vai muito além do estudo e controle das correntes migratórias. O controle das migrações enquanto problema social tem a ver tanto com o controle dos fluxos de imigrantes como com o controle dos indivíduos migrados e dos potenciais migrantes. Nessa

perspectiva, a metáfora do “fluxo”, como diz Mary Louise Pratt, não diferencia os diferentes tipos de mobilidade nem seus direcionamentos, anula a intervenção e a intencionalidade humanas e, sobretudo, facilita ignorar as políticas estatais, os acordos transnacionais e as instituições estruturadas que criam possibilidades e impossibilidades de movimentação. Nas palavras da autora: “*el ‘flujo’ ejemplifica el lenguaje oficial, legitimador, de la globalización. No es un término neutro, sino un término positivo que se usa desconectado de cualquier dimensión ética*” (Pratt, 2003, p. 37–40).

Um outro termo surge, neste ponto, o qual será de grande importância neste trabalho. A noção de “controle” permeará esta toda tese não porque eu tenha escolhido arbitrariamente este enfoque, mas porque, em uma perspectiva crítica dos discursos sobre as migrações, pensar o controle exercido sobre os sujeitos torna-se incontornável; trata-se de um controle difuso e configurado por vários saberes. Não me refiro, apenas, ao controle migratório burocrático, nem das correntes migratórias, senão também ao controle exercido sobre o sujeito migrante pela gama de atores sociais que fazem parte desse contexto.

Saskia Sassen lembra que, embora as condições que permitem a existência de economias transnacionais sejam implementadas pelos governos e pelos atores econômicos, os próprios governos mantêm uma visão mais antiga das migrações centradas no controle e na regulação, o que redundava em um entendimento da imigração como consequência de ações individuais dos imigrantes. Isso faz com que os sujeitos e as fronteiras nacionais sejam o objeto de observação por parte dos estados, eximindo estes últimos de sua responsabilidade na atração de imigrantes. A autora vai além, apontando para a existência de um padrão migratório, conforme o qual os países de recepção recebem imigrantes de suas áreas de influência (Sassen, 2007, p. 38-41).

Estas duas ideias de Sassen, o controle sobre a mobilidade dos sujeitos através das fronteiras e a existência de áreas de influência dos estados-nacionais, abrem o leque das possibilidades para pensar o controle sobre os sujeitos. Se, de fato, os estados recebem imigrantes de suas áreas de influência enquanto pensam a imigração como uma decisão individual, é

porque há um controle dos sujeitos baseado em uma historicidade que vai além das histórias individuais dos migrantes e potenciais migrantes. Isso leva-nos a pensar na possibilidade de modalidades de controle que não são o poder legitimado agindo diretamente sobre os sujeitos nem um sujeito agindo a partir de sua própria volição.

Vou procurar, então, as implicações e o alcance desse controle, entendendo-o sim como uma forma de exercício indireto do saber/poder sobre os sujeitos, baseada na legitimação de instâncias de poder capazes de projetar algo mais que normatividades explícitas. No entanto, não podemos negar o exercício do controle direto sobre os sujeitos, pois, como veremos nos capítulos que seguem, o poder das leis e normas explícitas e aquele que decorre dos supostos saberes que geram discursos sobre o imigrante e a imigração estão imbricadas entre si e se sustentam mutuamente.

As observações do trabalho de campo sugerem, como se deduz do anteriormente dito, que o controle dos indivíduos vai muito além de sua passagem pelas fronteiras nacionais. Será necessário buscar um entendimento mais abrangente e profundo do indivíduo controlável. Para isso, seguirei as sugestões de Foucault e Aihwa Ong.

Uma das contribuições de Foucault foi a de debruçar-se sobre a problemática do poder. Mas qual é o poder de que nos fala Foucault e por que entender as construções do poder interessa ao estudo das migrações?

Em primeiro lugar, apontar que embora a ideia da necessidade de controle dos sujeitos através das fronteiras seja de fato antiga, anterior ainda ao surgimento dos estados-nacionais⁴, ela ganha uma nova dimensão na medida em que a percepção neoliberal dos indivíduos é a de sujeitos responsáveis e autogovernáveis. Como, para começar, entender esses sujeitos “responsáveis e autogovernáveis”?

Na leitura que Aihwa Ong faz da obra de Foucault, o termo “governança” refere-se ao conjunto de conhecimentos e técnicas que objetivam à regulação

⁴ O surgimento dos primeiros “passaportes” é tão antigo como o estado nacional e, anterior ao surgimento dos estados nacionais, recursos como o “santuário” nos apontam como os sujeitos já eram objeto de controle.

pragmática e sistemática do comportamento dos sujeitos na vida cotidiana. A governança neoliberal resulta da aplicação das premissas e cálculos do mercado no âmbito da política (ONG, 2006, p.4). Indivíduos “livres” sobre os quais recai, ou pesa, a opção por otimizar ou não sua adaptação a uma visão econômica das relações no dia a dia⁵. Nas palavras da Aihwa Ong:

In contemporary times, neoliberal rationality informs action by many regimes and furnishes the concepts that inform the government of free individuals who are then induced to self-manage according to market principles of discipline, efficiency, and competitiveness (Ong, 2006, p.4).

Aihwa Ong busca as raízes da governança neoliberal na noção foucaultiana de “biopoder”: “*a modern mode of governing that brought life and its mechanisms into the realm of explicit calculations and made knowledge/power an agent of transformation of human life*” (Ong, 2006, p.13). Esse conjunto de mecanismos de controle que é a biopolítica oscila entre os indivíduos e os coletivos, extraindo-lhes suas forças vitais. O neoliberalismo é, segundo a autora, a mais nova técnica de controle da vida humana. Baseado nas premissas mercadológicas, mantém uma política de subjeção e construção de sujeitos que continuamente coloca em questão a existência do homem moderno (Ong, 2006, p. 5-15). Nesse caso, os saberes que exercem o poder capilarizado e que foram reconhecidos como parte das formas de poder por Foucault, agora são disseminados de muitos modos.

Em “O nascimento da biopolítica”, Foucault (2007, [1978-79]) nos fala do acúmulo de capital humano como a razão do desenvolvimento das nações mais ricas. A noção de investimento em capital humano como o caminho do desenvolvimento inclui não apenas educação, mas também uma série de cuidados que começam na infância, na relação mãe-filho e que são apresentados aos sujeitos como o caminho para o bem-estar individual. O cuidado pessoal, as tecnologias genéticas, as dietas alimentares, terapias e programas aprimoramento físico, mental e emocional, estão à disposição dos indivíduos, apontando possíveis desajustes e os caminhos para resolvê-los.

⁵ Voltarei a tratar deste tema no capítulo 7

Assim, investindo em si mesmos, os sujeitos tornam-se mercadorias apreciáveis nos mercados do trabalho, matrimonial, do sexo. Investir no capital humano é, para Foucault, inerente ao capitalismo, na medida em que o indivíduo e não apenas a sociedade como um todo é o alvo do sistema. Na fase neoliberal do capitalismo, o sujeito é considerado enquanto um empreendedor de si mesmo, uma “unidade empresa” em busca de satisfação, nas palavras de Foucault.

É o retorno ao *homo economicus*, porém com a diferença de que agora, o indivíduo não é apenas um vendedor de sua força de trabalho, ou uma das duas partes de uma relação compra-venda, como no capitalismo clássico. O indivíduo otimizado é aquele que se deixa transformar (por forças que o ultrapassam) em um sujeito empresário de si mesmo. Ele deve investir em seu próprio futuro, em sua própria carreira e, sobretudo, em sua própria pessoa. Além disso, ele encontra sua quota diária de satisfação na medida em que se vê aprimorado, ajustado em conformidade às leis dos mercados (*ibidem*, p. 264-265). Para conseguir um bom trabalho, ir bem nos negócios, conseguir um bom casamento, é preciso usar a vestimenta certa, mostrar compostura, mostrar uma boa aptidão física, ter iniciativa e capacidade de decisão, conhecer as palavras certas e o momento de dizê-las.

A opção por esse “polimento” é uma decisão individual e, para isso, há uma infinidade de tecnologias auxiliando os indivíduos a se tornarem “aptos”. O “empresário de si mesmo” é o indivíduo que busca sua própria “superação” por caminhos já traçados que levam a fins preconcebidos. Portanto, a imagem do imigrante pobre e despossuído deveria ser percebida como parte de uma discursividade que busca refazer sua auto-imagem para si e para a sociedade que o acolhe.

Não se trata de dizer que, por ser o sujeito um empreendedor, ele goza de mais autonomia do que o sujeito do capitalismo clássico. Na visão foucaultiana, todas as tecnologias que são colocadas à disposição dos indivíduos para que eles se tornem empresários de si mesmos não são nem um pouco libertadoras. Ao contrário, representam uma fase avançada das tecnologias de poder que exige e multiplica normatizações. O poder que já

estava distribuído em uma infinidade de instâncias burocráticas é agora ainda mais capilarizado, na medida em que ele deve servir aos interesses de uma entidade ubíqua chamada mercado.

O mercado penetra também o Estado, modificando-o conforme suas próprias leis. Interessa ao mercado e aos grandes grupos empresariais, transnacionais ou não, instigar o empreendedorismo nos indivíduos, de forma que se tornem responsáveis pelo seu próprio bem-estar e por seu futuro. Foucault nos apresenta uma reflexão sobre as exigências do mercado como um efeito do discurso liberal. O Estado, imbuído dessa ideologia, deixa de ser o Estado protetor, para concentrar-se na regulação. Se, nos casos em que o imaginado estado de bem-estar foi apresentado com algum grau de abrangência, mantendo o controle dos indivíduos e, ao mesmo tempo, protegendo-os contra calamidades e infortúnios, em uma espécie de troca de fidelidades, o estado neoliberal age desde uma lógica de otimização, apontando o caminho da adequação como a única via possível de garantir satisfação e segurança em nível individual e em um nível mais abrangente, legitimando e normatizando os diversos aspectos de essa busca pela otimização do sujeito e das formas de normatização com menor violência, mas não com menor controle sobre os corpos.

Uma leitura pertinente de Foucault é feita em “Etnia, raça e saúde desde uma perspectiva nominalista”, na qual o autor, José Carlos Dos Anjos (2004) aponta, com base no pensamento de Foucault, que desde seu surgimento, o estado-nação, como seu antecessor, o poder soberano, manteve a prerrogativa de vida e morte sobre os cidadãos, uma forma de controle sobre os corpos. Desde o surgimento dos estados nacionais, no século XVI, até o século XX esse direito sobre a vida das pessoas se traduzia em um direito de vida, ou seja, o rei e depois o Estado tinham o direito de decidir quem devia morrer, e isso se aplicava tanto a indivíduos quanto a populações. Se, no absolutismo, o Rei tinha poder sobre todos os corpos, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o corpo torna-se “inviolável”. Já no século XX, e com exceção dos estados totalitários, esse direito sobre os corpos traduziu-se, aponta o autor, em um direito de deixar morrer. Assim, pensando as nações multirraciais, ou

multiétnicas, o Estado agiria de forma a que determinados setores da população tivessem o acesso dificultado a certos benefícios e serviços e formas de conhecimento em saúde⁶.

Trata-se do que Foucault chama de “bio-poder”, o qual é:

[...] elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de melhorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso, torná-las mais difícil de sujeitar ... (Foucault. 1988. p. 132).

Não apenas essa lógica tem se refinado com o tempo, tornando-se mais escorregadia e, portanto, perversa, mas também a percepção que dela podemos ter depende de se a analisarmos a partir de seus efeitos ou a partir de suas intenções, as quais se tornam explícitas nos discursos sobre o sujeito, implícitos, entre outras coisas, na mídia e na propaganda televisiva. Hoje em dia, dificilmente poder-se-ia dizer que o Estado, enquanto agente de poder, deixa explicitamente morrer setores da população. Tais práticas de exclusão se dão, na maioria das vezes, através da banalização de algumas premissas sobre direitos e deveres perante situações pontuais envolvendo setores específicos da população. Isso não quer dizer que setores inteiros da população não sejam excluídos da vida social pela falta de acesso a determinados bens, senão que um discurso explicitamente exclusivista se chocaria de frente com a vigilância exercida pela sociedade civil.

Aihwa Ong propõe uma análise da interação entre a exclusão e a inclusão da forma como elas se dão no âmbito das propostas dos governos hoje. Ou seja, nos propõe uma análise das formas como as tecnologias de governança e de disciplinamento interagem, simultaneamente valorizando e desvalorizando condutas humanas (Ong, 2006, p.5). Nesse caso, não se trata

⁶ A obra de Foucault na qual *Dos Anjos* baseia-se é “em defesa da sociedade: curso no Collège de France: 1975-1976. Naquela obra, Foucault não havia desenvolvido ainda a ideia de otimização que está presente em “O nascimento da biopolítica: curso no collège de France: 1978-1979”.

de indicar uma negligência do Estado, senão de apontar como saberes e tecnologias atuam na otimização dos sujeitos. A autora identifica na governança neoliberal dois tipos de técnicas de otimização: as “tecnologias da subjetividade” e as “tecnologias de sujeção”. As primeiras visam induzir os sujeitos a se tornarem empreendedores de si mesmos e, ao mesmo tempo, indivíduos autocontrolados, a fim de que possam fazer melhores escolhas e se tornarem eficientes e competitivos frente às turbulências do mercado. Entre elas se encontram a adesão a regimes de vida saudáveis, o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos e técnicas de manejo pessoal e acúmulo de capital. Nesse sentido, as reflexões de Bourdieu sobre o acúmulo de capitais e as transformações de um tipo de capital em outro são pertinentes.

As segundas são estratégias políticas de manejo diferenciado das populações, visando à otimização da produtividade, mediante práticas espaciais que envolvem as forças do mercado. Elas incluem a fortificação do espaço urbano, o controle dos deslocamentos e o recrutamento de populações específicas para setores do mercado de trabalho específicos (Ong. 2006. p. 6).

Porém, como sugere também Aihwa Ong, ainda dentro do domínio do econômico, os sujeitos que não têm os potenciais ou as habilidades necessárias ficam vulneráveis às práticas de exclusão (Ong. 2006. p. 7).

Meu argumento, em termos muito gerais, é que as tecnologias de subjetividade têm implicações que vão além dos seus propósitos de incentivo à superação dos sujeitos para a atuação na vida econômica, gerando cidadanias diferenciadas em âmbitos diferentes da vida social e em uma escala adaptativa gerada conforme escalas de valores locais e situacionais.

A lógica do mercado impregna todos os aspectos da vida das pessoas; mais do que uma visão econômica *stricto sensu*, trata-se de uma forma de racionalidade, onde a relação custo-benefício pauta todas as formas de relação. Por isso apontei anteriormente o aspecto situacional da otimização. É importante ter isso em mente para entender, nos capítulos seguintes, quais são os fundamentos que orientam e se presentificam na atuação dos mediadores junto aos imigrantes.

Essa lógica da otimização age, então, de forma ambígua, apontando e premiando os sujeitos melhor adaptados, enquanto torna implicitamente passíveis de exclusão todos os outros. Os “excluíveis”, por sua vez, não serão deixados simplesmente ao léu, serão fixados a lugares sociais mediante programas assistenciais que, no meu argumento, são programas de ordenamento social. A exclusão é raramente explícita, age de forma a reforçar o sentimento de inadequação frente aos outros e, simultaneamente, cristaliza essa “inadequação” como uma condição e não como uma situação transitória derivada da própria exigência de adaptação. Dessa forma, indivíduos “inadaptados” encontram seu lugar nos nichos que lhes são reservados.

Portanto, o poder de excluir certas populações se dá hoje, por mais paradoxal que possa parecer, através de uma lógica da inclusão, quando esta persegue, por meio da otimização, a obtenção de “bons resultados”. Perante parâmetros cada vez mais altos de “adequação” aos quais os sujeitos devem corresponder e atingíveis mediante um número inesgotável de técnicas de otimização, aumenta a quantidade de sujeitos “inadequados”. Todos estão sujeitos ao controle, mas as formas de controle exercidas sobre os sujeitos dependem de quão alto nessa escala de otimização tenham chegado.

Sem desconsiderar as questões relativas ao deslocamento e à passagem pelas fronteiras, pois de fato elas são determinantes na formação de discursos sobre a migração, a ênfase desta tese está colocada no segundo aspecto do controle das migrações já mencionado, o controle dos sujeitos migrados. Porto Alegre, Buenos Aires e Madri apresentam formas de entender e lidar com as migrações diferentes entre si. As diferenças entre essas três configurações resultam, em alguma medida, dos diferentes contextos institucionais e legais municipais, nacionais e regionais que pautam os aspectos burocráticos da migração, os quais estão no centro do trabalho dos mediadores e, em certa medida, põem alguns limites aos discursos sobre o fenômeno migratório. Por isso, debruçarei-me sobre as três cidades enquanto lugares de chegada de imigrantes e a relação que elas mantêm com os marcos legais que configuram os fenômenos migratórios particulares em cada uma

delas. Assim, o controle sobre o sujeito imigrante adquire formas diferenciadas nas três cidades em função das maneiras também diferenciadas em que os mediadores, que ao longo do trabalho de campo emergiram como agentes importantes, entendem e lidam com o fenômeno migratório.

É importante notar, entretanto, que as diferenças entre as formas de atuação dos mediadores convivem com formas cada vez mais mundializadas de discursos sobre direitos humanos e migrações. Nesse sentido, as atuações dos mediadores emergem em contextos de diferenças e aproximações entre contextos locais e discursos transnacionalizados sobre quem é o imigrante.

De que maneiras esses agentes mediadores contribuem para reforçar e implementar as técnicas de controle sobre os sujeitos imigrantes é um ponto fundamental desta tese. Veremos assim que uma parte das práticas supostamente liveradoras dos mediadores terminam agindo de forma a controlar a vida dos migrantes, seja através de programas específicos de combate ao crime ou por meio do discurso e das práticas cotidianas.

Escolhi abordar o tema das migrações a partir da perspectiva dos lugares de chegada, considerando que não são necessariamente lugares de destino. Isso significa que não é o país de origem dos imigrantes nem se eles pretendem ficar ou não na cidade em que se encontram o que motivou minha pesquisa. Assim, abandonei perguntas comuns com as quais sujeitos que emigram são continuamente inqueridos. Pretendo, mais do que olhar para o percurso entre um lugar e outro, observar e comparar três universos onde se condensam relações de poder entre pessoas locais e estrangeiras, organizações de assistência a esses imigrantes, o Estado nacional e as instâncias supranacionais ou transnacionais, como são respectivamente a União Europeia (UE) e o Mercosul.

As três cidades escolhidas têm em comum serem pólos de atração para pessoas de outros países. À Região Metropolitana de Porto Alegre chegam atualmente pessoas dos países mais próximos, Uruguai e Argentina, mas também de outros estados de América do sul, de países africanos e asiáticos, sem mencionar sua história como lugar de destino de migrantes europeus. Buenos Aires e Madri, por serem capitais nacionais e cidades muito populosas,

são os lugares de chegada de pessoas do mundo todo.

Nas três, as temporalidades foram diferentes, claro. Em Porto Alegre eu morava já vários anos, portanto essa descoberta implicou um trabalho de memória e de desentranhamento dessas referências do meu cotidiano. A densa invisibilidade do fenômeno migratório em Porto Alegre não deixava aparentemente grande lugar para a pesquisa. Um universo de mediação restrito, aliado ao fato de serem esses mediadores os únicos a falar no tema das migrações, contrastava com a evidência de significantes contingentes de pessoas de outros países morando na cidade e seus redores. Foi necessário buscar as razões desse silêncio conspícuo e entender quais eram as categorias de classificação nas quais a imigração poderia estar esfacelada em problemas pontuais, ou seja, no interior de quais categorias de classificação os imigrantes atuais apareciam como um problema, se é que esse problema realmente existia.

Buenos Aires exigiu-me deslocamentos frequentes por períodos curtos, portanto foi necessário encontrar e mapear referências com certa rapidez, ao mesmo tempo que aprendia a viver interrompidamente na cidade. Significou, assim, aprender os caminhos da cidade, aprender a lidar com o sistema de transportes e, sobretudo, com o sistema de telecomunicações, essencial para fazer os contatos e marcar entrevistas. Percebi, com alguma dificuldade, que as telecomunicações em Buenos Aires haviam tomado rumos diferentes dos de Porto Alegre e Brasil, depois da popularização do telefone. Passaram-se alguns dias até descobrir, por exemplo, que havia cartões telefônicos de várias companhias de telecomunicações e que só se podia ligar de um telefone público se este era da mesma companhia que o cartão utilizado. Também, frente à dificuldade de comunicar-me com algumas pessoas, descobri que se o telefone com que queria me comunicar era celular, havia que chamar de um aparelho convencional localizado em um domicílio, não de um telefone público ou de um celular, para que a chamada não fosse cobrada também ao destinatário; sendo um número desconhecido, as pessoas não atendiam à chamada ou o faziam entre reclamações nem sempre sutis. Embora pareça nada ter a ver com a formação de um universo de pesquisa, este foi um fato

importante, já que a aceitação por parte de um possível interlocutor implicava, entre outras coisas, respeitar seus códigos e evitar constrangimentos para ambos; não onerá-lo com minhas chamadas telefônicas e saber lidar com as mesmas tecnologias e seus custos minuciosamente calculados.

Madri vivia concomitantemente com a riqueza que a caracteriza desde sua entrada à União Europeia e a pobreza decorrente da crise de 2008, e que castiga de forma drástica o país e a Europa. Assim, o “problema migratório” se destaca como uma competição por postos de trabalho e retóricas sobre o abuso de um precário e pretérito estado de bem-estar. O cotidiano não era para mim um problema na entrada em campo; logo aprendi a me movimentar facilmente na cidade. Entretanto, os sistemas de transporte e comunicações em rápida expansão conviviam com o desemprego e a falta de dinheiro das pessoas. Era necessário entender os cálculos que meus interlocutores faziam e as táticas que utilizavam para superar as dificuldades do dia a dia, também com o objetivo de não onerá-los e sem que isso fosse um obstáculo entre nós. Assim, como os primeiros encontros frequentemente tinham lugar em bares ou cafés, eu pagava a conta gentilmente fingindo não ter troco em moedas e pedia que me ensinassem os truques que costumavam usar para burlar a roleta na entrada dos metrô. Entretanto, a ubiquidade da problemática das migrações na cidade redundava, paradoxalmente, em uma situação pouco propícia à pesquisa. Os mediadores, no sentido mais lato, estão literalmente “fartos” dos pesquisadores, e um discurso anti-acadêmico permeia a maioria das organizações; mais paradoxalmente ainda, quando estas estão compostas por profissionais que também levaram adiante suas pesquisas na área. Este é um assunto que permeará todo meu trabalho de campo em Madri, que provocou momentos de bastante angústia, que me levou a reflexões sobre o processo de pesquisa e a espreme-las perante os meus interlocutores de inúmeras maneiras. Portanto, entre os saberes que acumulam e outorgam a si a especialidade sobre a questão migratória há uma competição sobre competências e formas de falar sobre e pelo imigrante.

Constituindo então, os mediadores, meu universo de pesquisa nas três cidades, veremos agora o que é um mediador e o que ele faz.

1.2 QUEM SÃO OS MEDIADORES?

O termo “mediador”, em princípio, refere-se à pessoa ou à instituição que faz a mediação entre dois ou mais setores da sociedade. Em Madri, a mediação é uma profissão, há uma escola de mediadores em migração e a mediação é tratada nos cursos de psicologia social e de assistência social. De fato, a maioria das pessoas que trabalham para ONGs são psicólogos ou assistentes sociais já formados ou estagiários. Também em Buenos Aires, a maioria dos trabalhadores de ONGs têm esse perfil, embora eu não possa afirmar se existe nessa cidade uma escola de mediação. Já em Porto Alegre, a mediação fica por conta de uma organização da Igreja Católica – o CibaiMigrações –, algumas associações de imigrantes e um grupo recém formado de estudantes que presta assistência legal, o Grupo de Apóio a Imigrantes e Refugiados (GAIRE).

Entretanto, pensar o mediador somente como esse profissional que desenvolve uma tarefa para a que foi preparado a partir de uma perspectiva institucional é olhar a mediação em migrações sob um único ponto de vista, o que seria contraditório com o que pretendo nesta tese, que é deslocar meu olhar entre lugares diversos de circulação de discursos.

Se, do lado da sociedade receptora estabelecida, o mediador é aquele que vai ajudar o “outro” em sua “integração” – seja o que for que isso implica em cada lugar e momento – do lado do imigrante o mediador é aquela pessoa ou instituição com a qual ele pode contar para obter informação, intercambiar alguma experiência e à qual pode recorrer em busca de apoio, seja ele econômico, legal ou na procura de emprego. Alguns mediadores têm um leque de atividades mais amplo, que inclui cursos profissionalizantes, aulas de língua, ou atendimento psicológico.

Estamos assim perante duas perspectivas completamente diferentes. O mediador tem como objetivo ajudar o imigrante a se “integrar” à sociedade. Em sua perspectiva, o “imigrante” é um indivíduo entre muitos, pertencente a uma

categoria social previamente definida para cujos problemas há um número fechado de soluções.

Do outro lado está o imigrante; um sujeito que, embora tenha amigos ou parentes que já migraram, vive uma experiência única, a sua, e que precisa aprender a viver e se movimentar em uma cidade que ainda não conhece. Nesse processo, buscará relacionar-se não necessariamente com as organizações que se apresentam oficialmente como os mediadores através dos canais da burocracia ou na internet, e que contam com credenciais oficialmente reconhecidas, senão que seguirá os caminhos indicados pelas pessoas nas que ele mesmo se reconhece.

Mas esta dupla perspectiva pode ser reducionista. Ao olhar para ambos os lados para tentar entender como ocorre o contato inicial e, talvez, o vínculo mais duradouro entre o mediador e o imigrante, o universo da mediação começa a se apresentar mais denso e variado para o pesquisador.

Os mediadores não somente têm as soluções para os problemas dos imigrantes, eles estudaram sobre migrações e têm experiência sobre o fenômeno, portanto eles “sabem” quem é o imigrante. Esse “saber” sobre as migrações não permanece fechado dentro do âmbito da mediação; ele vaza, e de alguma maneira, acaba sendo apropriado pela sociedade, contribuindo para a formação dos discursos sobre as migrações. O lugar de mediador confere-lhe alguma legitimidade frente à sociedade, o que faz que o “saber” do mediador não encontre grandes resistências.

Já o imigrante é quem vivencia a migração. Pode ser que ele conte com a ajuda e informações providenciadas por amigos e parentes que também migraram, mas a experiência de deslocamento é sua. Daí que, ao passo que o mediador se movimenta dentro de um mundo conhecido, aquele que é fundamentado no seu conhecimento sobre o imigrante, este último se movimenta no mundo ainda aberto da cidade e das possibilidades que ela oferece, entre as quais se encontra uma variedade de mediadores.

Mesmo em Porto Alegre, onde o universo de mediação é pequeno e as migrações não são percebidas como um fenômeno social, alguns imigrantes

recorrem às associações de compatriotas já formadas, embora passem quase sempre pelo CIBAI Migrações antes. Já nos cenários mais complexos de Buenos Aires e Madri, é possível perceber que os caminhos percorridos pelos imigrantes incluem vários mediadores.

Esse percurso inclui as ONGs, as organizações de base religiosa, os agentes do Estado e as associações de imigrantes e movimentos de base. O que motiva um imigrante a percorrer vários mediadores é as especificidades destes. O que eles oferecem, onde se situam na cidade, quem o indicou são algumas das questões que são levadas em conta. Há os mediadores que trabalham dando atenção a solicitantes de asilo e a refugiados, aqueles que assistem somente imigrantes e aqueles que trabalham em ambas as áreas. Há também os que oferecem alguma ajuda econômica e os que não; os que têm bolsa de trabalho e os mediadores que lhes encaminham os imigrantes; os que lidam com questões jurídicas somente e os que as incluem entre suas atividades, mas não contam com advogados entre seus membros; os que abordam as questões de gênero e os que não; os que mantêm discursos mais politizados e, portanto, tendem a recrutar membros mais do que a dar uma assistência pontual, os que buscam induzir o imigrante a uma reflexão política ou social sem ver nele um possível novo membro da equipe e ainda aqueles que somente dão uma assistência pontual; os que não trabalham diretamente com os sujeitos imigrantes, senão que o fazem através de outra organização, mas que são procurados pelos imigrantes por engano ou falta de informação; há os que oferecem cursos da língua local, ou de preparação para o trabalho ou ainda um espaço de encontro cultural e aqueles que oferecem atendimento de balcão.

Há ainda lugares de encontro de imigrantes que não constituem nenhuma organização mas que cumprem a função de aglutinar pessoas imigrantes e permitir a troca de informações. Tal é o caso dos locutórios - empresas privadas de telefonia e internet que constituem uma forma de empreendedorismo com linhas de crédito para imigrantes-, lojas de imigrantes e até parques, onde os imigrantes se reúnem informalmente, trocam informações e experiências. Em Madri, os sábados pela tarde, o parque do Retiro é o lugar

de ensino de danças folclóricas por professores imigrantes para imigrantes e os filhos destes, e o parque Casa de Campo é lugar de encontro de imigrantes andinos aos domingos, onde é possível comprar comidas, bebidas e objetos, cortar o cabelo, escutar música e dançar e até assistir aos discursos religiosos de pregadores evangélicos. Lugares como estes não poderiam ser considerados mediadores se pensamos o termo em seu sentido estrito, mas servem a efeitos semelhantes e neles circulam anúncios sobre serviços de intermediação sob forma de panfletos e boca-a-boca, entre outras informações e recomendações.

As emissoras de rádio dirigidas à população imigrante também podem ser consideradas mediadores, na medida em que interpelam e estabelecem um diálogo com os imigrantes e suas necessidades. Como veremos no capítulo 6 sobre o universo da mediação em Madri, existe uma variedade de perfis de emissoras de rádio dirigidas a imigrantes

Ou seja, para o imigrante, a mediação faz parte do roteiro e das possibilidades da cidade. Já para o mediador, a mediação é aquilo que ele pode fazer (a mediação em si) e dizer (o “saber”) desde seu lugar. E enquanto o imigrante vai em busca de caminhos para resolver seus problemas ou de pessoas nas que possa se reconhecer, o pesquisador elabora um mapa da mediação na cidade. O imigrante desbrava o terreno e cria suas referências; frequentemente revisita-as, às vezes tensionando seus limites. O pesquisador, conversa com ambos os mundos, o do mediador e o do imigrante. Nesse processo, alguns mediadores acabam repensando seu trabalho e abrindo exceções. Já o pesquisador deve se cuidar de não endurecer seu mapa, o qual, em princípio, será fechado. E o faz contando apenas com seu trabalho, já que a literatura sobre o tema da mediação em migrações em geral é muito escassa, quase inexistente, e o caráter específico e dinâmico do universo de mediação em cada cidade impede que exista qualquer literatura além de algum guia de recursos ou, as publicações de cada mediador⁷.

⁷ Jorge Aragon et al. (2009) apresenta as políticas de integração na Espanha e o papel desempenhado pelos agentes sociais. Entretanto, os únicos agentes que os autores consideram são aqueles que fazem parte da burocracia estatal nos três níveis de governo.

Porém, estou ainda simplificando algo que não é tão simples. No parágrafo acima mencionei a necessidade de não endurecer o mapa da mediação que o pesquisador faz e o caráter dinâmico das organizações de mediadores. O trânsito de pessoas entre os organismos de mediação é intenso em Buenos Aires e em Madri. Membros de organizações de mediação circulam entre várias organizações mediadoras e de pesquisa, não apenas ao longo do tempo ou como participantes de eventos, mas também fazendo parte de várias organizações simultaneamente. Alguns sujeitos individuais são mais conhecidos por seu nome próprio do que pela organização à qual pertencem. Em Buenos Aires, uma mesma pessoa trabalha como bibliotecária no Centro de Estudos Migratorios Latinoamericano (CEMLA) duas tardes por semana e três na Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Em Madri, voluntários e trabalhadores contratados da Comisión Española de Ayuda a los Refugiados (CEAR) fazem também parte da Federación de Refugiados e Inmigrantes de España (FERINE), de associações de base nacional e de Oficinas de Derechos Sociales (ODSs). Os membros da Asociación de Sin Papeles de Madrid (ASPM) fazem parte das comissões do Ferrocarril Clandestino. Alguns deles fazem parte também de outros movimentos não diretamente ligados à migração, como os movimentos ambientalistas e de gênero.

Algumas coisas podem ser pensadas a partir disso. Primeiro, a mediação pode sim ser um trabalho, mas pode também ser uma forma de vida. Um membro de uma organização de mediação dificilmente é um sujeito no trabalho e outro fora dele; ele quase sempre leva trabalho para casa. Frequentemente um mediador se confunde com seu trabalho, embora não seja assim sempre.

Segundo, esse trânsito caracteriza a organização dos mediadores em redes. De fato, em Madri, os mediadores costumam fazer parte de redes de mediadores ou de *federaciones*, quando os organismos extrapolam o âmbito local.

Terceiro, esse trânsito permite a identificação de sujeitos “curinga”, que não apenas são membros de organizações, senão são referências nodais

dentro de âmbito da mediação. Cabe dizer que no sistema acadêmico espanhol, por exemplo, esses sujeitos dotados de questões práticas são também parte de um público preferencial para as carreiras de mestrado e doutorado uma vez que inseridos no mercado também sustentam sua carreira acadêmica sem demandar bolsas das instituições de ensino, embora possam usufruir de algumas linhas de financiamento de pesquisa.

Assim, os nomes próprios que escuta quem chega de fora com a intenção de entender esse universo não são necessariamente os dos líderes, chefes ou diretores de uma organização, senão os nomes de sujeitos individuais que, em função de seu trânsito, acumulam um capital social importante nos lugares por onde circulam.

E, sobretudo, este trânsito é uma forma de intercambio de “saberes” sobre a migração. Como vimos em 1.1, na visão de Foucault, as formações discursivas não têm limites precisos e a interlocução com diversos agentes tem um papel importante em sua formação; daí a importância destes sujeitos “curinga”

Ser ou não imigrante parece não ser de grande importância nesse trânsito, a não ser claro quando se trata de associações de imigrantes de um mesmo país. Em Madri, o advogado Jacinto Morano não pertence a nenhuma organização, mas poucos não o conhecem, já que ele presta atendimento gratuito a organizações e sujeitos migrantes.

Além disso, são poucos os membros de organizações de mediação madrilenhas que não tiveram eles mesmos alguma experiência prévia de deslocamento. É comum entre os mediadores espanhóis haverem participado de programas de cooperação na América Latina ou na África, ou haverem passado longos períodos no exterior como estudantes ou pesquisadores. Já em Buenos Aires, os mediadores não imigrantes não se caracterizam tanto pela sua experiência prévia de deslocamento.

Nos capítulos 4, 5 e 6 veremos que o universo da mediação apresenta características particulares em cada uma das cidades que fazem parte desta pesquisa. Isso não significa que não existam características em comum entre

as organizações de mediadores das três cidades que fazem parte desta pesquisa, senão que as configurações dos universos de mediação são bastante diferentes. Elas nos ajudam a pensar sobre esses saberes que confluem e se multiplicam no delineamento dos discursos sobre a imigração.

Penso, neste ponto, algo que Alfredo, um rapaz peruano com quem conversei sobre meu trabalho em Madri me disse sobre os movimentos sociais:

La diferencia de los movimientos sociales en América y aquí es que allá lo identitário es muy fuerte, y las disputas son grandes, porque estamos peleando por los mismos recursos. Acá, como hay un estado de bien estar social, las mismas personas se pueden dar al lujo de participar de esto y de aquello, porque el seguro de paro está garantido. (Entrevista realizada no dia 24/09/09)

Assim, os mediadores atuam apontando para os sujeitos migrantes os caminhos para resolver as situações com as que se enfrentam ao chegar à cidade dentro de um quadro bastante restrito de possibilidades e, ao mesmo tempo, constituem-se como lugares de saber sobre o fenômeno migratório. Esses saberes resultam de seu contato com o imigrante e de trânsito entre organizações e centros de estudo e pesquisa. Por ser lugares de “saber”, são também lugares de um discurso sobre as migrações.

1.3 – OS SUJEITOS MIGRANTES E A CIDADANIA

Como deveria ter ficado claro até aqui, escolhi não fazer nenhum recorte pautado em realidades nacionais, no que respeita à procedência dos imigrantes ou problematizando o jogo discursivo nacional de cada lugar que recorri em meu trabalho de campo. Sei que isso contraria a maioria dos estudos sobre migrações que tornam a origem nacional algo “estável”. Escolhi, ao invés disso, observar como se configura o fenômeno migratório em três cidades diferentes. Também declinei da perspectiva antropológica de trazer a “voz” dos imigrantes como o fundamento principal do meu trabalho, embora sim a traga em certos momentos, pois a entendo presente e sempre permeada pelo

diálogo e a interlocução com diferentes narrativas, discursos e mediadores.

Penso que a migração deve ser estudada independentemente das categorias que pretendam remetê-la a identidades homogêneas e estáveis. Pela mesma razão, optei por incluir, neste estudo, migrantes e refugiados independentemente do *status* jurídico dos sujeitos. Não quero dizer que essas categorias não tenham um valor prático. Quero dizer que todas elas remetem a uma experiência de ruptura com uma situação de desconforto, seja qual ela for. Remetem a uma subjetividade fraturada anteriormente ao deslocamento. Continuamente evocada e atualizada, a ruptura valida o presente. Considero que o migrante é, portanto, um exilado, independentemente de sua categoria jurídico-legal.

Uma das consequências da transnacionalização dos discursos sobre direitos humanos e da noção de cidadania é sua crescente complexidade, densidade e, sobretudo, exigibilidade. Não somente se espera que os cidadãos saibam que “cidadania” não é um conjunto de direitos e deveres fixado arbitrariamente pelo Estado, mas que também reconheçam as falhas e os limites da cidadania que é proposta e vivida. O imigrante, enquanto exilado, rompe com uma carência conhecida e sai à procura de uma plenitude que desconhece; foge de uma cidadania incompleta e dada em busca de uma cidadania da que possa se apropriar. Existem inúmeras maneiras de conceber a migração; eu a penso como a continuidade de uma ruptura anterior ao deslocamento, transitando entre a impossibilidade ou a falta do desejo de reatar os vínculos primordiais com o lugar de origem e a fatalidade de sua realização, a qual implica, por sua vez, a possibilidade de se apropriar de novas formas de estar no mundo.

Nesse sentido, como dizem os editores da introdução a “Sujetos en Tránsito”: “*La ciudad puede ser el espacio donde fundar una nueva identidad imaginaria, una plataforma desde la cual proyectar una subjetividad artificial y no determinada ...*” (Sosmowski, Bravo & Garramuño, 2003, p. 19). Daí que

O “artificial” da subjectividade não remete de forma alguma a uma falta de autenticidade. Ao contrário, ao dizer que se trata de subjectividades artificiais, refiro-me ao descolamento de uma perspectiva essencialista em favor de uma

multiplicidade de elementos -“artífices”- que os sujeitos são capazes de acionar na busca por respostas aos vazios que a fratura causou. Transitando entre identidades fracionadas, as quais não se correspondem necessariamente a identidades nacionais, já que o deslocamento físico implica deslocamentos subjetivos múltiplos, o migrante vivencia e desperta incertezas.

Tais incertezas são, portanto, decorrentes de uma variedade de lugares de enunciação. A alternância de lugares de discurso é algo comum na fala dos migrantes; ao longo do trabalho de campo pude perceber, entretanto, que ela está mais próxima de um traço inerente ao próprio deslocamento subjetivo que de uma ação consciente. Algumas vezes é sim possível perceber o acionamento, por parte do imigrante, de uma e outra identidade como tática de sobrevivência ou como um recurso explicativo, mas em muitas outras ocasiões assemelha-se a um *habitus*⁸ no sentido que Bourdieu dá ao termo.

E é nesse transitar entre identidades que radica a incerteza que o migrante provoca nos outros. Se todas as identidades são fragmentadas, as dos migrantes o são ainda mais, em função não apenas de terem mais de uma filiação “nacional”, mas também das fragmentações que delas decorrem. Suas vulnerabilidades tornam-no “escorregadio”, na perspectiva dos discursos legitimados que valorizam a fixidez das identidades e dos pertencimentos. Daí que seja necessário mobilizar seu controle. O trecho que segue, extraído da obra supra citada, é bastante esclarecedor:

Por lo tanto la fractura que atraviesa al exilio no debería ser silenciada por la proclamación de una reconciliación entre el sujeto y la cultura que lo aloja. La experiencia del exilio, por su misma separación de la comunidad de origen, implica una desconexión con el grupo y una radical ruptura con el espacio común y la memoria colectiva. Por esta razón, el exiliado, desapegado de lo colectivo e inmerso en una movilidad con destino incierto, es percibido como un sujeto peligroso a los ojos del Estado, que lo rechaza por su indefinición, pero que simultáneamente precisa detenerlo en una ciudadanía como condición para poder atraparlo” (Fernández Bravo, Carramuño e Sosnowski, 2003, p. 18).

⁸ Bourdieu define o *habitus* como um sistema de disposições perduráveis e transponíveis; tendências a sentir, agir, fazer e pensar de uma determinada maneira, interiorizadas e incorporadas quase sempre de forma inconsciente por cada indivíduo, dependendo das condições objetivas de sua existência e de sua trajetória social (Corcuff, 2005 [1998], p. 32).

Dessa percepção do migrante como portador e provocador de incertezas é que resulta, então, a necessidade de controlá-lo. Por isso também o controle do migrante não se dá apenas nas fronteiras. Ali ele é controlado por seu potencial de ameaçar o Estado, de pôr em relevo as fraturas do poder. Todos sabemos que nenhuma fronteira é totalmente impermeável, e que, mesmo supondo que exista uma intenção explícita de manter um controle absoluto de quem entra, o que não parece ser verdade, a observação das táticas empregadas pelos migrantes nos revela que em todas as fronteiras existem fraturas das formas de controle. Entretanto, o que interessa pôr em relevo aqui é que esse controle do sujeito migrante vai muito além do controle exercido pelo Estado nas fronteiras; ele tende a incidir nos corpos, na experiência subjetiva e na capacidade de enunciá-lo dentro de retóricas que o fixam em alguma previsibilidade.

Ainda que o Estado seja detentor de um poder que se capilariza em uma infinidade de instâncias burocráticas, de leis e de agências de policiamento, o Estado não tem a exclusividade do poder de controlar os sujeitos. O objetivo deste trabalho é mostrar que o controle dos sujeitos, dos sujeitos migrantes em especial, se dá mediante os discursos legitimadores de determinadas práticas e saberes. Erguidos nas bases de uma “otimização” dos sujeitos, supostamente acessível a todos sem fazer distinções raciais ou sociais, estes discursos moldadores de sujeitos idealizados moldam também as práticas dos mediadores que atuam em favor dos imigrantes. Ancorados, de um lado, na visão de que o que é bom para um é bom para todos, e no outro, em uma suposta aceitação das diferenças, o “guarda-chuva” da inclusão acaba deixando a maior parte dos indivíduos à intempérie. A aceitação das diferenças acaba revelando-se uma “folclorização” da cultura do “outro” e as políticas de inclusão parecem não ser nada além de tentativas de torná-lo manejável, palatável às reiteradas maneiras hegemônicas do que significa ser um “bom imigrante”.

As políticas que gestionam a identidade dos sujeitos fazem parte da concepção neoliberal de uma sociedade fragmentada. Se, por um lado, elas aglutinam sujeitos em torno de reivindicações de direitos e, de fato, a conquista

desses direitos não teria sido possível sem a luta das organizações de base identitária, por outro elas também servem às intenções controladoras e expansionistas do mercado. Como controlar uma sociedade crescentemente heterogênea senão colocando cada um no seu lugar?

As políticas de identidade fazem parte das forças de oposição que atuam no âmago do próprio sistema neoliberal, procurando modificar situações pontuais em favor das diversas formas de bem-estar dos sujeitos. São aquilo que Aihwa Ong (2006) chama de “*neoliberalism as exception* – uma forma de discriminação positiva em favor de alguns sujeitos e regiões como alvo de determinadas políticas- em contraste com o que ela denomina “*exceptions to neoliberalism*” – a preservação dos benefícios do estado-de bem-estar para os cidadãos e a exclusão dos não-cidadãos dos desenvolvimentos do capitalismo (Ong. 2006 p. 4-5).

Porém, na luta por direitos, as negociações com os poderes instituídos comportam sempre uma ameaça. Na figura da cobra que acabou mordendo seu próprio rabo, depois de algumas décadas, nem todos os *black* são *beautiful* e nem todos os migrantes acabam “merecendo” entrar nas políticas de inclusão só porque são diferentes. O ideal da “otimização” penetrou as organizações para, de dentro, controlar quem merece destacar-se, exibindo uma diferença palatável e capacidades específicas de adaptação a padrões hegemônicos.

O poder precisa de certezas. Pode se dizer, a partir de uma postura de suspeição, que o sujeito migrante, o exilado, já mostrou que é capaz de “trair” seus vínculos filiais primordiais, ao abandonar seu país e os seus. “Se o fez com os seus, porque não o faria conosco?”, poderia se dizer. Assim considerado, o elemento errante deve ser tornado sedentário, controlável; localizá-lo, *empadronarlo*⁹, para que, tendo algum tipo de benefício, se torne previsível. Uma das formas de fazer isso é lhe oferecer uma possibilidade de refazer vínculos. Só que, desta vez, “ao nosso modo”. Assim, uma política que atinge a todos os cidadãos pode incidir de modo singular para aqueles que são convocados a conformar-se a rotinas que são banalizadas pelos nacionais.

⁹ O empadronamiento é o registro do domicílio de todos os cidadãos nos estados europeus.

A face mais visível dessa adaptação são as exigências burocráticas advindas do poder estatal e burocrático. É ali que o acesso à saúde, moradia, educação e regulação do trabalho podem estar obliterados. É sobre esses aspectos – e suas exigências – que os mediadores mobilizam, participam, agenciam e atuam.

1.4 INTERLOCUTORES E PESQUISADORES

Como disse anteriormente, a intenção deste trabalho é a de examinar três configurações do fenômeno migratório em três cidades diferentes. Poderíamos, inicialmente, pensar estas três configurações como fotografias dos agentes e as relações que se estabelecem nesses três lugares. Entretanto, enquanto que uma fotografia, no sentido estrito do termo, leva um segundo para ser tirada, a pesquisa leva um tempo para ser realizada, e nesse tempo, coisas acontecem.

O pesquisador não participa da história de seus interlocutores, nunca viveu entre eles e não tem um futuro lá. É um passageiro. Mas é também alguém que está vivendo o presente do lugar, e que precisa entender esse presente no tempo. O passado vai se tornando uma outra configuração, a qual precede ao presente, que vem pendurada nele. O passado é assim ordenado, configurado, de tal forma a explicar o presente. Mas seu ponto de partida é o presente e a partir dele o passado começa a ganhar uma configuração.

Seus interlocutores, entretanto, não viveram o passado em função do presente e, portanto, ele não necessariamente o explica; o passado é algo que aconteceu. Explicar o presente pelo passado não é um esforço que o interlocutor do pesquisador precise fazer, pois passado e presente são dados, cada um no seu lugar. É o ontem e o hoje, mas não necessariamente em uma sequência lógica de acontecimentos. Para o pesquisador, o passado e o presente têm que ter uma conexão.

O pesquisador projeta em seus interlocutores uma necessidade sua. Pedir para ser aceito em um grupo é pedir para seus interlocutores que façam

junto com ele seu trabalho; juntar os pedaços de sua história em uma sequência coerente. Só que o passado de seus interlocutores não é um quebra-cabeça no qual todas as peças se encaixam compondo um quadro. Mesmo quando o pesquisador quer não se agarrar à busca de uma coerência, o interlocutor sente a necessidade de fazê-lo; como poderia se explicar se não o fizer? Daí que o pesquisador acabe por puxar seus interlocutores para sua própria forma de entender os acontecimentos.

Contrariamente ao que acontece com o passado, o futuro dos interlocutores se inscreve no presente do pesquisador. Ele faz parte da fotografia do aqui e agora, enquanto para seus interlocutores ele permanece um plano, uma construção, ou uma incerteza. O pesquisador olha para os planos de seus interlocutores como um elemento do presente; eles estão planejando um evento ou organizando uma festa e, diferentemente deles, as configurações que se manifestam na elaboração interessam-lhe mais que o resultado delas. O interlocutor do pesquisador está interessado no que ainda está fora do seu alcance; o pesquisador se interessa pelo que está ali, na sua frente.

A fotografia que resulta desse conflito de interesses e temporalidades acaba congelando-o em um eterno presente. Mesmo quando o pesquisador pretende elaborar um texto que dê conta do processo da pesquisa, o processo em si já acabou. A primeira linha do texto que resulta já está determinada pela fatalidade do resultado. O futuro é, no texto, um elemento do presente; o passado, é aquilo que o ajuda a entendê-lo. Ambos fazem com que a fotografia do presente ganhe uma dimensão atemporal.

Assim, quando um interlocutor potencial diz que não quer pesquisadores porque eles não contribuem nada, já que uma vez terminada a pesquisa o pesquisador vai embora, o pesquisador pensa: “mas hoje eu estou aqui e posso te dar um retorno agora”.

Isso tudo faz com que, para seus interlocutores, o pesquisador seja pouco interessante, salvo exceções em que sua presença pode redundar em benefícios mais concretos.

Esse conflito permeou todo o trabalho de campo, em maior ou menor grau. No momento em que ele se tornou realmente um obstáculo, fui levado a repensar minha postura perante a pesquisa. Porém, como nenhum dos acontecimentos importantes da vida tem uma única explicação nem um único motivo, essa mudança teve também a ver com o encontro com um contexto migratório muito diferente de tudo que havia encontrado até o momento. Foi então que percebi que, se o pesquisador está inserido em um lugar de conhecimento sobre as migrações, é também responsável por esse “saber”. O pesquisador também faz parte do fenômeno migratório, não apenas por estar vivendo mais um deslocamento geográfico com seus concomitantes deslocamentos de perspectiva, senão também porque ele faz parte desse campo de tensões.

CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

Neste primeiro capítulo apresentei a construção desta pesquisa, considerando seu marco teórico e os diversos agentes que compõem o campo de tensões que conformam o fenômeno migratório.

Os conceitos foucaultianos de discurso, poder e otimização são assumidos e redimensionados por Aiwha Ong. A autora pensa esses conceitos em sua aplicabilidade a contextos mais recentes nos quais o neoliberalismo cresceu mais robusto. Nesses contextos, as políticas baseadas na identidade e que dão lugar à atuação de novos agentes sociais podem ser pensadas a partir da perspectiva da otimização, um conceito já trazido por Foucault em “O nascimento da biopolítica”, mas que ganha preponderância à medida em que se profundizam as transformações dos papéis dos estados e da sociedade civil.

Apresentei a relação entre mediadores, imigrantes e o pesquisador de maneira mostrar o entendimento do universo da mediação que apresentarei nos capítulos posteriores. Procurei também mostrar que considero como mediadores todos aqueles agentes que, de alguma maneira, são portadores de

um “saber” sobre as migrações, na medida em que todos têm uma parte na elaboração de discursos sobre as migrações. Nesse sentido, a elaboração de uma pesquisa sobre o tema não se furta a essa responsabilidade, e, de fato, encontra-se imersa nesse campo de tensões que são as formações discursivas.

CAPÍTULO 2 - OS MAPAS DOS DISCURSOS MIGRATÓRIOS

Tudo que é pensado sobre qualquer fenômeno social pode ser emoldurado dentro de um conjunto de forças que permitem e até propiciam que tal pensamento seja possível. Michael Foucault¹⁰, em “*La arqueología del saber*” nos coloca esse mesmo princípio: “*No se puede hablar em cualquier época de cualquier cosa; no es fácil decir algo nuevo*” (Foucault, 1995 [1969]). Toda forma de conhecimento e toda elaboração do pensamento está enquadrada em paradigmas históricos, geográficos, políticos, sociais e econômicos. Foucault concebe o poder não de forma indutiva, a partir de categorias abstratas, senão com base naquelas instâncias supostamente menores, que é onde o poder se refaz e legitima. O poder não está localizado apenas nas instituições ou no Estado, senão que é um jogo de forças que permeia todas as relações.

Quando comecei a refletir sobre meu trabalho de campo, percebi que havia recorrências que não eram propriamente discursos sobre as migrações, senão que, estando para além dos próprios discursos, faziam com que, de uma forma ou de outra, todas as elaborações destes discursos remetesse a uma ou várias delas. Eram fatos concretos e externos aos sujeitos, acontecimentos, leis, lugares, que eram compulsoriamente invocados mesmo quando não eram explicitamente mencionados; constrangimentos que fazem com que determinadas considerações sejam possíveis e frequentemente inevitáveis. Fatos que detêm o poder de marcar os limites da enunciação possível.

Foi isso que aconteceu no trabalho de campo nas três cidades. Foi necessário ver quais eram essas referências em cada cidade. Quais eram os elementos que faziam que todos os discursos sobre as migrações parecessem absolutamente previsíveis após um curto tempo de pesquisa em cada uma delas. É desses mapas dos discursos migratórios que tratarei neste capítulo.

Devemos nos perguntar, primeiro, como é que esses mapas que

¹⁰ É por isso que o pensamento foucaultiano é de grande valor para a antropologia, e para este trabalho em particular. Tentarei, ao longo desta tese, observar como os discursos sobre migrações, enquanto formas de poder, acabam perfilando sujeitos migrantes.

proponho foram construídos. Isso nos remete a um dos tópicos tratados no capítulo 1, a diferença entre as experiências do pesquisador e as dos seus interlocutores. Tim Ingolds (2005) debate sobre a importância de distinguir entre uma trilha e uma estrada. Uma trilha guarda algo de imprevisível, na medida em que é traçada ou refeita ao andar. Ela é o caminho tomado por um habitante do lugar, alguém que já tem alguma experiência no terreno em que se desloca. Uma estrada, ao contrário, serve para o transporte, para chegar de um ponto de partida a um destino preconcebido. Os mapas da Idade Média, conta o autor, eram abertos, sem contornos, e mostravam as rotas percorridas por aventureiros. Os mapas atuais, agora que o mundo é detalhado por técnicas e saberes e se torna conhecido, são fechados dentro de contornos precisos e descrevem os caminhos possíveis para chegar de uma origem a um destino.

Os mapas dos discursos migratórios que trago a continuação trazem um pouco de ambos. Em um primeiro momento, a descoberta das referências que pautavam os discursos dos meus interlocutores – mediadores e imigrantes - significou a descoberta de um mundo novo, e era necessário indagar constantemente aos meus interlocutores sobre a que eles se referiam. Algum tempo depois, já sabia a que meu interlocutor se referia quando falava sobre qualquer aspecto do fenômeno migratório. Ele tinha uma referência que não precisava explicitar, e quando o fazia, era para exemplificar o que estava dizendo, mesmo quando estava, ao contrário, fundamentando nela seu raciocínio. Em Buenos Aires, por exemplo, associavam migrações e trabalho escravo, sem mencionar ou dando como exemplo as oficinas de costura clandestinas, sendo que foi a descoberta delas que desencadeou os discursos e as reflexões sobre o trabalho escravo de imigrantes na atualidade. Ele, meu interlocutor, era o “habitante” a que Ingolds faz referência; sabia movimentar-se entre as possibilidades propiciadas por um amplo discurso sem ter que apontar a que se referia, e pressupunha que iria segui-lo.

Assim, para mim, era necessário escutar nas entrelinhas para poder traçar um mapa dessas referências. Quando elas se tornaram recorrentes, passaram a existir como elementos do mapa que eu, junto a essas inúmeras

vozes, estava construindo. Já para meus interlocutores, as coisas não têm essa fixidez, elas não têm uma existência e constância como eu esperava, elas ocorrem. Um dos meus interlocutores em Madri que tornou-se meu amigo e com quem nos correspondemos via e-mail, escreveu: “*Por acá está todo bien, sólo que las redadas están cada vez más duras. Ayer hubo una en la salida del metro del barrio y se llevaron a tres ,,,*”. Ou seja, em princípio, para meu interlocutor, as *redadas* são acontecimentos; ainda que sejam acontecimentos cotidianos da vida madrilenha e sejam, portanto, previsíveis, cada *redada* acarreta seus próprios perigos e o fato de que houvesse uma *redada* naquele dia marca o rumo da fala. Para o mim, que o escuto ou leio, entretanto, as *redadas* marcam um dos limites do discurso de meus interlocutores. Eu já sei a que as *redadas* remetem a repressão e a racismo. Isso não quer dizer que as pessoas não reflitam sobre suas experiências nem que o pesquisador não sinta empatia pelas vivências de seus interlocutores, senão que são lugares de fala e escuta diferenciados.

Observando de fora, os discursos sobre migrações dificilmente fogem a um conjunto de possibilidades que, com o tempo, termina por ser um dado. Para quem vive, pensa e fala, tais discursos são entretecidos no dia a dia, aventurando-se por trilhas e atalhos entre elementos concretos.

Alguns elementos do concreto se tornam escuros em função da sua própria visibilidade. Mary Luise Pratt (2003) conta como, ao longo das três últimas décadas, surgiram nos países da América, desde os Estados Unidos à Argentina, narrativas e lendas populares sobre monstros, abelhas assassinas e roubo de órgãos de pessoas vivas. Estas lendas e narrativas, diz ela, refletem os processos de saqueio que os países latino-americanos estavam vivendo e a ameaça da invasão de imigrantes aos Estados Unidos, tudo fazendo parte de um processo de “de-modernização”. Todas as aparições e atrocidades tinham algum referente concreto e altamente visível, que dava lugar a uma narrativa aterradora através da qual as pessoas conseguiam corporificar o desamparo que sentiam perante o presente e o futuro. Os referentes concretos servem como fundamento às elaborações simbólicas - e psíquicas talvez - que os ultrapassam. Assim aconteceu com o suposto aumento de casos de

tuberculose em Buenos Aires no momento em que realizei pesquisa naquela cidade. Foi a descoberta das oficinas de costura clandestinas que fez com que a doença fosse percebida como um drama social, que se espalhasse pela cidade, não sua existência.

Resumindo, enquanto que o mapa do interlocutor tende a ser aberto a acontecimentos marcantes, na medida em que ele é seu habitat e os elementos que o compõem estão ligados à vivência, o pesquisador tende¹¹ a fechar seus mapas para poder examiná-los, sob o custo de querer fixar uma experiência social em fluxo. Veremos agora como constituí alguns desses mapas dos discursos migratórios nas três cidades, desafiado por essa falsa fixidez (da sugestão de mapear uma cidade), da experiência marcante e da vivência de meus interlocutores.

2.1 PORTO ALEGRE

Quando cheguei a Porto Alegre, em 1989, a América do Sul parecia tão longe da cidade quanto qualquer outra parte do mundo, e os sul-americanos eram aquele “outro” que falava castelhano. Apesar de que, às vezes, se reconhecia a proximidade geográfica e cultural com o Uruguai e a Argentina como um traço distintivo dos gaúchos frente ao resto do Brasil, um único termo - “os irmãos” - congregava em torno de algumas particularidades idiossincráticas a todos os falantes de espanhol do continente. Nas conversas informais, as pessoas confundiam Uruguai com Paraguai e dava no mesmo ser boliviano que colombiano. Os cursos de espanhol eram muito raros e a língua era falada apenas entre imigrantes individualizados quando não havia nenhum brasileiro no grupo. Apenas os músicos de língua hispana muito famosos eram conhecidos, e para entrar nesse universo diferente que era o Brasil, tinham que se aliar a um músico brasileiro; assim o haviam feito Mercedes Sosa com Milton Nascimento e Pablo Milanés com Chico Buarque. Do outro lado da

¹¹ Utilizo o verbo “tender” como forma de relativizar essa assertiva.

fronteira, não era muito diferente; o Brasil era um todo indissociável. Eu havia crescido escutando a Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Betanha, entre outros; havia visto as novelas da TV Globo tendo como cenário o Rio de Janeiro, mas não conhecia nenhum artista do sul do Brasil.

Porto Alegre olhava para o centro do Brasil e, através, dele, para fora do continente. Era, por sua vez, vista como uma entre as cidades do gigante Brasil, onde também se podia encontrar a combinação de uma economia mais efervescente, exotismo e um anonimato que garantisse alguma segurança¹².

Isso não era por nada. Era o momento da abertura democrática e o discurso da “brasilidade” penetrava toda a vida social; era necessário “gostar” do Brasil. Mas também os resquícios das ditaduras ainda impregnavam as representações do “outro”, e fundir-se em uma brasilidade abrangente, centralizadora e ubíqua era uma forma de manter esse “outro” sob certo controle. “O Brasil acolhe a todos” era a fórmula ao mesmo tempo condescendente e excludente que permitia proteger as fronteiras internas da ameaça que representava esse “outro” que, com ideias subversivas ou sem trabalho, aguardava à espreita.

Vinte anos depois, a relação da cidade com as cidades de países vizinhos é bem mais fluida. Restaurantes rio-platenses proliferam, cursos de língua espanhola também, e artistas vão e vêm entre Buenos Aires, Montevideu e Porto Alegre, contando com um público que não está necessariamente composto por compatriotas. E, interessante, estes circuitos incipientes das manifestações culturais inserem-se, como aponta Alex Moraes (2010) ao pensar a obra do cantor Vítor Ramil, em um reconhecimento da paisagem do Pampa como propiciadora de uma linguagem comum.

A paisagem do Pampa, que ocupa uma boa parte do território gaúcho, o Uruguai, as províncias argentinas de Entre Rios, Santa Fé, La Pampa, Córdoba e Buenos Aires, remete então ao aspecto “ético” das migrações: “se alguém tem direito a estar cá são vocês, que são tão parecidos conosco”, ou “ Por que

¹² Em minha dissertação de mestrado intitulada “Identidade não é documento, narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas”, trato das representações do Brasil na época da ditadura de Uruguai, Argentina e Chile.

não?, se o Rio Grande do Sul se parece mais com o Uruguai e a Argentina que com o resto do Brasil”. Pouco tempo depois do período das redemocratizações nos 3 países, Argentina, Brasil e Uruguai, os debates sobre o bloco regional ocupam as atenções sobre a conexão que a nomeia como “mesma região”.

2.1.1 O Mercosul de Porto Alegre

Embora uruguaios e argentinos componham atualmente o maior contingente de estrangeiros na cidade, e é com o Uruguai e a Argentina que o Brasil firmou, nos últimos cinco anos, acordos bilaterais de residência e trabalho, há, na cidade, pessoas de várias outras nacionalidades. Os acordos entre Brasil, Uruguai e Argentina foram assinados no âmbito de um acordo de livre residência e trabalho dentro do Mercosul, Bolívia e Chile, firmado em dezembro de 2001. Este acordo, entretanto, não tem se concretizado ainda. Uma proposta mais ambiciosa em sua qualidade e extensão foi elencada pelos presidentes dos países membros do bloco na Reunião Cúpula do Mercosul, realizada na cidade de Tucuman em 2008. Nela, se propõe um acordo de livre circulação a todos os nacionais de países da América do Sul.

No entanto, devemos ter cuidado de não confundir acordos de residência e trabalho com livre circulação de pessoas. Os acordos de residência, independentemente de sua abrangência, não eximem os cidadãos da tramitação de documentos de residência e para beneficiar-se deles, os cidadãos precisam cumprir os requisitos exigidos pelos estados-nacionais de acolhida.

O Brasil levou mais tempo que a Argentina e o Uruguai para implementar os acordos bilaterais de residência que os outros dois países envolvidos. Provavelmente, isso se deva a que os países do Mercosul têm mecanismos constitucionais diferentes para integrar as decisões do bloco às suas legislações, além de conferi-lhes *status* diferentes frente às legislações nacionais. A Argentina e o Paraguai adotaram o sistema denominado “monista”, que confere aos tratados regionais um valor superior às leis

nacionais. Já o Brasil e o Uruguai adotaram o sistema “dualista”, no qual os tratados regionais têm igual valor que os nacionais, tendo estes últimos prioridade ou supremacia se forem assinados posteriormente aos primeiros (Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Mercosur#.C3.81rea_de_libre_residencia) .

O Mercosul foi formado em março de 1991, inicialmente pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, com Bolívia e Venezuela em processo de adesão e tendo como associados os outros países de língua hispana da América do Sul. Tem como línguas oficiais o espanhol, o português e o guarani.

Foi concebido como um espaço para a negociação de mercadorias, desde uma perspectiva economicista neoliberal e com preocupações exclusivamente comerciais. Questões sociais não faziam parte da agenda do Mercosul. Foi longamente criticado pelos agentes de acolhimento a imigrantes do Brasil e da Argentina por facilitar a movimentação de capitais e locais de produção aos grandes grupos econômicos, negligenciando os aspectos sociais e culturais dos povos envolvidos.

Recém em 2001 foi criado o Mercosul Social, como uma instância do bloco preocupada com o desenvolvimento social nos países membros. Teve de esperar até 2005 para que se tornasse uma comissão permanente e foi só em dezembro de 2010, durante a X Reunião Cume Social do Mercosul realizada em Foz de Iguaçu, que o tema das migrações teve um lugar na sua agenda. Durante essa reunião, associações de imigrantes dos países do bloco elaboraram uma declaração que tem como lema “Por um Mercosul livre de xenofobia, racismo e toda forma de discriminação”. Nela, se reafirma a necessidade de se comprometer na luta por um Mercosul mais inclusivo e pela substituição das legislações migratórias não condizentes com a “Convenção da ONU sobre os Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias”. Pede-se também ao governo brasileiro, que nunca a ratificou, que assim o faça¹³.

O mais interessante, entretanto é que, apesar do bloco ter-se constituído

¹³ A versão integral desta declaração pode ser encontrada no sitio web [HTTP://www.un.org/documents/ga/res](http://www.un.org/documents/ga/res)

deixando de fora as problemáticas sociais das nações que o compunham, ele está sempre presente no universo das representações das pessoas como um elemento integrador. Quando realizei o trabalho de campo para meu mestrado, em 2006, quase todos os meus entrevistados que estavam ou haviam estado em situação irregular no Brasil faziam menção ao Mercosul como uma possibilidade de regularização. Muito antes disso ainda, quando eu mesmo estava em situação irregular no país, com muita frequência escutava de meus amigos, colegas de trabalho e alunos frases do tipo: “como assim que tu não tem documentos brasileiros? E o Mercosul?”.

Ou seja, de certa forma, o Mercosul escapou às intenções de seus fundadores e instaurou-se na visão da população de Porto Alegre como um lugar de trânsitos, trocas e possibilidades e, sobretudo, como um instrumento que pode ser acionado para mudar uma situação que não faz sentido, apoiado na ideia de que se “O Brasil acolhe a todos”, mais o fará com quem vem de tão perto, ou com quem compartilha uma mesma paisagem. Nesse sentido, a representação do Mercosul aglutina em torno de si um conjunto de possibilidades que extrapolam as intenções do Tratado de Asunção.

2.1.2 A vida como ela é

Apesar do explanado anteriormente, esse novo reconhecimento de si no “outro” que parece estar despontando em Porto Alegre tem seus limites. Apesar da proximidade das fronteiras e de que o espanhol é ouvido nas ruas e lojas da cidade, nenhum político gaúcho nem brasileiro faz menção em seus discursos à presença de estrangeiros em território nacional, os movimentos sociais no sul do Brasil não incluem a questão migratória em suas agendas e todas as representações do Brasil que os meios de comunicação veiculam, incluindo aquelas originadas no âmbito das políticas de integração do governo federal, carecem de sotaque estrangeiro. Os imigrantes não são um problema e se eles sentem que sim são, é porque ainda não se tornaram suficientemente

brasileiros. O reconhecimento das diferenças, que é um tema que ocupa as agendas oficiais e dos movimentos pelos direitos humanos, pára na diversidade étnica e racial autóctone.

Nas políticas oficiais, é como se o imigrante fosse visto como um estrangeiro que irá se tornar um nacional, e não um diferente que veio habitar entre nós. Não existem políticas públicas destinadas à população imigrante, senão apenas escassos programas de auxílio à integração de refugiados, mais recentes, implementados pelos parceiros das instituições públicas e do ACNUR. Os poucos cursos e professores de português para estrangeiros estão dirigidos a estudantes estrangeiros que possam pagá-los. A produção intelectual sobre as migrações no sul do Brasil é escassa e a maior parte dela versa sobre as migrações tradicionais de alemães, italianos e portugueses relativas a um período formativo da colonização (no sul do Brasil em particular) e de brasileiros que emigram. E, o que constitui o universo de pesquisa desta tese, os únicos mediadores oficialmente constituídos como tal são o CibaiMigrações, que vem trabalhando com a imigração à região há várias décadas, o ASAV, que é o parceiro do ACNUR no programa de reassentamento de refugiados e o recentemente formado Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), vinculado à Faculdade de Direito da UFRGS, além, logicamente, das associações de imigrantes.

De fato, o único reconhecimento concreto da presença de imigrantes estrangeiros em Porto Alegre está dado por esses agentes de mediação e alguns poucos acadêmicos. O termo “imigrante” remete às migrações tradicionais; não se tem acesso aos “imigrantes” senão através de sua descendência e seus bens acumulados e transferidos às gerações posteriores. Atualmente há “estrangeiros” residentes, mas o termo “estrangeiro” não delimita um campo semântico conciso, na medida em que remete a uma situação de exceção. Quase todo mundo tem um amigo, colega ou vizinho estrangeiro, todos sabem que existem refugiados políticos afegãos e colombianos, mas todos eles constituem exceções pontuais, situações transitórias, frente à regra geral que é ser brasileiro: os imigrantes contemporâneos, enquanto uma categoria social atual com particularidades e

necessidades específicas, não existem.

As paisagens do pampa, do Mercosul e de um Brasil imenso que se estende ao norte se superpõem e articulam. Entretanto, ou por isso, esse conjunto articulado de paisagens dificilmente compõe uma paisagem migratória a não ser pelo seu evidente esvaziamento quando confrontados aos discursos legitimados pela legislação e o poder; constituem sim um mapa de recursos extemporâneos, porém apropriáveis na medida em que se espera deles uma explicação para situações paradoxais pontuais: “Como que precisa de tudo isso para trabalhar, se até o leite uruguaio a gente compra no supermercado?”, disse-me um amigo brasileiro quando falei sobre minha pesquisa.

A elas (as paisagens mencionadas) impõe-se a burocracia estatal, alheia às vicissitudes das pessoas e às dinâmicas de aproximação e distanciamento entre o “nós” e o “outro”, ou melhor, entre o “nós” e o “outro entre nós”. Elas são interrompidas pelas fronteiras nacionais entre os três países. São os estados-nacionais os responsáveis pela criação de políticas de migração, e os mediadores ainda procuram reivindicar a presença imigrante frente à nação e a revogação do Estatuto do Estrangeiro, elaborado durante o governo militar brasileiro, frente ao Estado e os novos sentidos dados a promoção da cidadania na constituição de 1988.

2.1.3 O estado brasileiro e as migrações

Apresentarei resumidamente, neste ponto, a forma como o estado brasileiro lida com as migrações na atualidade¹⁴. O Brasil tem ainda o Estatuto do Estrangeiro, a lei migratória nacional criada em outubro de 1969, ou seja, durante o governo ditatorial. Ele é, atualmente, objeto de debate entre as organizações da sociedade civil que trabalham com questões migratórias e o Estado. O Estatuto do Estrangeiro decide sobre a entrada e permanência do

¹⁴ Em minha dissertação de mestrado, trato com maior profundidade da problemática da obtenção de documentos no Brasil, sobre o Estatuto do Estrangeiro, as anistias e os acordos bilaterais entre o Brasil e a Argentina e o Brasil e o Uruguai.

estrangeiro no Brasil:

Segundo exigências extra-legais 'de caráter especial, prevista nas normas disciplinadoras da seleção de imigrantes, estabelecidas pelos órgãos federais competentes, das quais poderão ficar dispensados os cidadãos de nacionalidade portuguesa. (Zamberlam, Jurandir, 2004; p.33)

A Lei 6.815, de agosto de 1980, reformulou o Estatuto do Estrangeiro de 1969, tornando-o ainda mais rígido, fazendo da questão migratória um assunto de segurança nacional e dando ao estrangeiro, segundo Bonassi, o tratamento de regime policial e penal, (Bonassi, 2000. p.58). Reza o artigo 2º:

Na aplicação desta lei, se atenderá principalmente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional (Bonassi, 2000, p.59)

Além de restringir o ingresso e permanência de estrangeiros no país, a lei 6.815 institui mecanismos de controle e fiscalização que coloca os cidadãos brasileiros e instituições comerciais brasileiras de todo tipo na obrigação de denunciar a permanência ou qualquer atividade considerada ilegal de estrangeiros no país. O artigo 26 determina:

O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro de estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do art. 7º ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça. (Bonassi, 2000, p.61)

Desde 1980, o Estatuto do Estrangeiro permanece quase inalterado. Foi criado a partir de uma perspectiva de salvaguardar a segurança nacional, em uma época em que restringir o trânsito de pessoas era imprescindível para manter a população sob o controle do Estado, tanto por parte do Estado brasileiro quanto por parte dos outros estados latino-americanos regidos por ditaduras militares. O Estatuto do Estrangeiro é criticado especialmente por Caritas e organizações que trabalham no acolhimento a pleitos de imigrantes estrangeiros no Brasil, por contradizer a nova constituição. Na obra acima citada, a irmã Margherita Bonassi evidencia o contraste que coloca o Estatuto

do Estrangeiro e a Constituição de 1988 em lugares opostos no que tange à visão do homem como sujeito de direitos, independente de sua nacionalidade. (Bonassi, 2000, p.69)

Em 2005, uma proposta de um novo Estatuto do Estrangeiro foi elaborada e submetida a uma consulta popular. O prazo outorgado pelo governo nacional para essa consulta foi de um mês, o que foi considerado insuficiente pelo CibaiMigrações – o mediador atuante em Porto Alegre no que diz respeito aos procedimentos efetuados perante a Polícia Federal.

Em 2010, novas propostas de reforma do Estatuto do Estrangeiro foram elaboradas por associações de imigrantes uruguaios em parceria com o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) e por outros agentes envolvendo também acadêmicos, mas elas ainda estão em fase de análise e se destinavam a uma consulta pública levada pelo Ministério do Trabalho e não exatamente se restringiam aos procedimentos unificados levados pela polícia federal em face aos “estrangeiros”.

As anistias para estrangeiros, por exemplo, são decretos de lei assinados pela presidência da república e proferidos com o objetivo de regularizar a situação dos estrangeiros em situação irregular no Brasil. Tais anistias são de caráter irrestrito, desde que o estrangeiro possa apresentar documentos, tais como uma carteira de identidade do país de origem, certidão de nascimento, certidões negativas de antecedentes criminais no país de origem e no Brasil e certidão negativa de dívidas com a União. Um requisito fundamental para se candidatar a ser anistiado é poder provar que está em situação irregular no Brasil há um período mínimo estabelecido no regulamento da anistia. Se o estrangeiro manteve-se de forma regular, ou seja, renovando seu visto de turista periodicamente, não poderá candidatar-se a ser anistiado. Aqueles que estiverem fora do intervalo de tempo estipulado pela anistia, irão formar uma nova leva de “irregulares” aguardando a próxima anistia. Dessa forma, o governo nacional evita que novos estrangeiros cheguem para se beneficiar dela. É uma legalização ainda seletiva, baseada em “provas” e em intervalos de tempo. Esse é um dos motivos que leva muitos estrangeiros a permanecerem em situação irregular no país, sem caminhos possíveis

indicados na lei vigente.

Houve, até o momento, quatro anistias para estrangeiros de todas as nacionalidades, em 1981, 1988, 1998 e 2009. Característico dessas anistias é o seu caráter supostamente imprevisto. Digo supostamente, porque, de alguma forma, sempre se sabe que vai haver uma anistia no ano presente ou no seguinte, mas não exatamente quando. Ou seja, ela é negociada pelos mediadores junto ao governo federal e, portanto, todos os que entram em contato com eles sabem sobre o andamento das negociações, mas nem a data certa nem o prazo mínimo que o estrangeiro deverá haver estado no Brasil de forma irregular são conhecidos.

O estrangeiro recebe, ao apresentar sua solicitação, uma permissão para permanecer em território brasileiro por dois anos, que será renovada por mais dois anos. Ao final do quarto ano, é outorgada a permanência para aqueles que estão no âmbito do acordos bilaterais.

Chama a atenção que, em função da invisibilidade do fenômeno migratório contemporâneo em Porto Alegre, os mediadores, acadêmicos e imigrantes mantêm mapas migratórios completamente diferentes daqueles da sociedade em geral. Os primeiros têm apenas umas poucas referências bastante concretas que acabam dando lugar a um número bastante restrito de possibilidades de pensar as migrações: é, portanto, um mapa fechado, ao estilo dos mapas atuais, porém com poucos elementos. O pesquisador logo se acostuma com essas referências, por isso as trilhas que percorre são as mesmas dos mediadores.

O mapa migratório da sociedade porto-alegrense, desconsiderando os mediadores e pessoas comprometidas com as migrações, tem a extensão do “pampa” e é, como o gesto corporal com que se o descreve –ao falar do pampa, as pessoas estendem o braço para frente encenando uma vastidão sem obstáculos- um cenário quase vazio.

2.2 BUENOS AIRES

Em Buenos Aires, as migrações compõem um campo bastante vasto, complexo e consolidado de discursos, estudos, ações e fatos midiáticos. Mediadores, intelectuais, políticos e imigrantes compõem um campo de forças, discursos e ações onde o *limítrofe* e, em menor medida as *dominicanas* e os *africanos* são o centro dos debates.

Essas categorias são algumas das várias referências do mapa migratório portenho. Antes de olhar para essas três categorias de estrangeiros, observaremos um elemento constitutivo importante da construção nacional que também é uma referência quando se fala em migrações.

2.2.1 Los argentinos bajaron de los barcos

Essa é a frase com que os nativos de Buenos Aires costumam coroar o pensamento sobre si mesmos. Os navios a que se refere são aqueles vindos da Europa, carregados de imigrantes europeus. Como aponta Laura Lopez (2009), a “branquitude” portenha aparece no senso comum como um dado da realidade: a nação argentina –ou a classe media predominante- é branca, em oposição à classe trabalhadora imigrante rural –os *cabecitas negras*– surgida como categoria social no final da primeira metade do século XX. Estes imigrantes das regiões rurais ocupavam os setores menos privilegiados do mercado de trabalho. Assim, Buenos Aires constituiu-se como uma cidade branca a partir da associação entre categorias de classe e raça em um processo de deslocamento dos setores não brancos da população, geralmente imigrantes das províncias do norte argentino para os subúrbios da cidade e para setores particulares dentro do mercado de trabalho.

Hoje em dia, o discurso da branquitude portenha e argentina está sendo rebatido por amplos setores da população, entre eles os agentes mediadores no campo das migrações. De fato, a maioria das organizações de mediadores

que visitei em Buenos Aires apontam que o trabalho constante pela propagação de uma nova “ciudadanía argentina”, somado à crise econômica que o país vive e à presença de pessoas não brancas, esta levando os argentinos a mudar a forma de pensarem a nação.

A seguir transcrevo um trecho de uma das entrevistas realizadas com o advogado Pablo Asa, que participa do Centro de Estudios Legales (CELS):

Daniel: *Todos los día yo escucho que la cantidad de inmigrantes en Argentina no es tanta así. Pero por la calle yo veo una cantidad de personas que trazos....*

Pablo Asa: *Son argentinos*

Daniel: *trazos y acentos ...*

Pablo Asa: *Son argentinos. Es que la Argentina es una mezcla de inmigrantes. Hay inmigrantes en todas las épocas. Y hay una migración de bolivianos, bueno, no son bolivianos, son aymaras, collas, que es anterior a la formación de los estados. Y después también que los pueblos aymara y colla trascienden las fronteras políticas. En las provincias de Salta y Jujuy ... En Argentina hubo una grande migración interna, en la época del 50. la gente que vivía en las provincias, se vino a vivir a Buenos Aires, Rosario, a Córdoba, buscando trabajo. Se les llaman los “cabeitas negras”, porque eran los descendientes de aborígenes que vivían en el norte o en el centro del país, del sur también, que venían a vivir aquí que estaba poblado de italianos, españoles, polacos, entonces se los caracterizaba por el color del pelo, digamos. Cabecita negra es un pájaro. (Entrevista realizada no dia 19/09/08)*

A branquitude argentina e bonaerense tornou-se uma referência no campo discursivo das migrações, na medida em que ser imigrante hoje em Buenos Aires é, em termos gerais, ser não-branco. Não é possível pensar as migrações na Argentina sem pensar a branquitude, seja para firmá-la ou pô-la em questão.

2.2.2 Imigrantes de países limítrofes ou limítrofes imigrantes?

Sempre que pedia uma explicação de quem compõe a categoria *limítrofe*, a resposta é que são os imigrantes dos países vizinhos. No entanto, não são todos os imigrantes de países fronteiriços que são contemplados

nessa categoria, nem todos os *limítrofes* são oriundos de países fronteiriços. O termo é usado para designar a paraguaios, bolivianos, peruanos, e até equatorianos, embora nem o Peru nem o Equador tenham fronteiras com a Argentina. Com muita frequência, a categoria *limítrofe* inclui também os argentinos das províncias do norte, como Tucuman, Salta e Jujuy; todos eles compartilham características fenotípicas que os diferenciam do resto dos nacionais, tidos e vistos como “brancos”. Isso significa então que existe uma pré-noção que elege o *limítrofe* como um “outro” e isso também revela hierarquias. São mestiços, de ascendência aymara, quéchua ou guarani e muitas vezes, como veremos adiante, reivindicam a identidade de *pueblos originarios*.

Por outro lado, uruguaios e brasileiros não são pensados como *limítrofes*. As semelhanças físicas, culturais e de sotaque dos primeiros, mais do que conferir-lhes invisibilidade, os protegem dos perigos da alteridade. Os brasileiros, devido a sua escassa representatividade e ao fato de serem pensados em relação ao exotismo tropical, a musicalidade e a sensualidade (Frigerio & Lins Ribeiro, 2002), não representam nenhum perigo à branquitude, paradigma a partir da qual a sociedade argentina constrói suas alteridades.

O *limítrofe* vem, portanto, a se superpor à categoria de *cabecita negra*, reforçando-a e redimensionando-a. Quando o imigrante atual surge como categoria social, devido ao suposto aumento do número de imigrantes, apóia-se em uma categoria racial existente; isso conecta-se a um incipiente discurso sobre uma nova ou verdadeira cidadania argentina, sobretudo por parte de pessoas do norte do país e alguns intelectuais e mediadores, todos eles defendendo sua pertença à nação mediante o acionamento do crisol de raças e sotaques que compõem a população nacional. Nessa perspectiva ainda incipiente, todos são argentinos, nortenhos ou filhos de imigrantes.

A categoria *limítrofe*, no entanto, subsiste muito saudavelmente; ela é acionada e nunca questionada enquanto tal pelos setores não-limitrofes da população, inclusive a população acadêmica e os mediadores. Isso coloca em relevo seu caráter de constructo social, já que seu uso por setores da população detentores de um saber sobre o tema, confere-lhe legitimidade

frente aos outros setores da população. De fato, existe uma quantidade muito considerável de trabalhos acadêmicos sobre a *inmigración limítrofe* a Buenos Aires e à Argentina. No entanto, não tenho encontrado, até o momento, um único trabalho que se debruce sobre o termo como uma categoria de classificação. Entre todos os trabalhos que li, encontrei apenas uma menção, em nota de rodapé, que, sem mencionar a palavra *limítrofes* poderia levar a uma reflexão sobre o emprego do termo; tracrevo-a:

En el trabajo de campo realizado, solo aparecieron mencionadas y diferenciadas estas três nacionalidades de origen. Ni los médicos ni el resto del personal hace mención a chilenos, uruguayos o brasileros como demandantes del sistema de salud. Además del diferente peso numérico de estas poblaciones, esto puede deberse a una diferencia de clase en la composición migratoria, así como a la "invisibilidad" de la especificidad cultural de chilenos y especialmente uruguayos en el área del Gran Buenos Aires. Este informe, entonces, trata de la situación de bolivianos, paraguayos y peruanos en el sistema de salud (Grimson, Jelin & Zamberlin, S/D).

Além do mais, sabemos que, se bem a imigração andina a Buenos Aires aumentou desde a década de 80, ela não é um fenômeno totalmente novo. Os filhos de imigrantes nascidos na capital são outro contingente populacional e vivem a ambiguidade que decorre da cor e dos traços.

Alicia, uma filha de bolivianos nascida em Buenos Aires me disse em uma das nossas conversas informais no apartamento que dividíamos em Madri: “[...] *en Buenos Aires soy “la bolita” porque soy oscura, em Cochabamba soy la argentina porque hablo como argentina*”. Alícia é filha de um empreiteiro e uma empresária da costura. Ela me disse também: “*acá y en Argentina, les parece raro que yo sea médica, y cuando se dan cuenta que mi familia tiene plata ... mas raro todavía*”.

É por demais frequente a associação do termo *limítrofe* ao de um lugar no mercado de trabalho. Os *limítrofes* ocupam lugares de trabalho de baixo nível social e remuneração, tais como a construção civil, as oficinas de costura, o trabalho doméstico, o comércio ambulante, o contrabando de mercadorias, o cuidado de anciãos e crianças ou o plantio de legumes. O termo *limítrofe*

parece designar, então, mais do que uma condição de estrangeiro, proveniente de um país fronteiriço, um condicionamento social apoiado em um fenótipo identificável à primeira vista; uma forma de construir uma alteridade a partir de um lugar de poder de classe dominante também construído na base da branquitude que define a população local. O *limítrofe* é uma variação possível, formulada em trabalhos acadêmicos e documentos oficiais, mas que parece verossímil, uma vez que é também uma extensão do *cabecita negra*.

2.2.3 As Oficinas de costura clandestinas

O trabalho escravo de bolivianos nas oficinas de costura, no regime de *cama caliente* como é amplamente conhecido, constitui-se em um problema muito particular, não apenas porque foi detectado quase simultaneamente em várias cidades, Buenos Aires e São Paulo principalmente, mas também pela forma como ele chegou ao debate público e a relevância que adquiriu. A existência de oficinas de costura clandestinas, *talleres clandestinos* ou *talleres de bolivianos*, como são conhecidas, veio a ser amplamente conhecida quando um incêndio em uma delas, na zona central da capital, causou a morte de vários trabalhadores bolivianos indocumentados. O *tema de los bolivianos*, desencadeou manifestações de diversas matizes em diversos setores da vida social argentina. Em primeiro lugar, o então governador de Buenos Aires declarou que iniciaria uma caça a todos os *talleres de bolivianos*. Isso foi assunto em jornais durante bastante tempo, deu lugar a manifestações públicas e passeatas por parte das organizações do movimento boliviano, foi um dos motivos da formação da Coordinadora de la Colectividad Boliviana e serve da pauta a quase todos os discursos sobre as migrações.

A noção da exploração de compatriotas por compatriotas é reproduzida quase sem modificações por mediadores e pela população em geral. O tema das oficinas de costura bolivianas é interessante porque, mais do que nenhum outro tema relacionado à imigração em Buenos Aires, combina uma

desterritorialidade – eles vêm de fora, são um confronto à ética dominante - com uma territorialidade pungente – todo o mundo sabe que ali estão, por mais clandestinas que sejam. São encraves obscuros, altamente visíveis e inamovíveis.

A Sra. Lilia Camacho, ex-militante do movimento boliviano e trabalhadora pelos direitos humanos das crianças imigrantes, ofereceu-me um visão histórica destas oficinas e, principalmente, uma reflexão muito rica sobre a problemática econômica e política que envolve pessoas e instituições diversas. Conta ela que, nas décadas de 70 e 80, uma forte imigração asiática, especialmente coreana, chegou a La Paz, capital política da Bolívia. Instalaram-se temporariamente para facilitar a migração à Argentina e, em menor escala, para Brasil. Era mais fácil conseguir nacionalizar-se argentino sendo residente na Bolívia, e, tendo passaporte argentino, era livre o ingresso aos Estados Unidos e a alguns países da Europa. Enquanto asiáticos, seria mais difícil conseguir um visto de trabalho para esses lugares. No entanto, muitos deles optaram por ficar nos países que inicialmente eram de trânsito. Entre eles, alguns iniciaram oficinas de costura que, devido aos regimes de trabalho de 12 horas e com moradia no lugar - daí o termo *cama caliente* - terminaram derrubando os preços no setor têxtil boliviano.

Muitas dessas oficinas migraram posteriormente para a Argentina e o Brasil, dirigidas por bolivianos ou coreanos, e trazendo operários bolivianos, pois *“para trabajar en la costura no se precisa experiència, hay solo que tener ganas de trabajar”*. Por outro lado, as fábricas de roupas de grifes reconhecidas viam a possibilidade de diminuir seus custos, dedicando-se apenas ao corte das peças e terceirizando a costura. Em seu entendimento, a câmara têxtil argentina e o próprio governo não são apenas coniventes senão também responsáveis pela exploração de mão de obra barata nesse setor; disse ela:

*[...] porque hay muchas valoraciones en el medio, ¿no? depende de la lectura que se haga. Desde el punto de vista académico podemos cuestionar, podemos hasta empezar a rasgarnos las vestiduras, pero depende del lugar desde donde se piensa. Desde la comunidad para dentro, a nadie le gusta que le llamen esclavo; suena paradójico pero a nadie le gusta que le digan esclavo. Entonces la gente dice "a mí no me están explotando". Si vivimos con un sistema laboral muy precario, demasiado precario ... **ahora la sociedad dice:***

"ustedes no tienen que vivir en este sistema de explotación, ustedes. tienen derechos". Pero tampoco nos proporcionan los canales para ejercer los derechos. Y por otro lado es una cuestión, entre comillas, ... **porque la misma cámara textil argentina sabe lo que significa la mano de obra barata. Entonces tampoco hay líneas de trabajo hacia eso. Digo, solamente cuando aparecen allanamientos, como ahora han aparecido en Brasil se hace una lectura muy tremenda, pero victimizante.** Cuales son las propuestas? No hay una mesa. donde se esté trabajando. Hay ONGs, cada una trabaja por su lado. Pero mientras tanto, mientras las ONGs están trabajando en sus campañas de prevención, mis compatriotas siguen cruzando la frontera.. Para que crucen la frontera también hay un gendarme que hace la vista gorda, porque uno se da cuenta cuando una persona está viniendo en situación de trata y tráfico. Hay ciertas conductas, hay ciertas pautas; no es que todos los bolivianos seamos introvertidos por naturaleza.. Hay cuestiones que uno ve cuando alguien está viniendo en esas condiciones, no por su voluntad propia. Hay otros lugares que ya es vox populi que pasan por lugares donde no hay gendarmería, entonces... si la mayoría del colectivo social boliviano sabe que hay pasos fronterizos por donde se puede pasar, como no va a saber la policía, la gendarmería, y no hacen cosas al respecto. Cosas de lógica primaria que uno se cuestiona al deshacer este discurso. **Siempre se carga todas las responsabilidades en el migrante [...]**nadie valora que a los lugares donde llegaron estos inmigrantes bolivianos también hicieron que aumenten los costos de la propiedad, o sea, los lugares que no eran ni siquiera habitables, nadie quería ni siquiera comprarse una casa. **Ahora en la zona textil alquilar una casa, una casa entera, en un buen lugar, cerca de una avenida, está casi mil dólares, cuando con 1000 dólares uno podría alquilar en el barrio más caro de Buenos Aires.** Nosotros estamos alquilando casas que ya se están por caer, esto porque se supone que el boliviano va a poner su taller. Además uno se expone y se mete en estos circuitos porque de algo hay que vivir. (entrevista realizada no dia 17 de noviembre de 2008)

Além disso, os imigrantes que tentam abrir seu próprio atelier:

[...] pone su propio taller textil, lo que hacen por lo menos siguiendo lo que dice la ley, ¿no? Hacen su propia marca y empiezan a comercializar ellos mismos sus productos. Ya no precisa ni una empresa de coreanos ni una empresa de judíos, se inserta en el mercado textil. Pero ahí está la segunda discrepancia, los dueños de las galerías no son bolivianos, y los precios son ... por un local de 1,5 por 1,5 hay que pagar 1.500 pesos. **Porque todo hay que ponerlo en la factura para pagar los impuestos Y en la factura ellos tienen que aceptar que el precio diga 600 pesos. y el resto es en negro, y esas son las condiciones, y si no no te alquilan, y cuando se hace la denuncia, la denuncia nunca prospera, entonces ... digo... por un lado está el discurso políticamente correcto, y el otro que pasa por el canal de la**

manera más arbitraria, ¿no?”. (idem)

Salvo exceções, como as declarações da Sra. Lilia Camacho, os discursos sobre as oficinas de costura de bolivianos oferecem uma versão simplificada de um tema que envolve muitos agentes. Entretanto, basta mencionar o termo *derechos humanos* para que se desemboque no *trabajo esclavo*; os *talleres de bolivianos* podem ou não ser mencionados, mas estão implícitos. As oficinas aglutinam em torno de si uma variedade de discursos sobre o que é ético ou não na conduta perante os imigrantes, sobre a pobreza, os direitos humanos, e até a saúde pública, e, simultaneamente, dificultam que esses discursos fluam em outras direções, dificultando que se analisem as situações vividas pelas pessoas dentro do contexto das relações econômicas e de poder, como o fez, extraordinariamente, a Sra. Camacho.

2.2.4 – Imigrantes ou *originarios*?

Associações de imigrantes andinos e indivíduos especialmente reivindicam um direito a estar em território argentino pela reivindicação de uma territorialidade ancestral; acionam uma identidade de povos originários Aymara ou Quetchua, trazendo em seus discursos um vínculo com a terra unido a um conjunto específico de valores contrastantes com os valores da sociedade atual e abrangente. “*Como pueblos originarios que somos, nosotros tenemos el derecho de estar acá*”, disse Wayra Aru, um dos interlocutores na pesquisa e membro da Coordinadora de la Colectividad Boliviana (Co.Co.Bo.).

Por outro lado, há que se levar em conta que as narrativas foram colhidas em situação de migração, de deslocamento. Dulce Mugoi (2006), conta como os estudantes universitários africanos no Brasil se descobrem negros no Brasil. Esse parece não ser o caso dos meus sujeitos de pesquisa aymarae; todos eles tinham uma vivência e militância relativa à afirmação étnica anterior ao deslocamento. Assim, a experiência do deslocamento parece juntar-se e exacerbar uma vivência sobre uma origem singular reconhecida em

processos anteriores à emigração e surgida em um contexto de opressão no país de origem e que se torna ainda mais opressivo na medida em que identificadores diferentes se superpõem para compor um quadro das migrações que justifique qualquer expressão racista ou xenófoba que por ventura possa escapar à autocensura.

Nesse sentido, é pertinente retomar as propostas de Barth:

As pessoas participam de universos de discurso múltiplos, mais ou menos discrepantes; constroem mundos diferentes, parciais e simultâneos, nos quais se movimentam. A construção cultural que fazem da realidade não surge de uma única fonte e não é monolítica. (Barth; 2000.)

Reivindicações étnicas estão também presentes nas manifestações individuais, de pessoas que não estão vinculadas a nenhum coletivo. Durante as manifestações a favor do governo de Evo Morales que tiveram lugar em Buenos Aires em 2008, as bandeiras da diversidade cultural e as encenações de rituais aymarae e quitchua se espalharam pelo centro da cidade.

Como mostra a entrevista realizada com Wayra Aru (5.5) declarar-se membro de um *pueblo originario* é uma forma de denúncia de uma situação de colonialismo ideológico que não está necessariamente vinculada à imigração, mas que reivindica um direito à circulação livre das fronteiras nacionais e está associada a um conjunto de valores libertados da *bolivianidad*. O fato de terem portado a bandeira de *pueblo originario* antes de sair da Bolívia, faz com que ser chamado de *boliviano*, implique, para estas pessoas, uma dupla categorização que evoca uma posição de submissão. No entanto, na perspectiva do bonaerense branco, a categoria de *originário* fica subsumida à de *limítrofe* ou, ainda à de *cabecita negra*, e só adquire alguma visibilidade na medida em que ela é representada por um símbolo previamente reconhecido por alguma forma de poder constituído, como é a bandeira dos povos indígenas.

Não são muitos os imigrantes andinos que reivindicam uma identidade originária em suas narrativas migratórias. A *identidad originaria* é comumente acionada para denunciar situações pontuais, não como um discurso sobre si

mesmo. O mapa dos Andes ancestrais e o dos estados nacionais atuais ora se sobrepõem, ora se separam e isso não é por acaso. No caso da Co.Co.Bo., o diálogo entre a *bolivianidad* e a identidade de *pueblo originario* é mediado por uma ONG transnacional.

2.2.5 A *paridad*

A equivalência do peso argentino com o dólar é a principal das referências temporais do mapa do debate sobre migrações em Buenos Aires. Refere-se ao momento em que um peso argentino, por força da política monetária nacional, valia um dólar. Nesse período, houve uma grande afluência de imigrantes *limítrofes*, os quais supostamente chegavam em grandes contingentes, trabalhavam e gastavam pouco, o que resultava em grandes fluxos de remessas a seus países de origem. Supostamente, a *paridad* incentivou principalmente a imigração feminina, que chegava a trabalhar nos lares argentinos e, tendo poucas despesas, conseguiam juntar bastante dinheiro para enviar às suas famílias. Foram também os imigrantes os que, também supostamente, mais se beneficiaram da *paridad* e os que não sofreram com o fenômeno que acabou com ela, o *corralito*. Como os imigrantes não tinham documentos, tampouco tinham conta nos bancos, portanto não perderam o dinheiro que haviam juntado, contam vários dos meus interlocutores argentinos, entre eles Roberto da FCCAM e o padre Videla, do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires. Também segundo eles, o fim da *paridad* marcou também um declínio no fluxo migratório; supostamente, muitos imigrantes retornaram aos seus países quando o peso argentino deixou de ser equiparado ao dólar.

Assim, há um antes e um depois da *paridad*. Ela concentra em torno de si os discursos que relacionam economia e migrações e, à época do trabalho de campo, quando a *paridad* já havia terminado, era o limite desses discursos; os efeitos das remessas, a existência de infinitos locutórios e de formas de enviar dinheiro aos países de origem passavam inexoravelmente pela *paridad*.

Assim, a paridade aparece nos discursos sobre as migrações como uma causa de um suposto aumento das migrações; terminou a *paridad* e os imigrantes voltam para seus países.

2.2.6 Buenos Aires e os refugiados

A presença de africanos em algumas avenidas da cidade chamou-me a atenção logo no início do trabalho de campo, não tanto pelo fato de serem negros e terem um sotaque bastante marcado, senão porque todos, ou quase todos, são vendedores ambulantes de bijuterias de fabricação industrial e relógios. Todos levavam suas mercadorias em caixas de madeira iguais, o prateado das bijuterias e dos relógios destacando-se no pano preto que cobria o interior das caixas. Os lugares de venda eram sempre fora do *microcentro*, e principalmente, no bairro Liniers, próximo à fronteira oeste da cidade.

Várias vezes procurei conversar com alguns deles, mas nenhuma das tentativas foi muito além do preço e origem das mercadorias; eles faziam questão de mostrar que não queriam conversar. Interessantemente, todas as vezes que fui à Fundación Comisión Católica para las Migraciones (FCCAM) encontrei vários rapazes negros, de países africanos, aguardando na sala de espera ou na rua. Identifiquei os rostos de alguns deles. Soube, através da Irmã Ana Silvia, uma freira scalabriniana gaúcha e secretária da FCCAM, que eram solicitantes de refúgio. Como ela não queria que gravasse as entrevistas, o trecho que segue foi reproduzido a partir das anotações que eu fazia enquanto ela falava:

A mi me parece que muchos no son refugiados. Pero esto es lo que yo pienso, no es la visión de la institución. Nosotros somos los parceros de la ACNUR [...] Todos tienen el mismo discurso, muy 'cerradito'. todo combina. Parece que hubiera algo atrás que no dicen. Viste que la mayoría venden bijuterías, en unas malitas. Y todas son iguales. ¿De donde salen?. Eso pasa también con los dominicanos, dizem que salieron de allá por la violencia. Yo viví en la República Dominicana, hay violència como en Brasil, en realidad me sentía mais segura allá que en Brasil. Yo creo que la ACNUR debería ver eso más de cerca, porque pueden estar alimentando redes de tráfico de personas, no se ...

Buenos Aires é uma das cidades da região do Rio de la Plata onde o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tem um parceiro tanto para o Programa de Reassentamento quanto para o recebimento de refugiados. Este parceiro é a FFCAM, uma das organizações que fizeram parte desta pesquisa.

A fala da Irmã Ana Sílvia mostra que ela transita entre países, inserida em comunidades religiosas que acumulam experiências e saberes sobre as migrações que são aplicados localmente. Ela faz questão de apontar que fala em nome próprio, não da FCCAM, mas a legitimidade de sua fala somente pode ser pensada a partir dessa experiência anterior de trânsito entre comunidades. Sua fala leva-nos a refletir sobre as conexões que se estabelecem nesse trânsito. Uma delas diz respeito aos saberes que, junto com as pessoas transitam entre as comunidades. A outra mostra que a migração encontra-se na encrucilhada entre a suspeição que recai sobre o imigrante de estar envolvido numa rede de tráfico de pessoas e o merecimento do reconhecimento oficial. A linha que separa uma da outra parece ser muito tênue, e tal reconhecimento dependerá da forma como os mediadores se aproximam da experiência dos migrantes. Conversei também com Elba, a encarregada de atender os solicitantes de refúgio que chegam a Buenos Aires: ela me revelou que muitos das solicitações de refúgio não são aprovadas.

Con suerte (os africanos) pueden escaparse con la ayuda de la familia, con un pasaje en avión, pero la mayoría llegan por tierra o por barcos, escondidos como polizones. Algunos llegan a Brasil, otros llegan a nuestros puertos, que pueden ser el puerto de San Lorenzo, en la zona de Rosario... algunos han llegado a Campana, acá en Buenos Aires [...] por lo que cuentan, todo es lo que cuentan, nosotros no sabemos si es real eso. (entrevista realizada no dia 18/04/2008)

Há solicitantes de refúgio de vários países latino-americanos também, a maioria de Cuba, da Colômbia e do Peru. Disse Elba sobre os cubanos: Sobre os cubanos:

Vienen a Buenos Aires. Ellos consiguen que algún argentino que alguna vez fue por turismo a Cuba... le pidan que por favor les haga una carta de invitación. Si no, no pueden salir de

Cuba.... vienen como turistas y es la única forma que pueden salir para pedir refugio. O cuando salen con una visa oficial porque van a un congreso o a un seminario o son deportistas y cuando vienen aprovechan y se quedan. Después ya no pueden volver, por eso piden refugio (idem).

A FFCAM recebe em torno de 50 novos casos de solicitantes de refúgio por mês. Não é um número elevado, pensa Elba. No entanto, muitos dos casos de solicitação de refúgio não vão adiante e essas pessoas terminam acionando outros recursos para conseguir viver regularmente em Buenos Aires.

Os *refugiados* são o contraponto dos *limítrofes*. Como veremos mais adiante, não causam problemas além de suas dificuldades de adaptação decorrentes de ter uma “cultura”. Seu lugar como referência diz respeito à capacidade de evocar discursos sobre direitos humanos e uma injustiça longínqua.

2.2.7 As redes de prostituição

Outra das referências no mapa das migrações em Buenos Aires está composta pelas redes de tráfico de moças para trabalhar no mercado sexual na capital argentina. Estas redes estão, supostamente, compostas principalmente por jovens dominicanas e, às vezes, paraguaias. De fato, quase todas os mediadores mencionam estas redes como o lado mais obscuro da imigração, e vários deles desenvolvem projetos de prevenção que incluem ações transnacionais, nos países de origem e na Argentina. O Servicio Ecuménico de Apoyo a Imigrantes y Refugiados (CAREF) e o Centro de Estudios Legales y sociales (CELS) juntos, levaram adiante projetos de prevenção financiados pela OIM.

Buenos Aires não é a única cidade onde a paisagem migratória inclui as redes de prostituição. De fato, elas são um tema candente em Madri e, pelo seu caráter supostamente transnacional, estas redes são motivo de debate e de ações por parte de ONGs transnacionais em toda Europa. Trata-se de um tema que, embora polêmico e sempre presente nos meios de comunicação,

não atinge fortemente à população local.

Entretanto, o tema constitui uma referência nos debates sobre migrações. Como as oficinas de costura, as redes de prostituição atraem para si discursos sobre Direitos Humanos e exploração sexual na interface com o tema das migrações contemporâneas.

2. 2. 7 A lei migratória 25.871 e o Plan Patria Grande

Ao iniciar o trabalho de campo em Buenos Aires, no ano 2008, os agentes mediadores pareciam viver entre o encantamento com a nova lei migratória argentina e a ansiedade de que fosse logo regulamentada. Era disso que eles falavam tempo todo.

A aprovação da Ley Nacional de Migraciones, lei 25.871 de dezembro de 2003, inaugura um marco legal e conceitual para as migrações internacionais na Argentina muito diferente do anterior, aquele no que se encaixava a lei migratória precedente, a lei 22.439 e conhecida como lei Videla¹⁵. Entretanto, a nova legislação não surgiu do nada nem da noite para o dia; ela é resultado de um processo de incipiente, porém crescente, participação da sociedade civil nas decisões que acompanha a reformulação do próprio Estado argentino após os anos de ditadura, e se insere em um contexto mundial de tendência, por parte dos estados nacionais, a considerar os direitos humanos na elaboração de políticas públicas. A criação em 1995, do Instituto Nacional Contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI) e sua posterior vinculação como organismo descentralizado ao Ministério de la

¹⁵ Jorge Rafael Videla é um ex-militar argentino que ocupou *de facto* a presidência de seu país entre 1976 e 1981. Chegou ao poder mediante o golpe de estado que derrubou a presidente María Estela Martínez de Perón, exercendo uma cruel ditadura. Seu período esteve marcado por violações aos direitos humanos e por um conflito fronteiriço com Chile, que esteve a ponto de virar um conflito armado. Depois da restauração da democracia, foi julgado e condenado a prisão perpétua e destituição da patente militar por numerosos crimes cometidos durante seu governo. (<http://pt.wikipedia.org/wiki>) . A lei migratória que antecedeu à atual foi criada durante seu governo Seu nome não deve ser confundido com o do Padre Videla, coordenador do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires e várias vees citado neste trabalho.

Justicia, Seguridad y Derechos Humanos -antigo Ministério de Justicia-, insinuam uma intenção de adotar uma perspectiva descentralizadora do Estado que inclua a participação da sociedade civil como parceira nas decisões.

A nova lei migratoria argentina é o resultado de um trabalho colaborativo entre organismos da sociedade civil e o Estado argentino. Uma “*mesa de enlace*” foi criada com a participação das organizações da sociedade civil que trabalhavam com a questão migratória à época, com o objetivo de elaborar uma nova lei que substituísse a legislação vigente naquele momento. Vários projetos legislativos antecederam-na. Entretanto, na elaboração destes primeiros projetos de reforma da lei migratória, a participação da sociedade civil era escassa.¹⁶

A lei 25.871 é quase sempre pensada em contraste à anterior, a qual é vista como reflexo da situação política nacional e regional das décadas passadas. Tanto os sujeitos desta pesquisa quanto os meios de comunicação de massa¹⁷ pensam-na como uma reminiscência do governo ditatorial argentino, semelhantemente a como o Estatuto do Estrangeiro é pensado pelas organizações de acolhimento a migrantes e pelos próprios migrantes, no Brasil hoje. O Padre Videla, do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires, disse:

Teníamos una ley de migraciones que duró hasta 2004 que era muy restrictiva, un poco refleja lo que sucedía em América Latina hasta los años 90, donde la mayoría de los gobiernos eran militares entonces cerraron sus fronteras y las cerraron también entre os países limítrofes. Es el mismo fenómeno que se dió en Brasil. Aquí se vivió de manera muy marcante porque los inmigrantes venían no sólo de países limítrofes sino de países que no tenían una relación diplomática fuerte. (entrevista realizada no dia 15/02/ 2008).

Pablo Asa, advogado do CELS, professor de direito na Universidad de Buenos Aires e coordenador de uma clínica jurídica para migrantes, resume o processo prévio à elaboração da lei 25.871:

¹⁶ Para uma descrição detalhada de todos os projetos que foram transformando a lei Videla, antes da iniciativa de derrogação da lei pelo Senador Giustiniani, ver o trabalho de Corina Courtis (2006).

¹⁷ Ver anexo 1

Bueno, esa ley (a lei Videla) era criticada en varios espacios, tanto en el ambito académico, también por la justicia, porque había fallas en contra de la constitución entonces el CELS y las otras organizaciones de la mesa siempre se manifestaron publicamente en contra de esa ley... en muchos actos, o sea, hubo desde actos públicos, marchas a escenas legales, ese tipo de cosa. La lucha por la derogación de la ley Videla empieza en el año 85, yo tenía 10 años, no entendía mucho de esto; ya era como una bandera de varias organizaciones. **En el año ... ya en el 2001 había un proyecto de ley de reforma, que lo había encarado el diputado Giustiniani, que había tomado como base la Convención de las Naciones Unidas para la protección de los trabajadores migrantes y sus familias.** Hizo un proyecto de ley, lo trataron, lo discutieron, empezó todo un proceso ahí. Ya a partir de 2001, y ahí es donde la mesa tuvo la mayor participación. Hubo un debate en la cámara de diputados, y la mesa participó, se hicieron marchas .. siempre en todos los ambitos posibles. **Y después, ya en el año 2003, el gobierno tomó la iniciativa de la mesa, bueno, el gobierno toma todo una política de Derechos Humanos, por lo menos en varias partes que los organismos venían reclamando. Y una de las que toma es la reforma de la ley de migraciones.** Entonces se forma ahí un grupo, que discutió ahí, a partir del Proyecto de ley de Giustiniani, en migraciones, un nuevo proyecto de ley, digamos... con algunas adaptaciones. Y quedó algo, digamos una parte que reconocía derechos, todo lo que era el derecho humano a migrar, el derecho a la educación, **como que solucionaba todos los problemas más ... más fuertes digamos, de los migrantes, que tenían que ver con acceder a todo lo que son derechos humanos, sin tener una documentación.** Y se agregaron a la ley también varias cláusulas que tienen que ver con la seguridad. Todo lo que es control de fronteras, rechazo en frontera, los impedimentos para la radicación y el ingreso de personas que son este básicamente tener antecedentes penales (Entrevista realizada no dia 02/07/2008).

O depoimento de Pablo Asa exemplifica algo que todos os mediadores apontam de alguma maneira: a nova lei de migrações é uma das faces de um projeto de “modernização” do Estado e da nação argentinos; ela é a cara que Argentina quer mostrar ao mundo, por isso ela tão celebrada.

O Plan Patria Grande, é um programa de regularização migratória – “*una amnistía, como otras*”, para a Sra. Sofía, do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires - para os migrantes que já estavam morando na Argentina até o momento de sua implementação. Os migrantes que chegaram posteriormente a partir de maio de 2006 devem tramitar sua permanência perante a Dirección Nacional de Migraciones (DNM), de acordo com as especificações da nova lei migratória. Todos meus entrevistados, no inicio

desta pesquisa, faziam questão de deixar claro que Patria Grande não é a lei migratória, que a lei em si é muito mais ampla. Patria Grande é levado adiante em duas etapas, com a intermediação de algumas organizações de acolhimento, como a FCCAM, o Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires, de várias associações de base nacional, como Peruanos Sem Fronteiras (PSF) e a Coordinadora de la colectividad boliviana (Co.Co.Bo.), e de outras organizações, muitas das quais, como contam vários dos sujeitos desta pesquisa, são “*organizaciones fantasma*” que cobram a taxa e não fazem o trâmite. Se diz que nas imediações dos locais onde se dá ingresso aos trâmites, há pessoas deambulando, oferecendo a quem possa parecer um imigrante, os serviços de intermediação. Esta intermediação, como se pode ver, é controvertida. Se, por um lado, o estado argentino cadastrou e regularizou os despachantes de documentos, o fez sem critérios muito claros, segundo contam meus interlocutores, e muitas pessoas que possuem a habilidade de lidar com a burocracia estão tirando vantagem do desconhecimento dos imigrantes estrangeiros. Há também organizações que cobram, para tramitar os documentos, uma taxa “*de acuerdo con la cara del cliente*”, como disse o Padre Videla do Departamento de Migraciones, ou pedem uma contribuição voluntária, segundo contam os membros do associação PSF e da Co.Co.Bo.. “*Cada uno de nosotros tiene su trabajo, yo soy pedagoga, ella es abogada pero la asociación hay que mantenerla*” disse a Sra. Eladia, de PSF. Uma perspectiva muito diversa da de Roberto, assistente social da FCCAM, que disse: “*Trabajamos con una insituición colaboradora con Migraciones para que los migrantes puedan acceder a una documentación con los mínimos requisitos que migraciones les pide*”.

O Plan Patria Grande consta, como disse acima, de duas etapas. A primeira, que começou em abril de 2006 na cidade autônoma de Buenos Aires, em outubro do mesmo ano nos outros municípios da província e em 2007 no resto do país, como me explicou um oficial da DNM e logo estará terminando. Prevê a regularização imediata do solicitante, mediante a apresentação de qualquer documento que atestasse seu nome e nacionalidade e uma foto. O solicitante recebia então uma *precaria*, documento muito semelhante ao protocolo outorgado pela Polícia Federal brasileira a quem deu início a algum

trâmite de regularização migratória no Brasil, com o qual podia solicitar o CUIL (Cédula Única de Identificación Laboral). Roberto novamente:

El CUIL lo habilita a que pueda estar trabajando de forma totalmente regular en el país, sin que ... o sea que se le pueda colocar em blanco, pueda hacer los aportes correspondienteso sea, el patrón le puede regularizar su situación laboral también al migrante (entrevista realizada no dia 17/04/2008).

Esse trecho da fala de Roberto revela que existe uma noção de que a lei e os documentos resolvem todos os problemas do imigrante. A noção de que, se o imigrante tem documentos, seu empregador ira regularizar sua situação no trabalho, desconsiderando o fato de que o imigrante sem documentos significa menos despesas para o empregador. Resulta interessante comparar esta fala de Roberto, membro de uma organização com um perfil bastante endurecido como é a FCCAM com o trecho da fala da Sra. Camacho, anteriormente citado, onde minha interlocutora mostra todos aqueles espaços onde a lei e os documentos não chegam.

O imigrante recebe um prazo de dois anos então para conseguir o CUIL e certidões antecedentes criminais de Argentina e do país onde houver residido nos últimos cinco anos. Com esses documentos, inicia a segunda etapa, durante a qual solicita um visto de migrante temporário. Ao cabo de 60 dias, deverá apresentar-se ao Registro Nacional de Personas para solicitar seu Documento Nacional de Identificación (DNI). Então será considerado um imigrante permanente. Entretanto, depara-se com a lentidão da burocracia nacional; conseguir uma entrevista para iniciar a tramitar o DNI leva mais de um ano.

Esta segunda etapa implica também o pagamento de uma taxa de 200 pesos argentinos, aproximadamente 150 reais. É esse outro ponto controvertido. Aqueles que não têm condições econômicas de pagar a taxa, podem solicitar, perante um dos Centros de Gestión y Participación -órgãos descentralizados do governo nacional- um atestado de pobreza: *“Mucha gente no se regulariza porque tiene verguenza del sello ‘gratis’ que te colocan en el documento si no lo pueden pagar”*, disse a Sra. Bernasconi, do CEMLA.

Segundo o Padre Mario Santillo, da mesma entidade, 400.000 pessoas aproximadamente começaram o trâmite com Patria Grande, em comparação às 200.000 em anistias anteriores. Isso, conta ele, não significa que todos dêem continuidade ao trâmite, em função das taxas.

Patria Grande é conhecido pela população em geral e fora da Argentina; eu mesmo escutei falar sobre ele nos meios de comunicação de massa no Brasil. Entretanto: “(Patria Grande) *es un mecanismo de propaganda del gobierno*” disse la Sra Bernasconi:

El gobierno se siente orgulloso mas que nada de Patria Grande, hace hincapié en Patria Grande porque lo hizo el presidente, de la bondad argentina, de la apertura, de que defiende los derechos humanos, bueno ... yo creo que el gobierno lo está utilizando, por así decir, de una forma positiva, por eso claro, les sorprende a otros gobiernos porque ellos están haciendo todo lo contrario, tienen miedo de las migraciones. [...]yo creo que Patria Grande surgió más por una cuestión política, de imagen de una iniciativa del presidente, porque esto lo puso él como decreto. Lo armó y le dió todo su impulso y toda su fuerza. (entrevista realizada no dia 12/02/2008)

A lei 25.871 estabelece direitos migratórios diferenciados, no relativo aos processos de obtenção da documentação de residência, para os migrantes provenientes de países do Mercosul e associados. Já para os migrantes de outras regiões, não houve mudanças significativas no relativo especificamente ao processo de regularização.

A lei 25. 871, foi criada a partir da perspectiva dos direitos humanos, tendo como base a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias adotada na Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1990, conforme disseram todos meus interlocutores, com exceção dos membros da FCCAM, em algum momento de nossos encontros. Dito acordo expressa explicitamente que toda pessoa tem o direito de migrar para onde quiser e trabalhar para seu sustento e garante ao migrante e a sua família o acesso aos serviços de saúde e educação nos mesmos termos que os nacionais.

Isto é importante não apenas pelas mudanças que potencializa, senão

também porque tem se constituído como a forma de pensar a lei 25.871 em relação à lei Videla. É necessário sempre qualificá-la: “*es una ley bellísima*”, “*es una joyita*”, ou outras frases menos efusivas como “*hay algunas cosas que cambiar, pero es una ley muy buena*” o “*por la primera vez se piensa las migraciones como un derecho*”, todas frases dos meus interlocutores mediadores.

Parece haver um consenso no que diz respeito aos pontos elogiáveis da lei 25.871 entre os mediadores, a academia, as associações de migrantes e a mídia. Todos enfatizam, e quase nas mesmas palavras, sua adesão à perspectiva dos direitos humanos.

A aplicabilidade da lei é considerada o ponto fraco. Como mencionei acima, todas as reclamações dos sujeitos de pesquisar giram em torno da demora em chegar a um acordo sobre como implementá-la. Não é a lei em si, mas sua aplicabilidade, seu alcance, que é criticado e gera desconforto entre as pessoas envolvidas na questão migratória. Veremos mais adiante como isso é um fator importante na prática cotidiana. A Sra. Lilia Camacho, ex militante do Movimento Boliviano disse:

(A lei) ayuda para os activistas de los derechos humanos y para los que estamos en esto de decir "miren que hay una herramienta legal, miren que ... " y poder usarla, por ejemplo, sobretudo en los hospitales públicos y en las escuelas. decirles: "miren los tienen que atender" porque si no es como desconocimiento de la ley y eso es logicamente penado para el funcionario público, entonces nos sirve como para la exigencia. pero en la práctica, no está socializada del todo la ley. (entrevista realizada no dia 17/11/ 2008).

Sobretudo, a nova lei migratória é pensada em contraste à lei anterior e para além das questões migratórias, ela parece representar, para a maioria dos que a pensam, uma ruptura com as reminiscências de um país sob governo ditatorial. Há uma identificação da Argentina como um país com um estado de direito com a adoção de uma perspectiva de direitos humanos, como se a lei Videla houvesse sido um dos obstáculos remanescentes que impediam que o país entrasse no roteiro da modernização. Em termos gerais, a nova lei migratória argentina é pensada em termos da inclusão do país no roteiro

internacional dos Direitos Humanos. É a contraposição ao discurso anterior, que incluía o país entre os países do primeiro mundo através de um problema comum.

Apesar da existência de uma lei migratória criada para levar em conta os direitos humanos dos sujeitos migrantes, vários relatos escutei sobre recusas por parte de funcionários de saúde e de escolas a prestar assistência a imigrantes que não comprovam sua residência legal no país ou a registrar filhos de imigrantes nas escolas. Embora a legislação nacional argentina garanta tanto a assistência médica quanto o direito à educação básica e média, frequentemente os funcionários da saúde ou das escolas fundamentam suas recusas com base nas leis de municipais. Os mediadores costumam reclamar da falta de conhecimento da nova lei migratória por parte da população e dos funcionários públicos em especial, e pedem, que sua regulamentação preveja ações de esclarecimento dirigidas à população argentina.

Não é raro que, como resultado da superposição de noções de legalidade, de âmbito nacional e provincial ou municipal, os limites entre o provável e o improvável sejam pouco claros.

Como disse anteriormente, a categoria de *limítrofe* encontrou um terreno fértil e aderiu às noções pré-existentes de *cabecita negra*. Para além disso, entretanto, obscurece as nuances e as forças que dentro dela procuram visibilidade. Tal é o caso da categoria *pueblos originarios*; esta última só ganha existência dentro da primeira, embora isso contradiga sua reivindicação de um direito ancestral de habitar o lugar. *Limítrofe* se converte em uma categoria inclusiva e homogeneizante, ao mesmo tempo que é ambígua em sua conotação, permitindo incluir aqueles que são potencialmente problemáticos em sua “adaptação”. Quem for questionado ao respeito dirá que o imigrante limítrofe é todo imigrante de um país limítrofe da Argentina; entretanto, em qualquer outra situação, uruguaios são uruguaios, brasileiros são brasileiros, e o *limítrofe* é aquele sujeito de traços índios, pele escura e olhos puxados que é bom para determinados tipos de trabalho, mora em algum bairro de imigrantes e é portador de certas ameaças quanto a condutas no espaço público ou

delitos.

O mapa das referências dos debates sobre as migrações em Buenos Aires está fortemente pautado por um olhar racializado dirigido ao norte, porém encravado em uma categorização historicamente datada que preexiste ao fenômeno migratório atual. Essa parte do mapa que pude construir está intimamente relacionada com o momento de crescimento e a subsequente decadência da economia argentina. Por isso, os *inmigrantes limítrofes* tornaram-se o bode expiatório dos males nacionais dos últimos anos.

As oficinas de costura representam o lado mais escuro da migração *limítrofe*; os discursos mais acusativos relacionados à imigração giram em torno dos *talleres bolivianos*, desde questões éticas de exploração de compatriotas por compatriotas à transmissão de doenças. Nas redes de prostituição há as *engañadas*, mulheres que merecem compaixão, e os malfeitores, mas nenhum deles constitui uma ameaça para a vida da cidade. Já nos *talleres clandestinos* não há bons; inclusive os “*engañados*” são perigosos, sujos.

Os refugiados e as redes de prostituição desterritorializam o fenômeno migratório portenho, conferem-lhe um caráter extemporâneo e alheio à vida da cidade; eles estão no âmbito da transnacionalização, não constituem perigos reais à população confortavelmente branca que luta por manter seu *status* de classe média e de componente principal da nação, portanto, podem ser olhados com benevolência. Por isso também, estas duas categorias puxam para si discursos sobre a migração mais “brandos”, diferentes dos discursos que os que a categoria de *limítrofe* atrai.

Dentro do mapa migratório portenho sobre os discursos migratórios, a nova lei migratória e o Plan Patria Grande representam a nova Argentina, o país que busca alcançar um patamar de justiça social em sintonia com os direitos humanos. Implica a passagem de um discurso sobre a discriminação em direção a um discurso sobre a inclusão. Ao se referirem a ela, todos meus interlocutores, além de compará-la à antiga Lei Videla, usam o termo “*avance*”. Por isso, os discursos que ela atrai são prospectivos, olham para o futuro da nação. Existe, apesar disso, algum consenso sobre a noção de que a nova lei

migratória é um recurso do governo propositalmente utilizado para apresentar essa nova cara do país ao mundo.

Por não haver sido ainda regulamentada, a implementação da nova lei em situações pontuais e concretas deixa espaço a limites pouco claros entre o que é ilegal e ilegal.

2.3 MADRI

Dizer que o mapa dos discursos migratórios de Madri é vasto e complexo seria não dizer nada novo e ainda dizer muito pouco. Se, quando iniciei meu trabalho de campo em Buenos Aires fiquei surpreso com a quantidade de organizações de mediadores e com quanto o tema estava no dia a dia da cidade, quando iniciei a terceira fase do meu trabalho de campo senti saudade da “simplicidade moral” e da “delicadeza” com que o tema era tratado em Buenos Aires.

Logo no início do trabalho de campo percebi que havia um número interminável de ONGs, agências do estado espanhol e locais, associações de vizinhos, associações de imigrantes, que tratavam do assunto. E não é por nada; a presença dos imigrantes em Madri é tão notável nos dados estatísticos quanto no impacto na paisagem humana da cidade. Assim, como em Buenos Aires, um fenômeno urbano de uma capital nacional reverberava como um “problema nacional” enquanto as estatísticas apontavam para uma presença massiva de imigrantes em Madri, Barcelona e algumas cidades ao sul da Espanha. Também como em Buenos Aires, a hipervisibilidade era proferida não somente por especialistas e agentes que lidavam diretamente com a temática, mas vivenciada com inúmeras conexões com outros problemas nacionais.

Uma das minhas surpresas na cidade foi que raramente, se alguma vez, alguém me perguntava de onde eu era. Depois de algumas semanas compreendi que, sendo o conjunto da população tão “homogeneamente variado”, não havia lugar para estranhar a presença estrangeira, no sentido de

um interesse “saudável” pelo “outro”. Paradoxalmente, o tema das migrações estava sempre presente; os meios de comunicação e as pessoas no seu cotidiano pareciam lembrar dos imigrantes a toda hora; qualquer situação era propícia para um comentário sobre as migrações. O que era ainda mais impressionante, era a mistura de condescendência e crueldade com que o tema via à tona, frequentemente nos lábios de uma mesma pessoa, até em uma mesma frase.

De alguma forma, esse contexto me remetia a algo já conhecido. Em Madri, há mais discursos sobre migrações que migrantes; ao primeiro olhar, as problemáticas decorrentes do deslocamento, de identidade, de adaptação, tendem a se diluir em uma totalidade.

As questões raciais e de classe apareciam como elementos muito importantes na denúncia e perseguição aos imigrantes; as *redadas* policiais e todos os debates em torno delas com os quais fui me deparando ao longo dos onze meses que permaneci lá sugeriam que a presença do imigrante remetia a essas questões. No entanto, havia algo que escapava. Comecei a olhar para Madri e Espanha para ver como era construído o fenômeno migratório lá. Parecia haver muitas mais semelhanças com Buenos Aires do que com Porto Alegre. As primeiras dicas chegaram logo.

2.3.1 Os *inmigrantes*

Os “*inmigrantes*” são o elemento humano do mapa migratório madrilenho. O termo costuma ir acompanhado de uma subcategoria: *latino*, *sudamericano* ou *sudaca*, *árabe*, *negro* ou *subsahariano*, *chino* e *rumano*.

Embora a Espanha tenha se transformado em um país de imigração na década de 1980, os “*inmigrantes*”, como uma grande totalidade invasiva, continuam a constituir a nova realidade espanhola.

Sempre que se fala de migrações à Espanha, faz-se apartir de um ponto de vista histórico. Os mediadores e pessoas comprometidas com o tema das

migrações costumam salientar que o país passou de um país de emigração, enfatizando as migrações de espanhóis à Alemanha e à Suíça e seu caráter improvisado¹⁸ para depois referir-se à entrada do país à União Europeia, à riqueza que sobreveio e à chegada de imigrantes de várias partes do mundo.

2.3.2 – ¿Expresso?, ¡claro!

Era minha primeira semana em Madri; entrei em um pequeno restaurante para almoçar e sentei a uma das duas mesas na calçada. Na outra, separada apenas alguns centímetros da minha, duas moças italianas conversavam sem parar. O garçom, um rapaz espanhol de uns 25 anos, atendeu-as. Pareceu não notar minha presença e chamei-o. Vendo, ao longo da minha demorada refeição –ou da nossa refeição, pois as mesas estavam tão perto uma da outra que não havia como não participar da refeição delas– que enquanto ele as tratava com esmero, eu precisava chamá-lo para que me trouxesse a bebida ou a sobremesa, depois de longos períodos de espera. Perguntei-me se seria por eu ser homem, por não ser “italiano” ou por ambos os motivos. A resposta veio com a sobremesa; “*Dos cafés*”, pedi uma delas, ao que o garçom rápida e alegremente respondeu: “*¿Expresso?, ¡claro!, ¡Pues que somos todos comunitarios!*”.

A entrada do país à UE é uma referência temporal no mapa migratório não apenas porque a Espanha passou de ser um país de emigração a atrair imigrantes de muitas partes do mundo, como vimos no ponto anterior, senão porque coloca os discursos sobre o ser espanhol no plano dos desejos e das identidades. Quem são os espanhóis e quem são os “outros”? Qual das duas grandes cidades rivais é mais espanhola e qual mais europeia, Madri ou Barcelona? Devem os espanhóis ainda se considerar os “outros” dos europeus ou podem agora ter seus próprios “outros”? A pertença à UE é muito mais do que um fato da política internacional; ela atrai para si uma variedade de

¹⁸ O filme “Catorce pesetas, um franco” descreve este período da história espanhola.

discursos, que vão desde as imigrações que lhe sucederam e as políticas migratórias consensuadas à ocupação dos espaços públicos e o planejamento urbano.

Nesse sentido, o ingresso à UE, junto com seu papel de guardião das fronteiras europeias, coloca à Espanha neste caso, não apenas Madri, em uma encrucilhada, e acaba limitando o discurso sobre as migrações, no que diz respeito ao posicionamento ético da nação, entre manter suas fidelidades com as antigas colônias e áreas de influência e seguir as diretrizes da UE. Dificilmente se poderá falar da relação de Espanha com os imigrantes fora desses parâmetros.

2.3.3 – O 11 M e o terrorismo.

O dia 11 de março de 2004, um ataque terrorista a quatro trens da rede Cercanias de Madrid foi perpetrado supostamente por um grupo terrorista associado com grupos islâmicos e o Jihad. Quase 200 pessoas morreram e muitas mais ficaram feridas. O fato ficou conhecido como o 11 M. Além desse ataque, outros de menor incidência, foram perpetrados por outros grupos semelhantes e pelo grupo separatista basco ETA. Entretanto, é só o *11 M* que marca um dos limites dos discursos sobre migrações em Madri, e é somente ele ao qual as pessoas se referem quando falam em terrorismo, ao ponto que basta alguém ter pele morena e cabelo escuro para poder ser um *terrorista*. Narro a seguir uma experiência que, não por ser engraçada, deixa de mostrar o quanto esse medo está presente no cotidiano.

Havia poucos dias que estava em Madri; encontrava-me em um pequeno supermercado de um bairro da cidade; enquanto comparava as marcas de cereais, que se encontravam em uma prateleira de baixo, pelo que tive que me inclinar para frente, senti alguém me abraçando por trás e apalpando meu abdômem, sem sequer me pedir licença. A atendente gritou ao gerente, no outro extremo do local: “¡No, no es bomba, es la barriga!”.

Com o passar do tempo compreendi que aquilo era mais do que um medo, e mais do que uma simples associação entre imigração e terrorismo, Era algo no que esbarrava toda experiência de alteridade. O *11 M* não era uma referência temporal no mapa migratório madrilenho; havia perdido seu caráter de fato historicamente datado e se tornado uma perspectiva, agregando em torno de si discursos sobre a imigração e o terrorismo. Delegava a todo madrilenho o direito de proteger-se (e inspecionar) aqueles que não eram previsíveis.

Minha orientadora, a professora Denise Jardim, conta que em uma viagem de Madri a Lisboa, a policia fazia os passageiros abrirem suas bagagens de mão e retirando delas comida e bebidas, tudo que pudesse sujar ou cheirar no ambiente do ônibus. Pelo microfone, o cobrador informava aos passageiros tudo que era proibido comer, fumar ou beber no veículo. Acrescentando no retorno, quando havia um indiano entre os passageiros, que era proibido curspir no chão.

Essas situações parecem corroborar que a “vigilância” havia sido incrementada para garantir a segurança dos passageiros.

2.3.4 Madri terracota

Na década de 1980, a Espanha experimenta os primeiros anos de democratização que a habilitam a ingressar na então Comunidade Económica Europeia. O crescimento econômico foi bastante repentino e acelerado, e se prolongou até a crise de 2008. Disse ironicamente Sagrario, uma de minhas interlocutoras, referindo-se àquela época de crescimento econômico: “*yo me acosté pobre y me levante rica*”. O crescimento que o país havia experimentado após a queda do regime franquista e que balizara seu ingresso à UE não se comparava à explosão econômica dos anos 80 e 90. Os bancos ofereciam dinheiro facilmente; as pessoas pediam financiamento para apartamentos e depois aumentavam suas hipotecas para incluir carros, viagens e artefatos domésticos.

O carro-chefe do crescimento econômico foi a construção civil: o *boom del ladrillo*, como é costumeiramente chamado. Basta sair do zona central, com seus edifícios antigos e suntuosos e seus sobrados de dois ou três andares com grades ornamentadas e azulejos decorativos, e dirigir-se em direção aos bairros mais novos, para deparar-se com uma Madri completamente diferente, as chamadas *urbanizaciones*. Por outro lado, havia um debate intenso sobre o preço dos alugueis e das regras que faziam com que os proprietários não colocassem seus imóveis no mercado de aluguéis por medo de não poder retirar os inquilinos. Isso resultou em um aumento considerável da construção civil ao ponto que, atualmente, existem inúmeros apartamentos não ocupados. Hoje em dia é comum ouvir dizer que apenas um 10 % dos espanhóis moram em imóveis alugados.

Apesar desse crescimento intenso da construção civil, a passagem urbana fora do centro da cidade caracteriza-se pela uniformidade. Os poucos edifícios com acabamentos diferenciados destacam-se do imenso mar de prédios com tijolo à vista, de quatro ou cinco andares, todos muito semelhantes entre si e de qualidade dubitável. A sensação ao andar pelas ruas de um bairro é a de caminhar sem sair do lugar; uma sequência infinita de tijolos interrompida a cada 10 ou 15 passos por uma porta de vidro ou metal. Ao passar aos bairros mais nobres, só o cinza das calçadas cobertas de papéis ou folhas secas dá lugar à grama verde dos jardins na frente dos edifícios; o pincel terracota não poupou as residências das novas classes médias.

“*Todo esto fue construído con mano inmigrante*” é a frase mais comum quando se fala do crescimento econômico. De fato, e como é sabido por todos os madrilenhos, a construção não era apenas a ocupação da enorme maioria dos homens imigrantes, senão o lugar preconcebido para eles trabalharem. Um setor do mercado de trabalho que só eles ocupavam e que lhes era reservado, da mesma forma que, da porta para dentro, havia um espaço à espera de uma mulher latina para fazer as tarefas domésticas, cuidar das crianças e dos idosos. Agora realmente europeus, os nacionais tinham coisas mais importantes a fazer.

O *boom del ladrillo* é uma das referências nos discursos migratórios.

Pode-se afastar dessa referência mais sempre a ela se volta, seja para sinalizar a invasão de imigrantes, para falar do desemprego ou para denunciar a injustiça das políticas migratórias que se aproveitaram da mão de obra barata dos imigrantes e agora dificultam sua permanência no país.

2.3.5 A crise

Como o *boom del ladrillo*, a crise de 2008 que atinge ainda a Europa passou a ser um marco fundamental na história das migrações na Espanha e em Madri em particular. Não há quem não fale de um sem falar do outro, dos castelos de areia que a Espanha construiu em base a um único setor da economia e da quantidade de desempregados que há na Espanha hoje. De fato, quando sai de lá, a finais de junho de 2010, o índice oficial de desemprego chegava a 21% da população em idade de trabalho. Todos os mediadores fazem referência a ela, apontando como os mais afetados foram os imigrantes, não apenas por serem os mais vulneráveis, mas também porque ou trabalhavam na construção civil e o mercado imobiliário é hoje um dos setores mais deficitários, ou porque os espanhóis nativos querem agora de volta os postos de trabalho que à época de crescimento rejeitavam. Assim, *la crisis* é constantemente evocada como um divisor de águas entre um momento de demanda de imigrantes para trabalhar e um momento em que o país quer se livrar deles. Isso lembra as reflexões de Sayad sobre o imigrante ser visto como provisório, alguém que sempre está prestes a ir embora. No entanto, deve-se lembrar que além das políticas de abrangência do Estado, Madri é uma capital federal e também uma comunidade com administração autônoma. Isso significa que as políticas migratórias, mesmo que nacionais, são operadas na cidade constituída por um governo próprio que gestiona a atuação da segurança pública.

2.3.6 As *redadas*

Em Madri, a maioria dos relatos sobre encontros com agentes de polícia ocorrem no contexto das *redadas* policiais e da repressão ao *Top-manta*. Elas são fatos do cotidiano, e têm lugar principalmente nas saídas das estações do metrô, no próprio trem, em parques, praças, locutórios, bares, na rua, na saída de igrejas e mesquitas e em toda sorte de lugares públicos frequentados por migrantes.

As *redadas* agregam em torno de si discursos sobre racismo principalmente. Falar sobre racismo em Madri implica pensar nas *redadas*, mesmo que o termo não venha à tona na locução. Pela mesma razão, é difícil também discutir o racismo para além delas. Quase todas as vezes que quis indagar um interlocutor espanhol sobre se percebia racismo na sociedade, tive que perguntá-lo indiretamente, porque, de outra forma, o termo “racismo” levava diretamente às *redadas*.

No âmbito dos imigrantes e dos mediadores, as *redadas* também evocam reflexões sobre a liberdade, sobre a lei, sua aplicação e sua legitimidade, sobre o que significa “respeitar a autoridade”, sobre as táticas de sobrevivência, e sobre os medos cotidianos. Quaisquer destes assuntos podem ser, e com frequência são, debatidos nas reuniões da organização Amigos del Pueblo Latinoamericano (APLA) e das organizações do Ferrocarril Clandestino¹⁹, e sempre desembocam nas *redadas*.

É interessante também resaltar que as *redadas* têm dado lugar a estratégias de evitação que se propagam nas reuniões e entre os imigrantes que participam de coletivos organizados. Pedir a um amigo que tem documentos que caminhe alguns metros na frente para ver se há polícias na esquina, viajar de ônibus em lugar de em metrô, ou mesmo atos mais radicais, como queimar os próprios documentos para não poder ser identificado são estratégias difundidas propositalmente pelos mediadores, fundamentadas no

¹⁹ APLA e o Ferrocarril Clandestino são uma organização e uma rede de organizações respeitivamente onde teve lugar uma boa parte do meu trabalho de campo. Portanto, as mencionarei várias vezes ao longo desta tese.

perigo cotidiano das *redadas*. Para além disso, várias organizações de mediação incluem em suas atividades, oficinas sobre como negociar com a polícia uma saída para a falta de documentos, em caso de serem pegos em uma *redada*.

Portanto, a experiência acumulada por esses mediadores não se restringe a decifrar procedimentos legais, senão que inclui também aprender a lidar com as situações inusitadas e os abusos de poder or parte da polícia. Isso faz com que sua atuação esteja entre a denúncia e o acolhimento.

2.3.7 - A Ley de extranjería

A Espanha não teve uma legislação migratória até 1986, quando foi criada a “Ley Orgánica (L.O.) 7/1985, publicada no ano seguinte, ano de sua entrada à UE. A partir desse momento, surge o fenômeno migratório como um problema social e o imigrante como uma categoria política. Esta lei coloca em andamento processos até o momento desconhecidos, como o controle policial, a exigência de vistos de entrada e autorizações de trabalho e residência. Vários preceitos desta lei foram revogados pela sentença do Tribunal constitucional 115/1987, tornando-a menos restritiva. Na década de 1980, e junto com a criação do Espaço Schengen, a UE institucionaliza a categoria de “imigrante internacional”, o que resulta em que, enquanto promove o fechamento das fronteiras externas, aconselha aos estados membros a promover políticas de integração, conforme conta Asunción Merino (2003).

Segundo essa autora, antes da promulgação da primeira L.O. 7/1985, na Espanha não havia nem imigrantes, nem ilegais, nem população a ser integrada. De fato, durante a década de 1980, a imigração extra-comunitária à Espanha era pouco significativa, constituída principalmente, até aquele momento, por sul-americanos exilados das ditaduras. Já no início da década de 1990 o panorama muda; chegam mais pessoas dos países da América Latina, África e oriente, e a finais da década foi necessário uma nova ley. Assim, a L.O. 4/2000 substituiu à anterior, incluindo políticas de integração enquanto

procurava instituir uma igualdade entre imigrantes estrangeiros e cidadãos espanhóis. Esta lei foi votada por todos os partidos políticos menos o Partido Popular (PP), o qual arguia que a lei não estava de acordo com as diretrizes de segurança do Espaço Schengen.

Simultaneamente, a lei foi alvo de crítica dos movimentos sociais, por trazer transformações muito tímidas e, de fato, prejudicar imigrantes não documentados²⁰.

Em menos de uma década, a L.O. 4/2000 foi reformulada cinco vezes, sendo a última reformulação a L.O. 2/2009 de dezembro de 2009. Cada uma delas foi tornando a política migratória espanhola mais restritiva, no sentido não só de dificultar cada vez mais o ingresso de pessoas senão também de cada vez mais tornar imigrantes regulares em irregulares. De fato, para que um imigrante tenha acesso á documentação, tem que ter trabalho e para ter trabalho, tem que ter documentação. Dessa forma, não há como evitar que muitas pessoas permaneçam na irregularidade e sobrevivam trabalhando na economia informal ou *economía submergida*. Para regularizar-se, o imigrante pode recorrer ao recurso do *arraigo*. Há três tipos de *arraigo*: *arraigo laboral*, *arraigo familiar* e *arraigo social*. Para beneficiar-se do recurso do *arraigo* laboral, o imigrante deve provar que mora de forma ininterrupta na Espanha por um período não menor que dois anos e que trabalha há pelo menos um ano, também ininterruptamente e com um contrato de trabalho. Para recorrer ao *arraigo social*, o imigrante deve provar que está no país há, pelo menos, três anos, e apresentar um contrato de trabalho que lhe garante emprego durante pelo menos um ano. Deve também provar que tem vínculos familiares com espanhóis ou com outros estrangeiros residentes na Espanha. Em caso de um desses requisitos não poder ser cumpridos, pode solicitar ao município onde mora o Certificado de Convivencia, uma espécie de atestado emitido pela prefeitura local atestando que o solicitante mantém um vínculo social com a cidade; essa certidão, entretanto, é praticamente impossível de conseguir.

²⁰http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Extranjer%C3%ADa_de_Espa%C3%B1a#Evoluci.C3.B3n_de_la_normativa_espa.C3.B1ola_de_extranjer.C3.

Em ambos os casos, é necessário provar também que não se têm antecedentes que o vinculem a algum ato criminoso nem na Espanha nem no país de origem.

O *arraigo social* tornou-se a forma mais comum de pleitear a documentação espanhola. Os mediadores costumam oferecer oficinas de orientação legal sobre formas de regularização. Entre as dicas que os mediadores dão aos imigrantes, está guardar todo tipo de papel que possa provar essa permanência. Assim, os imigrantes são orientados a manter consigo uma caixa onde guardar cartões de transporte urbano que tenham data, certificados de cursos, recibos de pagamentos, notas fiscais de compras em lojas, etc. Tal expediente é constituído por advogados perante a polícia.

Uma vez que o estrangeiro está regularizado, a maior dificuldade é manter-se em situação regular. A autorização de permanência deve ser renovada a cada dois anos, e para obter a renovação, o imigrante deve provar que contribuiu com a previdência social durante todo o período anterior. Dada a atual crise econômica e o desemprego, isso é praticamente impossível, já que poucas pessoas, inclusive cidadãos espanhóis, conseguem manter um trabalho por um período relativamente prolongado. Assim, reitera-se a posição do imigrante vinculado a um trabalho formal e não exatamente como um sujeito que leva sua vida em um novo lugar.

A Ley de extranjería é também uma referência no campo dos discursos sobre as migrações por pautar toda a experiência cotidiana de imigrantes e mediadores. Ela evoca, precipita e coloca em circulação discursos sobre xenofobia, desigualdade, submissão da Espanha à UE, cidadania e direitos humanos.

2.3.8 A UE na Espanha

Como vimos anteriormente, o ingresso da Espanha à UE marcou o início de Espanha como um país de imigração, tornando-se uma das referências fundamentais nos debates e na literatura sobre as migrações.

Nesta parte trago algumas informações e reflexões sobre como a formação da UE e a entrada da Espanha ao bloco moldaram e continuam moldando as políticas migratórias nacionais. É preciso deixar claro, entretanto, que não se trata de uma transferência unilateral de responsabilidades, senão de uma reconfiguração dos papéis de uma gama de atores em face a uma nova configuração política e à percepção da migração como um problema social. Portanto, junto às novas exigências legais, multiplicam-se os saberes que atuam na avaliação e na condução da regularização dos imigrantes. Observar as novas configurações será indispensável para entender os debates em torno da migração por parte dos agentes de acolhimento a imigrantes.

Como mencionei no primeiro capítulo desta tese, considero que o controle das migrações não se exerce apenas pelo controle dos fluxos migratórios, senão também através da elaboração, manipulação e subjetivação dos discursos sobre a imigração por parte de todos os agentes envolvidos. No entanto, conhecer estes mecanismos de controle mais diretos nos ajudará a localizar estes debates sobre as migrações dentro do marco das relações políticas que configuram a imigração como um problema social. Saskia Sassen [2007 (1998)] estuda as transformações pelas que vem passando o Estado, desde o ponto de vista das reconfigurações da soberania no que diz respeito às migrações. Para esta autora, estas reconfigurações incluem especialmente duas novas categorias de atores: os blocos regionais e as organizações de defesa dos Direitos Humanos. Desde uma perspectiva semelhante, Asunción Merino (2003) se concentra nestas reconfigurações no caso espanhol, trazendo um estudo bastante detalhado de como a Espanha tem lidado com o fenômeno migratório desde seu ingresso à UE. Veremos na sequência o desenvolvimento dos mecanismos de regulação das migrações dentro do bloco para depois pensar o caso espanhol em particular.

Em termos gerais, os tratados sobre as *migraciones extracomunitarias*, como são chamadas as migrações oriundas de fora da UE, giram em torno de três eixos fundamentais, o controle da imigração, a integração dos imigrantes e a cooperação com os países emissores de emigrantes. Um olhar ao desenvolvimento das políticas migratórias comunitárias revela que à medida

que se consolidam a UE como estrutura política e o espaço Schengen como o espaço de cidadania europeia, aumenta a necessidade de impermeabilizar suas fronteiras. Conseqüentemente, o primeiro desses eixos, o controle das migrações de cidadãos extracomunitários, tem recebido prioridade. Não é possível separar a criação de um espaço de livre circulação de pessoas da noção de que é necessário restringir a entrada de pessoas a esse espaço. Essa classificação se traduz em duas filas na aduana do aeroporto (comunitários EU e outros), em escritórios e filas diferenciadas que ordenam os pleiteantes por sua procedência, devido a um gerenciamento ainda mais controlado dos estados nacionais que normatizam as rotinas administrativas ainda nos lugares de partida dos imigrantes, através dos acordos bilaterais.

O primeiro acordo de delimitação de um espaço de livre circulação de pessoas teve lugar na localidade de Shengen (Luxemburgo) em 1985, no contexto da então Comunidade Econômica Europeia, dos quais participaram apenas cinco estados, Alemanha, Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo. Em junho de 1990, os cinco estados pioneiros firmaram o convênio de aplicação do acordo anteriormente alcançado de eliminação das fronteiras nacionais internas ao espaço delimitado. Passaram-se outros cinco anos antes que o convênio fosse aplicado, período durante o qual os outros estados da já União Europeia, com exceção do Reino Unido e da Irlanda, aderiram aos acordos de Schengen. Entretanto, não foi aplicado inicialmente em todos os países que haviam aderido ao convênio, senão apenas nos cinco primeiros e na Espanha e Portugal. À medida que este espaço se consolidava, começava vigorar nos outros estados. Cabe ressaltar também que, assim como não todos os estados que fazem parte da União Europeia integram o espaço de livre circulação de pessoas, ou espaço Shengen, há estados signatários de seus tratados que não fazem parte da União. É o caso da Noruega, o principado de Liechtenstein, a Suíça e a Islândia.

O Tratado de Shengen é um acordo intergovernamental, e, em princípio, não teve valor enquanto normativa comunitária, pois não havia sido realizado no contexto da UE. Em “La Inmigración en España”, Miguel Pajares²¹ (1998),

²¹ Representante da rede *SOS racismo*, responsável pela área de migrações de *Comissões*

comenta o pouco debate que houve em torno da criação do Tratado de Schengen, devido a que não esteve, no início, sob o controle do Parlamento Europeu e dos órgãos europeus de justiça. Por ser um acordo entre governos, acabou sendo de difícil acesso aos parlamentos dos países signatários.

Posteriormente, o Tratado de Maastricht²² (1992), pelo qual se criou a UE, determinou que as questões relativas à imigração extracomunitária deviam ser resolvidas no âmbito dos governos nacionais e entre eles, o que tornou, à época, o Acordo Schengen um acordo subsidiário da nascente UE. Foi com o Tratado de Amsterdam de 1997, que modifica o Tratado de Maastricht, que o Acervo Schengen²³ foi incorporado à UE.

Assim, o Tratado de Amsterdã confere aos órgãos supranacionais da UE o direito de decidir sobre as políticas comunitárias de migração e asilo. Entretanto, este tratado não entrou em vigor até maio de 1999, contemplando um período de adaptação de cinco anos. A partir de 2004, então, as decisões sobre as propostas da Comissão Europeia e do Conselho Europeu²⁴ relativas às questões migratórias e de asilo passaram a ser tomadas conjuntamente entre o Parlamento Europeu e o Conselho da UE. A reunião do Conselho Europeu de Tampere, em outubro de 1999, optou por algumas linhas diretrizes do que poderia vir a ser uma política migratória consensual entre os países membros. O espaço Schengen devia se consolidar sobre três pilares, liberdade, justiça e segurança. Esses acordos impactaram diretamente as discussões e formatos das leis migratórias em países como Espanha e Itália, considerados como porta de entrada e fronteiras com o norte da África e a Europa oriental, revertendo também as relações históricas de Espanha e Itália com seu histórico de emigração, em especial para os países da América latina.

Obreras – uma das duas grandes associações de sindicatos de trabalhadores da Espanha, e membro do Consejo Asesor de Inmigración del Ayuntamiento de Barcelona.

²² O Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia (TUE), introduziu normas de cooperação entre os governos da CE, criando assim uma estrutura que não é apenas econômica senão também política, a UE. Foi assinado em fevereiro de 1992 e entrou em vigor em novembro de 1993.

²³ Nome dado ao conjunto dos Tratados e Convênios de Schengen.

²⁴ A Comissão Europeia é o órgão executivo da EU. Nem ela nem o Conselho Europeu tem funções legislativas.

As diretivas de entrada, permanência, imigração e exílio estipuladas no Tratado de Schengen têm se aprofundado à medida que a UE se consolida. Um exemplo é a política comunitária de vistos, implementada ao longo destes anos, e a aplicação do Código Comunitário de Vistos, a qual começou vigorar em abril de 2010. A política comum de vistos consiste na elaboração de uma lista dos países cujos cidadãos precisam tramitar um visto de entrada à UE em seus países de origem. Essa lista é atualizada a cada seis meses. Consiste também em uma relação das pessoas cuja admissão à UE deve ser negada.

A delimitação de um espaço sem controles fronteiriços internos tem algumas implicações: É necessário saber quem pode e em que condições, transitar livremente dentro desse espaço. Em princípio, qualquer pessoa, seja ela nacional de um dos estados signatários, um estado membro das comunidades europeias²⁵ ou estrangeira²⁶, uma vez dentro do espaço Shengen deve poder deslocar-se no interior do território do estado e entre os estados sem precisar identificar-se nas fronteiras entre os estados. Entretanto, a livre circulação de pessoas no interior do espaço Shengen foi pensada levando em conta apenas os cidadãos de países europeus, e é esta uma das críticas que tenho ouvido por parte das organizações de acolhimento a imigrantes.. Os estrangeiros com *status* de residentes temporários e permanentes, os refugiados e os solicitantes de asilo em um dos estados signatários do Tratado Schengen podem permanecer em outro estado membro durante três meses, no máximo, segundo os artigos 21, 22 e 23 do Convênio de Aplicação do Tratado de Shengen. Isto significa que, diferentemente dos cidadãos dos países europeus, o direito ao trabalho ou ao exercício de qualquer atividade profissional, seja por conta própria ou alheia, lhes está restrito ao país que inicialmente os acolheu. Isto parece contradizer as diretivas elaboradas pelo

²⁵ - À época da firma da convenção para a aplicação do Tratado de Schengen, as comunidades europeias eram: a Comunidade Europeia (CE), a Comunidade Europeia de Energia Atômica e a Comunidade Europeia de Carvão e Aço. A última passou a fazer parte da CE em 2002. Em 1 de novembro de 1993 entra em vigor o Tratado da União Europeia (TUE). Desde então e até dezembro de 2009, quando a começou vigorar o Tratado de Lisboa e a UE passa a se constituir como personalidade jurídica única e sujeito de direito internacional, a UE agregava as comunidades europeias e se fundamentava nelas

²⁶ - O artigo 1 do Convênio de Aplicação do Tratado de Schengen define como estrangeiro toda pessoa que não seja cidadão de um dos países das comunidades europeias.

Conselho Europeu em Tampere em 1999. O ponto 18 da carta de Tampere, reza:

A União Europeia tem de garantir um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residem legalmente no território dos seus Estados-Membros. Uma política de integração mais determinada deverá ter como objectivo assegurar-lhes direitos e obrigações comparáveis aos dos cidadãos da UE. Deverá de igual modo promover a não discriminação na vida económica, social e cultural e desenvolver medidas contra o racismo e a xenofobia

Ao manter este tipo de distinção entre cidadãos da UE e imigrantes estrangeiros, o Tratado de Schengen está renunciando a seus postulados de equiparação de direitos entre cidadãos da UE e imigrantes e à promoção da não discriminação na vida económica. Em face às altas taxas de desemprego que resultam da atual crise económica, esta distinção não faz senão reforçar as diferenças sociais dentro de um espaço pensado para aprofundar as experiências de democracia e cidadania.

A criação de um espaço de livre circulação de pessoas implica ainda um outro problema, que coloca a Espanha especialmente em uma situação de guardião das fronteiras da EU. Como podem os estados controlar que os estrangeiros estão em seu território em situação regular? Ou seja, como saber se foi esse próprio estado que lhe concedeu o *status* de imigrante em situação regular e não outro, ou se está irregular dentro do Espaço Schengen?

Dai que a desativação dos controles fronteiriços internos implique duas formas de controle diferenciadas: uma é um controle intenso das fronteiras externas que é um assunto tratado amplamente pela literatura sobre o tema. A segunda forma de controle diferenciado é o controle interno da população residente, que torna qualquer pessoa um suspeito, mas que, na impossibilidade de controlar todas as pessoas, toma o caminho mais fácil da identificação pelas características fenotípicas. Esse é um ponto complexo e importante que estará sempre presente nos discursos dos mediadores e ao qual, conseqüentemente, voltarei repetidamente.

Aos efeitos do controle das fronteiras externas foi criado o “Sistema de Informação de Shengen” (SIS), que consiste em um banco de dados

sofisticado que permite aos estados membros disporem de informação sobre determinadas pessoas e objetos para o controle das fronteiras e alfândegas. Resulta daí outra das críticas feitas à forma como é gerenciada a livre circulação de pessoas. Os critérios de inclusão de pessoas no registro do SIS variam de um estado para outro, mas o critério para impedir o ingresso de pessoas no espaço Schengen é a somatória dos critérios de todos os estados. Dessa forma, uma pessoa que não poderia entrar a alguns países e sim a outros passa a não poder entrar a nenhum deles. Algo semelhante acontece com os solicitantes de refugio. Quando a uma pessoa lhe é negado o recurso do asilo em um país membro do Tratado lhe é, conseqüentemente, negado em todos.

Mesmo com essas barreiras e regras, e dentro dessas regras, a UE e a Espanha experimentaram um crescimento da presença migratória no início do século. Portanto cabe indagar sobre as formas de gerenciamento dessa população quando já presentes na UE.

As tecnologias de controle regional nos espaços nacionais dentro da UE.

Em 2004 é criada a “Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia”, conhecida como “Frontex”, na cidade de Varsóvia. Trata-se de um organismo da UE que tem por objetivo auxiliar os estados membros no controle de suas fronteiras externas. Embora o controle das fronteiras nacionais seja uma prerrogativa de cada estado, o “Frontex” tem como função garantir que cada estado o faça mantendo um mesmo e elevado padrão de eficiência. Fica aqui claro o caráter supragovernamental da UE.

Os Centros para Internamiento de Extranjeros (CIES)

Junto com o “Frontex” foram criados os “Centros de Internamiento de Estrangeiros” (CIES). Embora supostamente não sejam prisões no sentido estrito do termo, os CIES funcionam como tal na medida em que a eles são

levados os estrangeiros não documentados ou em situação irregular, e mantidos por períodos máximos que cabe a cada estado nacional determinar. Existem atualmente em torno de 280 CIES espalhados pela UE. Sua existência é objeto de inúmeras ações e protestos por parte das organizações da sociedade civil de defesa dos direitos humanos, e tema de artigos e publicações por parte das mesmas e de estudiosos do fenômeno migratório e pessoas vinculadas às ciências sociais.

O CIES de Madri ocupa o espaço de uma antiga cárcere. Enquanto membro da Asociación de Sin Papeles de Madrid (ASPM), fui visitar um imigrante detido no CIES. Ao chegar, os visitantes pegavam uma ficha e aguardavam serem chamados, sob um toldo improvisado. A mulher que entregava as fichas, vendia cartões telefônicos para que os visitantes entregassem aos detidos. Aguardei durante uma hora aproximadamente, já que dez pessoas eram chamadas cada vez. As visitas eram de cinco minutos, mas a entrada e saída de visitantes implicava uma série de controles que levavam em torno de 15 minutos. Finalmente me encontrava à mesa onde devia aguardar por Masemba Diop. Era uma mesa cinza de em torno de um metro de comprimento, separada de outras iguais por uma pequena divisória. Os policiais vigiavam a interação entre o visitante e o detido; era vedado tocar-se, assim como entregar comida, bebidas, ou qualquer objeto que não fosse para a higiene pessoal, roupas ou cartões telefônicos. Masemba não era achado, o número de detenção que eu levava não correspondia com nenhum dos detidos. Finalmente, me informaram que o rapaz acabava de ser solto, por falta de espaço no CIES.

Os imigrantes são detidos na rua porque os policiais recebem ordens de deter imigrantes. Depois de pasar pela avaliação de um juiz, o imigrante poderá ou não ser encarcerado, dependendo dos elementos que tiver a seu favor e da atuação de seu advogado defensor, que pode ser um *abogado de ofício* ou qualquer outro com quem o imigrante tiver contato. Ao ser levados à delegacia, o imigrante tem direito a **um** telefonema. Em princípio, o juiz deveria saber se há lugar no CIES para mais um imigrante, mas isso nem sempre acontece, como no caso de Masemba. Uma vez no CIES, poderá fazer mais um

telefonema, geralmente avisando seus amigos que está preso. Ambos os telefonemas são realizados desde telefones públicos instalados dentro da delegacia e do CIES. O cartão de telefone faz parte dos pertences que os imigrantes sempre carregam consigo, pois seus telefones celulares são-lhes retirados antes de entrar na viatura.

Na fala de todos os mediadores, de outros organismos de direitos humanos e dos próprios imigrantes que já foram presos, o CIES de Madri situa-se num espaço intersticial entre a aplicação de controles rígidos e a falta de regulamentação. O controle sobre as visitas é rígido, mas o imigrante poderá ficar um dia ou os sessenta que determina a lei, dependendo da lotação.

Entre as inúmeras denúncias que a existência e as condições de permanência nos CIES suscitam por parte de organizações dos direitos humanos e os meios de comunicação menos alinhados com o Estado, como os jornais e emissoras de rádio dirigidos à população imigrante, estão o fato de as pessoas serem privadas da liberdade por uma falta administrativa, a super lotação, o não respeito aos direitos humanos e a falta de transparência sobre o que realmente ocorre nos CIES espanhóis. Até algum pouco tempo atrás, os organismos de direitos humanos não tinham o acesso permitido ao CIES de Madri.

Os CIES dependem do Ministério do Interior e são controlados por agentes da Polícia Nacional; entretanto, por não terem o estatuto de cárcere e sim de um *Centro de Internamiento*, não há uma normatividade muito clara que determine o que é possível esperar ao ser preso, nem mesmo quanto tempo se permanecerá lá. Os relatos das pessoas que estiveram “internados” mostram que dentro do CIES é a autoridade dos agentes que prevalece sobre qualquer normatividade, dando lugar a abusos e maus tratos.

Atualmente há uma polêmica sobre se os CIES devem ou não continuar sendo controlados pela Polícia Nacional. Os agentes de polícia não querem mais trabalhar no CIES e o Ministério do Interior não quer que os CIES passem ao controle das entidades encarregadas dos presídios, porque isso seria admitir ao mundo que os detidos no CIES estão tendo um tratamento de

presidiários.

A permanência está atualmente limitada a 60 dias; entretanto, se o imigrante será solto ou será deportado depende de tratados bilaterais entre a Espanha e os países de origem dos imigrantes e da disponibilidade de recursos para fazê-lo. Estes tratados têm a forma de tratados de cooperação internacional, sendo a aceitação dos imigrantes em situação irregular a moeda de troca. Alguns dos países com os quais a Espanha assinou esse tipo de tratados incluem entre suas cláusulas, o compromisso de aceitar a repatriação de imigrantes de países vizinhos. É o caso do acordo firmado com o Marrocos. Esses acordos funcionam também com base nos acordos de readmissão de nacionais firmados no contexto da UE.

Vemos então que a existência dos CIES está imersa num campo de debates do qual participam agentes dos direitos humanos nacionais e transnacionais e diversos setores do Estado espanhol. Fundamentalmente, eles se encontram no cruzamento de uma série de debates que vêm acontecendo desde sua criação: a legalidade de sua existência (a constituição espanhola permite a privação da liberdade de pessoas que não cometeram nenhum crime?), seu status enquanto lugar de detenção (é uma prisão ou um centro de internamento?), o debate político sobre as funções do Estado (quem deveria controlar os CIES?), o Estado espanhol frente à UE (os CIES existem por determinação da UE, quais seriam as possibilidades do Estado espanhol não seguir essa diretiva?), governamentalidade (quem determina a prisão e a permanência, o juiz ou a polícia?) e os debates sobre direitos humanos, relativos às condições de infra-estrutura dos locais e aos abusos de autoridade por parte de agentes da Polícia Nacional. Todos estes debates remetem, finalmente, à questão do controle dos sujeitos migrantes. O controle da movimentação, o controle pelo medo de ser preso.

As tentativas de controlar a migração a longo prazo

Em junho de 2008, o Parlamento Europeu aprovou a Diretiva de

Retorno, à qual alguns mediadores e imigrantes costumam se referir como a “Diretiva da Vergonha”. Segundo essa política, os estados membros deverão regularizar seus imigrantes ilegais ou estes deverão abandonar a UE em um prazo máximo de 30 dias, sob a ameaça de serem detidos nos CIES durante períodos que cabe a cada estado determinar. A medida devia ser implementada em um prazo de 24 meses, o que obrigou alguns estados a reformularem suas legislações migratórias. O Estado espanhol determinou que aqueles imigrantes que optassem por abandonar o território espanhol receberiam como benefício uma porcentagem do total de prestações do seguro de desemprego que lhes resta receber no momento da partida e o resto quando já estiverem em seus países de origem. Foi nesse contexto que se realizou a reforma da Ley de Extranjería espanhola em 2009.

A aprovação da Diretiva de Retorno teve repercussões consideráveis nos meios de comunicação e em âmbitos vários da sociedade civil; houve manifestações públicas contra ela em várias cidades da Europa e em outras partes do mundo. Na cidade de Buenos Aires, por exemplo, houve uma manifestação pública que congregou as organizações da sociedade civil daquela cidade, o cônsul nigeriano e o vice-consul boliviano no local do INADI e frente à Praça de Maio. Os presidentes dos estados membros do Mercosul também se pronunciaram publicamente contra ela²⁷.

Ou seja que, assim como a migração aparece como um problema globalizado, as formas de abordar o tema parecem fluir de uma rede ampla de debatedores também transnacionalmente.

Em setembro do mesmo ano de 2008, foi assinado o Pacto Europeu de Imigração e Asilo, o qual convoca os governos dos estados a moldarem a migração regular e lutar contra a imigração irregular. O texto do pacto trata especialmente da adoção de medidas que conduzam ao equilíbrio entre as obrigações e os direitos dos imigrantes, com ênfase no “respeito às leis do país de acolhida”, além de ressaltar a ideia de que UE não tem as condições

²⁷ Para mais informações sobre a resposta do Mercosul à “Diretiva de Retorno” e a atual política migratória da EU em geral, visitar, entre outros, o sítio: <http://www.dw-world.de/dw/article>

necessárias de abrigar todos os imigrantes que chegam a ela. Os cinco eixos que o compõem são: 1) a organização da migração regular tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho, 2) a luta contra a imigração ilegal e a organização das expulsões de imigrantes em situação irregular, 3) a otimização do controle das fronteiras, 4) o estabelecimento das bases para a criação de uma política europeia comum de asilo e 5) o estabelecimento de bases concretas para uma associação com os países de emigração e trânsito.

As questões relativas à reunificação familiar estão no centro das críticas ao pacto, dado que ele estabelece que os imigrantes já regularizados somente poderão trazer suas famílias do país de origem se tiverem os meios econômicos adequados e condições de moradia aceitáveis. A nova versão da Ley de Extranjería de 2009, baseada no pacto, determina então que somente poderão candidatar-se à reunificação familiar cônjuges, filhos menores de 18 anos e solteiros e pais maiores de 65 anos de idade. Isso constitui uma novidade altamente controversa, já que os imigrantes contam com o salário do cônjuge que ainda não chegou e, às vezes, dos filhos e pais, para poder alugar uma moradia. Neste ponto também há controversas no momento de solicitar a reunificação familiar ou a regularização porque não há nada na lei que especifique o que é “condições de moradia aceitáveis para toda a família”. Na hora de fazer os trâmites e provar onde e como se mora, muitas pessoas são barradas sem saber por que nem a que se ater.

Como podemos ver, à medida que a UE vai se consolidando como estrutura política e o espaço Schengen como espaço de livre circulação de pessoas, as fronteiras externas da UE vão se tornando mais rígidas, de certa forma contradizendo seu próprio postulado de “Uma Europa segura e aberta”.

Em princípio, os estados nacionais continuam a ter a prerrogativa sobre suas legislações migratórias, como fica claro no Pacto Europeu de Imigração e Asilo assinado em 2008. Apesar dessa suposta autonomia nacional, os estados nacionais vem adotando políticas migratórias em conformidade com as diretrizes da UE, e essa é uma das mais importantes reivindicações dos mediadores, quando se menciona a “Ley de Extranjería”; a independência em

matéria legislativa é meramente formal. Perante à crise econômica que atinge a UE, cada um dos estados tem reformado suas políticas migratórias nos últimos anos, tornando-as cada vez mais restritivas. O caso de Espanha é exemplar nesse sentido.

É possível afirmar, assim, que a UE caminha em direção a uma política migratória comum, embora, em teoria, os estados nacionais sejam ainda os responsáveis pela elaboração de suas próprias legislações. Em *Personal Security and State Sovereignty in a Uniting Europe*, Rey Koslowsky defende que a cooperação entre os estados da UE em matéria de migração é muito maior do que em qualquer outra organização regional de estados tecnologicamente avançados. Segundo o autor, houve, já desde a assinatura do Tratado de Maastricht, um contínuo processo de transferência de soberania, do nível estatal ao regional, inclusive no que diz respeito às migrações extra-comunitárias. (Koslowsky, 2001). Atualmente, a EU determina as diretrizes que os estados nacionais que a compõem devem seguir na elaboração de suas políticas migratórias.

Resumindo, a entrada da Espanha à UE tem marcado, cada vez com mais afinco, o debate sobre as migrações no país e em Madri particularmente. Em estreita vinculação com a “Ley de Extranjería”, a referência à UE como elemento “contaminador” da relação da Espanha com os imigrantes, retira o debate do âmbito da cidade e do cotidiano. Talvez por isso, é quase sempre no âmbito dos congressos acadêmicos e na voz de membros de organizações mediadoras com um perfil mais profissional que a entrada da Espanha a UE determina o rumo de outros discursos sobre as migrações desde o início da conversação. Entretanto, todos os mediadores, em algum momento, acabam referindo-se à UE e à obediência da Espanha a ela como um dos males que atingem o país em matéria de migração. A entrada da Espanha à UE, a formação do Espaço Schengen, as medidas de segurança adotadas em relação à migração e os planos de contenção da migração, ou de livrar-se dos imigrantes, costumam se mencionados um na sequência do outro, atraindo para si discursos sobre direitos humanos, maus-tratos, racismo e xenofobia e, logicamente, todos em combinação com as *redadas*.

2.3.9 Entre o Estado e a Cidade

Apesar do tratado no ponto 2.3.8, não podemos falar de uma simples transferência mais ou menos direta de soberania do nível nacional ao regional com o objetivo de manter a segurança do espaço de livre circulação dentro da UE. A dicotomia pressão regional – soberania estatal pode não estar sendo suficiente para compreender a importância que o controle das fronteiras externas da UE e a elaboração de políticas migratórias cada vez mais restritivas têm ganhado na última década.

A transferência da responsabilidade do controle das migrações é um tema bastante candente em Espanha atualmente, e os municípios têm uma parte importante nesse debate. Torna-se evidente no fato de que frequentemente não é a Polícia Nacional senão a Guardia Metropolitana que realiza as *redadas* em busca de imigrantes em situação irregular. Essas tensões originam-se também no âmbito burocrático.

No início de 2010, o município de Girona, em Catalunya, ameaçou negar o *empadronamiento* a imigrantes que não comprovassem sua situação regular no país. Isso gerou debates prolongados entre o Ayuntamiento de Girona e as organizações de apoio a imigrantes. Pouco tempo depois, essa situação havia-se difundido a vários municípios em outras comunidades autônomas. Deixando de lado por um momento as organizações de apoio a imigrantes, este debate nos remete a questões de governabilidade. Para compreender o que isso significa, é preciso entender melhor o que é o *empadronamiento*.

O Empadronamento

O *empadronamiento* é o registro de todos os cidadãos que moram dentro de cada município. É um instrumento fundamental dos governos municipais, o qual permite-lhes conhecer sua população e assim distribuir os recursos. Torna-se, conseqüentemente, um sistema de controle da população

pelo governo municipal. Como na perspectiva foucaultiana, o Estado não é uma entidade monolítica que impõe o poder desde um único lugar. O poder de controlar os sujeitos está apresenta-se de inúmeras formas, freqüentemente na forma de uma oferta de benefícios; só se tem acesso a eles em troca de uma concessão do controle sobre o corpo e a mobilidade dos sujeitos.

Assim, para os habitantes de uma cidade, estar *empadronado* é indispensável para ter acesso aos serviços sociais oferecidos pelo município ou através dele. Apesar de que o *empadronamiento* tem validade dentro de cada município, os sistemas de padrão dos municípios estão ligados entre si, e o Estado espanhol tem acesso aos bancos de dados dos padrões municipais. Uma pessoa pode estar empadronada em um único lugar e com um único domicílio registrado no território nacional e ao mudar de domicílio, independentemente de se o faz dentro do mesmo município ou não, deve primeiro desempadronar-se para depois empadronar-se novamente. Tal procedimento se faz apresentado o documento de propriedade ou o contrato do aluguel do imóvel e os documentos de identidade ou passaportes de todas as pessoas que nele morarão. O procedimento gera um documento que deve ser apresentado no momento de credenciar-se para o uso dos equipamentos públicos disponíveis e pleiteados pelo cidadão.

Em princípio, ao ser competência do governo municipal, o *empadronamiento* está fora da ordem das questões de ordem migratório e judicial; todos são *empadronáveis*. Nenhuma pessoa pode ser impedida de empadronar-se e nenhum *status* migratório específico é exigido para o *empadronamiento*, já que é possível apresentar qualquer documento de identidade, inclusive o passaporte com visto de turista. Entretanto, entre os documentos que se agregam como necessários para apresentar na entrada ao país está o seguro-saúde no exterior, previndo a demanda pelo uso dos serviços de saúde por parte do turista de equipamentos subsidiados pelo Estado espanhol. Alugar uma vivenda ou ter a declaração de um proprietário de que se tem residência fixa é pré-condição para o *empadronamiento*, este, por sua vez, permite o acesso a recursos básicos dirigidos aos cidadãos no sentido amplo do termo.

Assim, o acesso aos serviços básicos torna-se uma arena de disputas entre o imigrante estrangeiro e o agente estatal que fornece esses serviços, na medida em que, em princípio, todos teriam direito a eles, já que todos devem estar *empadronados*, mas o estrangeiro deve ter, em princípio, também um seguro de saúde particular. Quando se trata de questões mais específicas, é necessário buscar possibilidades dentro de um terreno escorregadio.

Trarei como exemplo uma situação pela qual, como eu, muitos estrangeiros devem haver passado. No inverno 2009-2010, o Estado espanhol recomendava que todas as pessoas se vacinassem contra o vírus da gripe A. Tentei fazê-lo, num posto de saúde, mas para isso, pediram que apresentasse minha *tarjeta sanitaria*. Tentei obter uma, mas como estrangeiro, devia ter um seguro de saúde particular. Meu seguro não cobria a vacinação, porque não se tratava de um caso emergencial. Depois de idas e vindas entre os postos de saúde e o local onde se obtém a *tarjeta sanitaria*, a opção que me foi oferecida para poder vacinar-me foi a de obter um documento declarando-me *pobre*.

Em princípio, cabe ao governo nacional gerenciar as políticas de entrada de imigrantes através da legislação pertinente, e aos municípios a tarefa de gerenciar as questões relativas à população local, inclusive os imigrantes. Ao não terem, os imigrantes em situação irregular, acesso aos serviços sociais oferecidos pelo Estado, as cidades tornam-se responsáveis pelos seus direitos básicos. As cidades devem lidar com um problema causado pelo Estado espanhol, na medida em que este elabora políticas que dificultam a regularização de imigrantes. O recurso jurídico que os *ayuntamientos* têm para gerenciar essa parte da população local é o *empadronamento* e o recurso prático é a terceirização do trabalho, encaminhando os imigrantes a ONGs e associações que prestam serviços como encaminhamento para o trabalho, cursos de espanhol, cursos profissionalizantes e às vezes ajuda econômica. De fato, minha primeira investida a campo foi uma visita a um escritório do Ayuntamiento de Madrid, onde me foi fornecido uma lista das organizações que prestam ajuda a imigrantes.

Para Zapata-Barreto (2004), existe um déficit intergovernamental entre as formas de lidar com as migrações, sobretudo no caso dos imigrantes em

situação irregular, e isso se torna evidente na forma como o Estado espanhol e os municípios pensam a relação entre os imigrantes e o *empadronamiento*.

Na lógica estatal, o ato do *empadronamiento* seria, para o autor, o último e mais importante momento da inserção do imigrante na sociedade local: um imigrante tramitaria seu *empadronamiento* só quando já tiver estabelecido seus vínculos com o país. Ou seja, o *empadronamiento* seria um indicativo de que o imigrante está apto para trabalhar regularmente e deseja poder aceder aos serviços públicos. Por isso, o Estado não vê sentido no *empadronamiento* de imigrantes recém chegados. Além do mais, impedindo ou dificultando a regularização não somente desestimularia o ingresso de imigrantes e o retorno daqueles que estão em situação irregular, mas também ajudaria no controle da carga sobre as cidades, considerando que os imigrantes fazem uso de dos serviços sociais na mesma medida que os cidadãos nacionais, algo que é discutido pelos mediadores com base em estudos quantitativos sobre o uso dos serviços públicos.

Já na lógica das cidades, o *empadronamiento* é o primeiro estágio em direção à inserção na sociedade local. Questões como trabalho, saúde e educação dependem de estar ou não empadronado. Como disse anteriormente, o trâmite de *empadronamiento* é de competência dos municípios e não do Estado espanhol, não levando em conta, em princípio, o *status* migratório (Zapata –Barreto, 2004. p.185). É através do *empadronamiento* que os imigrantes irregulares adquirem um visibilidade urbana, enquanto permanecem uma realidade nacional invisível. Não estou dizendo com isto que as cidades espanholas acolham os imigrantes incondicionalmente em contra do Estado espanhol. Quero dizer sim que na medida em que as cidades são responsáveis por suas populações, elas desenvolvem mecanismos de gerir, controlar, dimensionar e getionar a vida pelo direcionamento de seus recursos, levando em conta também que tais debates são palco dos conflitos em torno do acesso e distribuição desses recursos.

Isso significa também que estão imersas em um debate político bi-partidista de abrangência nacional com intenções eleitorais de todos os níveis

de governo e que, além de tudo, são nódulos concentradores de riqueza e oportunidades de trabalho. Como há na Espanha um número significativo de imigrantes naturalizados espanhóis –eleitores– que podem alistar-se, já que o voto não é obrigatório e, de outro lado, setores grandes da sociedade que protestam contra o suposto desemprego causado pela imigração, os imigrantes são vistos como massa de manobra por alguns e como bodes expiatórios por outros. Dessa forma, os imigrantes participam do debate nacional não como um personagem concreto, senão como um personagem ao qual todos se reportam.

As cidades e a pressão eleitoral

Quando o município se recusa a *empadronar* a uma parte de sua população, está entrando em conflito com os organismos de defesa dos direitos humanos locais e translocais. Foi essa a situação que teve origem no município de Girona, em Catalunya, e que depois se estendeu a outros municípios da Espanha. Já a Ley de Extranjeria de 2003 garante à polícia o acesso aos dados do *padrón municipal*. Se alguns municípios optam por não *empadronar* imigrantes irregulares, estão, de alguma forma, alinhando-se a um política centralista e abdicando de sua autonomia. Estes desencontros entre perspectivas locais e nacionais deve ser pensado no contexto da transição espanhola de um governo centralizador como o de Franco a um regime de autonomia das comunidades e municípios. Não devemos esquecer que o discurso de *las dos Españas* –a Espanha monárquica e a republicana– perdura e atravessa meio que fantasmagoricamente as percepções sobre os dois partidos políticos principais, o Partido Popular (PP) e o Partido Socialista Español (PSOE). Dessa maneira, e aliado ao fato de ter surgido em uma cidade de uma comunidade autônoma com um pensamento separatista tão preponderante como Catalunya, a ameaça de recusar-se a empadronar imigrantes irregulares gerou uma considerável polêmica na sociedade civil, sendo tema dos jornais noticiários por durante bastante tempo, por mexer com questões que vão além das migrações.

Por estarem as cidades imersas em um debate bipartidista de abrangência nacional porém com intenções eleitorais também locais, devem levar em conta também a população imigrante. Nesse sentido, e embora pareça contraditório, o PP, partido mais conservador e que está no governo da Comunidade Autónoma de Madrid (CAM) e do Ayuntamiento de Madrid, adotou um discurso muito inclusivo da população imigrante em oposição à legislação migratória nacional proposta pelo PSOE.

Uma batata quente nas mãos

Outra “solução”, encontrada pelo governo do arquipélago de Canárias, revela os problemas de intergovernamentalidade. Como é de conhecimento comum, imigrantes africanos começaram atravessar o oceano desde a costa do Senegal às ilhas Canárias desde que os tratados entre a Espanha e o Marrocos reforçaram as fronteiras no sul deste país africano, impedindo assim a chegada de subsaarianos aos territórios espanhóis de Ceuta e Melilla, os quais se encontram no continente africano próximos ao estreito de Gibraltar. Fazem-no em barcos muito rudimentares denominados *pateras*, geralmente embarcações monomotoras sem nenhum tipo de infraestrutura para suportar vários dias no mar aberto. É sabido que uma grande parte desses jovens africanos morre antes de chegar às praias, e aqueles que sobrevivem, chegam em condições de saúde bastante deterioradas. As *pateras* são frequentemente surpreendidas pela guarda costeira ou pelos dispositivos do Frontex. Consequentemente, a maioria destes imigrantes são levados ao CIES de Canárias e outros são detidos nas delegacias de polícia durante algum tempo. Devido à superlotação tanto do CIES quanto das delegacias de Tenerife, capital canária, e perante a burocracia que implica o repatriamento de estrangeiros, o governo do arquipélago envia estes imigrantes às cidades da Espanha continental, em vôos fretados pelo próprio governo local e portando um “documento”, escrito em espanhol. Algumas vezes, os imigrantes são presos e levados aos CIES desde os aeroportos das cidades de chegada e outras vezes são soltos até serem presos nas ruas da cidade. Tudo indica que não há um critério muito bem definido para como proceder. Como disse

anteriormente, a legislação atual determina que um imigrante pode permanecer em um CIES até 60 dias por ano. Se passado esse período, sabendo para onde repatriá-los o Estado não tiver feito os arranjos necessários, eles devem ser soltos. Assim, estas pessoas são distribuídas pelo próprio governo espanhol em diversas partes da Espanha continental, e soltas sem nenhuma autorização para residir ou trabalhar na Espanha. Escutei vários relatos de pessoas que, não sabendo ler espanhol ao chegar à Espanha continental, achavam que o papel que lhes havia sido entregue no CIES de Canárias era a permissão de trabalho. Ao serem detidos pela polícia nas ruas das cidades, ou com um pouco mais de sorte, no contato com outras pessoas, descobrem que se tratava de uma carta de expulsão do país.



1 Patera (<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,2216848,00.html>)

Cidade e cidadania

Uma nova ideia ganha força em Madri; é a noção da cidade como *locus* da cidadania, um pouco nos moldes das cidades-estado da Grécia clássica. Este discurso outorga pouca importância aos direitos políticos dos cidadãos de um país, em relação aos direitos e deveres do cidadão para com a cidade onde mora. Nesse sentido, os migrantes são vistos como os *nuevos vecinos* que criam vínculos com seus concidadãos mais imediatos, aquelas pessoas com quem partilham as dificuldades e as conquistas do cotidiano. Como me disse o professor Tshitshi, diretor da Escuela de Profesionales de Inmigración y Cooperación al Codesarrollo (EPIC), “*Tiene más valor elegir un alcalde que un presidente. Al alcalde yo le puedo exigir buenos servicios, porque yo pago los impuestos. Ya el presidente está allá ...*”. Os imigrantes, então, têm direitos na medida em que moram, pagam seus impostos e se envolvem com a vida da cidade, de certa maneira desvinculando a cidadania do *status* migratório conferido pelo Estado nacional.

Foi graças à entrevista com o Pfr. Tshitshi que pude entender a penetração que esta forma de perceber a relação entre imigrantes e as cidades tem em Madri. Até então, o fato de que alguns membros de organizações de mediadores, sobretudo aqueles de perfil notoriamente acadêmico, se referissem com alguma frequência aos imigrantes como os *estos nuevos vecinos* me havia chamado a atenção, mas não entendia o que eles diziam com isso.

Quando se trata, então, de entender os debates que relacionam a imigração à cidade, estes são seus parâmetros fundamentais: o que fazer com eles?, como podem ser úteis?, como incorporá-los?

Ao longo deste último ponto vimos como a transferência de funções entre o Estado espanhol e os municípios é um tema importante quando se trata de decidir sobre como lidar com os imigrantes. Os papéis acabam não ficando muito claros, há superposição de incumbências e vazios de poder que deixam espaço à improvisação.

As questões do acesso aos recursos públicos está atrelada, de alguma forma, às intenções eleitorais dos partidos políticos. Nesse embate de forças, os imigrantes são a massa de manobra ou o bode espiatório, dependendo de que partido está no poder no município e no Estado central. Nesse contexto, a noção de uma cidadania mais vinculada à cidade, onde o imigrante “faz parte” da população, ganha força.

Em função disso tudo, a relação entre a cidade e o governo central é um elemento importante nos debates sobre as migrações, servindo como pauta aos debates sobre a cidadania dos imigrantes.

O mapa dos discursos migratórios madrileno caracteriza-se especialmente por um entrelaçamento de acontecimentos, leis e disputas sobre questões políticas provenientes de esferas de poder de maior abrangência, o que parece contraditório com a noção de autonomia das comunidades espanholas e com a ideia de uma cidadania atrelada preferencialmente à cidade que crescentemente permeia os debates sobre as migrações.

De fato, quase todos os elementos da realidade que pautam esse debate provêm de contextos que ultrapassam a cidade de Madri, seja impondo-se sobre ela com o peso das leis nacionais e das diretrizes europeias, seja infiltrando-se furtivamente até as estações de trem e metrô.

Trata-se de um contexto denso e difícil de compreender quando se chega à cidade com a intenção de entender esses debates. Meus interlocutores mediadores, pareciam concentrar-se em determinados pontos do debate, o que dava uma primeira impressão de fragmentação dos mapas discursivos.

Só depois de algum tempo de pesquisa as representações de elementos da realidade que não haviam vindo à tona nos primeiros encontros começavam a aparecer nos discursos de uns e outros, dando assim uma noção de totalidade.

Essa “totalidade” que caracteriza, depois de algum tempo, o mapa dos discursos migratórios madrilenos torna-se mais evidente quando se percebe que, sendo o fenômeno migratório uma questão do cotidiano na cidade,

pessoas de dentro e de fora do universo de mediação manejam quase as mesmas representações dos mesmos elementos da realidade ao falar sobre migrações. Ou seja, o mapa daqueles que estão de alguma forma comprometidos com o fenômeno das migrações à cidade não é tão diferente daquele que se poderia fazer dos discursos das pessoas que somente vivem as migrações como um fenômeno constitutivo da vida na cidade.

CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

A noção de mapas de discurso permite-nos localizar dentro do debate sobre um tema, as migrações transnacionais neste caso, quais são os limites desse debate. Ao localizar aqueles elementos da realidade que o pautam, poderemos compreender por que os debates em algum momento da pesquisa tornam-se previsíveis, até que um novo acontecimento ou ideia entre em cena para acrescentar novas possibilidades discursivas ao mapa.

Entretanto, não são os acontecimentos em si mesmos que, de fato, marcam os limites do debate, senão as suas representações. Ao longo desse capítulo, procurei trazer as representações desses elementos da realidade nos três contextos urbanos que fazem parte desta pesquisa a fim de poder compreender o trânsito de ideias que configuram localmente os universos simbólicos relativos às migrações.

No obstante, o termo “localmente” deve ser lido com cuidado. Ele não significa que a configuração desses universos simbólicos esteja pautada por elementos “locais” apenas. Como vimos ao longo do capítulo, os mapas dos discursos das três cidades estão atravessados por debates que incluem as representações de elementos da realidade provenientes de esferas de maior abrangência, como a nacional e a regional.

Essa “transnacionalização” opera de formas diferentes nos mapas dos discursos sobre o fenômeno migratório nas três cidades. Em Porto Alegre, a representação do Mercosul ancora-se numa paisagem que viabiliza o trânsito entre um lugar e outro. Mesmo que longe das intenções concretas do bloco, a

representação do Mercosul em Porto Alegre aglutina em torno de si discursos sobre direitos que obedecem à lógica de uma paisagem que se estende ao sul e ao oeste, convivendo com um olhar para o norte que foi característico do período de redemocratização, no qual era necessário entender, gostar e fazer parte do Brasil. A paisagem –passagem- desimpedida do Pampa resta sentido e peso aos obstáculos à migração provenientes da pertença a um estado-nação, fazendo de Porto Alegre uma cidade fronteira entre dois universos diferentes.

Já em Madri, a pertença ao espaço Schengen é uma decisão alheia aos madrilenhos que separa os que podem dos que não podem transitar livremente, seja dentro da cidade, dentro do país, ou entre estados. Em seu papel de “porta de entrada à UE”, decorrente de sua localização geográfica e de seu vínculo com as ex-colônias e áreas de influência, a Espanha vive em uma “fronteira ética” entre antigas e novas lealdades. Daí que os discursos que o ingresso do país à UE agrega em torno de si reflitam as carências da cidadania, principalmente dos imigrantes, os quais são *los más vulnerables*.

Já em Buenos Aires, as representações dos elementos da realidade que dizem respeito a uma transnacionalização dos discursos sobre as migrações têm uma conotação menos geográfica que histórica. A nova lei de migrações era o vestígio que restava de um país *atrasado*. Agora um país aberto ao mundo e ao mercado, deve entrar no roteiro da transnacionalização dos direitos humanos. Por isso, a nova lei migratória argentina é pensada sempre em comparação à anterior lei Videla e tendo como fonte de inspiração a Declaração da ONU sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias. Em meio aos incipientes discursos sobre a pluralidade da nação argentina, também em consonância com a noção de estados plurinacionais modernos, a representação do “outro” -o *límitrofe*, o *refugiado* e a *dominicana*- resista bastante vigorosamente.

Em Buenos Aires como em Madri, as referências que compõem os mapas dos discursos migratórios são também o resultado de um entendimento do Estado como gestor de recursos e da imigração como o “problema” que o Estado deve resolver, seja mediante a integração dos sujeitos, seja mediante

sua expulsão no caso madrilenho. Em ambos os casos, houve uma época de auge da economia –e conseqüentemente do ingresso de imigrantes- ambos interrompidos por um momento de crise. No caso madrilenho, onde ambos, o crescimento e a crise econômica, foram mais prolongados e agudos, o auge da construção e a crise aglutinam discursos em torno da cidadania dos imigrantes que evocam juízos de valor sobre o Estado espanhol em seus três níveis de governo e sobre a nação espanhola por parte de organismos dos direitos humanos e mediadores em geral, dentro da Espanha e fora dela.

CAPÍTULO 3 OS DISCURSOS SOBRE AS MIGRAÇÕES E OS MIGRANTES

As reflexões que apresento neste capítulo partem da observação dos debates sobre a imigração por parte mediadores, considerando, como o fiz, o termo “mediadores” no sentido amplo que referi no capítulo 1. Isso quer dizer que considero os mediadores tanto em sua capacidade de atuar como em sua capacidade de elaborar saberes a partir de suas trajetórias individuais ou de grupo desde lugares que legitimam esses saberes. Não é o momento, neste capítulo, de analisar a pertinência desses discursos. É necessário dizer que se trata de discursos que, embora contextualizados, são difundidos e apócrifos e não revelam nem excluem, em princípio, sujeitos nem lugares de locução. Portanto, não são as fontes de onde cada um deles emana que me proponho analisar agora, senão ver como eles estão imbricados uns aos outros e se reforçam mutuamente.

Na primeira parte deste capítulo refletirei sobre a formação dos campos discursivos no contexto migratório em Buenos Aires e Madri. Na segunda, trarei os discursos mais comuns sobre as migrações e os imigrantes.

Na terceira parte, me debruço sobre o discurso mediador como um tipo de discurso com características particulares e cuja utilização não está restrita aos mediadores nem está necessariamente relacionada a seus discursos sobre a migração.

3.1 AS CATEGORIAS, A DENÚNCIA E O CAMPO DISCURSIVO

O antropólogo Manuel Delgado, ao pensar as migrações à Espanha denuncia: “*En el imaginário social en vigor, inmigrante es un calificativo que se aplica a individuos percibidos como investidos con determinadas características negativas*”. Entre essas características negativas estão: ser alheio ao lugar, pobre, culturalmente atrasado, excessivo em número e perigoso. (Delgado, 2003, p.14-15). Já em ‘L’immigration ou les Paradoxes de

l'indentité', Abdelmalek Sayad²⁸ (1991) conta como as representações da migração, que ele denomina de 'illusions', são compartilhadas tanto pela sociedade de emigração, pela de imigração e pelos próprios migrantes, e procedem das mesmas categorias sociais, econômicas, culturais e políticas de pensamento. Para ele, estas representações, ou discursos, são solidárias entre si e basta que uma delas seja desmentida para que o edifício de noções se desmorone. (Sayad, 1991, p.17- 18). Dessa forma, Sayad discute o caráter homogêneo que impregna o pensamento sobre as migrações. De onde falamos é crucial, mas para Foucault o efeito discursivo revela como as noções podem ser legitimadas no mundo social.

No trabalho de Foucault, o discurso aparece como um meio para estruturar as relações sociais, o conhecimento e o poder. Por isso, o discurso não é um modo neutro de significação. (Griffin, 2007). A linguagem utilizada, assim como o conteúdo dos discursos revelam, em princípio, algo sobre o lugar de onde se fala e os saberes que compõem essas formas de enunciação.

Digo “em princípio”, porque essa assertiva deve cada vez mais ser tomada com cuidado. O trabalho de campo mostrou tensões entre os lugares de discurso e os discursos proferidos sobre a imigração e os imigrantes, e com frequência é possível observar contradições entre os discursos institucionais e aqueles das pessoas que pertencem a essas instituições públicas ou não-governamentais, quanto ao emprego de termos e frases idênticos em contextos aparentemente incompatíveis entre si.

Alguns termos definem e permitem um trânsito fluido entre campos discursivos, na medida em que são associados a outros termos configurando uma realidade particular. Por exemplo, o uso do termo *discriminación*, em Buenos Aires, vem associado ao termo *limítrofe*, reforçando a ideia de que o imigrante não é aquele que vem de um país fronteiriço qualquer, senão aquele que é socialmente reconhecido como um limítrofe. Raramente, os mediadores

²⁸ Abdelmalek Sayad, sociólogo franco-argelino, diretor de pesquisa do 'Centre National de Recherche scientifique' da 'École de Hautes Études en Sciences Sociales' de Paris. Sua pesquisa gira em torno da migração argelina à França. Pensa o migrante como um ser 'entre dois sistemas' aquele do país de origem e o do país de imigração. Mediante a observação das trajetórias de vida dos sujeitos migrantes, Sayad consegue debater a noção de homogeneidade das migrações. http://fr.wikipedia.org/wiki/Abdelmalek_Sayad

se furtam a denunciar a exclusão social dos imigrantes. Mas não são só os mediadores os únicos a lidar com os imigrantes nem a falar sobre as migrações e, embora os termos usados para falar sobre as migrações sejam os mesmos e as ideias que eles expressam sejam semelhantes ou comparáveis, as intenções podem ser diferentes.

Ou seja, revela-se a exclusão social do imigrante construída tanto na situação concreta quanto na formulação da denúncia e, principalmente na medida em que a ideia de que o *limítrofe* é discriminado vaza de um contexto fechado de denúncia a um contexto aberto de caracterização do imigrante. É então que se podem escutar frases como “[...] *yá los bolivianos vienen para acá para pasar mal, para ser discriminados*”. Nessa frase, dita pela administradora de um dos alojamentos em que fiquei hospedado, enquanto elogiava dois estudantes de uma província do sul da Argentina que se hospedavam naquele lugar, não há uma denúncia, senão uma “constatação”. Ela estava dizendo que seria melhor para todos se os *bolivianos*²⁹ não migrassem a Buenos Aires pois a migração causa dano, banalizando o fato que os males derivados da migração resultam não da migração em si senão da discriminação respeito aos nacionais e a outros imigrantes³⁰.

Assim, o termo *discriminación* passou a formar um campo discursivo relativo à migração, onde forças diferentes tensionam o valor das palavras. O *limítrofe* é, querendo ou não, um “discriminado”, não pelos atos discriminatórios em si, senão mas pelo próprio fato de ser um *limítrofe*. Daí que, mais do que uma origem, o termo implique um destino, e mais do que uma pessoa de um país vizinho, um condicionamento social.

Algo semelhante ocorre com os *africanos*, embora a presença da imagem do africano em Buenos Aires seja muito menor do que a do *limítrofe*. O *africano* é um *refugiado*, alguém que atravessou o oceano escondido em um

²⁹ O termo *bolivianos* é equivalente a *limítrofes*, embora usado com menos frequência.

³⁰ Em “La construcción del extranjero em la Francia urbana”, Gérard Althabe argumenta que todos os estudos sobre xenofobia são realizados tendo o imigrante como objeto de estudo e não a sociedade local. No artigo, o autor analisa a construção dos imigrantes na França a partir dos procesos de mal-estar da sociedade francesa que resultam na exclusão dos imigrantes da vida cotidiana das cidades.

navio e chegou ao porto da cidade ou ao Brasil. Alguém que passou por maus bocados, mas agora está aqui. Com suas roupas coloridas de passeio, dá um tinte cosmopolita à cidade. Diferentemente do *limítrofe*, ter um *refugiado* ou *africano* entre o grupo de amigos pode acrescentar capital social, desde que seja em situações fora do cotidiano; vale a pena mostrá-lo. Perguntei à Elda, da FCCAM, se havia discriminação contra os africanos. Respondeu com surpresa, a uma pergunta tão absurda: “¿Discriminación?. ¡No!. ¡No hay no! Si las chicas se vuelven locas por ser novias de ellos”. No entanto, o exemplo de Elba remite mais a uma atração pelo exótico que a uma negação de algum tipo de discriminação.

Assim, a imagem do *refugiado* ou *africano* determinam campos discursivos associados às noções de perigo, aventura e exotismo. Não é possível falar em imigrantes negros sem usar também estes termos. O termo *discriminación* aplica-se muito mais aos imigrantes *limítrofes* que aos *africanos*. São, de fato, dois universos discursivos diferentes.

Em Madri, as categorias de imigrantes mostram ter uma força enunciativa considerável. Apesar de existirem em maior quantidade do que em Buenos Aires, um pouco em decorrência de uma maior variedade de origens de migração, cada uma delas enuncia seu campo eloquentemente. Um dos rapazes com quem dividi um apartamento naquela cidade deixou-o bem claro: “[...] porque hay sudamericanos y hay sudacas, los uruguayos y argentinos son sudamericanos, los otros son sudacas”. Os *sudacas* são os que trabalhavam na construção, e as *latinas* as empregadas domésticas, e ambos atualmente são *desempleados de la construcción*; os *árabes* são os imigrantes que não são *del este* (o leste europeu), nem *negros* nem *chinos*, não falam espanhol e vendem CDs. Os *subsaharianos* são os *negros*, e, como os *árabes*, vendem CDs, portanto são *manteros*³¹. Os *chinos* são todos os asiáticos e trabalham

³¹ Os termos “manta”, “*top-manta*” e “mantero”, referem-se á venda ambulante, quase sempre de CDs piratas. A palavra “manta” em espanhol significa “pano”, e designa, neste caso, o tecido branco sobre o qual são colocados os produtos à venda. Eles tendem a ser padronizados, um pano branco de 1 m² aproximadamente. Em cada uma das quatro pontas há uma corda amarrada a uma quinta corda. Dessa forma, quando a polícia é avistada e é preciso fugir, o vendedor puxa da quinta corda encolhendo o pano rapidamente sem perder a mercadoria.

até as 11 horas da noite sem descanso em suas *alimentación* (lojas de comestíveis).

É tal a capacidade enunciativa destas categorias em Madri, que ousaria dizer, sem muito temor de errar, que o uso dos gentílicos se encontra na borda ou fora do campo discursivo das migrações; uma pessoa pode ser senegalesa, marroquina ou colombiana, um imigrante é *subsahariano*, *árabe* ou *latinoamericano* (ou *sudaca*, pejorativamente). Ou seja, há classificações que revelam as dinâmicas dos estereótipos na sociedade local.

A força centrípeta das categorias arrasta consigo os termos que, em si, determinam apenas situações e pouco dizem sobre as trajetórias dos sujeitos. O desemprego do trabalhador da construção ou o *top-manta*, designam, em princípio, situações. É o que os vendedores de CDs mostram quando dizem em suas reivindicações que não querem mais vender. “*La manta no es mi sueño*” é o título de uma peça elaborada pelos membros da Asociación de sin Papeles de Madrid (ASPM) e encenada em um teatro da cidade. O *top-manta* é apenas uma forma de sobrevivência e as reivindicações dos *manteros* dizem respeito à impossibilidade de se regularizar e poder buscar um trabalho. Se, por um lado, a peça que acabo de mencionar tem a capacidade de denunciar uma situação de injustiça contextualizando-a no marco jurídico que dificulta outras possibilidades de vida, ela contribui para reduzir os sujeitos às categorias que os abarcam, na medida em que, ao focar na denuncia de uma situação reduz os sujeitos a *manteros*.

Temos, então, fatos que são tidos como dados da realidade; quase todos os *manteros* são imigrantes árabes ou subsaarianos e quase todos os *desempleados de la construcción* são imigrantes latino-americanos.

Poderia afirmar que, em termos gerais, os mediadores madrilenhos que se organizam como associações (as organizações vinculadas ao Ferrocarril Clandestino e FERINE entre os que eu pesquisei) costumam levar adiante a denúncia com mais afinco que aqueles que se organizam como ONGs (CEAR, APLA, ACOGE) e que seus correlatos em Buenos Aires. Como veremos no capítulo 6, uma multiplicidade de discursos confluem à ASPM, ao Ferrocarril Clandestino e a FERINE, e as trajetórias anteriores de seus integrantes

incluem a participação em outros coletivos que também se caracterizam por uma crítica à sociedade e uma trajetória de estudos nas ciências sociais, psicologia social, jornalismo e serviço social ou a atuação junto aos sindicatos de trabalhadores. Daí que a denúncia relativa às questões migratórias não se constitua num campo único e fechado de saber sobre o imigrante, senão numa arena de discursos onde o ecológico, as relações com o espaço da cidade, as problemáticas econômicas e sociais entrem no debate servindo também de apoio aos discursos sobre as migrações. São formas de saber sobre o imigrante que contextualizam dentro de um campo de debates sobre os fenômenos sociais.

Em algumas organizações, como aquelas vinculadas à igreja católica, essa é uma opção pessoal, de cada membro. A opção pela denúncia ajuda a tender algumas pontes entre organizações muito diversas entre si, como a Asociación de Solidariedad con los Trabajadores Inmigrantes (ASTI) San Lorenzo e a ASPM, mas isso depende mais da trajetória pessoal de cada membro. As trajetórias diferentes das duas integrantes do ASTI San Lorenzo que entrevistei revelam por que uma delas procurou se aproximar da ASPM e a outra mantém uma distância segura dela (6.11).

Inicialmente, dizer que os imigrantes são discriminados, que os latino-americanos estão desempregados ou que os imigrantes subsaarianos dedicam-se ao *top-manta* por falta de opções de regularização tem caráter de denúncia.³²

Entretanto, em algum momento, as frases vazam e, mais do que uma denúncia, essas frases expressam um “saber”, uma forma de expressar-se sobre um tema. O policial prende o *mantero* não porque está em situação migratória irregular, mas porque está agindo contra a legislação dos direitos autorais. Como o *mantero* é um imigrante subsaariano, ele está acionando duas categorias; está trazendo para o interior dos debates sobre migrações, um debate sobre os direitos de autor e criminalizando as migrações por vias

³² O *top-manta* tem mais conotação denotativa da imigração árabe ou subsaariana que o “desemprego” da imigração “latina”, já que estes últimos compartilham dessa situação com muitos espanhóis. É somente quando se menciona o “desempleo en la construcción” que a associação cobra força.

tangencias à noção de irregularidade do imigrante.

Da mesma maneira, quando a administradora do alojamento constata que os bolivianos em Buenos Aires são discriminados logo após ter elogiado os dois estudantes do sul argentino, ela está construindo um campo de discurso muito mais amplo do que o que inicialmente o termo “*discriminación*” havia delimitado. Está estabelecendo uma hierarquia entre as pessoas que chegam à cidade: uns são bons, outros não são tão bons. Em sua frase, a discriminação diz respeito à migração, é-lhe inerente. Torna-se, portanto, um “saber” sobre o imigrante boliviano: o imigrante boliviano é discriminado.

Assim ampliam-se os campos discursivos ao ponto que não é mais possível falar sobre as migrações sem mencionar e fazer uma relação com o “boom del ladrillo”, a crise, os direitos autorais, o racismo ou a discriminação.

Podemos ver assim que não são os fatos em si, mas a retórica em torno deles, os trajetos que os fatos percorrem entre lugares de locução que constituem os problemas sociais. Os fatos determinam as possibilidades do discurso, como vimos no capítulo 2, mas, adquirem consistência e valor dentro de campos discursivos, constituídos em torno de palavras associadas entre si e desarticuladas de seus conteúdos.

Poderia se dizer que denunciar a exclusão social dos imigrantes faz parte da função que muitos mediadores assumem para si, em diversos graus de intensidade e embora alguns não o façam. É no momento em que as situações perdem seu caráter denunciativo e os termos passam a ser associados fatalmente, como no caso da funcionária do alojamento, que os campos discursivos tornam-se mais amplos, e a tensão desloca-se às suas fronteiras.

3.2 OS DISCURSOS SOBRE A IMIGRAÇÃO E OS IMIGRANTES

Fala-se muito sobre do imigrantes mas pouco ele fala por si mesmo. Através de discursos preocupados com seu bem-estar, os mediadores,

defensores dos direitos humanos em geral, acadêmicos e outros autores em seus fluxos de comunicação elegem alguns eixos da discussão como prioritários, acionando premissas sobre o “outro” que, de alguma maneira revelam uma dificuldade em romper com o senso comum, a noção de um imigrante genérico forjada principalmente nos meios de comunicação³³. Esses três eixos dizem respeito a: a relação entre imigração e mercado de trabalho, a percepção da imigração como uma ameaça e a caracterização da figura do imigrante.

3.2.1 A imigração e o mercado de trabalho

A associação entre migração e mercado de trabalho é talvez a mais recorrente nos três contextos de campo. “*El inmigrante va donde hay trabajo. Si no hay trabajo el inmigrante no va.*” disse-me o Pfr. Tshitshi, director da EPIC. Essa frase resume uma das premissas más eloquentes sobre a imigração, e coloca os limites do debate sobre as motivações da migração. Essa premissa está na base dos discursos dos mediadores e da maior parte da literatura sobre migrações. A imigração só é concebida em associação com o trabalho produtivo. Como lembra a pesquisadora argentina Ana Inés Barral (2005), a noção de imigrante remete à de trabalhadores livres, que migram em função de uma escolha individual. A pesquisadora Denise Jardim diz, ao falar sobre as representações do imigrante e as remessas de dinheiro: “[...] a imigração é associada a um projeto de rápido acúmulo de capital, através do trabalho assalariado, que pode ser revertido para o país de origem e para a família na localidade ou país de origem através dessas remessas” (Jardim, 2008).

Isso faz também com que sejam ignoradas as possíveis valorações que existem entre as migrações masculinas e femininas, fixando ambas a lugares predeterminados dentro do fenômeno migratório, e que se ignore também a

³³ Um grande número de trabalhos acadêmicos debruçam-se sobre a construção da noção de imigrante pelos meios de comunicação de massa. A maioria deles debruçam-se sobre a associação entre imigração, racismo e criminalidade. Entre eles, podemos mencionar “Migraciones, discursos e ideología en la sociedad globalizada”, organizado por María Martínez Lirola e “Los otros e nosotros” de Mikel Otazu.

existência de inúmeros tratados bilaterais que propiciam e estimulam a imigração para determinados setores dentro do mercado do trabalho, geralmente trabalho considerado pouco qualificado, quando a demanda por esse tipo de mão de obra cresce. Isso tudo condiz com a noção de que o indivíduo, junto com as fronteiras nacionais, é o lugar de controle da imigração, como vimos no capítulo 1, banalizando o fato que os indivíduos encontram-se imersos em contextos sociais e econômicos e que são, frequentemente, alvo de políticas migratórias específicas. A “migração circular” é o exemplo mais conhecido de políticas de estímulo a migração controlada pelos estados. Trata-se de uma invenção da UE, objetivada a estimular a contratação em origem de pessoas para trabalhar por tempos predeterminados –geralmente entre 4 e 5 anos- em cidades europeias. Após esse período, os imigrantes devem retornar a seus países e esperar um período igual para voltar a candidatar-se à entrada a um país europeu. A “migração circular” é um exemplo de como o imigrante é pensado unicamente na perspectiva do trabalho produtivo, desconsiderando os vínculos e relações que se estabelecem no processo migratório.³⁴

A associação entre ocupação de empregos que poderiam ser ocupados por nacionais é sem dúvida uma das mais difundidas em Buenos Aires e em Madri. Os imigrantes ocupam supostamente esses espaços porque, sem documentos, aceitam baixos salários, isentando também o contratante do pagamento de impostos. É esta uma arena de disputas discursivas notavelmente relevante quando as taxas de desemprego nas sociedades receptoras de imigrantes aumentam. Na perspectiva do “discurso mediador” (ver ponto 3.3), os migrantes ocupam os lugares de trabalho que os nacionais deixam vazios, e esse é um argumento ao que muitos mediadores recorrem. Aqueles mediadores que têm uma visão mais focalizada do tema conseguem elaborar suas falas a partir de casos mais concretos, considerando as possibilidades de contratos temporários em determinados setores da economia e frequentemente originados em políticas públicas destinadas a suprir a

³⁴ Kathleen Newland (2009) explora os efeitos da migração circular no desenvolvimento dos sujeitos. Para a autora, a migração circular é tanto um processo que ocorre espontaneamente como uma política aplicada pro alguns estados-nacionais, e seus efeitos sobre os indivíduos dependem, em parte, de se os indivíduos optam por seu incluir nessas políticas ou não, ou seja, do grau de autonomia dos sujeitos sobre sua própria mobilidade.

sociedade local com tipos de mão de obra não necessariamente especializada, porém circunscrita a um tipo de ocupação. Tal é o caso das empregadas domésticas equatorianas e dos trabalhadores latino-americanos da construção em Espanha.

Quando, em situações de crise econômica aguda como a que vive a Espanha atualmente, que é ainda maior que a vivida na Argentina à época em que realizei minha pesquisa em Buenos Aires, os nacionais querem voltar a ocupar os postos de trabalho que rejeitavam, o imigrante se torna um obstáculo. Esse discurso é bastante comum na voz de políticos quando o alvo de suas campanhas eleitorais está composto por nacionais desempregados. Entretanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre um partido político e uma postura perante a relação entre migração e emprego, já que, sempre depende de que partido está no poder e o que ele fez. Assim, por exemplo, como me disse Mara, de Solidariedad Sin Límites (6.7), o Partido Popular (PP), o mais conservador dos três maiores partidos políticos espanhóis, tem sido muito melhor para os imigrantes do que o Partido Socialista Español (PSOE) está sendo.

Como veremos nos capítulos 4, 5 e 6, as organizações de mediadores dos três contextos estudados, assim como muitos daqueles sujeitos que fazem mediação a partir de sua própria experiência de trânsito, estão formadas por pessoas que contam com uma trajetória acadêmica. Em função disso, muitos dos argumentos que eles acionam para contrarrestar esse e outros discursos sobre as migrações resultam desse trânsito entre os saberes formados no âmbito acadêmico e a experiência de mediação. Isso remete às reflexões de Foucault de 1.1.

Esse trânsito entre saberes sobre a migração reflete-se também nos discursos que relacionam migração e emprego. A associação entre migração e trabalho produtivo que mencionei acima convive com a noção de que os imigrantes estabelecem vínculos com a cidade, portanto não podem ser “descartados” quando os nacionais precisam de emprego.

Entretanto, a aproximação dos mediadores não é somente com a academia. Algos mediadores, como a Organização Internacional para as

Migrações (OIM), transitam mais próximos aos governos nacionais³⁵. De fato, a OIM define-se como uma organização “intergovernamental”. Essa proximidade com as políticas estatais em geral levam esses mediadores a declarar-se a favor de uma *migración ordenada*, referindo-se às políticas de migração circular e às diretivas de retorno adotadas pelos governos dos países da UE, argumentado que uma migração assim planejada é benéfica para o país de acolhida, o país de emigração, e o imigrante.

Já em Porto Alegre, na atualidade, não há um discurso socialmente difundido sobre a ocupação por imigrantes de vagas de trabalho que poderiam ser de brasileiros. Entretanto, os mediadores, o CibaiMigrações mais especificamente, têm trazido o assunto pautado, de um lado, na leitura do Estatuto do Estrangeiro, como havendo sido criado também na perspectiva de salvaguardar o mercado de trabalho brasileiro e, pelo outro, em contextos sociais onde a imigração é percebida localmente como um fenômeno massivo. Daí que o CibaiMigrações trabalhe com os imigrantes que chegam a Porto Alegre a partir de uma perspectiva que não sempre se corresponde com a vivência dos imigrantes, puxando o debate para um olhar que privilegia a pobreza e a compaixão.

Os discursos que relacionam migração e trabalho como o motivo da migração têm outros desdobramentos, especialmente aqueles associados ao chamado “trabalho escravo”. Veremos isso em 3.2.2.

Ao reduzir as motivações para emigrar a um debate sobre o trabalho imigrante, os mediadores, apesar de seu interesse em debater a ideia hegemônica da usurpação de postos de trabalho, não conseguem romper com a pré noção de que o imigrante é “mão de obra”. Contudo, vale a pena fazer uma ressalva, neste ponto. As associações de imigrantes, mesmo atuando como mediadores, conseguem ser menos enfáticas neste aspecto da migração, chegando, em alguns casos, a apontar que existe uma variedade de motivos para migrar. Poderemos ver isso nos capítulos 4, 5 e 6.

³⁵ Entrevistei duas pessoas da OIM em Buenos Aires. Em Madri, não consegui fazê-lo. Entretanto, a visão sobre a migração que meus interlocutores dessa organização me transmitiram coincidem com as da organização enquanto organismo transnacional, conforme expresso no sitio web da OIM.

No outro extremo, quanto mais comprometida estiver uma organização mediadora com as políticas estatais –seja por trabalhar junto aos governos ou por depender deles para financiar seus projetos-, quanto mais afastada ela estiver do sujeito de carne e osso que migra e mais vinculada ela estiver às esferas onde são decididos os posicionamentos frente à migração, menor será sua capacidade de compreender as nuances nas narrativas dos imigrantes, maior será sua tendência a pensar o trabalho como única justificativa perante à qual todos os outros aspectos da vida dos sujeitos ficam suspensos e mais ela tenderá também a cair na armadilha de encontrar ou apoiar possíveis “soluções” que contemplem todos os lados do “problema”. Podemos contrastar, nesse sentido, organizações como a OIM, FCCAM, CEAR e ACOGE com APLA, FERINE e Co.Co.Bo. entre outras, nos capítulos 5 e 6.

3.2.2 Os males que vêm com a imigração

No capítulo 1 sugeri que as rupturas que a migração implica colocam o imigrante no papel de alguém que, por haver “traído” seus vínculos primordiais e rejeitado a estabilidade que a pertença já dada supostamente confere a qualquer pessoa, é também capaz de ameaçar a estabilidade do lugar aonde ele chega. Isso explicaria por que, na perspectiva do senso comum, resulta tentador deslocar a responsabilidade sobre as dificuldades que enfrenta das representações que dele são feitas ao fato de haver migrado.

A análise de Jair de Souza Ramos (1996) sobre como as políticas migratórias racializadas implementadas pelo Estado brasileiro na década de 1920 colocavam em questão um acordo tácito sobre a democracia racial no Brasil e nos faz pensar sobre o quanto os males dos quais o “outro” é portador põem em relevo as deficiências locais.

No trabalho de campo, percebi que estes males que o imigrante e a imigração supostamente trazem consigo podem ser agrupados em torno de alguns temas recorrentes, que são: a saturação dos serviços públicos locais, a criminalidade e a violência e a transmissão de doenças.

A saturação dos serviços públicos

O acesso aos serviços de saúde e educação está comumente na pauta quando se trata de pensar o fenômeno migratório. A Argentina, o Brasil e a Espanha possuem serviços de saúde públicos consistentes e educação básica, média e superior também pública e gratuita. Sua universalidade, no que diz respeito às migrações, está, de forma pouco clara, atrelada às legislações migratórias nacionais.

No caso argentino, a nova lei migratória aprovada em 2004, explicitamente desvincula o *status* migratório do imigrante de sua possibilidade de acesso aos serviços. Isso, entretanto, é um fato recente e pouco conhecido. Durante os anos em que a nova lei existiu sem ser regulamentada, tanto imigrantes como funcionários públicos não sabiam se ater-se à nova lei, à antiga, ou às legislações provinciais que regulam o acesso de imigrantes aos serviços públicos. Na província de Buenos Aires, vigorava a Resolução 2866/90, do Ministerio de la Salud de la Provincia, a qual estabelece que fica impedido o acesso à saúde por parte de imigrantes regularizados que não tenham se naturalizado argentinos, contradizendo os acordos internacionais sobre discriminação racial e a própria constituição nacional argentina. Além disso, existia o temor por parte dos imigrantes de que os funcionários de hospitais e serviços de saúde pudessem delatá-los, já que, na “Ley Videla” – assim como no Estatuto do Estrangeiro no Brasil- todos os funcionários públicos e virtualmente todos os nacionais estavam incumbidos da tarefa de delatar imigrantes “ilegais”. (JELIN, S/D).

Em oposição às narrativas de imigrantes sobre os problemas de acesso à saúde, há quem diga, como Roberto, da FCCAM (5.3):

[...] con la nueva ley y siempre.... al inmigrante siempre se le brindo atención. Hoy por hoy, hay mucho inmigrante que viene a acceder a um tratamiento, digamos ...el cáncer, oncologico, en este caso los tratamientos de alta complejidad que en su próprio país no se les puede brindar, entonces Argentina les puede brindar eso.... los medicamentos también se les otorga a estas personas. En ese sentido Argentina sabe por ejemplo, en Paraguay la salud está casi penalizada ...en Bolivia también ... mas allá de que los hospitales públicos

están sobrepasados... digamos.

No Brasil, o acesso à saúde requer apenas a apresentação de um documento de identidade. Na Espanha, os serviços públicos são manejados pelos municípios e, em alguns casos, pelas comunidades autônomas.

Em Madri e Buenos Aires, esse é um ponto amplamente debatido pelos mediadores, e alguns trabalhos acadêmicos têm se debruçado especialmente no tema do acesso à saúde, maiormente denunciando a pouca fundamentação das acusações de saturação do sistema de saúde pelos migrantes³⁶. De fato, Roberto foi o único dos meus interlocutores a afirmar o discurso hegemônico da liberdade no uso dos serviços de saúde já saturados, pelos imigrantes.

No caso da cidade de Buenos Aires, este discurso da saturação dos serviços públicos e todos os argumentos usados em sua contra têm redundado em uma ampliação da polêmica sobre a superposição de legislações, sobre a necessidade de apresentar a nova lei migratória aos funcionários públicos e sobre a necessidade de se olhar mais de perto a relação entre atendentes e usuários.

Migrações e criminalidade

A criminalidade, o roubo especialmente, mas também a existência de gangues é frequentemente associada à imigração tanto em Buenos Aires como em Madri. Devido às formas como os assaltos geralmente acontecem, na rua, por desconhecidos, e dada a racialização das migrações, a qual, no cenário madrileno, é o principal tema de denúncia dos mediadores, é fácil entender que esse tipo de perigo esteja diretamente associado ao estereótipo do migrante.

Ao criticarem o Estatuto do Estrangeiro, a “Ley Videla”, e a “Ley de Extranjería”, os mediadores apontam como essas leis migratórias revelam uma

³⁶ Um trabalho bastante esclarecedor é uma compilação de artigos sobre o tema organizado por Elizabeth Jelin e publicada pelo IDES, intitulada “Salud y Migración Regional. Ciudadanía discriminación y comunicación intercultural”

percepção do migrante enquanto um perigo à nação, seja por questões de segurança nacional ou por uma suposta importação de pobreza. Apontam também, no caso de Porto Alegre e Buenos Aires, que a criminalização do imigrante estrangeiro revelada nessas legislações, é o resultado das políticas de segurança nacional dos governos ditatoriais do América do Sul das décadas passadas, quando tais leis foram criadas. Em Madri, a criminalização do imigrante está intrinsecamente vinculada à racialização das *redadas* policiais no discurso de quase todos os mediadores. O fato de que o universo da mediação madrilenho esteja constituído por redes de organizações e associações, e o trânsito de pessoas entre organizações e mesmo entre redes é bastante fluido, pode explicar por que esta associação é tão comum.

Nesse sentido, os mediadores em Buenos Aires e principalmente em Madri, fazem da denúncia da associação entre racismo, imigração e criminalidade, um tema importante em seu trabalho.

A associação entre imigração e tráfico de pessoas para a prostituição é outro tema recorrente. Esta associação tem várias facetas, como o acionamento imediato de um discurso sobre as redes transnacionais de exploração sexual, o tráfico de menores e, com muita frequência, a associação direta entre mulheres imigrantes de origens específicos, geralmente centro-americanas, nigerianas, paraguaias e brasileiras, e a prostituição. O Brasil está também associado à migração de transexuais para prostituição. Este tipo de “crime”, no entanto, não é pensado como um perigo para a sociedade local, já que supostamente a prostituição acontece dentro de redes fechadas de estrangeiros, originam-se no exterior e são sazonais. Em todos os casos, as pessoas são *engañadas*: Traficantes de pessoas supostamente oferecem emprego nos grandes centros urbanos, incluindo traslado e moradia. As pessoas, ao chegarem ao destino, têm seus documentos retidos pelos empregadores, e descobrem-se presos aos locais de trabalho ou forçadas a trabalhar nas ruas e clubes.

Na maioria das entrevistas com mediadores que realizei em Buenos Aires e em Madri, este tema é trazido espontaneamente por eles. As pessoas, as moças principalmente, são quase sempre pensadas como vítimas ou de

malfeitores compatriotas seus ou da pobreza do seu país de origem. Vários programas de combate e prevenção de esse tipo de tráfico são implementados por ONGs que trabalham em parcerias e com o financiamento de organismos transnacionais como a OIM.

O fato de terem, estes projetos, recortes nacionais, ajuda na configuração do tráfico de pessoas enquanto um problema social associado a imigrantes de origens particulares. Nesse sentido, a organização transnacional europeia “SOS Racismo”, que tem uma sede em Madri, argui contra essa prática por parte das ONGs, e pede aos meios de comunicação não falarem sobre de nacionalidades nem origens quando se trata de veicular notícias sobre crimes ou prostituição.



2 - cartaz exposto no mural do INADI

Entretanto, aqueles mediadores que têm um discurso mais pautado pelos direitos humanos não apenas elaboram e implementam projetos de combate às redes de prostituição recortados conforme a origem nacional das pessoas envolvidas, senão que também trazem o assunto para o interior de seus discursos sobre a migração, reforçando a associação entre migração e

criminalidade.

Poucos acadêmicos têm se debruçado sobre este tema, com a intenção de desvendar a participação de trabalhadoras e trabalhadores do sexo no contexto migratório. Entre os autores que sim o fazem encontra-se a pesquisadora argentino-brasileira Adriana Piscitelli. (2010) aponta para o espaço de agência dos sujeitos que entram para a indústria internacional do sexo. Em uma pesquisa realizada em algumas cidades brasileiras e europeias, Piscitelli mostra que não todas as moças são “enganadas”, que muitas entram para a indústria transnacional do sexo sem fazer parte de redes e, sobretudo, que os limites entre estar e não estar na indústria do sexo não são tão precisos; muitas moças entram temporariamente até conseguir um casamento que lhes garanta alguma estabilidade e outras aproveitam da amizade com trabalhadoras do sexo para conhecer possíveis cônjuges europeus.

A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre migração e trabalho sexual abordam o tema desde uma perspectiva quantitativa, exibindo dados numéricos e tabelas que, apesar de ignorar as nuances dentro de um universo que poderia ser considerado muito heterogêneo, servem como fundamento de discursos ambivalentes por parte dessas ONGs de direitos humanos que, ao mesmo tempo que trabalham pelos direitos das pessoas migrantes, as congelam dentro das categorias do senso comum.

O trabalho escravo de bolivianos nas oficinas de costura, no regime de *cama caliente* como é amplamente conhecido o tema, é outra das formas de associação entre migração e criminalidade, e compartilha com os discursos sobre as redes exploração sexual o fato de estarem circunscritos a determinadas origens nacionais e de porem em relevo que se trata de compatriotas explorando compatriotas. Estes discursos surgiram quase simultaneamente em várias cidades, Buenos Aires e São Paulo principalmente, mas adquiriu especial relevância em Buenos Aires.

A noção da exploração de compatriotas por compatriotas é reproduzida quase sem modificações por mediadores e pela população em geral, como o deixa claro a entrevista com a Sra Camacho (2.2.3).

A visão que Lilia Camacho ofereceu é muito diferente daquela trazida pelos meios de comunicação e reproduzida pelos outros mediadores de forma acrítica. Como no caso das redes de prostituição, o discurso hegemônico divide o universo de pessoas envolvidas no trabalho das oficinas de costura em vítimas e vitimizadores, desconsiderando, como disse Lilia Camacho, que há muitas valorações que precisam ser levadas em conta. Os discursos sobre as oficinas de costura têm uma repercussão importante sobre a forma como a migração *limítrofe* é pensada em Buenos Aires. Novamente, os mediadores não conseguem romper com o registro do discurso hegemônico, e não levam em conta que ao reproduzir acriticamente esse discurso, estão contribuindo para a solidificação dos estereótipos associados à migração.

Migrações e a transmissão de doenças

A transmissão de doenças contagiosas como a tuberculose e a malária são imputadas quase sempre a imigrantes, em Buenos Aires e em Madri.

A presença do boliviano em Buenos Aires é frequentemente associada ao trabalho em oficinas de costura clandestinas, as quais ocupam espaços fechados, sem ventilação, sendo, portanto, os responsáveis pelo reaparecimento e propagação da tuberculose na cidade. De forma semelhante, os paraguaios trariam a malária do clima quente do seu país. Os noticiários madrilênses veicularam a notícia de um aumento no número dos casos de tuberculose e o perigo de contágio devido às condições de pobreza dos imigrantes.

Cerrutti (S/D) aponta que, a nível internacional, os trabalhos sobre migração e saúde giram em torno de três eixos: 1 – a transmissão e aquisição de doenças decorrentes do processo migratório, 2 – problemas de saúde dos migrantes gerados a partir do processo migratório e 3 – as diferenças nos perfis de morbidade das populações nativas e imigrantes decorrentes de pautas sanitárias e de consumo diferenciadas, bem como do uso diferenciado dos serviços de saúde.

Fora do âmbito acadêmico, os discursos sobre o perigo de transmissão

de doenças está comumente associado a conceitos de higiene distintos, os quais estão em íntima relação com a “pobreza” dos imigrantes e suas condições de vida.

Em Buenos Aires, nenhum dos mediadores se pronunciou ao respeito, a não ser para reforçar que as oficinas de costura de bolivianos eram lugares insalubres e propiciavam a propagação de tuberculose. Nenhum dos mediadores madrilenhos com quem tive contato tampouco se pronunciou contra a suposta propagação da tuberculose pelos imigrantes, que, no inverno de 2010, esteve nos telejornais da cidade. Cabe resaltar, entretanto, que em Buenos Aires esta suposta propagação da tuberculose teve uma incidência maior que em Madri.

3.2.3 – A caracterização do imigrante

As organizações que recebem financiamento dos estados e de organismos transnacionais –CAREF, AMUMRA e FCCAM em Buenos Aires, ACOGE, Mujeres Progresistas e CEAR em Madri e ASAV em Porto Alegre-precisam justificar seu trabalho. De outra maneira, não seria possível obter financiamento nem subvenções dos órgãos públicos ou de organismos transnacionais que manejam mais quantidade de recursos que as organizações menores. Para isso, precisam definir qual é o objeto de suas ações. É necessário caracterizar o imigrante de tal maneira que sua vulnerabilidade e situação justifiquem a intervenção e, junto com ela, a alocação de recursos financeiros. Um caso particular é o do CibaiMigrações, que não recebe financiamento nem subvenções do Estado nem de organizações de maior porte mas, como parte da Igreja e da congregação scalabriniana, participa do trânsito intenso de informações e saberes sobre o imigrante. Daí que maneje uma noção do imigrante baseada na pobreza, como mencionei anteriormente.

Entretanto, esse “saber” sobre quem é o imigrante não é uma invenção dos mediadores nem se limita a eles. Ele é uma construção sempre inacabada formada no trânsito sempre fluido de saberes entre o universo da mediação

como um todo e o dos lugares de pesquisa e ensino sobre migrações. Mais uma vez, devemos levar em conta que as pessoas que atuam no âmbito da mediação têm trajetórias acadêmicas e transitam muito bem nesse universo. Por isso não há um consenso sobre a figura do imigrante, com exceção de algumas características que lhe são imputadas como estando estreitamente vinculadas à alteridade que o imigrante evoca. Essa construção do “outro” gira em torno de dois eixos que se entrelaçam mutuamente: a cultura e a pobreza do imigrante. A partir da construção do imigrante como um “outro” que é “pobre” e que tem uma “cultura”, são elaboradas todas as outras estereotipações que os dividem conforme sua origem e adjudicam a cada categoria fixada de antemão valorações morais e estéticas. A “pobreza” e a “cultura” do imigrante servem de apoio a todos os outros discursos sobre o imigrante

Portanto, de todos os discursos sobre migrações e migrantes, aquele que relaciona migração, pobreza e cultura é não apenas o mais difundido, senão aquele que está na base de todos os outros, que os abrange e explica. O emigrante migra porque é pobre. A carência de recursos de sobrevivência no país de origem e, no melhor dos casos, a falta de oportunidades de construir um futuro economicamente mais promissor são os dois extremos de uma gama não muito ampla de motivos para emigrar, presentes em quase tudo o que é pensado, dito e escrito sobre as migrações contemporâneas.

Em princípio, ninguém deixaria sua casa, sua família e seus amigos, e um mundo que é geralmente mais seguro por ser conhecido, se aquilo do que precisa está ao alcance das mãos. “Sem opções de futuro na sua terra, os imigrantes chegam ao Brasil com muita esperança de recomeçar uma nova vida”, disse a irmã religiosa Margheritta Bonassi, investigadora e advogada da Pastoral do Migrante, no Brasil. (Bonassi, 2000).

Parece predominar incontestemente, no discurso dos mediadores e das sociedades em geral, a ideia do imigrante estrangeiro como uma figura absolutamente sem recursos de sobrevivência em seu país de origem, que emigra por não ter outra opção de vida. A figura do estrangeiro imigrante atual é construída tendo um passado de pobreza e um futuro de integração à sociedade de recepção, ou de retorno à pobreza. “De fato, o imigrante é uma

pessoa erradicada do seu ambiente nativo e está, portanto em uma etapa de passagem rumo a uma integração no país que o acolhe”, disse o site do CIBAIMigrações.

A pobreza é tida quase como uma condição inata do migrante: ele nasceu pobre, vive pobre e será um pouco menos pobre se se integrar de alma, e especialmente de corpo, ao projeto de desenvolvimento que a sociedade de acolhida lhe propõe.

A partir de que perspectiva é, então, pensada a pobreza dos imigrantes? Esta relação direta entre migração e pobreza faz pensar na necessidade de caracterizar o imigrante como alguém por quem se possa fazer alguma coisa. A pobreza é a causa de uma anomia incoerente com a ordem mundial que, supostamente, é a lógica que deveria permear todas as relações. Anomia ameaçadora, a pobreza somente pode ser pensada a partir de um lugar de não-pobreza, que forneça os recursos conceituais para desenraizá-la, abstraí-la, homogeneizá-la e posteriormente lançá-la como uma verdade quase intrínseca a um milhão de “outros” que a carregam de lá para cá, literalmente.

Dizer isso não implica uma negação da pobreza, senão que na relação entre locais e migrantes, o segundo é necessariamente o mais pobre. Ao escrever sobre a forma como a pobreza é pensada na sociedade francesa, disse Sayad: *“Se habla de ella a partir de un punto de vista moral, en un ton de deploración resignada e imponente o de acusación y denuncia, con un lenguaje que envuelve los juízios de valor más etnocéntricos”*. (Sayad. 1991 p. 85)

O imigrante é, então, aquele que nos apresenta uma necessidade tangível, ou seja, uma necessidade que possa ser entendida em nossos próprios termos. Deve evocar a urgência de fazer algo em seu favor, seja ajudá-lo nos processos de regularização migratória ou atendê-lo em suas necessidades ainda mais básicas.

O fenômeno migratório deve ser comovente para que possamos vê-lo; para merecer a atenção de governos e instituições, precisa dialogar diretamente com nossos medos; aparentemente somente assim receberá destaque e será noticiado nos meios de comunicação de massa. Associada ao

desemprego e a usurpação de postos de trabalho, a imigração paradoxalmente valida nossas verdades ao pôr em questão a segurança delas. A percepção do migrante como um “outro” que por ser pobre está fora do “seu” lugar leva-nos a perceber o quão legítimo e verdadeiro é o nosso lugar, nossa casa, nosso trabalho. É necessário que permaneça um “outro”, um espelho no qual possamos nos olhar furtivamente; deve também ser perigoso, para que possamos querer modificá-lo. Ou seja, ao vê-lo como alguém portador de “necessidades especiais” esse “outro” é menos um sujeito com uma realidade diversa e mais alguém que confirma nossa posição de “estabelecidos”, como na obra de Norbert Elias (2000, [1994]).

Em seu afiado artigo sobre racismo y anti-racismo na Europa, Delgado questiona a legitimidade do discurso do segundo, argumentando que a aceitação do “outro”, em lugar de ser uma questão de políticas públicas favoráveis à igualdade de condições de vida para todos, é um discurso proclamado desde um lugar de superioridade que transforma o diferente em objeto de suas insatisfações. Delgado termina seu artículo – audacioso por certo – assim:

[...] porque ese discurso multicultural que proclama respeto comprensión no es más que pura catequesis a servicio del dios de la pobreza, de la desesperación, de la cochambre; demagogia que elogia la diversidad luego de haber desactivado su capacidad cuestionadora, de haberle sustraído la vida”. (Delgado, 2006).

Seria absurdo questionar a pobreza da maioria dos imigrantes, ou dizer que ela é apenas uma construção dos menos pobres. O que sim salta aos olhos é a necessidade de exacerbar a pobreza, algo que todos tememos, para que se torne um problema social, visível aos olhos da sociedade e do Estado.

Assim, a associação entre migração e pobreza, atraso e injustiça social, faz parte de um universo de ideias sintetizadas a partir da observação dos movimentos migratórios enquanto fenômenos que alcançam grandes proporções. Se, por um lado, há uma pobreza concreta nas migrações, a associação imediata entre ambas disfarça a multiplicidade de experiências individuais associadas ao deslocamento.

Há, porém, algumas sutilezas no discurso da pobreza migratória. Em princípio, pareceria razoável pensar que os imigrantes provenientes de países mais pobres sejam mais pobres que os imigrantes que chegam de países menos pobres. Geralmente, em Buenos Aires, os migrantes peruanos são pensados como pessoas com graus mais ou menos elevados de educação; faz-se frequente menção às universidades do Peru e se enfatiza que foram as condições econômicas e políticas *atuais* do país que lhes dificultava encontrar trabalho. Nunca escutei, até agora, associar a pobreza do imigrante peruano à falta de educação formal ou a qualquer característica da própria pessoa. Diz-se, sempre, que eles migram e terminam ocupando posições de trabalho muito inferiores às que poderiam haver alcançado no Peru. Já, quando se fala dos bolivianos na mesma cidade, se menciona quase sempre a pobreza estrutural da Bolívia e se fala da “timidez” dos bolivianos, a qual, por sua vez, vem geralmente associada a uma menor capacidade intelectual. O seguinte trecho da fala da Sra Lilia Camacho é bastante esclarecedor:

*Fijate como era, me dijeron “**nosotros no vamos a hablar con los bolivianos porque ustedes. ni siquiera manejan un vocabulario técnico. No nos van a entender de que estamos hablando, no saben conceptualizar**” me gritó un funcionario Argentino. Yo le dije, bueno, debatamos, demuéstreme que yo no se conceptualizar.*

Essa associação entre pobreza e timidez ou falta de socialização, leva as mulheres bolivianas a serem muito requisitadas como trabalhadoras domésticas ou a manterem-se como vendedoras ambulantes. Já as mulheres paraguaias são vistas como doces e humildes e, portanto, muito aptas para cuidar de doentes, anciãos e crianças e para o trabalho doméstico. Por isso, não é raro, segundo me foi revelado por o Sr. Pablo Asa, advogado do Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), que as famílias de poder aquisitivo elevado viagem ao Paraguai a buscar empregadas domésticas, “*porque las van a tener por mucho tiempo*”.

Tal superposição de características é perigosa por dois motivos. Primeiro, como lembra Giralda Seyferth (2005), ela ajuda na conformação de preconceitos. Também porque ela tem consequências concretas nas vidas das

peessoas, especialmente no que diz respeito à segregação profissional e geográfica.

Por outro lado, ela pode ser utilizada também pelos próprios sujeitos migrantes em seu favor. Como mostra Vargas (2005) em seu trabalho sobre bolivianos e paraguaios na construção civil, a associação entre uma origem étnica ou nacional, força física, coragem e respeito pelas hierarquias é um recurso acionado pelos migrantes para o ingresso e permanência nas redes de trabalhadores bolivianos da construção civil.

As inmigrações dentro da América do Sul e na Espanha confrontam-nos com mais um desafio. O que acontece quando a pobreza vinda dos países vizinhos compete com a pobreza nacional? Não estamos falando de sociedades poderosas que têm tudo e de imigrantes estrangeiros que supostamente vêm buscar o que não têm em casa. Estamos sim tratando de formas de pensar os discursos sobre a pobreza migrante no contexto de sociedades empobrecidas, o que acaba sendo acionado como justificativa quase sempre que se questiona a pertinência de uma política de abertura às migrações.

Em que medida podemos, então, pensar que os nacionais constituem realmente uma categoria de estabelecidos, mencionada acima, quando argentinos, brasileiros e espanhóis, neste caso, também vêm suas economias prejudicadas por um sistema neoliberal transnacionalizado y excludente de uma boa parte da população? Como vimos acima, em Buenos Aires e Madri, e muito menos em Porto Alegre, fala-se que os migrantes ocupam postos de trabalho que poderiam ser de nacionais, que sobrecarregam o sistema de saúde e as escolas. Como pergunta Walter Actis em seu artigo sobre as migrações ao país Basco:

[...] cuantos de los que nos situamos en el segundo grupo (aqueles que demonstram solidariedade e respeito com os imigrantes) estaríamos dispuestos a admitir la plena igualdad de derechos de los inmigrantes, en tanto ciudadanos de esta sociedad? (Actis. 2003:33).

As palavras de Actis remetem a outras considerações sobre as migrações: “Que peso tem o fato de ser estrangeiro quando os recursos e os postos de trabalho são insuficientes?”, ou ainda, “existe uma pobreza mais legítima e outra menos legítima, quando se trata de pessoas oriundas e não oriundas de um mesmo lugar?”

É necessário resaltar que a questão da pobreza dos imigrantes, intimamente relacionada ao acesso aos serviços públicos e ao desemprego, nas entrevistas ou conversas com os mediadores que entrevistei em Buenos Aires e Madri apontam para uma arena de debates sobre se os imigrantes são ou não excessivos em número. Alguns, como Pablo Asa, advogado do CELS, argumentam que a maioria das pessoas que são pensadas como imigrantes em função de seus fenótipos, são na realidade argentinos (2.2.1), portanto, a resposta é que a quantidade de migrantes é pouco significativa e que os discursos sobre o uso exagerado dos serviços públicos e o desemprego são apenas discursos midiáticos, que não condizem com os índices dos censos. Alejandro Grimson também rejeita a ideia de um número excessivo de imigrantes, apontando que, estadísticamente, a porcentagem de imigrantes em relação à população nativa não aumentou significativamente como se acredita (Grimson, 2006). Já, os outros mediadores com quem estive em contato apontaram que sim houve um aumento das migrações à capital argentina em função da *paridad*.

A narrativa de Wayra Aru, um dos meus entrevistados, sobre o problemático registro de sua filha³⁷ no Hospital Santogian, no bairro Liniers um *-barrio de inmigrantes-*, segundo a Irmã Ana Silvia da FCCAM, levou-me a passar duas tardes no hospital. Procurei conversar com a assistente social do hospital, mas não teve sucesso. Entretanto, o tempo que passei lá foi suficiente para observar que a quantidade de imigrantes em busca de atendimento não era nem um pouco significativa em relação à de pessoas que não pareciam migrantes.

Jean e John Comaroff (2001), sugerem que a alegoria a objetos, sujeitos

³⁷ Narrarei este caso no capítulo 5.

estranhos ou doenças já erradicadas, para confirmar os limites da ordem dada das coisas ou impedir novas configurações políticas ou sociais é insuficiente. A controvérsia sobre o ressurgimento da tuberculose associado à pobreza boliviana imigrante poderia ser um veículo para falar sobre pertencimento e não pertencimento, cidadanias incompletas que não dizem apenas a migrantes, temas dos que é duro falar quando não se tem um bode expiatório.

Mas o imigrante não é apenas “pobre”; ele também tem uma “cultura”. O imigrante provém sempre de um país “mais atrasado”, olhe-se isso com condescendência ou com rejeição. Os imigrantes, diferentemente dos estrangeiros, os quais fazem parte de uma sociedade global e provêm de países com economias mais prósperas que as próprias ou de setores mais favorecidos de suas sociedades de origem, formam minorias étnicas e têm ‘uma cultura’³⁸. Suas formas de comportar-se e pensar estão determinadas por ela e grande parte de suas dificuldades originam-se da impossibilidade de dela se desprender. Seria ideal que pudessem fazê-lo e assim poder “integrar-se” à sociedade receptora.

Sendo então pobre e proveniente de uma cultura menos sofisticada, o que não lhe tira seu exotismo, presume-se fadado a permanecer em lugares determinados da sociedade: “*Muchas veces, los inmigrantes no tienen la capacidad inelectual de entender un trámite burocrático, por más simple que sea*”, disse-me uma das minhas interlocutoras da OIM, em Buenos Aires, enquanto explicava o porquê da necessidade de gestores na tramitação da documentação. Quando sugeri a criação de uma lista de e-mails dentro da ASPM, o primeiro argumento contra tal iniciativa foi que os imigrantes subsaarianos não saberiam usá-la, tanto porque não estavam acostumados a usar a rede como porque “*hablan español, pero no creo que puedan escribirlo*”. Como veremos no capítulo 6, tal argumento mostrou não ter fundamento. Interessantemente também, com algumas exceções como o APLA e as Oficinas de Derechos Sociales (ODSs), ambos em Madri, todos os cursos que objetivam à inserção do migrante no mercado do trabalho são de trabalhos

³⁸ Manuel Delgado faz uma distinção entre ‘imigrantes’ e ‘estrangeiros’. Os primeiros, segundo ele, são pobres, os segundos, vêm de classes privilegiadas ou de países mais ricos e não representam um perigo para a sociedade nacional. (Delgado, Manuel. 2003)

manuais, como marcenaria, corte e costura ou eletricidade, nunca se trata de cursos que possam lhes dar a oportunidade de trabalhar em áreas de maior exigência intelectual, como computação, tradução ou secretariado. Por um lado, a seitorização do trabalho imigrante é criticado, pelo outro, ela é estimulada.

Disso resulta que os *limítrofes* em Buenos Aires, os *subsaarianos*, os *árabes*, os *chinos* e os *latinoamericanos* em Madri estejam associados a lugares de trabalho de baixo nível social e pouca remuneração. A literatura e os discursos de quem trabalha com imigrantes fazem costumeiramente referência à associação entre lugares de trabalho e redes de base étnico-nacional, nas quais é frequente encontrar níveis hierárquicos diferenciados baseados em critérios que são inerentes ao próprio trabalho mas que vão além dele. Ao identificar tais aptidões ou características com uma origem nacional, as redes multiplicam e garantem seu lugar nesse mercado de trabalho, como o mostra a obra de Patrícia Vargas (2005). De todas as maneiras, há sempre uma associação entre uma origem nacional e lugares específicos no mercado de trabalho perpassando tudo que se fala sobre os imigrantes regionais.

Junto aos discursos sobre a pobreza e a segregação profissional, há também um discurso sobre a distribuição geográfica dos lugares de moradia de imigrantes. Há um número considerável de supostos *barrios de inmigrantes* em Buenos Aires e em Madri. Todas as pessoas com quem falei em Buenos Aires e Madri mencionaram vários bairros de imigrantes; algumas vezes coincidiam entre si e com minhas observações de campo nesses bairros e outras não, mas sempre tratava-se de bairros populares, alguns nas margens da cidade, com ruas com calçamento e a infra-estrutura de um bairro ou sem eles.

Percorri vários desses bairros portenhos e madrilênhos, conversei com pessoas nas ruas e nas lojas e, em Madri, morei em um deles, Carabanchel. Em Buenos Aires, encontrei pessoas que pareciam imigrantes e pessoas que pareciam argentinas. Os mais frequentemente mencionados, Lugano, Liniers, La Boca e Abasto, são bairros que tradicionalmente também evocaram uma identidade portenha. Toda a zona oeste e sul de Buenos Aires é supostamente lugar de bolivianos, segundo vários dos meus entrevistados.

Em uma outra categoria podemos pensar as *villas*, enclaves onde há muitos migrantes do norte da Argentina ou da Bolívia, do Peru e do Paraguai. Tal é o caso da vila 31 bis, a vila 14 próxima a Puerto Madero -um lugar de ostensiva riqueza- e os arredores da Praça Miserere. As *villas* não são consideradas bairros, por carecer de infra-estrutura e porque, nos casos em que os serviços públicos como água potável e eletricidade chegam lá, eles não são cobrados e os usuários não têm um direito reconhecido, na prática, a exigir que lhes sejam fornecidos regularmente. Foi isso que a Sra. Celina, uma das moradoras mais antigas e da Villa 31 A e me disse, enquanto apontava para um enorme lodaçal causado pela ruptura de um cano.



3 Reunificação familiar e arquitetura



4 - os imigrantes chegam e imprimem uma marca na Vila 31 Bis

Logicamente, há maior concentração de migrantes nos bairros mais pobres. Entretanto, a recorrente menção a *barrios de inmigrantes* faz pensar novamente, em uma racialização da pobreza. Os não brancos são pobres, ou os pobres são não brancos. Porém, essa suposta maioria de migrantes nos bairros populares me faz suspeitar também de uma extensão do discurso da periculosidade. O migrante, como diz Sayad (1991), é sempre excessivo em número; uma onipresença que invade os bairros tradicionalmente portenhos e que se infiltra até na visão de quem trabalha em seu favor.

Em Madri, os bairros de Carabanchel, Carabanchel Alto, Usera, Lavapiés, La Latina, entre outros, são considerados *barrios de inmigrantes* por todos os mediadores com que conversei. Também ali conversei com as pessoas dos bairros e, como em Buenos Aires, há neles espanhóis e imigrantes, desta vez com uma maior presença de imigrantes. Entretanto, é necessário levar em conta que na Espanha o recurso à nacionalização está muito mais difundido que na Argentina, e muitas das pessoas que são consideradas imigrantes em função de seus fenótipos têm a nacionalidade espanhola ou são filhos de imigrantes nacionalizados espanhóis.

O mesmo não acontece em Porto Alegre. Interessantemente, os mediadores de Porto Alegre nunca mencionam a existência de bairros de imigrantes, apesar de a cidade ter um histórico de narrativas de bairros de imigrantes no passado. Sempre que se associa um bairro da cidade a um tipo de migração, refere-se a fluxos migratórios mais antigos, como é o caso do bairro São Geraldo, do qual se diz que foi, nas primeiras décadas do século passado, um lugar de alta migração polonesa, ao bairro de Bomfim, supostamente de migração judaica ou à população afrodescendente do bairro Partenon. As narrativas dos próprios imigrantes em Porto Alegre revelaram que, geralmente, tendem a morar no centro da cidade inicialmente e, com tempo, deslocam-se aos bairros.

Isso levou-me a cogitar que é o caráter valorativo conferido à pobreza do imigrante que faz com ele ganhe destaque no discurso dos mediadores, sobrepujando o discurso da distribuição deste setor da população porto-alegrense.

Tampouco, e talvez relacionado a isso, parece haver uma seitorização do trabalho dos imigrantes. Embora os migrantes em Porto Alegre, devido às questões relativas à documentação, trabalhem de forma irregular e ocupem postos de trabalho de menor escalão, não há uma associação direta, como em Buenos Aires e Madri, entre um tipo de migração e um tipo de trabalho.

3.3 O DISCURSO MEDIADOR

As paredes da pequena sala da associação Peruanos Sin Fronteras (5.7), de Buenos Aires, están cobertas por cartazes um tanto particulares: “*No muestre como vive en su casa. Mantenga este lugar limpio*”; “*Nos complace atenderlo, pero no tenemos por que hacerlo; compórtese*”; “*No escupa en el suelo*”, “*Sea educado, si tiene problemas no es culpa nuestra*”; “*Si su hijo tira basura al piso, recójala*”. “*Hable bajo, este lugar es pequeño*”.

As frases dos cartais não prescindem de grandes explanações. As coordenadoras de PSF, uma advogada e uma pedagoga peruanas, reforçaram

com seus discursos a necessidade de “educar” os imigrantes, pessoas impacientes e irrespeituosas, que não sabem se comportar.

Sagrario é membro do ASTI San Lorenzo, organização da Igreja Católica localizada no bairro de Lavapiés, Madri, a uma quadra do local de reunião da ASPM. Sagrario é professora do ensino primário e mora em um pequeno apartamento de sua propriedade no “barrio”, o qual ele qualifica de “clase obrera baja”. Trago, na sequência, um trecho da entrevista que realizamos.

[...] Aquí lo único que molesta es cuando la gente no respeta, por ejemplo que a las 4 de la mañana se te pongan unos ecuatorianos con un casete (aparelho de som) así de grande a escuchar música y tu te tienes que levantar a las siete de la mañana, o que en la plaza de Lavapiés, unos niñitos del barrio de Salamanca (filinhos de papai), muy monos (bonitinhos) ellos como esto aquí es muy multicultural, se te pongan con sus tambores, eso si molesta, pero la convivencia, que uno sea de un color y otro de otro, si tu respetas la convivencia y vives normal, no vives en una casa con 27.000 personas, gente que sube y que baja todo el tiempo, que la ducha no para, que cuelgas la ropa chorreando (pingando água), eso si molesta. Creo que hay que hacer un poco de educación para la ciudadanía. Muchas veces cuando regaño a la gente por mi balcón (quando xingo às pessoas desde a sacada de minha casa) y digo que voy a llamar a la policía y me dicen que soy una racista y yo les digo ¿yo no he dicho que me moleste de donde sois, primeiro que no se de donde eres, te estoy diciendo que me molesta la música, me da igual que seáis españoles, de Mongolia o de Norteamérica, me da igual. Yo mañana me tengo que levantar a las siete de la mañana y no hay manera de poder descansar [...] lo que si es verdad que los ecuatorianos, no todos pero como hay muchos ecuatorianos sin trabajo hay muchas peleas en la calle. La manera de vivir es diferente, de entender la familia es diferente ... entonces están mucho en la calle, se vive mucho en la calle, eso sí molesta [...] o sea, si tu vienes de Ecuador o de Paraguay y allá vives en el campo y escuchas música a todo volumen y luego vienes acá, bueno ... tienes que darte cuenta que acá se vive de otra manera. (entrevista realizada no dia 30/04/10)

Em ambas as situações que mencionei acima, é possível notar que a associação entre uma suposta falta de educação e a origem dos imigrantes é recorrente. Os imigrantes aos quais os cartazes estão dirigidos são os “limítrofes”; embora nenhuma das duas coordenadoras tenha utilizado esse termo, são imigrantes dos países andinos os que encontrei nas duas vezes que estive na sede de PSF. Pessoas, que si pareciam ser pobres pelas suas

formas de vestir, mas que aguardavam de pé, como veremos em 5.7, em silêncio. Os “*ecuatorianos*” que Sagrario menciona, mesmo que umas frases antes tenha dito que não conhecia a origem das pessoas, representam os imigrantes latino-americanos. Eles são “*ecuatorianos*” porque são muitos, brigam e convivem bastante nos lugares públicos.

É interessante como Sagrario e as pessoas da OIM (3.2.3), mesmo quando exercem uma vigilância sobre as noções que manejam e fazem um esforço por manter discursos críticos sobre a imigração, acabam de alguma forma reproduzindo as pré noções do senso comum e as narrativas hegemônicas. A fala de Sagrario, a da minha interlocutora na OIM e das pessoas da FCCAM são exemplos do discurso mediador: os imigrantes têm um jeito diferente de lidar com o corpo, uma capacidade intelectual diminuída e costumes que incomodam, mas não é culpa deles, senão que é a sua cultura que assim o permite; por isso, eles precisam de aulas de cidadania ou de alguém faça os trâmites burocráticos para eles.

Já as dirigentes de PSF não parecem interessadas em adotar um discurso menos acusativo. Elas partem do princípio que o imigrante é um “problema” e não fazem nenhum esforço para disfarçá-lo.

O trecho extraído da entrevista com Sagrario exemplifica a narrativa hegemônica dentro do cenário da mediação nas três cidades onde fiz trabalho de campo. Seria politicamente incorreto e contrário à mensagem que se pretende transmitir deixar que o senso comum permeie seu discurso. Portanto, ela não pode associar a imigração a qualquer tipo de desconforto ou ameaça sem mostrar que o que o *ecuatoriano* faz de errado um espanhol também poderia fazer (os jovens do bairro de Salamanca); não é o fato de ser equatoriano que incomoda, senão o barulho. a música, a roupa que pinga água, muitas pessoas que sobem e descem escadas no prédio. Não é o imigrante que incomoda, senão que uma cultura tão diferente permite comportamentos muito diferentes dos que se espera dos vizinhos em Madri. O problema não é eles serem “*ecuatorianos*”, é trazerem a cultura deles para cá.

Por isso, o imigrante precisa de “*educación para la ciudadanía*”. O imigrante deve ser “um bom cidadão”, integrar-se à sociedade local. “*e/*

inmigrante paga impuestos”, disse o Pfr. Tshitshi (cap. 6), ele é um “*nuevo vecino*” e deve comportar-se como tal. Daí que exista tanta ênfase nos programas de integração. De fato, nos cenários da mediação em Buenos Aires e Madri fala-se bastante em “*integración*” Poderia se dizer que em Porto Alegre, a “*integração*” faz parte das políticas da ASAV para os refugiados, mas os outros mediadores exercem outro tipo de pressões, como veremos no ponto 4.

O discurso mediador não é, como costumam ser os discursos veiculados pelos meios de comunicação e por alguns políticos, acusativo. Ele tende a apontar as carências e falhas do fenômeno migratório e do migrante. O imigrante não é um sujeito “pronto”; ele tem que passar por lições de cidadania, deve “integrar-se”. É, assim, um discurso valorativo e etnocêntrico, na medida em que a cidadania a que se refere tem como referências os parâmetros éticos e estéticos da sociedade de acolhida. Se há um deslocamento, ele deve ser por parte do imigrante.

Por outro lado, por não ser um discurso acusativo senão integrador, ele permite que vários setores da sociedade se identifiquem com ele. Daí que não seja apenas acionado pelos mediadores nem por todos eles, senão que ele dispute o lugar de discurso hegemônico sobre a migração com aqueles discursos que culpabilizam o imigrante pelos problemas da sociedade. O “discurso mediador” não é, portanto, o discurso dos mediadores, já que a heterogeneidade do universo da mediação nos três contextos urbanos estudados não permitiria encontrar um discurso único dos mediadores.

Tem sim um caráter integrador, e é ali que mora o perigo. Por sua capacidade de agregar em torno de si diversos atores e setores da sociedade, ele permite que setores com interesses específicos na migração, como partidos políticos e determinados filões do mercado, recorram a ele em busca de votos ou de lucros.

Ele é integrador também no sentido que Sayad (1995) refere quando fala da solidariedade dos discursos sobre a migração. O discurso mediador agrega em torno das carências do imigrante todos os discursos sobre a imigração; por isso, os imigrantes são “pobres”, e não é culpa deles terem uma “cultura” ou

haverem sido “enganados”. É um discurso sedutor, que não culpabiliza abertamente ninguém, mas que sutilmente impõe os limites do debate.

Por ser integrador, é também totalizador e redutor. Ao deslocar o debate sobre migrações exclusivamente para questões de cultura e pobreza, o discurso mediador nega qualquer forma de agência por parte dos sujeitos envolvidos e, portanto, interfere em possíveis negociações pontuais. Em sua fala, Sagrario poderia haver pensado em uma forma de negociar o barulho da rua, mas logo sua fala escorregou para “*La manera de vivir es diferente, de entender la familia es diferente ... entonces están mucho en la calle, se vive mucho en la calle ...*”. A relação dela com a cultura dos equatorianos fica reduzida às maneiras deles usarem o espaço público e não há como escapar a isso senão através da “integração”, através da educação para a cidadania. O conceito de cultura em que se baseia este discurso mediador caracteriza-se por ser essencialista. A “cultura” do imigrante é uma; como argumenta Lila Abu-Lughod ao falar sobre a relação entre a antropologia e a cultura: “*the anthropological distinction between self and the other*” (Abu-Lughod, 1991)³⁹. Não existe, no discurso mediador, a possibilidade de que a cultura do imigrante venha a produzir mais cultura. Ela deve ser “superada” em favor da civilidade local e trazida pontualmente de maneiras que sejam palatáveis à civilidade local.

Portanto, o discurso mediador é também um discurso funcionalista. Ele foca na necessidade de manter o equilíbrio e a ordem existentes, e para isso é preciso evitar os conflitos. É assim que o discurso mediador é um discurso do controle, onde os espaços de autonomia do imigrante vêm se reduzidos à uma

³⁹ Desde que Geertz publicou “*The interpretation of culture*”, em 1973, o debate sobre o conceito de cultura tem girado em torno da definição geertziana da cultura como uma teia de significados. Não haveria como trazer aqui esse debate, mas é preciso apontar que a relação do sujeito com a cultura é um dos marcadores desse debate. Nesse sentido, as palavras de Ortner mostram essa tensão: “*Por subjetividad entiendo el conjunto de modos de percepción, afecto, pensamiento, deseo, temor, etc. que animan a los sujetos actuantes. Pero también aludo a las formaciones culturales y sociales que modelan, organizan y generan determinadas estructuras de sentimiento*” (Ortner, 2005). De maneira semelhante também o expressam Grimson e Semán “*Cultura es siempre historia, agencia y poder, disputa y alteración. La vida social es una condición procesual, no una causa automática de los modos de pensar y actuar*” (Grimson e Semán, 2005). Com base nesse conceito dinâmico de cultura, que permite pensar a cultura como um elemento que propicia que os sujeitos criem e recriem mais cultura, é que analiso o discurso mediador.

evocação pontual e palatável de sua cultura de origem. Era isso que o Padre João Corso, do CibaiMigrações propunha quando, nas festas dos imigrantes, dizia: “Todas as culturas, uma única humanidade”. É acaso possível separar a “humanidade” da cultura? Qual seria a cultura dessa suposta humanidade una?

CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

Neste capítulo vimos quais são os discursos sobre os imigrantes e as formas como eles são debatidos ou afirmados dentro do universo heterogêneo da mediação. A análise desses discursos é, de fato, o que permite ver que é impossível falar de “os mediadores” como se fossem um setor homogêneo da sociedade. Essa heterogeneidade é o resultado de aproximações diversas e compartilhamento de saberes com os meios acadêmicos e das insituições estatais e interestatais.

Vimos que os discursos sobre a migração giram em torno de tres eixos principais: o mercado de trabalho, os males da migração e a caracterização do imigrante. Entre as formas de abordar esses temas, o discurso mediador, o qual, mais uma vez, não é necessariamente o discurso dos mediadores nem se restringe ao âmbito da mediação em si, desponta como a maneira mais “politicamente correta” de abordar o tema das migrações e contestar as esterotipações mais acusativas do “senso comum”, geralmente difundidas pelos meios de comunicação de massa. O “discurso mediador” integra em torno de uma visão do imigrante alguns setores sociais e caracteriza-se por apontar a incompletude do imigrante, fixando-o a sua cultura essencializada e, dessa forma, dificultar a negociação de situações pontuais.

“Vivo en un mundo y quiero otro”: Um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 4 O UNIVERSO DA MEDIAÇÃO EM PORTO ALEGRE

O CIBAI Migrações é a principal referência sobre o tema das migrações na cidade. Algumas das outras organizações que serão apresentadas nesta seção mantêm algum diálogo com o ele, mantendo sempre uma posição periférica no referente à mediação e congregando setores muito específicos da população imigrante.

Assim, a ASAV, uma organização jesuíta, é a parceira do ACNUR no programa de reassentamento de refugiados em Porto Alegre. A Casa da Amizade Brasil-Uruguai (CABU) e os comitês do Frente Amplio em Porto Alegre congregam alguns imigrantes uruguaios, na atualidade principalmente em torno das relações entre o governo uruguaio e a coletividade uruguaia na cidade. O Círculo Cultural Chileno e o Centro Cultural Peruano, ambos formados por pessoas que estão estabelecidas em Porto Alegre há já várias décadas, relacionam-se com o CIBAI desde uma posição de menor destaque no cenário das migrações na cidade.

Quando iniciei a pesquisa em Porto Alegre, entre 2005 e 2006, as relações entre a CABU e o CIBAI Migrações eram mais estreitas. Algumas reuniões da coletividade uruguaia tinham lugar nos salões do CIBAI Migrações. Foi ali que aconteceu uma das reuniões com o chanceler uruguaio em 2006.

Como veremos em 4.1, até 2009, ano em que o Padre João Corso do Cibai Migrações foi designado para outra missão na cidade de Rio Grande, havia uma divisão de tarefas bastante clara entre ele e o Padre Joaquim, o que redundava em relações com outras organizações diferentes das que existem atualmente. O padre Joaquim ocupava-se de dar assistência jurídica aos imigrantes, buscando resolver seus problemas de regularização. O padre João, que era o pároco da Igreja da Pompeia, era visto, por todos os meus interlocutores de outras organizações, como o mais idealista dos dois, e que se aproximava mais de um debate político sobre as migrações, apesar de pertencer à Igreja. Isso redundava numa certa aproximação entre o CIBAIMigrações e os coletivos, uruguaio, chileno e peruano. Em 2005, o CIBAI

Migrações foi a sede do Fórum Social das Migrações, do qual participaram coletivos com questões político-reivindicativas em diálogo com o tema das migrações. À época também o CIBAI foi a sede do primeiro encontro entre o chaceler uruguaio e o coletivo uruguaio em Porto Alegre. Ou seja, seu discurso mais próximo das reivindicações próprias da “esquerda” colocavam o CIBAI em diálogo com outros coletivos de imigrantes que, como veremos neste capítulo, estão compostos principalmente por pessoas que vieram para o Brasil fugindo das ditaduras de seus países e mantêm um discurso político forte.

Entretanto, o posicionamento crítico do padre João à universidade, aos acadêmicos e às organizações que tivessem mais acesso a recursos e financiamentos afastava o CIBAI Migrações do debate sobre as migrações que estava começando a acontecer na antropologia em Porto Alegre e inclusive de organizações que, como o ASAV, tinham um perfil mais acadêmico. Embora eu tivesse conversado com o padre João até então várias vezes, foi só em 2006 que soube, durante um evento sobre o papel da ONU no trabalho com os refugiados realizado na Faculdade de Direito da UFRGS, que descobri a existência da Associação Antonio Vieira (ASAV). Quando estava prestes a iniciar meu trabalho de campo em Buenos Aires, perguntei ao padre João quem se ocupava da questão migratória naquela cidade, ao que respondeu que não sabia, que não era como em Porto Alegre. Estando em Buenos Aires, descobri que o Padre Sante, da Fundación Comisión Católica para las Migraciones (FCCAM), havia sido colega de estudos do padre João, e que, de fato, a FCCAM é muito diferente do CIBAI apesar de ambas pertencerem à congregação scalabriniana.

Em 2009, o núcleo de estudo das migrações contemporâneas do Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS (NACi) tinha uma trajetória mais consolidada que em anos anteriores, o que permitia propor e realizar eventos junto a outras organizações. Daí que, em junho desse ano, fosse realizado o “Fórum de debates: direitos humanos e migrações contemporâneas no sul da América”, como parte de um projeto de pesquisa e aproximação da universidade com as organizações da sociedade civil, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Do evento

participaram o sociólogo Mario Santillo do CEMLA de Buenos Aires, o Pfr. Javier Tasks da Universidad de la República, de Montevideu, os pesquisadores que fazemos parte do NACi, cada um apresentando suas pesquisas orientadas pela Pfra. Denise Jardim, a pró reitora de extensão do Instituto Porto Alegre (IPA), que falou sobre a experiencia institucional com alunos de Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti, os representantes da Secretaria de Relações Exteriores da UFRGS, os membros da ASAV, do CIBAI e de coletivos de imigrantes. Uma parte do evento foi realizada no salão de atos do Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS e a outra no salão do CIBAI Migrações.

Foi nesse contexto de início de diálogo entre as organizações da sociedade civil e a universidade que o antigo Grupo de Assistência aos Refugiados (GARE), do Serviço de assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS passou, em outubro de 2009, a incluir o tema das migrações, passando a chamar-se GAIRE. Atualmente o GAIRE mantém relações de trabalho com a ASAV e o CIBAI Migrações, ambos delegando ao GAIRE alguns casos mais específicos.

No final do ano de 2010 o GAIRE recebeu a visita da Pfra. Denise Cogo, da Unisinos, quem apresentou um software que poderá ser usado para que refugiados entrem em contato com seus parentes de forma sigilosa.

Considerando, então, que a comunicação entre os grupos de mediação e outras organizações de pesquisa e estudo do fenômeno migratório está lentamente se fortalecendo, sugere uma diversificação das conexões entre organizações, instituições e pessoas interessadas no fenômeno migratório em Porto Alegre, o que poderia contribuir à multiplicação de formas de concever o fenômeno migratório.

A seguir, apresento as organizações que fazem parte do universo da mediação em Porto Alegre.

4.1 O CIBAI MIGRAÇÕES

Minha relação com o CIBAI Migrações começou anos atrás, quando eu mesmo fui lá buscar informações sobre como regularizar minha situação migratória no Brasil. De lá para cá, manteve-me em contato com a organização, participando de eventos, conversando com os padres e, posteriormente, procurando fazer um vínculo, enquanto membro do Núcleo de Antropologia e Cidadania, entre o CIBAI Migrações e a UFRGS. O CIBAI Migrações foi também o ponto de partida para encontrar sujeitos migrantes na Região Metropolitana de Porto Alegre durante minha pesquisa de mestrado.

Localizado estrategicamente no centro de Porto Alegre, próximo a estação Rodoviária, na paróquia de Nossa Senhora da Pompéia, o CIBAI Migrações faz parte da Pastoral do Migrante da Igreja Católica e da congregação scalabriniana. A atuação do CIBAI Migrações junto aos sujeitos em situação de deslocamento recente em Porto Alegre foi recorrentemente mencionada como uma referência sobre o fenômeno migratório local tanto pelos sujeitos migrantes entrevistados como pelos representantes de outras entidades. Questões sobre documentação de estrangeiros principalmente, mas também sobre moradia, trabalho, saúde, entre várias outras, levam a estrangeiros a procurar e a falar sobre o CIBAI Migrações. A centralidade do CIBAI Migrações no cenário migratório porto-alegrense está também dada pela sua localização geográfica. Isso é importante porque a maioria dos imigrantes que chegam à cidade buscam alojamento na região central, deslocando-se aos bairros à medida que vão estabelecendo suas redes sociais e adotando a cidade como lugar de moradia. Por isso também, a maioria das pessoas que buscam o CIBAI são imigrantes recentemente chegados.

Pude observar que o trabalho do CIBAI Migrações girava em torno de três eixos fundamentais, entre si entrelaçados. O objetivo mais imediato do CIBAI Migrações continuando sendo assistir aos imigrantes estrangeiros em suas problemáticas cotidianas de subsistência e, principalmente, com os entraves burocráticos relativos à obtenção de documentos de residência. Fundada inicialmente para assistir às necessidades mais pungentes dos

imigrantes italianos em meados do século passado, teve, ao longo das últimas décadas, que repensar seu lugar e atuação conforme as demandas dos novos contingentes migratórios e as novas ordens sociais. É hoje um lugar de referência para questões de documentação de estrangeiros, dadas as dificuldades dos estrangeiros com ou sem documentos em transformar vistos de turista ou de estudante em vistos de permanência ou de atestar sua identidade perante as instituições. Os padres responsáveis pela paróquia e o secretário fornecem informações e acompanham os casos individualmente. Durante alguns períodos da vida do CIBAI Migrações, houve psicólogos oferecendo assistência individual e em grupos de forma voluntária, às vezes em parceria com trabalhadores sociais. No entanto, nem o atendimento individual nem o atendimento coletivo criaram raízes muito profundas e duraram pouco tempo.

Também manteve algumas oficinas de geração de renda para imigrantes estrangeiros, e ajuda os imigrantes a encontrar trabalhos temporários no serviço doméstico ou no atendimento de crianças e idosos por exemplo. Alguns leigos da comunidade local, geralmente imigrantes já estabelecidos na cidade há vários anos, ajudam na organização de festas comemorativas de corte nacional ou religiosa. O CIBAI Migrações estendeu seu trabalho à cidade de Florianópolis, onde leva adiante um trabalho semelhante.

No que se refere à assistência em questões de documentação, contam com os laços de respeito e reciprocidade estabelecidos com as instituições e com membros delas, "sempre dentro do âmbito da lei" como lembra um dos padres. Soube de casos em que os agentes da Polícia Federal encaminharam estrangeiros a falar com os padres da Pompéia, cujos nomes conhecem, para que lhes forneçam informações mais detalhadas e atendimento personalizado sobre como lidar com as situações de irregularidade mais complexas. Essa divisão não formalizada de tarefas entre os órgãos do estado e uma organização não estatal não apenas inclui o CIBAI Migrações como parte fundamental do roteiro na tentativa de aquisição de documentos, mas também nos leva a pensar sobre como são traçados e respeitados os limites entre

ambos: “Eles fazem a parte deles”, disse o padre, referindo-se aos agentes da Polícia Federal, “nós a nossa”. Interessantemente, o CIBAI Migrações mantém um cadastro com todos os atendimentos e os telefones e/ou endereços de todos os estrangeiros que os procuram. Em várias ocasiões indaguei os padres sobre a possibilidade de que os agentes da Polícia Federal requisitassem esse cadastro, caso quisessem ir em busca de imigrantes em situação irregular; a resposta foi sempre que isso nunca havia acontecido, e que o respeito entre o trabalho de ambos era sempre mantido.

O segundo pilar de sua atuação diz respeito à luta por uma política migratória nacional mais inclusiva junto a outras instituições aliadas nacionais e transnacionais, entre as quais “Caritas” tem um lugar de destaque, por ter uma atuação oficialmente reconhecida. Atuam conjuntamente e de forma continuada a favor da modificação do Estatuto do Estrangeiro, da implementação de anistias para estrangeiros e na negociação de prazos e taxas de regularização. Neste ponto, resulta importante lembrar que a importância e o alcance do trabalho destas instituições repousam grandemente na atuação de indivíduos com trajetórias particulares dentro de suas instituições e do campo de atuação política. Poderia-se pensar este aspecto do trabalho do CIBAI Migrações como um trabalho em rede, onde, conforme aponta Regina Meneleto “alguns personagens são responsáveis pela dinamização das redes, ocupando posições estratégicas que lhes garantem o reconhecimento dos demais agentes” (Meneleto 2001; p. 71). Nesse sentido, os padres do CIBAI Migrações e alguns personagens estariam nessa posição, junto com alguns outros sujeitos nas cidades de São Paulo e Brasília.

O CIBAI Migrações faz parte do ramo Scalabriniano da congregação Carlista e leva adiante seu trabalho com base em sua vocação confessional transnacional. De fato, em Buenos Aires, a mesma congregação leva adiante um trabalho com imigrantes e refugiados. Vale ressaltar que em outras regiões do Brasil e no exterior, outros credos têm também atividades no campo das migrações. Frequentemente, alguns indivíduos relacionados a agências de acolhimento têm um trânsito reconhecido pelos órgãos governamentais, negociando e atuando em favor de uma lei migratória mais inclusiva junto a

representantes do Estado. Esse é o caso de duas irmãs religiosas, Rosita Milessi e Margheritta Bonassi, ambas advogadas que trabalham em favor dos imigrantes e dos refugiados respectivamente. As trajetórias de ambas, entre o direito, o ativismo e a participação nas esferas governamentais, não somente leva as inquietações desta parte da sociedade civil para dentro do âmbito das instituições, mas também fazem-nos repensar a separação entre sociedade e Estado. Como lembram Rebecca Abers e Margaret Keck (2008), a maior parte da literatura sobre as relações entre o Estado e a sociedade na América Latina pensa ambas as esferas como universos separados. Entretanto, um olhar cuidadoso sobre essa relação pode revelar outros tipos de interação.

O terceiro pilar do trabalho do CIBAI Migrações diz respeito ao seu lugar de formação de um discurso e uma ética migratória. Para além de suas atuações e lutas concretas, o CIBAI Migrações, constitui-se como lugar de elaboração de um discurso e de um conhecimento sobre a problemática migratória, que, de alguma forma, incorpora e reflete discursos provenientes de organizações com áreas de influência maiores, e com experiências de poder também diferentes. Ao longo de sua trajetória, o CIBAI cedeu, em várias oportunidades, espaços em sua sede para reuniões de associações étnico-nacionais, de militantes políticos uruguaios⁴⁰, para associações que têm como objetivo a celebração de seus costumes nacionais – o círculo Cultural Chileno, por exemplo-, entre outras. Logicamente, todas essas entidades e eventos têm seu ‘tempo’, e não todas perduram ou permanecem na sede do CIBAI Migrações por muito tempo.

Interessa, entretanto, que no espaço que o CIBAI Migrações construiu localmente, a questão migratória foi, em certas ocasiões, perpassada por outras questões sociais, mantendo uma interação com elas. A modo de exemplo, no Fórum das Migrações, promovido e sediado por essa entidade e que teve lugar nos dias anteriores ao último Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, houve oficinas e palestras que relacionavam o tema das

⁴⁰ As reuniões de um dos Comitês do “Frente Amplio” –coalizão de partidos de tendência esquerdista que está atualmente no governo uruguaio– aconteceram durante algum tempo na sede do CIBAIMigrações. Além disso, reuniões da coletividade uruguaia com chanceleres e políticos frente-amplistas também tiveram lugar ali, entre outras reuniões de caráter político.

migrações com a problemática dos recursos hidráulicos, com a necessidade de uma reforma agrária, debates sobre o papel do Banco Mundial e até uma intervenção do "Grito dos Excluídos", para mencionar alguns exemplos. Entretanto, tal interação com outras temáticas sociais esteve sempre relacionada à atuação do Padre João Corso, quem mostrava ter um discurso mais “politizado” sobre o fenômeno migratório.



5 Fórum Social das Migrações. CIBAIMigrações. Porto Alegre. 2005

A transferência do Padre João Corso para outra região do estado do Rio Grande do Sul em 2009 parece ter afetado sensivelmente este último aspecto da vida do CIBAI. Desde então, a organização e participação em eventos sobre migrações e acolhimento de outras temáticas tem diminuído. O CIBAI Migrações foi convidado para participar de dois eventos sobre migrações e Direitos Humanos pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) da UFRGS. Participou do primeiro, inclusive cedendo um salão para a realização de uma das jornadas, como vimos na introdução a este capítulo, mas não do segundo. Também as associações de imigrantes reúnem-se atualmente em outros locais.

Assim, a atuação do CIBAI Migrações hoje parece estar limitada à assistência de imigrantes e ao diálogo pela reforma do Estatuto do Estrangeiro. Nesse sentido, até algum tempo atrás o CIBAI Migrações tinha algum eco, embora muito tênue, na sociedade abrangente; atualmente, sua voz parece haver-se enfraquecido. A capacidade do CIBAI Migrações de colocar a problemática dos imigrantes como um assunto da sociedade local e nacional e perante a classe política é atualmente bastante restrita, mas o fato de estar delegando alguns dos “casos” ao GAIRE e de haver iniciado um diálogo com o NACi pode ajudar a ampliar o campo discursivo sobre o fenômeno migratório na cidade.

4.2 ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA (ASAV)

Soube a respeito da ASAV em um congresso sobre o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os refugiados políticos que teve lugar na faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em junho de 2006. Karin, a diretora de ASAV, era uma das palestrantes e organizadoras do evento. Não é religiosa, mas no evento usava roupas escuras com um grande crucifixo prateado pendurado no pescoço. Chamou-me a atenção, também durante o evento, que não houvesse ninguém do CIBAI Migrações e que, embora eles soubessem de minha pesquisa, ninguém no CIBAI Migrações havia alguma vez me falado sobre a existência dessa associação. Marquei uma entrevista com Karin na sede da ASAV, localizada em um edifício no centro de Porto Alegre. Ao chegar ao endereço indicado, uma porta metálica e uma grade fechadas; nenhum sinal de que lá funcionasse um escritório ou qualquer coisa semelhante. Toquei a campainha, alguém perguntou, sem abrir a porta, quem eu era e o que desejava. Abriram a porta e a grade. Atualmente, o escritório da ASAV encontra-se em outro endereço e os dispositivos de segurança parecem menos abruptos. Em um escritório de dois ambientes espaçosos, estavam Karin e mais duas funcionárias, três mesas, vários mapas da Colômbia sobre as paredes. Foi uma

surpresa, ao entrar lá, descobrir que uma das duas funcionárias havia sido minha colega no curso de Ciências Sociais da UFRGS.

“Nos não atendemos aqui, aqui é somente a parte financeira, administrativa e política do projeto. Fazemos atendimento domiciliar”.

Karim falou sobre o Programa de Reassentamento da ONU, do qual o Brasil faz parte desde 2003. O objetivo do programa é realocar refugiados políticos que não conseguiram se adaptar à vida no primeiro país de acolhida. Essas pessoas entram em contato com a ACNUR e se candidatam ao Programa de Reassentamento. O programa é tripartite - há um representante do governo, um representante da ACNUR e outro da Sociedade Civil organizada. A ASAV é a representante da sociedade civil no estado do Rio Grande do Sul; em São Paulo é “Cáritas”, a “Comissão de Direitos Humanos” - a única que não está diretamente ligada à Igreja Católica; no Rio Grande do Norte e em Brasília, o “Instituto Imigração e Direitos Humanos”, que é um instituto de pesquisa e produção de conhecimento sobre os movimentos humanos. O governo brasileiro legaliza a estada dos refugiados reassentados no Brasil e disponibiliza todos os serviços públicos; a ACNUR providencia os recursos financeiros, conforme uma distribuição feita em Genebra, e as ONGs realizam o trabalho local e personalizado de assistência ao refugiado. Os parceiros locais trabalham junto às ONGs, seja ajudando no reassentamento, seja economicamente, para completar as despesas do programa. Os parceiros voluntários surgem por indicação de outros parceiros e através do contato das ONGs com as prefeituras. “Mesmo que seja uma pessoa, causa um impacto na cidade por ser estrangeiro, então nós vamos na cidade e apresentamos o programa à Prefeitura”, disse Karin.

A ASAV faz parte da “Companhia de Jesus”, Em outros países existe o SJR – Serviço Jesuíta para Refugiados – próprio da congregação. “Nós pertencemos aos Jesuítas, mas implementamos um projeto das Nações Unidas”

Porto Alegre passou a ser considerada uma das cidades candidatas à instauração de uma sede do Programa de Reassentamento das Nações Unidas com base em uma pesquisa sobre cidades brasileiras capazes de

acolher o programa, realizada pela ONU. À época, Porto Alegre havia recebido o título da UNESCO de “Cidade Solidária”. Foi então que a cidade de Porto Alegre foi escolhida para ser a sede da ONG que iria executar o programa. É interessante notar que nesse período, a cidade de Porto Alegre ganhou um reconhecimento mundial importante. Isso ficou claro durante o meu trabalho de campo em Madri e Buenos Aires; todas as pessoas sabiam da existência da cidade, do Orçamento Participativo e do Fórum Social Mundial. Isso nos faz pensar que a escolha de Porto Alegre como “Cidade Solidária” e de uma organização local para sedear o programa de reassentamento, que é um programa implementado da mesma maneira em várias cidades do mundo, está vinculada a esse período de auge da cidade.

Na América do Sul, fazem parte desse programa Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. São os chamados “países emergentes em reassentamento”. Os tradicionais são Canadá, Estados Unidos, e alguns países da Europa. “Pela proximidade da língua, pela cultura, nós procuramos deixar os colombianos aqui na América do Sul. Além de algumas famílias “africanas” – como disse Karin – o restante dos refugiados políticos no Brasil hoje são colombianos.

Quando há uma solicitação de reassentamento, é formada uma comissão também tripartite, que viaja e permanece no local onde o candidato se encontra por aproximadamente uma semana, conversando com ele. “Não há como provar a história de cada um. O relato deles é a própria prova, então são feitas várias entrevistas um pouco para checar as informações que estão prestando”. Posteriormente, tem lugar uma reunião do Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE), durante a qual cada caso é avaliado individualmente, considerando que condições essas pessoas têm de se integrarem à sociedade brasileira e que parte do país seria a mais adequada. Há reassentamentos na região nordeste, nos estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal. “... é de acordo com sua vocação, se é rural, urbana, calor, frio, área litorânea. A gente faz uma distribuição regionalizada conforme suas vocações”. A partir desse momento, as ONGs responsáveis em cada estado ou região começam a preparar a estrutura necessária para receber as famílias de refugiados. Interessante é

ressaltar que dificilmente se dá acolhida a uma única pessoa de um grupo familiar; o programa de reassentamento procura sempre trazer toda a família de uma única vez. “A integração somente acontece quando toda a família vem junta”.

Segundo Karin, os refugiados recebem a Declaração de Refugiado do CONARE. Com ela, cadastram-se na Polícia Federal. “Depois que faz o RNE⁴¹, em 24 horas se faz toda a documentação deles”. Porém reconhece que o RNE demora em chegar:

Aquele protocolo fica um tempão, é demorado. Essa é uma coisa que não se conseguiu resolver ainda. O sistema da polícia é antigo, burocrático, mas eles já estão trabalhando para agilizar o processo. De seis em seis meses, de ano em ano, eles vão lá e renovam o RNE. Eles não têm encontrado dificuldade nenhuma nisso

E continua: “Com o RNE se faz o CPF. No Brasil, tendo CPF se faz todo tipo de documento, cartão de crédito, conta em banco...”

Cidades pequenas são as privilegiadas pelo programa, desde que tenham uma boa estrutura de saúde e educação públicas.

Todos os serviços que o estado brasileiro oferece estão abertos aos refugiados [...] as cidades pequenas são preferidas porque a comunidade local é muito importante. O reassentamento somente acontece quando as pessoas que chegam são acolhidas, acomodadas naquela comunidade.

Os parceiros na localidade têm uma função primordial e, entre eles, há entidades da Igreja e indivíduos que mantêm uma relação estreita com ela e com a vida política e social da cidade.

O reassentamento é, nas palavras de Karin, um programa caro, porque cada caso é um caso e demanda um trabalho personalizado:

Ensinamos coisas práticas da vida. Na realidade, essas pessoas vão começar uma dinâmica diferente na vida deles, né?, então ensinamos coisas como dinheiro, moeda, a organização social e política, as leis, leis trabalhistas, direitos

⁴¹ “Registro Nacional de Estrangeiro”. Documento de identidade do imigrante estrangeiro no Brasil.

da criança e do adolescente, as questões de gênero, como pegar ônibus, administrar dinheiro... eles recebem uma ajuda, uma bolsa mensal e esse dinheiro tem que durar todo o mês. Nós pagamos o aluguel, uma ajuda para luz, uma ajuda para gás e uma ajuda para subsistência, comida. Dá mais ou menos dois salários mínimos, assim... mais ou menos. Varia porque cada cidade tem um valor de aluguel diferente.

Quando perguntei se havia um perfil das pessoas que se candidatavam ao programa: “nós não escolhemos, pegamos o pacote inteiro”. Quando perguntei sobre os colombianos: “nos não dizemos ‘agora esqueçam tudo que vocês viveram, mas eles por muito tempo não querem falar, nem lembrar nada.... não querem conhecer outros colombianos ...”. No Rio Grande do Sul, havia 65 colombianos na condição de refugiados reassentados à época da pesquisa em Porto Alegre. Todos eles estão espalhados nos diversos municípios do interior do estado.

Ao indagar sobre conflitos entre os refugiados estrangeiros e a sociedade local:

Não. O que houve foram alguns casos de violência doméstica. Aí entra também a questão cultural, né?, a cultura latina... um cara mais machista e tal... até aceitar que aqui o papel da mulher na família é diferente... cada sociedade se organiza de um jeito e aqui a questão do gênero é muito trabalhada. Tem Delegacia da Mulher, Coordenadoria da Mulher, tem várias ONGs. A integração tem níveis muito variados, até cair a ficha....

A ASAV faz visitas periódicas aos refugiados, que se espaçam com o tempo. Nas primeiras visitas, procuram ver como se vão “adaptando” à nova vida, depois começam a ajudá-los na procura de emprego.

Dentro do território nacional, eles podem se movimentar livremente. Para ir a outros países, precisam de uma autorização do CONARE, válida por um tempo determinado. Devem declarar aonde vão e com que dinheiro o farão. “Uma hora depois de cumprido o prazo, eles perdem o *status*. Se eles vão viajar e somem, é porque não precisam mais de proteção, então estão fora do programa”.

4.3 AS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES

Há em Porto Alegre, várias associações de imigrantes; todas elas têm uma atuação reduzida e fechada dentro de seu próprio círculo. Os poucos imigrantes que participam destas associações de corte nacional, são pessoas já estabelecidas na cidade há algum tempo,. A procura por estas associações em Porto Alegre por parte de recém chegados não é muito freqüente. Trarei a seguir de algumas delas

4.3.1 A Casa da Amizade Brasil – Uruguai e os Comitês frenteamplistas “La Redota”

A uruguaia é a coletividade estrangeira mais numerosa no Rio Grande do Sul. A casa da amizade Brasil-Uruguai (CABU) tem como objetivo promover um intercâmbio cultural entre os dois países e a preservação dos costumes de origem entre os imigrantes uruguaios em Porto Alegre.

Quando a CABU foi fundada, não se podia ainda militar politicamente, pois ambos os países passavam por períodos ditatoriais. *"nosotros consideramos que la casa fue siempre el primero frente de masas de uruguayos de todas las tendencias políticas, principalmente de izquierda"*, disse Sandra, uma das minhas interlocutoras. Posteriormente, soube que todos os membros da CABU eram membros do Partido Comunista de Uruguai que haviam tido que fugir após uma emboscada preparada pelos militares onde vários de seus colegas morreram.

Em princípio, todos os membros do comitê "La Redota" são membros da CABU, mas o contrário supostamente não acontece. Digo supostamente porque em todas as reuniões da CABU das quais participei, só encontrei membros dos comitês “La Redota” Reunem-se semanalmente, alternando uma reunião do comitê e uma da CABU. As reuniões têm lugar em um pequeno

apartamento cedido em uma zona central de Porto Alegre. Há uma taxa de inscrição de R\$ 5,00 e uma mensalidade de R\$ 2,00, tendo ambas mais um caráter de contribuição voluntária do que obrigatório.

nosotros queremos hacerlo lo más abierto posible, y para que sea abierto, vos no podés tener una institución formada en que el primero empecillo sea la cuota para la persona poder participar. Hay mucha gente que no tiene trabajo que igual es socia y no le cobramos, o sea, mientras la persona no trabaja no se le cobra, entendés" , disse Mariza, outra das minhas entrevistadas.

Trazidos pela CABU, muitos artistas, especialmente cantores uruguaios, vieram a Porto Alegre, todos eles pessoas que conquistaram ou reafirmaram o reconhecimento do povo uruguaio desde o exílio ou mediante seus posicionamentos políticos.

A CABU configura-se, assim, como uma entidade sem vínculos político-partidários explícitos; porém, talvez em função de sua relação estreita com o comitê "La Redota", e do fato de que a grande maioria dos imigrantes uruguaios em Porto Alegre tem tendências políticas definidas como esquerdistas, está imbuída de um partidarismo político de esquerda. Disse Sandra: *"Ella tiene su peso político, tiene su importancia. Hay mucho cuidado con la representatividad y cuidado con el uso que se puede hacer de la casa de la Amistad"* e *"Nosotros ya hicimos reuniones con Olivio, con Tarso ..."*. E ainda: *"la casa de la amistad es una reliquia de los uruguayos; creo, si, que ni todos los uruguayos están integrados."*

De fato, quando iniciei minhas visitas à CABU, os membros estavam engajados principalmente em duas tarefas: o caso Cordero e a instauração de um "Consejo Consultivo" do "Departamento Veinte", uma iniciativa do governo uruguaio do "Frente Amplio" de estabelecer vínculos com as coletividades de uruguaios no exterior.

O caso Cordero

O Coronel Manuel Cordero é um torturador uruguaio responsável pela morte de políticos uruguaios durante a ditadura, tornando-se posteriormente um

fugitivo da justiça uruguaia e Argentina por apologia à tortura. Casado com uma cidadã brasileira, foi descoberto morando na cidade de Livramento, mas, naquele momento, encontrava-se em São Paulo. A CABU manifestou seu repúdio ao pedido de exílio ao governo brasileiro de M. Cordero, que se dizia perseguido pela esquerda uruguaia, mediante o envio de correspondência aos Ministérios da Justiça e de Relações Exteriores. O receio de que fosse acolhido pelo Brasil baseava-se em que o governo brasileiro não extradita ninguém que possa vir a ser condenado a mais de 30 anos de prisão ou à morte. Após passar por várias instâncias, a CONARE rejeitou o pedido de exílio de Cordero.

No momento em que se decidia o futuro do torturador, fazia pouco tempo que havia iniciado meu trabalho de campo junto à CABU e aos comitês e sabia que era visto com receio pela maioria dos membros. Por isso, Esta história teve, curiosamente, uma importância fundamental para minha inserção como pesquisador na CABU. Quando, durante uma reunião da CABU, uma das integrantes deu a notícia que, finalmente, havia sido negado o pedido de auxílio político a Cordero, sorri, talvez um tanto exaltado, porém impensadamente; eu havia vivido a ditadura uruguaia, uma boa parte de minha família havia sido presa e tido que se refugiar no exterior, portanto tinha bons motivos para ficar contente com a decisão do governo brasileiro. Foi meu sorriso exaltado que fez com que as atitudes de vários integrantes, os quais notoriamente guardavam um certo receio, certamente fundamentado, da minha presença nas reuniões, mudaram repentinamente sua atitude em relação a mim. Aquele ato impulsivo granjeou-me a confiança deles. Essa forma de 'entrar no campo' remeteu-me à situação narrada por Geertz (1997), na qual uma inesperada fuga de uma manobra policial, junto aos outros habitantes do vilarejo propiciou não apenas sua entrada em campo mas também um *insight* sobre o ethos da população daquele vilarejo. Nas palavras do autor:

[...] and perhaps, most important of all, it put me very quickly onto a combination of emotional explosion, status war and philosophical drama of central significance to the society whose inner nature I desired to understand. By the time, I felt I had spent as much time looking into cockfights as into witchcraft, irrigation, caste or marriage. (Geertz, 1973)

Aquele ato involuntário mostrou-me a centralidade da questão política para o grupo, como toda relação de confiança no "outro" passava necessariamente por uma identificação entre as posturas políticas de ambos e, sobretudo, a importância de uma posição anti-militarista de longa data, a qual descobriria posteriormente que era uma das fontes de desavenças entre os comitês.

Durante os períodos ditatoriais brasileiro e uruguaio, antigos e novos militantes uruguaio congregavam-se em reuniões de caráter político clandestino e sem estatuto de comitê, em alguns bairros de Porto Alegre. Cientes de estarem exercendo uma atividade que era proibida a ambos os lados da fronteira, o receio em relação aos recém vindos permeava as reuniões. Vários relatos escutei sobre suspeitas, muitas vezes confirmadas, que recaíam sobre compatriotas recém chegados e que diziam querer participar das reuniões,: *"Y vino diciendo que lo había mandado este y aquel y cuando mete la mano en el bolsillo se le cae un carnet del ejército uruguayo"*, conta Sandra.

Após a abertura democrática uruguaia em 1985, muitos retornaram ao Uruguai e outros tantos permaneceram no Brasil. Destes, muitos passaram a integrar um comitê partidário que inicialmente fazia parte da CABU. Quando os comitês do exterior foram reconhecidos oficialmente pelo "Frente Amplio" em 1999, "La Redota" assumiu publicamente seu nome. Formou-se então, mediante uma assembléia, um único comitê, com sede em Porto Alegre. Durante este ano de 2006, o governo frenteamplista uruguaio concedeu ao comitê "La Redota" o *status* de Comitê de Base.

Alguns anos atrás, não sei precisar especificamente quando, o comitê inicial sofreu uma ruptura em função, segundo me foi informado, das dificuldades de uruguaio residentes na região metropolitana de se reunir semanalmente em Porto Alegre; surgiu assim "La Redota Vale dos Sinos", sediado na cidade de Novo Hamburgo. Posteriormente uma nova cisão deu origem ao comitê "La Redota Almada", que se reuniu durante algum tempo no salão paroquial da Igreja da Pompéia, sede do CIBAIMigrações, Esta segunda cisão foi consequência de desavenças pessoais entre os membros e de

posicionamentos políticos diferentes. Alguns depoimentos indicam que a cisão foi motivada, se não totalmente ao menos em parte, pelas diferenças de experiências entre os membros. "*ellos nos llaman los históricos*", me disse Mariza. Os membros que permaneceram no comitê original eram pessoas comprometidas de alguma forma com a luta contra a ditadura no Uruguai antes de ter que abandonar o país, enquanto os dissidentes começaram sua militância já morando no exterior.

Haver sido preso e torturado no Uruguai, haver corrido riscos e haver tido que abandonar tudo para fugir acrescentavam capital social nas reuniões de uruguaios em Porto Alegre. Isso ficou bastante evidente durante uma reunião com o chanceler uruguaio, que teve lugar em um dos salões do CIBAI Migrações. O objetivo daquela reunião, da qual participaram os três comitês "La Redota", tinha por objetivo detectar a disponibilidade da coletividade uruguaia na cidade para integrar o Departamento 20. Foi uma reunião com um marcado caráter político, já que pela primeira vez o Uruguai estava tendo um governo de esquerda. Entretanto, as rivalidades entre os membros dos três comitês ocuparam uma boa parte da reunião.

Assim, existem hoje três comitês do "Frente Amplio" em Porto Alegre e região metropolitana, "La Redota Porto Alegre", "La Redota Vale do Sinos" e "La Redota Almada".

Entretanto, as diferenças entre os três comitês "La Redota" parecem ir além da história de suas militâncias.

Yo no sé quienes son los que militan en los otros comités; puedo decirte con seguridad, y nadie me lo puede desmentir, que nuestro comité es el mas numeroso. Eso se refleja en las fiestas nuestras, a las fiestas nuestras van más de cien personas siempre. Cuando hemos ido a votar somos los que llevamos más ómnibus.

Sabem, sim, quem são os militantes dos outros dois comitês, pois por motivos organizacionais e, em função de eventos políticos, são levados a se reunirem com certa frequência. E, para tanto, é necessário manter um nível de retórica que seja capaz de não apenas debater as locuções dos membros dos outros grupos, mas, principalmente, adiantar-se a elas. Quando um membro de

um grupo pede a palavra, um membro combativo de cada um dos outros o fará também antes mesmo de que o primeiro consiga se pronunciar. Assim, há um jogo político entre os três comitês que gira em torno da questão da militância anterior ao golpe de Estado no Uruguai e, também, em torno de uma retórica que identifica cada facção.

O comitê "La Redota Porto Alegre" tinha, à época da pesquisa, 63 pessoas cadastradas e contribuintes, além de simpatizantes que não estão cadastrados mas que participam de suas atividades. Reúnem-se semanalmente para se manter a par das notícias da vida política e social do Uruguai e analisar artigos de jornais uruguaios e documentos enviados pelo comitê central do "Frente Amplio" em Montevideu, e enviam representantes às reuniões plenárias do partido.

Sempre que há eleições no Uruguai, organizam as viagens de compatriotas para ir votar. O comitê costuma alugar ônibus para reduzir os custos da viagem e garantir que o maior número possível de uruguaios possa votar. Em 1984, durante as eleições que marcaram o fim da ditadura, 21 ônibus foram alugados pelo comitê para levar votantes a Montevideu. Nas eleições presidenciais de 2004, 14 ônibus saíram de Porto Alegre rumo a Montevideu. O resultado das eleições foi de 51% para o "Frente Amplio" e segundo me contara uma uruguaia que foi votar na caravana que partiu de Porto Alegre, falava-se no Uruguai que o "Frente Amplio" havia ganho as eleições no primeiro turno graças ao grande contingente de uruguaios que vieram do exterior para votar. *"Cuando volvíamos, las personas nos golpeaban en el ómnibus y agradecían"*.

A diretoria do comitê reúne membros de todos os partidos que formam a coalizão. *"Tenemos miembros de nuestro comité que pasaron por torturas."* Ha também ex –tupamaros. Disse Mariza:

Yo te voy a poner en contacto con ellos; creo que no va a haber problema, porque nosotros siempre hablamos abiertamente las cosas y si cuando los milicos estaban el en poder no nos escondíamos no va a ser ahora que nos vamos a esconder.

Porém, há restrições: *"referente a la documentación somos muy*

reservados; las mostramos pero hay cosas que no dejamos xerocar ". E continua:

Nosotros pensamos que las democracias nuestras son muy 'fracas' y ahora está todo bien, lindo y maravilloso, pero después viene un golpe militar de nuevo, entonces hay documentación que vos no las podes hacer pública; tenés que tener un poco de reserva en ese sentido" e ainda: "los países nuestros continúan gobernados por un poder económico que viene de afuera, ¿no?, cuando digo nuestros países digo toda América Latina. E: "nunca estamos libres de que pueda venir un nuevo golpe militar, en cualquiera de nuestros países, porque las democracias son frágiles.

Existem comitês de base no mundo todo. "El que está más organizado es el de Argentina" e: "Nosotros no tenemos conocimiento de que haya em San Paulo pero debe haber, porque las veces que hicimos las mayores campañas para llevar uruguayos a votar, han venido gentes de otros estados". Há um site do comitê, atualmente em reforma, e um site da CABU, além do jornal mensal "A Folha Oriental", sob a direção de Fabián, um uruguaio professor de espanhol que fez o curso de mestrado em letras na UFRGS.

O termo "Redota" originou-se na época artiguista, "los que batallaron por nuestra independencia, los gauchos nuestros, no pronunciaban bien la palabra, entonces en vez de decir derrota, decían redota", conta Mariza. E explica ela que o termo remete ao "Éxodo del Pueblo Oriental", marco histórico da luta pela independência da Banda Oriental contra as forças espanholas e portuguesas, quando Artigas, prócere nacional, retira-se em caminhada ao longo do litoral do Rio Uruguai até atravessar para a atual província argentina de Entre Rios: "y el pueblo todo lo siguió en un exilio voluntario", conclui

Atualmente, os membros do comitê "La Redota Porto Alegre", além de algumas outras pessoas fazem parte dos Conselhos Consultivos do Departamento 20.

4.3.2 O Círculo Cultural Chileno

Foi fundado em 1998 com a intenção de congregar os chilenos residentes no Rio Grande do sul em torno das tradições chilenas. Não tem uma sede própria, mas sim tem personeria jurídica e um estatuto que regulamenta suas atividades. Aproximadamente 80 pessoas fazem parte do Centro, mas nem todos assistem à celebração anual da independência chilena, no dia 18 de setembro, na Paróquia da Pompéia. Um de seus fundadores, Leopoldo, de 62 anos de idade, era professor no Chile. Abandonou a profissão devido à pressão do governo ditatorial sobre os educadores, dedicou-se ao comércio e, como não teve sucesso, veio para o Brasil, ajudado por seu irmão que já morava em Porto Alegre. Conta ele como a questão política é um aspecto conflituoso do centro, já que, supostamente, o centro aceita pessoas de todas as tendências políticas, mas não se identifica com nenhuma. *“no es que nosotros no fuéramos políticos, sino que dentro del centro cada no iba a difundir su tendencia política.”* A maioria dos chilenos que estão no Brasil hoje, lembra Leopoldo, vieram depois da década de 70, por causa da ditadura de Pinochet. Entretanto, *“habían otras personas que no eran de izquierda y no querían se juntar con los que eran de izquierda”*. E continua: *“Cuando había algún tipo de fiesta, siempre existía algún tipo de briga, alguna cosa que desunía en vez de unir”* Leopoldo foi a única pessoa do Círculo Cultural Chileno que conseguiu entrevistar, embora tenha entrevistado varios outros chilenos que nao fazem parte dessa entidade.

O Centro cultural Chileno cadastrou, no Rio Grande do Sul, em torno de 900 chilenos, mas supõe que existam entre 300 e 500 outros chilenos que:

[...] no quieren dar la cara, gente que quedo tan choqueada por el asunto político, que no quieren ni saber de Chile, y otra gente que se vino por motivos políticos, o otros motivos, y que aqui hicieron una vida nueva, agarraron mujer y se olvidaron de allá y no quieren ser encontrados.... por motivos políticos, todos fueron perseguidos, torturados.

Participei de uma celebração rememorando o golpe de Estado no Chile, que se celebra todos os 11 de setembro na praça Allende, em Porto Alegre. Este ato foi realizado pelo Círculo Cultural Chileno, y dele participaram também vários uruguaios do Comitê La Redota Almada. No total havia umas 30 pessoas. Esse dia me dei por conta do alcance das desavenças entre os membros dos diferentes comitês “La Redota”; além de que somente acompanharam a celebração chilena os membros de um dos comitês, estes não me cumprimentaram, porque sabiam que eu era mais próximo do comitê “La Redota Porto Alegre”.

4.3.3 - O centro cultural Peruano

Foi oficialmente fundado em maio de 1996, por um grupo de ex-estudantes da Universidad Mayor de San Marcos, a primeira universidade da América do Sul. Segundo seu diretor, Carlos, um psicanalista de aproximadamente 50 anos de idade, suas atividades remontam a 30 anos atrás. *“encuanto tu no tienes una jurisdicción legal, parece que tu no existes”*, disse. E também: *“Lo que nos diferencia de otros centros peruanos de Brasil y de la realidad peruana, claro es que es un grupo formado por profesionales”*.

O Centro não tem uma sede própria. Segundo Carlos, embora calcule que mais de 1000 peruanos morem no Rio Grande do Sul, considera que não há público suficiente para manter uma sede própria, com todos os custos que isso implicaria. Os objetos como livros, filmes e revistas que são de propriedade do Centro estão atualmente em sua residência.

Desde seu início, o centro tentou estreitar os laços com o CIBAI Migrações e com outros centros de cultura latino-americana. O objetivo do centro é divulgar cultural e politicamente o Peru, embora sua política não seja partidária. *“trabajando culturalmente, nosotros vamos colocando nuestras ideas”*. Atuando dessa forma conseguiram participar, enquanto entidade, de feiras como a Expointer, a Feira do Livro, o Forum Social das Migraciones, etc. Dentre os projetos mais caros ao Centro Cultural Peruano e a criação, junto à

Prefeitura de Porto Alegre, da “Feira da Cidade Antiga”, a qual foi inicialmente aberta para todas as “etnias latino-americanas”. Conta Carlos que, desde que o Partido dos Trabalhadores perdeu o governo municipal, a feira tem perdido ímpeto. “*Em este momento somos sólo nosotros, los peruanos*”. O Centro Cultural Peruano manteve vínculos estreitos com a Prefeitura de Porto Alegre durante o governo municipal do Partido dos Trabalhadores e os mantém ainda com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Não todos os filiados ao centro são peruanos e é esse outro de seus diferenciais; “*Si hablas de Uruguay, Chile, Perú, estas hablando de todos*”. E ele continua:

Nos impresionaba que el pensamiento de la intelectualidad porto-algrense es totalmente europeizante. Los intelectuales brasileiros viven de espaldas para América Latina, Com los ojos em Europa y queriendo ser norte-americanos.

Atualmente, Carlos dirige a Casa Latino-americana. Um pequeno lugar de encontró no bairro Bom Fim. O local é cedido e funciona como um pequeno restaurante de comidas “latinas”. Este local foi fundado em 2010, abre todos os dias, e não é frequentado por muitas pessoas. A decoração do local inclui artesanato e algumas bandeiras. A bandeira de Cuba tem um lugar de destaque. Interessantemente, o dia das eleições no Brasil, o local foi lugar de encontro de pessoas que se reuniram para esperar o resultado definitivo das eleições, e comemorar o triunfo da Presidente Dilma Rouseff.

O Centro Cultural Peruano realiza um jantar / festa mensalmente em um CTG no parque da Harmonia. Quando fui pela primeira vez, chamou-me a atenção que a heterogeneidade do público e da música. Havia pessoas conhecidas minhas de diversas nacionalidades e a música não era somente peruana ou andina. Uma banda de músicos composta por pessoas de diversas origens tocava guayno, salsa, cumbia, merengue, candombe, samba e até rock and roll. Carlos, organizador responsável pela festa, conta como a popularidade da “festa dos peruanos” foi uma conquista a longo prazo, que nunca objetivou tornar-se uma festa aberta ao grande público senão o que ela é hoje, uma reunião de entre 100 e 200 pessoas onde um amigo leva outro amigo. Todo aquele que viaja ao Peru, de praxe, traz temperos para o jantar da

feira, além de livros, jornais e outros objetos para contribuir com a comunidade.

Carlos foi um dos psicólogos que, alguns anos atrás, deu atendimento no CIBAI Migrações. Embora suas relações com os padres daquele momento, Joaquin e João, tenham sido um tanto estreitas, Carlos mostrou-se bastante crítico e desconforme com as atividades e política da entidade. Considera que o CIBAI Migrações é assistencialista demais, que algumas pessoas tiram vantagem dessa política, que as pesquisas que o CIBAI Migrações promove são todas semelhantes - de cunho quantitativo sem aprofundar nos processos de ascensão social ou empobrecimento dos estrangeiros na cidade - e que falta um comprometimento menos cauteloso que leve a questão migratória para fora do circuito de migrantes. E acrescenta: *“A veces parece que nosotros estamos más interesados en que nos procurem que o estrangeiro en procurar ayuda”*

Existe em Porto Alegre o Círculo Argentino, o qual não parece ter uma boa reputação frente às outras associações de estrangeiros. Eduardo, um dos antigos secretários do CIBAI Migrações, disse: “eles não têm nada a ver conosco; são gente de outra classe”⁴². Leopoldo, que além de membro do Centro Cultural Chileno é membro ativo do CIBAI Migrações e Presidente do Conselho Paroquial da Paróquia da Pompéia, contou que o Círculo Argentino estava formado por *“grandes empresarios y comerciantes”*, e não mantém contato com pessoas de fora desse estrato social.

4.4 - O GRUPO DE APOIO A IMIGRANTES E REFUGIADOS (GAIRE)

O GAIRE faz parte do Serviço de Atendimento Jurídico (SAJU) da UFRGS e existe desde 2008. O nome do grupo era inicialmente GARE, e seu trabalho estava restrito aos refugiados. Em outubro de 2009, em função da

⁴²De outra classe social, ou seja, gente com maior poder econômico.

pouca demanda, conforme disse-me uma das integrantes, buscou aproximar-se ao tema dos imigrantes também. Foi, como disse minha interlocutora, um processo longo e difícil, porque não todos os membros do então GARE concordavam com a proposta e, além do mais, aproximar-se do tema migratório implicava atuar na área do direito cível, diferentemente do tema dos refugiados que exige uma aproximação desde o direito internacional. Alguns dos membros fizeram então os contatos iniciais com o CIBAI Migrações.

Está atualmente composto por três advogados recém formados na UFRGS, dois antropólogos –eu e um colega que, como eu, é também membro do NACi-, e estudantes de direito, psicologia, relações internacionais e ciências sociais. Ingressei lá em agosto de 2011, com a intenção de colaborar com o grupo y de conhecer mais de perto como era o atendimento jurídico em Porto Alegre, já que os acordos bilaterais assinados pelo Brasil com Argentina e Uruguai supostamente facilitavam a regularização migratória. Foi alí que pude ver com mais clareza que a questão dos documentos para os estrangeiros não se limita à regularização. A pesar de serem poucos os casos atendidos no GAIRE, eles são bem diversos entre si. Vou mencionar alguns:

Seu Hugo é um imigrante uruguaio de mais de 70 anos de idade que nunca se regularizou. Sua esposa e também uruguaia e tampouco o fez. Vivem dos trabalhos como pedreiro que Seu Hugo realiza de forma autônoma e até algum tempo atrás, recebiam uma assistência por parte do governo Federal. Quando o governo descobriu que Seu Hugo não era brasileiro nem estava em situação regular, cortou essa ajuda. O GAIRE tentou ajudá-lo a se regularizar para que pudesse voltar a receber a assistência do governo. Entretanto, o GAIRE erradamente solicitou a nacionalização de Seu Hugo ante a Polícia Federal, ao invés de sua regularização migratória, e esta lhe foi negada. Simultaneamente, a agente da Polícia Federal deu uma informação equivocada referente aos prazos e depois de dois anos, Seu Hugo continua em situação irregular e sem receber ajuda do Estado. Irado, Seu Hugo pediu ao GAIRE que lhe fossem devolvidos os documentos que havia entregado, e o fez através do padre Joaquin do CIBAI Migrações. “*Mi esposa piensa que le estoy mintiendo*”, disse ele angustiado. Finalmente, pedido de desculpas mediante, o GAIRE

retomou a tramitação da regularização de Seu Hugo. Atualmente, o caso de seu Hugo está em vias de ser resolvido da maneira esperada.

Outro caso diz respeito a John Jairo, um refugiado que deseja continuar seus estudos em História iniciados em seu país. Como John Jairo não tem domínio da língua portuguesa, tampouco tem as condições necessárias para fazer o exame vestibular. O GAIRE iniciou os trâmites solicitando o ingresso à UFRGS por uma via extra vestibular, mas as solicitações de documentação referentes aos estudos secundários de John Jairo esbarram na necessidade de manter-se em sigilo no Brasil. Ele havia sido ameaçado de morte em seu país, conseguido o *status* de refugiado em outro país latino-americano e reassentado no Brasil pelo Programa de reassentamento do ACNUR. Entrei em contato por e-mail com John Jairo, apresentando-me como membro do GAIRE e recorrendo ao fato de haver morado no seu país, ao que ele respondeu com um e-mail ao GAIRE perguntando se, de fato, eu era quem dizia ser. John Jairo conseguiu ingressar a outra universidade federal, através do programa de Vestibular para Refugiados. O GAIRE propôs-se, como meta, solicitar à UFRGS a criação de um programa semelhante.

O GAIRE elaborou uma cartilha com os direitos e deveres dos estrangeiros no Brasil, segundo o Estatuto do Estrangeiro. As dificuldades encontradas no processo de sua elaboração, decorrentes em parte da falta de conhecimento sobre os diferentes *status* migratórios, assim como os erros cometidos com o processo de Seu Hugo, mostram que o grupo está aprendendo a lidar com o fenômeno migratório, mas de uma forma muito lenta. Isso se deve a alta rotatividade de seus membros, já que por serem pessoas muito jovens que estão em busca de caminhos para seu futuro profissional, ninguém permanece no GAIRE mais do que um ou dois semestres.

O GAIRE começou o ano de 2011 com bastantes planos de trabalho. O CIBAI Migrações encaminhou várias situações que deverão ser abordadas pelo GAIRE e resolvidas na medida do possível, num prazo curto.

As declarações de um dos seus coordenadores, quem teve que abandonar o grupo por questões de trabalho, deixam claro que pode estar se perfilando um grupo que vai além do atendimento pontual. Ele disse algo

assim: “Eu estou muito feliz porque sempre esperei ver no GAIRE aquilo que estou começando a ver agora, um grupo com uma orientação política”.

4.5 NARRATIVAS IMIGRANTES EM PORTO ALEGRE

Sendo o universo da mediação bastante restrito em Porto Alegre, a grande maioria dos imigrantes conhece mas não participa, ou participa muito esporadicamente, dele. Por isso, trago neste ponto, a narrativa de um dos 13 interlocutores que entrevistei na cidade. Andrés, é um dos imigrantes uruguaios que esteve várias vezes no CIBAI Migrações e nas reuniões da CABU mas nunca se vinculou a nenhum deles. Minha intenção é mostrar a distância que existe entre o universo da mediação e os próprios imigrantes.

À época da pesquisa, Andrés administrava uma lanchonete no bairro Cidade Baixa. Juan, seu ex-sócio e também um sujeito desta pesquisa, a quem entrevistara alguns meses antes, sugeriu-me que o entrevistasse “*Hace poco que me lo presentaron, pero es muy muchacho muy bien, muy trabajador*”, dissera Juan. Entretanto, foi somente quando uma amiga uruguaia em comum me acompanhou e apresentou a Andrés que lhe falei sobre meu trabalho e lhe perguntei se me permitia entrevistá-lo: “*Yo tenía miedo cuando Juan me dijo, e inclusive él trato de disfrazar todo lo que te dijo.*”

Andrés é uruguaio, tinha 38 anos e estava no Brasil havia 2 anos. Como seu pai, é mecânico de automóveis. Ele e seu irmão herdaram do pai uma pequena oficina em Montevidéu:

*Con la parte que me tocaba a mi y una parte que me prestó una persona amiga compré el ómnibus*⁴³. *Ganaba bien; se trabajaba mucho pero ganaba bien. Pagaba el préstamo hasta que el dólar duplicó, más que duplicó. Cuando yo compré estaba a 12 y después pasó a estar a 30. Me daba bien para pagar una cantidad x; apretado pero vivía. Después, o pagaba o vivía. Hablé con la persona y me dijo: ‘Bueno pagame menos; y laburaba.. y laburaba todo el día. Yo trabajaba en el ómnibus, me levantaba a las tres de la mañana. Después que largaba el ómnibus me iba a trabajar en el taller de un amigo,*

⁴³ Vale ressaltar que o transporte coletivo em Montevidéu é cooperativizado, e cada ônibus, pertencente a uma companhia, tem um dono.

*chapeamento y mecánica. Llegaba a casa a las 9 o 10 de la noche. **Todos los días lo mismo, así todos los días.** [...] Sacando las cuentas, iba a estar en ese ritmo ocho años más o menos, para pagar las deudas. Entonces decidimos... yo no tengo todavía,... pero yo puedo conseguir la ciudadanía italiana, porque mi abuela era italiana. Y la Idea era irme para España, irme a trabajar allá. Pero la Idea de irme a Europa no me gustaba, yo prefería venirme para Brasil.*

Falou com um amigo seu que morava em São Paulo havia um ano e importava peças para motos, em parceria com um exportador também uruguaio nos Estados Unidos:

*El está bastante bien, lo que pasa es que el loco había venido con plata. Me dijo: "mirá, si querés venirme para acá podés quedarte en mi casa hasta que consigas algo". Pedí una licencia especial en el ómnibus, podía tener hasta tres meses de licencia. Lo encaré mal. Salía a buscar trabajo con el bolso, me iba de taller en taller "soy mecánico, soy uruguayo" "¿tiene papeles?" "No". Estuve 15 días mal, porque no conseguía. Me fui deprimiendo. En todo el tiempo de casado, ahora hace 15 años, pero en aquel momento hacía 13 años de casado, nunca me había separado de mi mujer y mis hijas más de dos días. Empecé a extrañar, extrañar como loco; lloraba. Aparte la decepción, ¿viste?. Y el loco, macanudo, me dió un lugar, pero me hacía sentir que yo estaba sobrando, ¿viste? El loco tenía un nivel de vida que yo no podía bancar. Entonces me fui deprimiendo. Y yo no llevé plata, llevé poca plata y claro, yo tenía que ayudar en todo lo que ellos gastaban. Yo, por mi, comía arroz, pero ellos no, ¿viste?. Él estaba bien, **es que acá tenés que tener contactos. El loco era judío, y viste que los judíos se ayudan. Él encontró otro judío que no se si era uruguayo o brasilero y le hizo un contrato de trabajo y él así podía entrar y salir.** Y después puso un negocio a nombre de él. Él no me quiso explicar mucho como era la situación. Él iba todos los meses de avión a Uruguay, pasaba un fin de semana y volvía. "me llamaron de Uruguay, tengo que volver", le dije, era mentira. Y él me dijo: "Cuando vuelvas a Uruguay y veas la mierda que está te vas a querer volver para acá" Y Bueno, a los tres meses me volví. Llegué a Uruguay, volví a trabajar en la empresa y estaba en la misma Seguía trabajando mucho, las cuentas estaban ahí.*

Três meses depois, entrou em contato com outro conhecido que estava em Porto Alegre, e este também o convidou para ficar em sua casa, no caso de decidir vir morar nesta cidade. Veio três vezes a Porto Alegre, ficando poucos dias cada vez, sempre com a intenção de abrir uma oficina de automóveis. Foi ao consulado brasileiro para se informar sobre como obter documentos, mas era possível só com contrato de trabalho ou investindo no Brasil U\$S 100.000.

Posteriormente, essa quantia diminuiu para 50.000 dólares. A última vez que veio, um dos sócios da lanchonete estava vendendo sua parte e Andrés ofereceu-lhe comprá-la: *“Hicimos el negocio medio a las corridas, solo de boca, ¿viste?”*

Passou seis meses indo e vindo e três meses morando na loja para poupar o dinheiro do aluguel: *“Los primeros 15 días, um mes, son horribles, especialmente los fines de semana”*. No primeiro mês, a esposa veio a Porto Alegre; no segundo, ele foi a Montevideú; no terceiro, ela e as filhas vieram a Porto Alegre: *“Después vino mi madre, viste, y así lo iba llevando, hasta que vinieron, se quedaron”*.

Estudou até o primeiro ano do segundo grau no Uruguai, depois estudou mecânica e começou a trabalhar com o pai. Também era jogador de um time de futebol. A oficina que herdou do pai era em parceria com o irmão e um outro mecânico: *“50 años mayor que nosotros”*. A parceria não deu certo e teve que fechar. Atualmente, o irmão é funcionário de uma firma, mora com a mãe:

*[...] no paga alquiler, banca la casa, ¿viste?. No gana mal, no gana bien, pero él tiene otra manera de pensar que yo. Yo no quiero ser rico pero quiero tener una vida relativamente buena, ¿viste? Poder darme los gustos; no me quejo porque tengo trabajo, nunca me faltó comida, mis hijas no estarán de lujo vestidas pero... nunca les faltó nada. **Yo quería trabajar y darme los gustos en la vida,. No se, me gusta ir a la playa, me gusta pescar, me gustan las carreras de autos. Allá cada día es cortando algo**, viste? Cuando empecé a trabajar en el ómnibus, se me cortaron todas las salidas, porque en el ómnibus no tenés día, trabajas sábado, domingo, feriado. Cuando yo tenía 15 o 16 años nunca pensé que iba a trabajar tanto en mi vida. Nunca me gustó trabajar, pero era obligado. Y acá lo mismo. Abro, cierro, estoy 16 o 18 horas acá adentro. Eso es jodido. Era lo que yo no quería allá. Economicamente no estoy mal. No estoy bien, pero no estoy mal. Puedo pagar las cuentas. En compensación, no estoy con mis amigos, mi familia. Tengo un sobrino chiquito que no lo estoy viendo crecer porque estoy lejos. Elegí Porto Alegre porque acá, em 12 horas estás en Montevideo. A mi siempre me gustó Brasil. Hace 10 años se me antojó estudiar portugués, estudié portugués. No se por que, porque yo no pensaba... yo reclamaba de la gente que se iba de Uruguay, decía: “hijos de putas, hay que quedarse acá luchando”, hasta que un día me toco a mi. Cuando empezás a extrañar te olvidas de lo mal que pasaste. Después pensás ‘yo acá invertí mucho menos de lo que invertí en el ómnibus y gano bastante más. Ahora estoy ganando menos de lo que ganaba cuando llegué, porque la situación bajó, está peor... **vos sos extranjero, te tratan bien, pero te hacen sentir que sos extranjero, ¿viste?. Allá me dicen***

Lula mis amigos, porque vivo em Brasil. Allá soy brasilero y acá soy uruguayo. Entonces como que perdés... acá no es tu lugar y allá tampoco es. Cuando voy para allá, donde yo vivía antes ya no puedo vivir. Tengo la casa de mi vieja, de mi suegra, lugares para ir tengo montones, pero no es mío, no es mi lugar. Y tá, acá si tengo mi apartamento que alquilo, pero ... pero no es mi país. Es una situación complicada. Y están las gurisas también, la menor, ella se adaptó rápido, habla como si fuera brasilera, pero extraña. A la grande le costó más, pero ahora tiene amigos. Está haciendo danza, le va super bien en el colegio. Está a full, activa y bueno... hace concursos y cosas que allá no puede hacer.

As filhas têm 15 e 11 anos, estudam em uma escola pública: “*Teniamos miedo por el idioma*”. E continua a falar sobre a família:

Mi mujer tiene una carrera, se mató estudiando. Ella es enfermera, después empezamos a pagar um curso privado porque lo público allá viste como es?, tenés que dedicarte sólo a estudiar. Pagamos un curso privado para que pudiera recibirse de nurse y cuando se recibió le pagaron 1.000 pesos más. Pasaba tres o cuatro meses sin cobrar... y bueno, ahora está aquí deperdiciada, viste, está haciendo los rellenos para los pasteles, viste, pudiendo tener un buen empleo, porque acá no es fácil llegar a lo que ella llegó allá, pero como no tiene documentos. Estuvo trabajando en una casa de salud y le pagaban dos bintenes y le hacían laburar como una negra. Le dije, “no, quedate acá ayudándome a mí”. Ella quería seguir en lo de ella, es una mujer que siempre quiere mejorar, estudiar, y ahora está trancada. No habla nada portugués. No se siente bien, extraña a la familia. Yo tengo amigos acá, hice amigos, ella no. Todos los fines de semana voy a jugar al futbol con amigos, charlo con unos, salgo con algún amigo, ella no, y eso se extraña, cuando estás lejos.

Todos os amigos de Andrés son frequentadores da lanchonete ou outras pessoas que trabalham no ramo e no bairro. Porém:

*Acá son amigos... conocidos. Creo que amigos tengo uno o dos, que también no son tan... porque para mi amigos están en las buenas, en las malas, y a estos los estoy recién conociendo, ¿viste?. **Los uruguayos que tengo acá... está la gente de La Redota que fui, que conozco, todo, pero no tengo una relación muy íntima. Yo en el tema de la política tengo mi manera de pensar y como que no estoy muy de acuerdo con ellos. ... fui a votar, a Tabaré⁴⁴. con la militancia, estoy medio decepcionado, mismo allá, ¿no?. Yo allá milité en el sindicato y el sindicato, en vez de luchar por cuestiones sociales, estaba todo partirizado. Dividido***

⁴⁴Tabaré Varquez, presidente uruguaio aleito em 2005, da coalição de partidos de tendência de esquerda Frente Amplio.

en fracciones políticas, y eso a mí no me sirve... a pesar de que me considero de izquierda no tengo una tendencia política de un partido. Yo, trabajando en el transporte, tuvimos varios problemas con la intendencia de Arana⁴⁵, Arana no sirve para nada, estaba todo lindo en Montevideo, las plazas, todo, pero el transporte... siempre... habría que sacarle al transporte. A Tabaré⁴⁶ lo vote porque era lo menos peor que había... y era el Frente Amplio llegar al poder. Ahora acá no se reciben muchas noticias de como está, pero por lo que se, la gente que está allá en Uruguay, no está muy bien tampoco.

Andrés brigou com Juan, seu antigo sócio. Este último havia vendido sua parte da pastelaria a Andrés, mas como Andrés não tinha papéis, Juan figurava como dono e Andrés lhe pagava uma porcentagem. Juan começou a exigir cada vez mais dinheiro e, como Andrés deixou se aceitar, brigaram, inclusive fisicamente. Juan denunciou-o perante a Polícia Federal. Os agentes vieram à lanchonete, e o deportaram, levando-lo até a fronteira. Voltou, pois sua família e trabalho estavam em Porto Alegre, e não foi mais procurado pela polícia. Contou aos os membros de “La Redota” a traição de Juan: *“ellos lo llamaron y le dijeron `Acá no aparezcas más, no te queremos ver, porque hiciste lo único que un inmigrante jamás le puede hacer a otro, denunciarlo”*.

Em 2009 Andrés e sua família voltaram para o Uruguai. A narrativa de Andrés é interessante porque, além de mostrar os caminhos e possíveis caminhos da migração, estabelece também um contraste entre o discurso que leva em conta apenas a suposta pobreza dos imigrantes, manejado no CIBAI Migrações, e a multiplicidade de fatores e contingências que fazem parte da vida das pessoas, que fazem parte da tomada de decisões. A história narrada por Andrés nos mostra porque os imigrantes em Porto Alegre não participam nem se identificam com os mediadores, daí que sua atuação seja quase sempre pontual.

⁴⁵ Intendente de Montevideo do Frente Amplio Intendente: cargo executivo mais elevado dentro dos 'departamentos', unidades políticas em que está subdividida a República Oriental del Uruguay .

⁴⁶ Tabaré Vasquez, ex-presidente do Uruguai.

4.6 CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

Reduzir histórias de idas e vindas, de desejos, frustrações e conquistas, a um discurso sobre a pobreza ou a um discurso político partidarista dificulta que as organizações de mediação cheguem a ter eco entre os imigrantes e na sociedade porto-alegrense em geral.. O Padre João me disse em uma das entrevistas que realizamos, em espanhol: “*Los inmigrantes vienen aqui porque no tienen dinero. Los que tienen dinero buscan um abogado*”. Será que os imigrantes moldam a atividade do CIBAI Migrações ou, ao contrário, é o discurso do CIBAI sobre as migrações, centrado na pobreza como o elemento diacrítico da migração, que não permite que suas próprias iniciativas –oficinas de geração de renda, atendimento psicológico– criem raízes e que o debate sobre as migrações não exceda os limites da paróquia da Pompeia? Tratarei deste tema mais profundamente no capítulo 7.

Por outro lado, é impossível não notar a força das questões políticas na imigração em Porto Alegre. Apenas uma dos muitos imigrantes que entrevistei na cidade não diz ser “de esquerda” e não trouxe espontaneamente alguma frase sobre a política local ou de seu país de origem em suas narrativas sobre o processo de deslocamento. Posso afirmar, sem medo de errar, que a existência de partidos políticos locais mais alinhados com as noções universais de “esquerda” (PT, PSOL) servem de referenciais ideológicos na configuração do fenômeno migratório na cidade. O “Fórum Social Mundial”, o “Orçamento Participativo” e o festival de teatro internacional “Porto Alegre em Cena” colocaram a cidade no mapa das migrações possíveis, atraindo uma geração de pessoas que, em seus países, tinham também alguma experiência de trânsito entre formas “alternativas” de participação cidadã.

Entretanto, o distanciamento com as associações de imigrantes, também com um caráter político e “de esquerda” acentuado, persiste. Poderia-se pensar que se trata de uma questão geracional; a “esquerda” dos imigrantes recentes é diferente daquela que pregoam as associações de imigrantes, formadas por pessoas mais idosas e que migraram em contextos políticos diferentes, ou seja, no tempo em que seus países e o Brasil estavam sob

governos militares. Portanto, os imigrantes recentes não se identificam com essa forma de pensar a “*izquierda*”.

Porém, as narrativas dos imigrantes membros das associações de imigrantes revelam que a adoção de um discurso ao estilo do deles é, mesmo que ninguém assim o determine, um requisito para permanecer próximo à associação. Os comitês “*La Redota*” são o exemplo mais claro disso, mas também podemos observá-lo nas festas que a associação de peruanos realiza mensalmente ou nas comemorações do *Círculo Cultural Chileno*.

Parece então haver uma esquerda clássica e uma nova esquerda que se deslocam com os imigrantes, encontram alguma correspondência na cidade de Porto Alegre, mas não se encontram entre si. No contexto da migração em Porto Alegre, onde as questões políticas atravessam as narrativas de imigrantes mais antigos e mais recentes, a legitimidade que os já estabelecidos ganharam nos anos de associacionismo e interação com a política local dificulta que os imigrantes mais recentes tenham um espaço de interlocução. As opções parecem ser duas, ou se adota o discurso dos já estabelecidos ou se cai fora. Por isso, as tentativas de Fabián, uruguaio pertencente ao comitê e um dos precursores do Departamento 20 em Porto Alegre, de “*traer sangre nueva*” não foram bem sucedidas.

Concluindo, a associação de imigração com pobreza e a necessidade de adotar um discurso político em moldes prefixados, junto com as resistências do Estado brasileiro a assumir a imigração como um fato real e atual, contribuem para que o fenômeno migratório enquanto fenômeno social fique restrito ao âmbito da mediação e em situações pontuais. Esse panorama pode estar mostrando alguns sinais de transformação, na medida em que, como disse na introdução a este capítulo, novas conexões parecem estar despontando.

Organização/Entidade	Tipo	Interlocutores
Cibai Migrações	Entidade da Igreja Católica da congregação Scalabriniana	Padres João e Joaquim e Secretário Eduardo
ASAV	Entidade jesuíta parceira do ACNUR	Karin
CABU e Comitês La Redota	Associação e comitê político	Todos
Círculo Cultural Chileno	Associação	Leopoldo
Centro Cultural Peruano	Associação	Carlos
GAIRE	Grupo interdisciplinar ligado à UFRGS	Todos

CAPÍTULO 5 O UNIVERSO DA MEDIAÇÃO EM BUENOS AIRES

Neste capítulo, apresentarei o universo da mediação em Buenos Aires, junto com alguns personagens-chaves no cenário das ONGs e movimentos sociais associados à imigração. Trarei também as narrativas de alguns imigrantes que, não estando associados a nenhuma organização, servem como um “olhar de dentro” da experiência migratória e, ao mesmo tempo, um “olhar de fora” das organizações.

O universo da mediação nessa cidade é muito complexo, formado por organizações mais ou menos estáveis com uma atuação já consolidada e outras que foram criadas recentemente. Há entre eles, algumas ONGs, organismos transnacionais, associações de migrantes por nacionalidade, de migrantes e refugiados, outras que têm um recorte de gênero, e as que estão diretamente vinculadas ao estado argentino, além daquelas vinculadas à Igreja Católica. O conjunto é tão amplo e complexo que, nenhum dos participantes desta pesquisa soube dizer, com certeza quantas são as organizações mediadoras, mas vários deles disseram, para exemplificar, que há na cidade de Buenos Aires mais de duzentas associações só de bolivianos. Assim, aquelas que trago a seguir, são apenas algumas das que, ao longo do trabalho de campo, foram as mais mencionadas como organizações e associações relativamente estáveis.

É importante dizer que há um número mais ou menos limitado de organizações que trabalham em parceria, que se conhecem bem entre si e participam de projetos e atividades em conjunto. A origem destas parcerias pode ser encontrada na formação da *mesa de enlace* que debateu, junto à *Dirección Nacional de Migraciones*, a reforma da lei migratória e que culminou com a elaboração da lei 25.871. Depois de elaborada e aprovada essa lei, a *mesa de enlace* continuou a se reunir para elaborar o projeto de regulamentação da lei. Dessa mesa, segundo me foi revelado por vários entrevistados, surgiram as parcerias e trabalhos em conjunto que algumas das organizações levam adiante.

Merece ser destacado também que há, entre os integrantes dessas organizações, alguns que pertencem e trabalham em mais de uma delas. Há, portanto, uma circulação de pessoas entre algumas dessas organizações, Pude detectar também que algumas pessoas transitam entre as organizações de mediadores, pessoas que passam de uma organização a outra com certa fluidez. Tais movimentações, entretanto, parecem no deslocar os sujeitos de seus lugares de referência conquistados ao longo dos anos. Assim, escutei em mais de uma oportunidade falar os nomes de sujeitos militantes dos direitos humanos dos migrantes sem nenhuma referência prévia à instituição a que pertencem.

O processo de descoberta do universo de mediação em Buenos Aires começou em Porto Alegre, através de meios eletrônicos, e foi assim que consegui juntar a primeira viagem exploratória à cidade, em fevereiro de 2008, a uma descoberta da cidade iniciada durante minha participação no *Congreso Argentino de Estudios sobre Migraciones Internacionales, Políticas Migratorias y de Asilo*” dois anos antes. Devo ressaltar que, se bem já havia estado em Buenos Aires enquanto turista anteriormente, o trabalho de campo colocou-me a necessidade de me movimentar pela cidade com maior fluidez e de entender seus códigos e funcionamento prontamente, já que a pesquisa seria realizada em intervalos, como apontei no capítulo 1. Assim, me vi dividido entre ser e agir como pesquisador e como um imigrante na cidade; ao mesmo tempo tentava descobrir o que teria algum significado para minha pesquisa e como poderia cada descoberta, moldar o fenômeno migratório local. Algo semelhante aconteceria em Madri posteriormente.

Passo, assim, a descrever o processo de descoberta do universo da mediação em Buenos Aires.

5.1 O CENTRO DE ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS (CEMLA)

Terça feira 12 de fevereiro de 2008, 16 horas e 30 minutos – Esta foi

minha primeira investida a campo em Buenos Aires. A entrevista com a Sra. Alicia Bernasconi, historiadora diretora de pesquisas da organização fora combinada desde Porto Alegre, em dezembro de 2007.

Avenida Independencia, próximo a *Puerto Madero*. Um muro de pedra e um portão de madeira resguardavam um passado de glória. A casa antiga, de paredes robustas e aberturas de madeira e bronze, parecia haver crescido do solo, como as árvores que a circundam. Doação do governo britânico, descobriria eu depois, evocava a vocação portuária de Buenos Aires. De fato, ali funciona também a “Pastoral del Mar”, uma das subdivisões da Pastoral do Migrante da Igreja Católica na Argentina.

A voz de uma jovem: “*Esperá un momentito*”. Pouco tempo depois, a Sra. Bernasconi disse que podia entrar e que a esperasse no andar térreo. Porteiro eletrônico. Entrei, ela desceu pela escada. Nos apresentamos e subimos ao primeiro andar. “*Esta es la biblioteca*”. Sentamo-nos a ambos os lados de um canto da mesa de madeira que ocupa boa parte sala; os arranhões dissimulados pelo brilho da madeira lustrada testemunham que a mesa esta ali, talvez desde a fundação do centro, em 1985.

A entidade faz parte da *Confederación de Centros de Estudios Migratorios*, a qual está dividida em províncias; o CEMLA, de Buenos Aires, faz parte da província de São José, junto com o Centro de Estudios Migratórios (CEM) de São Paulo. Honrando sua vocação scalabriniana, o CEMLA dedicou-se inicialmente aos estudos sobre as migrações italianas no sul da América. Posteriormente, como o CIBAI Migrações de Porto Alegre, ampliou seu campo de estudos às problemáticas dos migrantes de todas as origens.

O CEMLA está formado por quatro pessoas, um diretor - o sociólogo Mario Santillo -, uma diretora de pesquisas -a historiadora Alicia Bernasconi-, uma bibliotecária- Helena- e uma secretária. Posteriormente, viria descobrir que Helena não é somente a bibliotecária do CEMLA, mas exerce a mesma função na Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Trabalha dois dias por semana em um e três na outra.

O CEMLA publica trimestralmente a revista “Estudios Migratorios

Latinoamericanos”. Todos os números da revista podem ser encontrados também na internet, na biblioteca da Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS) da cidade de São Leopoldo e na biblioteca da Asociación Española de Cooperación para el Desarrollo (AECID), em Madri. O CEMLA faz também parte do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM), um sítio da internet que permite a interlocução entre pessoas de diversas áreas de conhecimento que estudam e se interessam pelo tema das migrações contemporâneas.

O CEMLA dedica-se principalmente à produção de conhecimento, mas também leva adiante alguns projetos de investigação e de intervenção, em parceria com outras organizações como o CAREF e o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). A maioria destes projetos é financiada por organismos intergovernamentais, como a OIM e Save the Children, e por alguns estados nacionais, como a Espanha, a Itália e o Canadá.

Há, no CEMLA, uma divisão do trabalho; a Sra. Alicia Bernasconi, historiadora, estuda as migrações históricas, italiana e espanhola fundamentalmente. O Padre Santillo, sociólogo, dedica-se ao estudo das migrações contemporâneas.

O CEMLA não tem contato direto com os imigrantes. É um lugar de estudo e elaboração de projetos, mas tem uma circulação de reflexões entre professores universitários de diferentes áreas de conhecimento, e por pertencer a congregação scalabriniana, a revista que publica tem uma circulação internacional.

5.2 A ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM)

Quarta Feira 13 de fevereiro de 2008. Avenida Callao; barrio Recoleta, um dos bairros turísticos da capital, localizado na zona central da cidade, próximo ao *microcentro*. Edifício antigo, porta de madeira e bronze, campainha.

O porteiro do edifício respondeu, eu disse que ia à OIM, a porta abriu-se. O elevador antigo, com portas de grades, não pára no quinto andar, é preciso subir ao sexto e descer um lance.

Campainha novamente, porteiro elétrico, abrem sem perguntar quem é. À frente, um balcão com vidros separando os dois funcionários que estavam atendendo. À esquerda e à direita, paredes com quadros. Apresentei-me como pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, enfatizando “Brasil”. O atendente, de uns 30 anos, logo me deu panfletos explicativos e disse que neles encontraria a informação necessária para solicitar passagens de retorno ao Brasil. Um tanto surpreso com a prontidão, novamente apresentei-me e disse o motivo de estar lá. Então Rodrigo entendeu que não estava pedindo ajuda para retornar para casa; sugiriu que voltasse à tarde, que ele aprontaria uma lista das organizações que trabalham com migrações em Buenos Aires, e que tentaria agendar uma entrevista com a assessora de imprensa. Ao sair, li os panfletos e entendi o porquê de sua primeira reação: a OIM tem, entre suas funções, ajudar a estudantes estrangeiros e, em situações pontuais, a imigrantes em geral, a voltar para casa.

Voltei às 14 00. Rodrigo já havia saído, mas deixara com um colega a relação das ONGs que prometera. Perguntei se podia falar com a assessora de imprensa e chamaram a Sabrina Roth, uma moça de também uns trinta e poucos anos, que desempenhava temporariamente essa função, pois a assessora permanente estava de férias. Conversamos um pouco no saguão de entrada, deu-me o e-mail da instituição e disse que lhe escrevesse naquele dia, que iria averiguar quando a assessora permanente estaria de volta e se poderia entrevistá-la. Assim o fiz e respondeu imediatamente que, se desejava, antes de voltar a Buenos Aires a próxima vez, lhe escrevesse relatando mais especificamente as questões que queria conversar para que a assessora de imprensa se preparasse para a entrevista.

A segunda visita à OIM aconteceu em abril de 2008, e dela participaram Sabrina e Solange, a assessora de imprensa. Da terceira, em julho do mesmo ano, participaram Sabrina e Bárbara, uma brasileira que trabalhava no Ministério da Justiça em Brasília e é atualmente Coordenadora de projetos no

escritório regional.

A OIM é um órgão intergovernamental comprometido com o princípio de que as migrações ordenadas e em condições humanas são benéficas para os imigrantes e para a sociedade em geral. É esse o cartão de apresentação da organização, e pode ser encontrado, mais ou menos nesses termos, em seu sítio da internet (<http://www.iom.int>), em todas suas publicações e nas palavras de apresentação de seus membros.

Enquanto organismo intergovernamental, a OIM está composta por membros de 120 governos nacionais. Há também 20 governos nacionais que atuam como observadores. Seus financiamentos provêm destes governos membros e de empresas e indivíduos que a apóiam. Na Argentina, as empresas que apóiam financeiramente projetos sociais não recebem dedução impositiva nem nenhum estímulo do governo. Perguntei a Sabrina o que levaria, então, a uma empresa ou a um sujeito individual a apoiar financeiramente a OIM: “*Tenés que preguntarle ellos*”, respondeu. Simultaneamente, e conforme me foi revelado em visitas a outras organizações como o CEMLA e o CAREF, a OIM financia projetos que são realizados em conjunto.

O escritório da OIM em Buenos Aires tem, além de suas atividades no âmbito das migrações a e desde a Argentina, caráter de representação regional, coordenando as atividades desenvolvidas na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai e no Uruguai através da *Regional Functions Mission* (RFM). Uma linha de trabalho tradicional dentro da OIM é a cooperação técnica com os governos nacionais e organizações da sociedade civil. Enquanto organismo intergovernamental, não pode ter ingerência na política interna do país, mas pode, como lembra Solange, assessora de imprensa, “*hacer recomendaciones*”

A OIM em Buenos Aires mantém uma postura de total apoio à nova política migratória argentina, ressaltando sempre que enquanto órgão intergovernamental, não pode senão opinar desde fora. Embora isso, a OIM foi uma das organizações que formou a “*mesa de enlace*” que culminou na elaboração da lei 25.871.

Mantém também uma rotina de trabalho junto a outras organizações da sociedade civil, como o CAREF, o Departamento de Migraciones, a Fundación Federación Católica de Ayuda a Inmigrantes (FCCAM), a Asociación de Mujeres Migrantes y Refugiadas (AMUMRA), entre outras, na implementação de projetos de investigação e intervenção. Por exemplo, junto ao CAREF, a OIM desenvolve um projeto de combate ao tráfico de pessoas, um tema recorrente no discurso de todas as organizações da sociedade civil e constantemente trazido à tona por todos os entrevistados. Outra linha de trabalho é a de combate ao trabalho infantil. Promove também o intercambio de estudantes e subsidia passagens de retorno àqueles que o solicitam depois de haver culminado seus estudos.

Ao todo, poderia se afirmar que o trabalho da OIM em Buenos Aires parece reproduzir o discurso sobre migrações da maioria dos organismos não religiosos internacionais. Busca contribuir para a compreensão do fenômeno migratório desde uma perspectiva desenvolvimentista, procurando enaltecer os benefícios da imigração para o estado-nação, sempre considerando que, em consonância com os discursos sobre as migrações enquanto fenômenos de massa capazes de alterar a ordem preexistente, as migrações devem ser *ordenadas*. Como o CEMLA, não mantém contato direto com os imigrantes a não ser nos raros casos em que algum imigrante solicita da organização uma passagem de retorno a seu país, o que, além do mais, envolve um processo burocrático, já que o dinheiro gasto deve ser justificado na organização.

5.3 A FUNDACIÓN COMISIÓN CATÓLICA PARA LAS MIGRACIONES (FCCAM)

Telefonema. Combinei entrevista com o Padre Sante para a quarta feira 14 de fevereiro de 2008. Uma rua lateral, na zona central de Buenos Aires, porém afastada do *microcentro*. Próximo à Avenida Florida, entre o microcentro e Palermo e sem o charme que de forma diferenciada caracteriza a ambos, a vizinhança transita entre o comercial e o residencial. Uma fachada antiga sem

sinais de esforços por preservá-la. A presença de vários rapazes negros esperando para entrar é o único indicativo de que aquela casa é um lugar de atendimento a estrangeiros. Campainha; uma janela de aproximadamente 10 cm², o rosto de um homem de média idade, branco. Eu disse quem era e que havia combinado, o dia anterior e por telefone, uma entrevista com o padre Sante. Fez-me passar. Os outros rapazes tentaram entrar, alguns foram banidos, outros passaram. O critério parecia ser se já eram conhecidos do lugar; neste caso podiam não entrar, se o atendente achava que não iriam resolver seu problema ou se seu comportamento fora diferente do esperado. Veria esta cena se repetir em todas as visitas subsequentes; alguns entravam, outros não. Àqueles que não entravam, o porteiro apontava como ele havia falado alto demais, se queixado ou insistido na última vez que havia estado lá.

Uma sala de espera, balcão, cadeiras. Dois homens e uma mulher aguardavam. Em todas minhas posteriores investidas a campo, reservaria pelo menos uma manhã para a sala de espera da FCCAM. Há câmaras no teto acima da escadaria de madeira. O andar de cima, em reformas, é reservado para a diretiva, composta pelo Padre Sante e pela irmã Ana Silvia. Os imigrantes e refugiados nunca sobem lá

Fiz entrevistas com ambos religiosos, com os trabalhadores sociais Roberto e Elba e com vários imigrantes e solicitantes de refugio na sala de espera.

A FCCAM é, talvez, a maior referência a nível nacional, de assistência, especialmente no que diz respeito à documentação, tanto no discurso dos outros mediadores quanto dos próprios migrantes. Faz parte da Pastoral del Inmigrante e existe desde 1954: *“la iglesia siempre ha estado metida con ese problema de las migraciones”*, disse o Padre Sante. Inicialmente trabalhava com os migrantes de ultramar, na atualidade com os imigrantes das *“regiones vecinas”*.

A FCCAM tem funções e públicos diversos, mas o que ocupa seus maiores esforços é a assistência a imigrantes e a solicitantes de refúgio, no relativo à documentação. Migrantes e refugiados são duas categorias diferentes e precisam de abordagens diferentes, é o que se desprende do

trabalho da FCCAM e dos discursos dos entrevistados. Portanto, os assistentes sociais têm tarefas diferenciadas. Roberto e Elba são os coordenadores de ambas as áreas, mas são auxiliados por estagiários, quase todos estudantes de serviço social. Estes ficam pouco tempo, o que dificultou que pudesse entrevista-los. Quando consegui marcar uma entrevista com uma destas estagiárias, no momento da entrevista a poça mostrou sentir-se constrangida, com medo, e acabou se recusando a falar comigo, argumtando não ser a pessoa certa. Já os dirigentes, o Padre Sante e a irmã Ana Silvia, trabalham mais as questões burocráticas da migração e o refúgio. A própria irmã disse uma vez que ela não tinha contato direto com eles.

O trabalho da FCCAM com os refugiados é o resultado de sua parceria com o ACNUR. Quando a ACNUR se instalou em Buenos Aires, escolheu a FCCAM para ser sua representante, confiando na trajetória de trabalho junto a refugiados que a organização já tinha então. Segundo Elba, a ACNUR nunca lida diretamente com os refugiados, porém fornece toda a ajuda financeira que a FCCAM oferece aos refugiados, a qual dura em torno de quatro meses.

A FCCAM fez um convênio com uma associação civil chamada Madre Tierra, a qual, até alguns anos atrás, era parte da Igreja Católica. Essa associação possui terrenos que serão loteados e providos dos serviços básicos. A FCCAM, então, ajuda o refugiado construir uma *unidad básica* (um cômodo com banheiro e cozinha). Posteriormente, o refugiado paga pelo terreno uma prestação mínima. Os terrenos estão no conurbano bonaerense, dado o alto custo dos terrenos na cidade. Segundo conta Elba, há uma lista de espera considerável. Também está gestionando junto aos governos municipal e nacional a inclusão de refugiados e imigrantes nos programas de moradia do governo.

Com respeito às migrações ditas espontâneas, o foco é na obtenção de documentos. Quando as situações que se apresentam fogem muito a seu escopo, os assistentes sociais encaminham os migrantes a outras instituições, como o CAREF ou o Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires. Mas no geral, os problemas são resolvidos lá.

Não se trata de uma entidade de sensibilização, segundo seu dirigente.

“*Debemos estar abiertos a todas las necesidades*”. Assim, a FCCAM coordena o trabalho da Pastoral do migrante em todo o país, mas não leva adiante uma ação pastoral junto à comunidade local para informação e sensibilização com respeito ao fenômeno migratório. Os delegados pastorais encontram-se nas províncias; as delegações da comissão pastoral reúnem-se regularmente para intercambiar experiências de acolhimento e de acompanhamento. O objetivo é observar periodicamente a situação migratória em toda a Argentina.

As delegações regionais realizam também trabalhos pastorais junto às coletividades de migrantes, nos quais envolvem os próprios concidadãos “*para que les ayuden a ver lo difícil del peregrinaje del emigrante acá*”, disse Roberto.

Conforme Máximo Badaró (2006), quem estudou o trabalho da FCCAM desde o início da década de 1990, esta manteve durante muito tempo um discurso conciliador com o governo argentino, inclusive elogiando e comprometendo-se a pôr em prática alguns dos decretos de lei que, sob uma aparência de abrandamento da lei, tornavam-na ainda mais restritiva. Na sequência, trago um trecho elaborado por um assistente social da FCCAM em 1994, que Badaró transcreve em seu próprio artigo:

*El Decreto 1023/94 firmado recientemente y en plena implementación ha dado una respuesta positiva a la elección de tantos extranjeros, ya que suma, a todos los requisitos solicitados hasta ahora, **la posibilidad de radicarse con un contrato de trabajo**, levantando a mismo tiempo restricciones de nacionalidad y fechas toques que estaban en vigencia. Propone asimismo un cambio radical al no permitir la radicación de ilegales y exigir un compromiso formal a los empleadores. Esta nueva modalidad impone la necesidad de cruzar la frontera en forma organizada y con mayores conocimientos de la realidad de nuestro país. **Necesitará algún tiempo para ser aceptada por los inmigrantes, acostumbrados a métodos más permisivos**; los primeros tiempos serán difíciles, pero finalmente redundará en mayores beneficios para todos al no permitir la explotación de los ilegales y al proporcionar una igualdad de derechos y deberes para todos los habitantes (MN, 1994b:30, apud Badaró, 2006, p. 217).*

Como, tratando-se de uma organização que tem uma trajetória de lidar com a questão migratória de longa data, não se poderia falar em desconhecimento sobre as migrações, o trecho publicado nesse jornal da FCCAM, mais do que um tom conciliador reflete uma alienação por parte da entidade às políticas repressivas do governo argentino.

Durante todo o trabalho de campo, as outras organizações pesquisadas e até alguns acadêmicos com os que conversei mostraram um certo desconforto com a FCCAM. A própria Irma Ana Silvia, natural de Caxias do Sul e com quem conversei todas as vezes que fui à FCCAM, disse que ela não queria que usasse o gravador para poder falar em seu próprio nome, não no nome da FCCAM. O pároco do Departamento de Migrações do Arzobispado de Buenos Aires também mostrou certo desconforto em relação à FCCAM, dizendo que essa entidade tinha grande visibilidade porque era rica e tinha abrangência nacional, que a realidade vivida na sua paróquia era diferente.

O padre Sante disse haver sido colega de estudos do padre João Corso, do CIBAI Migrações, e deu-me algumas publicações da FCCAM para que as entregasse ao Padre João ao retornar a Porto Alegre. Quando o fiz, intui também um desconforto por parte deste último, quem deu a entender que o CAIBAI Migrações era muito diferente da FCCAM.

A porta de entrada a FCCAM não era apenas a entrada a uma organização de acolhimento a migrantes e refugiados; ela refletia os mecanismos de seleção de migrantes; parecia, de alguma forma, corporificar um acordo entre a sociedade de acolhida e o migrante; aqueles que se comportam como é esperado que alguém se comporte poderão entrar. Da porta de entrada à sala de espera; após algum tempo na sala de espera, ao escritório de atendimento. A sala de espera funciona como um lugar onde as pessoas devem provar que são merecedoras de atendimento. Todos estão quietos e sentados, ninguém olha para as outras pessoas. Para falar sem ser repreendido, há que fazê-lo em voz baixa, para não atrapalhar os atendimentos e para que o porteiro não tenha que falar alto demais para chamar o seguinte a ser atendido. Tampouco pode falar estando de pé nem ficar movimentando-se na sala. Vi, em uma oportunidade, o porteiro xingar um dos rapazes que esperava por andar entre a porta da entrada e a porta que se abre ao pátio. Considerando que se trata de pessoas muitas vezes recém chegadas e com formas diferentes de falar e usar o corpo, também com ansiedades e medos, a espera por atendimento na sala de espera parece evocar, mais do que uma rotina, um processo de domesticação.

5.4 O DEPARTAMENTO DE MIGRACIONES DEL ARZOBISPADO DE BUENOS AIRES

La Boca é, simultaneamente, um bairro popular e turístico, de casas pobres que foram pintadas de cores brilhantes com a intenção de marcar a identidade do bairro, fortemente associado ao tango e à imagem do “arrabal”⁴⁷ portenho.

A paróquia Nuestra Señora de los Inmigrantes, sede do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires, fica na parte não turística de La Boca, na rua Nicochea. De fora, uma igreja no estilo dos anos 80, do lado esquerdo de quem chega, um longo corredor aberto, uma porta, uma campainha. Estavam em obras quando estive lá a primeira vez. O lugar não se assemelha às construções sólidas e perenes de outras igrejas e edifícios públicos portenhos. Parece, à primeira vista, um lugar sem história, um produto das necessidades do momento; predomina o concreto, a cor cinza, Escadas, escritórios improvisados e não tão bem arrumados. Uma mulher de aproximadamente 50 anos, morena, de olhos grandes e traços fortes -depois descobriria que ela era a assistente social Sofia, com quem me encontraria nas seguintes visitas ao “Departamento”- abre a porta: disse a ela que havia agendado uma entrevista com o Padre Videla e fez-me passar. Logo iria descobrir que, em função da continua troca de sacerdotes na função de diretor do “Departamento”, e da permanência da Sra. Sofia, desde sua fundação em 1993, seria ela não apenas quem concentra a maioria das funções, senão quem tinha um entendimento mais profundo do tema das migrações em Buenos Aires.

Uma sala com paredes sem pintar, uma mesa, muitas cadeiras ao redor dela, dois sofás velhos e cartazes como os que se pode encontrar em qualquer paróquia. Entrevistei o Padre Videla e a Sra. Sofia em três oportunidades.

⁴⁷ Termo genérico para designar os bairros de classes populares.

Durante as visitas, vi somente duas pessoas esperando para serem atendidas.

A história do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos Aires, se confunde com a da assistente social Sofía, com quem conversei nas visitas subsequentes à vez que entrevistara o Padre Videla. Os sacerdotes são trocados, mas ela continua lá desde a fundação do “Departamento”.

O trabalho do Departamento de Migraciones abrange toda a arquidiocese de Buenos Aires. Sua principal tarefa é brindar aos migrantes a informação que lhes ajude a começar a vida em Buenos Aires, segundo a definição do Padre Videla. Dentro disso, a questão da regulamentação do *status* migratório teve sempre, e desde promulgada a nova lei especialmente, um lugar central. O atendimento aos imigrantes é o trabalho de Sofia, e, algumas vezes, ela conta com a ajuda do sacerdote.

Um guia com informações para os imigrantes foi elaborado pelo próprio padre. Alojamentos de baixo custo, instituições nacionais e provinciais que podem ser de utilidade, refeitórios populares e programas de assistência, assim como os contatos de outras organizações que trabalham com migrantes, das redes de migrantes com base étnico-nacional e dos meios de comunicação das coletividades, como rádios e jornais, todos eles estão mencionados no guia para imigrantes. O Departamento de Migraciones trabalha junto a outras organizações como o CAREF e a OIM em projetos de intervenção, geralmente financiados por esta última.

O “Departamento” implementou, até alguns anos atrás, cursos de capacitação profissional para migrantes. Eram cursos de padaria, corte e costura, marcenaria, eletricidade, etc, divididos em duas partes, uma parte teórica e uma parte prática. A última tem lugar na Parroquia de Don Bosco, a qual cede os equipamentos necessários. A primeira consta, por sua vez, de três partes: ensino sobre a legislação argentina, a cargo de um advogado; de cultura argentina - história, geografia, arte -, sob a responsabilidade da Sra. Sofia e do padre; e ensino de como abrir e manejar um possível negócio próprio, sob a responsabilidade de um especialista em ciências contábeis.

Disse a Sra Sofia sobre as oficinas:

“[...] entender la ley para que la gente se sienta libre, que sepan cuales son sus deberes y sus derechos; nosotros hacíamos mucho hincapié en eso [...] había acá tres profesionales y además los tres digamos como que ... había una disposición especial hacia el migrante, no es cierto? O sea que no era cualquier profesional que venía a dar la charla” (entrevista realizada no dia 15/10/08).

Os migrantes recebiam os certificados de conclusão do curso independentemente de ter ou não algum documento. Com o título, eles podiam solicitar um CUIL⁴⁸ e, tendo as condições económicas necesarias, iniciar um micro-empresendimento. As oficinas ocorreram durante três anos consecutivos e no ano de 2007 cesaram por falta de recursos materiais.

Em anos anteriores, o “Departamento” realizou também atividades de sensibilização sobre o tema das migrações no local e nos bairros e vilas da cidade. O Departamento convidava às outras 189 paróquias da cidade a participar. Logo começaram realizar oficinas itinerantes, nas quais se procurava também sensibilizar os paroquianos sobre os problemas enfrentados pelos migrantes. Iam às paróquias das vilas duas vezes por semana. O trabalho nesse momento focava nas questões de documentação e nas dificuldades de encontrar abrigo e alimentação. Sofia conta sobre a capacidade organizativa e empresendadora dos imigrantes antes do golpe de estado:

*El fuerte de mi trabajo es el tema del servicio concreto. [...] primero preguntábamos si había inmigrantes. Si había inmigrantes, nos instalábamos. **E inmigrantes en las villas hay un montón.** Yo conozco porque cuando hacía mi práctica ya conocía las villas. Y ahí me había dado cuenta, que en esa época, te estoy hablando del año 73, [...] **En la década de 70, vos trabajabas en las villas y había mucha cantidad de paraguayos y bolivianos, pero con una consciencia de comunidad impresionante.** Entonces se trabajaba muy bien dentro de lo que era la... bueno, en esse momento nosotros íbamos con el tema de las escuelas, ¿no?, para la alfabetización. Entonces generalmente, ellos ocupaban todo lo que era el tema de cooperadoras. **Las cooperadoras escolares siempre eran paraguayos o bolivianos, no habían argentinos. O si había argentinos eran chaqueños, santiagueños,** bueno ... no se metían mucho. Si se metían, el cargo de coordinador era siempre de un paraguayo”⁴⁹ (Idem).*

⁴⁸ “Cédula única de Identificación Laboral”, equivalente à Carteira de Trabalho brasileira

⁴⁹ As ‘cooperadoras’ são as organizações de pais de alunos, que têm por objetivo ajudar resolver os problemas das escolas, tais como pintura, consertos, etc

Conta também que: *“después del 76 las villas fueron totalmente dizmadas. Sacaron a os pobres y para no ser vistos los llevaban a la provincia”* Conta que habitantes das favelas eram então levados com seus pertences a lugares escolhidos no interior.

Nos dois últimos anos, a falta de recursos financeiros e a urgência de prestar assistência jurídica na regularização dos migrantes obrigou a que algumas das atividades fossem suspensas. Leva adiante também alguns projetos junto a outras organizações como a OIM e o CAREF. Entre eles, um projeto de repatriação de moças da República Dominicana que trabalhavam na prostituição. *“Engañadas”*, disse o Padre Videla.

Elaborou um plano de sensibilização, levando crianças imigrantes a brincar com crianças argentinas nas paróquias dos bairros e favelas: *“como socialmente nadie los quería, no podían ni salir a la calle”*

Trabalharam também com os agentes do Estado:

Hoy me parece que Buenos Aires está sensibilizado. También se sensibilizó a todas las instituciones gubernamentales y a partir de 1999, con este sacerdote, se formó una mesa de enlace⁵⁰, que realmente fue un instrumento muy importante. Yo para mi fue un instrumento muy importante. Lastima que la gente no lo tenga en cuenta [...] (entrevista realizada n dia (4/12/08) “

O trabalho do *Departamento* parece haver-se estancado. A forma como a Sra. Sofia se refere ao trabalho passado do “Departamento” revela certo saudosismo. O “Departamento” parece haver tido seus dias de glória e estar em uma fase menos ativa e, conforme a Sra. Sofia deu-me a entender nas entrelinhas das entrevistas, deve-se ao padre que está atualmente na direção.

A Sra. Sofia formou-se assistente social pouco antes do golpe de estado de 1976. *“Todo lo que era ayuda social era rotulado como rojo o comunista”*. Não havia querido exercer sua profissão até que, quando em 1993, o “Departamento” foi fundado, ela candidatou-se à vaga de secretária e foi

⁵⁰ A mesma ‘*mesa de enlace*’ onde começaram os debates que resultaram na nova lei migratória

contratada.

*El sacerdote que estaba en esse momento al frente de esto, que era el Padre Lorenzo Bosa, **que tenía una experiencia impresionante, yo nunca vi una persona con una experiencia tan basta con respecto a las migraciones, pero tan basta no solamente del punto de vista sacerdotal y pastoral, digamos, sino también del punto de vista social y también antropológico de lo que es la migración. Y bueno, me contagió, y me contagió a que yo ejerza mi profesión ... que para mí eso fue un despertar [...] que un sacerdote me empujara a poner en práctica mi profesión, despues de casi 20 años, fue um despertar (Idem).***

Nos 20 meses que o padre Bosa permaneceu no “Departamento” a partir de sua fundação, muitas coisas foram feitas e muitas mudanças aconteceram; o encontro com o “outro” levou-a a encontrar o “outro” dentro de si:

*Me encuadró tan bien en todo lo que es el tema de migraciones, que aunque te parezca mentira, yo empecé también a entender, entenderme a mí, porque de todas maneras, yo soy argentina, pero vivía a 1.200 km de acá de la ciudad de Buenos Aires. Soy una migrante interna. Yo tenía 14 años cuando vine a vivir a la capital. Te estoy hablando un poquito así porque sos antropólogo, con toda la carga afectiva, la carga de lo anterior, **porque mis padres también inmigrantes internacionales, entre comillas internacionales porque son paraguayos; mi padre era de ascendencia indígena y mi madre era de ascendencia española e italiana. Después ellos comenzaron a hacer la migración por zonas, Paraguay Formosa, Formosa Resistência y de ahí sí, hicimos el salto directo a Buenos Aires. [...] Yo siempre pienso que es una de las migraciones más dolorosas, porque uno no lo decidió, lo decidieron los padres, entonces, bueno, y los padres deciden de acuerdo a sus circunstancias. Vos seguramente estás hablando de refugiados, antes se les llamaba exiliados, pero bueno, exiliados políticos, exiliados sindicales, exiliados sociales, todo eso fue el tema de mi padre. La policía paraguaya cruzaba la frontera y bueno lo tenían a mal-traer. Y después, bueno, sindicalista en Paraguay, el gobierno Argentino también lo tenía a mal-traer; todo una mezcla hasta que bueno, uno llega aquí a Buenos Aires y comienza a vivir en la barriada. Otra vez un exilio social, discriminación, etc, etc. hasta que por fin uno ... todo eso lo entendí después” (idem).***

Em 1997 fez mestrado em Políticas Migratórias Internacionais. O padre Bosa havia ido embora para a Itália e Sofia ficou sozinha encarregada do “Departamento” por mais de um ano, até a chegada de um novo sacerdote. O “Departamento” depende diretamente do Arzobispado de Buenos Aires,

portanto a presença de um sacerdote na paróquia não significa que ele se envolva com as questões migratórias. Ela ficou responsável pela área social do trabalho:

*Yo llevé adelante todo lo que es el área social [...] es decir, no es que **yo soy católica en la iglesia sábado y domingo, sino que soy católica las 24 horas del día.** Uno lo vuelca en el trabajo cotidiano, el amor al prójimo, como uno de los valores de la iglesia, **pienso que es un valor universal**, bueno, ponemos en práctica en compartir las penurias que trae la gente dándoles también ... eso es fuerte, el tema de la hospitalidad, ¿no? Que es un tema que viene muy bien a los inmigrantes. Pienso que en todas partes del mundo. [...] **La iglesia generalmente trabaja con los más pobres. Nosotros no somos el CEMLA, el CEMLA es un centro de estudios. Nosotros hacemos trabajo de campo, pura y exclusivamente; trabajamos con la gente** (entrevista realizada no dia 17/02/09).*

Especializou-se em questões de documentação e em como lidar com as instituições:

yo me disfrazaba de migrante o ella (uma ajudante) se disfrazaba de migrante y nos íbamos a migraciones (a Dirección Nacional de Migraciones) a ver bien, como era el trato. En esa época, la ley era brutal. Brutal. Pero tremendo, tremendo. Era aparte del mal trato ... todavía se sigue dando, pero no tanto (idem).

Sofia dá sua opinião sobre o processo de elaboração da nova lei, a partir do projeto do Senador Giustiniani:

*Se trabajó realmente en forma horizontal totalmente, se reunían de vez en cuando, proponían cambios a la DNM para ver como las cosas podían aflojar. [...] ¿La leiste la ley? Viste que **es una ley hermosa .. tiene muchas cosas, como dicen los que saben, que habría que arreglarlas, para mi está muy bien. Lástima que la reglamentación ... una vez estaba hablando con una estudiante alemana y me dijo que en Alemania no es así, sale la ley y se pone en práctica. La reglamentación ... ella no entendía** (idem).*

Ela é crítica da postura dos membros das organizações. A demora na regulamentação, em sua perspectiva, é devida às mudanças internas às organizações e aos desacordos entre os membros:

Hay mucha gente que no la quiere. que pone siempre sus trabas. Entonces bueno, el reglamento, seguramente están ahí peleando para que el reglamento salga con el espíritu diferente de lo que dice la ley, por eso no sale. Es una lástima que no esté el mismo sacerdote. Está otro. Está el padre Videla. También en los otros lugares hay otras personas, ¿no? hay otros referentes. Entonces la mesa de enlace quizás se enfrió y los que vinieron no lo pueden poner en práctica (idem).

Na primeira entrevista com Sofia, ela perguntou se já havia ido ao CELS:

*El Centro de Estudios Legales y Sociales, aunque ellos no lo digan, pero te lo digo yo ... una vez le dije y la chica se enojó y no vino más a hablar conmigo ... lo creó un católico Apostólico Romano. Es una ONG, que lo creó el Dr. Mignone, que su hija fue secuestrada en la villa 114, por ser una simple ... dando catequese. Bueno, y ahora lo tomó otra gente. **Ellos no quieren ser católicos** (entrevista realizada no dia 17/02/09).*

Diferentemente da FCCAM, que depende diretamente da Conferencia Episcopal Argentina, o Departamento de Migraciones depende do Arzobispado de Buenos Aires. Por isso, sua visibilidade é menor, e menos frequentemente seja mencionado por outras organizações. Entretanto, parece haver tido mais visibilidade no passado. Pelo menos, é assim que pode-se deduzir das palavras da Sra. Sofia: “*Como es un órgano de la Iglesia también depende del sacerdote. Hay sacerdotes que tienen más presencia y hay otros que son más opacados*”. Obviamente, a referência era ao atual diretor, o Padre Videla.

Sofia elogia a existência de um mestrado em Relações Internacionais. Disse ela que a maioria dos alunos são imigrantes. E termina com uma frase que fiquei muito feliz de ouvir da boca de um mediador:

[...] porque el que migra no es analfabeto, generalmente es el más fuerte. No son gente que no sabe nada, que no entiende nada, y además yo veo mi historia ... generalmente si salís es porque sos fuerte, no sale el débil (entrevista realizada no dia 14/02/08).

5.5 A COORDINADORA DE LA COLECTIVIDAD BOLIVIANA (Co.Co.Bo.)

A Co.Co.Bo. encontra-se na fronteira entre os bairros Liniers e Lugano, no extremo sudoeste da cidade de Buenos Aires. Um bairro de comércio popular, muitas pessoas com e sem traços índios comprando, vendendo, andando. A calçada se espreita entre os *stands* dos vendedores ambulantes e as vitrines das lojas de roupa e quiosques de comida barata. Jovens negros olhavam com ar de suspeita detrás de suas caixinhas de madeira cheias de bijuterias e relógios, Os meses passaram e algumas das caixas de madeira foram sendo substituídas por sombrinhas coloridas cobertas de brincos e colares. Lentos e barulhentos, os ônibus salpicavam água suja das poças em quem tentava atravessar a larga Avenida Rivadavia.

Pela numeração vi que a sede da Co.Co.Bo. ficava a aproximadamente 7 ou 8 quadras bairro dentro. Ao me afastar da avenida, a sensação de sufoco cedia a ruas mais largas e silenciosas, com casas medianamente espaçosas. Jardins gradeados, muros de ticholo à vista, uma que outra antena parabólica, armazens e mercearias. Embora me esforçasse por evitar comparar o bairro a qualquer outro conhecido, não podia deixar de pensar no bairro Passo d'areia em Porto Alegre. Não se parecia nem um pouco a um bairro de migrantes recém chegados, como a irmã Ana Silvia havia dito. Lembrava mais um bairro de trabalhadores, de pessoas que ao longo de 15 ou 20 anos de trabalho, foram incrementando suas casas. No entanto, na avenida que deixara poucos minutos atrás, traços e sotaques andinos não eram algo raro.

A primeira vez que fui, encontrei no caminho Wayra Aru, com quem conversara naquela e nas subsequentes oportunidades. Ele havia esquecido da entrevista; voltou e me levou até a casa. Um pátio pequeno na frente, um portão enorme é a única entrada. Uma espécie de garagem, caixas de papelão e máquinas de costura sendo consertadas. Algumas pessoas iam e vinham, aos fundos da casa. O cômodo da frente, com uma grande veneziana fechada, fazia as vezes de escritório. Foi ali que as entrevistas com Wayra Aru e Ronaldo aconteceram. A primeira vez que fui Wayra Aru estava às voltas com

o problemático registro de sua filha Uma Paxi Xanoqua. Ronaldo, o coordenador geral, está sempre ocupado com as questões da Co.Co.Bo. e o taxi que dirige.

A Coordenadora movimento boliviano foi criada por membros de outras organizações de bolivianos quando, em 2006, uma fábrica clandestina de roupas incendiou e muitos trabalhadores, todos imigrantes bolivianos, morreram. O então governador da província de Buenos Aires, o Sr. Tederman, ameaçou, e de fato cumpriu sua promessa, de iniciar uma caça a todas as fábricas de roupa que não estivessem regularmente registradas. As organizações do movimento boliviano organizaram uma série de marchas pelas ruas da cidade, em protesto contra essa medida que iria deixar milhares de trabalhadores bolivianos desempregados.

Wayra Aru, sobre quem saberemos mais um pouco adiante, era uma figura já conhecida no contexto da coletividade boliviana pelas suas frequentes participações nos programas das emissoras de rádio bolivianas, urgindo a coletividade a identificar-se com os valores e a forma de vida dos *pueblos originarios*, os Aymara e os Quétchua. Além disso, sua participação em um grupo de música autóctone boliviana dava-lhe uma visibilidade e um reconhecimento especial dentro da coletividade. Juntou-se a outros seis membros de organizações do movimento boliviano e fundaram a Co.Co.Bo., com o objetivo de juntar seus esforços. Entretanto, tudo indica que mais do que coordenar as atividades das outras organizações, a Co.Co.Bo. é mais uma delas, a mais ativa e reconhecida fora e dentro da coletividade boliviana. Disse Wayra Aru:

*Yo veía que muchas sólo querían acceder a poder, ese poder que ni siquiera es tangible, pero que te pone en una posición de poder tener peso ante el gobierno y así sacar dinero. **Eso es lo que nosotros vemos en todas las otras instituciones, simplemente el afán de conseguir dinero.*** (entrevista realizada no dia 16/09/08).

A Coordenadora leva adiante um programa de capacitação de migrantes bolivianos na área de corte e costura. Mantém um curso de três níveis dirigido a coterrâneos, onde se lhes ensina a cortar e costurar todo tipo de prendas de

vestir. Como me esclareceram Wayra Aru e a Sra. Lilia Camacho, os chamados *talleres bolivianos* apenas costuram, não cortam as roupas. Assim, os trabalhadores não aprendem a fazer roupa. O certificado que o curso outorga tem o reconhecimento do governo municipal de Buenos Aires. Havia, no momento da última entrevista, 40 bolivianos inscritos no curso. A taxa de 20 pesos argentinos, aproximadamente 15 reais, mensais serve para a manutenção da casa.

Mantém também uma parceria com a ONG Médicos del Mundo. Segundo conta Wayra Aru, a ONG havia ganho um financiamento da UNESCO para desenvolver um projeto de saúde coletiva e precisavam implementá-lo junto a uma organização. A Co.Co.Bo. foi então escolhida por sua visibilidade e confiabilidade. O projeto consiste em formar consultores em saúde, e foca na prevenção de doenças infecto-contagiosas, principalmente tuberculose, dada a supostamente significativa presença do Basilo de Kohk nas fábricas de roupa, e nas doenças de transmissão sexual. Assim, médicos da ONG vêm aos sábados a capacitar futuros consultores em saúde, membros da coletividade boliviana em Buenos Aires. Conta Wayra Aru que há 30 alunos, “*bolivianos, un jujeño y un argentino*”⁵¹.

Mantém, além disso, uma parceria com o Instituto Nacional Contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) para a distribuição de alimentos aos membros mais pobres da coletividade. Duzentas pessoas inscreveram-se em fevereiro para receber alimentos em março, conta meu entrevistado.

Ajudam também seus coterrâneos a regularizarem sua situação migratória. Wayra Aru é o delegado ante la Dirección Nacional de Migraciones (DNM); ele é responsável por tramitar a documentação de imigrantes bolivianos. Para isso pedem uma contribuição voluntária de quem solicita ajuda.

⁵¹ O sublinhado foi minha opção para destacar a forma de se referir ao “jujeño”, diferenciando-o do argentino. “Jujeño” é o gentílico para as pessoas de Jujuy, uma província do noroeste argentino. Estas pessoas compartilham com as pessoas do planalto boliviano a origem aymara,

Wayra Aru

Conheci a Wayra Aru em um evento promovido pelo Foro de Migrantes contra a Diretiva de Retorno Compulsório que a União Europeia estava prestes a votar naqueles dias.

Wayra Aru viveu, ou forjou, um processo de reconstrução identitária a partir de uma identidade aymara⁵² e tudo que ele disse nas entrevistas e conversas que tivemos de uma forma ou outra é perpassado e retorna explicitamente à questão. Fala repetidamente e com perceptível angústia sobre a necessidade de se reconhecer aymara e ajudar seus coterrâneos a fazê-lo.

Wayra Aru nasceu em Puerto Acosta, um vilarejo às margens do lago Titicaca a umas duas ou três horas de La Paz. Seu pai confeccionava e sua mãe vendia as saias que mulheres aymara e quetchua usam como parte da indumentaria cotidiana⁵³. Até os doze anos, ia e via de Puerto Acosta a La Paz até que, aos 12 anos a família decidiu migrar à cidade. *“Mis padres no querían que nosotros habláramos aymara, para que no fuéramos discriminados”*.

A casa onde a família foi morar ficava então na avenida Buenos Aires, uma avenida que, segundo ele conta, circunda toda a parte cêntrica de La Paz, separando-a da parte alta chamada *“El Alto”*, onde surgiram os movimentos autóctones de teatro, dança e música.

Na escola: *“nos hablaban de los pueblos originarios como algo del pasado, que no hacía más parte de la realidad boliviana”*. Formou um grupo de música autóctone junto a colegas e amigos do bairro. Era então meados da

⁵² Os aymarae viveram e sobreviveram à colonização inca, ou quetchua, e à espanhola, e constituem atualmente uma boa parte da população boliviana. Habitam, desde antes da constituição do império incaico, a região que vai do sul do atual Perú até o norte da Argentina, ao longo da cordilheira dos Andes e do Planalto Boliviano. A língua aymara é ouvida em qualquer rua tanto das maiores cidades quanto dos pequenos vilarejos da região, convivendo com o quetchua e o espanhol. É a única língua de algumas regiões rurais do Planalto boliviano.

⁵³ Essas saias estão compostas de várias camadas de tecido colorido. Segundo o comentário de uma mulher aymara na cidade de La Paz, quanto maior o número de camadas de tecido, ou seja, quanto mais ampla a saia, maior o *status* social e econômico de quem a usa. De acordo com os relatos de um historiador boliviano com quem conversei informalmente na mesma cidade, vários anos antes desta pesquisa as saias foram uma imposição de um governador colonial, que desconhecendo que alguns eram aymaras e outros quetchuas, tentou uniformizar os costumes dos índios

década de oitenta, e os grupos de música andina que iam de cidade em cidade, tocando nas ruas e parques já não eram algo incomum. Entretanto, seu grupo logo ganhou algum reconhecimento em função de um projeto elaborado pelo próprio grupo, de levar gratuitamente a música autóctone aos alunos das escolas da cidade.

Em 1990, após a morte do pai e de um de seus irmãos:

yo como que me vine abajo. yo tenía 18 años, la Paz era muy chica para mi, me ahogaba, me sentía muy deprimido como que no encontraba los espacios sociales como para poder desarrollar todas las ideas que tenía, Agarré con dos hermanos, dos hermanos de música, las mochilas y nos fuimos. Acabé el bachillerato y Salí. (entrevista realizada no dia 17/02/09)

Iniciaram uma viagem que os levou ao Peru, Chile e Equador, durante a qual: *“yo lo viví, lo palpé, una oblación quetchua de Ecuador y después una población aymara, totalmente desamparadas, no había ninguna ley que las protegiera, y si la había ellos no la conocían”*.

Estando no Equador, seus dois companheiros de viagem e música encontraram namoradas e casaram. Ele voltou ao Peru: *“no era el momento de volver a Bolivia, no había visto suficiente”*. Seguiu pela Amazônia rumo ao Brasil. Morou na Bahia, onde formou um grupo de música que ainda existe, e em São Paulo, onde trabalhou como costureiro em uma das fábricas de roupa de bolivianos. Em 98, apaixonou-se por uma moça brasileira, mas o relacionamento não deu certo: *“llamé a mi mamá después de muchos años, me dijo que por que no sentaba cabeza, que me fuera donde mi hermano mayor”*

Chegou assim a Buenos Aires. O irmão convidou-lo a formar um grupo de música andina:

*Bueno, está bien, pero bajo estos lineamientos. Ese compromiso tiene que ser puntual, de conscientización de la identidad para nuestros paisanos. [...] porque **hay una total falta de identificación. Viven como bolivianos sin saber que como pueblos originarios tienen todo el derecho de estar donde están. [...] que la tierra no pertenece a nadie.[...] los pueblos originarios tenemos todo el derecho de estar acá, allá o donde uno quiera y que no le tengan que pedir documento.** Assim surgiu o o Centro Cultural Autóctono Huaynamarca. Pueblo Joven, significa (entrevista realizada no dia 16/10/08)”*

Questionei-o sobre seu nome, sabendo, pela minha própria convivência com pessoas que, como ele, reivindicam uma identidade originária, que o costume de dar nomes autóctones aos filhos é algo relativamente novo.

*El nombre dado por mis padres es Richard Rodolfo Blanco Ramos; es muy contradictorio, ¿no? tener un documento que dice que soy Richard Blanco Ramos y que todo el mundo me conozca como Huayra Aru [...] **Há sido un proceso de descolonización identitaria para mi, muy personal** (entrevista realizada no dia 17702/09).”*

Richard Blanco Ramos recebeu o nome de Huayra Aru durante uma cerimônia do Inti Raymi⁵⁴ celebrada no Parque Avellaneda, em Buenos Aires. Foi ali que um amigo seu, reconhecendo sua capacidade de comunicação com o povo boliviano em Buenos Aires e todo seu trabalho como discursante em uma emissora de rádio boliviana na cidade, deu-lhe esse nome, que significa: *la voz del viento*

Como disse alguns parágrafos acima, trata-se de uma necessidade de se reconhecer aymara, de uma falta:

*Mis padres no se reconocían; se reconocían como aymaras, pero vivían en una sociedad de perjuicio, yo he crecido en la ciudad de La Paz, donde llamarse o hablar la lengua de un pueblo originario es un síntoma de discriminación. [...] **como que yo me la bancaba, ¿no? Esta cuestión de ... estas dos partes de mi una vena muy comunitaria, del pueblo, y la otra muy de ciudad, ¿no?**” [...]mi hermano me há dicho ‘tu estás haciendo lo mismo que criticas en los otros. Ese nombre que nuestros padres te han dado lo estás renegando, no estas siendo fiel a tus raíces (idem).*

Wayra Aru conta sobre a vida em Bolívia e as viagens de Richard Ramos Blanco pela América do Sul, sobre sua chegada a Buenos Aires:

*Con la confianza que estaba teniendo, empecé a salir más, **poco a poco empecé a salir a las radios, empecé a hablar mas de mi identidad, hablar de nuestro idioma, que hay que respetarlo, que es un idioma, no es un dialecto (idem).***

⁵⁴ Inti Raimi e a festa em homenagem ao sol, a celebração inca e aymara do solstício de inverno,. Atualmente, tem lugar em vários lugares do planalto boliviano e da serra peruana no dia 24 de junho.. em Buenos Aires é uma festa da bolivianidade.

Um idioma que ele não domina totalmente mas que tampouco o define como aymara:

*Hablar aymara es fundamental, pero no es suficiente, Es todo una cosmovisión que conlleva una culturalidad, las reglas morales que tenemos, nuestras formas de comportamiento comunitario. **Si hablas aymara y eres un hijo de puta que está lleno de dinero porque vas allá a buscar paisanos para esclavizarlos aquí, eso no es un aymara** (entrevista realizada no dia 16/10/08).*

Fala também de um conflito:

***mi conducta me hace que yo me reconozca aymara, y eso es lo que estoy haciendo.** Nadie me puede venir a decir que esto que aquello, porque creo que lo estoy haciendo de la mejor manera posible y voy a resolver de la mejor manera posible esto de la cuestión del nombre (entrevista realizada no dia 17/02/09).*

Fala de uma ruptura que começa se gestar no encontro com um “outro”, seu vizinho em La Paz, que é mas não se reconhece aymara, com um “outro” que vive dentro de si. Fala de uma busca interior que o leva a sair de casa, de uma luta contra a desordem, de uma tentativa constante de juntar as partes, por sentar cabeça, na cidade de Buenos Aires. Nos espirais de sua narrativa, mora o perigo da volta a Buenos Aires; à rua Buenos Aires.

O registro de Uma Paxi Xanoqua

Uma Paxi Xanoqua, filha de Wayra Aru e de uma mulher boliviana, nasceu no hospital Santogian, distante apenas duas quadras da sede da sede da Co.Co.Bo.. Ele e sua companheira deveram entregar seus documentos à administração do hospital, para que ela pudesse ser admitida no momento do parto. A administração do hospital, entretanto, extraviou seu documento de identidade boliviano, o que lhe impedia de registrar a menina como sua filha. O escritório do registro civil onde devia registrar a filha fica dentro das dependências do hospital, embora sejam entidades independentes. O

consulado emitiu então um documento de nacionalidade, algo que, conta Waya Aru, é comum os consulados fazerem para que os imigrantes não precisem deslocar-se até o país de origem. O funcionário do registro, entretanto, se recusou a aceitar esse documento: *“Esos papelitos de colores no me sirven”* conta Wayra Aru que he responderam. Um funcionario do INADI foi até o hospital, para falar com o advogado, a reclamar da perda do documento, enquanto ele recorria também à Defensoria del Pueblo e o consulado emitia uma nota consular alegando que, de acordo com a lei argentina vigente, a certidão de nacionalidade tinha validade para trâmites na esfera pública e privada. Tudo o que o funcionário do registro civil alegava era que, não tendo documento de identidade, teria que conseguir duas testemunhas que o garantissem, e que não tinha por que lhe mostrar lei nenhuma nem dar mais explicações, já que sua própria palavra deveria ser suficiente para que Wayra Aru entendesse as condições:

O funcionário: *“si no entendes buscate alguien que te explique, ¿te haces de estúpido o que?”*.

Wayra Aru: *“yo se los derechos que me ocrrespondem”*

O funcionário: *“Por más que traigas a tu cónsul o a tu presidente, yo no te voy a registrar. Traeme dos testigos porque a mi estos papelitos no me sirven”*

Finalmente, e após vários dias de idas e voltas de um lugar a outro, o vice-cônsul foi pessoalmente ao registro civil do hospital. Um outro funcionário o atendeu e mostrou-lhe uma circular interna àquele registro que pedia que os funcionários aceitassem a certidão de nacionalidade só em último caso.

Wayra Aru poderia haver resolvido o problema, ou pelo menos essa parte, porque a história não temrina ai, levando dois cidadãos argentinos ou estrangeiros radicados na Argentina que lhe servissem de testemunha, o que de fato acabou fazendo. Mas o que estava em questão era, segundo ele conta, o desrespeito por parte do funcionário e que, sendo ele encarregado de tramites de radicação, sabia que a certidão de nacionalidade era um documento válido.

Chegou a hora então do nome da menina. Uma Paxi Xanoqua. Uma

Paxi é um nome aymara que significa Água de Lua e Xanoqua é um nome recorrente entre os afrobolivianos, que significa fertilidade. Sua mulher não é afrodescendente, senão descendente de aymarae como ele, mas militava em um movimento feminista em La Paz e, segundo ele conta, os movimentos feministas mantêm vínculos estreitos com a problemática dos afroboivianos. *“Andate buscando otro nombre, porque ese no te lo voy a aceptar. De donde es, del norte? Te doy la página de Jujuy, y si encontrás que ahí si te lo aceptan, yo te la registro”* disse o funcionário do registro civil.

Novamente ao consulado, onde obtive uma nota dizendo que aquele era um nome “normal”, que constava nos registros bolivianos e o que significava.

Finalmente, Wayra Aru o conseguiu registrar sua filha e com o nome que ele e sua mulher lhe deram.

5.6 - O CENTRO ECUMÊNICO DE APOYO A INMIGRANTES Y REFUGIADOS (CAREF)

Bairro Flores: *“La Avenida Rivadavia divide la ciudad em dos partes; las calles cambian de nombre, de um lado de la avenida es un nombre, del otro otro”* havia dito Gabriela ao telefone. A sede do CAREF fica na rua *Alberdi*, paralela à Avenida Rivadavia. Uma casa antiga, portas altas, campainha de bronze. Uma moça atendeu. Disse que havia marcado uma entrevista com Gabriela. Ninguém aguardava na sala de espera. Separados por uma divisória de madeira e vidro, duas moças, uma é a atendente e a outra está sentada ao computador. Um painel com cartazes sobre refugiados, atendimento jurídico e vários sobre trata de pessoas. Finalmente foi chamado. Subi as escadas. Mais divisórias de madeira e vidro, Uma jovem sentada atrás de uma mesa com papéis e telefones, à esquerda, chamou-me. Gabriela é branca, tem cabelos crespos e longos, e usa óculos. Um homem arrumava arquivos mortos atrás de mim, em outra sala com janelas de vidro.

O CAREF foi criado em 1973 por um grupo de pastores líderes das

igrejas evangélicas históricas de Argentina. Alguns dos fundadores eram professores da escola de teologia, outros estudantes.

*[...] tuvieron la visión en aquel momento que el golpe de Pinochet en Chile estaba generando algunos problemas que era necesario abordar y contener y trabajar de este lado, ¿no?. Muchos de los chilenos llegaban primero a Argentina, y uno de los primeros lugares donde iban eran las iglesias. Los que tenían alguna pertenencia o algún conocimiento de las iglesias evangélicas iban a parar al ICDF o a las iglesias. **El trabajo del CAREF nunca estuvo circunscripto a la cuestión religiosa. Jamás. Nunca se le preguntó a nadie de que religión era o si era religioso en realidad. Estuvo más ligado, y eso es importante que se diga porque en aquel momento no se hablaba en estos términos pero ellos actuaban desde estas perspectivas, al tema de derechos humanos [...]** se trabajaba desde una perspectiva de protección de este otro que precisaba arar un proyecto de vida en un lugar seguro (Gabriela, entrevista realizada no dia 15 de abril de 2008).*

Hoje em dia o CAREF é uma ONG patrocinada por quatro igrejas protestantes tradicionais; a junta diretiva está composta por cinco membros das igrejas e a equipe técnica por membros laicos. Não há nenhum imigrante entre os membros do CAREF. “*Ustedes son religiosos, evangélicos?*”, perguntei. “*Yo no!. Yo soy técnica aquí*”, respondeu Gabriela, parecendo não gostar da pergunta.

Nas décadas de 70 e 80, a *Comisión Argentina para Refugiados* trabalhou, sob o amparo do *Consejo Mundial de Iglesias*, que Gabriela compara ao Vaticano, e da ACNUR na recepção e alojamento de pessoas que fugiam da ditadura de Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai. As pessoas ficavam alojadas, escondidas, em duas casas, sendo uma delas a atual sede do CAREF, e em hotéis. O faziam em parceria também com a FCCAM, a qual, à época, tinha um trabalho semelhante ao deles:

[...] desde una clara perspectiva de derechos humanos [...] las iglesias evangélicas tuvieron desde el principio una clara mirada de derechos, de protección ... pero bueno, desde una perspectiva de las iglesias, inclusive la Católica, que vos sabés que aquí es muy fuerte, trabajaron conjuntamente en la época de la dictadura, porque era muy difícil llevar adelante este trabajo em aquella coyuntura. (entrevista realizada no dia 15 de abril de 2008).

Este trabalho foi muito importante até o golpe de estado na Argentina,

em 1976. As pessoas cruzavam a fronteira e frequentemente começavam a buscar um terceiro país. “*en aquel momento no se llamaban ‘programas de reasentamiento’*”. Com o fim das ditaduras na região, o CAREF iniciou um trabalho de auxílio à repatriação. A partir da década de 90, o trabalho com migrantes cobrou força. Migrantes regionais e, na década de 90 do leste europeu.

O trabalho do CAREF atualmente é em torno de questões jurídicas. Não trabalham com a regularização do *status* migratório, embora Gabriela mostrou conhecer bem o Plan Patria Grande. Trabalham dando assessoria a imigrantes e refugiados sobre seus direitos em questões de saúde e trabalho e, fundamentalmente, com o tema da trata de pessoas, que é recorrente no discurso de Gabriela e de outros agentes de assistência a imigrantes.

Gabriela, formada em trabalho social, mostra ter um amplo domínio do tema. Não há nada que prove que o sistema de saúde argentino, baseado em três eixos fundamentais – a saúde pública, a assistência oferecida por instituições de caridade e o setor privado, os chamados programas pré-pagos-esteja sofrendo por excesso de demanda decorrente das migrações, conta ela. No entanto, é esse um tema de debate que está na pauta dos meios de comunicação e do senso comum. O sistema público de saúde argentino, o qual é extensivo a todos, vem sofrendo de carências significativas. Os imigrantes de países como Bolívia, Peru e Paraguai, os “limítrofes”, são acusados de inchar o sistema de saúde público; fala-se até em vôos *charter* repletos de pessoas desses países que vêm à capital argentina em busca de atendimento.

Visitei, no total, três vezes o CAREF. Uma delas, eu não consegui falar com ninguém, mas fiquei esperando na sala de espera onde Juana, uma jovem mulher peruana, me contou a história de sua vinda a Buenos Aires. Parece-me interessante narrar sua história, lembrando que não foi gravada e que dados que a identificassem foram omitidos ou trocados:

Juana aguardava junto a um dos seus três filhos para ser atendida no hall de espera do CAREF. Havia dois anos, chegara a Buenos Aires, logo que seu marido mandara buscar a família. Conversamos sobre sua viagem, sobre os problemas de documentação para conseguir o atendimento médico de um

dos filhos. O marido de Juana chegou mediante pedido de refugio, encaminhado por uma organização de Lima semelhante ao CAREF. Durante o governo do Presidente Fujimori, ele trabalhava para uma firma de compra de armamento para o governo nacional. Junto com Fujimori, fugiram do Peru os principais chefes da firma; muitas pessoas ficaram desempregadas. Investigações subsequentes revelaram que a empresa estava envolvida em irregularidades, falsas licitações, e isso comprometia os que trabalhavam ali, ou, pelo menos, colocava-nos na situação de terem que ser testemunhas no processo judicial. O projeto de lei peruano denominado “*Proceso de Beneficios por Colaboración Eficaz*” supostamente garantiria a proteção de colaboradores nas investigações, de pessoas prejudicadas, testemunhas e peritos.⁵⁵ Porém, a lei havia tempo aguardava aprovação. O marido de Juana poderia se beneficiar dela, mas, segundo ela, sentiam-se em perigo, já que a aprovação da lei não tinha data prevista. Isso fazia também com que o marido de Juana não conseguisse emprego, já que haver trabalhado naquela empresa não o ajudava na hora de mostrar seu histórico de trabalho. Foi então que solicitou asilo na Argentina. O pedido de refúgio não havia sido aprovado até o momento. Ela e os filhos encaminhavam seus pedidos de regularização enquanto migrantes comuns. Ela estava no CAREF esperando orientação jurídica para a recusa dos funcionários de um hospital da capital a lhe dar atendimento a sua filha doente.

O seguinte trecho foi extraído do sítio web de CAREF:

*Como institución eclesial, define su política institucional a partir de las orientaciones que éstas brindan inspiradas en el mandato eclesial de ser “**iglesias de los pobres, de los excluidos, de los extranjeros forasteros**”, basado en el texto bíblico “**Como un natural de vosotros tendréis al extranjero que more entre vosotros, y lo amarás como a ti mismo, porque extranjero fuisteis en la tierra de Egipto**” (Levítico 19:34) [...]*

Afortunadamente - en verdad no por fortuna sino por la lucha de muchas y muchos-, hoy nuestro contexto es diferente. La democracia renueva las metas, los rostros, las historias y a su vez resignifica la misión que CAREF ha asumido socialmente. Y CAREF continúa, hoy en día, acompañando historias de migrantes y solicitantes de refugio, mujeres, hombres, niñas y niños de Bolivia, Perú, Paraguay; también de los países de la ex Unión Soviética y de África.

⁵⁵ Ver o site <http://www.justiciaviva.org.pe/notibak/2005/08agosto/11/nota08.htm>

La trata y el tráfico de personas es un desafío nuevo que CAREF asumió hace ya más de cinco años, a través de la investigación, la sensibilización, la incidencia pública y la asistencia de aquellas personas que sufrieron siendo víctimas de este delito. (<http://www.caref.org.ar> – consulta realizada no dia 12/02/2011).

O CAREF insere-se, desde o início, na corrente dos discursos sobre os Direitos Humanos, criando um espaço para sua implementação na cidade. Sua parceria com organismos transnacionais confere-lhe um lugar de destaque no cenário do debate dos Direitos Humanos dos imigrantes. Além disso, por ser o local onde se realiza uma oficina jurídica sobre as migrações levada adiante pelo advogado Pablo Asa, do CELS, mantém também um intercâmbio de ideias com o ambiente universitário e intelectual.

O trecho do sitio web acima apresentado mostra claramente como a organização maneja um discurso sobre as migrações muito coerente com sua composição e inserção no circuito transnacionalizado dos discursos sobre migrações. A junta diretiva, composta por membros das igrejas responde pelos princípios “básicos” do CAREF, enquanto a equipe técnica atualiza esses princípios de forma a adaptá-los à “realidade”. Tendo como principio a “caridade cristã”, o estrangeiro é aquele “outro” que, por ser “carente” precisa que o acolhamos como se fosse um de nós. De fato, ele não é “um de nos”, mas nos o acolhemos como se fosse porque somos “verdadeiros cristãos”. Porém, esse “estrangeiro” tem um lugar de origem marcado em nossa agenda e está sempre dentro de uma relação “vitima-vitimizador”; ele é resultado da pobreza, de regimes políticos autoritários ou de redes criminosas transnacionais.

Pelo que pude perceber no diálogo com colegas da Universidad de Buenos Aires e da *Universidad San Martín* o CAREF é talvez a organização melhor considerada dentro do âmbito intelectual universitário, sobretudo quando se o pensa, no contexto do universo da mediação em Buenos Aires, em oposição à FCCAM. Gabriela parece representar o CAREF, ao menos, o lado mais “politicamente correto” da instituição. Ela é uma pessoa respeitada por quem estuda as migrações naquela cidade, e, deduzo que isso se deva à

sua adesão e insistência em um discurso em favor dos Direitos Humanos.

-

5.7 – PERUANOS SIN FRONTERAS (PSF)

O Guia del Inmigrante, elaborado pelo Departamento de Migraciones de Arzobispado de Buenos Aires indicava que em um dos escritórios de um edifício grande e antigo localizado no micro centro de Buenos Aires encontrava-se a sede da ONG Mujeres Peruanas Refugiadas e Migrantes Unidas. Quando a procurei não existia mais. Porém, o porteiro informou-me que havia uma outra ONG de peruanos em outro andar do mesmo prédio. Ao sair do elevador, muitas pessoas amontoadas à porta do que devia ser um escritório. Lá estava Peruanos Sin Fronteras (PSF). A salinha da frente abarrotada de gente. Detrás de uma escrivaninha, uma mulher atendia por ordem de chegada, mas não havia fichas nem fila. Detrás da divisória se escutavam as vozes de duas pessoas e o barulho de uma fotocopiadora. As pessoas que aguardavam eram visivelmente pobres e tinham traços índios. Logo descobriria que não eram apenas peruanos, havia também bolivianos e paraguaios. Fiquei um tempo aguardando, me escondendo entre as pessoas, encostado na parede; queria observar as dinâmicas do lugar tanto quanto fosse possível. Todas as pessoas vinham por questões de documentos. Era a segunda etapa de implementação do Plan Patria Grande.

A maior surpresa não foram as pessoas; cartazes cobriam as paredes, mas não falavam sobre migrações: “*No muestre como vive en su casa. Mantenga este lugar limpio*”; “*Nos complace atenderlo, pero no tenemos por que hacerlo; compórtese*”; “*No escupa en el suelo*”, “*Sea educado, si tiene problemas no es culpa nuestra*”; “*Si su hijo tira basura al piso, recójala*”. “*Hable bajo, este lugar es pequeño*”. Efeito dos cartazes ou não, as pessoas esperavam em silêncio e o lugar estava limpo.

A mulher que atendia sentada detrás de uma mesa, parecia não haver percebido minha presença mas, infelizmente, não demorou tanto em me chamar. Expliquei o que me levava lá, que era pesquisador de uma

universidade brasileira, dei todo meu cartão de visita. Concordou em de me dar uma entrevista no dia seguinte às 15: 30.

A Sra Eladia Montañez, secretária de PSF, é formada em pedagogia na universidade de San Martín, em Lima e pós-graduada em clínica psicanalítica. A pessoa que está do outro lado da divisória é a chefe, uma advogada peruana. Há também um rapaz que ajuda a fazer fotocópias dos documentos que os imigrantes precisam apresentar para tramitar a regularização. A associação se dedicava, naquele momento, a ajudar os migrantes dos oito países contemplados no Plan Patria Grande a dar início à tramitação da segunda fase do plano. Para isso, cobram uma colaboração voluntária que serve para pagar as despesas do local. Faz parte da associação também uma assistente social, que não estava lá naqueles dias.

“Mi trabajo es de contención. Los inmigrantes llegan aquí llenos de frustraciones, agresivos; hay que acalmarlos” Esse era o motivo dos cartazes.

A Sra. Eladia fala dos peruanos e da mulher peruana principalmente. Fala do alto nível da maioria dos migrantes peruanos, que em sua maioria têm, no mínimo, segundo grau completo. Fala também da tendência dos peruanos a estudar medicina, arquitetura e engenharia:

Eso viene desde la época incaica, los incas hacían operaciones en el cerebro con aquel bisturí, claro que ellos no lo llamaban bisturí (referindo-se ao tumi) e temos nada menos que Machu Pichu. [...] como que lo traemos en la sangre. [...] (a mulher peruana) es muy disciplinada, muy trabajadora y es progresista; se olvidan un poco de si mismas, todo es para los hijos, para el padre, para el primo, para el tío. Le mandan (remesas) hasta al marido. [...] como es tan educada trabaja en el servicio domestico, porque les sirve a los patrones, les ayuda a los niños a hacer sus tareas, los educa” (Sra. Eladia Montañez, entrevista realizada no dia 17 de abril de 2008).

Quando a chefe saiu de sua sala e me viu lá, ficou furiosa. Inicialmente me chingou por estar com o gravador na mão, embora ele estivesse apagado, pois a Sra. Eladia não quis que eu gravasse nossa conversa. À medida que eu falava sobre meu trabalho, sobre minha estada no Peru e sobre minha experiência como migrante, ela foi se acalmando. Acabou me convidando para

comer “*sandwiches de miga y Coca-Cola*” com ela. Logicamente o gravador apagado. Falou reiteradamente sobre a má educação e as más maneiras dos imigrantes, que nada lhes era suficiente, que queriam tudo sem dar nada. De como era necessário lhes pôr limites. “*Tu tienes que poner todo eso em tu tesis*”, disse ela. Não me permitiu tirar fotos.

5.8 O CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS)

O CELS é uma organização não governamental, associada à Human Rights Watch, que se dedica ao estudo das questões relativas aos Direitos Humanos na Argentina. Está localizado no bairro San Telmo, em uma mansão enorme, muito antiga e muito bem conservada, ao estilo das casas mais luxuosas dos tempos de glória de Buenos Aires. O pé direito de é de aproximadamente 5 metros em cada um dos dois andares, as escadarias de madeira lustrada e mármore, pisos e paredes revestidas em lajotas antigas e mármore, pátios interiores ornamentados com plantas. Uma biblioteca um tanto abarrotada de prateleiras, onde vi e conversei com estudantes de vários países da América e Europa que iam lá em busca de livros e informação. O CELS não trabalha exclusivamente com o tema das migrações, sino com Direitos Humanos em geral. Esteve, desde a década de 80, envolvido nas tentativas de derrogação da Lei Videla, e junto com as outras organizações que posteriormente compuseram a *mesa de enlace* para a elaboração da nova lei migratória, manifestou-se publicamente contra a lei migratória vigente no momento.

Pablo Asa, advogado do CELS, conta que na época o tema da lei migratória levava as organizações dos Direitos Humanos a se manifestarem até em atos públicos. Trabalhou junto com o CAREF ajudando na repatriação de refugiados argentinos na Espanha e na França. À época que foi realizado o trabalho de campo em Buenos Aires, o CELS participou dos programas de repatriação das chamadas vítimas de tráfico de pessoas, moças paraguaias e dominicanas, junto às outras organizações já mencionadas.

O motivo de haver ido lá, além de conhecer a biblioteca, era encontrar o mencionado advogado Pablo Asa, quem viria a entrevistar posteriormente em quatro oportunidades. Foi ele quem me manteve ao tanto das dificuldades de implementação da lei, e que me ofereceu uma visão mais ampla da nova lei migratória. Pablo Asa tem entre trinta e quarenta anos; e um estilo bastante informal. Leva adiante uma clínica jurídica enquanto professor da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e membro do CELS, em uma parceria com o CAREF. É uma das pessoas que desde o início integrou a *mesa de enlace* que levou à nova lei migratória argentina, como ela é conhecida hoje. Após aprovada a lei, Pablo esteve sempre envolvido em sua implementação; daí sua importância para esta pesquisa. Começou trabalhar com as questões migratórias um tanto por acaso, quando, ainda no curso de graduação em direito, a única possibilidade de estágio que encontrou foi na clínica que agora dirige. Há outros advogados em sua família, primos seus que também trabalham com Direitos Humanos e com questões ambientais.

Trago a seguir um trecho do sitio web do CELS:

Entre 1970 y 1980 nació y se desarrolló en la Argentina un vasto movimiento de defensa de los derechos humanos que obtuvo, por sus singulares características, una amplia trascendencia a nivel regional e internacional y que continúa gravitando de manera preponderante aún hoy en la realidad político-institucional del país.

El surgimiento de este movimiento obedeció a dos circunstancias concurrentes: el terrorismo de Estado implantado por las fuerzas armadas en el país desde el 24 de marzo de 1976, y el desarrollo del concepto universal de derechos humanos, producto de los grandes consensos políticos de la segunda post-guerra.

La fundación del CELS en 1979, durante la última dictadura militar, debe ubicarse en ese contexto particular. Su creación respondió a la necesidad de encarar acciones rápidas y decisivas para detener las graves y sistemáticas violaciones de los derechos humanos, documentar el terrorismo de Estado y proporcionar ayuda legal y asistencia a los familiares de las víctimas, especialmente en el caso de detenidos-desaparecidos.

(<http://www.cels.org.ar/cels/?info=detalleTpl&ids=6&lang=es&ss=133> – consulta realiza no dia 16/02/11)

5.9 O INSTITUTO NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN, LA XENOFOBIA Y EL RACISMO (INADI)

Chovia densamente o dia da minha primeira visita ao INADI: Dirigi-me até a rua 25 de Mayo. Passei, do n. 145, e no n. 155, frente ao edifício do *Ministerio del Interior*, uma longa fila de pessoas, a maioria com rasgos índios. Um homem, com sotaque portenho interpelou-me, perguntando se ia fazer o *DNI (Documento Nacional de Identificación)*, se já tinha feito a foto, “*Si*”. Tinha trazido o documento?: “*Si*”. Em seguida foi até um outro homem que estava tentando organizar a fila e perguntei o que era aquilo. Ele disse que era o lugar onde se fazia o *DNI* para estrangeiros. Fiquei observando as pessoas na fila. Havia um casal de idosos muito brancos. Perguntei-lhes se a fila era para a segunda fase: “*Si*”. Fiquei lá até que me dei por conta que se pretendia entrar no INADI devia fazê-lo de uma vez, antes que fechara. Na entrada, ao edifício no número 145, um policial nada simpático pediu-me o documento. Apresentei minha carteira de identidade uruguaia. O policial perguntou de onde era aquele documento que na frente dizia, *República Oriental del Uruguay*. Acho que ele não havia sido treinado para essa situação. Anotou número e nome, perguntou onde ia, me fez passar pelo detector de metais e disse que podia passar.

Será que o INADI pertence ao *Ministerio del Interior*?, Se não, por que está sediado neste edifício? Tinha que averiguar isso sem parecer que estava em desacordo. Já no oitavo andar, um rapaz me atendeu através de uma janela. “*Ah! Usted quiere hablar con un asesor!*” “*Si*”, respondi. “*Espere un poquito*”. Enquanto aguardava, observava os cartazes colados nas paredes. Eram todos contra a discriminação, invocando a Constituição Nacional alguns, otros apontando para os direitos a não ser discriminado. Uma moça me fez passar para uma salinha diminuta, onde havia um computador velhíssimo. No corredor, milhões de caixas de papelão. A moça, muito gentilmente, depois de minhas explicações invocando o NACi e a UFRGS (nesses casos, quanto maior o respaldo acadêmico melhor) disse que aguardasse por Marcelo. Voltou e disse que a acompanhasse, que havia só duas pessoas; uma não havia ido a trabalhar e a outra estava no telefone. Mais corredores, mais caixas de

papelão. Marcelo, um rapaz alto e desajeitado, com um piercing no nariz, me explicou que aquele era apenas um espaço que o *Ministerio del Interior* havia cedido ao INADI, o qual, de fato, era parte do *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos*. Descobri, então, que a verdadeira sede do INADI fica na rua Moreno 750 e é lá que devo ir, mas ele, bibliotecário e documentarista, deu-me uma enorme quantidade de publicações do INADI e explicou superficialmente todas elas.

O INADI é um organismo descentralizado do governo argentino cujas ações estão dirigidas a:

todas aquellas personas cuyos derechos se ven afectados al ser discriminadas por su origen étnico o su nacionalidad, por sus opiniones políticas o sus creencias religiosas, por su género o su identidad sexual, por tener alguna discapacidad o enfermedad, por su edad o su aspecto físico ...
(<http://inadi.gov.ar> (acesso em fevereiro de 2011))

Assim reza a capa de quase todas as publicações e o site do INADI.. Foi criado por lei em 1995 e começou a funcionar em 1997. Está, desde março de 2005, vinculado à *Secretaría de Derechos Humanos* do *Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*.

Entre as funções do INADI estão a realização de campanhas de prevenção e combate a todas as formas de discriminação e a defesa dos direitos das pessoas que sofrem algum tipo de discriminação com base nas categorias acima. Mantém um serviço de atendimento através de um número de discagem gratuita para atender casos de discriminação e promove uma série de fóruns formados pelos próprios grupos em situação de vulnerabilidade. Há, então o fórum de migrantes, o de afro-argentinos, de índios, de liberados (ex-presidiarios), de gays e lésbicas, de portadores de HIV, de antigos perseguidos políticos, de mulheres, entre vários outros.

Os fóruns são entidades completamente autônomas, que se reúnem no espaço físico do INADI segundo suas próprias agendas e abertas à participação de organizações da sociedade civil.

As pessoas que fazem o atendimento telefônico às pessoas que sofrem

algum tipo de discriminação são em sua maioria migrantes estrangeiros contratados para fazer esse trabalho; três deles, Julio Cezar do *Movimiento de Víctimas de Crímenes del Estado Colombiano*, Suzana Cedeño, da *Asociación de Migrantes Ecuatorianos* e Lourdes Reveneira, peruana ex membro da *Asociación de Mujeres Migrantes y Refugiadas de Argentina (AMUMRA)*, foram entrevistados ao longo desta pesquisa.

5.10 O FORO DE INMIGRANTES Y REFUGIADOS DO INADI

Flavio Rapisardi, o coordenador de fóruns disse-me, por telefone, que o fórum de migrantes se reuniria naquele dia, que telefonasse a Susana Cedeño, a coordenadora desse fórum do momento. Telefonei-la: disse que estaria na sede do INADI da rua Moreno às 18 horas.

Enquanto esperava no corredor do INADI, chegou Rosa, psicóloga peruana que ia lá pela primeira vez também. Ela havia sido encaminhada lá por Natividad Obeso, de AMUMRA. Começam a chegar as outras pessoas, a coordenadora, entre eles. Todos são representantes de alguma organização de migrantes, o que faz com que, segundo percebi, seja comum que cheguem pessoas novas.

Apresentei-me depois de Rosa. Ambos dizemos haver conversado por telefone com Natividad Obeso. “*De esa señora me separan quilómetros de distancia*” disse Susana enfaticamente. Aparentemente, houve algum problema com AMUMRA ou com Susana, mas não ficou claro o que aconteceu. Na reunião estavam também, Mali, haitiana; Julio Cesar, colombiano, Lesia, ucraniana representante da AMUMRA, Gloria, uma boliviana dissidente de AMUMRA e Juan Sampaio, boliviano coordenador do projeto *Escuelas* o qual estava apenas iniciando naquele momento.

O projeto *Escuelas*, pretende sensibilizar as crianças e sobretudo, os pais, sobre a questão migratoria, segundo conta Juan Sampaio. Foram discutidas atividades a ser realizadas com os alunos e a possibilidade de um video. Juan conta que segundo um estudo sobre discriminação (não encontrei

um espaço na reunião para perguntar sobre ele) está, em primeiro lugar a aparência física. A categoria migrantes está em terceiro lugar.

A maior parte dessa reunião do fórum girou em torno do projeto Escuelas, mas a problemática das mulhres migrantes *mulas*, companheiras de traficantes de droga presos, também foi trazido à tona quando uma moça do *foro de liberados* (ex- presidiários) entrou à sala. “*Los presos políticos tienen abogado y tienen todo porque son ricos, nosotros los presos comunes no tenemos nada porque somos pobres*”, disse ela.

Falou-se também sobre o evento contra a ‘Diretiva de Retorno⁵⁶’ que aconteceria na sexta feira seguinte, no Fórum.

Desse evento participaram muitas pessoas de organizações diferentes. Entre os convidados estavam o cônsul nigeriano e o vice-cônsul boliviano. Todo o mundo apertado em torno de uma grande mesa ou de pé. Servi do tradutor ao cônsul da Nigéria, procurando me fazer ouvir entre a multidão. Depois que já todos haviam se pronunciado em relação ao tema que os congregava, elaboraram um manifesto de repudio à diretiva.

O *Foro de Inmigrantes* pareceu-me ser pouco representativo, uma visão que posteriormente concidiu com a de Natividad Obeso. A Sra.Lilia Camacho, criticou também sua ineficácia; o próprio Julio Cezar, participante do fórum pelo movimento das vítimas da violência do Estado colombiano, criticou a concentração e disputas pelo poder. Em minhas idas a campo posteriores soube que as atividades do fórum haviam sido suspensas depois que a Sra. Lourdes Riveneira havia assumido a coordenação.

5.11 A DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES (DNM)

A DNM é uma dependência do “*Ministerio del Interior*” e tem dois locais,

⁵⁶ A diretiva de Retorno é um projeto de lei da União Europeia que visa auxiliar os imigrantes em situação irregular a retornarem a seus países. Tem sido o foco de debates acalorados por parte de governos, ONGs e associações de imigrantes. É popular e mundialmente conhecida como a “Diretiva da vergonha”.

um no micro-centro e outro perto da rodoviária de *Retiro*. Foi inicialmente ao local da DNM do micro-centro, onde, naquele momento, se dava início ao trâmite de regularização migratória.

Quase ninguém na calçada. Está finalizando a primeira etapa de *Patria Grande*. Um salão grande e velho. Guichês ao longo de duas das paredes. Perguntei para o oficial de polícia quem podia me dar informações sobre como funcionava o *Plan Patria Grande*. Disse que pegasse uma ficha e esperasse. Ficha 67. Seis pessoas aguardavam serem chamadas. Todos com traços índios menos um homem muito loiro e branco, com uma aparência muito pobre.

Sentei em um dos longos bancos de madeira iguais aos encontrados nas igrejas, colocados de frente ao balcão de atendimento, onde as pessoas faziam os primeiros trâmites do processo de obtenção de documentos, separados dele três ou quatro metros. As pessoas aguardavam em silêncio. Para não dizer ironicamente que qualquer semelhança com uma verdadeira igreja é meramente casual, devo acrescentar que os bancos não tinham a tábua onde as pessoas costumam se ajoelhar para rezar. Os três atendentes pareciam amáveis e tratavam todo o mundo aparentemente bem.

Chegou minha vez, apresentei-me e disse o que queria. A moça perguntou quando havia entrado à Argentina. “ayer”, respondi. “*entonces no tenés que hacer...*” Expliquei que eu não estava tentando me regularizar, e repeti o que tinha dito anteriormente: “*Yo soy estudiante de doctorado en Antropología Social en una universidad brasileira y estoy en Buenos Aires para entender como funciona el Plan Patria Grande. Me gustaría conversar con alguien sobre ese tema*”. Pediu meus documentos. Dei o xérox de minha carteira de identidade brasileira e meu cartão da UFRGS. Ela me disse que esperasse. Esperei. Chamou-me do outro extremo do salão poucos minutos depois. Disse que devia esperar ali, que “*él*” falaria comigo. Poucos minutos depois, um homem jovem saiu de uma sala com meus documentos, mas não me viu, apesar de que eu estava quase na frente da porta. “*soy yo*” chamei-o.

Explicou-me que ele poderia me dar algumas informações mais os detalhes seriam com outra pessoa e que para isso teria que atestar que eu era de uma universidade e o que buscava. De todas as formas, contou o

funcionamento do Plan Patria Grande, que é apenas um programa de regularização que agora está entrando em sua segunda fase em Buenos Aires, que o que havia mudado era a lei de migrações, etc. Explicou que na cidade autônoma de Buenos Aires o Plan Patria Grande começou em abril de 2006, que na província de Buenos Aires havia iniciado em outubro do mesmo ano e que no restante do país no ano seguinte. Esse foi um dato interessante; o Plan Patria Grande era então descentralizado, porém a cidade de Buenos Aires estava na frente na aplicação do programa. Seria que isso falava da centralidade da capital ou da distribuição geográfica dos imigrantes na Argentina? Se quase todos os imigrantes passam pelo norte e noroeste do país, porque não havia iniciado o programa nas cidades daquelas províncias?

A primeira fase era o período em que se dava a *regularización precária* a todo imigrante do Mercosul que pudesse atestar sua identidade. Prevendo um tempo para que estas pessoas pudessem encontrar o restante da documentação. Isso significava, provar que não se tinha antecedentes criminais nem na Argentina nem no país de origem. Então iniciava a segunda fase, quando o imigrante, já munido desses documentos, tramita a permanência. Lembrou: *“Esta lei es la concretización de lo que está previsto en el Mercosur”. Uruguay y Brasil hicieron pactos de reciprocidad con Argentina, los demás países no.”*

Apresentei posteriormente uma carta do Departamento de Antropologia da UFRGS e esperei contato por e-mail. Como não recebera nenhuma resposta, telefonei em mais de uma oportunidade mas nunca consegui conversar com o Diretor de Migrações da Argentina.

5.12 A ASOCIACIÓN MUJERES UNIDAS MIGRANTES Y REFUGIADAS DE ARGENTINA (AMUMRA)

Combinamos uma entrevista com a Sra. Natividad Obeso na sede do INADI, para as 19:00 do dia 18 de setembro de 2008. Ela se atrassou consideravelmente, mas finalmente chegou. Procuramos uma sala. A

entrevista, pensada para ser sobre as atividades de AMUMRA, terminou se centrando principalmente, na figura de sua diretora.

De baixa estatura, cabelo visivelmente tingido, veste uma indumentária simples e brincos artesanais. Durante a entrevista, seu marido telefonou duas vezes. Ela explicou sempre por que não havia chegado à casa ainda e disse que não demoraria em fazê-lo. Ao longo da entrevista pude perceber que se trata de uma pessoa de forte personalidade e com um discurso bien elaborado sobre as migrações. Ela passa sem minha interrupção de um assunto ao seguinte, concatenando as ideias.

Natividad Obeso, como disse anteriormente, é a diretora de AMUMRA. Todos os meus interlocutores imigrantes participantes de alguma organização mediadora a conhecem e mencionaram seu nome em algum momento. Muitos parecem não gostar dela, outros apenas a mencionam como fundadora de AMUMRA. Sua história enquanto imigrante se confunde com sua militância pelos Direitos Humanos dos imigrantes. AMUMRA é a mais recente das organizações que Natividad Obeso fundou. O trecho que trago na seqüência para mostrar sua inserção no universo da militância através das organizações, foi retirado do sitio web da Coordinadora da Coletividade Boliviana, :

Natividad no necesita presentación, es una mujer que siempre ha luchado por los derechos de las personas migrantes en cualquier lugar del mundo. Debido al mal y trágico momento que está pasando en su tierra natal (hirieron gravemente a su hijo en un supuesto intento de robo) nos pareció oportuno dar a conocer la noticia, y utilizar nuestras herramientas para poder ayudarla. (http://www.labandaderolando.com/detalle.php?nota_id=1049 – consulta realizada no dia 25/04/2011).

Natividad nasceu em Cajamarca, Peru:

Soy de nacionalidad peruana, pero soy latino-americana. Cuando hablamos de nacionalidad lamentablemente tengo que decir que soy peruana [...] nosotras estamos seguras que realmente las fronteras no deben existir. Es algo que es realmente doloroso para el ser humano estar divididos por banderas y situaciones y que realmente sean las fronteras los espacios donde más maltratan, discriminan y someten a

aquellas personas que salen de su país en busca de un mejor horizonte y mejor calidad de vida. (entrevista realizada no dia 18/09/08)

Natividad veio à Argentina há 15 anos:

Yo vine en la época de Fujimori. Yo vine huyendo de mi país. Yo estoy acá como refugiada, pero ahora regreso, después de 15 años, el 29 de setiembre. [...] tuve que salir porque me incriminaron por terrorista. Ya me absolvieron tengo ganas de ir a ver ami gente, a mi familia, a mis afectos. (Idem)

No entanto, ela não era terrorista, senão candidata a prefeita por um partido de oposição ao governo denominado Frente Independiente Progresista:

[...] un partido totalmente independiente, social, que trata de unificar, integrar, ¿no? Articular, ver toda la situación social de los pueblos. Es un poco un partido muy independiente. También voy con muchas ganas de recuperar mi partido [...] No. Nosotros no tenemos ninguna tendencia, ni para la izquierda ni para la derecha. Creo que en el mundo lo que esta pasando ahora es que no son los políticos los que están al frente de la política, sino realmente politiqueros que ponen un discurso en el que critican al sistema pero antes de criticar al sistema creo que son ellos los que deben ser criticados. (idem)

Eu não podia, logicamente, lhe perguntar por que motivos tantas pessoas mostram não gostar dela, mas acho que ela me deu uma dica:

Yo veo por ejemplo acá en Argentina, algunas personas del colectivo de migrantes que quizás ... ellos salen de sus países por un mejor horizonte, como le digo [...] Yo digo, yo no saldría de mi país para eso. El migrante está consciente que realmente como no reúne las condiciones suficientes en su país porque hay gobiernos que no generan políticas públicas adaptadas a los derechos humanos por eso la gente sale. Para mendigar un cajón de comida cuando llegan acá, la verdad que yo no lo haría. Me duele tanto, porque veo que todavía nos falta mucho a nosotros para conscientizarnos.

Sobre sua vida em Argentina:

No, por ahora no puedo (voltar definitivamente ao Peru). Tengo acá a mis cuatro chicos, mis hijos viven conmigo, soy

presidenta de esta organización de Derechos Humanos de Mujeres Migrantes e Refugiadas entonces como que es una responsabilidad sobre uno, **vemos que las organizaciones de migrantes están muy fragmentadas.** tratamos de poner un granito más de arena a nuestra lucha par conseguir los objetivos que perseguimos, ¿no?

Sobre a nova lei migratória argentina:

Tenemos en Argentina una política migratoria basada en los Derechos Humanos. Realmente nosotros trabajamos desde la primera instancia, cuando nos empoderamos de ese proyecto de ley del entonces diputado Giustiniani. Creemos realmente que todavía falta muchísimo. **Faltan campañas de formación con respecto a la 25.871, la ley de migrantes, también faltan campañas de formación con respecto al tema de los refugiados y también en el ámbito laboral, sobre la Convención de los Derechos de los trabajadores y trabajadoras migrantes.**

Sobre a lei de refugiados:

La ley de refugiados está basada en los derechos de los refugiados y refugiadas aquí en Argentina, ¿no? Esa ley determina que debe haber la interacción de una Comisión Nacional de Refugiados que se llama, llamaría, CONARE. [...] Existe un ente que se llama CEPARE, Centro para Refugiados, pero dentro de la 26. 165 se pidió una comisión, este ... Comisión Nacional para los Refugiados. [...] (formada por) por miembros de diferentes ministerios, pero que también tiene que haber un observador de la sociedad civil.

Parece desconfortável quando pergunto sobre a relação de AMUMRA com ACNUR:

Bueno ... **la relación con el ACNUR , la nuestra es una relación más que nada de intercambio de información. Algunas ayudas que nosotros necesitamos para los refugiados ... Este año tenemos al nuevo director del ACNUR que es realmente un hombre muy accesible, abierto, tiene muchas ganas de trabajar. Entonces estamos nosotros ahí, exilados, a ver cual es el trabajo que está desarrollando él para unirnos también a ese trabajo, ¿no? Ya hemos conversado con él, él nos ha escuchado y ha tomado un poco las necesidades que tenemos los refugiados y las refugiadas aquí en la Argentina, entonces nos ha pedido un tiempo prudente, como para que más o menos él ... él es muy nuevo acá, como para que vaya tratando de articular todas esas situaciones en las que nosotros creemos que están siendo atropellados nuestros derechos,¿no? Como refugiados y refugiadas acá en la Argentina.**

“Usted llegó a Argentina y decidió fundar una asociación ... “ disse eu.

Ela continuou:

*Llegué acá a la Argentina y al llegar acá a la Argentina, como yo vivía en mi país algo muy doloroso en aquel entonces, **en ese momento la policía estaba por detrás de uno, cada cuadra había un policía, nos levantaba, nos pedía la documentación, o sea ... o sea, hubo muchísimo atropello con el tema de la ley Videla en aquel entonces. Era una ley muy dictatorial, una ley que hacía deportar a la gente cuando la encontraban irregular**, entonces es que, a partir de ese momento empezamos a tomar, personalmente yo empecé a tomar un poco de conciencia. **Cuando yo volví a ver a mis hijos después de 5 años y al venir no podían estudiar ni en el centro educativo secundario ni en la universidad ... Quizas en la primaria les permitían entrar, pero el secundario y la universidad era muy difícil entonces empecé a luchar yo sola, como una cachorra que estaba buscando proteger a sus cachorritos. Así que bueno, logré que mi hijo ingresara en la universidad. Bueno empezamos a luchar y luchar. Primero formamos una organización, luego otra, luego otra, y ahí creo que a la cuarta, bueno ...no es posible. Es muy difícil, yo con mucho sufrimiento **veo que en el mundo las organizaciones están más acostumbradas a lamentar que a construir, que a unir, que a integrar que a articular**, y desde mi persona, realmente yo me hago mea culpa, un exámen de consciencia cuando a veces hay críticas, pero a veces yo también acepto las críticas que son positivas para poder construir, porque uno de sus errores realmente aprende, ¿no? No todo es bueno realmente, entonces sí, logramos trabajar de esa manera. **Es interesante que la sociedad sepa que al colectivo migrantes no lo podemos tener todos los días porque todos trabajan hasta sábado, y a veces hasta domingo Especialmete las mujeres migrantes que muchas veces son jefas del hogar**, entonces somos conscientes de eso. Por eso digo que la poca gente que nos podemos organizar y articular y ayudar e informar, realmente queremos que cada uno represente a esos miles y miles de inmigrantes que realmente quisieran estar apoyando esta lucha pero que realmente por cuestiones de trabajo no pueden retirarse. **Entonces estamos trabajando a ver como podemos hacer un proyecto para que pueda Argentina declarar el 18 de diciembre el Día Internacional del Migrante. [...] el día 18 de diciembre es el día que todas las naciones del mundo se unieron en las Naciones Unidas para poder firmar la Convención de los Derechos de los trabajadores Migrantes, y por ende quremos que sea también el Día Internacional del Migrante. ... Entonces el día del migrante es el día en que todas las personas del mundo salieron en busca de un destino mejor, no es cierto? Y eso **son todas las naciones que han decidido que sea ese día, entonces respetemos también ¿no?*******

Ela não havia mencionado nenhuma organização peruana que lhe facilitasse sua saída enquanto refugiada. Perguntei.

Yo llegué aquí como inmigrante, luego fui refugiada y luego volvía a ser inmigrante. Porque todavía no hay mucha protección para los refugiados. O sea, si bien Argentina ratificó la convención del 51, este ... todavía no hay programa realmente para refugiados aquí en Argentina; se padece mucho, hay muchos refugiados que están totalmente en situación de precariedad. No se toma en cuenta que somos personas que vivimos en situaciones de mucha vulnerabilidad, no es cierto? Y todavía no hay un poco de consciencia desde el propio gobierno de que estas personas también son seres humanos que ven, siente y oyen.

Natividad veio diretamente de Cajamarca:

*[...] desde mi pueblito. Dejé a mis hijos con mi madre. [...] Todo el mundo me pregunta por que Argentina. Ni yo misma se por que. Como yo soy de un pueblito muy chico de mi país, donde todos nos conocemos, donde todos somos amigos, todos somos vecinos, entonces al país que más había salido yo era a Lima, que es la capital de mi país, Bueno y también iba un poco a Huaquillas en Ecuador, después a otros lugares no había ido, **en ese momento decían que para venir acá a Argentina no se necesitaba visa y bueno. Entonces dije, bueno, el primer lugar donde voy a ir es a ese lugar porque no voy a tener problemas para buscar una visa**, y por lo menos para poder salvaguardarme y protegerme, ¿no?, para que allí pueda también proteger a mi familia.*

Veio de avião e não conhecia ninguém em Buenos Aires:

*Fue una situación muy difícil, muy difícil, porque en ese momento dije... 'a mi me han hecho llegar a un lugar que se llama el Sheraton y yo creía que el Sheraton era como Lima, y era una fábrica tomada y bueno, como yo en ese momento estaba con toda una situación y mi problema que estaba huyendo de mi país, me decían 'usted no diga nada, porque si usted habla la van a deportar'. **Entonces como que me sometieron a eso, y por eso creo que en el mundo los migrantes y las migrantes no tienen información, porque no hay lugares específicos, lo que le venimos solicitando a este gobierno es que pueda haber una secretaria de migrantes.** El pasaporte universal ... son utopías, pero que realmente, si uno no vive... los sueños tienen que ser realidad, hay que soñar. Yo digo que todo lo que yo he hecho hasta ahora, lo he soñado. Todo. Entonces después de esos sueños, acaba uno diciendo,: debo hacerlo y quiero hacerlo'*

Logo fundou a primeira organização:

La primera organización que fundé fue Mujeres en acción, la segunda fue Mujeres Peruanas Unidas, la tercera fue Mujeres Peruanas Unidas Migrantes y Refugiadas, y la cuarta fue Mujeres Unidas Migrantes y Refugiadas. Sería de una manera más integradora, apuntando a todas las nacionalidades, ¿no? Y también con una perspectiva de que no sea la nacionalidad que nos separa sino más bien que esa nacionalidad sirva para unirnos más, y poder organizar el colectivo de una mejor manera, ¿no?

Sempre há um viés de gênero:

*Yo misma no estaba consciente en ese entonces de que debíamos luchar como mujeres, ¿no? Porque es como que venimos de países muy atropellados, muy golpeados, donde realmente el patriarcado, el machismo están latentes entonces bueno este ... pero en ese momento dije: **bueno ya había ido a participar en algunas reuniones y la realidad es que no nos daban voz a las mujeres. Entonces dije: no nos dan voz si acá en Argentina están las Madres de Plaza da Mayo, por que no nosotros, ¿no?. Igual lo podemos hacer, que diferencia hay?. Entonces dije: bueno, intentémoslo, el 'no' ya lo tenemos'. Nosotros trabajamos bajo esa perspectiva, ¿no? No salimos a buscar el 'no', salimos a buscar el sí, todos los días.***

Responde a minhas perguntas sobre AMUMRA. A organização foi criada há dois anos e meio. Conta com 14 membros e, pela primeira vez, está tendo seus projetos financiados. Um deles visa a capacitação de 20 mulheres migrantes e refugiadas em questões de violência e o segundo, financiado pela UNIFEM, vai na mesma direção, formando defensoras legais contra a violência. Ela sempre esteve na diretoria, mas naquele mesmo mês haveria eleições.

“¿Participan del Foro de Inmigrantes?. “¡NO! ¡Yo no!”

Depois esclareceu:

Si, si. Hay personas de la AMUMRA que si participan del foro. Que estamos viendo como ampliar un poco el foro que es medio cerrado. No participan todas las organizaciones. Estamos viendo de que manera trabajar también. El problema es, como digo, las organizaciones del colectivo es un poco difícil de lunes a viernes, ¿no? Queremos tener el colectivo los sábados y domingos, pero por otro lado también decimos: trabajamos de lunes a sábado y el día domingo que es el único día que podemos estar con nuestras familias ...' entonces es medio complicado. Y que te pareció el foro?

Expliquei que, até aquele momento, só havia visto uma reunião do Foro. Respondeu: “El problema es que todavía participan organizaciones que no tienen un trabajo amplio en el ámbito migratorio, ¿no?”

Sobre os migrantes por nacionalidade:

Acá la colectividad de mayor alfuencia realmente es la comunidad boliviana. Más de un millón y medio de inmigrantes. Luego tenemos la comunidad paraguaya; también tiene sus 800.000 paraguayos. **El problema es que para nosotros es muy difícil porque no hay estadísticas.** Luego están los peruanos, chilenos. Los peruanos no somos demasiados. Somos como 180.000 peruanos. **El problema es que los peruanos están todos en Buenos Aires entonces como que se visibilizan más, ¿no?** Todo el mundo cree que hay demasiados peruanos, pero no, somos pocos en si realmente. Sono scerca de 180.000 peruanos, no más.

Natividad estudou contabilidade no Peru e tinha uma empresa de distribuição de cerveja na cidade de Trujillo. Então veio à Argentina: “Acá empezó mi suplicio ese dolor tan grande que reamente genera la migración y el refugio cuando vamos a un nuevo destino. Acá empezó el calvario, decimos nosotros”.

CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

O universo de mediação em Buenos Aires está composto por ONGs transnacionais e locais, associações de imigrantes, agentes estatais que trabalham em parceria com a sociedade civil, e organizações da Igreja Católica. O Foro de Inmigrantes congrega algumas associações de imigrantes. Nesta entramado de organizações, alguns sujeitos destacam-se por se fundir e confundir com suas organizações. Ninguém faz menção à AMUMRA, por exemplo, sem falar na Sra. Natividad Obeso. Outros permanecem na sombra de suas organizações, embora sejam eles quem a levam adiante, tal é o caso da Sra Sofia do Departamento de Migraciones del Arzobispado de Buenos

Aires.

Há organizações que lidam diretamente com imigrantes e outras que só se dedicam à pesquisa e, a assistência em casos muito particulares; outras mantêm recortes de gênero ou de raça.

Diferentemente do que ocorre em Porto Alegre, embora existam questões políticas contundentes, como a presença de um refugiado colombiano do movimento de vítimas do terrorismo de Estado participando do *Foro*, os posicionamentos políticos não aparecem como um elemento definidor das relações entre os sujeitos e entre as organizações. Portanto, a identificação política dos sujeitos e das organizações passa mais pela consideração das migrações como um fenômeno político do que da identificação com alguma ideologia política nem com nenhum setor da política partidária local. A configuração da política partidária argentina tampouco o permitiria, já que não há atualmente no país uma força política importante que se identifique explicitamente com um ideal político transnacional. Nesse sentido, diferentemente de em Porto Alegre, e para além da “pobreza imigrante” que faz parte do discurso católico sobre as migrações e tudo o que ela implica, os constrangimentos que decorrem da atuação dos mediadores derivam apenas da pertença a um ou a outro grupo e dos desencontros entre eles.

O universo da mediação está fragmentado de diversas formas. A primeiro olhar poderia se dizer que há uma divisão entre as organizações da Igreja Católica e as não religiosas.

A diferença fundamental entre ambas reside na natureza dos seus discursos. Em termos muito gerais, pode se dizer que as organizações religiosas de assistência a migrantes e refugiados estão pautadas por uma concepção do migrante como parte de uma grande família humana. Com uma visão assim universalista, o migrante é sempre alguém cujas necessidades precisam ser preenchidas porque, enquanto homens, qualquer deficiência em relação a seus direitos é uma falha a ser corrigida. Já aquelas de cunho não religioso, trabalham na perspectiva dos direitos humanos, concebidos como uma conquista da sociedade historicamente datada. Assim, os direitos humanos dos migrantes devem ser reconhecidos pela sociedade e os próprios

migrantes devem reconhecer-se a si mesmos como sujeitos desses direitos. Trata-se de direitos em construção, que podem ser conquistados, e é a tarefa das organizações da sociedade civil enquadrar esses direitos, crescentemente universalizados, e os casos concretos de sua violação no marco jurídico nacional e em normativas transnacionais.

Máximo Badaró (2006) faz uma distinção semelhante, porém colocando a ênfase das organizações religiosas em um conceito do homem que, enquanto filho de Deus, é portador de determinados direitos. Entretanto, essa origem divina dos direitos do homem raramente aparece nos discursos dos mediadores cristãos. Neste grupo poderíamos também incluir o CIBAI Migrações de Porto Alegre; embora em alguns casos se promova certa espiritualidade, -“não somos apenas um saco de ossos”, disse o padre João do CIBAI Migrações - não há nos discursos destes mediadores declarações explícitas que digam respeito a uma moralidade ou ética cristãs, para além da pobreza como característica do imigrante e da necessidade de manter um espírito solidário com os imigrantes. A principal diferença no que diz respeito às formas de manifestar-se sobre as migrações entre organizações de origem religiosa e as de origem leiga parece estar no caráter de dom universal dos direitos dos migrantes, uma dádiva inerente ao ser humano, em contraposição à construção histórica dos direitos dos migrantes.

O trabalho de campo em Buenos Aires apontou, contudo, que tal categorização dos mediadores, no que diz respeito a essas duas formas de perceber o migrante ou o fenômeno migratório apresentam nuances e variações. A forma como cada entidade dialoga com as outras instituições é também fundamental para delinear seu perfil. Por exemplo, uma organização religiosa porém altamente institucionalizada como a FCCAM, a qual tem funcionários assistentes sociais contratados, se insere em um lugar de grande visibilidade na hierarquia eclesiástica e é parceira da ACNUR, entrelaça uma visão humano-divina, ou universalista, do migrante à ideia de que seu papel, enquanto instituição é o de dar uma assistência que, mesmo que factual, deve obedecer os lineamentos e permanecer dentro de limites impostos institucionalmente e bem precisos. As situações na porta de entrada e na sala

de espera da FCCAM revelam não apenas o distanciamento com que os assistentes sociais lidam com os migrantes, senão também, e sobretudo, que o preço do acesso à documentação ou ao *status* de refugiado é uma demonstração de maleabilidade por parte do solicitante. É necessário perceber-se enquanto um sujeito que precisa de ajuda e uma disposição a solicitá-la na linguagem de quem a tem para oferecer. O sentido de pertença que o documento pode conferir implica um processo de conversão às formas de apresentação e comportamento que fundem éticas e estéticas religiosas e seculares. A porta de entrada ao local da FCCAM é um dos lugares onde esse processo inicia.

Entre as organizações seculares incluo o CAREF, o qual, apesar de ter uma base religiosa e sua direção estar formada por membros das igrejas protestantes, a figura que representa o CAREF, junto com sua equipe de trabalho, mantém um discurso pautado exclusivamente pelos direitos humanos. Isso parece contraditório com o sítio web da organização, o qual, como vimos neste capítulo, mantém um discurso religioso. Nessa contradição insere-se a figura de Gabriela, que faz questão de apontar para o caráter não-religioso do CAREF, granjeando-lhe assim uma circulação e certo prestígio entre as organizações não religiosas, apesar de que o sítio web do CAREF revela uma ética cristã. Algo semelhante acontece com o CELS, que, como a Sra. Sofia revelou, foi fundado por católicos praticantes, afastando-se do discurso religioso posteriormente e apresentando-se exclusivamente como uma organização de direitos humanos.

Isto coloca também o CAREF e o CELS em alguma relação de diálogo com o mundo acadêmico e a geração mais nova dos pesquisadores nas ciências sociais, os quais não se furtam a um posicionamento sobre as migrações e a uma crítica ao “assistencialismo” da Igreja⁵⁷. Isso fica claro também no fato de que vários dos pesquisadores do tema das migrações conhecem pessoalmente a Gabriela e a Pablo ASA, do CAREF e do CELS respectivamente, mas não às pessoas que trabalham nas organizações da

⁵⁷ Escutei tais críticas ao assistencialismo da FCCAM, especialmente, em conversas informais com pesquisadores do tema das migrações da UBA e da UFSAM.

Igreja.

As associações de imigrantes constituem um universo um tanto diferenciado dos dois já mencionados. Elas agem como mediadores tanto por oferecer assistência legal como por congregar pessoas imigrantes em torno de suas organizações e projetos. Entretanto, os desencontros entre elas tornam-nas um universo obscuro à compreensão de quem as olha de fora. Nunca consegui saber, por exemplo, o que mantinha AMUMRA à margem do Foro de Imigrantes, mas o que si parecia claro que havia um desacordo por questões éticas entre a Coordenadora do Foro daquele momento, a imigrante equatoriana Susana Cedeño, e Natividad Obeso.

O trânsito de informações e pessoas entre as associações de imigrantes é o INADI, órgão do estado, era intenso. Várias das pessoas que representam as associações trabalham no INADI, e o *Foro* é, de fato, uma iniciativa que se encaixa dentro do programa de defesa dos Direitos Humanos do Estado argentino.

As associações de imigrantes parecem, no entanto, estar mais afastadas do circuito de parcerias que envolve ONGs locais, as organizações da Igreja e os organismos transnacionais como a OIM e o ACNUR. Somente a Co.Co.Bo. estabeleceu uma parceria desse tipo, mas com uma organização que não diz respeito às migrações especificamente.

Para além disso, as organizações locais parecem estar cada vez mais globalizadas no que diz respeito aos seus objetivos e discursos sobre quem é o imigrante e quais são seus direitos. Mesmo as organizações da ordem sacalabriniana, da Igreja Católica, tem um discurso globalizado mais marcado pelo humanitarismo e pelas fontes de religiosidade que definem os despossuídos.

O “discurso mediador” (3.3) parece permear especialmente aquelas organizações que se constituem como ONGs ou tem vínculos fortes com organizações transnacionais. É especialmente o caso do CAREF e a OIM e, de alguma maneira, também da FCCAM. Apesar das significativas diferenças entre elas, ambas parecem manter um discurso limitado integrador e

funcionalista, marcado por uma caracterização da desordem e a necessidade de que a imigração “caiba” dentro dos parâmetros do aceitável, sem estender o debate sobre os “problemas” da migração. O discurso da FCCAM, entretanto, não poderia ser pensar como disputando um lugar com o discurso hegemônico do senso comum, exceto no caso da Irma Ana Sílvia, que preferiu indagar sobre as questões relativas ao refugio e o trabalho da ACNUR. As observações que realizei na FCCAM apontaram sua proximidade com um entendimento de que o imigrante deve passar por processos de educação para a vida em sociedade, e isso a aproxima de PSF, a qual, longe do “discurso mediador”, assume uma postura fortemente acusativa de uma suposta falta de educação dos imigrantes (3.3).

Organização/Entidade	Tipo	Interlocutores
CEMLA	Instituto de Pesquisa da Igreja Católica	Alícia Bernasconi
OIM	Organização intergovernamental	Sabrina, Samanta X
FCCAM	Entidade da Igreja Católica e parceira do ACNUR	Roberto, Elba, Irmã Ana Sílvia
Departamento de Migraciones del Arzobispado de Bs As	Entidade da igreja Católica	Padre Videla Sra Sofia
Co.Co.Bo.	Coordinadora de associações	Wayra Aru
CAREF	ONG	Gabriela
PSF	Associação	Sra. Eladia e diretora

CELS	ONG	Pablo Asa
INADI	Entidade do governo junto com coletivos	Lourdes, Susana, Cezar
Foro de Imigrantes	Foro de coletivos	Susana e outros
DNM	Órgão do governo	Agente
AMUMRA	Associação / ONG	Natividad Obeso
Infancia migrante	ONG	Lilia Camacho

CAPÍTULO 6 O UNIVERSO DA MEDIAÇÃO EM MADRI

O trabalho de campo em Madri iniciou antes de minha partida, já com a obtenção do visto para Espanha, que é na realidade, um visto para o Espaço Schengen. Durante todo o tempo que estive naquela cidade, não houve momentos em que fizesse trabalho de campo e momentos em que não. Tudo se transformava em um dado, algo a ser observado e sobre o qual teria que refletir, tanto pela presença ubíqua do fenômeno migratório na cidade quanto pela minha própria situação de estrangeiro, que, em princípio, me colocava como um imigrante a mais, independentemente do motivo pelo que estava lá. Por isso, esta foi a parte mais densa da etnografia, no sentido geertziano. Não havia como fugir à pesquisa: as pessoas com quem morava eram imigrantes e espanhóis, as paisagens urbanas falavam sobre as migrações; nas viagens em metrô e ônibus, nas compras, nas bibliotecas, na universidade, no cinema, nas festas, nos trâmites burocráticos, nas refeições nos restaurantes, em todo momento o fenômeno migratório estava presente e falando em voz alta. Tudo fez parte do trabalho de campo e dialogava com o foco da pesquisa, os debates sobre a migração por parte dos agentes de mediação. Por isso, para elaborar este capítulo mais do que para os dois capítulos etnográficos anteriores, foi necessário um trabalho de abstração que permitisse mostrar o que quero dizer sem ser muito prolixo, mas sem deixar de mostrar a consistência que o fenômeno migratório tem em Madri. Como nos capítulos anteriores sobre Porto Alegre e Buenos Aires, e como a palavra 'descoberta' indica, seguirei o percurso recorrido. Isso não implica, certamente, que se trata de uma descrição cronologicamente pautada apenas, na medida em que vários tipos de informação me levavam por caminhos diversos e eu tentava segui-los simultaneamente.

O distanciamento e a ruptura epistemológica tornaram-se propostas às que tinha que recorrer a todo o momento, já que em momento nenhum o entorno permitiu momentos de vida à parte da pesquisa. O que o leitor encontrará neste capítulo, como nos dos anteriores sobre Porto Alegre e Buenos Aires, será a forma como as pessoas que trabalham com o fenômeno

migratório elaboram seus discursos a partir dos lugares que ocupam, permeado pelo contexto da vida na cidade. Assim, terei que retroceder e avançar várias vezes no tempo, combinando uma sequência compreensível das descobertas com uma organização temática da descrição do trabalho de campo.

Várias das organizações com as quais tive contato em Madri não trabalham exclusivamente com imigrantes, mas têm as migrações como um tema muito importante em suas agendas, sempre argumentando que, desde que estorou a crise especialmente, os imigrantes são a parte mais vulnerável da sociedade. A imigração age assim como um “catalizador” das dinâmicas dos discursos sobre o social, dando a esses discursos um lugar e uma direção.

No universo da mediação em Madri alguns sujeitos individuais destacam-se por sua visibilidade. Tal visibilidade não decorre apenas de sua atuação dentro de suas organizações, senão também de sua circulação entre organizações, de seus hábitos de interpelar pessoas em lugares públicos, de sua capacidade de acionar os meios de comunicação de massa e aqueles dirigidos a setores específicos da população e, sobretudo, de sua habilidade para acionar discursos políticos sobre o fenômeno migratório. Em várias ocasiões, foram estes sujeitos claves os que me abriram as portas de organizações diversas. Por isso, não há como não trazê-los a esta apresentação e análise do universo de mediação em Madri.

Como veremos neste capítulo, essa concentração de capital simbólico e político de alguns sujeitos individuais convive com uma organização em redes do universo da mediação. Veremos neste capítulo que quase todas as organizações pertencem a associações de organizações ou a entidades de maior abrangência, como a Igreja Católica e o Estado em seus diversos níveis de governo. Aquelas redes que estão formadas por organizações em diversas cidades do país são chamadas de *federaciones*. Vale lembrar, então que nenhuma organização existe por si só.

Contudo, não é geralmente com as redes que os imigrantes têm contato, senão com organizações e sujeitos individuais. De fato, de algumas redes pouco se fala e a maioria dos imigrantes não sabe de sua existência, mesmo

que frequente as organizações. Eu mesmo consegui entender que o universo de mediação em Madri se organizava em redes após haver entrado em contato com várias organizações; na realidade, ninguém me disse que era assim que se configurava o universo de mediação.

Como o expressou uma de minhas interlocutoras, as organizações formam redes porque, individualmente, dificilmente teriam acesso aos recursos dos governos. As redes de nível nacional –as *federaciones*– têm acesso aos recursos do governo central, do governo autonômico e do governo municipal. Já as redes de abrangência comunitária têm acesso aos recursos do governo autonômico e municipal, mas não aos recursos do governo nacional. Por isso também, o Ferrocarril Clandestino, o qual, apesar de trabalhar em conjunto com outras organizações de fora da Comunidad Autónoma de Madrid (CAM) não constitui uma *federación*, apenas uma red local, não tem acesso a nenhuma subvenção.

Entretanto, pude observar que as organizações não se agrupam em redes ou *federaciones* apenas em função dos possíveis financiamentos, senão que há também uma contante busca por parceiros com quem possam se identificar, e os critérios costumam ser as formas de perceber e lidar com os fenômenos sociais. Há organizações que não recebem financiamento de nenhum tipo mesmo pertencendo a redes reconhecidas; tal é o caso de APLA, que escolheu não candidatar-se a receber nenhum tipo de subvenção para manter sua independência, como me revelou uma das minhas interlocutoras nessa organização.

A rede do Ferrocarril Clandestino é a única que é realmente visível enquanto red, e isso se deve a que os membros das organizações que a compõem mantêm entre si um contato intenso e se consideram antes membros do Ferrocarril Clandestino do que de suas organizações.

Seguirei, então, neste capítulo, a forma como fui descobrindo este universo de mediação, considerando que eu também era um estrangeiro na cidade, e apesar de minha intenção explícita de entender esse universo.

6.1 A COMUNIDAD AUTÓNOMA DE MADRID (CAM) E O AYUNTAMIENTO DE MADRID (AM)

Os diferentes níveis de governo na Espanha, o Estado Espanhol, as comunidades autônomas e os municípios, todos eles têm um dizer sobre o fenômeno migratório; falam e agem contundentemente desde suas diferentes instâncias. Como já mencionei, as questões relativas à mediação dentro das esferas governamentais cabem às comunidades autônomas e aos municípios. Estes últimos, responsáveis pela população em geral e por gerir os recursos econômicos, têm a maior prioridade no diálogo sobre o tema. As comunidades autônomas, entretanto, fazem sentir sua voz e participam da mediação.

6.1.1 A Oficina de Información y Orientación para la Integración de los Inmigrantes do bairro Carabanchel

Encontrei este local de atendimento a imigrantes de Carabanchel uma tarde de setembro, enquanto caminhava pelas ruas procurando conhecer o bairro no qual havia poucos dias morava. Morei naquele bairro entre o 1 de setembro de 2009 e o 30 de junho de 2010, após haver morado durante um mês em outro bairro da cidade.

Carabanchel era, comentara uma amiga minha, o bairro da cidade com a maior população de imigrantes, por isso procurei um lugar para morar lá. Trata-se de um bairro residencial e comercial, atravessado por várias avenidas e a aproximadamente 20 minutos do centro da cidade, em metrô. As lojas de venda de legumes e frutas e as de restauração são todas de propriedade de imigrantes latino-americanos e magrebies; as chamadas *Alimentación*, onde é possível comprar principalmente alimentos industrializados e refrigerantes, são de propriedade de imigrantes chineses. As farmácias, padarias, ópticas, lojas de roupa e ferragem e poucos restaurantes são de proprietários espanhóis e os locutórios são todos de proprietários latino-americanos. Essa divisão do espaço comercial do bairro é bem clara, com poucas exceções, e ela se repete em

outros bairros de população imigrante. Nos 10 meses que morei em Carabanchel, um novo bar discoteca foi aberto e uma loja de roupas e uma sapataria fecharam.

Carabanchel foi considerado uma vila de operários espanhóis, aparte da cidade, até algumas décadas atrás. Quando iniciou o *boom del ladrillo*, tornou-se um grande campo de construção de imóveis. O edifício onde eu morei havia sido construído pelo próprio dono, um pedreiro que decidiu fazer um prédio de sua propriedade, no final da década de 1990. Tem três andares, como a maioria, com dois apartamentos de cinco dormitórios por andar. Os apartamentos não são alugados a uma única pessoa; o proprietário aluga os quartos a sujeitos individuais, prática muito comum na Espanha. No edifício onde eu morava havia imigrantes de entre 20 e 40 anos e alguns espanhóis.

Atualmente, nas ruas de Carabanchel, como em muitos outros bairros da cidade, há edifícios sem terminar e outros em processos de construção muito lentos, com dois ou no máximo três trabalhadores que não pareciam ser imigrantes. Chamou-me a atenção que não todos os dias havia pessoas trabalhando nesses edifícios em construção, e foi difícil entender se se tratava de uma consequência da crise do setor imobiliário particularmente ou da dinâmica da construção, até que percebi que, só nos dias em que havia mais materiais -areia, pedras- na calçada, havia pessoas trabalhando. Independentemente de qual fosse a razão da lentidão nas obras, isso remetia à ideia tão freqüentemente repetida pelos imigrantes latino-americanos “*A los españoles no les gusta trabajar, duermen la siesta toda la tarde*”, o que, além do mais, faz pensar que se trata de uma forma de contestar as pré noções sobre os imigrantes latino-americanos.

A placa não muito visível na *Calle de la Oca* chamou-me a atenção; entrei. Um rapaz e uma moça, ambos em torno dos 25 anos de idade, loiros e de olhos claros sentados lado a lado detrás de um balcão eram os únicos no local. Perguntei o que era ali e me disseram que era *la Oficina de Información y Orientación para la Integración de los Inmigrantes*, que ele era o recepcionista e ela a assistente social. Falei da minha pesquisa e perguntei se poderia fazer uma visita e ter uma entrevista com ela, já que no momento era quase a hora

de fechar. Combinamos para as 16 horas da quarta feira seguinte.

Antes de ir à entrevista procurei na internet alguma informação sobre as Oficinas de Información y Orientación para Inmigrantes. Um número considerável de sites, desde jornais a sites de outras associações, incluía um link para o site de Munimadrid, o que indicava também que se tratava de um serviço do Ayuntamiento de Madrid.

São quatro: Um no distrito Centro, criado em fevereiro de 2006, outro no bairro de Carabanchel, criado em Julio do mesmo ano. Em 2007 foi criado o posto do bairro Aluche e o quarto, no distrito de La Latina, foi criado em outubro de 2009.

Surgem algumas perguntas: Será que os imigrantes, ao chegarem a Madri, buscam na internet alguma informação sobre como resolver suas situações? E os que não falam ou lêem castelhano?; será que as pessoas têm clara a diferença entre o Ayuntamiento de Madrid e a Comunidad de Madrid?

Cheguei no dia e hora combinados, ninguém aguardava para ser atendido. Ana me fez passar à sala onde fazia atendimento. Uma mesa redonda, cartazes do Ayuntamiento de Madrid nas paredes. Comecei indagando sobre o trabalho do posto. A primeira pessoa que o imigrante contata no posto é o recepcionista; se ele não pode resolver a questão que lhe é apresentada no momento, é derivado à assistente social. O local se encontra muito próximo a *la Junta*, o local onde se faz o empadronamiento no bairro de Carabanchel. Ana me disse que muitas pessoas vão lá quando têm alguma dificuldade para *empadronarse* ou por equívoco, pensando que aquele é o lugar que procuram.

As Oficinas de Información y Orientación mantêm basicamente dois programas, que são:

a) O programa de informação sobre questões legais. Este programa visa oferecer informação sobre os caminhos da regularização migratória, sobre o *empadronamiento* e assistência social. Quando se trata de casos complicados de regularização, Ana os encaminha a advogados que prestam serviços jurídicos gratuitos em outras organizações. De fato, ela mantêm e me ofereceu

um registro de várias organizações que oferecem serviços gratuitos. Isto é importante porque revela não somente a terceirização do atendimento a imigrantes na cidade, mas também, como pude perceber após algum tempo, o afastamento desse atendimento fornecido pelos órgãos oficiais em relação aos movimentos sociais ou de base que também prestam um papel importante mas não são mencionados na lista de organizações que Ana me providenciou.

b) o programa de empregabilidade. Foi criado a finais de 2008 como resposta à grande demanda de emprego e tem como objetivo orientar os imigrantes na vida do trabalho. Atende a pessoas com e sem autorização para trabalhar, com disse Ana “*Con permiso de trabajo o pasaporte*”. A forma como ela se refere às pessoas sem autorização para trabalhar mostra não apenas a necessidade de creditar uma identidade senão também qual é o perfil, ou a origem, das pessoas com que ela trabalha. Contou Ana que a maioria dos *africanos* viaja sem passaporte, mas os *latinoamericanos*, ao chegar a Europa por via aérea, precisam ter um passaporte. O programa não atende pessoas comunitárias nem com dupla nacionalidade. Não se trata de uma agência de emprego, de fato eles não têm uma bolsa de empregos, senão de um programa de informação sobre como elaborar um currículo, homologar um título, ver as capacidades que a pessoa tem de trabalhar em outras áreas diferentes das que via trabalhando e de fazer cursos de capacitação. Mantém sim uma lista das empresas que poderiam precisar de trabalhadores e frequentemente encaminham os imigrantes a procurarem os serviços de outras organizações que sim têm bolsas de trabalho. O programa acompanha cada caso em particular.

Sobre as pessoas que chegam lá, disse Ana que a maioria são do bairro de Carabanchel, ou da zona Sul: “[...] *Jo sea, son la mayoría latinoamericanos, ecuatorianos, bolivianos, peruanos ... algunas personas de Marruecos también*”. Conta também que ao posto do distrito do centro vão pessoas de todas as nacionalidades. Não sabe quantos casos atendem por mês. *¿Por día?*, “*depende*”. “*¿Hoy?*” “*Hoy fueron más o menos diez, tres por empleo, hasta ahora*”.

Sobre como é gerenciado o trabalho do posto: As Oficinas de

Información y Orientación dependem da Consejería de Familia y Asuntos Sociales e são gestionadas pela ONG Cooperación Internacional. Trata-se, portanto, de um serviço terceirizado. Cooperación Internacional cria os programas e implementa-os. Contrata os trabalhadores para trabalhos específicos, como é o caso de Ana e seu colega recepcionista.

Posteriormente à entrevista procurei esta ONG, localizada em um edifício bastante novo em um bairro nobre, próximo à Plaza de Castilla. O “*no atendemos particulares*” foi rotundo; a recepcionista não só se recusou a me dar alguma informação, senão que baixou a cabeça quando me viu entrar e não quis escutar o que queria lhe perguntar.

Ana é formada em Serviço Social na Universidad Complutense de Madrid’. “*Junto al departamento de Antropología*”, disse ela. Fez alguns cursos sobre o funcionamento da Ley de Extranjería e trabalhou em assuntos migratórios antes de ser contratada pela ONG, “*pero nunca había hecho atención personalizada, como lo hago ahora*”.

Ela parece desconfortável quando peço sua opinião sobre a legislação migratória espanhola:

*Depende de con que la comparemos. Si la comparamos con otros países de Europa puede parecer más cerrada, pero es más abierta que en otras partes. Si te pones en el lugar de la persona que migra, a nadie le gusta ninguna ley de extranjería. Claro que el Estado tiene derecho a controlar las migraciones, pero si te pones en el derecho de la persona a inmigrar... Y creo que la ley se está endureciendo. Se están cerrando las fronteras, cada vez se está cerrando más la entrada y eso lo único que hace es que venga más gente a través de medios ilegales. O sea que la gente sigue viniendo igual, pero con una situación más complicada. **Además la ley tiene una carencia muy importante, y es regular bien a la gente que ya está aquí, que lleva mucho tiempo aquí. Gente que está perdiendo su permiso porque no tiene capacidad de cotizar.** (Me explica o que significa cotizar, quando lhe pergunto, e continua). **Si tu no cotizas, no tienes derecho a renovar.** No me exijas que cotice un número tan alto de meses cuando no hay trabajo. No es que yo no quiera trabajar, es que no puedo, no lo hay. Mucha gente está perdiendo sus permisos porque no tiene los medios para renovarlo. Esa es una carencia importante de la ley. (Entrevista realizada no dia 29/09/09)*

Explica-me que a lei de 2004 é, na realidade, uma modificação do

regulamento da *Ley Orgánica de Extranjería de 2000*. E continua:

El PSOE plantea la modificación del reglamento en 2004 y ahora está planteando de nuevo una nueva reforma de la ley. Esta nueva ley va a dificultar la venida de los nuevos inmigrantes y dificultar más la vida de los que ya están aquí. (idem)

Conta que só é possível conseguir a autorização para trabalhar quando se tem como demonstrar que se está na Espanha há pelo menos três anos e se tem um contrato de trabalho e que, dessa maneira, a lei acaba incentivando que as pessoas permaneçam de forma irregular. Acrescenta que é possível também conseguir o estatuto de refugiado tendo como comprovar que se tem sido vítima de violência de gênero, independentemente se foi no país de origem ou na Espanha.

Explica-me também como funciona a contratação no exterior. Um empregador precisa ir ao Instituto Nacional de Empleo (INEM) e mostrar por que quer uma pessoa do exterior, e por que não poderia encontrar uma pessoa da Espanha ou da UE para preencher essa vaga. Conta também que com a falta de emprego, a contratação no país de origem não está funcionando muito bem.

Conta também que o “Servicio de Dinamización de espacios públicos” do AM depende agora da *Consejería de Inmigración*. Meses depois, iria entrevistar uma mulher equatoriana que se autodefinia como *dinamizadora* e que trabalhava com imigrantes para esse setor do município de Madri. Ana conclui com sua opinião sobre como se trata da questão migratória em Espanha:

Mi opinión es que en extranjería en España nadie es un experto. Van mejorando o cambiando cosas según van viendo que algo no funciona, van jugando un poco con ensayo y error. En la ley faltan cosas concretas, decir ‘esto seguro es así’, creo que es muy etérea la ley. Luego hay centenas de organizaciones que trabajan el tema de extranjería, luego no se cuan efectivas son o cuanta capacidad tienen esas entidades, porque a lo mejor su programa es muy bueno pero no tienen financiación. (Idem)

Conversamos sobre Carabanchel e ela repete que é um bairro com uma grande população imigrante. No entanto:

En Madrid la inmigración no está concentrada en un solo barrio, no hay un gran gueto. Creo que es algo positivo, que está bastante difuminado, desperdigado, aunque se concentre en barrios concretos, más humildes por lo general, pero tanto en el sur como en el norte, el este o el oeste y pueblos del alrededor. (Idem)

Falamos sobre Lavapiés: “Yo nací en Carabanchel, ahora vivo en Lavapiés. Allí hay mucha gente de muchos lugares, pero también hay gente autóctona, gente comunitaria, o sea que no es un gueto.” Eu disse que em Lavapiés a maioria das pessoas eram de origem africano e asiático, ao que ela responde:

*Ahora, si, 10 años atrás a grande maioria eran ecuatorianos, colombianos las poblaciones que más han crecido son las de Senegal y la de Bangladesh [...] ahora si tu vas por las calles, no tienes la sensación de que hay ecuatorianos, antes la población eran latinos, si. Ahora, **aunque la población de Ecuador sigue siendo muy alta, no se corresponde con la gente que ves en la calle.** Mi hipótesis es que trabajan todo el día y vienen a casa solo a dormir, y luego los fines de semana se van a los parques, a Casa de Campo. **Como son las comunidades que más tiempo llevan, ya están más enraizadas en Madrid, tienen permiso de trabajo todos, o doble nacionalidad, entonces ... no se, empiezan a moverse más por otras áreas de la ciudad.** Creo que han ido por eso, en el momento de asentarse en Lavapiés, no se iban a comprar una casa, primero porque casi no hay mercado de venta y segundo porque no tienen las condiciones de dinero. (Idem)*

A entrevista com Ana foi a primeira entrevista formal que realizei em Madri, ela me foi muito útil para começar a entender esse vasto campo da mediação conectada às redes oficiais na cidade. Ela parecia saber e querer saber sobre as migrações.

6.1.2 Os Centros de Atención social a Inmigrantes (CASI)

Os CASI são órgãos da Comunidad Autónoma de Madrid e têm como objetivo dar assistência às necessidades imediatas dos imigrantes, bem como fornecer informações sobre a legislação e obtenção de documentos. Há dois

CASI na cidade de Madri e outros dois em municípios da Comunidad Autónoma de Madrid. São gerenciados por ONGs espanholas ou europeias que desenvolvem, na cidade, um trabalho aparentemente mais burocrático do que de contato com os imigrantes.

Visitei um dos CASI da cidade de Madri, mas não consegui falar com ninguém, já que havia que agendar uma visita por telefone. Quando o fiz, a pessoa encarregada estava de férias. Escrevi vários e-mails solicitando uma reunião, mas recebi somente promessas de que quando houver tempo, me responderiam agendando um encontro. Isso nunca aconteceu.

Os programas do CASI, segundo me comentara posteriormente Sandro, um dos meus interlocutores da Federación de Refugiados e Inmigrantes de España (FERINE), dificilmente são procurados pelos imigrantes da cidade de Madri; sua inserção é maior nas comunidades de fora da capital. Segundo meu interlocutor também, os CASIs mantêm uma política de alinhamento ao governo da Comunidad de Madrid que não consegue interpelar os imigrantes. De fato, nenhum dos imigrantes com que conversei mais extensamente e perguntei sobre seus percursos entre mediadores mencionaram os CASI. Aos poucos, fui compreendendo que os discursos sobre a migração em Madri têm um alto potencial político conteúdo político. Por isso, quando meu interlocutor me disse que os CASI não tinham eco nas coletividades de imigrantes, não me pareceu nem um pouco estranho, pois reiterava também uma divisão política também sobre como o poder público age em relação aos imigrantes.

De todas as formas, eles são um meio de comunicação entre a CAM e os imigrantes no discurso do governo da comunidade, sendo mencionados pelos membros do governo autonômico como iniciativas em prol da integração dos imigrantes.

6.1.3 Os órgãos de pesquisa e ensino sobre migrações

As questões relativas à migração são tema de pesquisa e ensino nas universidades e por parte de alguns órgãos do Estado espanhol. Como

veremos, eles mantêm um diálogo com as instâncias dos governos e com as organizações da sociedade civil. A eles são encomendadas algumas pesquisas que depois serão utilizadas na elaboração de relatórios oficiais e possíveis políticas sobre migração.

Estes centros de pesquisa e significam também a possibilidade de realização de congressos sobre o tema. Assistí, nos onze meses que permaneci na cidade, a vários congressos, seminários e palestras sobre migrações, dos quais participavam pesquisadores de vários países e universidades.

O Observatorio de las Migraciones -

É um órgão do Ayuntamiento de Madrid, pertencente à área de Família y Servicios Sociales. Sua função é, fundamentalmente, o levantamento de dados quantitativos e a elaboração de estatísticas sobre a imigração atual e as perspectivas futuras. Dados sobre origem, faixa etária, emprego dos imigrantes são de sua incumbência. Em 2009, este trabalho de levantamento de dados foi realizado em conjunto com alguns alunos do curso de Sociologia da Universidad Complutense de Madrid (UCM).

Entre 2005 e 2008, o observatório foi dirigido pelo Professor de Antropologia Social Carlos Gimenez, da Universidad Autónoma de Madrid (UAM), com quem conversei uma tarde em seu escritório. O Pfr. Gimenez comentou, com um tanto de ressentimento, que, depois de haver dirigido o observatório por vários anos, o governo do Partido Popular (PP) do Ayuntamiento de Madrid havia-lhe retirado o posto e colocado em seu lugar alguém que não tinha nenhuma experiência no tema das migrações.

O “Instituto Universitario de Investigación sobre Migraciones, Etnicidad y Desarrollo Social” (IMEDES)⁵⁸

O IMEDES faz parte do programa de *Migración y Multiculturalidad* da

⁵⁸ <http://www.uam.es/otroscentros/imesdes>

UAM e é dirigido pelo Pfr. Carlos Gimenez e pela Pfra. Liliana Suarez do curso de Antropologia Social. É um espaço interdisciplinar de estudos das migrações e da integração cultural. Este último aspecto da integração é um importante distintivo, já que o IMEDDES e o Pfr. Gimenez em particular, constituem um dos pólos do pensamento espanhol sobre as migrações, conforme pude observar na interação com meus interlocutores e colegas que a ele se reportam com certa frequência. O outro pólo está personificado na figura do Pfr. Manuel Delgado, da Universidad Autónoma de Barcelona.

A Escuela de Profesionales em Inmigración y Cooperación (EPIC)

A EPIC também faz parte do trabalho com migrações da CAM. Entrevistei seu diretor, o Pfr. Kayamba Tshitshi sobre o trabalho da escola, graças à intermediação de uma das alunas da escola, minha amiga colombiana Sandra Colmenares.

A EPIC foi criada em 1998 com o nome de Escuela para Mediadores Sociales en Inmigración. O Pfr. Tshitshi conta sobre o contexto de surgimento da escola. Na década de 1990, Espanha recebeu mais de um milhão de imigrantes, devido ao crescimento econômico do país decorrente de seu ingresso à UE. A entrevista revela que, com a prática, se expandem os especialistas e os saberes:

Los españoles vivieron una movilidad económica ascendiente por su acercamiento a los países del norte de Europa y querían comportarse como tal, entonces ciertos trabajos los tenían que hacer otras personas. Eso fue el efecto llamada. España no estaba preparada políticamente ni socialmente para recibir tanta gente. (entrevista realizada no dia 11/05/10)

A CAM criou então esta escola para ajudar profissionalizar pessoas no atendimento a imigrantes, especialmente no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos. Segundo o professor Tshitshi, este trabalho era bastante limitado. A escola funcionou assim até 2008, quando percebeu-se que os desafios eram então outros. Os imigrantes já haviam se estabelecido, muitos haviam reagrupado suas famílias e comprado moradias e o que se precisava então era trabalhar com a integração desde uma perspectiva social e política,

comentou o Pfr. Tshitshi. Isso implicou acrescentar à formação de mediadores um perfil “*más académico*”. Por isso hoje é uma escola de profissionais em imigração, com cursos de graduação e pós-graduação, com o apoio acadêmico da Universidad Rey Juan Carlos:

*No solamente en inmigración, la “Comunidad de Madrid” entiende que el inmigrante debe desarrollar un papel como actor en el desarrollo de su país, **incorporar a los programas de integración esa visión de transnacionalidad que sustenta el codesarrollo.** [...] y mostrar que la inmigración no es un mal, hay beneficios y hay costos de la inmigración, y hay que maximizar los beneficios y reducir los costos. (idem)*

O perfil da escola, conta ele, não é o de luta contra a xenofobia e o racismo, senão o de sensibilização para mudar a imagem da imigração, e aponta para uma integração baseada na convivência cidadã e no desenvolvimento de estratégias de cooperação ao co-desenvolvimento dos países de origem dos imigrantes.

A integração passa, na perspectiva de meu interlocutor, por mostrar a falsidade dos pressupostos sobre os imigrantes:

*Los inmigrantes quitan los puestos de trabajo de los españoles, los datos muestran que no. Los inmigrantes ocupan aquellos puestos que los españoles no quieren ocupar. Los inmigrantes son unos aprovechadores, abusan de los servicios sociales. No, **los inmigrantes pagan sus impuestos, por lo tanto tienen derecho a usar los servicios, y los usan menos, porque son personas jóvenes o porque no tienen un hábito de consumo de salud, van al médico solamente cuando van a una urgencia.** Estos son datos objetivos. Contribuye, paga sus impuestos, pero utiliza menos los servicios. (Idem)*

Estes debates sobre os pressupostos sobre a imigração e os imigrantes são acontecem durante encontros semanais realizados com pessoas do âmbito da política que são convidadas e vir e à EPIC e em encontros internacionais sobre cooperação ao co-desenvolvimento. A imigração inscreve-se na lógica do co-desenvolvimento, como consequência das políticas de cooperação ao desenvolvimento. Nesse sentido, na perspectiva da EPIC que meu interlocutor me traz, co-desenvolvimento implica o imigrante como um agente duplo no desenvolvimento simultâneo dos países de origem e acolhida.

O Pfr. Tshitshi, ao longo de esta entrevista que durou uma hora aproximadamente, falou também sobre cidadania e uma nova forma de conceitualiz-la⁵⁹. Toda sua fala foi sempre em nome da Comunidad de Madrid, cujas percepções sobre a imigração estão refletidas na EPIC.

Assisti a um simpósio sobre migrações no qual membros do governo da CAM expuseram suas percepções sobre a imigração. O discurso deste político parecia muito com o discurso do Pfr. Tshitshi, salientando os benefícios da imigração e cuidando-se de usar sempre os termos politicamente aceitáveis sobre o tema. Por exemplo, resaltou não haver *inmigrantes ilegales*, senão *inmigrantes en situación irregular*. No entanto, não devemos esquecer que o PP, já teve um discurso oposto ao que adotou recentemente em face às próximas eleições.

Em 2001, o governo do PP criou um dispositivo chamado Operación Ludeco, o qual visava deter e cadastrar todos os imigrantes equatorianos e colombianos sob a suspeita de serem criminosos. Isso implicou uma caça aos imigrantes com traços fenotípicos que denunciassesem essa origem. O líder do PP declarou na ocasião, que:

España se enfrenta a um tipo de delincuencia `que no conocíamos´. Uma delincuencia importada, organizada y salvaje de secuestros Express, bandas callejeras y asaltos a domicilios. `Por Barajas nos entra la mafia de la droga y por los Pirineos [...]´ (Villavicencio, 2007. p 40)

Este discurso a favor dos imigrantes do PP também é contraditório com sua política atual de corte do orçamento destinado aos movimentos sociais. CEAR, uma das maiores organizações de mediação na CAM e na Espanha teve seu orçamento cortado em 70 % em 2010.

Vários outros órgãos vinculados ao Estado espanhol, à CAM e ao AM mantêm grupos e linhas de pesquisa e ensino em migrações. Entre eles a Fundación Ortega y Gazzet vinculada à Universidad Complutense de Madrid e o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), máximo órgão de

⁵⁹ Ver (2.3.9)

pesquisa na Espanha, com sede em Madri. Particpei de dois congressos na primeira e de outros dois no segundo.

A partir de um congresso sobre migrações do qual participei na Fundación Ortega y Gazzet, foi criada a Red de Estudiantes de Migraciones (REMi), da qual participo desde sua fundação, em novembro de 2009. Em fevereiro de 2011, o sítio web da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales no México (FLACSO) inclui um link para o sítio web da REMi⁶⁰. Desse congresso participaram vários pesquisadores da FLACSO Equador, Como a Pfra. Gioconda Herrera, pesquisadores latino-americanos residentes em Madri, como a Pfra. Asunción Merino, entre outros, além, logicamente dos pesquisadores espanhóis, como a Pfra. Ana Sala do CSIC.

Na Fundación Ortega y Gazzet participei também de um debate sobre as políticas migratórias em Espanha, conduzido por um pesquisador alemão, Sebastian Rilke.

No CSIC, o “Congreso Internacional América Latina: crisis y cambio global. Política, ciudadanía y población” e o Seminário: “Memoria y justicia. El uso político de la memoria” também reuniram pesquisadores da América Latina e Espanha.

Tanto pela sua interlocução com os mediadores quanto pela participação de acadêmicos nos debates sobre migrações, os centros de ensino e de pesquisa têm uma voz nos discursos sobre migrações, por contribuírem para que o debate sobre as migrações extrapole de alguma maneira a repetição de estereótipos e para legitimar discursos e ações que se afastam das visões mais corriqueiras sobre o tema. Foi isso que aconteceu também durante o Forum Social Mundial de Madri, em janeiro de 2010. Havia no fórum várias oficinas e debates sobre as migrações à Espanha, à Europa e entre países do hemisfério sul, reunindo pesquisadores, membros de organizações de acolhimento e sujeitos que participavam por conta própria.

Dessa maneira, todo o universo discursivo vai se ampliando, mas também, como veremos no restante deste capítulo, cada interlocutor vai

⁶⁰ <http://www.redmigraciones.org>

encontrando seu lugar nesse grande debate.

Os discursos sobre imigração por parte dos agentes de acolhimento vinculados às esferas estatais giram em torno da integração, e a integração é algo que deve ser monitorado. Ela ocorre em uma única direção, e embora se fale em alguns âmbitos sobre políticas e oficinas de sensibilização da população autóctone, elas estão mais no âmbito do discurso do que das ações concretas. Além disso, nenhuma delas aponta a uma flexibilização que permita que a chegada do “outro” provoque alguma forma de reordenamento local; toda a retórica da sensibilização parte da ideia de que o “outro”, apesar de diferente, deve ser bem acolhido.

É o discurso dos agentes estatais aquele que mais se aproxima a esse “discurso mediador”, o discurso da integração, embora isso não signifique que as opiniões de todos sejam as mesmas nem que as trajetórias dos sujeitos individuais não atravessem também seus discursos. Assim o podemos ver na fala de Ana, que, durante a entrevista, buscou alguma forma de equilíbrio entre um discurso integrador e uma elaboração própria resultado talvez de sua trajetória acadêmica.

A integração pressupõe um silenciamento desse “outro”. Quanto menos ele distoar, reclamar e erguer a voz, mas “integrado” está. A participação desse “outro” dentro de certos limites é vista como um sinal de integração. Ser um bom migrante é ser um *buen vecino*.

6.2 A FEDERACIÓN ESTATAL DE ASOCIACIONES DE REFUGIADOS E INMIGRANTES DE ESPAÑA (FERINE)

Como disse no início deste capítulo, a descoberta do universo de mediação em Madri esteve, em grande medida, pautada pelo contato em lugares e eventos públicos e através de personagens chaves no cenário da mediação em Madri. Apresentarei estas pessoas e as organizações às que se vinculam seguindo a sequência de eventos que os relaciona.

Sandro

Durante uma reunião do *Foro Social Mundial de Madrid*, na última semana de janeiro de 2010, conheci Sandro. Ele era uma das pessoas que mais participavam naquele debate sobre interculturalidade, defendendo suas posturas com bastante firmeza e um forte sotaque chileno. Ele falava de algumas organizações das que eu nunca ouvira falar, de Madri e em outras cidades da Espanha. Seu diálogo com os outros participantes era bastante fluido. Ele parecia ter mais de 50 anos, acima do que parecia ser a média, entre 30 e 40 anos. Ao finalizar a reunião, me aproximei, apresentei, e disse que gostaria de conversar com ele. Foi durante a entrevista que descobri a existência da Federación Estatal de Refugiados e Inmigrantes de España (FERINE). Combinamos um econtro em um café próximo à saída do metrô de La Latina, na zona cêntrica de Madri..

Sandro era técnico portuário no Chile. Trabalhou em vários portos do país, e também na Argentina e no Brasil. Quando da privatização dos portos naquele país, ficou sem trabalho; por isso aceitou o convite de ir à Espanha de sua filha, que já morava na Espanha. Durante a reunião do Foro Social Mundial de Madrid, percebi que seu discurso era fortemente marcado por seu posicionamento político, e durante a entrevista, a crítica à situação política mundial permeou sua fala. Por sua profissão, Sandro morou em várias cidades portuárias do Chile e do Brasil. Contei-lhe que, quando eu morava em Iquique, um porto importante no norte do Chile, havia me chamado à atenção que poucas pessoas da cidade conheciam os acontecimentos ocorridos na Escuela Santa Maria em 1907, algo que era conhecido fora do país e que havia marcado a história da cidade e do Chile⁶¹. Aparentemente, meu comentário serviu para romper o gelo no diálogo: estávamos falando a mesma linguagem. Contou que a Casa de Valência, havia publicado uma revista chamada “Los Cien años de la Escuela Santa María”.

Durante a ditadura chilena, Sandro chegou a ser líder do movimento

⁶¹ Um debate sobre esses acontecimentos pode ser encontrado no sitio web <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0043165.pdf>

estudiantil. Posteriormente, já trabalhando começou a militar no sindicato dos portuários e também chegou a um lugar de liderança no movimento sindical. Perguntei se havia tido problemas com o governo ditatorial de Pinochet: *“todos estábamos implicados [...] fui detenido varias veces, pero como mi comportamiento estaba dentro de lo legal y como yo era una figura muy pública ...”*

Quando chegou a Espanha, entrou em contato com a Asociación de Chilenos em España (ACHES). Pouco antes havia acontecido, no Chile, a detenção da militante mapuche Patricia Troncoso⁶². O coletivo chileno em Madri manifestou-se contra a situação, elaborando uma série de protestos e atando relações com lideranças mapuche no Chile. A partir disso, Sandro envolveu-se de cheio nas lutas contra a discriminação e a Ley de Extranjeria. *“Seis meses después ya estaba en el Ateneo de Madrid, con mi primera conferencia sobre lo que era el reencuentro con el colonialismo, el neocolonialismo en la segunda etapa, ¿no?, en el neoliberalismo”*. Peço-lhe que me explique mais:

Nosotros siempre vamos a ser indios para los europeos, el africano va a seguir siendo africano. Ellos no reconocen la mezcla ni el mestizaje como nosotros. Es una esencia, ¿no? Ellos no tienen el entendimiento de que muchos españoles migraron para nuestros países (entrevista realizada no dia 02/02/10)

E, na sequência, a frase que todos os mediadores, independentemente do tipo de organização de que se trate, e todos os imigrantes envolvidos nos movimentos sociais, sem exceção, repetem exatamente com as mesmas palavras: *“Porque de ser um país emisor de emigrantes, a partir de los 90 España se convierte en un país receptor de inmigración”*.

Sandro continua a falar sobre a diferença entre a América Latina e a Europa em termos de aceitação do “outro”, sobre como os latino-americanos

⁶² Patricia Troncoso fue una líder mapuche que, em 2001, foi acusada de incendiar um prédio, junto com outros supostos terroristas. Foi-lhe aplicada a lei antiterrorismo criada na época do governo ditatorial de Augusto Pinochet. Isso gerou um número de protestos e greves de fome. Para saber sobre a história de Patricia Troncoso, ver o sítio web http://es.wikipedia.org/wiki/Patricia_Troncoso

estamos acostumbrados a convivir con negros, blancos e índios, e que, a despeito de nossas vicissitudes, a América Latina tem avanzado mais em matéria de direitos humanos. Sandro estava, com essa frase, me incluindo em seu discurso. Ele sabia que eu fazia parte desse “nosotros” que está acostumbrado com a diferença. Isso teria implicações interessantes para a pesquisa. Ele me apresentou a FERINE e a pessoas de outros coletivos durante a fundação da Delegación Madrileña, e sempre o fez como o *investigador uruguayo-brasilero* que estava em Madri fazendo pesquisa para seu doutorado. De fato, minha circulação em FERINE foi sempre relativamente fácil graças a que Sandro, um sujeito com um capital social amplo nesse âmbito, mostrava confiar em mim.

Sandro foi detido e levado ao CIES. Falou extensamente sobre como era estar lá e as condições dos imigrantes presos e termina: “*Una situación de humillación, te sientes indigno, pierdes tu calidad de persona*” Foi solto, como a maioria das pessoas, depois de cumprido o prazo máximo que pode permanecer detido.

Ainda está em situação irregular:

[...] Pero eso no me impide de estar en la radio, en la televisión, estar en los foros, yo dejo claro que es una situación administrativa, no es un delito. No es una situación que me haga andar escondido. Talvez las personas que son más oscuras .. pero yo me aprovecho que mi color no es tan diferente del color de los españoles. (idem)

Em outra ocasião foi também detido, mas passou só vinte horas em uma delegacia, graças à intervenção dos coletivos de que participa. Conta que estas pessoas que foram em sua ajuda alegaram aquilo que ele acaba de dizer “*no es un delito, es una falta administrativa*”.

Perguntei se era casado:

*Fui casado em Chile, tengo mis dos hijos. Ellos ya están grandes. Ellos hacen su vida, yo hago la mía. Pero ahora, es como haber nacido de nuevo, en el sentido de **poder realizarme como persona**, ya que me pasé toda una vida luchando por un hogar, por mantener una familia, tener tus cosas y al final te das cuenta que nada de eso te sirve en la vida. **Que esto que estoy haciendo hoy en día me da muchas mas satisfacciones que lo que viví durante los 30***

años que (idem)

Como não tem documentos em regra, Sandro não pode ser contratado pelas pessoas para as que trabalha. Vende roupas usadas na rua três dias à semana para sobreviver e durante quatro dias é voluntário de CEAR, ACHES e FERINE. Seu trabalho de voluntário em CEAR é buscar e manter vínculos com os coletivos de imigrantes e outras organizações de acolhimento. Isso o leva a manter contato com organizações de toda Espanha, e especialmente aquelas pertencentes à CAM, mas fora do município de Madri. Um desses lugares é uma pequena cidade chamada Galapagar, na região noroeste da comunidade autônoma, onde, conta ele, dos 26.000 habitantes, 9.000 são imigrantes. Em Galapagar, CEAR está criando um comedor popular, em parceria com uma igreja evangélica. Conta também Sandro:

*Nosotros estamos muy contentos que la FRAVM (Federación de Juntas de Vecinos de Madrid) haya creado una comisión de migración. La plataforma que hemos creado es “**Tenemos derecho a tener derechos**” [...] y dentro de todo esto todavía hay inmigrantes que no participan, que no participan de esta lucha. Lo llamamos lucha porque ver a la policía como anda paleando a los inmigrantes, para nosotros ya se convirtió en una lucha. **Estan también los CEPs⁶³, que son entidades que están hechas para que los inmigrantes sean buenos y hagan todo lo que el estado español les exija.** Son llevados por la Comunidad de Madrid y (irónicamente) nosotros sabemos quien dirige la Comunidad de Madrid (idem)*

Conversamos sobre a situação política da América do Sul. Sandro falou extensamente sobre cada país; parecia conhecer bem sobre a atualidade política e a história de cada país. O que mais lhe indignava era a *derechización de la izquierda*, que seguiam, de alguma maneira o caminho traçado pelos partidos da esquerda europeia.

Combinamos que poderia visitar FERINE na quarta feira da semana seguinte.

⁶³ Os CEPs são agências da CAM dirigidas a coletivos específicos, que atuam principalmente, nas outras cidades da comunidade autônoma, embora existam também alguns CEPs na cidade de Madri. Existem os CEPs dos colombianos, dos equatorianos, etc.

FERINE

FERINE é uma rede de associações de imigrantes a nível nacional. A sede central fica em Madri, e dela fazem parte vários coletivos. O local fica na rua Navarra, em um bairro muito pobre de Madri, a sete quadras da saída do metrô de Estrecho. Sobre o marco da porta, que era uma porta de garagem, a sigla pintada a mano; as letras vermelhas e pequenas no cinza desgastado do marco superior da porta só eram perceptíveis a quem procurava o endereço. Havíamos marcado para as 12:00, mas quando cheguei Sandro atendeu à chamada da campainha e disse que estavam no meio de uma discussão, que voltasse um pouco mais tarde. Voltei às 13:00, morrendo de fome e de frio, já que não havia nos arredores nenhum lugar para comer e aguardar. Cheguei, a discussão tinha acabado, mas estavam todos ali.

O local era um enorme galpão com clarabóias que parecia estar sendo recentemente ocupado. Havia vários computadores empilhados, uma grande mesa e cadeiras. Não havia calefação. Eram todos latinoamericanos menos um, e seu sotaque o denunciava marroquino.

Falavam sobre a fundação de uma delegacia madrilenha de FERINE, que estaria composta pelos coletivos imigrantes da cidade, e faria parte da *Federación*. Mas o debate principal era se se devia permitir que imigrantes em situação irregular ocupassem cargos de direção da delegacia madrilenha de FERINE. Sandro, que está em situação irregular e é conhecido como *el anarquista* do grupo -foi assim que o chamou amigavelmente um dos seis que estavam ali- não via, logicamente, nenhum obstáculo. Seu maior opositor era Ricardo, que arguia que não podiam correr o risco de ficar sem diretor e que, se a FERINE estava atuando dentro dos limites da lei, deviam respeitá-los. Isso não impedia que imigrantes irregulares participassem, logicamente, mas não em posições de direção.

A fundação da delegacia madrilenha teve lugar no último domingo de fevereiro de 2010 pela tarde, na sede da *Federación*. Da assembléia em que foi formada a Delegación Madrid, participaram vários coletivos de imigrantes, quase todos de latino-americanos. O evento culminou com uma apresentação de um cantor cubano.

Às reuniões de FERINE somente assistem homens, e durante o evento de fundação da Delegación Madrid, a presença feminina era escassa. Cada coletivo apresentava seus membros e um membro de cada coletivo iria formar a assembléia. Posteriormente, chegou a hora de votar os cargos de diretor, sub-diretor secretário e tesoureiro.

Particpei de todas as reuniões da FERINE até a formação da Delegación Madrid de FERINE e, posteriormente, ajudei no acondicionamento do local onde iria funcionar uma oficina de informática para imigrantes ministrada por outros imigrantes.

Durante as minhas participações em FERINE, conversei com os seis integrantes da central madrilenha, e com pessoas que participaram da fundação da Delegación Madrid.

Ricardo

Após a primeira reunião de FERINE das que participei fui com Ricardo, um dos seis membros da sede madrilenha da Federación FERINE, a CEAR. Foi ele quem me apresentou a Samanta, minha primeira interlocutora funcionária de CEAR. No caminho, paramos para tomar um café e ali pude fazer uma curta entrevista com ele. Ricardo é um jornalista bastante conhecido pelos artigos que publica no jornal Rebelión. Apesar de sua formação universitária e de não ser uma pessoa tão jovem, -aparentemente tem em torno de 60 anos- ele está desempregado e em situação irregular na Espanha. É voluntário de CEAR e faz parte de FERINE. Teve que sair da Colômbia por problemas políticos; recebeu várias ameaças de grupos paramilitares até que fugiu do país. No entanto, atualmente não há nada que o configure como um refugiado político

Ricardo contou que em 2000, alguns refugiados latino-americanos começaram se reunir para formar uma associação. Em 2005, 12 associações de imigrantes e refugiados criaram a FERINE em Madri. Em fevereiro de 2010, quando entrei em contato com a FERINE, havia 69 organizações fazendo parte de FERINE em toda Espanha, oito organizações em processo de adesão e seis

organizações de Canárias estavam solicitando entrar à rede. Há locais da FERINE em Madri, Burgos, Canárias e Valência.

Ricardo traz à tona o problema das subvenções por parte da Comunidad e o Ayuntamiento de Madrid:

*Nosotros, cuando empezamos no teníamos dinero ni nada, pero si teníamos **una gran claridad política y de las necesidades de los inmigrantes y refugiados** [...] a pesar de que no tenemos un local muy adecuado, somos la organización que más crece en toda España [...] **a nosotros no nos asignan directamente subvenciones más por un motivo político que por la representatividad que nosotros tenemos. Legalmente, somos la organización más representativa de toda la inmigración y asilo aquí y en toda España.** Campañas contra el racismo y la xenofobia terminan ganando las organizaciones que tienen mucho menos base que nosotros. **Hay una opacidad en el tema de la asignación de subvenciones que se debe averiguar.**(entrevista realizada no dia 10/02/10)*

Conta que FERINE trabalha em dois níveis, o espaço organizativo formal, onde se estimula a cada associação de imigrantes conserve sua identidade: há associações de chilenos, de uruguaio, de colombianos, de ghaneses, entre outras.

*Se vinculan a la Federación pero no funden su vida orgánica [...] cada asociación debe tener sus asambleas y estar registrada com líderes identificados, sus certificados de hacienda, de seguridad social, o sea, todos los papeles al día, y deben estar registradas en el Registro Nacional de Asociaciones. **También participamos en espacios asamblearios, como el Foro Social de Madrid. Estuvimos ahí, dimos aportes, y exponemos ante la sociedad española todo lo que está pasando.** (idem)*

Conta que tiveram alguns problemas com algumas associações de imigrantes africanos e colombianos, porque estas queriam que FERINE fosse uma rede de imigrantes, sem considerar os refugiados:

*[...] y eso para nosotros era um absurdo; **nosotros pensamos que inmigrantes y refugiados tienen demasiado en comun.** Ellos planteaban que no, que los ninguno de los refugiados poderíamos participar [...] la mayoría éramos inmigrantes de Argentina, Colombia, Uruguay, Chile ... y así se crea FERINE el 5 de diciembre de 2005. Posteriormente, las asociaciones de*

africanos ... nos encontramos en eventos ... posteriormente admitieron que se habían equivocado, pero nos hicieron un gran daño durante un año y medio, nos retrasaron el proceso un año y medio. Mientras tanto, las políticas oficiales para inmigrantes y refugiados siguen endureciéndose y cada vez van a peor. (idem)

O tema da organização de imigrantes e refugiados está entrelaçado à uma luta pelos direitos sociais em geral. Assim o colocou Ricardo:

Muchas asociaciones han recibido dinero de instituciones públicas y a partir de estar recibiendo ese dinero, han bajado el perfil de sus críticas a la administración pública. Nosotros, como FERINE, seguimos criticando la falta de humanidad y las leyes que aprobaron el diciembre de 2009, que recortan brutalmente los derechos de inmigrantes y refugiados. En Europa en este momento hay un recorte brutal de los derechos básicos, más control al ciudadano, más cámaras de televisión, más video vigilancia, mas necesidad de control, mas coacción a la expresión individual. Hay una norteamericanización ... como el ciudadano norteamericano, que es cohibido, presionado a mantener su silencio, a no participar. Ese ambiente de fascismo, lo está viviendo ahora Europa. [...] el tema del fichaje de inmigrantes por su aspecto físico ... el hecho de que te pueden detener 72 horas aún teniendo documentos ... que una persona que no ha hecho ningún delito pueda estar 60 días detenida en una cárcel. Hay un retroceso substancial de Europa en materia de Derechos Humanos. [...] por eso planteamos que la pelea es en conjunto, con toda la sociedad española. No es una pelea solamente de inmigrantes, no es una pelea solamente de refugiados, luego seguirá el trabajador español, el jubilado español, porque hay recortes en los servicios públicos, en la salud, en los transportes. Hay privatización de todo, y es eso a lo que nos resistimos. (idem)

Pedi a Ricardo que falasse sobre o motivo pontual que o levou a abandonar a Colômbia. Conta que, enquanto jornalista, documentou legalmente uma massacre no Departamento de Antioquia, na Colômbia:

Yo nunca he tenido ningún proceso criminal ni nada. Yo, el periodista que denunció la masacre estoy en el exilio y Álvaro Uribe, que era el gobernador del departamento, ahora es presidente de Colômbia. Yo sigo afirmando de frente y en internet mis denuncias, con mi nombre Ricardo Ferrer Espinosa. (idem)

A sede central de FERINE, em Madri, está formada por seis homens, todos eles na faixa dos 50 ou 60 anos de idade e todos militantes políticos em seus países de origem. Isso, junto à presença de outros refugiados pertencentes às associações que fazem parte da FERINE faz com que esta rede se destaque por seu perfil político dentre as outras redes e organizações que também mantêm um tom político que extrapola partidos.

Semelhantemente às outras associações de imigrantes de Porto Alegre (cap. 4), o que diferencia FERINE das outras redes de associações e organizações é que um discurso político que vai muito além do fenômeno migratório em si é o que congrega os membros em torno de uma dinâmica de assembleias e organização de diretorias seguindo um tom de ativismo.

Logo no início percebi que seria necessário também adotar um discurso político para entrar em contato com FERINE, e isso não quer dizer que estivesse forçando uma identidade para me apresentar ao grupo, senão que, sendo esse o eixo em torno do qual gira a atuação da rede, somente poderia me aproximar dela acionando aquilo que temos em comum.

Isso ficou claro não apenas nas entrevistas, mas também no evento de fundação da Delegación Madrid e nas reuniões ordinárias. Durante o evento, todos os candidatos aos postos de direção, secretaria e tesoureria disseram, em suas apresentações, alguma frase evocando questões políticas para além de todo o político que há no fenômeno migratório. Críticas ao neoliberalismo, à economia de mercado serviam para iniciar ou finalizar cada intervenção.

Durante o evento também, as mulheres, além de serem minoria, falavam pouco. De fato, no momento em que a fala foi aberta a todos os participantes do evento, apenas uma delas falou. Ela parecia ter uma personalidade bastante forte e argumentou com um dos seis. Retomando a comparação, isso diferencia FERINE da CABU, dos Comites La Redota e os Conselhos consultivos de Porto Alegre. As mulheres que participam da CABU se posicionam em pé de igualdade com os homens e, freqüentemente era uma mulher que dirigia a reunião.

Entretanto, a grande diferença entre as associações de imigrantes em Porto Alegre e FERINE reside na relação que mantêm com os contextos em que se inserem. Em Madri, onde existe um fenômeno migratório presente no dia a dia de imigrantes e espanhóis, as transformações econômicas e sociais que vêm acontecendo ao longo das últimas décadas destacam-se sempre como a causa das migrações. Não quero dizer que Porto Alegre esteja fora dessas mudanças, senão que, além de elas serem mais evidentes e presentes em Madri atualmente, elas fazem parte do discurso de quase todas as organizações de mediação, seja quando seus membros falam representando suas organizações ou quando o fazem enquanto sujeitos individuais. Aqueles que não pensam as migrações em termos de uma contestação às políticas nacionais e transnacionais econômicas e de migração atuais não conseguem a adesão dos imigrantes. Tratando-se de agentes que objetivam congregar imigrantes, como é o caso de alguns agentes estatais como os CASIs, não têm eco dentro das coletividades imigrantes. As organizações da Igreja Católica, dão atendimento pontual, e quando procuram politizar as questões migratórias, como é o caso de alguns membros do ASTI San Lorenzo, não acionam uma identidade católica. Sem grande medo de errar, ousou dizer que é esse um dos motivos pelos quais as organizações da Igreja não têm uma ingerência relevante no tema das migrações em Madri.

Portanto, pensar as migrações a partir de uma perspectiva que abranja as problemáticas sociais em geral é, em maior ou menor grau, comum aos mediadores e associações que imigrantes que têm eco no debate sobre as migrações. FERINE, junto com as organizações do Ferrocarril Clandestino, são os que levam mais longe esta abordagem do fenômeno migratório, cada uma a sua maneira e com seu discurso.

6.3 - A COMISIÓN ESPAÑOLA DE AYUDA AL REFUGIADO (CEAR)

O surgimento do CEAR data de 1979 e seu objetivo expresso é lutar pelo direito ao Asilo. Conforme está acessível em seu sítio web, ela foi fundada

a partir da ação voluntária, humanitária, independente e plural⁶⁴.

Sandro conta que CEAR foi fundada por pessoas que tiveram que sair de seus países durante as ditaduras latino-americanas. Samanta, a primeira funcionária de CEAR com que conversei, deu-me uma versão semelhante, mas não igual; segundo ela, CEAR surgiu a partir das inquietudes de alguns refugiados e cidadãos espanhóis.

Atualmente CEAR não restringe seu trabalho aos solicitantes de asilo nem refugiados, senão que presta assistência também a imigrantes. É uma das ONGs mais conhecidas e atuantes a nível municipal e nacional.

Está composta por sete delegações regionais – Madri, Euskadi (País Vasco), Sur (Andalucía, Ceuta e Melilla), Valência, Canárias, Catalunha e Estremadura. A sede central encontra-se em Madri, em um moderno edifício na Avenida Juan Domingo Perón, em uma das zonas mais ricas da Capital. Casualmente ou não, já que ninguém soube me dar uma explicação apesar de ter perguntado sobre isso a várias pessoas, está localizada no mesmo andar do mesmo prédio que a sede do ACNUR. Foi ali que fiz as duas primeiras visitas a CEAR, e onde entrevistei a Samanta. As posteriores entrevistas, com trabalhadoras sociais e advogadas, tiveram lugar na Delegación de Madrid de CEAR, em um edifício antigo e não muito bem cuidado no centro da cidade. CEAR tem em Madri um outro local, perto da estação de Atocha, na zona cêntrica da cidade. Esse terceiro escritório trabalha com as dinâmicas do uso dos espaços públicos.

Cheguei à sede de CEAR acompanhado por Ricardo de FERINE, depois da entrevista que realizamos naquele dia, em um pequeno café próximo à sede de CEAR. Um hall de entrada, com uma geladeira e algumas cadeiras abre-se logo para uma grande sala onde em torno de 20 pessoas, trabalham mais ou menos em silêncio, frente a computadores ou papéis. Depois soube que há entre eles voluntários e pessoas contratadas. Ricardo, apresentou-me a Samanta, uma refugiada colombiana que responde pelo centro de documentação do CEAR. Conversamos rapidamente sobre meu projeto de

⁶⁴ <http://www.cear.es> - consulta realizada no dia 16 de agosto de 2010

pesquisa e seu trabalho lá. Deu-me seu telefone para que marcássemos uma entrevista. Assim o fiz e combinamos a entrevista para o dia 14 de fevereiro às 11:00.

Passamos a uma pequena sala com uma mesa. “*No quiero hablar de mi vida personal*” advertiu no início. Depois, à medida que a entrevista se desenvolvia e conseguimos estabelecer uma certa empatia, Samanta foi revelando algo sobre sua vida na Colômbia e na Espanha, mas o fio condutor de nossa entrevista continuou sendo o trabalho de CEAR.

“*El criterio no es la nacionalidad*” disse Samanta quando lhe comentei que quase todas as pessoas que havia visto trabalhando na sala tinham traços latinos. Depois soube que a maioria deles eram o haviam sido refugiados colombianos ou centro-americanos e, via de regra, as pessoas começam trabalhar em CEAR como voluntários e com o tempo são contratados.

A assembléia de CEAR é seu máximo órgão de decisão. Nela há representantes de todas as forças políticas – PP, PSOE e IU -, das forças sindicais – *Unión General de Trabajadores* (UGT) e *Comisiones Obreras* (CCOO)-, das igrejas – Igreja Evangélica de España, a igreja católica, através de Cáritas e a *Asociación Musulmana de España* -, da UNESCO, das delegações regionais e dos próprios trabalhadores de CEAR, além de vários membros individuais. “*Es un órgano muy plural, demasiado plural*” disse Samanta. Por isso: “*La asamblea se hace muy pesada, porque hay muchos miembros, entonces hay también un comité ejecutivo*”

Em diversas ocasiões CEAR realizou parcerias com a Cruz Vermelha e com Anistia Internacional, sempre com o objetivo de distribuir os solicitantes de Asilo em Espanha. Mantém contatos com ONGs no exterior e tem desenvolvido projetos em vários países, um deles foi com uma ONG colombiana, cujo nome Samanta não conseguiu lembrar, para prevenção de imigração clandestina e evitar as redes de exploração de pessoas.

Cada uma das delegações regionais está organizada de forma a atender as necessidades locais. Assim, por exemplo, a Delegación de Madrid mantém membros em plantão continuado no aeroporto de Barajas, pois muitas das

solicitações de asilo ocorrem no momento da chegada, dado que a urgência em fugir do país de origem frequentemente não permite tempo para a tramitação de vistos e solicitações de asilo às embaixadas. É esse o caso da maioria dos solicitantes que vem da América Latina.

Já as delegações de Canárias e da região sul estão preparadas, conta Samanta, para acolher os imigrantes e solicitantes de asilo que chegam da África em *pateras*. As atividades das delegações são coordenadas por um comitê interterritorial que regula como cada delegação deve atuar em seu território.

A sobrevivência de CEAR está atualmente comprometida. Uma porcentagem do imposto de renda que os cidadãos espanhóis pagam anualmente é destinada a obras sociais. Ao preencher o formulário de pagamento, cada cidadão deve escolher se deseja que o 07,% dos seus impostos que devem ir para obras sociais seja destinado a movimentos e organizações da sociedade civil ou à Igreja Católica. Até 2004, a contribuição para a igreja católica era obrigatória⁶⁵. Os governos nacional e da CAM haviam limitado o repasse aos movimentos sociais, mantendo apenas no orçamento o dinheiro destinado à Igreja Católica. Enquanto a entrevista acontecia, estava tendo lugar uma reunião da assembléia. A pauta era os cortes orçamentários; o governo da CAM, atualmente do PP, havia cortado 70% das verbas destinadas a CEAR e o Ministério do Trabalho e Inmigración 10%. Naquela reunião, seria decidido quais funcionários de CEAR seriam demitidos.

Conforme conta Samanta, se tem procurado buscar recursos próprios, mas por ser uma organização muito plural, há uma diversidade de critérios no que diz respeito ao financiamento por parte de empresas privadas. Desde que ela está lá, viu vários possíveis financiadores serem rejeitados, pois suas propostas não foram aceitas pela assembléia. Há também um programa de sócios individuais, mas não funciona muito bem e os recursos que este programa recolhe são muito escassos. Durante o período de pagamento do imposto, são realizadas campanhas para estimular a população a designar a

⁶⁵ Essa é uma diferencia importante com respeito ao Brasil e à Argentina, onde a igreja não recebe subvenções do Estado, apenas isenção de impostos.

porcentagem de sua contribuição às organizações da sociedade civil.

Os cortes no orçamento destinado à atuação de CEAR não somente coloca em perigo a organização e todo seu trabalho, senão que também deixará muitos imigrantes sem trabalho e, portanto, sem a possibilidade de renovar seus documentos de residência, já que a maior parte das pessoas contratadas por CEAR em toda Espanha são imigrantes.

Sobre Samanta, ela mesma é uma refugiada colombiana, embora em momento nenhum falasse sobre os motivos que a levaram a solicitar asilo na Espanha. Chegou a Madri no início da década de 2000, junto com sua filha de dois anos. Posteriormente, ela trouxe sua mãe. É natural de Bogotá e morou um bom tempo em Barranquilla, na costa caribenha da Colômbia. Completou o curso de engenharia de comunicações na Colômbia, seguindo os conselhos do pai, mas não exerce sua profissão: “*soy una socióloga de vocación*”, disse. Trabalha em CEAR desde 2002, e conhece bem a dinâmica da organização. Conhece bem o desenvolvimento dos processos de solicitação de refugio e falou extensivamente sobre eles.

A Delegación de Madrid e o Programa de Información y Orientación

A delegação madrilenha de CEAR funciona em um edifício antigo no centro da cidade. Um muro cinza, um cartaz do Ministerio de Trabajo e Inmigración acima do portão. Pilhas de areia e pedregulho no jardim indicam que o lugar está sendo reformado. Uma porta de madeira, uma pequena sala de espera com seis cadeiras em volta, e cartazes sobre migrações e refúgio. Um cartaz da CAM indica alguma relação entre ela e CEAR. Todos eles, entretanto, são muito diferentes dos cartazes encontrados em outras organizações como o Centro San Lorenzo ou a ASPM. Eles falam sobre o atendimento a imigrantes, sobre os benefícios que as imigrações podem trazer, mas não denunciam atitudes xenófobas, *redadas* policiais nem injustiças sociais. Um cartaz indicava que somente pessoas com autorização para trabalhar podiam se inscrever na bolsa de trabalho.

À esquerda da sala de espera, um balcão em ângulo reto, de um metro e

meio de altura aproximadamente e que se continua em um vidro até o teto, reservava o espaço de trabalho do recepcionista um rapaz branco, loiro de olhos claros. À frente, havia uma escadaria de madeira visivelmente descuidada e velha, separada por uma grade de metal com uma porta também de ferro, ora fechada, ora aberta. O local resultava pequeno para a intensa atividade; pessoas entravam, saíam, aguardavam sentadas ou de pé. Aproximei-me da janela quando chegou minha vez, disse ao rapaz que tinha uma entrevista marcada com Luiza, a trabalhadora social. Chamou-a pelo telefone interno, um aparelho amarelo e antigo, pediu que aguardasse. Na sala de espera, dois homens e uma mulher com traços latinos e um rapaz negro aguardavam sentados. Subiram um a um ao serem chamados pelos seus nomes. Outras pessoas foram chegando, dirigiam-se ao balcão e depois à salinha de espera. Aguardavam de pé ou sentadas, conforme iam se liberando as quatro cadeiras. A maioria das pessoas parecia não se conhecerem entre si; apenas uma mulher latina, de uns 40 anos, cumprimentou ao chegar a um homem que também aguardava.

Quando os *trabajadores sociales* chamavam as pessoas que aguardavam para serem atendidas, os cumprimentavam sempre com uma certa informalidade, com beijos ou apertões de mão. Às vezes, o anfitrião mostrava conhecer o seu interlocutor de ocasiões anteriores.

Ao todo, estive no local três vezes, a entrevistar membros da organização. Sempre cheguei entre 30 e 45 minutos antes da hora marcada, para ficar observando a sala de espera. Nunca as pessoas esperavam por muito tempo; o atendimento era bastante ágil. Isso fazia com que as pessoas que aguardavam conversassem pouco entre si; o reduzido do espaço e o constante ir e vir de pessoas tampouco era propício às interações, pois tudo o que se falava era ouvido por todos.

Do meio da escadaria uma jovem chamou-me pelo nome. Cumprimentamo-nos e disse-me que subisse com ela até o terceiro andar. No caminho, ela me mostrou as dependências do local. Entramos em uma sala, sentamos frente a frente, escrivaniha no meio, e falei sobre minha pesquisa. Luiza é trabalhadora social do CEAR. Comecei perguntando sobre o local, e o

porquê do cartaz do Ministerio del Trabajo e Inmigración. Ela me esclareceu que o edifício era cedido pela Igreja Evangélica, mas que o trabalho que se fazia lá nada tinha a ver com essa igreja. Embora contasse com o apoio e as subvenções das igrejas, do Estado espanhol, da CAM e do Ayuntamiento de Madrid, o trabalho é, como posteriormente outros interlocutores de CEAR também disseram, apolítico e aconfessional. Instâncias estatais e a Igreja Evangélica subvencionam os programas que CEAR desenvolve. O AM subvenciona o programa de acolhimento de imigrantes subsaarianos. Em CEAR trabalham voluntários e pessoas contratadas, pagas pela própria ONG.

Luiza falou do Programa de Información y Orientación (PIO). O PIO está dirigido a imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, e consiste em oferece-lhes atendimento jurídico e social. Quando se trata de solicitantes de asilo, há advogados especializados no tema. A atenção social consiste principalmente em ajuda na procura de emprego, mas só se dá esse tipo de assistência a pessoas com autorização para trabalhar. Isso se deve a que, ao se tratar de um programa subvencionado pelo Estado Español, está submetido aos ditames da Ley de Extranjeria. Além do mais, aponta Luiza, por ser uma entidade com pessoa jurídica, CEAR não poderia pedir a uma empresa que contratasse um trabalhador que não tem autorização para trabalhar. CEAR oferece também assistência psicológica, nesse caso, esclarece Luiza, não se faz distinção entre imigrantes regulares, irregulares e solicitantes de asilo. Está também o programa de formação de voluntários e o programa de sensibilização ou incidência, encarregado da implementação de campanhas destinadas a sensibilizar a população autóctone sobre a questão migratória.

Realizam-se também oficinas sobre como buscar trabalho, como elaborar um currículo, mas à época da pesquisa, estas oficinas estavam desativadas. Entretanto, o mais importante é sempre o atendimento individual. Oferecem-se também aulas de espanhol, mas não há em CEAR oficinas de formação profissional. Nesse caso, os imigrantes são derivados a outras entidades ou ao INEM. Mediante negociações com o Ministério de Trabajo e Inmigración, CEAR conseguiu que os solicitantes de asilo pudessem participar dos cursos do INEM no período de seis meses enquanto tramita a solicitação

de asilo, e durante o qual eles não têm autorização para trabalhar.

Luiza tem aproximadamente 30 anos e fala com sotaque andaluz. Logo descobri que ela era natural de Sevilla, que havia estudado lá e morava em Madri havia oito anos. Começou como voluntária no PIO seis anos atrás. Antes disso, havia trabalhado em vários lugares, não como trabalhadora social, enquanto era voluntária do CEAR “*Yo era trabajadora social, pero no tenía conocimiento de nada*”- Especializou-se no programa de acolhimento. “*Yo soy diplomada en trabajo social, sé que América Latina es una licenciatura de 5 años*”⁶⁶. A entrevista durou pouco tempo, pois ela tinha bastante trabalho e o telefone tocava a cada minuto. Disse-lhe que queria conversar com um advogado do PIO, e Luiza me colocou em contato com Maria. Chamou-a pelo telefone interno e apresentou-me como um pesquisador brasileiro. Maria pareceu gostar que quisesse conversar com ela. Marcamos uma entrevista com Maria para duas semanas depois.

Maria

Maria tem também aproximadamente 35 anos, e é advogada de CEAR. Nossa entrevista girou em torno do PIO e o trabalho de CEAR primeiro e das formas como Espanha lida com a problemática migratória depois.

“*PIO es la primera puerta de CEAR. Es la puerta de acceso de las personas inmigradas*”. A principal função do programa é, disse ela, detectar os casos de asilo e derivar cada imigrante aos serviços oferecidos dentro ou fora de CEAR, conforme suas necessidades. Há quatro advogados e um trabalhador social no PIO. Há também as pessoas que dão orientação em questões de emprego.

Las personas vienen a CEAR, los inmigrantes en general, sean solicitantes de asilo o no, por boca-a-boca ...porque supieron por amigos, o por otras organizaciones que conocen el trabajo. entonces nuestra primera función es detectar si es el caso de pedir asilo, porque hay personas que podrían pedir asilo y no lo saben. Entonces les preguntamos sobre su país de origen, que los movió a abandonarlo.

⁶⁶ Em Espanha o serviço social é uma “diplomatura”, um curso universitário de 3 anos.

Devo ressaltar que, embora em várias outras entrevistas, situações etnográficas e conversas com imigrantes e acadêmicos havia podido constatar quão pouco claros são os limites entre a migração e o refúgio, Maria foi uma das poucas entre todos meus entrevistados a fazer referência a este ponto, que é de crucial importância para a compreensão do fenômeno migratório atual. Entretanto, pude perceber na entrevista que esta reflexão diz respeito a uma política de trabalho de CEAR, segundo a qual, em princípio, todos os solicitantes de assistência são imigrantes, alguns dos quais são também solicitantes de asilo, outros já refugiados, outros poderiam e deveriam solicitar o asilo mas desconhecem esse recurso, e outros não estão em nenhuma dessas categorias.

Embora nunca tenha sido explicitamente dito, pude entender, na entrevista com Maria, que CEAR não parte de uma categorização fixa sobre asilo e migração, senão que seu trabalho está baseado na avaliação individual de cada imigrante, e que solicitar ou não asilo depende da situação vivida no país de origem e também da possibilidade de instrumentalizar uma solicitação de refúgio na Espanha. Quando um caso potencial de pedido de exílio é detectado nas primeiras entrevistas, esta pessoa é derivada à área jurídica de CEAR, e um advogado acompanha-a durante todo o processo. Portanto, há aqui um momento não etnografado que envolve a participação do trabalhador social, o pleiteante, o advogado e os agentes de Estado.

As pessoas que se encontram em situação irregular e não se encaixam no perfil do potencial solicitante de asilo recebem todas as informações sobre os caminhos da regulamentação e são também acompanhadas por advogados no processo. Maria fala do recurso jurídico do *arraigo social* e explica um tanto superficialmente como funcionam estes caminhos da lei.

Para a maioria das pessoas que estão em situação irregular, a forma mais viável de aceder à autorização de residência e trabalho é o recurso jurídico do *arraigo social*. É necessário haver permanecido na Espanha durante três anos ininterruptos, ter um contrato de trabalho, poder provar que não tem antecedentes penais nem no país de origem nem na Espanha. O termo e o

recurso *arraigo* social implicam que se tem um vínculo forte com a cidade. Isso significa ter família, trabalho, moradia e uma vida atuante. É por isso também que os mediadores em geral sugerem aos imigrantes que mantenham uma caixa com todos os papéis que levem seu nome, como certificados de cursos, carteiras de transporte, notas fiscais, etc. Há de fato, explica Maria, vários tipos de *arraigo*, *arraigo laboral*, *arraigo familiar*, mas o único que é realmente operativo, segundo ela, é o *arraigo social*. Para solicitar *arraigo laboral* é necessário provar que se teve um emprego durante um ano. Porém, a burocracia espanhola exige que esse ano de trabalho seja provado mediante uma sentença decretada por um tribunal de trabalho. Para isso, o imigrante deve denunciar ante as autoridades ao seu empregador e este deve ser sentenciado. A maioria dos imigrantes sem papéis não denuncia a seus empregadores ante a justiça, portanto o *arraigo laboral* torna-se inoperante.

Perguntei se a nova lei modificou o recurso do *arraigo social*, e Maria respondeu que não, que se achava que iria aumentar de 3 a 5 o número de anos requeridos de permanência na Espanha, mas isso não aconteceu. A nova lei devia ser implementada no período de seis meses a partir de sua entrada em vigor, no dia 15 de dezembro de 2009.

Indago sobre a chegada de imigrantes africanos. Atualmente, duas são as rotas mais importantes de chegada de imigrantes através do continente africano. Uma é através dos territórios de Ceuta e Melilla e a outra através das ilhas Canárias. Até algum pouco tempo atrás, era a travessia do estreito de Gibraltar o caminho mais comum. Entretanto, com a implantação do Frontex (2.3.8), novas rotas tiveram que ser encontradas. Os asiáticos, muitos dos quais são naturais do Bangladesh, chegam a Melilla após meses ou anos de viagem pelos países do oriente meio e o leste africano, e conseguem entrar nesse território espanhol na África escondidos em caminhões provenientes da Argélia. Os africanos subsaarianos que chegam a Ceuta, o fazem através de Marrocos.

Porém, a maior parte dos imigrantes que chegam através da África são atualmente subsaarianos, Senegaleses a maioria, e o fazem em *pateras* até as ilhas Canárias. Maria me explicou como imigrantes irregulares são trazidos

desde o arquipélago de Canárias à península (2.3.8). Na realidade, esse é um fato conhecido e comentado até por quem não trabalha com o tema das migrações. Porque prejudica o turismo, porque não há espaço para todos no CIES de Canárias, e porque o governo do arquipélago não quer que as ilhas se encham de imigrantes irregulares, explicou Maria. “*Tendria que ser una solución mucho más seria, ¿no?*” disse Maria. Ela deixa clara sua posição:

*Esta medida de traer a las personas a la península es, e cierto modo, temporal, secundária, en tanto que no exista un verdadero mecanismo de expulsión ... **Te estoy hablando desde la perspectiva del Estado Español, no desde nuestra perspectiva.** Ha sido una solución temporal. Su inversión y su solución a largo plazo es una política de expulsión de estas personas ... no es algo sencillo, no se puede hacer de hoy para mañana, entonces han recurrido a traerlos a la península... no se hace buscando el bien de la persona, es una medida temporal, un poco para que no se note tanto, ¿no?”*

Maria, assim como muitos membros de organizações mediadoras, fala sobre os acordos bilaterais de admissão de nacionais, geralmente encobertos no marco da ajuda ao desenvolvimento. Os países da UE, Espanha entre eles, manteriam convênios de cooperação com países de emigração em troca da aceitação por parte destes de seus nacionais emigrados, dos emigrados de países vizinhos, e dos imigrantes que não podem creditar uma nacionalidad por não ter ou haver-se livrado do passaporte. Os consulados teriam, nesse contexto, um papel importante, já que muitos dos imigrantes irregulares, sobretudo aqueles que chegam em *pateras*, não têm passaportes que comprovem sua nacionalidade. Os consulados então atestam, frequentemente contra a vontade dos imigrantes, sua nacionalidade. “*Ahi está la arbitrariedad de estos convênios que dejan que simplemente un cónsul diga que se le expulse del país*”.

Segundo Maria, vários convênios foram firmados com Senegal com esse objetivo. Entretanto, para ela, mais importantes são aqueles convênios firmados com Marrocos, não somente para a admissão de emigrados sem documentos, senão também com o objetivo de implementar uma política da UE de levar o controle migratório além de suas próprias fronteiras, evitando que, por exemplo, potenciais imigrantes subsaarianos possam chegar a Marrocos. Segundo Maria, que também é especialista em Cooperação ao

Desenvolvimento, África, especialmente, tem se tornado nos últimos anos uma prioridade para Europa em termos de cooperação; porém, a motivação desde sempre tem sido o controle migratório.

O aeroporto de Barajas é a principal porta de entrada à Espanha de imigrantes que chegam documentados, com vistos de turistas ou visto de curta duração. É o caso da maioria dos latino-americanos e de alguns africanos e asiáticos. No caso dos latino-americanos, a política de vistos para entrar a Espanha é algo bastante novo. Disse Maria:

*Todo el proceso que há havido estos años, de exigir visados y las directivas europeas del 2007, creo que son, imponiendo requisitos de acceso... **todo esto corresponde a la misma política europea, yo entiendo. Bueno ... esto también es decisión de Espanha, ¿no?... la puerta de entrada a Europa de los latino-americanos es España....***

Gervasio: CEAR e Entre Iguales

Gervasio é um imigrante colombiano de aproximadamente 45 anos. Conheci-o durante a cerimônia de criação da delegação madrilenha de FERINE, onde se apresentou como membro de Entre Iguales. Foi com a intenção de conhecer sobre essa entidade que quis entrevistar a Gervasio, e fiquei surpreso quando, ao marcar a entrevista por telefone, ele quis que nos encontrássemos em Noviciado, como é chamada a delegação madrilhena de CEAR, por estar próxima à saída do metrô que leva esse nome.

Cheguei adiantado, como sempre o fazia, para permanecer um pouco na sala de espera. Quando finalmente Gervasio me chamou das escadas, subimos até o terceiro andar, procurando um lugar para a entrevista. Esta acabou acontecendo na cozinha, sentados em um canto de uma grande mesa verde, bebendo chá que ele mesmo preparou.

Pedi-lhe que me falasse sobre Entre Iguales. Ele diz que se trata de uma organização de imigrantes e refugiados, não tem restrições enquanto à nacionalidade dos membros, é, inclusive, 20% de seus membros são espanhóis. Ela surgiu em 2005 da junção duas organizações: Comadeco, uma

organização de defesa dos Direitos Humanos na Colômbia, e Colrefe, um coletivo de refugiados colombianos. Conta atualmente com 18 membros, tem muitos pedidos de adesão em andamento e está abrindo uma delegação na cidade de Valência.

Entre Iguales surgiu, conforme explica Gervasio, da necessidade de preencher um vazio de associacionismo que não tenha restrições enquanto à nacionalidade de seus membros e que, principalmente, se esforce em levar adiante as denúncias de atitudes racistas, xenófobas ou de abuso de poder por parte de agentes do estado. Boa parte da entrevista gira em torno da necessidade de denunciar qualquer tipo de discriminação. De fato, toda sua fala gira em torno das desigualdades de poder, seja entre imigrantes e autóctones, entre empresários e trabalhadores, homens e mulheres, entre países ricos e países pobres. É a necessidade de denunciar as diferenças e as formas como elas se concretizam em ações individuais que motiva a atuação de Gervasio, marcadamente política, nos coletivos de imigrantes e refugiados. Fala extensamente sobre as conquistas no âmbito das relações de gênero em Europa e defende também uma forma de cidadania enraizada no convívio cotidiano com o lugar de residência.

*[...] y esa es la razón de ser de las asociaciones de inmigrantes (fazer respeitar os direitos dos trabalhadores imigrantes), además de que tú tienes derechos de ciudadanía. **El tema de que si tu vives aquí, pues deberías tener permiso de residencia y trabajo, derechos de ciudadano o ciudadana, pues es aquí donde estás haciendo tu vida. La vida no se aplaza, ¿no? no es que yo vivo aquí pero yo tengo derechos en otra parte. Yo debería tener derecho al voto, derecho a decir quién me gobierna, es el derecho de las personas que residen, no de las que han nacido.** (entrevista realizada no dia 24/02/10)*

Iniciou como voluntário em CEAR havia três anos e era, no momento da entrevista, um trabalhador contratado pela entidade para levar adiante o programa de voluntariado.

Gervasio diferencia claramente entre as situações de refugiados e imigrantes. Para ele, a principal diferença está em que o imigrante pode voltar a seu país. O refugiado não pode, pois o Estado não lhe garante seu direito à vida. Além disso, o refugiado não tem acesso à documentação que o Estado de

seu país deveria lhe fornecer. Ou ainda:

[...] tal vez también sus antecedentes penales están marcados por otras cosas [...] inclusive funcionarios públicos de aquí tratan igual a refugiados e inmigrantes y le piden documentación que el inmigrante le tiene que decir `perdone pero yo no puedo. (idem)

Gervasio compara a luta das associações de imigrantes à das mulheres para explicar a existência das organizações de imigrantes:

*Y un poco es eso por lo que las asociaciones de inmigrantes luchan se están dando vuelta las cosas; no es que yo tenga que mostrar que soy discriminado, sino que el empresario tiene que mostrar que no discrimina. **Un poco lo que la lucha feminista ha logrado, que las mujeres sean tenidas en cuenta, que estén presentes en la sociedad a través de organizaciones de mujeres. Generaron bochinche (Port. Barulho), peleas duras, para que se creara la Secretaría de la Mujer, ¿no? Y eso nos ha tocado a los inmigrantes, las organizaciones generales como sindicatos e asociaciones de vecinos están creando sus secretarías de inmigración. (idem)***

Perguntei se em Entre Iguales havia mulheres, pois havia me chamado a atenção que nas reuniões de FERINE só havia homens:

Si, hay algunas mujeres, pero las dificultades que tenemos con ellas es que su posibilidad de participación está limitada al tipo de actividad a la cual tienen que dedicarse aquí, que es el servicio doméstico, y con familias, entonces normalmente están internas, en las casas, y tienen dificultades para participar de la vida social organizada. Se lo facilitamos a través de la internet, ¿no?" (idem)

Gervasio era dirigente do sindicato dos trabalhadores do petróleo em Colômbia. Teve que sair de seu país a causa das ameaças proferidas anonimamente por grupos paramilitares. “Yo soy um refugiado”. Entretanto, optou por não acionar o recurso do refugio, pois se o fizesse, seu passaporte seria retido e não poderia ir à Colômbia a ver seus filhos.

Yo no le debo nada a la justicia de Colombia. Ellos no han podido probarme nada, más es por los paramilitares que persiguen a los sindicalistas. Yo me meto a mi país, me quedo unos días escondido con mis hijos y me vuelvo para acá [...] todos los que éramos de la Unión Patriótica⁶⁷ hemos sido víctimas, porque nos han acabado a tiros

⁶⁷ “Unión Patriótica” era o braço político do antigo movimento de guerrilha urbana M19, 293

[...] nosotros nos organizamos como movimiento de víctimas de los crímenes del Estado⁶⁸. (idem)

Em CEAR, Gervasio faz as entrevistas às pessoas que vêm se oferecer para entrar ao programa de voluntariado e o seguimento do trabalho dos voluntários. Ele mesmo começou como um voluntário em CEAR, como quase todos os refugiados que chegam a CEAR. Um ano depois, foi contratado para realizar esse trabalho.

Gervasio, responsável pelo programa de voluntariado de CEAR, responde à minha interpelação sobre o voluntariado em Madri comparando-o à luta sindical e ao associacionismo de barrio na América Latina. Disse ele:

Es la militancia, lo que en América Latina llamamos militancia [...] acá también hay gente que se mete a los sindicatos y a las asociaciones de barrio, pero aquellos a los que no es eso lo que les gusta ... bueno, buscan en las organizaciones de carácter social su participación como voluntarios y voluntarias. (idem)

A minha pergunta sobre quem são os voluntários de CEAR, Gervasio responde classificando-os em três grupos: os estudantes ou recém egressos que procuram um lugar para trabalhar oferecem-se como voluntários para *hacer currículum*. Um segundo grupo seria o dos profissionais nas áreas sociais, que por questões diversas têm outro tipo de trabalho, dedicam geralmente quatro horas à semana ao trabalho que desejariam estar fazendo, mas como voluntários. Finalmente, aposentados que têm bastante tempo livre e sempre quiseram fazer algo pela sociedade encontram no voluntariado uma oportunidade de fazê-lo.

CEAR é uma ONG reconhecida tanto pelos três níveis de governo do Estado Espanhol como pelos imigrantes, pela sua capacidade de dialogar com ambos. Com o primeiro, fez alianças no passado que lhe garantiram até o

que depôs as armas na década de 1990.

⁶⁸ Respondendo a meu comentário sobre a existência no Brasil e na Argentina de uma organização de vítimas do Estado colombiano.

presente um lugar de destaque e o apoio econômico. Tal apoio econômico restringe seu âmbito de ação, o qual, perante o Estado, deve limitar-se aos imigrantes em situação regular.

Entretanto, o fato de que a maioria das pessoas que lá trabalham são também imigrantes, confere-lhe a capacidade de dialogar com os imigrantes irregulares. De fato, vários imigrantes em situação irregular são voluntários de CEAR.

Logicamente, todos os voluntários esperam ser contratados um dia, o que, além do mais, lhes ajudaria a renovar a documentação CEAR também se nutre disso. Esse duplo vínculo faz com que CEAR mantenha discursos aparentemente ambíguos. Se por um lado, restringe suas ações aos imigrantes regulares, pelo outro, restringe essa medida à bolsa de trabalho. O discurso “oficial” de CEAR -os cartazes na sala de espera da Delegación Madrid, por exemplo- não se afasta do “discurso mediador”. Entretanto, meus interlocutores na organização mostraram diversos graus de adesão e afastamento de esse discurso integrador.

Define-se como uma organização a-política, mas os limites dessa posição estão dados pelos próprios membros que a compõem, já que quase todos foram ou são refugiados políticos. A assembléia e o comitê diretivo estão formados por membros de todos os partidos políticos, mas os membros que lidam com as pessoas e que transitam entre CEAR e outras organizações mantêm todos um discurso altamente politizado que pode se caracterizar como “de esquerda”. De fato, a maioria destas pessoas são latino-americanos de entre 40 e 60 anos e se tiveram que fugir de seus países não foi por serem a-políticos. Entre essas pessoas, quatro foram meus interlocutores, Ricardo, Sandro, Gervasio, e Samanta, todos membros de outras organizações de imigrantes e com trajetórias de militância política e sindical.

CEAR está, então, no centro de um trânsito entre organizações. Os membros espanhóis foram contratados em função de sua preparação profissional para os cargos que ocupam. Já os membros estrangeiros de CEAR pertencem a outras organizações de imigrantes, como Entre Iguales e FERINE, ambas com discursos altamente politizados, portanto dotados de uma

experiência direta de imigrante e ativista, e se encontram em CEAR, seja na qualidade de contratado ou de voluntário. Os discursos políticos que trazem em suas bagagens não ficam fora da atuação em CEAR, dando à organização um perfil político considerável que se reflete principalmente nas publicações de CEAR sobre a situação dos imigrantes e a posição do governo frente à migração, o “Plan de Retorno voluntario”, a instalação do fronteiras ao sur e ao leste da UE, assim como ao conflito entre israelitas e paletinos e os conflitos na Colômbia⁶⁹. Surpreendentemente, estes e outros assuntos são tratados no relatório publicado por CEAR, intitulado “*La situación de los refugiados en España. Informe 2009*”⁷⁰.

É pertinente perguntar-se em que consiste este trânsito entre FERINE e CEAR ou, para ser mais preciso, de FERINE em direção a CEAR. Primeiro, em ambas, a problemática do refúgio por questões políticas é central a ambas. Há uma identificação de experiências migratórias e de modos de militância, principalmente entre os membros das sedes centrais de ambas. Os discursos políticos que manejam estas pessoas são muito semelhantes, e isso pode ser percebido especialmente nas publicações de CEAR.

Em segundo lugar, diferentemente de FERINE, CEAR tem o reconhecimento do Estado Espanhol e da CAM no que diz respeito às subvenções. Isso faz com que, para além da identificação política, CEAR seja também uma possibilidade de emprego para estas pessoas que vêm desenvolvendo um trabalho de sensibilização e denúncia de forma gratuita. CEAR conseguiu manejar dois discursos ao mesmo tempo, um de adesão às políticas “integradoras” da comunidade autônoma, sobretudo na sua delegacia madrilenha, e, simultaneamente, articular os discursos reivindicativos e políticos dos refugiados latino-americanos a partir da Federación. Por isso também a composição dos quadros é diferente na sede da Federación e na Delegación de Madrid de CEAR. Na primeira, há voluntários e contratados, quase todos refugiados latino-americanos e alguns trabalhadores espanhóis.

⁶⁹ Estes e outros assuntos são tratados no relatório que CEAR publica cada ano, intitulado “*La situación de los refugiados en España*”.

⁷⁰ Essa é uma publicação anual. A atual pode ser encontrada no sitio web de CEAR: <http://www.cear.es>.

Na delegacia madrilenha de CEAR há pessoas de todas as origens buscando assistência e trabalhadores e voluntários majoritariamente espanhóis. Isso movimenta diferentes saberes, formações específicas e também o reconhecimento da experiência migratória como uma credencial que não se reduz ao “dado pessoal”.

6.4 RED ACOGE

Soube da Red Acoge através de uma pesquisadora brasileira, Menara Guizardi, quem durante algum tempo, trabalhou na Red Acoge. Telefonei e combinamos uma entrevista com Degoña na sede da Red Acoge. O local fica em uma zona nobre da capital. Ao sair do metrô, fui parado por dois policiais, os quais pediram meus documentos, disseram que abrisse minha mochila, e me perguntaram se tinha armas ou drogas.

Um local grande dentro de um pequeno edifício. Degoña aguardava sentada a uma das várias escrivaninhas; nas outras, dois homens e duas mulheres trabalhavam em silêncio.

Havia várias organizações chamadas Acoge, da Igreja Católica, espalhadas por Espanha, conta Degoña, até que decidiram se unir em uma “federación” para poder concorrer às subvenções do Estado Espanhol. Estas organizações Acoge e outras que posteriormente passaram a formar a Red Acoge estavam vinculadas à Pastoral do Imigrante, da mesma forma como o estão o CIBAI Migrações de Porto Alegre e a FCCAM de Buenos Aires. Red Acoge desligou-se da Igreja em março de 2009. Entre essas organizações estava APLA, a qual passei a frequentar a partir de então. As organizações que se formaram posteriormente à formação da rede deveriam apresentar seus estatutos e submetê-los a votação na assembléia da Red Acoge. No momento da entrevista, apenas Karibu e APLA faziam parte da rede em Madri; nas outras cidades há mais organizações formando a rede. Karibu trabalha dando assistência em saúde a imigrantes africanos, em duas pequenas salas onde há um médico e uma enfermeira. APLA (6.5) trabalha com imigrantes latino-

americanos. As sedes de ambas se encontram no mesmo edifício, on convento e colégio de freiras.

Atualmente, a Red Acoge é, segundo minha interlocutora, “*totalmente aconfesional*” embora reconheça que algumas das organizações que fazem parte da red mantenham religiosos e religiosas entres seus quadros.

Degonha explica como é o processo de concorrência às subvenções; os recursos que sustentam a Red Acoge vêm de projetos que a red elabora e propõe ao Estado. Se forem aprovados, recebem o financiamento. Até agora, tem realizado programas de assistência jurídica, de integração laboral, programas de alojamento temporário, um programa de atenção psicológica a mulheres imigrantes e um programa de intermediação intercultural. “*son siempre programas de intervención, que es lo que les interesa, ¿no?*”, respondendo à minha pergunta sobre se implementavam também projetos de pesquisa.

Os projetos são apresentados pelas organizações, cada uma conforme sua vocação: por exemplo, Karibu, que focaliza em questões de saúde, apresenta projetos nessa área. Existe, entretanto, uma metodologia em comum elaborada em conjunto entre as organizações que fazem parte da rede. Já nos aspectos jurídicos, há várias organizações da Red Acoge que apresentam projetos.

O escritório madrileno da Red Acoge não tem trabalho com imigrantes, senão que este é realizado pelas organizações. Já nas outras cidades, as organizações Acoge sim desenvolvem seus projetos com imigrantes.

6.5 AMIGOS DEL PUEBLO LATINO-AMERICANO (APLA)

APLA é uma das organizações onde fiz uma observação mais longa e continuada, desde que o descobri, em janeiro de 2010, até o fim de minha permanência em Madri, no dia 30 de junho de 2010. Soube sobre APLA durante minha visita à Red Acoge. Telefonei algumas vezes até que finalmente

me disseram que fosse uma quarta feira, perto das 17:00 horas. Assim, minha primeira ida a APLA ocorreu em uma quarta feira de janeiro de 2010.

O local do APLA fica em uma rua lateral em um bairro central de Madri. Um paredão longo, que depois viria descobrir que se tratava de um edifício onde também há um convento. De fato, o local onde acontecem as atividades de APLA é cedido pelas religiosas.

Durante o tempo que participei de APLA, participei semanalmente do Café Literario de APLA, assisti a algumas das oficinas de costura, participei de festas e atividades, entrevistei vários de seus membros e realizei uma pesquisa interna, junto com Sebastián, um psicólogo social espanhol participante da organização. Nosso trabalho era o de identificar as necessidades das pessoas que frequentavam a organização.

Começarei descrevendo meu primeiro encontro com APLA para mostrar a rotina da sala de espera. Posteriormente, descreverei o café literário.

Ninguém cuidava da porta aberta. Enquanto olhava para dentro, uma mulher entrou, perguntei-lhe se ela era de APLA, ao que respondeu que não, mas que já havia estado lá; ela tinha aparência e sotaque latino-americanos. Atravessei uma pequena sala e, já na segunda porta, que dava a uma sala maior, vi uma mulher sentada a uma mesa, frente à entrada, falando com um casal que estava de costas à porta. Depois descobriria que seu nome era Lourdes, e que era um membro assíduo de APLA, mas não uma dirigente.

Sentei-me sem fazer barulho em uma das cadeiras que contornavam a sala e esperei, procurando ouvir e registrar as conversas simultâneas. Três outras pessoas aguardavam serem atendidas. Duas delas conversavam. A mulher que entrou comigo esperava sozinha, mas logo chegou outra e começaram a conversar. Já se conheciam, e não se viam havia algum tempo. Falavam sobre trabalhos, uma delas queria trabalhar como faxineira por hora, a outra preferia cuidar de anciões. Nas paredes, quadros e artesanato latino-americano e um painel onde se anunciavam os cursos que ofereciam e os horários. O casal queria fazer cursos e Lourdes, a mulher que falava com eles, uma senhora de cabelos brancos e curtos e aproximadamente 60 anos, dava-

lhes sugestões sobre o que fazer; recomendava-lhes que entrassem na página web da APLA⁷¹ ou no seu *blog*⁷². Aconselhou a moça do casal a fazer o curso de auxiliar de geriatria. Falou também no curso de estética feminina e corte de cabelo. O curso de geriatria: uma vez por semana, das 17:00 às 19:30, durante 6 semanas. “*Como no hay trabajo, um curso de geriatría ... se dá um papelín (Port. pequeno papel) diciendo que lo has hecho y tá ...*”.

Chegaram dos amigos equatorianos de aproximadamente 25 e 30 anos. No cartaz anunciavam-se, entre outros, os cursos de espanhol, o que indica que, e como confirmaria depois, havia, embora poucas, pessoas não hispano falantes. Todas as pessoas estavam vestidas com roupas casuais, porém bem arrumadas e penteadas.

O casal foi embora, os equatorianos aproximaram-se à mesa, enquanto as mulheres continuavam conversando. Lourdes brincou com eles: “*¿Buscan pareja?*”. Havia onze anos que um dos equatorianos estava em Madri; o outro havia 8 anos. Este último via a APLA pela primeira vez; ambos em busca de trabalho. A mulher disse que, como o APLA havia interrompido a publicação do jornal, precisava pesquisar no *blog*. Ofereceu os cursos também a eles. “*Hay cursos de inglés, de francés, de danza y de trabajo manual*”. Não vou negar que gostei de escutar aquilo e lembrei das minhas observações de campo em Buenos Aires, onde, com raras exceções, só se ofereciam cursos para formar pedreiros, encanadores, eletricitas. Não lhes foi oferecido o curso de geriatria.

Chegou minha vez, aproximei-me e expliquei o motivo por que estava lá. Chamou a outra mulher, a qual me conduziu a uma pequena sala, atravessando um grande salão onde havia poucas pessoas falando em voz muito baixa. Ela era uma trabalhadora social, chamava-se Martina. “*¿Tu eres el psicólogo que llamó ayer, queriendo hacer una investigación?*”. Contei-lhe sobre minha pesquisa. Respondeu que seria bom que falasse com pessoas que havia mais tempo estavam lá, como Maria Jesus ou Mapi. Disse também que no sábado seguinte, às 11 horas, haveria uma oficina sobre a Ley de

⁷¹ www.aplaong.org

⁷² <http://aplaong.blogspot.com>

Extranjería, oferecida por um advogado. “*Y así ya puedes conocer mejor como funciona*”.

Contou-me, rapidamente, que APLA esteve prestes a fechar durante o mês de novembro passado, pois não havia trabalho para oferecer aos imigrantes. Como estratégia de sobrevivência, decidiram ampliar seu público a todo tipo de imigrantes. De Amigos del Pueblo Latino-americano, havia passado a ser Amigos de los Pueblos Extranjeros. Entretanto, a maioria das pessoas que frequentaram APLA até minha partida era composta de latino-americanos e é pelo primeiro nome que sempre o chamavam.

A oficina sobre a Ley de Extranjería

No sábado seguinte pela manhã fui a APLA para participar da oficina dirigida pelo advogado Jacinto Morano. Logo descobriria que Jacinto estava ao serviço de várias organizações e sempre trabalhava voluntariamente. A oficina teve lugar no salão grande, onde também ocorrem as reuniões do *Café literário*, das quais comecei a participar semanalmente a partir daquele momento.

Em uma das paredes havia um cartaz que dizia: “*Si acojo a um español soy solidário. Si acojo a um inmigrante soy delincuente*”. Havia também quadros e obras de artesanato enfeitando as paredes, todas elas, descobriria depois, realizadas por membros de APLA. Colocamos as cadeiras em círculo, à medida que as pessoas chegavam. A metade eram mulheres de mais de 50 anos. Havia também alguns homens, mas poucos. Entre eles, um homem cubano, negro e de aproximadamente 35 anos. Parecia alguém conhecido pelos participantes; todos o chamavam pelo apelido Rigo.

Durante a reunião, Rigo foi contando suas experiências de detenção no CIES. Jacinto, um homem de entre 30 e 40 anos de idade, falou sobre a nova Ley de Extranjería comparando-a com a antiga. Falou também sobre o que há que fazer em caso de detenção. Começou dizendo que há três tipos de pessoas 1. Residentes temporários, com direitos mais ou menos semelhantes aos dos residentes permanentes, porém menores mais restritos. 2. Residentes

permanentes, só depois de cinco anos vivendo na Espanha, conforme a nova lei, com direitos semelhantes aos dos cidadãos espanhóis, com exceção dos direitos políticos. 3. As pessoas sem permissão de residência. Elas não existem para a lei. São “no-personas”. Falou também sobre as formas de conseguir uma “permissão” de residência no país.

Chegado o momento das perguntas, as pessoas começaram a mostrar suas dúvidas, mas Rigo monopolizava a cena, tomando conta da palavra ca cada minuto. Com o passar do tempo, percebi que ele costumava fazê-lo. É uma pessoa muito querida em APLA, mas não goza de tanta popularidade em outras organizações nas quais o encontrei em mais de uma oportunidade.

Mapi

Mapi e sua irmã María Jesús são as duas coordenadoras da APLA. Ambas têm em torno de 45 anos de idade e chegaram juntas naquela quarta feira. Maria Jesus foi coordenar o café literário que ia começar logo, enquanto eu entrevistava sua irmã na sala de espera. Loira e com certa exuberância na forma de vestir, Mapi mostra-se simpática e muito falante; Maria Jesus, por sua vez, é morena e mais contida.

Mapi narrou a história da APLA. Iniciou-se em 1992, trabalhando junto com Karibu, uma organização que prestava assistência médica especialmente a imigrantes africanos, com sede no andar de cima do mesmo prédio. Quando a imigração latino-americana começou a se tornar visível e importante, foi fundado APLA, porque, como disse Mapi, as necessidades eram muito diferentes. “*Fue en octubre del 92 porque justamente era el quinto centenario de América*”, disse Mapi. No início, APLA se dedicava especialmente a auxiliar imigrantes na busca de emprego e de moradia. Era frequente, à época, que um imigrante com papéis alugasse um apartamento e sublocasse a muitos outros imigrantes. “*...eran los `pisos patera`⁷³, cuanto más gente, más gente para ayudar a pagar y así vivían 20 o 30 personas en un piso ...eso no eran las*

⁷³ *Pateras* são os barcos pequenos em que chegam os imigrantes irregulares desde África à Europa. Chamavam-se `pisos patera` devido à grande quantidade de pessoas que moravam neles.

condiciones dignas para una persona vivir ...”.

Em 1999, APLA desenvolveu o Programa Vivienda. Enquanto organização, alugava um apartamento e cedia a famílias ou grupos de amigos sem papéis que pudessem creditar sua identidade mostrando qualquer tipo de documento, e estes pagavam o aluguel. Conta Mapi que, de um momento para outro, APLA se viu alugando mais de 50 pisos na cidade.

Poderia se pensar que esse tipo de atividade traria problemas, como atrasos no pagamento ou queixas de vizinhos às imobiliárias, mas, afirma Mapi que apenas houve duas situações problemáticas e estas foram resolvidas facilmente. Com tempo, não foi mais necessário continuar com o Programa Vivienda, pois, explica Mapi, os imigrantes que viam agora já tinham amigos ou parentes em Madri, redes que lhes acolhiam nos primeiros tempos.

APLA teve desde o início também, um serviço de ajuda à busca de emprego: *“Casi todos que llegaban tenían sus títulos, pero no podían trabajar bien porque había que homologarlo, bien porque la oferta de trabajo era sólo para el trabajo doméstico”*. Algum tempo depois, não era APLA que ajudava a buscar emprego aos imigrantes, senão que os nacionais procuravam APLA em busca de pessoas para trabalhar em suas casas. Começaram, então, fazer cursos de cozinha espanhola, e logo mais, todos os cursos de formação para o trabalho que mencionei acima.

Leva também adiante atividades culturais; há reuniões de dança, oficinas de pintura e, como já o mencionei, um café literário. O motivo da criação desses espaços de cultura, Mapi explicou, é que as pessoas imigrantes com frequência fazem trabalhos que nada têm a ver com seus interesses pessoais, e precisam de espaços nos que possam expressar suas inquietudes e sentimentos. As oficinas de pintura propiciam não apenas que as pessoas desenvolvam essa arte, senão também que façam exposições. (incluir fotos)

As aulas de dança deram lugar a um grupo de dança que está tendo um reconhecimento interessante por parte de outras organizações e governos municipais de dentro e fora da CAM. De fato, durante o tempo que participei de APLA, o grupo de dança foi convidado a participar em festivais e festejos em

várias localidades. O grupo apresenta danças de países latino-americanos e da Espanha, e os professores, espanhóis e latino-americanos, oferecem estas oficinas de forma gratuita duas vezes à semana. O grupo é freqüentado por imigrantes latino-americanos e por alguns espanhóis vinculados a APLA, de diversas faixas etárias.

O Café Literário

O Café Literário de APLA tem lugar todas as quartas feiras a partir das 18 horas. Havia várias pessoas em torno de uma mesa redonda com café e biscoitos quando cheguei ao “Café” pela primeira vez. María Jesús coordenava a reunião. Deram-me as boas-vindas. Havia poucas pessoas, jovens e não tão jovens, e aos poucos foram chegando mais pessoas.

Logo que cheguei, senti um clima familiar, uma espécie de *déjà vu*. Fiquei quieto, escutando. A conversa girava em torno de um tema escolhido na reunião anterior “¿Que cosas nos unen y que cosas nos separan?” No final daquela reunião do “café” descobriria que os temas são sugeridos pelos participantes e escolhidos por votação. Outros temas debatidos ao longo daquele período foram o uso do véu por imigrantes muçulmanas, as *redadas* policiais, a circuncisão feminina, as políticas externas dos países desenvolvidos, entre outros.

Depois de alguns minutos, em meio ao debate, Maria Jesús disse que sua formação havia sido em uma escola jesuíta. Entendi. O clima reinante me remetia à minha adolescência, à minha participação nos grupos de reflexão da paróquia de Fátima em Montevideú. Não se parecia nada a um encontro literário; reinava um clima de reflexão bem ao estilo dos grupos cristãos. O APLA, segundo Mapi, não tem nada a ver com a Igreja. A única relação com a Igreja Católica, disse Mapi, era que as irmãs religiosas proprietárias do prédio cediam o espaço para as reuniões de APLA. “¿Mas como?”, pensei “¿se faz parte da Red Acoge, deve ter algo alguma relação com a Igreja”. Podia ser que APLA houvesse escolhido não se apresentar como uma organização vinculada à Igreja, mas, sem dúvida, a história dos voluntários e dos organizadores das

reuniões influenciava o caráter das atividades. E, sobretudo, o tipo de reflexão que era feito, mesmo que não se falasse nunca em Deus ou se mencionasse uma ética cristã, remetia àquelas das que participara tantos anos atrás e que caracterizam as comunidades eclesiais de base.

Frequentemente há um novo participante no Café Literario de APLA, e nem todos vao todas as reuniões, mas há um pequeno grupo que está sempre presente. Entre eles, Maria Jesus, Mapi, Rigo, Laura (equatoriana e namorada do Rigo) Nicolás (o psicólogo), Benjamin (mexicano), Simon (boliviano), Luis (antropólogo peruano), Jairo (venezuelano), Blanca (argentina), Rosalina (peruana), entre outros.

O Café Literario é um espaço aberto, como a própria coordenadora o definiu. No entanto, há pessoas que por sua participação frequente e em outras atividades do APLA têm mais voz. Por algum motivo, talvez por monopolizar sempre os debates, eu não sentia nenhuma empatia com Rigo, sobretudo a partir do momento em que lhe perguntei se, já que ele havia sido detido várias vezes, gostaria de preencher um dos questionários anônimos do Ferrocarril Clandestino sobre as pessoas que haviam visto ou sido detidas em *redadas* (anexo 4). Ele se recusara a fazê-lo, e não deu nenhuma explicação. O conjunto dos formulários iria fazer parte de uma pesquisa sobre a qual se basearia um documento que seria entregue ao Ministerio del Interior.

Durante os meses que participei do Café Literario, vários eventos foram realizados. Entre eles, três homenagens a escritores: Miguel Hernandez, Mario Benedetti y a duas escritoras espanholas, mãe e filha, que outrora participaram do “Café Literario de APLA”.



6 - as comemorações a poetas e poetisas da língua espanhola terminam sempre numa foto de família.

Tal vez devido ao longo tempo que vêm trabalhando com imigrantes, Mapi e Maria Jesús pareciam entender e saber traduzir as vivências dos imigrantes melhor do que qualquer outra pessoa que tenha conhecido durante esta pesquisa. Tive essa impressão no dia da entrevista com Mapi e a confirmei ao longo dos cinco meses que participei de APLA. Enquanto coordenadoras, elas souberam sempre conduzir as reuniões de forma a contemplar as necessidades subjetivas das pessoas imigrantes, sem, no entanto, a pretensão de pôr fim a suas angústias.

O café literário era, sobretudo, uma reunião de amigos, um espaço de confraternização onde, às vezes, também se falava sobre poesia e escritores. APLA não se destaca por levar adiante uma luta política, embora os encontros no Café Literário me mostrassem claramente que havia sim uma forma crítica de pensar a sociedade. A escolha dos escritores que foram celebrados,

vinculados ao republicanismo espanhol alguns ou às reformas sociais na América outros, além dos debates e conversas que tinham lugar lá, deixa entrever que as pessoas que o frequentam o fazem tanto porque se sentem bem lá, como porque precisam de um lugar onde refletir sobre os acontecimentos sociais.

Quando ingressei a APLA, a organização ainda fazia parte da Red Acoge, mas estava, conforme me diz Mapi na entrevista, desvinculando-se dela. O motivo, conforme ela, era que a Red Acoge era muito “burocrática”, só interessada em dinheiro e não combinava com o perfil de APLA, o qual lidava diretamente com os imigrantes e suas questões. Além disso, APLA não recebe nenhum tipo de subvenção ou apoio financeiro, além de que o local onde funciona é cedido pelas irmãs religiosas do convento que ocupa o resto do grande edifício. Os computadores, já um tanto defasados, foram cedidos pelo Ayuntamiento de Madrid. O resto dos objetos que há no local, mesas, cadeiras, e até mesmo o café, o chá e os biscoitos que são compartilhados pelas pessoas que fazem parte do Café Literario são contribuições dos membros de APLA. Isso tudo nos mostra que a busca por parceiros por parte das organizações de mediação não se reduz à tentativa de obter financiamentos, senão que, junto com isso, há uma necessidade de encontrar outras organizações com as quais possam se identificar.

O fato de que o local é cedido, impõe também alguns limites às atividades que se desenvolvem lá. Alguns anos atrás, APLA implementou uma oficina de culinária. A oficina não durou mais do que umas semanas; as freiras sentiam-se desconfortáveis com o cheiro e o calor da cozinha em funcionamento e APLA foi obrigado a abandonar as oficinas.

Quando regressei ao Brasil, em julho de 2010, Mapi e Maria Jesús queriam que APLA ingresasse à Red Séfora, uma red de associações da Igreja Católica; atualmente já faz parte dela, segundo está decrito no sitio web de APLA.

APLA não se reconhece como uma organização católica nem confessional, mas a única diferença entre APLA e os movimentos eclesiais

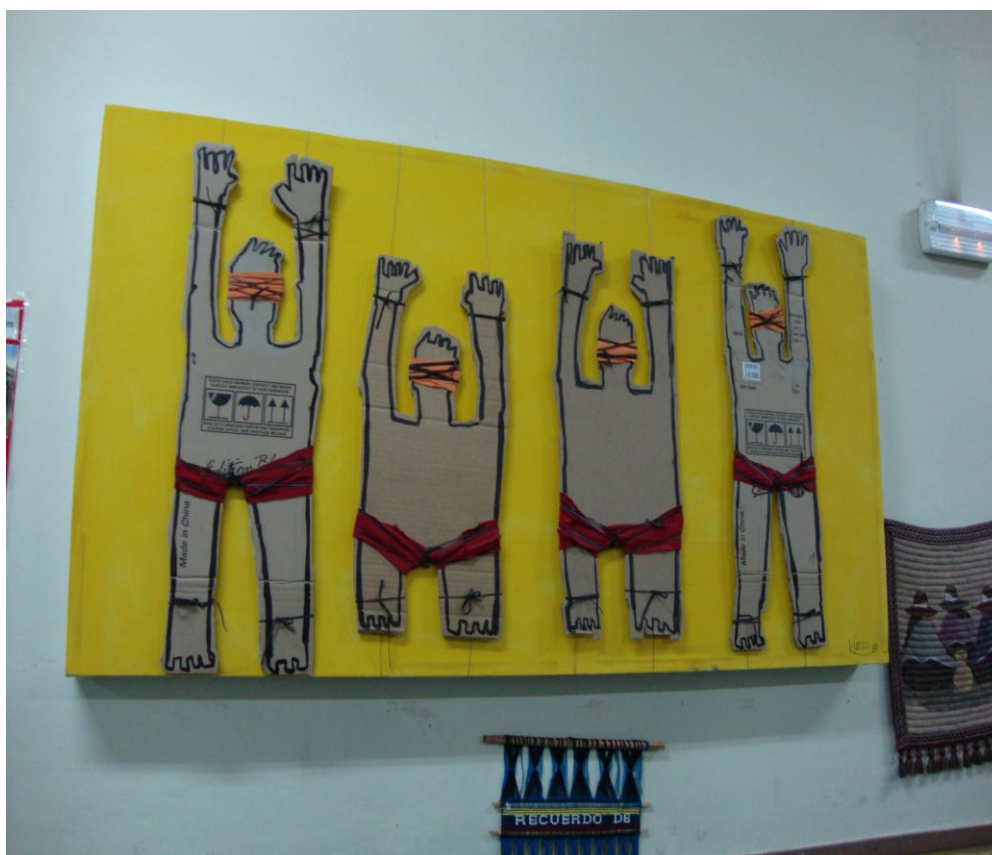
de base é que em APLA não se fala em Deus, o que não quer dizer que a retórica sobre as migrações que se percebe em APLA não traga implícito um discurso muito próximo ao discurso cristão de acolhimento; a parábola do Bom Samaritano do Novo Testamento, embora nunca mencionada nas reuniões, parece ser a fonte de inspiração do discurso de APLA sobre o imigrante.

Não é por nada que a identificação de APLA, no universo das migrações em Madri, é com os imigrantes latino-americanos. Os movimentos de base da Igreja são uma presença conspícua na América hispana, e tornam-se, frequentemente, as formas de vazão aos descontentamentos com as problemáticas que atingem às classes menos favorecidas na América. Esses movimentos tiveram ainda maior força durante os governos ditatoriais da América do Sul, quando as paróquias constituíam espaços mais ou menos seguros de reunião, apoiados na Teologia da Libertação. Nesse sentido, as formas de associação se expandem; poderia se pensar que, sendo a Igreja uma grande organização transnacional, formas semelhantes de associar-se se expandam através dela. Porém, junto com as organizações viajam os sujeitos individuais que são portadores de uma experiência de associacionismo que “vaza”; assim como a vivência com os jesuítas de Mapi e Maria Jesús marca a dinâmica de APLA apesar delas não serem mais jesuítas nem APLA fazer parte da Igreja, eu e outros imigrantes latino-americanos identificamos nesse grupo algo que também remete a vivências passadas e que pode ser recuperado na experiência migratória.

Apesar de sua tentativa de ampliar seu público a imigrantes de todas as origens, o único não latino-americano que vi em APLA foi um homem romeno que participou duas vezes do Café Literario. Apesar também do vínculo que Maria Jesús e Mapi mantêm com pessoas do Marrocos, e de que tenham falado várias vezes nas reuniões do Café sobre suas frequentes viagens a Marrocos, não há imigrantes desse país em APLA.

APLA constitui-se assim de forma muito semelhante aos movimentos de base da Igreja. Neles, a questão religiosa não tem grande prioridade, e as questões políticas costumam permear os discursos dos membros destes movimentos sem chegar a se tornar um posicionamento abertamente explícito.

Assim também é o discurso de APLA em torno a tudo que relaciona as migrações com a distribuição da riqueza no mundo e as políticas migratórias dos países desenvolvidos. Por exemplo, APLA nunca levou adiante nem participou de qualquer manifestação pública contra a Ley de Extranjería de dezembro de 2009 nem as anteriores. Questões de ordem política e reivindicativa não deixam de estar presentes, mas nunca se tornam uma declaração eloquente de protesto ou de reivindicação.



7 - Nicolás é antropólogo e artista plástico, imigrante peruano e membro de APLA.

APLA concentra-se nas manifestações culturais por parte dos membros que o compõem, promovendo encontros de dança, recebendo e exibindo artesanato, discutindo a vida e obra de escritores. Porém, o poder reivindicativo das manifestações culturais por si só pode ser bastante limitado e facilmente fagocitado por discursos ambíguos sobre integração proferidos desde lugares

de poder legitimados.

6.6 MUJERES PROGRESISTAS

A ONG Mujeres Progresistas é uma organização de gênero que tem uma agenda também para as mulheres imigrantes. Sua sede fica no bairro La Latina, muito próximo a Lavapiés.

Calle Ribera de los Curtidores, 3. À entrada, um portal a um imenso pátio central, rodeado por alguns escritórios e lojas. Andei pelos bordes internos do conjunto até que me chamou a atenção a palavra “*inmigrantes*” pintada em um vidro. Aproximei-me e vi duas mulheres. Perguntei se lá era Mujeres Progresistas.

Estava sendo esperado. Passamos a uma sala. O conjunto do local é estreito, meio abarrotado de moveis e paineis. Entramos, um a cada lado da escrivania.

Mujeres Progresistas é uma *federación*, ou seja, está disseminada por várias partes do país. “*Es una organización de género e intercultural, considerada de interés nacional*”, disse Eva López, uma de minhas duas interlocutoras na ONG. Eva é psicóloga social, tem uns 35 anos, é espanhola, branca, loira e de olhos claros. Eva descreve a ONG também como: “*una ONG feminista que presta auxilio a mujeres españolas o no em asuntos de violència, género, trabajo, regularización de documentos en el caso de inmigrantes, y salud*”

“*Las inmigrantes latinas vienen generalmente solas*” – continua Eva, referindo-se à migração, – “*Y si vienen acompañadas, ellas trabajan. Generalmente mantienen dos familias, aqui y en el país de origen.*” Conta também que as africanas costumam vir como acompanhantes de seus maridos, “*y las de África del Sur están vinculadas a redes de prostitución*” Já as do leste europeu vêm em busca de trabalho.

“Mujeres Progresistas” ajuda as mulheres a empoderar-se. “*No somos*

como Caritas, no somos asistencialistas, no les damos migajas ni nada, las ayudamos, les damos asesoramiento jurídico, apoyo psicológico”

Fazem grupos de mulheres para debater assuntos. Na ONG trabalham assistentes sociais, psicólogas, advogados. Levam adiante programas de sensibilização das questões de gênero e trabalho. Especial importância é dada ao trabalho doméstico, pelo sua precaridade e baixos salários.

Tem o programa “Intermigra”, com uma publicação que já leva 5 anos. Levam adiante também investigações. Uma delas é no tema da trata de pessoas, que abrange cinco países.

Os serviços sociais estatais enviam-lhes pessoas porque não dão conta de tudo, e, de fato, Mujeres Progresistas é uma das ONGs que consta na lista que Ana, da Oficina de Información y Orientación para la Integración de los Inmigrantes, me deu.

Eva conta também como as imigrantes que sofrem abusos sexuais podem solicitar o *status* de refugiada. *“Los latino-americanos son muy machistas. Acá em España también hay machismo, pero las personas son más conscientes de él”*. Conta também que muitas mulheres imigrantes recusam-se a processar seus maridos por abuso sexual, pois eles podem ser deportados se não tiverem os documentos em regra.

A ONG recebe financiamento do Estado. Foi na entrevista com Eva que soube que, na Espanha, 0,7% do impostos anuais vão a organizações da sociedade civil ou à Igreja. Como mencionei anteriormente, o contribuinte tem que escolher no momento de entregar o formulário. Isabel, minha segunda entrevistada, esclareceu, por haver recebido o reconhecimento de Entidad de Interés Nacional por parte do Estado Espanhol, recebe financiamentos do Ministerio del Trabajo, del Ministerio de la Igualdad, del Ministerio de Sanidad, Ministerio de Educación. Recebe também financiamento da Asociación Española para la Cooperación al Desarrollo (AECID). Nunca receberam da OIM nem da UNESCO. Elas financiam alguns projetos na Argentina, e na Nicaragua, no Salvador e no Marrocos.

Conta também que 80 % dos atendimentos da ONG, que são em torno

de 1.000 ao ano, são a mulheres imigrantes, e 40 % são por violência de gênero.

As mulheres vão geralmente por coisas mais pontuais, como assessoramento por documentos, trabalho e a partir daí, as trabalhadoras sociais começam o trabalho de sensibilização sobre as questões de gênero. Eva considera que a ONG não é das mais carentes em recursos econômicos. Quase todas as pessoas que lá trabalham são contratadas; como em CEAR, geralmente, começam como voluntárias até serem contratadas. Conta ela que trabalhou também como pesquisadora de mercado, um trabalho que considera muito criativo, mas: *“Yo quiero hacer algo por un mundo mejor, por que iba a quedarme enriqueciendo más a la Coca Cola, por ejemplo, si yo sabía que de toda esa injusticia?”*.

Algum tempo depois, durante a apresentação de uma peça de teatro de Las Teatreras, conheci a Isabel, uma imigrante argentina que estava na platéia. Isabel é uma das integrantes mais antigas de Mujeres Progresistas. Perguntei-lhe se podia conversar com ela e combinamos um encontro na sede da ONG.

ISABEL

Isabel trabalha promovendo o associativismo entre as mulheres imigradas; *“las mujeres migradas que se asocian son aquellas que ya tienen resueltas sus necesidades básicas”* Ela fala sobre a diferença entre o associacionismo na América Latina e na Europa de forma semelhante a como o fez Alfredo, um imigrante peruano e um dos meus primeiros interlocutores em Madri. Conta ela que o associacionismo na América Latina é mais forte porque ocorre em torno de reivindicações específicas, enquanto que na Europa, ocorre por motivos menos concretos e mais abrangentes. Isso parece contrariar sua descrição do trabalho da ONG:

[...] y hay otras áreas, otros programas más específicos que están dirigidos a mujeres migradas. La federación existe desde 1987, y ha sido una de las primeras organizaciones que empezó a trabajar la cuestión de las mujeres migradas [...] el programa “primera acogida” trata de ver cuales son las situaciones de las mujeres que llegan y en función de eso le damos una respuesta concreta y si no tenemos las condiciones

de hacerlo, la derivamos a los servicios que lo hagan.
(entrevista realizada no dia 26/05/10)

Isabel aproximou-se a Mujeres Progresistas dez anos atrás, a partir da percepção de que é necessário associar-se para ajudar fortalecer a auto-estima e a contenção das mulheres migradas:

*Tiene que ver con la fortaleza que vos necesitás para asumir un cambio y ... digamos, tratar de estimular también tu vida social, poder expresarte en la sociedad en que llegás ... que a veces es inhibitoria, y vos pensas "para que voy a hablar si no conozco" o "para que voy a hablar si nadie me escucha". Uno piensa que debe asimilarte a todo y como que perder tu propia identidad, y eso no es así [...] **a veces pensamos que tenemos que hablar por los que no tienen voz, no! Cada uno tiene que hablar por sí, todos tenemos voz, está en el otro tener disposición a escuchar.** (idem)*

Todos os programas que desenvolvem junto com as mulheres, sejam elas espanholas ou imigrantes, têm uma parte dedicada à sensibilização sobre a questão migratória, e em todos se promove um diálogo entre umas e outras.

Atualmente, a maior parte das mulheres que chegam são da América Latina. Algum tempo atrás, conta Isabel, havia mais mulheres do magreb, mas, nos últimos anos, as organizações magrebies têm também começado a dedicar uma parte de su trabalho aos assuntos específicos das mulheres.

Pedi a Isabel que me falasse sobre algum programa dos que elas trabalham. Ela mencionou então a peça de teatro onde nos conhecimos. Soube então que elas apoiaram a realização da peça, A peça já havia sido encenada em muitos lugares "*Cuando alguien la ve, quiere que se presente en otro lugar. Por eso es importante la presencia de los movimientos sociales*". O grupo de teatro Las Teatreras estava formado por personas que:

*[...] un dia estuvieron sentadas de ese lado de la mesa. Las mujeres que van a esta pieza de teatro, ven que las mujeres que trabajan en sus casas o en el supermercado, tienen saberes que hay siempre que estar dispuesto a escuchar y a aprender. Acá llegan personas que trabajan en el servicio doméstico y el patrón, después de tres años, le dice: "Ah, eres casada, tienes hijos, ¿de donde eres?. **Entonces lo que hacemos con las mujeres migradas, es que, a través de las técnicas del teatro, puedan mejorar su auto-estima y pasar un mensaje que ...los intereses, los problemas que ellas***

tienen es exactamente igual al de cualquier otra mujer. Has visto como estas mujeres que en su momento eran muy tímidas, no querían hablar ... bueno, has visto como ellas se expresaban. Esta es una obra de clara sensibilización con la población local. Hacemos un trabajo de sensibilización y empoderamiento [...].(idem)

A importância que Isabel dá à presença dos movimentos sociais nos programas e eventos realizados parece contrariar a resposta que Eva, alguns meses antes, havia dado quando perguntei qual era o maior problema enfrentado pela ONG: “*Llegar a la población, tanto en España como en América latina. Es un círculo, queda entre nosotras, no entiendo por que*”. Insisti na questão, tentando trazer o tema de diversas maneiras. A resposta de Isabel foi sempre que as pessoas que vão lá em busca de uma ajuda pontual, são convidadas a participar dos eventos e assim cresce a conscientização sobre a necessidade de se fazer ouvir e “*un sentido de pertenencia*”. Entretanto, a contradição permanece, na medida em que apenas uma parcela das pessoas, imigrantes ou não, participam dos movimentos sociais. Essa é uma questão que atravessa todos os movimentos sociais e organizações.

6.7 SOLIDARIEDAD SIN LÍMITES

Conheci a ONG Asociación Nacional Solidariedad Sin Límites porque Eugenia, encarregada da programação da radio Latina FM, me falou sobre Mara Sarmiento, “*una colombiana que tiene una ONG*”. De fato, Mara é a diretora da sede madrilenha da ONG. Combinamos uma entrevista com Mara para as 13:00 do dia 12 de maio de 2010 na sede da ONG. Ao chegar ao endereço combinado, em um bairro não muito central de Madri capital, uma porta e uma vitrine até o chão, ambas de vidro. Na porta, um pequeno cartaz de plástico, anunciava Solidariedad Sin Límites. Ainda desde fora, o primeiro – e único, descobrira depois - obstáculo visível era uma parede de madeira reciclada, que reservava para o escritório propriamente dito a metade do retângulo que se adentrava no quarteirão. No hall de espera, um rapaz

visivelmente latino, de 20 ou 21 anos falava ao telefone do outro lado de uma pequena escrivaninha de madeira. Três cadeiras dobráveis e uma pequena mesa de vidro reduziam a quase nada o espaço de circulação. Nas paredes, vários cartazes sobre prevenção do HIV/Aids. Em um canto ainda, amontoavam-se um triciclo de plástico e outros brinquedos.

O telefone chamava sem parar; Fábio passava uma ligação atrás a outra e, nos escassos intervalos, procurava os documentos que sua chefe pedira-lhe em voz alta desde o outro lado da parede.

“*Hazlo pasar, Fabio*”. Finalmente descobriria de quem era a voz em off que escutara durante a hora e meia em que aguardei no pequeno hall de entrada. Uma escrivaninha grande e repleta de papéis, pastas, telefones. Detrás dela, uma mulher de aproximadamente 35 anos.

Solidariedad Sin Límites é, segundo a define Mara, uma associação de pessoas imigrantes latino-americanas fundada em 1997. Segundo ela há em torno de 5.370 associados, mas as pessoas vão e voltam. A pertença à associação é de um ano; a cada ano cobra-se uma anuidade simbólica que permite ter acesso a todos os serviços que ela oferece, especialmente a assistência jurídica gratuita. O único suporte financeiro estatal vem da subvenção de projetos específicos. Eis a razão, confirma Mara, dos cartazes sobre prevenção do HIV. O Plan Nacional de SIDA do Ministerio de Sanidad y Acción Social, através da Consejería de Sanidad de cada comunidade autónoma apóia projetos de prevenção do HIV elaborados e implementados por organizações da sociedade civil. É assim que é financiado o projeto de prevenção de HIV entre imigrantes de Solidariedad Sin Límites. Mara mostra estar preparada para falar sobre o cruzamento das problemáticas do HIV e da migração:

Las personas que emigran a otro país llegan un poco desubicadas, establecen relaciones sentimentales mucho más rápido, pero también suelen romper esas relaciones mucho más pronto de lo esperado, o sea, no hay mucha estabilidad en muchos sentidos. Muchas personas se dedican a la bebida en sus ratos de ocio (Port. lazer), porque no tienen con quien compartirlo. Hay mucha inestabilidad y uno de los principales problemas es el contagio del VIH (Port. HIV) porque en los países latino-americanos hay personas que vienen y no tienen suficiente consciencia de la importancia de utilizar el

preservativo; a lo mejor vienen de zonas donde a través de la Iglesia se les ha informado que no deben usar el preservativo y la función nuestra es informar ... “ (entrevista realizada no dia 13/05/10)

São realizadas oficinas gratuitas sobre prevenção do HIV. Segundo aponta Mara, a associação é um lugar de referencia no que diz respeito à distribuição gratuita de preservativos masculinos e femininos:

[...] quitar el estigma de que esta es una enfermedad solamente de personas que ejercen la prostitución o de homosexuales., que es la idea que trae mucha gente. Hay que explicar que en cualquier caso se podría contagiar con una pareja, sea estable o no, porque también hay muchas parejas y familias que han estado desestructuradas, porque tú debes saber, primero viene uno, en la mayoría de los casos las mujeres vienen antes, y las parejas están separadas a veces 4 o 5 años. En ese tiempo, a lo mejor, cada uno por su lado ha tenido otras relaciones pero a la hora de volverse a reunir, usar el preservativo podría ser un problema de infidelidad, sería como admitir que se ha sido infiel. Eso en el imaginario de la gente [...] siempre bajo las directrices de ONUSIDA, que es la” (idem)

Também realizam sessões de cinema seguidas de debates sobre o tema do HIV e tem um programa de entrega de talões de bilhetes contendo frases sobre prevenção do HIV de uso domestico.

Solidariedad Sin Límites trabalha também na de busca de emprego para imigrantes, em parceria com a Asociación para la Integración y Desarrollo de Colectivos Desfavorecidos” (ASIDECODE)⁷⁴. ASIDECODE faz parte da Red de Centros de Apoyo a la Intermediación Laboral (CAIL)⁷⁵ da CAM. Neste sentido, Mara se encarrega de difundir vagas de emprego na emissora de rádio Latina FM, e para fazer isso precisa pagar uma taxa à emissora:

Me acaban de llamar para decirme que hay una oferta de empleo para peluqueros por parte de ASIDECODE. Entonces

⁷⁴ Em princípio, ASIDECODE não se define como um organismo destinado a imigrantes. Entretanto, em seu sitio web de ASIDECODE ([WWW.asidecode.com](http://www.asidecode.com)) há um link para a “Ley de Extranjería”. O sitio web está desatualizado, pois não contem as reformas à Ley Orgánica 4/2000 trazidas pela Ley Orgánica 2/2009. Interessante resulta também notar que o sitio de ASIDECODE exhibe o logotipo da Comunidad de Madrid junto ao da União Europeia. (consulta realizada no dia 9 de setembro de 2010)

⁷⁵ (<http://www.centrocep.es>)

yo ahora anunciaré por la radio y esto se va a inundar de personas. Es una forma de usar los servicios regionales de empleo. Este proyecto no incluye el empleo doméstico, pues la Comunidad de Madrid no lo contempla, pero si nosotros tenemos la oportunidad de ayudar, lo hacemos de todas maneras. (idem)

Solidariedad Sin Límites tem também un projeto denominado Herencia, que se ocupa de receber e doar brinquedos, roupa e todo tipo de objeto que as famílias vão deixando de utilizar à medida que os filhos crescem. Eis o motivo dos brinquedos amontoados em um canto da sala de espera:

No está dirigido especialmente a personas sin recursos. Si un mileurista (Trabalhador que ganha mil euros por mês) puede ahorrarse un triciclo, mejor. No me imagino a un millonario viniendo aquí a buscar un juguete para su hijo. (idem)

O principal projeto que esta ONG mantém é o projeto de assessoria em temas de migração, direito trabalhista, penal e cível. Contam com dois advogados que se encarregam dos processos dos solicitantes de documentação. Os outros membros da ONG oferecem informação sobre as leis, as mudanças que elas sofrem, já que, explica Mara, o Estado muda os requisitos para a regularização, mas as mudanças não são publicadas, então quando os imigrantes vão tramitar a regularização ou estender a permanência, obtêm respostas negativas sem saber o porquê. Escutei essa reclamação de vários mediadores, sobretudo a partir da reforma de dezembro de 2009, quando não estava claro ainda nem para os funcionários nem para os solicitantes a que era preciso se ater.

Estigmatizações de um lado e de outro:

*Como la mayor parte de la inmigración en Madrid es latino americana, no se puede decir que haya un verdadero choque cultural, porque hablamos la misma lengua. **Claro que hay que tener en cuenta que si, muchas de las personas que vienen, vienen con un nivel socioeconómico y cultural muy bajo; escasamente han tenido estudios. Hay personas que yo creo que estaban cultivando su tierra y le dijeron, `si cogen este avión y van a otro lugar van a tener un trabajo mejor remunerado`**; o sea que muchas personas han llegado aquí sin conocimientos de nada, sin más allá de hacer labores domésticas, y se han tenido que buscar la vida y aprender a golpes [...] por ejemplo, tenemos casos en que personas*

empleadoras nos han contado que hay personas inmigrantes que no saben usar la lavadora (Port. máquina de lavar roupas). Pues por supuesto que es normal, a ellos les suena extraño porque se piensan que nosotros vivimos colgados de los árboles. No, lo que pasa es que la capacidad adquisitiva de un albañil (Port. pedreiro) en nuestros países, no les permite tener una lavadora. No es porque en nuestros países no haya [...] a la inmigración se la entiende como un compendio de estigmatizaciones, los bolivianos son así, los colombianos son de la otra manera, y no es así, hay que ver que hay diversos niveles socio-culturales. Y cada país es distinto, pero para los españoles, toda la inmigración es igual ... (idem)

Sobre a Ley de Extranjería:

*Todo el tema de migración ha ido a peor. Ni las leyes ni la actitud del gobierno español ha mejorado. Los procedimientos se vuelven cada vez más estrictos, mas difíciles **La verdad es que para estar en un gobierno socialista ... es cuando más libertades se han recortado, ¿no? Es mucho mas difícil que cuando estaba el PP. También hay que entender que España es parte de la UE y que la UE también tiene sus directrices acerca de la inmigración, ¿no? Tiene una política migratoria que debe ser consensuada pero que puede ser aplicada de acuerdo a las leyes de cada país. (idem)***

Mara conta com detalhes as dificuldades de ter os documentos em Espanha, mostrando que conhece a Ley de Extranjeria e todas as reformulações que teve ao longo dos últimos anos. Fala sobre a quase impossibilidade do recurso da agrupação familiar e insiste em como tudo piorou com o governo do PSOE. Aponta como muitos dos requisitos, tais como o número de meses de trabalho fixo que deve ser provado, os requisitos de moradia e o número de meses de pagamento da seguridade social, não estão explícitos em lugar nenhum, fazendo com que as pessoas não saibam a que se ater. Fala também da criminalização da migração, e como a reforma de 2003 estipulou que era crime não ter documentos em Espanha.

Mara trabalhou na Alcaldía Mayor de Bogotá. Estudou jornalismo em Bogotá e conseguiu homologar seu título na Espanha. Foi a Madri a estudar ciências políticas e imigração e ficou porque “*Siempre quise tener una asociación que ayudara*”. Agora estuda direito na Universidad Autnoma de Madrid. Mara é quem elabora os projetos da ONG. Em Colômbia, trabalhava

com o Estado, com projetos sociais, na área de prevenção da violência, e seu trabalho granjeou-lhe um prêmio da ONU e outro do governo Espanhol.

Creo que a los inmigrantes nos hace falta tener más peso, no a través de pequeñas asociaciones, debería existir una plataforma de todas que tenga un poder de convocatoria como en Estados Unidos. Pero lo que pasa es que Estados Unidos tiene una historia migratoria mucho más antigua que la española. En España la inmigración es algo muy reciente, como que los ha cogido de sorpresa. Las personas se preguntan '¿cómo es que ha llegado tanta gente?', ¿por qué ahora me subo al metro y está lleno de latinoamericanos?'. Es que ha sido sorpresivo [...] si algún día quisiéramos hacer esto (todos os imigrantes parar de trabalhar), la convocatoria sería imposible. [...] al final la inmigración cotiza (Port. paga impostos), le está dando dinero al Estado. La inmigración además genera empleo, genera riqueza a las aerolíneas, genera riqueza a las empresas de remesas, genera riqueza a los comercios, en las llamadas telefónicas. Lo que nos falta es organización. (idem)

Solidaried Sin Límites é uma ONG pouco conhecida em Madrid, a pesar de que, segundo Mara, há um número grande de associados. Quando questionei se o fato de que nunca ninguém exceto Eugenia havia me falado sobre ela devia-se a sua localização, longe do centro da cidade, ela respondeu que aquela região era ainda “*Madrid ciudad*”.

Embora Mara não mantenha um discurso baseado na pobreza do imigrante, como ocorre com a maioria das organizações que têm um perfil predominantemente assistencialista, o trabalho de Solidariedad Sin Límites não visa à participação de indivíduos nem coletivos migrantes nas atividades.

6.8 MINKA E LAS TEATRERAS

Minka⁷⁶ é uma ONG que tem por objetivo promover a ajuda entre coletivos vulneráveis. Não tem especificamente um recorte de gênero, mas a

⁷⁶ Minka é um termo quétchua, que significa trabalho coletivo para ajudar o coletivo ou um sujeito individual. É uma forma de organização do trabalho tradicional dos incas, e que foi recuperada e adotada pelo governo peruano do presidente Balaunde Terry e implementada em outros países, como Chile e Coreia do Sul. (<http://es.wikipedia.org/wiki/Minka> - consulta realizada no dia 15 de setembro de 2010)

grande maioria de seus integrantes são mulheres, nem é uma ONG de migrantes, mas todos seus integrantes são imigrantes latino-americanos.

MINKA es una asociación independiente, laica y plural, que realiza acciones de cooperación y sensibilización para el desarrollo, formación, voluntariado, promoción y denuncia, al servicio de una cooperación efectivamente solidaria para construir una sociedad más justa y humana tanto en España como en los países del Sur. (<http://www.minkacps.org> consulta realizada em março de 2011)

O sítio web de Minka mostra que a ONG tem um caráter transnacional, leva adiante projetos em vários países da América Latina, especialmente na América do Sul, e tem locais de trabalho em três comunidades autônomas. Uma parte de seus projetos são financiados pela Fundación de “La Caixa”, uma das instituições bancárias mais poderosas da Espanha.

Entretanto, localmente, é uma organização pequena, com um pequeno espaço físico, localizada em uma rua de difícil acesso, longe da saída de metrô mais próxima, em um bairro popular da zona sul de Madri. Isso é interessante não apenas pela aparente contradição, senão porque apesar de sua localização, ela não é somente conhecida por pessoas envolvidas na mediação. Quando estava indo lá pela primeira vez, um domingo pela tarde, custei a encontrar o local: perguntei a duas moças que vi na rua onde ficava a Calle Aguilón, e não souberam me responder, mas perguntaram o que estava procurando; uma diz à outra algo assim, “¿Recuerdas?, hemos ido allí a la charla sobre ...”. Explicaram-me então como chegar; estava ainda longe.

A sede de Minka é o espaço de encontro para eventos de pequeno porte, como exibição de filmes em um monitor de televisão e debates sobre a Ley de Extranjería, e sobre as leis que regulam o trabalho doméstico. Assisti a três eventos ali, e depois de cada evento, uma confraternização com iguarias doces e salgadas trazidas pelas participantes. Foi assim que conheci a Lilly, uma imigrante salvadorenha que iria se me mostrar um novo aspecto da mediação.

Las Teatreras é um grupo de teatro formado por mulheres imigrantes latino-americanas de diferentes idades. Está vinculado estreitamente a Minka; é ali onde estas mulheres se reúnem, ensaiam suas peças e trocam experiências. Paradoxalmente, Las Teatreras foi fundado por um homem, o dramaturgo guatemalteco Marco Canale⁷⁷, participante de Minka, e esteve inicialmente formado por cinco mulheres e seu diretor. Hoje são doze as integrantes de Las Teatreras. Ao retornar a seu país, Marco deixou o grupo nas mãos de Lilly, diretora de teatro e uma de minhas interlocutoras em esta pesquisa.

*Ellas no tienen una relación profesional con el teatro, sino que el teatro se utiliza como una herramienta, como un recurso para visibilizar la realidad de un montón de mujeres, **para que tengan un espacio, para empoderarlas... y luego como una herramienta de sensibilización, ¿no?*** (entrevista realizada no dia 10/05/10)

As mulheres que fazem parte deste grupo de teatro são de Equador, Bolívia, Peru, Colômbia e El Salvador. Todas elas trabalham como empregadas domésticas internas, como babás ou tomando conta de pessoas anciãs. A mais jovem delas tem 19 anos e maior 57. Reúnem-se todos os sábados pela tarde na sede de Minka para ensaiar suas peças. O sábado 15 de maio de 2010, assisti à peça “*Donde germina una constelación*” As doze atrizes que fazem parte hoje do grupo participaram dela, e eram dirigidas por Lilly. Com um palco improvisado, a peça teve lugar no porão da sede do jornal Diagonal, no mesmo lugar onde têm lugar as reuniões e assembléias da ASPM (Asociación de Sin Papeles de Madrid) e outras reuniões do Ferrocarril Clandestino. O público estava composto por mulheres e por mim, o pesquisador. Não todas as mulheres do público eram imigrantes, mas quase todas estavam de alguma forma engajadas com as problemáticas de gênero e/ou com questões migratórias, conforme pude perceber durante o debate que seguiu à peça.

⁷⁷ Marco Canale tem uma trajetória de trabalho teatral com movimentos sociais de mulheres e imigrantes em diversas partes de América Latina e Espanha. Mais sobre seu trabalho pode ser encontrado no sitio web <http://www.deguate.com/artman/publish/cultura-actualidad-guatemala>

Consegui, nessa oportunidade, conversar brevemente com Isabel, uma psicóloga argentina encarregada do setor de mulheres migrantes da ONG Mujeres Progresistas; com Izabel, uma equatoriana que trabalha como dinamizadora de espaços públicos no Ayuntamiento de Madrid e com a mãe de Lilly, uma das atrizes da peça. Entrevistei-las posteriormente, em lugares e momentos diferentes. O fato de que o público estivesse composto apenas por pessoas engajadas em trabalhos com as problemáticas tratadas levou-me, mais uma vez, a refletir sobre a dificuldade de levar estes debates para fora do círculo das pessoas que já têm uma participação ativa neles, preocupação que tinha sido manifestada por Eva, de Mujeres Progresistas.

A peça foi escrita por outro dramaturgo, Oscar Morales, compatriota e amigo de Lilly; foi apresentada em vários eventos relacionados à problemática migratória e/ou de gênero, na capital; está composta de vários sketches, e trata das questões de violência doméstica e dos problemas no trabalho no contexto da migração. porém, como disse Lilly, “*Sin hacer de eso el centro de la experiencia de estas mujeres*” centra-se na valorização das pessoas e suas vivências e possibilidades de tomar conta de suas vidas, na perspectiva das mulheres migrantes.

También habla de los encuentros que se van dando, cosas y personas que en su país de origen nunca habrían conocido [...] los encuentros son como más intensos, y el teatro también lo facilita, porque en teatro se trabaja mucho con el otro, con la otra. Es muy colectivo el teatro [...] pero lo interesante es verlas a ellas, hablando de sus realidades. Son muy valientes [...] ellas nunca habían pensado que irían a encontrarse en este espacio en un país que no es el suyo, hacerse conocidas aquí. (idem)

A peça termina com a frase “*No todo ha sido dolor y desarraigo*”.

“*Donde germina una constelación*” é a segunda peça criada e apresentada pelo grupo. A primeira chamou-se “*Mujeres andando*”, foi escrita pelo fundador do grupo, Marcos Canale, e tratava da relação entre as mulheres migrantes e os serviços sociais.

A família de Lilly

Conheci Lilly durante a apresentação do filme “*Bienvenido al Norte*”, seguida de uma debate sobre o tema das migrações, em Minka. Encontrei-la, também em Minka, em um debate sobre trabalho doméstico. Eu era, naquela oportunidade, o único homem, além do advogado Jacinto, quem apresentou a legislação que regula o trabalho doméstico na Espanha. Por isso, minha presença no local naquele momento destoava e causava certa curiosidade. Não era comum que um homem se interessasse pelo assunto.

Lilly reconheceu-me da vez anterior que estivera lá e veio conversar comigo. Falei da minha pesquisa e ela mostrou-se interessada. Trocamos telefones e alguns dias depois, combinamos uma entrevista. Ela escolheu como lugar de encontro a cinemateca Doré,⁷⁸, na rua Santa Isabel, no bairro de Lavapiés. À entrada do cinema há um café freqüentado pelo público que assiste às apresentações da cinemateca. Como era um segunda feira e o cinema estava fechado, tivemos que escolher outro lugar. Sugeri que fôssemos a um pequeno café-biblioteca, próximo ao cinema, um dos meus locais preferidos em Madri. Lilly disse que também ia lá às vezes. Entramos, ela pediu um chá e eu uma coca-cola. Sentamo-nos do lado de uma das janelas, em duas cadeiras reclináveis, propicias para a leitura. Um banquinho de madeira, baixinho e feito artesanalmente, servia de apoio às bebidas e o gravador. Os poucos clientes conversavam em voz baixa ou buscavam livros nas prateleiras, enquanto boleiros e tangos se alternavam na tentativa de mascarar o barulho de marteladas sobre canos que, desde a rua, procurava se imiscuir na nossa conversa. Os traços indígenas e o cabelo preto e liso de Lilly, quem, meio de costas ao sol do entardecer, armava seus cigarros com tabaco de rama enquanto contava mansamente sua história, seria uma imagem que perduraria.

⁷⁸ A Cinemateca Doré é um espaço de cinema “alternativo”. Os filmes exibidos não fazem parte do roteiro cinematográfico comercial e os ingressos custam muito pouco: 2,50 euros, em oposição aos 10 euros que custa, no mínimo, um ingresso de cinema em Madri. Por esses dois motivos é freqüentado principalmente por intelectuais jovens e não tão jovens, e desconhecido por muitos outros moradores da cidade. Por isso, que Lilly escolhesse esse lugar para nosso encontro deu-me uma primeira visão sobre seus roteiros na cidade e o tipo de discurso com que iria entrar em contato. No entanto, sua narrativa excedeu o que eu esperava.

Lilly é salvadorenha, da capital San Salvador, e faz seis anos que está na Espanha. Trabalhou em várias companhias de teatro; atualmente trabalha como atriz em outra companhia e dirige uma oficina de teatro, no distrito de Vallecas, no sudeste da cidade, onde também mora desde que chegou a Madri. Vallecas caracteriza-se por ser um bairro operário, com uma tradição de movimentos e organizações sociais. Lilly chegou a Madri para estar com seu namorado, um ator espanhol que conheceu em um festival de teatro em Nicarágua. Instalou-se em Vallecas, com ele, e quando se separaram, voltou a El Salvador, onde ficou alguns meses até voltar a Madri. Ao voltar, ela quis permanecer no bairro: “...no se, dicen que ya no es como era, que antes había más movilización, pero si tiene una historia y se nota. Yo me siento muy bien en Vallecas”.

A primeira peça de teatro em que Lilly trabalhou foi sobre a vida de imigrantes. Iniciou-se com o auspício da Radio Vallecas, logo recebeu o apóio de organizações distritais, foi apresentada por convite da Casa de América, entre outras instituições da cidade e recebeu vários prêmios e foi encenada pela companhia que a apresentava em várias cidades de Espanha. Uma segunda peça tratava da violência de gênero, dos abusos sexuais mais especificamente, e foi apoiado também pelo programa “Nosotras en el mundo”, da Associação Radio Vallecas. Lilly ainda faz parte dessa associação, que não é uma associação de mulheres imigrantes, mas da qual participam mulheres espanholas e imigrantes. Esta peça foi encenada pela companhia em várias cidades de Espanha. A terceira montagem, que ainda está sendo encenada, é uma peça infantil baseada no Popol Vuh, livro sagrado dos Maias.

Os talheres de teatro e trabalho corporal são financiados pelo Ayuntamiento de Madrid e por organizações feministas. Minka atualmente está buscando financiamento para pagar uma oficina que Lilly já realiza no local junto com mulheres e adolescentes. “De momento, toco madera porque todos sabemos que el teatro es una profesión muy inestable, no vivo como actriz, pero si del teatro.”

Lilly chegou à Espanha em 2004. Quatro anos depois, mandou buscar sua mãe e suas duas irmãs menores. A mãe de Lilly, que foi posteriormente

minha interlocutora, e sua filha, chegaram com contratos de trabalho agrário.

Lilly considera que sempre teve muita sorte em Madri, sobretudo pelos amigos, espanhóis e não-espanhóis, que sempre lhe tenderam a mão quando ela e sua família precisaram. Mas elas tiveram uma parte nisso:

*Yo le digo a mi mamá: `nosotras no somos ricas pero tenemos amigos, que es nuestra fortuna´. Por otro lado, si bien tenemos amigos ... pues es **porque nosotras buscamos los espacios donde podríamos encontrar alguna sintonía, donde se podían producir los encuentros, ¿no?**. (Entrevista realizada no dia 10/05/10)*

Lilly terminou o ensino secundário em San Salvador e estudou dois anos de economia. “*no te imagino...*” disse eu, e ela respondeu: “*ni yo, por aqui entró y salió ... salí del colegio y no sabía yo que el teatro se podía estudiar, pues no hay una tradición teatral en El Salvador*”. Conheceu uma companhia de teatro boliviana que se apresentou em El Salvador e, convidada por eles, os seguiu até a Bolívia, onde estudou e trabalhou com eles durante algum tempo. “*Esa compañía me marcó teatralmente y personalmente; fue un antes y un después*”.

Perguntei se ela pretendia ficar em Espanha:

Mi sueño es crear un puente entre España y El Salvador. Este verano me voy a El Salvador a actuar por tres semanas. Vamos contratados por el “Centro Cultural Español [...] después de un proceso tan largo.... Uno también crea sus raíces ... yo he rolado mucho, un poco por la misma historia de la guerra, también por la historia de mi familia, yo he rolado mucho. He vivido en muchos países de niña. Viví cinco años en Nicaragua, cinco años en Cuba, en Honduras ... ”
(idem)

Pedi que me explicasse por que havia vivido em tantos lugares quando criança. Lilly hesitou por um momento, não sabia se lhe correspondia falar sobre isso ou esperar que sua mãe o fizesse, mas continuou falando:

Mis padres estaban muy metidos en la guerrilla salvadoreña, luego a mi madre la metieron presa, estuvo mucho tiempo presa ... luego el partido la mandó a Honduras, para que estuviera un poco fuera de vista. Ellos trabajaban dos casas⁷⁹,

⁷⁹ Posteriormente, Lilly me explicou que ‘trabajar una casa’ significava fazer com que um

en una de las casas, donde estaba yo, hubo un incidente muy grande. Llegó la guardia, y yo me perdí, o sea, me dejaron en la casa, se les olvidó a los compañeros y me perdí durante dos años...” (idem)

Creio que ela viu minha expressão de surpresa, mas continuou falando:

*A mi madre la mandaron a Cuba, en un proceso de rehabilitación, terapéutico, se puso muy mal. Entonces ... mi madre cree que después de un año y medio, con dos años yo, pues ... me encontraron en un orfanato en Honduras. Entonces me llevaron a Cuba, y en Cuba viví cinco años. Luego de ahí nos fuimos a Nicaragua. Después a El Salvador. Yo llegué a El Salvador con doce años. Entonces para mi El Salvador fue un antes y un después, también. Y ... Entonces como que después de algún tiempo, estoy disfrutando de estar en un sitio un buen rato . **Todavía me sorprende la ciudad ... conozco gente que me interesa, estoy haciendo cosas ... y me interesa ir a El Salvador a hacer cosas también. No me preocupa en este momento ... no pienso si me voy a quedar a vivir aquí, o me voy a quedar a vivir allá ... estoy en ese proceso [...] tengo dos mundos, no quiero perder este ni el otro. El Salvador me da mucha tierra, ¿no?...” (idem)***

Pedi-lhe que me explicasse melhor...

*Aquí estamos en una dinámica que te envuelve, ¿no ? Cuando voy a El Salvador yo me doy cuenta: aquí como que nos preocupamos, ¿como carne?, ¿como pescado? Y es un problema enorme y en El Salvador es como que es más vital , ¿Qué comemos?”. **Entonces El Salvador te pone tierra, ¿no? Y en mi trabajo me gusta tener eso en cuenta. Estoy muy contenta, porque es mi sueño, hacer ese puente. Lo de quedarme, no se. Tengo claras dos cosas, en este momento no quiero moverme a otro país así de la nada, a empezar todo de nuevo. Me gustaría ir con cosas concretas, yo que sé (Port. sei lá eu)... si me invitan a un trabajo, en una compañía, a hacer algo, ¿no?. De lo contrario, tengo claro que si me muevo de aquí, me voy a El Salvador”.** (idem)*

Lilly fala extensamente e com propriedade da situação social e política de seu país. Ela esteve lá um ano atrás. Fala da guerra civil, da situação com

local de reuniões clandestinas fosse visto pelos outros moradores do bairro como uma casa de família como todas. Famílias fictícias levam vidas aparentemente normais, com horários de entrada e saída regulares. A mãe de Lilly fazia o papel de empregada doméstica, e Lilly e sua Irmã, que eram bebês, de filhos. Estava planejado que em caso que chegasse a polícia, duas pessoas seriam encarregadas de pegar cada uma das `filhas`. A pessoa que devia pegar Lilly, na confusão provocada pela chegada da polícia, esqueceu dela. Por isso ficou perdida durante tanto tempo.

os países vizinhos, das Maras e da despolitização dos movimentos sociais, da esquerda que ganhou pela primeira vez na história do país e de como isso repercutiu na percepção que a população tinha dos movimentos de esquerda revolucionária do passado.

Pouco depois que foram assinados os acordos de paz em El Salvador e a guerrilha tornou-se um partido político, a mãe de Lilly abandonou a política “*porque quería quedarse con nosotros*”. Seu pai militou profissionalmente no partido, foi prefeito de San Salvador, e faleceu, alguns anos depois.

A mãe iniciou seu próprio negócio. Falei novamente sobre conversar com sua mãe e disse que achava que ela ia gostar: “*De hecho, la primera vez que le pedí que hablara, en el proyecto de la radio Vallecas, al principio le costó... Pero ahora habla de su historia, ya no tanto desde el dolor*”.

Perguntei-lhe como era o papel da mulher na guerrilha: “*Todo el papel de la mujer es siempre obscurecido, ¿no?. Mi madre era madre y guerrillera, mi padre era guerrillero. Luego dentro del poder mismo, se les impedía que estuvieran ... claro que siempre estuvieron*”.

A recorrência das questões relativas ao papel das mulheres em todo o discurso de Lilly, sua recusa explícita a ter filhos, me fazia supor que ela havia tido algum envolvimento com ONGs de gênero ou feministas em seu país:

*No. De hecho yo tuve muy poco contacto con movimientos sociales en El Salvador. Yo me vine para acá con 24 años, ten en cuenta que la guerra hacía poco había terminado. Mi lucha para mí era hacer lo que yo quería hacer, teatro. Teatro era lo que yo quería hacer. Era ... es muy difícil hacer teatro en El Salvador. Y ya por el hecho de hacer teatro, ya te rotulaban ... o sea, **lo que yo no tenía era el discurso**, pero en la práctica yo proponía muchas cosas De la forma de ser de las chicas, ¿no? [...] poco a poco fui abriéndome.... Yo entendía el feminismo como una guerra de sexos, y eso no me interesaba [...] Ahora ... es gracias a la lucha de muchas mujeres es que yo estoy donde estoy ... claro que como todo movimiento social tiene contradicciones, ¿no?, pero es uno de los pocos en que no se ha usado la violencia ... entonces por ahí fui entrando, poco a poco... también yo he crecido. (idem)*

Alicia

Alicia é a mãe de Lilly, uma das integrantes de Las teatreras e

participante dos eventos que se realizam em Minka. Foi ali que a vi pela primeira vez. A segunda foi depois da apresentação da peça de teatro. Combinamos de nos encontrarmos na porta do Ministerio de la Agricultura, próximo à estação de Atocha, no centro de Madri, para uma entrevista. Eram três horas da tarde de um domingo de primavera; visitantes caminhavam calmamente pelos passeios que há em volta, artesões latino-americanos vendiam seus produtos aos turistas. Esperei, e como Alicia não chegava, telefonei. No dia anterior, ao descer do ônibus, tinha caído e machucado uma perna. Perguntou se eu não queria ir à sua casa, e me indicou como chegar.

Aquela parte do distrito de Vallecas não era diferente do resto, que eu já conhecia. Edifícios e mais edifícios, colados um no outro, de tijolo a vista ou brancos, novos, porém descuidados, e muito semelhantes entre si. Janelas pequenas, grades nas portas, porteiros eletrônicos; ruas meio desoladas na hora da sesta e um único boteco aberto, frente à parada do ônibus.

Encontrei o endereço, entrei. Era o apartamento que Lilly havia preparado para receber sua mãe e irmãs. Eu me sentia muito grato de poder estar lá. Na sala, uma mesa, sofás, almofadas e muito artesanato. A janela: sol, silêncio e asfalto de um lado, elegância austera do outro. Passamos à cozinha. Todos os eletrodomésticos de uma cozinha na Espanha em um pequeno espaço. Sentamo-nos um a cada lado da pequena mesa; Alicia continuou a fazer uma espécie de bolinhos que haviam-lhe encomendado para uma festa de aniversário, mantendo a perna esticada para suportar melhor a dor do golpe. *“Ella es la que está más inestable en trabajo”*, havia dito Lilly. Meu pequeno gravador em meio às garrafas de azeite, recipientes e potes de farinha e açúcar. Alicia não havia deixado para trás seu sotaque centro-americano.

Disse Alicia: *“La Lilly no sabe, se ha quedado con Oscar y la Tania, pues están preparando la obra que van a presentar [...] yo no le he querido decir ... porque no estoy bien bien, pero tampoco estoy tan mal como para estarla preocupando”*.

Alicia tem 57 anos, e três filhas: Lilly de 30, Laura de 21 y Delia de 20. Pedi que me falasse sobre sua experiência como imigrante, mas quase todas

as frases de Alicia remetiam às filhas:

Yo llegué aquí el 2 de febrero del 2007, pero yo había venido antes, en el 2006. Vine por una invitación que me hizo una asociación ... "Mujeres en el Mundo". El viaje de nosotros fue un poco ... inesperado. Lilly conocía a las personas de esta asociación ... pues ... entonces, estas mujeres, trabajaban con mujeres de diferentes países ...y como ... bueno, ellas conocían un poco de la guerra que hubo en El Salvador y querían entrevistar a personas que habían participado en la guerra ... Lilly les habló de mi, que yo había hecho esto, que yo había hecho lo otro ... y bueno me invitaron a venir. Después, cuando la entrevista ... yo le había dicho siempre a Lilly que el sueño de mi vida era viajar ... y ellas me dijeron `si nosotros te invitamos a que te vengas, vienes?. Vine y me quedé tres meses, pues yo no vine para quedarme. (entrevista realizada no dia 16/05/10)

Alicia era proprietária de uma loja de conserto e venda de móveis em San Salvador.

*Yo estaba viviendo una situación bastante difícil, económicamente también, pero principalmente com el padre de mis hijas, sufría malos tratos constantemente ... violento . entonces... **habíamos hecho varios intentos de separarnos pero ... bueno, siempre volvíamos a juntarnos. La cosa es que Estando aquí ellas (as mulheres da associação) me proponen ... pues ayudarme a que me venga. Ellas habían hecho un taller con mujeres, donde salieron un montón de cosas (Port. onde muitas coisas vieram à tona) ... y bueno, yo les dije que si. Entonces cuando regresé a "El Salvador" ya fui con la idea de separarme del papá de mis hijas y venirme. (idem)***

Em quatro meses arrumou tudo para voltar a Espanha. Foi com um contrato de trabalho agrícola, para colher frutas na província de Jaén, em Andalucia: "... *pues cuando uno se está preparando para venir, pensaba `voy a trabajar, mis hijas van a tener más oportunidades´, todo eso que uno piensa cuando sale de su país*". Ela mentiu ao marido, disse-lhe que em poucos meses elas iriam envia-lhe uma passagem para que se juntasse a elas em Espanha. Isso foi para que ele autorizasse a saída das filhas, Laura e Delia, do país. Por isso, ela deixou-lhe tudo, a loja, a casa, o carro e o dinheiro.

Saiu de San Salvador com 80 dólares. O vôo fazia uma escala em Cancun e outra na cidade de México, para depois seguir para Madri. Na cidade de México, ao trocar de avião, descobriu que devia pagar uma taxa de 150

dólares. Desesperada, com as duas filhas pequenas que choravam sem parar pela situação, começou pedir dinheiro aos passageiros que estavam no aeroporto, até que um homem que supostamente tomaria o mesmo voo, mas que elas não conseguiram ver de novo, pagou as taxas de embarque.

O primeiro ano estiveram as três com contratos no regime agrário, para colher frutas. Como a saúde de Alicia fica debilitada pelo frio, quando era época de colher azeitonas, ela fazia outros trabalhos, como cuidar de pessoas. Ao fim do contrato, um ano depois, passaram ao regime geral. Todas elas têm documentos. *“Ahora el día 26 tengo que ir a buscar mi DNI. (Documento Nacional de Identificación). Dicen que la segunda vez te lo renuevan por 5 años. Es que sin papeles no nos veníamos”*. Foi o grupo das mulheres que, acionando os conhecidos em uma firma agrícola, conseguiram o contrato de trabalho para elas. *“Íbamos a extranjería en Jaén y nunca tuvimos problemas, todo salió bien. Llegamos en el tiempo que las cosas eran más fáciles”* .

Finalmente, vieram as três a Madri, onde estava Lilly:

Nos hicieron un recibimiento muy bonito en la casa de una de ellas (una das mulheres da associação) y el día siguiente nos fuimos para Andujar, en Jaén, para hacer el empadronamiento y todo eso que hay que hacer aquí y empezar a trabajar. (idem)

O primeiro ano tudo correu muito bem *“estábamos todas muy contentas, no podíamos creer que estuviéramos tan bien”*. Os problemas começaram quando o contrato terminou, as filhas tinham que retomar os estudos. Algumas pessoas davam dicas de onde ela poderia conseguir trabalho:

Cuando ya habían pasado tres o cuatro meses ... por las noches nos sentábamos las tres a conversar ‘ustedes se dan cuenta de donde estamos?’ y las niñas empezaron a decir ‘ay mamá!, que yo en el instituto (Port. escola de segundo grau) no tengo amigos ... los niños de aquí son muy diferentes de los de allá, los chavales (Port. jóvenes) de aquí no me gustan ... ’ y yo no sabía qué hacer. (idem)

Costumes diferentes tornavam-se problemas irresolúveis; o hábito e a necessidade de levar a merenda de casa à escola, quando todos os outros alunos compravam suas merendas na escola, por exemplo, era motivo de

escárnio por parte dos colegas espanhóis. Tudo se agravou quando chamaram do colégio para ver por que as meninas não iam à escola. Alicia descobriu que as filhas saíam de manhã cedo, mas não iam à escola. As duas irmãs passavam a manhã toda na estação rodoviária e voltavam ao meio-dia, no horário que supostamente deveriam estar voltando da escola.

Una das professoras disse-he: “*mira, cuando ellas no están, yo les hablo a los otros, les digo que ellas vienen de otro país y que tienen que ayudarlas a integrarse, y ellos se quejan de que ellas no dejan que las ayuden, que se aíslan*”.

Laura, a filha do meio, reclamava todo o tempo: não queria estar ali, sentia falta de sua vida em San Salvador. Conversava por internet com seus amigos de San Salvador, no computador que as pessoas de Radio Vallecas haviam doado a Lilly para que lhes desse a suas irmãs. Alicia, desde que terminou o contrato de colheita de frutas dedicava-se a cuidar pessoas doentes. Continua ela:

*Ellas (as filhas) me hacían la vida imposible, porque me dolía mucho verlas así, hasta que un día estallamos las tres a llorar. `Imaginen-se yo, estoy cuidando a una señora, limpiándola, cosas que ni a mi madre se lo hice. Jamás yo nunca me había imaginado que iría a trabajar así'. **Porque la verdad yo nunca había sido empleada, siempre había tenido mis negocios y era independiente, ¿me entiendes? O sea, una de las cosas que a mi más me costó fue eso, el incorporarme al trabajo así, remunerado.** Cuando me quedo sin trabajo me preocupo mucho y por otro lado me da rabia, porque tengo que depender de que alguien me dé un trabajo. En El Salvador, si no me iba bien en un negocio, pues lo cerraba y empezaba otro. Bueno, `¿como creen que me siento yo?, yo extraño mi negocio, mis trabajadores, mi casa, mi coche´ les dije. Tenemos la otra opción, podemos irnos de vuelta, a la fuerza no tenemos por qué estar aquí `no mami, no decían´. Es que ellas le tenían mucho miedo al padre de ellas, porque la historia con su padre siempre fue de mucha violencia. (idem)*

Falar sobre a experiência migratoria própria, em algum momento, leva sempre a uma reflexão. Alicia baixa a voz, parece longe:

A veces me da una soledad ... cuando pienso en las otras mujeres de Las teatreras pienso que soy privilegiada, porque siempre fui bien acogida por las personas que ya me conocían,

por el que era marido de mi hija, pero hay una soledad interior ... tengo miedo de todo lo que dejé allá, ¿será que les hice un bien a mis hijas? Bueno, como te digo ... **nosotros no teníamos dinero, pero teníamos una vida ... cómoda. Mis hijas nunca tuvieron que trabajar, su única tarea era estudiar. Yo creía que aquí iba a poder trabajar yo y que ellas siguieran su vida de estudiante.** Eso sólo lo pudimos hacer en Jaén, cuando vinimos para acá, hubo necesidad de que ellas trabajen [...] Delia, que es la más emotiva, a veces se pone a llorar. El otro día me dijo: `pero es que yo soy todavía una niña ... yo quiero hacer tantas cosas todavía y siento que aquí para lo único que sirvo es para trabajar (idem)

As dificuldades de comunicação vão além de uma mera problemática sobre os costumes:

Delia me dice siempre que es como que no la entienden. Tu sabes nosotros venimos de Bueno, **tu ideología también tiene que ver mucho --- muchísimo ... la forma como ves el sistema, ¿entiendes? ... ellas tienen una crítica al consumismo que los muchachos ... no les importa, lo ven como jilipoyeces** (Port. bobagens): `mami, es que aquí sólo hablan de estupideces (Port. bobagens), solo hablan de follar y follar (Port. transar). Entonces a veces los amigos llaman y la invitan a salir con ellos, pero ella inventa cualquier cosa y no sale. (idem)

Sem sabê-lo, Alicia falou diretamente a uma das questões que sempre me preocuparam, e para a qual eu nunca conseguira uma resposta satisfatória: a distância entre quem repete uma frase genérica, sem refletir no que está dizendo, e quem a escuta desde um lugar particular:

Con el tiempo me fui dando cuenta que casi todas (as teatreras) ... eran las mismas cosas que habíamos sentido, las razones por las que habíamos emigrado ... después, con el tiempo, empecé yo a hablar de mi también, y ... poco a poco ... como que empezamos a sacar ya más cosas (Port. a falar mais de si mesmas) ... esas cosas que tu cuentas algunas pero que hay otras que te cuesta más sacarlas .. cosas que te han hecho mucho daño y piensas `¿para que voy a hablar de eso?', pero cuando tu ya empiezas a ir tomando confianza ... surgen las primeras lágrimas, entonces te ves con más ganas de sacarlo (Port. pôr para fora) y eso me fue ayudando, cada vez que yo salía de un taller de estos, pues yo sentía que salía un poco mejor [...] **Porque a veces me he sentido como que estuviera usurpándole algo a alguien. Yo he escuchado en la televisión alguien que dice `si todas las personas de afuera se fueran a sus países, habría mas españoles trabajando [...] e todos los españoles que han venido a nuestros países, yo nunca los he visto como que me estuvieron quitando nada.** (idem)

E continua:

Y así uno aprende la historia de España [...] porque nadie migra porque es un vagabundo; los vagabundos no migran. [...] así ahora en el grupo ... como que entendemos que todos tenemos derecho a estar en cualquier lugar. (idem)

Foi ao entrar em contato com Las Teatras e com Minka que percebi que as outras organizações e associações com que havia trabalhado até o momento nas três cidades lidavam com o fenômeno migratório sempre a partir da perspectiva dos problemas que o processo migratório implicava, sem considerar as emoções que se geram e vêm à tona durante esse processo.

Em Las Teatras, mas que um problema a ser resolvido, as emoções aparecem como um elemento constitutivo da vida e da vida em situação de deslocamento. Mais do que buscar uma solução para elas, como no caso das tentativas de oferecer assistência psicológica para imigrantes, as emoções aparecem como uma dimensão a ser vivenciada e compartilhada, e o espaço onde isso acontece é o teatro. Isso faz com que seu discurso sobre as migrações seja tão particular, que seja pessoal sem falar apenas de uma experiência individual. Os problemas são resolvidos pontualmente, com um contrato de trabalho, com um computador doado, e o discurso gira em torno da vivência e se procura alguma transformação, faz-se-lo através da vivência compartilhada dos aspectos menos mencionados quando se fala nas migrações.

A peça “*Donde germina una constelación*” trata das situações e, no máximo, uma personagem incita a outra a uma ação pontual, sem recorrer a discursos concebivelmente transcendentais. Isso é aparentemente contraditório, tendo em conta que, no caso da família de Lilly, trata-se de pessoas com uma experiência intensa de militância política e participação na guerrilha, onde o que se busca é a transformação social.

Levou-me a refletir também sobre a pesquisa e a necessidade do pesquisador de ter uma descrição, uma fotografia, do universo de pesquisa. Os

estados pensam as migrações como um problema, os mediadores – a maioria deles – na solução dos problemas dos imigrantes, e o pesquisador procura entender esses problemas; transforma os problemas sociais em problemas sociológicos. Como tensionar os limites que estes registros impõem? Conseguir fazê-lo significaria chegar a uma compreensão mais transparente dos discursos sobre a migração.

6.9 A ASOCIACIÓN DE SERVIDORAS DOMÉSTICAS (ADESEDO)

Durante o evento da fundação da Delegación Madrid de FERINE, dois homens e uma mulher representavam a Asociación Hispano-Dominicana. Quando chegou o momento de descontração, com lanches e música, aproximei-me dela, me apresentei e falei sobre minha pesquisa. O nome dela era Leonora, era dominicana e fazia parte também de uma organização de empregadas domésticas. Perguntei se poderia conversar com ela em outro momento, pois havia muito barulho e gente indo e vindo. Trocamos telefones e finalmente marcamos um encontro no mesmo local de FERINE, para uma semana depois.

Quando cheguei, perto das 17 horas do dia 8 de março de 2010, Leonora e os dois dominicanos que estavam com ela na semana anterior aguardavam por mim. Embora eu olhasse sempre para Leonora ao trazer alguma questão, ao longo de toda a entrevista, os dois homens, um deles especialmente, respondiam por ela ou puxavam um assunto a partir de algo que ela dizia. Não quero dizer que o que eles diziam não fosse interessante, senão que eu estava particularmente interessado no que ela diria a partir de sua experiência de membro de uma associação de trabalhadoras domésticas imigrantes.

Leonora: ADESEDO se formó, sencillamente, nos juntamos una tarde y nos pusimos a hablar de diferentes cosas y .. al final .. lo que más nos motivo fue cuando llegamos a esos temas de empleadas del hogar ... de que había malos tratos ... y ... empezamos a reunirnos y ... somos unos cuantos y ... es por eso, por entendernos unas con otras, por los abusos

Esse encontro informal anterior à formação de ADESEDO ocorrera no Centro Hispano-dominicano, afirmou Carlos. Daí que a maior parte das pessoas que fazem parte de ADESEDO sejam dominicanos: “*De todos los países pueden ir, que nosotros estamos para ayudarnos*”. Tampouco todas as pessoas que fazem parte da associação são trabalhadoras domésticas; algumas, como Leonora, trabalham no serviço doméstico quando não tem outro trabalho.

Daniel: *¿Hace quanto que existen como asociación?*

Leonora: *Hace poco ... hace...*

Carlos: *Desde el 13 de setiembre de 2009.*

Daniel: *¿Y que se hace en las reuniones?*

Leonora: *Hablar con las chicas, adiestrarlas a las chicas que cuando vayan a tener una entrevista, que le aclaren a los empleadores cuales son sus derechos, porque muchos parece que no lo saben.*



8 – As trabalhadoras domésticas de Madri saem à rua para mostrar as engrenagens da sociedade.

Leonora conta que muitas moças que trabalham como *internas* em casas de família acabam não tendo direito a um dia livre por semana e têm que trabalhar todo o dia. “*A esos temas les estamos dando hincapié para que la gente no se deje aplastar*”. Conta também Leonora que a maioria dos empregadores se recusa a pagar a Seguridad Social⁸⁰, embora exista uma lei que obriga o empregador a pagar esse imposto pela contratação desse serviço.

Leonora trabalhou como empacotadora em uma empresa, mas foi demitida. Recebe o seguro de desemprego e faz alguns trabalhos como faxineira quando tem a oportunidade: “*Bueno, voy a empezar como trabajadora del hogar si no hay otra cosa, no me importa*” Em Santo Domingo, a capital da República Dominicana, trabalhava na manufatura de calçados na zona franca”

Daniel: *Entonces tú sabes hacer zapatos*

Leonora: *Enteramente no, sólo hacía una parte*

Carlos: *La zona franca consiste en que los países ricos ponen una industria, hacen que una mujer aprenda una parte del trabajo, pero no todo para que no se vayan. Una mujer corta una suela, otra la coce por un lado, otra la pega y nadie aprende el oficio. Al final esa materia no se queda en el país, se va a Estados, le ponen una etiqueta de Estados Unidos. Unicamente les interesa de los países pobres la mano de obra barata [...] hay zonas francas en los países pobres, ahí es donde el pulpo del norte [...]*

A voz mansa e às vezes titubeante de Leonora contrastava com algumas de suas frases: “*Con mucho sacrificio, yo dije `yo me voy a trabajar allá. De esta manera vamos a seguir siempre así`*”. Foi assim que, dez anos atrás, Leonora emigrou sozinha para a Espanha, onde já moravam duas primas suas. Inicialmente, seu marido ficou cuidando os três filhos do casal, os quais agora têm 15, 13 e 11 anos de idade. Dois anos depois ele juntou-se a ela e os filhos ficaram aos cuidados da mãe dele. Ambos viajam à República Dominicana a cada dois anos para ir ver os filhos. Não têm condições de ir todos os anos. Quis trazer seus filhos, mas as temporalidades da burocracia na Espanha e no consulado espanhol na República Dominicana não coincidiam.

⁸⁰ Equivalente ao INSS no Brasil

*Yo les hice los papeles, aqui le salió el visado, pero alli no se lo quisieron dar, pero yo estaba renovando y me dijeron `no, que por estar renovando tienes que esperar que te den la tarjeta´. **Esperé que me dieran la tarjeta, y cuando mandé ya renovada me dicen que no, que ha pasado mucho tiempo. Me mandaron apelar, y tuve que ir a un abogado. Me acerqué, me cobró 400 euros y no ha hecho nada. Ahora estoy tratando de sacar la nacionalidad. Si tengo la nacionalidad, puedo traer a mis hijos, pero me dicen que tarda dos años. En dos años me puedo morir***

Indiquei-lhe onde poderia conseguir um advogado que não lhe cobrasse. Os advogados da ASPM dão assistência gratuita aos sócios. Combinamos de nos encontrar na quinta feira seguinte no local da ASPM e eu lhe apresentaria ao advogado Juan. Esperei por ela na quinta feira; ela telefonou dizendo que tinha problemas que não poderia ir.

Perguntei se prefería não ter emigrado: *“En mi país no se viaja porque queremos ir de vacaciones, es porque necesitamos trabajar, ganar más”*. ¿Es mejor estar aquí que en Republica Dominicana?, perguntei: *“no te puedo decir que es mejor, porque nadie está mejor que en su casa, pero el dinerito, algo más se gana”*.

Carlos faz as contas do que se gana e gasta na Espanha, com base em um salário de pouco mais de 800 euros, pagando 400 de aluguel, enviando 200 para a família e 200 em alimentação, não fica muito para poupar. A vantagem, para ele, é que, antes da crise, se conseguia trabalho muito facilmente, embora os salários fossem muito baixos. Já Leonora afirma que é melhor porque mesmo que pouco, se pode enviar algo à família e juntar algo.

Carlos conta como é a vida das mulheres na República Dominicana, apontando também que se não se pertence ao partido político que está no governo é quase impossível conseguir um emprego fixo. *“Aqui no se mira tanto el partido, por eso se consigue trabajo más fácil”*. Ele continua a falar sobre a situação dos imigrantes, da fragilidade das relações de trabalho e de como os empregadores espanhóis tiram proveito da migração irregular ou da necessidade de manter um emprego para poder permanecer em situação regular. Ele conta também de muitas mães que levaram seus filhos para a

Espanha e tiveram que mandá-los de volta a seu país porque sustentar uma criança não tendo emprego e dependendo do seguro de desemprego é impossível.

Carlos fala também da necessidade de mudar a lei do serviço doméstico. O serviço doméstico tem uma legislação especial na Espanha, diferente do regime geral do trabalho. Um empregador costuma contratar uma pessoa por 800 euros, aproximadamente. Desse total, que é muito pouco, tem o direito de descontar as despesas da empregada em moradia e alimentação, o que reduz seu salário às vezes a menos de 400 euros. O ganho total é muito baixo, considerando também que as empregadas trabalham mais horas das que o contrato estipula, pois morando na casa dos patrões, está o tempo todo a serviço dos afazeres. Os empregadores, em princípio, deveriam pagar suas contribuições previdenciárias, mas a maioria não o faz. Esses foram também os argumentos mencionados por Jacinto, advogado que circula entre os coletivos de imigrantes prestando assistência gratuita, na reunião sobre a legislação que se aplica ao serviço doméstico em Minka. *“Llegamos a ser mayores y uno no tiene jubilación, el tiempo pasa y todo va quedando para atrás”*, disse Leonora.



9 - Sobre a imigração se fala a partir de vários registros

Em Santo Domingo, Leonora morava com seu marido e filhos; o aluguel consumia uma grande parte do salário de ambos. Eles queriam ter uma casa própria, e foi por isso que decidiu emigrar onde estavam suas primas.

Depois de alguns anos conseguiram comprar uma casa, em um bairro popular de Santo Domingo: “[...] *pero yo no quiero irme sin nada, uno sale y quiere volver con algo. Quiero juntar ahora para poner un pequeño comercio, una tienda*”.

Falei para Leonora do protesto que a ASPM estaria realizando em favor da despenalização do Top-manta no sábado seguinte, e convidei-la a participar. Eu tinha a impressão de que o círculo de dominicanos e FERINE era um tanto opressivo para ela, e que seria bom para ela entrar em contato com outros imigrantes e espanhóis. Não podia ir pois tinha uma faxina a realizar naquele sábado, mas disse que passaria o convite a suas amigas dominicanas: “*Ellas me dicen: `no!, yo trato de no salir a la calle, que pueden cogernos por*

los papeles y yo les digo: "tienes que salir, no tengas miedo. Estamos todos juntos y no hemos hecho nada malo".

A narrativa de Leonora mostra como o futuro é aberto: Quis trazer os filhos, mas não foi possível, está tramitando a cidadania espanhola para poder trazê-los; ao mesmo tempo, entretanto, junta dinheiro para comprar uma pequena casa e, mesmo sem trabalho atualmente, espera poder juntar dinheiro para comprar uma loja e poder viver disso em seu país.

Congregar-se em torno do trabalho doméstico é uma opção para lutar contra os abusos cometidos contra as empregadas. Assim se ganha força e se desafia o poder do mais forte, se transmite informação, se estimula os outros a que reivindiquem seus direitos; pensa-se até na possibilidade de mudar uma lei.

Nesse convívio, aprendem-se narrativas. Como falar sobre si mesmo, como pensar sua própria história. A narrativa de Leonora me faz pensar em como é ver-se a si mesmo como parte de uma narrativa existente. Tudo que Leonora falou sobre sua vida naquela tarde da entrevista e em outras duas que nos encontramos –uma delas durante uma manifestação pela regulamentação do trabalho doméstico- se encaixa na narrativa dominante sobre a imigrante latino-americana. Histórias de desprendimento dos filhos, de sacrifício para conseguir uma vida melhor para a família e de associação a outras pessoas com histórias de vida semelhantes servem de base para os discursos mais difundidos no âmbito da mediação e acadêmico sobre as migrantes latino-americanas. O discurso dominante nestes âmbitos faz das histórias individuais de mulheres latino-americanas migrantes uma narrativa genérica, sendo suas narrativas alternativas a das que não foram *engañadas* nem entraram no mercado sexual da mão perversa de gerentes de redes de tráfico de pessoas ou as de pessoas cujos futuros não estão escritos, como o futuro de Leonora, nem se encaixam numa seqüência predeterminada de pobreza, integração, menos pobreza.

De outro lado, a intervenção de Carlos esclarece e dá uma visão

racional de como o serviço doméstico se encaixa em uma lógica capitalista transnacional de exploração do trabalho das mulheres de países pobres. Mas o faz em um espaço que havia sido destinado a sua amiga. Recorrendo à legitimidade que sua posição de homem e conhecedor da política lhe confere, Carlos contribuiu para diluir ainda mais a história de Leonora em uma narrativa sobre o trabalho doméstico; substituindo o “yo” das frases dela por uma série de sujeitos genéricos, ele articula um discurso político no qual uma experiência de vida fica reduzida a uma ilustração desse discurso.

Não sei precisar se, nem quanto, Leonora percebia essa apropriação de sua narrativa por parte de Carlos e do grupo como um constrangimento, como uma forma de controle. De alguma forma, tais apropriações contrastavam com sua decisão de viajar sozinha – se é que de fato não houve a intervenção de outras pessoas na tomada de decisão – e com o fato de ela encorajar suas amigas a desafiar o controle policial. Hoje, após reflexões e conversas com colegas e professores sobre o trabalho de campo, percebo que o desconforto que senti nessa e em outras situações semelhantes cedeu espaço a um entendimento de que a transferência de narrativas pessoais ao campo mais amplo dos discursos políticos e reivindicativos redundava, ao mesmo tempo, em uma experiência ambígua de libertação e de submissão a alguma forma de controle. Assume-se como própria uma narrativa que é hegemônica dentro de alguns âmbitos específicos e, ao acioná-la, consegue-se fazer alguma oposição às narrativas que agem em âmbitos de poder mais abrangentes.

6.10 O CENTRO DE INTEGRACIÓN SAN LORENZO E OS E OS ASTI

Diferentemente de como ocorre em Buenos Aires e em Porto Alegre, a Igreja Católica não tem um Madri um papel predominante no acolhimento aos imigrantes. Alguns setores da Igreja sim têm alguma atuação, como Caritas em alguns bairros ou cidades vizinhas a Madri e algumas paróquias, mas esta atuação é mais pontual do que um reflexo de um posicionamento da Igreja como parte da sociedade madrilena.

Em certa medida, poderia se afirmar que a Igreja Católica em Espanha compete com os movimentos sociais pelos recursos do Estado. Algumas ONGs de acolhimento a imigrantes são dissidentes da Igreja, o que faz pensar que em algum momento a Igreja teve um papel mais relevante. A Rede Acoge, como vimos, fez parte da igreja católica no passado. Há também a contribuição de alguns setores particulares da Igreja a organizações que mantêm algum vínculo como ela, mas não se constituem como uma parte da Igreja, como é o caso de APLA. Caritas tem também uma atuação junto às populações mais desfavorecidas, mas não exclusivamente a imigrantes. Entretanto, a área de atuação de Caritas está principalmente fora da cidade de Madri nas outras cidades da Comunidad Autónoma. Em uma ocasião visitei um local onde Caritas trabalha, na cidade de Torreldone, a aproximadamente 40 minutos de ônibus da estação de Moncloa, na zona central de Madri. Apesar de contar com o apoio da mãe de uma conhecida, a qual faz parte de Caritas, o padre se recusou a me receber e falar comigo e a que eu permanecesse no local.

Entretanto, há uma organização de acolhimento a imigrantes dentro da Igreja que, embora não tenha a repercussão que estes programas de base confessional têm em Buenos Aires e Porto Alegre, tem uma atuação junto aos imigrantes. Trata-se da Asociación de Solidariedad con los Trabajadores Inmigrantes (ASTI)

O ASTI de San Lorenzo

O “Centro de Integración San Lorenzo” funciona no local da paróquia de San Lorenzo, contíguo ao templo, na esquina da “Calle del Salitre” com a “Calle de la Fe”, a uma quadra do local onde funciona a ASPM. É importante situá-lo, já que as atividades que ali se realizam, os depoimentos das entrevistadas e a forma como entrei em contato com ele estão pautadas por sua localização na cidade e no bairro. O edifício de paredes cinza, retirado da calçada e separado dela por uma grade de ferro e que, além do mais está quase sempre fechado, pouco lembra a uma igreja católica. O muro que continua rua abaixo, paralelo ao meio fio, dá espaço a uma porta também cinza, onde funciona o centro.

A primeira vez que estive lá não foi para saber que lugar era esse, já que as vezes que passara anteriormente pareceu-me estar fora de funcionamento. Fui lá com os membros da ASPM, onde havia pouco ingressara, a uma reunião da comissão de *redadas* do Ferrocarril Clandestino. Eu ainda não havia descoberto que duas mulheres, Maité e Elvira, de aproximadamente 40 e 60 anos respetivamente às quais eu havia visto nas reuniões da ASPM, eram integrantes do Centro. Naquele dia, elas nos esperavam com bolos, tortas, salgadinhos e chá para amenizar a reunião. Foi assim que fiquei sabendo que lá era um centro de acolhimento a imigrantes vinculado de alguma forma à Igreja Católica

Algum tempo depois, consegui finalmente uma entrevista com Maite, já que ela se havia disposto a ser entrevistada, mas era difícil encontrar uma data. Combinamos para as 19 horas da quarta feira da semana seguinte. Cheguei, um pouco adiantado, bati na porta do local mas não havia ninguém. Esperei na rua, naquela tarde fria do início da primavera, até que uma mulher de aproximadamente 40 anos de idade chegou visivelmente apresada. Bem vestida, sem exageros, tirou as chaves da bolsa e abriu a porta. Apresentei-me, diz que havia marcado uma entrevista com Maite, me fez passar sem questionar quem eu era. Logo me dei conta de que ela era uma das professoras de espanhol.

Desta vez, o grande salão estava dividido por biombos, e sobre estes e sobre os murais espalhados pelas paredes interiores, os mesmos cartazes de protesto contra a situação dos imigrantes que encontrava na ASPM, nas ODS e nas ruas da cidade. Todos eles indicavam que, de alguma forma, naquele lugar acontecia alguma forma de contestação à forma como o poder público se relaciona com os imigrantes. Um deles dava dicas de como os imigrantes deviam proceder quando parados para controles de identidade pela polícia. Nenhum deles transmitia nenhum tipo de mensagem cristã das migrações.

Começaram a chegar os alunos de espanhol e a professora os recebia, de pé no meio do grande salão, a um par de metros de mim, que aguardava ora de pé, ora sentado. Ela os cumprimentava com visível entusiasmo, mostrando que os conhecia pessoalmente. Eu suspeitei da influência da minha presença

lá; entretanto, ninguém dirigia já o olhar para mi, nem mesmo a professora com que conversara poucos minutos antes. Eles devolviam o cumprimento com igual entusiasmo, conversavam um pouco até que chegava o próximo. Então aquele que chegou antes subia à sala de cima ou ia para um canto do grande salão separado por biombos do resto, enquanto a professora comprimentava o que acabava de chegar. Todo o andar de cima era improvisado, feito com tabuas visivelmente novas e sostenido sobre pilares de madeira. A sala era também feita com tabuas e a janela consistia apenas na abertura. A sala de baixo, separada do resto do grande salão por biombos era o local onde eram impartidas as aulas de alfabetização em espanhol, enquanto que à sala de cima iam os que já sabiam um pouco. Tanto a sala de cima como a de baixo careciam absolutamente de isolamento, e dava para ouvir tudo que se falava lá.

Quase todos os alunos são africanos subsaarianos ou árabes. Todos são homens, menos uma mulher negra de uns 30 anos e uma moça com aspecto e sotaque centro-americanos. A primeira chamou-me a atenção, pois a imigração subsaariana na Espanha é tida como marcadamente masculina, em oposição à imigração latino-americana. Não consegui entender seu nome, mas percebi que falava espanhol como alguém que está aprendendo a língua havia não muito tempo. Contou à professora que estava fazendo um curso de cabeleireira com uma amiga que tinha um salão. Ela lhe escuta e festeja com ela a conquista, dizendo que logo ela mesma estaria trabalhando como cabeleireira ou até com um salão próprio. A moça latino-americana, foi direto à sala da frente, à direita da porta, onde se davam dicas sobre trabalho. Chegou um outro rapaz negro, de aproximadamente 25 anos. A professora perguntou se está mais contente que na semana anterior, e por que ele havia estado deprimido. Ele respondeu que nem ele nem seu irmão conseguiam trabalho. Chegaram, ao total, oito pessoas enquanto aguardava por Maite, quatro para aulas de espanhol, duas para alfabetização e duas para aprender dicas sobre como conseguir trabalho. Chegaram também outros dois rapazes juntos, ambos negros subsaarianos. Aparentemente, era a primeira vez que eles vinham ao centro, Uma senhora maior, que havia chegado minutos antes e que lhes abriu a porta, entrou com eles na sala da frente à esquerda da porta. Eles

foram embora poucos minutos depois. Depois soube que iam em busca de informações sobre trabalho, ela lhes mostrara alguns sites de internet e foram embora. “*es la chica que llegó ahora que hace ese trabajo*” disse-me a senhora depois.

A porta se abre novamente e entra uma mulher de uns 50 anos, viu-me e veio ver quem eu era e o que precisava. Era Sagrário, a atual coordenadora do centro. Estava dizendo o motivo de minha presença lá quando entrou Maite. Havia esquecido nossa entrevista. Pedi a Sagrario que começara a conversar comigo enquanto ela arrumava algumas coisas. Entramos na pequena sala à esquerda da porta, Sagrario. Ao invés de uma interlocutora, teria duas.

As atividades que o ASTI desenvolve lá são, além das aulas de espanhol, uma oficina de informática, um serviço de auxílio de procura de emprego e assessoria jurídica. Para esta última, contam com dois advogados que vão lá uma vez por semana. Depois eu descobriria que um deles era Jacinto, o mesmo que atende APLA e Mlnka. Tem também encontros culturais uma vez ao mês e duas vezes por ano fazem jantares interculturais, onde são entregues os diplomas de participação nas aulas de espanhol.

As atividades do ASTI vão de setembro a junho cada ano, seguindo o ano letivo espanhol. Como ocorre com todos os outros centros de acolhimento e associações, o ASTI San Lorenzo não funciona durante os meses de verão. Aproximadamente 350 atendimentos foram feitos desde o mês de setembro passado, contou-me Sagrario.

As aulas de español são o carro chefe de suas atividades Disse Sagrario, uma das minhas interlocutoras:

Lo primero que una persona tiene que saber para integrarse es el idioma. Pretendemos que las clases de español sean también una excusa para que las personas puedan hacer su propio proyecto de vida, que tengan un grupo de personas, que se sientan integrados, que se sientan personas, que se sientan en su casa. Por eso yo digo a las profesoras que preparen sus clases, pero si un día uno tiene un problema y quiere hablar, que se hable de su problema. (Entrevista realizada no dia 30/04/10)

A sede central de ASTI encontra-se no bairro La Latina, próximo ao

Centro San Lorenzo, onde funciona uma de suas filiais. Existem, no total cinco filiais de ASTI na CAM, dois dos quais estão na capital. Aqueles que têm uma presença mais importante encontram-se fora do município de Madri.

O ASTI em San Lorenzo começou 18 anos atrás. O público que frequenta o ASTI de San Lorenzo tem mudado ao longo dos anos, conta Sagrario. Inicialmente, a maioria das pessoas que iam lá a pedir algum tipo de auxílio eram brasileiras, pois o pároco também o era. Coincidentemente ou não, há poucos metros do local do centro San Lorenzo está “Maloka”, um bar brasileiro bastante antigo e com um perfil bastante diferenciado dos outros bares brasileiros que conheci, um lugar simples frequentado por pessoas `pouco convencionais`, onde se celebram festas como o dia do Zumbi dos Palmares.

Atualmente, as pessoas que frequentam o ASTI de São Lorenzo são moradores do bairro, e a maioria está composta por pessoas de Bangladesh e África Subsaariana, pois a principal atividade são as aulas de castelhano. Os latino-americanos vão às aulas de informática, aos encontros culturais e em busca de assessoria jurídica.

Atualmente há em torno de 400 pessoas matriculadas nas aulas de espanhol, mas nem todos frequentam as aulas assiduamente, já que o trabalho e os percalços relativos ao *status* migratório às vezes impedem que os alunos frequentem as aulas. O curso de espanhol está organizado em três níveis, 0, 1 e 2. As aulas de alfabetização, esclareceu Maite, são para pessoas que sabem falar árabe, mas não sabem escrevê-lo.

No referente aos atendimentos para trabalho e assessoria jurídica, desde setembro de 2009 até o momento da entrevista, em maio de 2010, foram atendidas cerca de 300 pessoas.

As pessoas que trabalham em ASTI são mulheres e voluntárias, e o programam oferece serviços gratuitos. Atualmente, o programa é sustentado por subvenções da CAM, do Ayuntamiento de Madrid, e a paróquia cede o espaço. *“Aquí nadie cobra nada ni paga nada, bueno ... todos recibimos algo siempre, pero no dinero. Trabajamos con poquito dinero, muy poquito dinero.*

Nos lo dan y con ese dinero pagamos teléfono, internet y la limpieza del salón”, disse Sagrario.

Atualmente, um dos padres da paróquia é madrilenho e o outro é catalão. Os voluntários pertencem também à paróquia de San Lorenzo, e por isso a paróquia empresta-lhes o salão: *“Dependemos de los dos, de la parroquia y de la Delegación Diocesana de Inmigración”*, disse Sagrario, mas tudo indica que o envolvimento da paróquia no programa limita-se, atualmente, a emprestar o salão, diferentemente do que fora anteriormente.

Sagrario

Sagrario é solteira e não tem filhos. Não perguntei sua idade, mas pela sua aparência, tinha em torno de 50 anos. Sua vivência como professora de crianças e sua religiosidade parecem ser dois elementos difíceis de separar, e permeiam toda a entrevista. De fato, durante toda a entrevista fez constantes alusões a suas vivências profissionais e religiosas. Vem de uma família católica e ao longo de sua vida esteve sempre ligada a atividades na Igreja. Foi catequista em outra paróquia, no bairro onde antigamente morava; essa paróquia fechou e ela se aproximou da paróquia de San Lorenzo, onde, à época, havia um padre brasileiro com quem parece haver tido uma boa relação de amizade.

Ambos decidiram fundar o ASTI de San Lorenzo, já com a ideia de pôr ênfase nas aulas de espanhol para imigrantes estrangeiros. *“primeramente teníamos muy poquitos alumnos, ahora estamos desbordando”*. Nessa época ela se mudou para Lavapiés.

Han cambiado las personas, pero el barrio continua siendo el mismo, de clase obrera baja. Se ha caracterizado siempre por el chabonismo (Port. Favelas) vertical, es lo mismo que favela en Brasil”, son casas hechas con restos de madera, papel [...] no se si se sigue manteniendo, pero son casas muy pequeñas donde vive mucha gente ha cambiado en cuanto a la fisonomía, pero no ha cambiado en cuanto a la entidad de barrio [...] Aquí lo único que molesta es cuando la gente no respeta, por ejemplo que a las 4 de la mañana se te pongan unos ecuatorianos con un casete así de grande a escuchar música y tu te tienes que levantar a las siete de la mañana, o que en la plaza de Lavapiés, unos niños del barrio de Salamanca (Port. Filinhos de papai), muy monos (Port. Boninhos) ellos como

esto aquí es muy multicultural, se te pongan con sus tambores, eso si molesta, pero la convivencia, que uno sea de un color y otro de otro, si tu respetas la convivencia y vives normal, no vives en una casa con 27.000, gente que sube y que baja todo el tiempo, que la ducha no para, que cuelgas la ropa chorreando (Port. Pingando agua), eso si molesta. Creo que hay que hacer un poco de educación para la ciudadanía. Muchas veces cuando regaño a la gente por mi balcón (Port. quando xingo às pessoas desde a sacada de mina casa) y digo que voy a llamar a la policía y me dicen que soy una racista y yo lés digo 'yo no he dicho que me moleste de donde sois, primeiro que no se de donde eres, te estoy diciendo que me molesta la música, me da igual que seáis españoles, de Mongolia o de Norteamérica, me da igual. Yo mañana me tengo que levantar a las siete de la mañana y no hay manera de poder descansar [...] lo que si es verdad que los ecuatorianos, no todos pero como hay muchos ecuatorianos sin trabajo hay muchas peleas en la calle. La manera de vivir es diferente, de entender la familia es diferente ... entonces están mucho en la calle, se vive mucho en la calle, eso sí molesta [...] o sea, si tu vienes de Ecuador o de Paraguay y allá vives en el campo y escuchas música a todo volumen y luego vienes acá, bueno, tienes que darte cuenta que acá se vive de otra manera. (Entrevista realizada no dia 30/04/10)

Diferentemente das outras pessoas vinculadas ao trabalho com imigrantes que entrevistei, ela nunca viajou para fora da Europa. Esteve apenas na Itália e na França, a passeio. “*el sueldo de profesora no da para más*” disse.

Comentei que havia estado naquele lugar antes, participando de uma reunião do Ferrocarril. Ela mostrou que sabia o que era o Ferrocarril e a Asociación de Sin Papeles, mas que não lembrava de que lá houvesse havido tal reunião. Pareceu-me estranho, já que essa reunião havia acontecido havia apenas dois meses. Apontou que havia algumas pessoas de San Lorenzo que participavam do Ferrocarril, obviamente referindo-se a Maite e a Dona Elvira. Pareceu tocar com cuidado no assunto, de alguma forma deixando entrever que não gostava disso.

Fiz um comentário maldoso em busca de uma resposta a uma questão que me causava um certo estranhamento. Disse que em Buenos Aires e Porto Alegre, a Igreja Católica tinha um papel fundamental na assistência a imigrantes, mas que em Madri, seu trabalho parecia ser de menor destaque, o que de fato acontece. Ela pareceu querer esconder que se sentiu tocada por

meu comentário:

*Es que a veces, aunque somos de la Iglesia, no figura como tal. La iglesia tiene muchos comedores ... sabes lo que pasa, es que aquí en la época de bonanza ... **aquí en Madrid hubo una época muy buena en que el ayuntamiento y la comunidad pasaban mucho dinero, y al final no se sabía que hacer con el dinero y ¿que se ha hecho?, han empezado a crear ONGs. CEAR es así, el otro lugar es así, ¿y que? ... estas son ONGs que se han creado hace muy poco tiempo. Cuando un país tiene mucha bonanza, hay muchos servicios sociales, cuando esa bonanza desaparece, los servicios sociales van desapareciendo. Entonces estas asociaciones, a todas las van a cerrar, y nos vamos a quedar solo la Iglesia Católica.** Porque está subvencionada por la Iglesia Católica y por voluntarios que no cobramos ni un duro (Port. um tostão). **Y van a cerrar primero a las que no son del país [...] hemos vivido en Europa y especialmente en España como si fuéramos ricos siendo pobres ... y nos lo hemos creído.** Era imposible que huviese tantísima vivienda, tal derroche (Port. Despedicio de dinheiro) en informática... en coches, en viajes .. yo me preguntaba ¿de donde la gente saca tanto dinero? Yo llevo toda mi vida trabajando y vivo en un apartamento de un dormitorio, sin ascensor y si yo vendo mi casa no me puedo comprar otra. Yo soy sola, si tuviera una pareja tal vez sería diferente ... pero se ha vivido como si se fuera rico, pero ahora... Hemos traído muchísima migración para hacer los trabajos que los españoles no queríamos hacer, pero ... ¿que ha pasado? **Ahora los españoles vuelven a querer esos trabajos. ¿Y a quien mandan a la calle? A los inmigrantes.** Yo me lo estaba viendo venir desde hacía mucho tiempo. (idem)*

Comentei que antes da década de 80 não era assim. Ela respondeu: “*Nosotros éramos um país austero, ni pobre ni rico, austero ...*”. Sagrario deu-me uma lição de como havia funcionado a economia espanhola nas duas últimas décadas.

Maite

Maite tem aproximadamente 45 anos, conheci-a na ASPM, como já apontei acima. Ela ingressou à associação pouco tempo depois que eu o fizera, em janeiro o fevereiro de 2010. Embora sua forma de vestir e comportar-se fosse muito semelhante à das outras pessoas do coletivo da ASPM, havia alguma coisa nela que a diferenciava. Logo me dei conta de que, apesar de todas as semelhanças e de sua presença continua nas assembléias, reuniões

e eventos da ASPM, ela pouco falava, e quando o fazia, raramente suas intervenções marcavam um inflexão no rumo dos debates. Além disso, ela estava quase sempre acompanhada de Doña Elvira, uma senhora já de uns 60 anos, com um aspecto mais convencional, porém com uma percepção dos fenômenos sociais muito acorde com a da ASPM, conforme eu percebi ao conversar com ela e observá-la participar dos protestos.

Foi por isso que optei por aproximar-me de Maite: sua posição um tanto marginal à ASPM parecia-me interessante. No ASTI de San Lorenzo, Maite é responsável pela assistência na procura por emprego. Ajuda as pessoas que a solicitam na elaboração de seu currículo e lhes ensina a usar ferramentas como *infojobs* na procura por empregos. Faz isso uma vez à semana, e como há apenas três computadores com acesso à internet, ela orienta a pessoas que querem aprofundar no conhecimento de informática a que busquem outras associações no bairro onde se dão aulas de informática gratuitamente.

Maite começou a participar do Centro San Lorenzo em janeiro de 2010. Mora também em Lavapiés, é originalmente da cidade de Pamplona e mudou-se a Madri em 1992. É educadora social, no Programa de Família e Infância do Ayuntamiento de Madrid. Formou-se primeiro em biologia e depois decidiu estudar educação social.

Seu trabalho no ajuntamento consiste em dar assistência a famílias em situação de vulnerabilidade e que procuram o programa, famílias mono parentais a maioria, em questões como inserção laboral.

Maite morou alguns meses em Moçambique. Foi lá, convidada por uma conhecida sua, para trabalhar com um grupo de mulheres moçambicanas em questões de gênero. A partir desse comentário, fez uma crítica bastante contundente ao sistema capitalista, ao governo moçambicano e ao governo espanhol, e falou sobre a necessidade de se organizar de outra forma para combater a corrupção e a exploração dos chamados países em desenvolvimento.

Perguntei-lhe o que a tinha motivado a procurar o ASTI de San Lorenzo, e respondeu que queria conhecer pessoas imigrantes, saber como eram. Mais

adiante na entrevista, fiz a mesma questão em relação à ASPM, ela disse:

Pues... yo buscaba colectivos que trabajaran con los derechos de extranjeros en España. Vi que em Sin Papeles se trabajava con eso, con lucha por derechos, denuncia ... toda la situación que tenemos ahora con la ley de extranjería ... yo quería involucrarme en todo eso. (entrevista realizada no dia 30/04/10)

O trabalho em ASTI não te permite isso? Perguntei.

Este lugar tiene objetivos muy limitados a las clases (as aulas de Espanhol). No dá más que para eso. Hay que cuidar mucho de la presencia pública, de no enfrentarse al gobierno Pero es una buena plataforma para conocer a mucha gente. Conoci a mucha gente que viene a estudiar y que tiene muchas ganas de luchar por los derechos ... y eso te enriquece más. (idem)

Perguntei se ela mesma não tinha problemas com outros voluntários ou com o pároco por participar também de uma organização tão diferente daquela, como era a ASPM. *“Ahora no, pero si que se que los há habido. Ahora es una opción personal y se respeta, pero si se que otras personas han tenido conflictos”*, respondeu.

Eu queria saber mais: Maite explicou, então, que os conflitos haviam surgido porque o pároco atual queria dar assistência somente aos imigrantes latino-americanos, e que aqueles que não falassem espanhol fossem procurar um outro lugar: *“nos mantenemos aqui por la gente, pero no nos gusta del todo”* disse ela. Procurei voltar ao tema várias vezes, desde diversos ângulos, Maite contou que ali havia também uma comissão de luta contra as *redadas* policiais. Foi esse o motivo pelo qual aquela primeira reunião à que eu assistira no local de San Lorenzo havia acontecido lá. Isso não traz problemas entre vocês ou com a paróquia, perguntei. *“Si ... bueno, nosotros pedimos el salón para aquel domingo, y no les dimos explicaciones de para que era”*, respondeu.

As duas entrevistadas mostraram percepções muito diferenciadas entre si do funcionamento da organização, como podemos ver nos parágrafos anteriores. Os conflitos que uma obviou e a outra revelou mostram, entretanto,

que essas diferenças não se restringem a uma visão pessoal de como é o trabalho no local, senão que revelam também diversas apropriações do espaço do salão, inserido no meio do bairro de Lavapiés.

Outra diferença interessante é que Maite jamais fez menção à ASTI; durante a entrevista e nas ocasiões que conversei com ela na ASPM, ele sempre falou do Centro San Lorenzo, embora tampouco dissesse que não pertence à ASTI. Tudo indica que ela é uma figura um tanto marginal também em San Lorenzo, em função de sua dupla pertença. Foi uma falha minha nunca ter perguntado quem havia colocado aqueles cartazes no Centro San Lorenzo, mas apostaria que foi ela.

San Lorenzo tornou-se uma referência para os recém chegados, em função das aulas de espanhol e da assistência jurídica e de emprego gratuitas, mas serve também como ponto de partida para a inserção em outros coletivos. Como revelou Maite, todos os que chegam a San Lorenzo partem logo em busca de outras associações e organizações. Posteriormente, indagando com os membros não espanhóis da ASPM, quase todos eles haviam estado em San Lorenzo.

Revelou também que aquele espaço está em um centro de tensões entre a Comissão Diocesana para as Migrações, a paróquia e o bairro. Os diversos atores, o pároco, os voluntários com diversas percepções e funções, e os imigrantes que procuram assistência lá moldam, de alguma forma que escapa às mãos dos outros, uma imagem e uma forma de atuação.

O fato de que o pároco quisesse dar assistência apenas a imigrantes latino-americanos revela também um conflito entre o sentido de existência das paróquias locais; há que lembrar que a população de Lavapiés hoje é muito diversificada, e os falantes de espanhol não são maioria entre os habitantes. Talvez essa seja a explicação para o fato de que o templo está quase sempre fechado, e o centro tem pouca visibilidade em termos de pessoas entrando e saindo. O espaço, visto de fora, parece um local pouco frequentado. Ninguém aguarda nunca na calçada, frente à porta, algo pouco comum nas ruas de Lavapiés.

6.11 AS EMISSORAS DE RÁDIO

Diferentemente do que ocorreu em Buenos Aires, em Madri foi possível entrar em contato com pessoas vinculadas aos meios de comunicação para o público imigrante. As emissoras de rádio podem não se configurar como mediadores no sentido estrito do termo, mas funcionam como tal na medida em que não apenas transmitem programas destinados à população imigrante, mas também atuam escutando as necessidades de imigrantes e oferecendo-lhes um retorno.

Conversei mais detenidamente com duas pessoas vinculadas a duas emissoras com perfis diferentes, minha amiga colombiana Sandra Colmenar, de Fiesta FM e Eugenia, de Latina FM.

6.11.1 Fiesta FM

O primeiro contato foi com uma das fundadoras de Fiesta FM, Sandra. Sandra é colombiana, e subloca quartos a estudantes estrangeiros. Minha antiga companheira de apartamento, Alicia, uma médica argentina que estava em Madri estudando para um exame de residência hospitalar, dividiu, durante algum tempo, o apartamento com Sandra. Foi assim que conheci a Sandra, a Alfredo – peruano- , e as pessoas que ambos me indicaram.

Sandra foi a Madri a fazer uma especialização em propaganda. A entrevista com Sandra centrou-se principalmente no papel das emissoras de rádio e na temática da cooperação ao co-desenvolvimento.

Sandra trabalha atualmente em Fiesta FM, como vendedora de publicidade. Pedi-lhe que me contasse algo sobre a trajetória das emissoras de rádio para estrangeiros em Madri: *“Los medios de comunicación antes se nutrían de la inversión publicitaria que hacían los bancos y las empresas de telefonía. Ahora mismo, para los bancos, los inmigrantes hacemos parte de una*

cartera de riesgo”.

Há certa heterogeneidade nas formas de se pensar a função das rádios dirigidas por e/ou para imigrantes: disse minha interlocutora:

Somos una radio integradora. Hay radios que se mueven mucho por sector, y de acuerdo con el gusto autóctono de las personas a las que va dirigida. Por ejemplo, Radio Ecuatoriana es una radio dirigida a la población ecuatoriana, solo pone música noticias y todo relacionado con Ecuador, Radio Energy es dirigida a la población paraguaya. **Son un tipo de radio con el cual yo no me siento identificada, tampoco creo que aporte mucho, ¿no? Al final las personas están acá, los inmigrantes estamos acá, tenemos que integrarnos, tenemos que enterarnos de la realidad general, global. No solamente vivir una realidad acá y enterarme de las noticias de allí. Genera como una falta de identidad y de cariño por España, ¿no?. No ayudan a crear vínculos ni alianzas con la sociedad española.** Para ellos igual funciona, porque acá los medios de comunicación, además de informar, acompañan a las personas, muchos inmigrantes viven solos y están todo el tiempo escuchando la radio. Entonces para este tipo de personas, estas radios funcionan, pero socialmente están formando un grupo de personas aisladas, concentradas en ellos mismos. Nosotros somos una radio más integradora, nosotros generamos noticias de la Consejería de inmigración ... obviamente damos más pinceladas alrededor de noticias de toda Latino-América, estamos un poco más concentrados en Colombia, pues es un colectivo muy grande en Madrid. Hay varios colombianos en la radio, pero también hay de otros colectivos [...] vehiculamos noticias de América Latina pero también de aquí ... shows, eventos deportivos ... **porque de repente las personas tienen sus equipos de fútbol en su país pero también le interesa cómo va el Real Madrid o el Barça aquí, ¿no? Entonces yo diría que es una radio integrada.** (entrevista realizada no dia 06/05/2010)

Sandra chegou a Espanha nove anos atrás. Formou-se em publicidade e propaganda em uma universidade particular de Bogotá, e foi a Madri a fazer mestrado na mesma área, na Universidad Complutense. “*España, afuera, es muy bien visto en publicidad, como un país que tiene una publicidad muy creativa, distinta [...] una publicidad que no correspondía a nuestra idiosincracia pero que tiene un estilo próprio*”. Interessantemente, escutei comentários semelhantes em relação à Argentina, por parte de alguns de meus interlocutores em Buenos Aires que haviam ido àquela cidade a estudar publicidade. Havia poucos espanhóis entre seus colegas de mestrado; a maioria de seus colegas vinha de países latino-americanos.

Não foi difícil ingressar na Universidad Complutense:

Pensé que iba a ser complicado, por ser una universidad pública, pero no lo fue. Llené un formulario, lo envié y ellos me enviaron una carta de aceptación para que tramitara el visado. Para ellos era más importante que las personas pagaran que su tipo de formación o sus notas. [...] Inclusive el contenido anunciado en la internet nada tenía que ver con el contenido real del máster (idem)

Era requisito para terminar o mestrado fazer estágio em uma agência de publicidade. Na agência onde o fez, conheceu algumas pessoas que tinham um projeto de criar uma emissora de rádio dirigida à população latino-americana. Convidaram-na a trabalhar com eles e assim surgiu a emissora Radio Mundial. Quando Radio Mundial fechou, foi convidada para trabalhar em Fiesta FM:

Una cosa lleva a la otra, y así acabe entrando en este mundo de los medios de comunicación para inmigrantes [...] como yo tenía tarjeta de estudiante, yo podía tener un contrato solamente de 20 horas semanales. Cuando terminé la maestría, inmediatamente me hicieron un contrato para trabajar 40 horas. Así pasé automáticamente de tener permiso de residencia y estudio a tener permiso de trabajo y residencia [...] el primero fue por un año, luego, cuando se vencía, yo ya estaba trabajando en Radio Mundial, y la radio me hizo un contrato indefinido ... ellos venían con un proyecto muy cuadradito, muy bien acabado, y nos hicieron contrato indefinido a todos. Eso fue muy importante para tener la documentación permanente y ahora la nacionalidad. (idem)

À época, Sandra conseguiu juntar o ano que era estudante aos dois anos que de permanência temporária: “*Todavía no había muchas personas que lo hicieran, entonces no habían filas, era un trámite que se hacía muy rápido y así lo hice... con el respaldo de la nómina (Port. salário declarado), el contrato de trabajo*”. Tendo a nacionalidade, mandou buscar a suas duas irmãs, depois à mãe e por último a seu sobrinho. Eles todos, entretanto, não moram em Madri, senão em Cadiz, onde uma das irmãs trabalha como odontóloga. Seus pais divorciaram-se há já alguns anos: “*Eso hizo también que mi madre viniera para acá*”.

A mãe de Sandra integrou-se à Asociación de Mujeres del Mundo”. Trata-se de uma associação de mulheres de diversos países do mundo,

inclusive Espanha, com sedes em várias cidades de Andalucía. Elas reúnem-se para fazer festas, jantares, promover cursos, procurar emprego; também cuidam dos netos e sobrinhos umas das outras se necessário: *“para mi mamá há sido uma gran oportunidad porque há encontrado mujeres de su edad con su misma situación que ... bien, ¿no?, se adaptan a través de la fuerza que tienen de estar asociadas.*

Atualmente, Sandra pretende mudar de profissão; está fazendo um curso na EPIC. As pessoas que fazem esse curso são, principalmente, trabalhadores de associações de imigrantes e de ONGs, e funcionários públicos que trabalham com imigrações. Pedi-lhe que me fala-se sobre o curso e as motivações para mudar de profissão.

*La motivación surgió del trabajo que estoy haciendo ahora mismo. Como cada vez las empresas invierten menos en publicidad, por el tema de la crisis, entonces ya no me genera tantos ingresos como me generaba antes. Surgió este curso, que es gratuito, de la Comunidad de Madrid, pienso que puedo tener oportunidades por la formación académica que tengo [...] **ahora que tengo la nacionalidad y tengo mi título homologado, mi meta es trabajar en la Consejería de Inmigración. Aunque la consejería ya no existe como tal, sola, ¿no? Eso es parte del plano de austeridad de la Comunidad de Madrid [...] ahora es la Consejería de Empleo, Mujer e Inmigración.** (idem)*

Radio Mundial estava formada por fundos equatorianos, estado-unidenses e italianos. Era um grupo econômico formado majoritariamente por imigrantes equatorianos nos Estados Unidos, muito bem posicionados no mercado do rádio e da televisão nesse país. Conta Sandra que eram inclusive acionistas de um satélite, em Televisa, Ecuavisa e outros canais de televisão dirigidos por e para latino-americanos nos Estados Unidos. Estas pessoas investiram muito dinheiro na criação de radio Mundo, que supostamente devia ter *“un perfil tan comercial como lo tenía en Estados Unidos”*. Entretanto, não levaram em conta que ;

Estados Unidos tiene una tradición de mucho más tiempo de población inmigrante latino-americana ... una población inmigrante que está mucho más fortalecida, que tiene inclusive un poder político como recién ahora está empezando a tener en España. (idem)

Radio Mundial chegou a se posicionar como a primeira emissora de rádio para imigrantes no país, mas no conseguiu os resultados econômicos esperados e ao cabo de cinco anos fechou.

Madri é a terceira cidade no mundo em volume de remessas enviadas ao exterior. As duas primeiras estão nos Estados Unidos. Sandra consegue articular os benefícios para Espanha da imigração:

*[as remessas] han disminuido, porque se han responsabilizado por una hipoteca que no pueden pagar, o tienen una cartera deudora muy grande (Port. tem grandes dívidas), porque se han quedado sin empleo. **Todos sabemos que la crisis comenzó en el sector inmobiliario, y los inmigrantes eran los que trabajaban en la construcción, por lo tanto se han quedado sin empleo.** Por lo tanto ya no consumen tanto como antes, ya no mandan tanto dinero como antes, o ya no pueden pagar las deudas que han asumido. Ellos y la población española que no tiene formación, han sido los más afectados por la crisis [...] un inmigrante que tiene formación, porque tiene que mandar dinero a su país porque tiene una deuda allí, o porque tiene que pagar la hipoteca, si no tiene empleo busca otra forma, trabaja de camarero, busca sobrevivir, porque no tiene una red de apoyo acá. Pero una persona española, al tener una red que lo apoya, pues como que se conforma con eso y no busca otra posibilidad. Los inmigrantes, si bien pueden tener el paro (Port. seguro de desempleo), no se conforman con eso, sino que buscan otras formas de empleo, una economía sumergida, de la cual no se paga impuestos. [...] las personas envían dinero, pero no todo el dinero que se genera es enviado, una gran parte queda acá, y se gasta en servicios, en alimentación, en ocio... es dinero que queda acá. Luego también, la tasa poblacional en España antes de esta granada de inmigración era de personas más mayores, que generaban más gastos que ingresos. **Ahora la población inmigrante constituye un aporte importante para pagar la seguridad social de las otras personas,** que como la tasa de natalidad no ha sido muy alta, no encuentran personas que les puedan pagar su jubilación. **Entonces, las personas inmigrantes han ampliado esa reserva de jubilación que no van a utilizar, porque muchas de las personas inmigrantes, cuando llegan a cierta edad, se regresan a su país.** (idem)*

Sandra me fornece o contato de Iván, um bogotano que é proprietário de outra emissora de rádio; Latina Stereo

6.11.2 Latina Stereo

Eugenia Adan, além de atriz, é locutora de rádio. Cheguei a ela por indicação de Iván, colombiano que Sandra, também colombiana e encarregada de venda de anúncios de Fiesta FM, havia mencionado como encarregado de programação de Latina Stereo. Combinamos uma entrevista com Iván para a sexta-feira 7 de maio no local da rádio, em uma pequena rua transversal à Avenida Atocha, no região central da capital. Um apartamento mais ou menos amplo em um edifício residencial, toda a parafernália de uma emissora de rádio. Iván disse que não poderia ficar para nossa entrevista, mas que Eugenia falaria comigo.

Logo no início. Eugenia mostrou-se alegre e disposta a conversar, e falou quase todo o tempo, ora respondendo a minhas intervenções, ora ligando um assunto a outro espontaneamente. Começou contando da peça que até havia pouco encenava no teatro do museu Reina Sofia.

Enquanto locutora, Eugenia fala sobre o trabalho na emissora. Ela é responsável pela maior parte da programação; sua opinião sobre a função dos meios de comunicação entre imigrantes é bem diferente da de Sandra: *“Hay que mantener a la gente informada de lo que pasa en nuestros países”* –

Eugenia elabora a pauta do dia, conversa com ouvintes que chamam à emissora. A `pauta do dia` do dia anterior à entrevista havia sido o `dia das mães`. O ponto que focara havia sido a maternidade a distancia, ou seja, as mães que migram e deixam seus filhos no país de origem, como manter a autoridade estando longe, não fazer do envio de dinheiro a única forma de mostrar afeto aos filhos, por exemplo.

A emissora conta também com o apoio de advogados que prestam assistência a imigrantes que telefonam à emissora pedindo aconselhamento sobre documentos, trabalho, etc. Tem também um programa de classificados, onde pessoas compram e vendem objetos e oferecem ou procuram serviços.

Segundo Eugenia, Latina Stereo é a mais plural das emissoras de rádio latinas, pois não restringe sua audiência alvo a nenhuma coletividade em

específico, algo que já havia percebido sempre que escutara essa emissora. As outras costumam se concentrar em públicos específicos. As rádios nacionais não costumam veicular programas para o público latino:

*El mundo latino, en los medios de comunicación, no está. Solo los famosos, los personajes de la farándula. **No es como en Estados Unidos, que tú ves transmisiones en Español, ves de todo en los canales comunes.** Acá falta madurar mucho eso. [...] **porque no es solo limpiadoras y obreros de la construcción que hay aquí; hay periodistas, hay psicólogos, hay escritores... Hay que desestigmatizar la migración.** (entrevista realizada no dia 07/05/10)*

Conta ela também algo que eu jamais teria suspeitado, dado que há várias emissoras de rádio dirigidas e controladas por latino-americanos em Madri: “*todas son `alegais`”* enfatizou. Nenhuma tem autorização oficial para funcionar, senão que funcionam graças a acordos verbais, segundo os quais as emissoras prometem não ultrapassar uma determinada frequência “*para no molestar a las rádios legales*”. Depois lembrou que sim há uma emissora dirigida ao público latino que é legal, pois foi comprada por um grupo espanhol.

As experiências de imigrante, de atriz e de locutora, parecem alimentar-se entre si no pensamento e na fala de Eugenia. Ela transitava de um assunto ao outro com facilidade, sem por isso perder da ideia que havia desencadeado a reflexão, Ora recorrendo à sua vida pessoal, ora a algo que ouvira de algum dos ouvintes que telefonam à emissora, ora a seu diálogo com o público durante a peça que havia pouco acabara de encenar. Ela reflete sobre as migrações:

*[...] porque hay una infinidad de motivos ... claro, está lo económico, pero una te dice `yo me he venido porque me divorcié de mi marido`, otra: `yo porque vine a estudiar`, `yo me vine a la aventura`, `yo me vine porque en las postales que me mandaban mis amigos decían que la vida aquí en España era maravillosa`. **Entonces hay muchísimas razones por las cuales uno se viene,** Yo me vine por amor, porque me enamoré de un chico. Entonces no es que todas vinimos así ... a sacar a la familia de la miseria. ¡No!, **es todo un proceso, se lo piensan, una serie de circunstancias que no se pueden resumir en un único motivo `dinero`.** Es que los españoles*

se piensan que estamos todos esperando el próximo vuelo para venirnos a España, y no es así. **Hay toda una serie de circunstancias, uno se viene por muchas razones al mismo tiempo. Eso es lo que he aprendido yo.** Y ahora la pregunta es `¿por qué te vas?`, porque hay mucha gente que se está volviendo. Y es que la mayoría se vuelven porque están desempleados, tienen una hipoteca de 800 euros para pagar ... y mandar dinero, y eso no se puede sustentar. Tú sabes que cuando llegó la crisis, los primeros que a sufrir el desempleo fuimos los inmigrantes, hoy hay más de un millón de inmigrantes desempleados, 28 %. Un señor me dijo: `Para estar sufriendo yo aquí, y los otros sufriendo allá, me voy para que suframos juntos`. Hay gente que no puede pagar la hipoteca, renuncia al piso y se va". (idem)

Sobre o boom da construção e a economia espanhola:

En los años 2006 y 2007, se hicieron muchos contratos, dándoles muchas facilidades a los inmigrantes, con una hipoteca de 40 años ... y la especulación inmobiliaria [...] bueno, no podemos culpar solo a las constructoras, pero sí, la especulación inmobiliaria hizo que explotara ese burbuja [...] en España se construyeron 700.000 viviendas en un periodo en que ni Alemania, ni Holanda, ni ningún país lo hizo [...] y eso es lo que sustentaba este país, un país que, yo veo, tiene la misma haciendo que cuando la colonia, aquí no se produce... hay una industria turística, una industria de servicios, el ladrillo que está caído, una industria automovilística más o menos ... se gasta más de lo que se produce ... **Se acabaron las ayudas europeas y se quedó esto sin plata. [...]** el Banco Central Europeo es quien lo maneja todo (idem)

Eugenia fala bastante sobre a economia europeia, sobre como a EU controla o mercado imobiliário espanhol através do Euribor⁸¹, até que chega, por vias muito indiretas, à situação das mulheres em Espanha e à sexualidade das imigrantes:

*Aquí la iglesia y el franquismo ... **nosotros estamos un paso adelante en muchas materias ...** aquí hasta el año 81 una mujer no podía divorciarse, hasta el año 82 una mujer no podía tener una cuenta de banco sola! [...] **aquí nos tratan como putas, y es porque tenemos menos prejuicios con el sexo,** y si porque somos calientes, y nos gusta y no estamos dándoles tanta vuelta. Hay españoles que me dicen `imagínate, yo salgo con una chica española, la llevas al cine, la llevas a comer, la llenas de atenciones ... para que después te diga*

⁸¹ Euribor (European Interbank Offered Rate) é o índice de referência publicado diariamente. Indica a média dos juros que os principais bancos da zona euro utilizam ao dar empréstimos a seus clientes.

que ¿no? [...] Por eso es que hay tanta prostitución ... ¡no!, aquí el franquismo ha hecho mucho daño. (idem)

As emissoras de rádio são meios de comunicação importantes dentro do coletivo de imigrantes em Madri, tanto dentro dos coletivos nacionais como da população imigrante em geral. As duas emissoras que apresentei têm perfis diferenciados, uma visa mais à interlocução entre imigrantes e nacionais, incluindo em sua programação notícias, eventos deportivos e manifestações artísticas locais, enquanto a segunda está mais voltada à relação entre os coletivos imigrantes e seus países de origem. Nenhuma das duas, entretanto, tem como alvo os coletivos imigrantes diferenciados. Há sim outras emissoras que visam públicos específicos dentro da população imigrante na cidade.

Radio Mundial, a primeira emissora onde Sandra trabalhou, inseria-se em um mercado transnacionalizado de meios de comunicação dirigidos a populações imigrantes. Já Fiesta FM e Latina Stereo resultam de iniciativas locais, contam com pouco capital econômico e se mantêm entre a legalidade e a ilegalidade.

Resulta interessante também perceber que a vida das emissoras de rádio está, de alguma forma, vinculada às trajetórias migratórias das pessoas que trabalham nelas. No caso de Sandra, sua história migratória está também relacionada a um processo de especialização de Espanha nos cursos de comunicação, que a colocam como um pólo para aqueles que entram nas profissões vinculadas aos meios de comunicação. Interessantemente, conheci equatorianos e colombianos em Buenos Aires que também estavam lá porque os cursos de comunicação, propaganda e marketing em Buenos Aires tinham um reconhecimento internacional.

6.12 O FERROCARRIL CLANDESTINO E A ASOCIACIÓN DE SIN PAPELES DE MADRID

Foi junto ao Ferrocarril Clandestino que teve lugar a parte mais intensa do meu trabalho de campo; participei como membro de uma das organizações que o compõem - a *Asociación de Sin Papeles de Madrid (ASPM)* - e de uma das comissões, a *Comisión de Redadas*. Foi também onde a minha presença foi mais questionada e difícil, devido à minha posição ambígua de membro e pesquisador. Foi lá que fiz a maior parte dos amigos que tive em Madri, a organização com a qual melhor me identifiquei e, paradoxalmente, onde senti a maior rejeição.

Descobri a existência do Ferrocarril Clandestino graças a Raquel, uma das integrantes. “*ella te va a abrir muchas puertas*” havia-me dito Alfredo. Foi muito mais do que isso; graças a Raquel entrei em contato com o universo dos movimentos sociais em Madri, organizações que não se constituem com ONGs, não recebem financiamentos nem subvenções de nenhum tipo e levam adiante um trabalho que não é apenas de mediação, senão que inclui a participação dos imigrantes como agentes, junto aos nacionais, em uma esperada transformação da sociedade madrilenha. Daí que o lema escutado com muita frequência seja “*Vivo en un mundo y quiero outro*”.

A partir desta entrevista, minhas percepções da mediação e a forma de conceber minha pesquisa mudaram significativamente. Pela primeira vez, o engajamento surgiu como uma condição necessária e concreta para levar adiante meu trabalho de campo e como uma necessidade pessoal, aquilo que era necessário fazer para poder compreender mais profundamente os sentimentos que me vinculavam, em um jogo de aproximações e distanciamentos, com as pessoas em situação de deslocamento.

Ao longo do processo que se iniciava, o conceito de ruptura epistemológica que até então me havia acompanhado em meus momentos de reflexão, ganharia a pungência que lhe impõe o vaivém constante e entre a elaboração intelectual e a vivência crua.

Antes de passar a discorrer sobre esses movimentos, apresentarei a Raquel.

Raquel

Telefonei para Raquel; disse quem era e por que a procurava. Concordou imediatamente e não se incomodava que levasse o gravador: “*Yo también soy investigadora*” disse. Sugiriu que nos encontrássemos no café Tirso de Molina, na saída do metro que lhe dá o nome, no bairro de Lavapiés, às 18:30, naquele mesmo dia. Dois dias depois, ela partiria para a cidade de Granada, onde iria trabalhar em um projeto de integração junto ao município da cidade. “*Yo llevarè um libro de tapas doradas en la mano*”, disse.

Como cheguei cedo à entrevista, fiquei na rua olhando a movimentação. Foi naquele dia que presenciei a *redada* que descrevi no início do capítulo 1.

Como passara da hora e não vira ninguém com um livro de capa dourada, telefonei a seu celular. Ela estava dentro, sem livro, sentada a uma mesa, o que me pareceu estranho naquela linda tarde de outono. Aproximadamente 38 anos, branca, cabelos escuros lisos e soltos, vestido curto e botas de couro pretos. A entrevista durou mais de duas horas.

Raquel é psicóloga social. Trabalha com projetos de igualdade de oportunidades entre pessoas autóctones e imigrantes. Trabalhou muito tempo com projetos de inserção socio-educativa de jovens imigrantes. Tem formação complementar em intervenção social, dinâmicas de grupos, intervenção grupal, educação popular, metodologias participativas. “*Luego, de forma militante, en el barrio, pues también [...] Tengo contacto directo con los inmigrantes por mi trabajo. Creo que te sirvo tanto por mi trabajo como por la militancia*”.

Pela primeira vez escuto a sigla ODS (Oficina de Derechos Sociales)⁸². “[...] *son espacios militantes. Yo te cuento lo que son y después te digo mi opinión, porque tengo mis críticas, pero a principio, están destinadas a*

⁸² Port. “Escritório de Direitos Sociais”

compensar la desventaja social de partida por el hecho de ser migrantes”.

Raquel fala sobre as diversas ODSs de Madri e sobre o “Ferrocarril Clandestino⁸³”, uma associação de organizações de movimentos sociais: “*Es gente que estamos organizándolo, desde distintos lugares. Tenemos una cierta sensibilidad por la población inmigrante”.*

Contei-lhe que a trabalhadora social que havia entrevistado naquele mesmo dia não tinha falado nada sobre isso, e que na folha com os nomes de organizações que dão ajuda a imigrantes, nem o Ferrocarril Clandestino nem as ODSs constavam. “*A militancia es otro campo de acción*”, respondeu.

Perguntei de que países eram esses imigrantes:

Yo tengo una visión más global, pero bueno, a principio, países con una economía más precaria... de Latinoamérica, de África, de algunos países asiáticos, y de algunos países europeos. O sea, todo lo que no sea la Unión Europea, Norteamérica,, Japón. ... Son gente inmigrante sin papeles que se termina asociando”. (entrevista realizada no dia 30/09/09)

Questionei Raquel se ela mesma não se sentía em conflito, em seu duplo papel de psicóloga social em uma instituição estatal e militante de um movimento social:

Yo vivo de la intervención social, pero también tengo la parte militante. Vivo en un mundo y quiero otro diferente y eso lleva a incoherencias. Ya de por sí, da igual donde me coloque, al margen del sistema, siempre voy a tener incoherencias. Yo he encontrado un sitio donde las incoherencias son más soportables. Hoy por hoy en España o en cualquier sitio, no hay un lugar donde te puedas sentir absolutamente coherente. Si me fuera al campo sola o a una comunidad, también me sentiría incoherente, porque participo de alguna manera, yo que sé... Creo que la coherencia absoluta es imposible. Si creo que hay parte del trabajo social que hay que hacer, y cuando hablo de trabajo social hablo de los estudios y de la intervención social, que yo considero que hay que hacer, que requiere de cualificación técnica, y eso hay que pagarlo. Requiere de profesionales, no vale con la buena voluntad, no vale con dedicarle horas, requiere de personas preparadas para hacer eso. Esa es la parte laboral, para mí... la buena intención muchas veces estropea muchas cosas. Hay otra parte que creo que se hace sólo desde la militancia, solo tiene sentido dentro de la militancia. Nunca pagaría ese trabajo, y luego hay cosas

⁸³ (Port. “Comboio clandestino”)

que medio están como que en la frontera, ¿no?, pero en general, todo lo que te contaba que se hace contra los CIES, organizar manifestaciones... y hay otras, como hacer un proyecto de inserción socio-educativa que requiere de personas que sepan hacerlo, que sepan de pedagogía, de psicología, de intervención, de metodología grupal, no lo hace cualquiera y hay que pagarle igual que se le paga a un médico, a una médica, a un ingeniero. Pues ahí es donde yo consigo más o menos el equilibrio, pero luego también yo considero que para dar clases de castellano hay que saber hacerlo y no vale sólo ser española y saber el castellano, pero luego ... yo lo hago de forma militante también, pero porque me da la gana, o sea, entiendo que un fontanero de forma militante también puede hacer cosas, o sea que hay cosas que requieren cualificación técnica y a lo mejor se pueden hacer de forma militante. Ahí hay cosas en la frontera. Estamos mucha gente en el mismo barco, y es colocarse y hay que atacar desde muchos ángulos. (idem)

Sobre as migrações:

*Yo no pienso que yo por haber nacido aquí tenga más derecho ... sabes a España que quien vive en ella. Me da igual, **Madrid la hace quien está aquí todos los días, con su trabajo, con su presencia, con sus hijos y sus hijas en las escuelas, con su utilización de los servicios.** Me dá igual donde has nacido, de qué color eres". (idem)*

Raquel me fala sobre como funcionan as ODSs, o Patio Maravillas e o Ferrocarril Clandestino. Veremos isso tudo mais adiante.

Sobre os Centros de Internamento para Estrangeiros e as detenções:

Son cárceles para personas que no tienen papeles. Para mí es peor que una cárcel, porque ni siquiera está legislado. Me acuerdo cuando se aprobó la ley a nivel europeo, hace muy poquitos años... son los centros donde se puede retener a las personas inmigrantes que no tienen regularizada su situación... ahora con la nueva ley que acabaron de aprobar en España hasta 60 días [...] El de Madrid está en Aluche, **yo creo que si vas a verla te dejan entrar y te la enseñan orgullosos.** Hay bastantes denuncias de maltrato, bueno... y a mí, aunque no la trates mal, la estas privando de la libertad a una persona, la estas metiendo en la cárcel cuando no há cometido ... bueno, para mí no es un delito andar por la calle porque alguien há decidido que esa calle, tu no tienes derecho a pasar por ella. La policía te para por la calle, te pide los papeles,. Si no los tienes te detienen, puedes estar hasta 72 horas detenido en comisaría, o detenida y luego te pueden llevar al CIES. Para llevarte al CIES siempre tienen que pasar primero por el juzgado. Y allí te pueden retener hasta 48 horas o deportarte. **El otro día detuvieron a un amigo mio y no lo llevaron al CIES porque no cabe más gente.** Está con

una orden de expulsión. (idem)

Quando começou a entrevista, Raquel disse que me conhecia de algum lugar, sabia de onde. Eu não lembrava de tê-la visto. Ao longo da entrevista, notei que Raquel começava a ficar com medo. Não quis me dizer seu e-mail, preferiu escrevê-lo. Mais tarde, disse que poderia me dar o contato de David, um amigo seu da ODSs do Patio Maravillas. No entanto, tampouco quis dizer seu telefone, novamente, preferiu escrever no meu caderno. Até então, eu não entendia a diferença entre escrever um contato e dizê-lo. “*Yo podría ponerte en contacto con gente de la ODS que está mucho más que yo, porque yo, me voy a Granada. Ellos te van a preguntar qué quieres saber, como vas a usar las entrevistas*”.

“Claro, puede levantar sospechas” respondi

Hombre, que lo que hacemos es público, no lo esocndemos. Pero hay cosas... cuidar como vas a utilizar la información y ... bueno a mi los medios de comunicación no me gustan mucho. Los masivos, quiero decir.

Pedi que me falasse sobre suas motivações que a levaram a trabalhar com a imigração. Ela fala de como percebe a diferença, de como pensa que deve ser tratada:

Hombre, nunca me há ... no me há interesado especialmente la inmigración, o sea como temática que digais, que me interesa esto. Cuando iba a la universidad, lo que me movía es que ... bueno, yo vivo en un mundo y quiero outro, intentar hacer algo desde mi trabajo, que no lo vivo como un trabajo, más que un trabajo es un estilo de vida. Me há movido participar en un mundo diferente, más justo, y ahí entran las relaciones de género, las relaciones económicas, las relaciones ... de lugar de procedencia, o sea, cualquier condición que hace que los puntos de partida sean desventajosos, tanto para mujeres, para infancia, para la población que nace en España, para la población inmigrante, para ... me da igual. Y luego por mi trabajo me he ido inseriendo en proyectos de inmigración, he ido ejerciendo mi práctica, elaborando teoría, leyendo, buscando referentes, y me hago más fuerte en ese campo y ... pero también por ejemplo he trabajado con género ... um poco por un interés general y luego por como veo el mundo. No soy muy amiga de proyectos solo para inmigrantes, eso ya te lo digo, Pienso que España es de quien vive en ella y también pienso que los inmigrantes no tienen necesiddes

especiales, salvo las que tienen que ver con su condición de inmigrante, que es la inestabilidad jurídica, la lengua y las redes hasta que punto, porque ahora ... Hay un artículo de Gregorio Gil Casella tentando evitar un poco recursos específicos para inmigrantes como está pasando en Servicios Sociales, que ... hay clases de apoyo para inmigrantes, una chica que tiene dificultades de aprendizaje, no se por que tiene que ir a un espacio diferente que otro que es español, o española, o una familia que necesita recursos económicos, o lo que sea, necesita servicios especiales, no se por que tiene que ir por una mesa diferente de la de los españoles, si es la misma necesidad. El otro día lei un artículo de prensa que el PP quería hacer una ley especial de género para mujeres inmigrantes. Faltan recursos específicos para migración y para otras cosas. **Eso me parece absurdo. Me parece que eso es victimizar, es estereotipar, que es ... no es negar la diferencia, a diferencia está ahí, no la quiero positivizar ni la quiero relativizar, es algo con lo que hay que trabajar siempre.** Esa guía rompe un poco con el mito de que es la migración la que trae la diferencia. **La diferencia siempre ha existido en España.** Antes estaban los reinos .. de extremadura, de andalucía, ahora que nos sentimos todos iguales y como vienen otros de afuera ... que la diferencia siempre ha estado allí. Solamente hay que aprender a gestionarla, con inmigrantes o sin inmigrantes, la diferencia está no sé a veces soy más igual a una mujer de Marruecos que a mi abuela. Las diferencias están ... en la historia personal, en el bagaje formativo, en un montón de cosas. No todos los de este país son iguales, ni culturalmente diferentes a los de los otros países. **Pienso que hay que mirar a la diferencia para atenderla, para tenerla en cuenta, pero no para atenderla aparte.** Sino, lo que estamos haciendo es generar proyectos para el prototipo de ciudadanos, y hablo masculino ahora, de media edad, de clase media alta, formado... (idem)

Falei sobre o debate sobre as quotas racias no Brasil e perguntei se havia algo semelhante na Espanha

A ver ... yo si creo que por circunstancias sociales, puede haber personas que por pertenecer a una determinada etnia tengan un punto de partida desventajoso. **Vale, que podamos hacer medidas de discriminación positiva en un momento dado para superar la situación de desventaja, lo veo con las mujeres, por ejemplo. Y veo que a veces tiene sentido hacer una discriminación positiva.** Para mi tiene que estar más que justificado, más que bien pensado, y siempre tender a que desaparezca. Lo suyo es que un día no sea necesario. Lo que quiero cambiar es la situación social que hace que esa medida sea necesaria. Para ella, as medidas devem ser acompañadas de medidas estratégicas, si no, no tiene sentido. **Las medidas prácticas tienen más a ver con el aquí y ahora, las estratégicas tienen mas que ver con cambiar la situación social que genera esas diferencias. Las medidas prácticas, por si solas, lo que hacen es perpetuar. Para mi, caemos en esencialismos, as veces, raciales. Claro que esto lo digo desde un rol de blanquita europea, claro ... [...]** soy

consciente de que no he sufrido discriminación por mi color de piel, no pertenezco a un pueblo masacrado sistemáticamente por sus patrones culturales, es que a mi me gustaría ... es un poco esa sensación de poner parches, sabes? Me gustaría que fuera de otra manera”, no me gusta así. (idem)

Perguntei se nas ODSs havia imigrantes: “

*Hay, pero es verdad que quien promueve ese tipo de iniciativas son gente española, europea, con la intención de generar un espacio inclusivo. Bueno, no se si en la literatura, cuando hablan de inmigrantes hablan de asociaciones de inmigrantes o de asociaciones pro inmigrantes. **La ODS del Patio, por ejemplo, está mucho más formada por gente española, gente europea, no inmigrante gente de izquierda, de barrio, vinculada a los movimientos de base. Preocupada por la situación se ha montado la ODS y es verdad que empieza a haber población inmigrante en estos espacios, pero no es mayoritaria.** Y no es la que está.. . bueno, es una lucha que hay de ver la manera de conseguir medios de participación, de generar relaciones más equilibradas, entanto ... Quiero decir, en las asambleas, proponiendo iniciativas, no es la mayoritaria. Las ODSs funcionan por asamblea, y el Patio también funciona por asamblea de organizaciones, porque lo se hace es ocupar un espacio y destinarlo a uso comunitario.*

Meio entre brincadeiras, indaguei a Raquel sobre como havia acontecido sua mudança de perspectiva com os ensinamentos familiares.

Esta es una pregunta ya como personal, ¿no?

Si, ¿ No te importa?

No, ¡ Hm Que difícil!

¿Fue en la facultad?

*No. Fue mucho antes. Bueno ... Yo, yo me siento privilegiada por las oportunidades que he tenido, educativas, sociales, Creo que me reconozco sabedora de mi ventaja social desde hace mucho tiempo. Eso , bueno que yo creo que la gente viva sin saber de sus ventajas, lo sabes y haces lo que quieres con eso. Lo que me generó a mi fue una cierta sensación de injusticia, , porque yo vivo en un medio que otra gente no puede, porque yo puedo tener acceso a ciertas cosas y otra gente no puede. **No se, me reconozco mas ahí, en ese cuestionamiento, ético, político.** No soy tampoco de una familia militante, ni todo lo contrario, **ni me reconozco vinculada a ningún partido político sino a una situación social.** No solo como española sino como europea, como ... Estudié hasta los 25 años, aunque trabajé, no que no me lo haya currado, me lo he currado, pero bueno, y eso me mueve, me mueve, y me hace [...] me generó interés por ver que hay en otros sitios, me [...] **al principio con una mirada un poco paternalista, desde la caridad, lo que***

me surgió a mí, un poco vinculada a la iglesia a veces, y luego, poco a poco, los años, con la experiencia, pues, se va reformulando, se va convirtiendo. Pero sigue siendo un profundo sentimiento de injusticia. (idem)

Raquel teve uma passagem pela religião: “*Muchísima gente que nos dedicamos a lo social hemos bebido de las religiones. no las voy a demonizar ahora. Soy atea, pero creo que tienen su parte*”.

Perguntei se a Igreja fazia algo pelas migrações.

Desde mi punto de vista, mucho más asistencial, paternalista, desde la caridad, con una visión victimista de la población a que destinan, que pobrecitos, y esa mirada un poco etnocéntrica, pero sí que tienen cosas. Hay movimientos católicos de base que . . . yo no los conozco mucho porque no soy muy amiga . . . (idem)

Contei que no Brasil e na Argentina havia encontrado maioritariamente movimientos vinculados à Igreja e que achava que na Espanha era muito diferente. “*Aquí hay mucho religioso también, pero más es el lado político*”.

Raquel contou que havia vivido na Guatemala, quando tinha 25 anos “*hace once años ya*”, havia ido lá em um programa de cooperação, mas especificamente de apadrinamento.

¿Como voluntaria?

*No, cobraba un poquito por mi trabajo, pero poco. Fui para trabajar en comunidades rurales. **Cambió mi vida**, sí, pero no fui a Guatemala porque sí, fui con una mínima consciencia, la experiencia en Guatemala quizás me marca a la hora de perder un poco ese paternalismo, esa visión etnocéntrica. (idem)*

Comentei que nessa época, era mais comum ir à Nicaragua a trabalhar. Ela confirmou que as pessoas costumavam ir mais a Nicaragua e a El Salvador:

Guatemala no era un destino, bueno, yo tengo que reconocer que tuve que mirar en el mapa donde estaba porque no lo tenía muy claro y leer la historia porque no sabía de Guatemala nada. Era Centroamérica, sabía lo del genocidio ..

*Aprendí un montón, **me movió mucho el tema de la cooperación, de hecho me he dedicado a él, bueno, ya lo hemos hablado antes, me generó unos niveles de***

***incoherencia que me resultó insoportable.** Ningún sitio es totalmente coherente, pero a mí me resultó insoportable los niveles de incoherencia. Me gustó la experiencia, lo disfruté. (idem)*

Tratava-se de um convênio entre a universidade e uma ONG. Raquel faz uma crítica ao programa e conta como ele mudou sua perspectiva sobre si mesma, sobre a migração e sobre o que significa a pertença, sempre buscando um olhar de dentro e de fora em relação a suas vivências e aos discursos sobre a história da América e da Espanha:

*O sea ... fui a una comunidad pobre, cogimos a 12 niños y niñas, elegidos, y a esos les damos comida, dinero, colegio y el resto se mueren del asco. Y eso me Es como generar más desigualdad social dentro de una comunidad que ya es pobre, me revolvió, me revolvió mucho. **La experiencia migratoria, creo que ahí empezó también lo que me hace entender lo que es migrar, estás en un sitio y te sientes parte, ese juego con la identidad. Bueno, me permitió sentir cosas que a la larga me han ayudado a elaborar mi discurso.** O sea, esa sensación de España cuando estás allí, pero cuando vuelves aquí, de repente, **redescubro mi país de nuevo, no es el que yo recordaba ... me descubro habiendo de España como si fuese Madrid. En España tenemos el metro y en España el metro hay en 4 lugares, ¿que estás contando?** pero yo lo contaba como Pues es claro, esa tendencia que tienes como a hablar de tu país como si fuera el pueblo de donde vienes. No es en que Guatemala hacemos esto. En Guatemala no, en tu pueblo de Guatemala. No es bueno descubrirme haciendo eso. Pero si hay pueblos en España que ... **España no es toda igual.***

¿Y cuando volvieste?

Cuando volví lo pasé muy mal. (risos).

¿Por que?

*Bueno, yo creo que el viaje a Latinoamérica, es algo que deberíamos hacer todas las personas españolas. **Vivir las relaciones de amor y odio que yo viví en Latinoamérica ¿no? Con los españoles, con España, con la madre patria, Te odio pero te quiero, te llevaste el oro, pero ... cargar ahí un poco con la culpa de ... o sea, pasar por este proceso, que creo que hay que superarlo, no puedo estar toda la vida ... porque hace 500 años se arrasó latinoamerica. Me parece una bestialidad, pero yo no hice eso, pero bueno, si que pasé por esa fase de Dios mío, como pudimos hacer eso. Yo no soy responsable, pero sí que soy heredera de quien lo hizo, y eso genera unas relaciones desiguales de las que yo soy beneficiaria, no soy la perjudicada [...]** Unos amigos me llevaron a comer una mariscada 'con lo mal que lo has pasado allí, comiendo mal, venga' y a mí me daba unas ganas de llorar, porque era como tanta comida. [...] **ver tu país, ver cosas que antes no veía, ver gente que antes no veía, la***

capacidad de extrañamiento, sin buscarla vivirla. Vivir el extrañamiento de tu país, de la ciudad en la que has vivido siempre. Y alucinar con, no se, con el metro, si es que de repente aprieto un botón y se abre una puerta, y Dios, pero si yo he hecho toda la vida eso, pero de repente ... bueno había estado en una comunidad rural, no tenía ni lavadora, ni nevera ni todo eso, ni un raio y que apretara un botón y se abra una puerta me parecía como ... no se, gente antes no veía., situaciones que antes no via, redescubrir tu país ...” (idem)

Perguntei se achava que os espanhóis viam os imigrantes.

*A ciertos inmigrantes los vemos, depende de las situaciones, y ... los vemos asociados a la imagen que ... a conflicto, al robo, al sin papeles, a la patera, pero luego no te das cuenta que tu médica es inmigrante, o que el tipo de turno famoso en la televisión es inmigrante también, o sea que no le damos la misma categoría a todos. **O sea, les vemos, pero no a todos les ponemos las mismas categorías.** (idem)*

A entrevista com Raquel levou mais de duas horas. Falamos sobre racismo, sobre as organizações de mediação, especialmente sobre os movimentos sociais e sobre suas experiências e trabalho.

Finalmente, quando estávamos saindo, lembrou: “*¡Ya lo sé! Ya recuerdo de donde te conozco. ¡Tu estabas en el Congreso sobre las migraciones en España, en La Coruña!*”

“*Si*”, respondi. “*Yo estuve en el congreso en la universidad de Coruña*”.

Raquel disse que se sentía muito mais tranquila, então. Eu não era um policial infiltrado querendo passar por pesquisador. Telefonou a David e lhe disse que eu iria lhe telefonar. Não podia escutar o que David dizia, mas a resposta de Raquel foi algo assim. “*Si, puedes quedarte tranquilo, este chico (eu) ... se puede confiar en él. Yo lo conocí en el congreso de La Coruña*”.

No início achei exagerado o medo deles. Porém, com o tempo, viria entender que havia motivos para sentir medo. Não seria a primeira vez que policiais à paisana se infiltravam nos movimentos sociais de Madri. Eu mesmo presenciei, durante uma festa no Patio Maravillas, dois homens nada confiáveis insistindo em comprar cocaína dos imigrantes subsaarianos com quem eu estava conversando. É sabido que as pessoas que frequentam o Patio não

consomem nem traficam drogas, e que existe uma forte vigilância em relação a isso por parte dos integrantes desses movimentos sociais.

Raquel foi embora para Granada. Antes de voltar ao Brasil, em um passeio de feriado por Andalucia, foi visitar Raquel naquela cidade. Sabia da importância que ela havia tido para minha pesquisa; queria lhe agradecer pessoalmente antes de voltar. Combinamos de nos encontrar em uma cafeteria. Durante esse encontro, Raquel me contou algumas estratégias individuais que as moças do Ferrocarril Clandestino estavam começando a adotar para ajudar os imigrantes. “*Entre nosotras nos llamamos o escribimos para ver si está todo bien, si ninguna de nosotras ha tenido algún problema*”. Isso ajudou-me a entender melhor a dinâmica das relações na rede.

A descoberta do Patio Maravillas

“Queda en la calle San Bernardo, sin número” havia dito Raquel.

“*Disculpen, ¿saben donde queda el Patio Maravillas?*”, perguntei a um casal quando sai do metrô. “*¿Te refieres al sitio de los ocupas?, sigue derecho por esta calle, te pilla un poquito lejos todavía*”, respondeu ele.

Reconheci os arredores; uma mulher de bronze, nua da cintura para cima, cumprimentava os passantes. Vários outros personagens recriavam a vida madrilenha no bairro de Malasaña. Alguns metros mais adiante, as pessoas que conversavam na porta perguntaram o que buscava. “*La ODS*”, respondi. Era no terceiro andar.

Oficinas de dança, de capoeira, de concerto de bicicletas, de ioga, de rap, de violão; cursos de espanhol, árabe, francês; a ODS; um bar. Todas essas atividades e várias mais anunciadas em cartazes coloridos colados nas paredes do hall de entrada. Tudo grátis e levado adiante por voluntários. Escadarias de madeira velhas, paredes esburacadas, enfeitadas com grafites e mais cartazes.

Aquele primeiro local onde funcionava o Patio era um velho colégio de freiras abandonado; cinco andares de cômodos que se abriam dos cinco

corredores, um acima do outro, formando o perímetro quadrado de um pátio central. Grupos de pessoas ocupavam os diversos cômodos; música e vozes vinham de todas as direções. O Patio é o local de reunião de vários coletivos.

No início de 2010, o ayuntamiento de Madri finalmente decidiu pela expulsão dos “ocupas del patio”. Assim, algumas semanas depois, o Patio tinha um novo endereço, também no bairro malasaña. Um velho edifício abandonado, aparentemente em condições muito degradadas, foi restaurado pouco a pouco pelos novos habitantes. Um engenheiro foi consultado sobre as condições da estrutura e a viabilidade de ocupar aquele espaço.

Achei a ODS; três pequenas salas contíguas separadas por divisórias. A do meio é a sala de espera; na salinha da esquerda, uma reunião; seriam os advogados, supus; a outra, vazia. Esperei alguém sair; apresentei-me, disse o que procurava. Tudo bem, podia entrevistar aquelas duas moças que me atenderam, mas participar das reuniões, teria que ser discutido em uma reunião da ODS em outro momento.

Foi conhecer o bar; pessoas de todas as cores conversando em grupos e bebendo cerveja, refrigerante, sucos. Um violão acima de um dos sofás, algumas mesas. Um cartaz anunciava: “*En el patio no se usam drogas. Si traficheas, te echamos*”. É de fato, nenhum cheirinho de maconha, nem aquela vez nem nenhuma das muitas que estive no Patio posteriormente.

Esperei, duas semanas se passaram e nada. Telefonei a Eva, ela era antropóloga, sabia das dificuldades de entrar em campo, iria me ajudar. Finalmente veio a resposta. “*No es posible. En la ODS se tratan asuntos muy delicados*”.

Eu não ia desistir. Aquela forma de mediação era muito diferente de tudo que encontrara até o momento. Durante a entrevista que havia realizado com David, ele mostrara-se disposto a me ajudar. Esperava que ele conseguisse que os outros membros da ODS do Patio mudassem de ideia, mas, em uma ocasião que o encontrei por acaso na rua, vi que ele não tinha gostado da resposta, mas não podia fazer nada.

Raquel e David me haviam falado da ASPM, frequentemente chamada

pelo seu endereço: “Fe 10”.

6.12.1 A Asociación de Sin Papeles de Madrid (ASPM)

Lavapiés, meados de novembro de 2009. No local funciona “Diagonal” um journal de perfil “alternativo”. “¿Vos sos uruguayo?”, disse-me um homem de uns 40 anos após a minha primeira frase. “Yo tambien. Mirá, la Asociación de Sin Papeles se reúne aqui los jueves a las 8 de la noche. Tenés que hablar con Pepe. ¿Vos estás sin papeles acá?”.

Na seguinte quinta feira, um pouco antes das 20 horas, eu estava lá. Dois rapazes negros conversavam do lado de fora da porta, apesar do frio. No hall de entrada, sofás, jornais à venda por 1 euro sobre um balcão, duas mesas cobertas de panfletos e umas doze pessoas, a maioria homens, brancos e negros conversando em grupos. Um cartaz pedia que não se fumasse lá, e advertia que era melhor dar uma caminhada na quadra para fumar para que a vizinhança não se incomodasse com o tumulto de pessoas.

Perguntei por Pepe a um rapaz negro. Pepe estava ali. Apresentei-me. Foi simpático e receptivo. Fomos a uma sala para começar uma entrevista. Logo no início, Pepe me disse que falaria em nome próprio, não em nome da ASPM. Alguns meses depois, quando ele não tinha mais suspeitas sobre mim, confessaria algo que eu já suspeitava, devido às muitas vezes que escutara essa frase dos membros de organizações mediadoras em Madri. Essa era a forma consensuada de lidar com os pesquisadores.

Pepe falou da ASPM e do Ferrocarril Clandestino:

Yo soy miembro del Ferrocarril Clandestino. La ASPM está formada por personas que no tienen papeles de residencia y nosotros colaboramos, aunque luego hay gente que va consiguiendo sus papeles y sigue manteniéndose en la asociación. Entonces, aunque el elemento fundamental es luchar por la vida posible con y sin papeles, seas extranjero o no, el núcleo de gente más importante es gente sin papeles. (entrevista realizada no dia 12/11/09)

La ASPM inspirou-se numa associação semelhante de Tarraça, Barcelona: “ *vemos que es oportuno convertir-se em uma asociación para ir mas allá de lo jurídico y defender políticamente ... que se cambien las cosas ... que se pueda vivir de otra manera en España*”.

Sobre o Ferrocarril Clandestino:

Es un espacio muy mezclado que tiene como objetivo que podamos trabajar políticamente juntos autóctonos y extranjeros. Por eso es una red de apoyo. No es una ONG o una asociación que atiende a las personas que vienen sin papeles, extranjeras, sino un espacio de trabajo conjunto, de apoyo mútuo, organización política para cambiar las condiciones sociales y políticas y que la gente pueda vivir aquí ... todos podamos vivir en condiciones de igualdad, ¿no? (idem)

Perguntei como era o diálogo do Ferrocarril Clandestino e da ASPM com o Estado e outras organizações:

*Pues que si, **dialogamos con ONGs, con partidos políticos con el Estado** ... bueno que si lo hacemos, no hay problema em golpear a las puertas de quien se acuanado es necesario [...] **Es verdad que no somos un grupo muy especializado en tener estos diálogos institucionales, ¿no?** Salvo con propuestas muy concretas [...] La política institucional que encontramos es buena recepción formal y nula atención al contenido. Muy dispuestos a hablar siempre pero no hay cambios. **Piden que tratemos de esos temas (as redadas e a penalização do Top Manta) com ellos y que no aparezcan em los medios de comunicación.** La política hoy tiene esta cuestión mediática de evitar el ruido [...] la cuestión de las redadas es un ejemplo muy claro. **Hay redadas masivas que separa a la gente por su color de piel y las propias instituciones nos responden con buenas palabras pero las redadas siguen, el Ministro del Interior las sigue defendiendo ... él las defiende maquilladas de una utilidad que no tienen de evitar el crimen [...] la cuestión central es que hay directivas políticas para apretar a las personas que no tienen papeles,** situaciones, desproporcionadas, exageradas [...] Hay personas que las paran varias veces al día Hay personas que ya tienen un mandato de expulsión pero las paran y las tienen una, dos o tres noches en la comisaría [...] hemos estado en comisarías y hemos visto 40 personas en una habitación un poco más grande que esta ... (idem)*

Perguntei como se havia chegado a essa situação:

*Es un resultado ... de **ser consecuente com todos los***

câmbios legislativos que está habiendo en toda Europa, con la idea de crear una Europa fortaleza ... con un tratamiento de la migración absolutamente instrumental, en función beneficio [...] solo se admite la migración en función de cupos de trabajo, de ... y hacia el resto es una cerrazón absoluta y además produciendo este efecto ideológico de que hay otras personas que no tienen los mismos derechos que tenemos nosotros [...] a veces se considera a la inmigración como lo que amenaza, otras culturas, otros valores y lo que realmente destruye los valores defendibles está amenazada por esta idea de considerar al otro como un enemigo, una amenaza. Creo que todo esto está provocado por este cambio en la política europea. Así lo vemos, así lo veo ... no es la voz de la organización sino la mía [...] En Lavapiés hay tantos policías uniformados como a la paisana. (idem)

Perguntei se sua motivação para participar do Ferrocarril Clandestino e da ASPM tinha algo a ver com sua escolha profissional (Pepe é psicólogo social): *“No, fue a partir del principio de que todas las personas tienen los mismos derechos”*

Eu deixei claro que queria participar da ASPM e queria não apenas por minha pesquisa. Sabia que seria difícil e arriscado ser pesquisador e membro de uma associação, mas a essa altura, eu estava bastante comovido pelo que via nas ruas da cidade, pelo que escutara e lera sobre os Centros de Internamiento de Extranjeros (CIES), pelas dificuldades dos *manteros*. Sabia também que só participando poderia entender o que diferenciava o Ferrocarril Clandestino das outras organizações. Só conversando, teria “respostas para pesquisador”, e havia percebido que ser membro do *ferro* era mais do que uma ocupação pontual, era uma forma de vida.

A entrevista teve que finalizar de improviso. Ethel, uma das membros da ASPM, irrompeu na sala com cara de pavor. Quando estava de caminho ao local, terminara uma *redada* muito grande, que levava muitas pessoas do *barrio* e vários membros da ASPM. Javier (espanhol) e Mohamed (senegalês) entraram minutos depois. Mohamed havia avistado de longe os carros da polícia cercando a Praça de Lavapiés e conseguido escapar. Contou que haviam também fechado duas das ruas que chegavam na praça desde duas quadras ao redor.

Decidiram que era hora de ir falar com os moradores do bairro. Disse

que queria acompanhar e ninguém disse que não. Saimos os cinco, fomos a todos os bares, restaurantes, armazéns, que estivessem abertos; era já perto das 11 horas da noite. Pergumos às pessoas o que havia acontecido, se haviam visto os policiais maltratar alguém, se eles haviam permitido que os imigrantes se refugiassem em seus locais. Falaram sobre a “ASPM” e o Ferrocarril Clandestino, mas quase todo mundo já havia escutado algo ao respeito dessas organizações. Entregamos panfletos com o endereço da ASPM e telefone de Pepe, pedindo que avisassem sempre que houver uma *redada*, que dessem essas informações aos imigrantes que conhecessem e que sempre que possível chamassem os imigrantes para dentro de seu local quando houver polícia na rua, mesmo que não tenha se configurado uma *redada* ainda. Pepe gravou também alguns depoimentos para posteriormente elaborar um documento que seria entregue ao Ministerio del Interior.

Eram já uma hora e quinze da manhã, e o último metrô partiria em 15 minutos. Havia visto que todos eles se cumprimentavam com um beijo na bochecha, algo reservado aos amigos próximos e dentro de certos círculos em Madri. Arrisquei e fiz o mesmo. O sábado seguinte haveria uma festa para arrecadar fundos, se quizesse ir, seria bem-vindo, disse Pepe.

Esse foi o início não só do trabalho de campo junto à ASPM e ao Ferrocarril Clandestino sino também da descoberta dos movimentos sociais de base que trabalham com imigração em Madri, já que o Ferrocarril Clandestino mantém vínculos com outras organizações que trabalham com migrações. Assim, participar da ASPM significou participar e estar em contato com o Ferrocarril Clandestino e com várias das organizações que fazem parte desta pesquisa.

Da ASPM participam espanhóis e imigrantes, a maioria deles subsaarianos, duas imigrantes latino-americanas, alguns imigrantes dos países árabes e Yahid, um rapaz de Bangladesh. As reuniões são semanais; assembléias gerais e comissões de trabalho alternadamente. As comissões de trabalho da ASPM são independentes, porém trabalham em parceria com as comissões do Ferrocarril Clandestino e incluem a *comisión de redadas*, a *oficina legal*, o *taller de teatro*, a *oficina de prensa* e as *oficinas de castellano*.

Uma vez por mês, as comissões das ODSs se reúnem com as do Ferrocarril Clandestino.

A ASPM tem um claro perfil denunciativo, e muitas das atividades têm essa conotação. As peças de teatro, os protestos, os programas de rádio, estão direcionados a mostrar para a sociedade em geral as situações de vulnerabilidade em que se encontram os imigrantes e das que o Estado espanhol é, a maioria das vezes, responsável. No período em que participei da ASPM, entre novembro de 2009 e o final de junho de 2010, três grandes protestos foram realizados, todos organizados com capricho e antecedência. Foi elaborado um documento denunciando o caráter racista das *redadas*, o qual foi entregue a autoridades do governo nacional.

Um grande protesto contra a penalização do *top-manta* foi implementado no centro da cidade; foram elaboradas *mantas* como as dos *manteros*, com tecidos brancos algumas e com papel branco outras, e três quadras de uma via central da cidade foram ocupadas por *blancos*. Sobre as *mantas* havia panfletos, CDs de artistas que haviam colaborado com o protesto e cartazes denunciando a situação dos *manteros*. A intenção era mostrar que os problemas que afetavam os *manteros* eram de toda a sociedade madrilenha. O lema era “*No en mi nombre*”. Esse protesto contou com o apoio de alguns artistas e alguns setores da mídia, e resultou em um documento que foi encaminhado ao parlamento espanhol. Naqueles dias, o cantor Miguel Bosé havia declarado à imprensa que si ele visse algum *mantero* vendendo CDs pirata com sua música, iria chutar a manta. Isso causou bastantes polêmicas, pessoas se mostrando a favor e contra suas declarações na rede twitter.

À época, o parlamento estava elaborando uma reforma do Código Penal. A ASPM exigia que essa reforma incluísse a problemática dos *manteros*. Aspirava-se à despenalização do “*top-manta*”. A reforma não foi tão profunda como se exigia, mas conseguiu-se que a venda de CDs piratas não fosse punida com prisão e multa, como havia sido até o momento, cabendo agora ao juiz escolher entre uma e outra.

Como disse anteriormente, da ASPM participam espanhóis e imigrantes, ou, nos termos comumente usados nas reuniões, *negros* e *blancos*. Em torno

de 40 pessoas participam geralmente das assembléias.



10 - Migrações, política e gênero.

Vários tipos de discursos confluem à ASPM e ao Ferrocarril Clandestino, como consequência dos vínculos mantidos com outras organizações e, especialmente, da história de participação em movimentos sociais dos membros. Por exemplo, Ethel é participante de um movimento ecológico, Eva está vinculada de alguma forma ao movimento feminista e Javier tem um histórico de trabalho com crianças e adolescentes em situações vulneráveis em sua cidade de origem –Jerez de la Frontera- em Andalucía. Atualmente se propõe levar o debate sobre questões de gênero ao Ferrocarril Clandestino. Em um dos e-mails que me enviou depois de meu retorno ao Brasil, contando as notícias do Ferrocarril Clandestino, disse:

[...] En el ferrocarril se está formando un grupo de trabajo de género y LGTBTQ. Nos parece necesario abrir esta vía de trabajo. Much@s dejan sus países de origen porque son perseguidos por su condición sexual y pensamos que también tienen que tener cabida en el ferro [...].(idem)

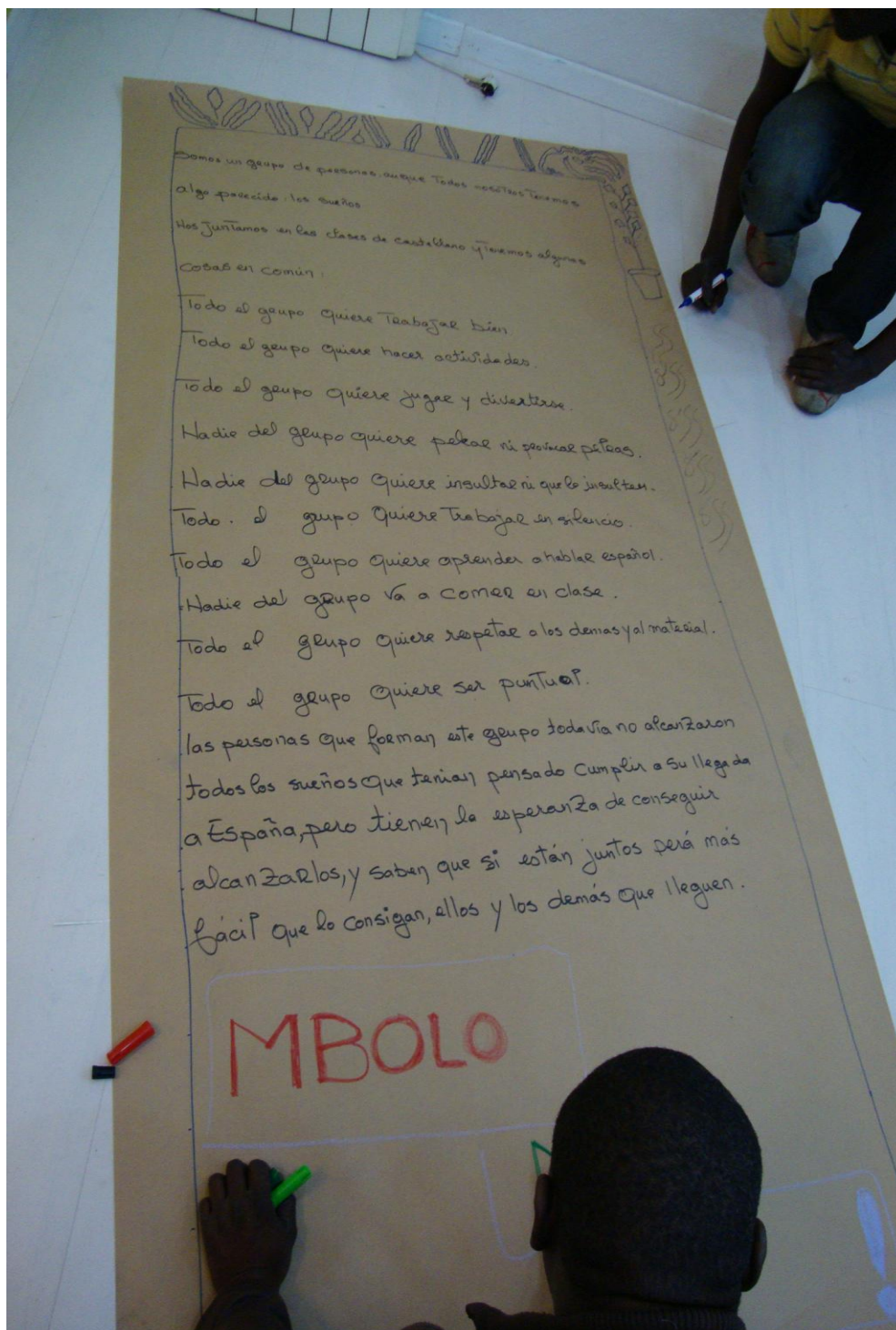
Os *blancos* e os *negros* na assembléia da ASPM

O salão do andar de baixo, o maior da casa, quase cheio de gente. Dependendo do dia, aproximadamente a metade eram *blancos*, a outra metade *negros*, alguns *latinos* e *árabes* e Yahid, o rapaz de Bangladesh que quase nunca faltava às reuniões. Todos sentados formando um grande círculo, os *negros* -todos homens- à direita desde quem olha de cima da escada, , os *blancos* -homens e mulheres- à esquerda. Esta divisão do espaço foi se transformando ao longo do tempo, não sendo mais tão marcada a diferença. *blancos* e *negros* era a forma usual que os *blancos* usavam para referir-se ao coletivo; entretanto, nunca eles perdiam sua individualidade. Os *blancos* sempre sabiam os nomes de cada um dos membros da ASPM, mesmo dos recém chegados. Isso é interessante também em função das diferenças linguísticas: eles pareciam familiarizar-se rapidamente com os nomes, geralmente da língua *welof*. Para mim, isso levou mais tempo, já que também tinha que aprender os nomes de todos *blancos*, que não eram poucos.

As reuniões aconteciam em castelhano e, como a maioria dos *negros* eram senegaleses, algum deles que dominasse melhor a língua local traduzia para o *welof*. Os tradutores eram quase sempre os mesmos, aqueles que eram mais próximos da ASPM e frequentavam às reuniões com mais assiduidade, Mohamed, Rod, Omar.

Tratavam-se as pautas do dia, geralmente os preparativos para alguma ação, encenação de uma peça, elaboração de um documento, ou preparativos para um protesto; falava-se do problema de alguns dos rapazes, polícia, documentos, prisão, quem iria visitar alguém preso no CIES; e finalmente fazia-se a agenda para a reunião próxima.

Havia uma mensalidade de cinco euros, a qual dava também direito a ter assistência legal gratuita com Juan, o advogado da ASPM. Isso não quer dizer que a assistência fosse negada a quem não pagasse a mensalidade se alguém tinha uma emergência. Mas, de todas as maneiras, a prestação existia e era a forma de ter algum dinheiro em caixa para ajudar os imigrantes quando eram presos pela polícia e depois, quando eram soltos e não tinham dinheiro para sobreviver.



11 – Durante a comemoração de "El día del libro" os imigrantes da ASPM narraram suas trajetórias e sonhos com a ajuda da professora de castelhano e as exibiram na Praça Agustín Lara, em Lavapiés. Todos os cartazes terminavam com a frase "Mbolo Moi Dolê", uma forma de interpelar os outros na língua Welof que significa algo assim como "Unidos somos mais fortes".

Também se elaboraram camisetas que eram vendidas nos protestos, nas festas e entre amigos. As camisetas custavam 10 euros aos não membros da ASPM e cinco aos membros. Quase todo o mundo tinha pelo menos uma.

Quando comecei a participar, chamou-me à atenção que era sempre algum *blanco* quem presidia a assembléia, com a ajuda de outro membro também espanhol. Desde seu início, em 2008, a ASPM teve mais ou menos essa dinâmica. Depois de cada reunião, seja de assembléia ou de comissões, íamos tomar um cerveja em um bar próximo. Raramente, algum dos *negros* vinha conosco; de fato, éramos sempre os mesmos, Javier, Álvaro, Ethel, Alsira, Pepe, Maria, Alfonso, Antonio e eu. Duas vezes, Mohamed foi também. Ele era, de fato, o mais “curinga” de todos os *negros*. Mohamed parecia transitar muito bem entre ambos os mundos; alto, de porte elegante e muito comunicativo, Mohamed colocava todo seu carisma a funcionar nas reuniões e no contato com os membros da ASPM. Nessas saídas, após a reunião, falava-se um pouco do acontecido durante a reunião, e *ellos* era o pronome com que se fazia referência aos imigrantes.

Desfechos interessantes de momentos críticos na ASPM

Depois do recesso de natal e, durante o mês de janeiro, começaram alguns questionamentos na assembléia devidos à ausência dos imigrantes. A assistência às assembléias começou diminuir; foi um momento de crise na ASPM. Durante uns dois meses, o número de *negros* era muito baixo, oito ou dez, e isso não fazia sentido, já que a associação era “*de ellos*”.

Algumas questões foram levantadas: coincidia com os jogos de futebol do Real Madrid, do Barça, do Atlético Madrid. Isso não convencia ninguém, assim como tampouco convencia o frio do inverno. Todos eles moravam perto, eram pessoas “*del barrio*”. Foi então que me perceitei que todos os participantes moravam em Lavapiés, com exceção de alguns poucos brancos, como Álvaro, um doutorando em sociologia desempregado que havia começado a participar uma semana depois de mim e com quem viríamos nos tornar amigos logo.

Pepe participava pouco das assembléias, por motivos de trabalho. Ele é psicólogo social e, à época, estava elaborando um projeto de pesquisa para poder continuar trabalhando na universidade. Entretanto, quando Pepe via à reunião, conseguia colocar os questionamentos mais fundamentais sobre o funcionamento. Uma das questões que ele colocou foi o pouco espaço de fala que tinham os próprios interessados. A questão de quem coordenava as assembléias esteve em pauta a partir de então. Foi feita a proposta que um *blanco* e um *negro* fossem responsáveis pela coordenação de cada reunião. Assim começou acontecer, mas ainda, a voz dos *negros* permanecia obscurecida pela dos brancos.

Foi então que também minha participação da ASPM e do Ferrocarril Clandestino começou ser questionada abertamente pelos *blancos*. Pepe escreveu-me pedido que falasse na assembléia novamente o que estava fazendo lá e assim o fiz. Ninguém diz nada, todos já sabiam que eu era membro e pesquisador.

Em resposta à falta de participação, fiz a proposta de que se criasse uma lista de e-mails para que as pessoas estivessem ao tanto do que acontecia nas reuniões quando não podiam assistir. Quase ninguém se manifestou a favor ou contra, e, apesar de que já havia notado que o jeito de demonstrar desacordo era não dizer nada e passar a outro assunto, voltei a fazer a proposta na semana seguinte. A maioria dos *blancos* não gostou da ideia, sob a alegação de que as coisas que eram tratadas nas reuniões da ASPM eram sigilosas, podiam pôr as pessoas em perigo, e era melhor manter tudo entre nós.

Esse argumento não fazia sentido, porque somente os membros da ASPM teriam acesso à lista de e-mails. Foi então, também, que um dos membros me diz, aparte: “*ellos hablan poco castellano, imaginate tratando de escribir*”. Outro disse: “*ellos no tienen acceso a la internet, la mayoria ni debe tener una cuanta de correo*”.

Mas a resposta mais contundente veio por parte de Ethel, quem se havia tornado minha principal oponente dentro da ASPM e o Ferrocarril Clandestino. Percebi então que a ASPM não estava apenas dividida em *blancos* e *negros*,

senão que havia um grupo de apoiava minha participação como membro e pesquisador e outro que era radicalmente contra ela.

Ethel chamou-me aparte e me disse algo assim:

Tu llegas y quieres cambiar todo, como si supieras todo. ¿Es que tu no te das cuenta que aquí las cosas no funcionan así?. Tú vas a estar aquí un tiempo y luego te marchas, tú no eres de aquí ni del barrio y aquí las relaciones son las del día a día, en la calle, uno que encuentra a otro en la calle. Y tú vienes con que quieres una lista de e-mails. Pero no funciona así, pues yo te lo digo que la mayoría de ellos ni sabe lo que es una lista de e-mail, o si saben no lo utilizan.

Naquela semana, tivemos também a visita de algumas pessoas da comissão de *redadas* do Ferrocarril Clandestino, e uma das moças que participava da ODS do Centro Social Seco propôs que se comprassem apitos e que, quem quizesse, levasse um consigo sempre. Dessa maneira, sempre que alguém avistasse uma *redada*, assopraria o apito três vezes, como uma forma de alertar os imigrantes sem papéis que estivessem nas proximidades. Haveria que difundir, logicamente, essa informação, para que a maior quantidade de pessoas possível soubesse. Poucos apoiamos a ideia, mas na semana seguinte lembrei da proposta da moça, apontando que essa seria uma forma de ajudar a que os próprios interessados se apropriassem de táticas de defesa sem a necessária participação dos brancos. Mais uma vez, ninguém se pronunciou.

Naqueles dias, Pepe telefonou-me. Era uma quinta feira, eu estava na biblioteca do AECID e depois iria à reunião da assembléia da ASPM. Ele disse que precisava que eu escrevesse umas linhas falando sobre o motivo de estar lá, e que o fizesse o antes possível. Parecia angustiado; pude perceber que ele estava entre a espada e a parede, pois me havia apoiado sempre, éramos amigos, intercambiávamos artigos e sugestões de leitura, e as pessoas que estavam contra a participação de pesquisadores estavam responsabilizando-o por quebrar a norma.

Escrevi uma carta dirigida aos *compañeros de la ASPM y del Ferrocarril Clandestino* e enviei-la a Pepe naquela madrugada; ela se encontra nos anexos desta tese.

Algumas semanas depois, foi criada uma lista de e-mail dos membros da ASPM. A participação dos imigrantes foi no início tímida, mas, logo estavam usando-a. Algum tempo depois encontrei também vários deles nas páginas do Facebook. Isso quer dizer que se não estavam acostumados a usar a internet para se comunicar, agora o estavam fazendo; duvido, entretanto, que eles não o fizeram anteriormente.

A lista de e-mail passou a ser usada por imigrantes e nativos; mais do que isso, não só as mensagens de correio eletrônico eram escritas em castelhano, senão as páginas no Facebook também.

Entretanto, não todos os imigrantes usavam a lista de e-mail com a mesma intensidade. O domínio da língua escrita era muito melhor do que esperado, mas os imigrantes subsaarianos que mais usam a lista de e-mails e os que melhor escrevem são aqueles que estão mais próximos à associação. Aqueles que têm mais convivência com o núcleo *blanco* da associação intercambiam e-mails com mais frequência.

Interessante também é o uso dos códigos de interação escrita, como o uso de @ para referir-se a homens e mulheres, o uso do símbolo “x” para dizer a preposição “por”, e o uso de abreviações.

Transcrevo a seguir, alguns trechos de e-mails escritos por imigrantes subsaarianos trocados na lista. Estes trechos, dos muitos e-mails que têm circularado na lista desde sua criação até que, por haver voltado ao Brasil, fiquei fora dela, foram escolhidos e recortados de maneira a não comprometer os nomes nem as informações. Os parêntesis (...) indicam que o lugar onde havia o nome de uma pessoa:

*yo me parece super interesante y es algo k esperaba
hace ya bastante tiempo por donde puedo mejorar mi
ingles, asi k me voy a apuntar incha allah, animense
chavales y es un tesoro mas no¿jejejeje*

*[...] gracias a tod@s de cerca u de lejano que esten
luchando por una vida justa e mejor de los inmigrantes
sobre todo de los manteros "mbolo moy dole "*

"[...] me alegro mucho de que (.....)ya esta fuera del

injusto(c.i.e) que salga tambien (...) que no se interne nadie mas de nosotros .tengo mucho ganas de vern@s tod@s junt@s Gracias (...) x la noticia de (...) ,Es muy buena noticia ojal que habra+ novedades!

Abrzs muxos”

“[...] estoy intentando llamar a (...) pero no me lo coge... ayer por la noche hable con (...) y me dijo que venía una amiga suya a visitarle... podríais ir otro día? espero que veais este mensaje, si alguien que tiene el telefono de (...)lo ve, que me lo mande y así la llamo...”

O uso da internet como meio de comunicação por parte dos membros não hispano-falantes mais próximos da ASPM revela a importância que a proximidade com associação tem no sentido de propiciar um espaço de interlocução no qual os imigrantes são capazes de manejar a língua de maneira mais ou menos autônoma, o que redundava em alguma forma de empoderamento.

A crise de participação pela que a ASPM passou atingiu a todos, os membros espanhóis, os imigrantes e o pesquisador. O desfecho foi um aprendizado para todos, o que não signifique que estava tudo resolvido.

Medo, liberdade e a mochila

Durante o mês de março de 2010, foi elaborado um outro protesto no centro da cidade, com a participação das outras organizações do Ferrocarril Clandestino. Ele consistiria na encenação de pequenas peças de teatro onde imigrantes eram presos nas ruas. O tema que a ASPM iria desenvolver na peça era as *redadas* e a prisão por falta de documentos. Já a “ODS del Patio Mravillas” iria encenar uma peça sobre o “*top-manta*”.

Durante o processo de elaboração, um incidente passou despercebido, apesar de sua eloquência. Estávamos reunidos em grupos de cinco ou seis pessoas para discutir quais eram os medos dos imigrantes. Considerando os temas que eram discutidos nas reuniões, o assunto proposto para discussão estava evidentemente direcionado a evocar um único tipo de resposta: o medo de ser preso pela polícia. Eu não suspeitava, entretanto, que esse

direcionamento chegasse ao extremo de não permitir que os *negros* elaborassem seu medo da polícia da forma que desejassem.

Posteriormente, as conclusões de cada grupo seriam colocadas em comum para a elaboração da peça da ASPM.

O grupo do qual eu estava participando estava composto por dois espanhóis, um homem e uma mulher, três imigrantes subsarianos e eu. O rapaz espanhol lançou uma pergunta, ao que um dos subsaarianos respondeu imediatamente: “*Acá no hay libertad. Yo no puedo salir a la calle, me siento preso*”. Em seguida, Rod respondeu: “*Conmigo ... es por la mochila. La mochila. Si te ven con la mochila, quieren llevarte preso*”. Os manteros carregam os CDs que vendem em uma mochila, como o faria qualquer pessoa. Rod parecia angustiado, e voltou a dizer “*la mochila, es por la mochila*”. Mas essa resposta levaria a um tema que não era o nosso; a penalização do *top-manta* era o tema da “ODS del Patio Maravillas”, o nosso tema era as *redadas* e a prisão por não ter documentos. “*Bueno*”, saltou o rapaz espanhol. “*Pero no es eso, tu tienes que decir que miedo tienes. Tu tienes miedo de que te lleven preso por no tener documentos, ¿no es así?*”.

Tentei fazer com que Rod continuasse a falar sobre a mochila, dissendo ao rapaz espanhol que a mochila fazia parte da experiência de medo de Rod. “*Pero tenemos que concentrarnos en nuestro tema*” respondeu. Rod ficou calado o resto da reunião.

Dividir a experiência do medo frente à polícia podia ser necessário para a militância desde o ponto de vista local, da militância que devia ser partilhada por um número de grupos, mas não era na perspectiva de quem o vivia. Depois de tudo, se é indocumentado em todos os momentos e, andar na rua com a mochila era uma forma de acrescentar perigo e inadequação ao fato de ser *negro* e não ter documentos em regra. Mas o rapaz espanhol não entendeu que para Rod, assim como para os outros, “ser ilegal” passa não somente por ser negro e não ter documentos, mas também por carregar uma mochila onde certamente há CDs pirata. A experiência do medo e da falta de liberdade não é divisível em temas, e querer enquadrar a experiência em diferentes compartimentos implicou, nesse caso, em uma imposição de uma forma de

militar. O rapaz branco parecia estar dizendo: “*Los negros deben ser empoderados, pero en España se milita así*”

De todas as formas, as peças foram encenadas com sucesso na saída do metro de Callao, em pleno centro de Madri, em uma manhã de sábado. Muitos pedestres pararam para olhar as peças, receber panfletos e escutar os depoimentos dos imigrantes. A imprensa havia sido convocada e compareceu, embora os noticiários reduziram o protesto a menos de um minuto de exibição.

Os imigrantes no *barrio* e o bairro que se transforma.

Apesar de não concordar com todas as acusações que vieram à tona na conversa com Ethel que mencionei alguns parágrafos acima, ela foi de grande importância para entender o funcionamento da ASPM. Era sim uma organização de bairro, o enraizamento no local era muito mais forte do que em qualquer uma das organizações que pesquisei. Participar sem ser de Lavapiés é um pouco ingerir-se em assuntos alheios. Ethel, andaluza de nascimento, havia ficado brava comigo quando, em uma conversa em um bar, eu me referira aos espanhóis como europeus. “*¡yo no!*”, havia gritado com raiva, “*esa gente no sabe ni reirse*”. A problemática migratória pasava também pela pertença e preservação do lugar. De fato, escutei durante esse tempo várias reclamações sobre as transformações que se estão levando a cabo na cidade e, especialmente, naquele bairro. Parece haver uma intenção de transformar as ruas de Lavapiés em lugares de passagem apenas, contradizendo a vontade das pessoas que costumam conviver na calçada, nas portas das casas e das lojas. Está sendo retirada a grama das praças e parques, cobrindo tudo com concreto, e deixando apenas alguns bancos. A vida no bairro é controlada por câmaras de vídeo colocadas nas esquinas e o policiamento é ostensivo, mesmo quando não há *redadas*.

Arrisco dizer que esse processo é vivido como uma “europeização” da cidade, onde tudo ficaria menos “pessoal”. Nesse sentido, a ASPM e todas as organizações do Ferrocarril Clandestino vão no sentido contrário; têm como mote a ajuda mútua e o fortalecimento das relações pessoais de cara ao

capitalismo homogeneizante e impessoal associado à UE como pode ser visto nos sitios web do “Ferrocarril Clandestino “ e de todas as ODSs.

Os imigrantes que chegam ao bairro de Lavapiés dividem a população no que respeita à relação com o bairro. As reclamações em torno à europeização da cidade são comuns na população de Lavapiés; as pessoas não gostam das mudanças, da diminuição dos espaços de convivência ao ar livre, da crescente substituição da grama pelo concreto, das câmaras de vídeo, da polícia. Muitas pessoas vêm na migração a causa dessas mudanças; é a fórmula que o poder público estaria aplicando por causa do perigo de assaltos e o tráfico de drogas por parte dos imigrantes. Outras, entre elas as pessoas da ASPM, vêm nos imigrantes que chegam ao bairro um reforço nas tentativas de devolver aos espaços públicos, muito frequentados pelos imigrantes, a vida que sentem que lhes está sendo retirada. Eles trazem de casa esse costume de convivência com o local, e por isso, são bem-vindos. É por isso que eles podem ser nossos vizinhos. Como disse Ababacar Diop, imigrante senegalês em Paris, em sua autobiografia, *“C’est au quartier que l’on a le sentiment d’appartenir. Avant de faire partie de la ville de Saint-Louis, j’ai fait partie du quartier de guet N’Dar”* (Diop, 1997, p. 11).

Assim, mais uma vez, a imigração se insere em um debate que a extrapola, a transformação da cidade. O imigrante é, de um lado, a causa do problema e do outro, um agente entre outros no debate sobre o problema. Não é por acaso que, para os membros da ASPM, os imigrantes sejam os *nuevos vecinos*, e remetam a uma conceição de cidadania que está atrelada à vida na cidade.

6.12.2 O Ferrocarril Clandestino

*El ferrocarril es una red de apoyo y acción en común. Parte de la idea de que la Ley de Extranjería española y, en general, la política migratoria europea, son injustas, porque niegan los derechos fundamentales a quienes inmigran y les colocan en situaciones de extrema vulnerabilidad. **Busca crear un espacio ciudadano de apoyo entre autóctonos, inmigrantes***

sin papeles e inmigrantes con papeles para contrarrestar esa vulnerabilidad en el día a día, crear vínculos y entendimiento mutuo y, poco a poco, construir alianzas que nos permitan actuar juntos, en batallas grandes y pequeñas, contra las formas de apartheid legal, laboral y social que se están creando en nuestras ciudades. Se basa en la reciprocidad: no ofrece asistencia, sino una red de intercambio donde quien recibe ayuda un día puede ofrecerla al día siguiente. Aspira a hacer movimiento con todos aquellos, individuos o grupos, que, con independencia de su origen, sienten la urgencia de actuar frente a las formas cada vez más brutales de discriminación y arbitrariedad que está generando el régimen de fronteras. (<http://www.transfronterizo.net> consulta realizada no dia 6 de marzo de 2011)

O trecho do site acima citado, publicado no sitio web do Ferrocarril Clandestino em março de 2007, descreve em poucas palavras o que é a política do Ferrocarril Clandestino.

O Ferrocarril Clandestino é, ouso afirmar, a mais complexa e a mais militante das redes de mediação em Madri.

Por ser uma rede, seus limites são imprecisos. Dele fazem parte as Oficinas de Derechos Sociales (ODSs) espalhadas em bairros da capital, como Malasaña (“ODS del patio”), Carabanchel Alto (“ODS de Carabanchel Alto”) e Vallecas (“ODS del Centro Social Seco”), e a ASPM, além das comissões. Entre as comissões, encontram-se a Comisión de *Redadas*, a Comisión de Despenalización del *Top-manta*, a Comisión de Clases de Castellano, a Comisión de Teatro, entre outras.

As ODSs existem em várias cidades da Espanha; em Madri, surgiram dentro de centros sociais e com o passar do tempo, foram se relacionando com o “Patio Maravilla”; assim teve início o Ferrocarril Clandestino. A Asociación de Sin Papeles de Madrid faz também parte da rede, e é, de fato, a que tem o vínculo mais cotidiano com a ODS do Patio, que, de alguma forma, centraliza as atividades do Ferrocarril Clandestino. A proximidade entre ambas é consequência da proximidade dos bairros onde se encontram. A sede do Ferrocarril Clandestino encontra-se no Pátio Maravillas, no bairro de Malasaña, e a ASPM funciona no local do Jornal Diagonal, em Lavapiés, a aproximadamente 20 minutos a pé uma da outra e ambas muito próximas do

centro da cidade.

As ODSs encontram-se em bairros que são considerados “populares”, com uma alta concentração de população imigrante. Entretanto, as transformações que algumas partes da cidade têm sofrido nos anos imediatamente anteriores à crise que se iniciou em setembro de 2008 põem a noção de “popular” entre aspas. Os bairros de Lavapiés e Malasaña estão passando por processos de gentrificação acentuados. A especulação imobiliária nestes dois bairros tem elevado os preços dos imóveis, apesar da crise espanhola haver atingido principalmente o setor imobiliário.

Tal gentrificação é especialmente visível em Lavapiés; uma linha divisória, imaginária, claro, divide o bairro, a partir da saída do metrô. De um lado, a população é principalmente estrangeira; subsaarianos e árabes principalmente, mas também latino-americanos e indianos. Do outro lado, a população é espanhola; um setor da classe média local que se interessa pela vida intelectual na cidade. Vale resaltar que nas proximidades de Lavapiés e Malasaña há museus, teatros, cinemas e bibliotecas, e a maioria destes locais de cultura e de lazer foram reformados nesses anos.

Em princípio, as ODSs não trabalham exclusivamente com migrações, senão que são centros auto-gestionados onde é possível encontrar assistência jurídica gratuita sobre questões de cidadania, moradia, trabalho e previdência social. Tragao, a seguir, um trecho de um dos sítios web das ODSs:

*Las Oficinas de Derechos Sociales (ODSs) trata de ser un nuevo tipo de **sindicalismo social experimental**, es decir, se entienden como un lugar desde donde poder combatir con herramientas concretas los problemas de vivienda, laborales y sociales que nos acechan a los precarios, tratando de generar algún tipo de espacio de encuentro y de común social que nos permita ponernos a funcionar en clave de denuncia.*

Identificación, investigación, recomposición, enunciación, comunicación, escucha e invención de derechos son algunos de los nombres que forman parte de las inquietudes de las Oficinas de Derechos Sociales, de unas prácticas que parten y se desenvuelven en un mundo absolutamente precarizado.

*La creación de las oficinas de derechos sociales nace de las necesidades de la ciudad. De **crear nuevas formas de lucha contra la precariedad, por la defensa de los derechos sociales y la conquista de nuevos derechos.** En este*

contexto se sitúa la apuesta de las Oficinas de Derechos Sociales, fórmula que nombra un conjunto de prácticas que van desde la asesoría jurídica, las clases de castellano como espacios de aprendizaje y encuentro para inmigrantes, la elaboración de guías de trucos y derechos básicos, la investigación militante o hasta los talleres colectivos, las asambleas y los procesos de autoorganización entre figuras atravesadas por la precarización.

Partir de una masa crítica y formar parte de un conflicto emergente es lo que dará acceso al derecho. Sabemos que este acceso solo es factible siendo parte de los conflictos emergentes. Si no existe esta simbiosis eres invisible y el deseo de cooperar en construir lo común se desvanece. Es en este punto donde las oficinas de derechos sociales cobran sentido. Siendo un espacio de cooperación, autoformación y autoorganización. Un espacio que facilita procesos de politización de afectad@s por la crisis actual, un espacio donde se crean líneas de apoyo mutuo. Un espacio de investigación militante, necesaria para producir enunciación política, avanzar y profundizar en la apuesta por los sindicatos sociales. (<http://www.exit-raval.net>, consulta realizada no dia 6 de março de 2011)

Como vemos, as ODSs não têm como único tema de trabalho a assistência a imigrantes, mas a migração constitui o principal assunto e o que ocupava quase toda a agenda das ODSs, com um foco especial na denúncia das situações de vulnerabilidade que afetam a vida dos imigrantes em sua relação com o poder público.

Os limites entre as ODSs e as comissões são frequentemente confusos, já que a maioria dos membros participa de várias atividades. A sede principal do Ferrocarril Clandestino se encontra no “Patio Maravilla”, e frequentemente as atividades do *Patio* se misturam às do *Ferro*.

Outros tipos de organizações mantêm vínculos estreitos com o Ferrocarril Clandestino, mesmo que, formalmente, não façam parte da rede. A ONG SOS Racismo, que se constitui em uma federação de associações e está em todas as cidades de mediano e grande porte da Espanha e França é uma. A Editora Traficantes de Sueños é outra, e, de fato, muitos dos eventos da ASPM e do Ferrocarril Clandestino tiveram lugar no local da editora.

As ODSs oferecem atendimento legal a imigrantes em situação irregular ou com algum problema legal. Estão compostas maiormente por advogados, mas há pessoas de outras profissões.

É impossível saber quantas pessoas fazem parte do Ferrocarril Clandestino; estimo que em torno de duzentas. Está composto por espanhóis e imigrantes, com o que descreve o trecho do sítio web acima. Dentre os imigrantes, a maioria são *negros*, mas há também *sudamericanos* e *árabes*. Entretanto, a maior parte dos membros realmente ativos do *Ferro* são espanhóis brancos, a maioria de entre 25 e 50 anos de idade, profissionais de várias áreas, há antropólogos, sociólogos, psicólogos, advogados, assistentes sociais, jornalistas, mas também pessoas de áreas como química, fisioterapia, engenharia, entre outras.

Classe, raça e cultura na ASPM e no Ferrocarril Clandestino

Um fato muito simples ocorrido durante duas reuniões consecutivas da ASPM e que, sem querê-lo, eu mesmo provoquei, servirá como ponto de partida para entender como estão compostos estes dois coletivos, um fazendo parte do outro, e porque, dentre todas as organizações do Ferrocarril Clandestino, a ASPM parece ser a mais próxima à ODS do Patio Maravillas, a qual é, sem dúvida, a organização que mais centraliza o discurso sobre o que é o Ferrocarril Clandestino.

Nosso amigo Mohamed, imigrante senegalês em situação irregular, membro da ASPM veio um dia vestido com uma calça e uma blusa coloridas, roupas típicas do Senegal, e que, apesar da forte presença subssariana na cidade, não são muito comumente vistas nas ruas. Devo ressaltar neste ponto que os imigrantes subssarianos destacam-se pelo cuidado de suas vestimentas e o capricho com que se arrumam; as roupas e o calçado são do tipo casual mas sempre novos e muito limpos; algum colar ou braçalete, óculos de sol se necessário e fones de ouvido completam quase sempre a indumentária.

Quando Mohamed chegou ao local da reunião com suas roupas coloridas, fiz um comentário sobre sua roupa: “*¡Que linda ropa, Mohamed!*”, ao que ele respondeu que sua família costumava lhe mandar roupa e que se queria ele me daria uma camisa daquelas de presente. As outras pessoas que estavam lá, também comentaram as roupas do rapaz. Na semana seguinte,

chegou nosso amigo com suas roupas normais, jeans e camiseta novos; brinquei com ele: “¿Donde está tu ropa linda?”. Ele me olhou surpreso e disse “¿Donde está mi ropa linda, Dani?!” As outras pessoas tampouco pareceram gostar de minha pergunta. “¿Es que no ves que bien vestido que está?”, comentou em voz baixa uma colega. Olhemos então para o contexto da cena.

Os membros *blancos* da ASPM são pessoas de entre 25 e 50 anos aproximadamente, quase todos com formação acadêmica ou técnica, embora no início de carreira ou desempregados ou sem grandes recursos econômicos; ou seja, são pessoas educadas, com capital cultural considerável, embora isso não se reflita em um acúmulo de capital econômico.

Mohamed, de 25 anos de idade, é muçulmano e dedicava-se aos negócios no Senegal. A forma como se comunica em espanhol, oralmente e na escrita que usa nos e-mails que trocamos desde minha volta ao Brasil, assim como sua rede de amigos e perfil descrito em sua página do Facebook, mostra que tem facilidade para transitar entre culturas e interesse pelas questões sociais locais e translocais. Como todos os imigrantes que fazem parte da ASPM, é muito educado e respeitoso no tratamento com as pessoas. Isso, junto à sua capacidade e gosto pela comunicação, lhe garante um capital social interessante na associação, sendo ele e Yahid, um imigrante de Bangladesh, as duas pessoas com quem os *blancos* da ASPM pareciam se sentir mais a vontade, e os que participavam com mais frequência dos passeios e momentos de lazer com eles.

O que valorizava as roupas coloridas de Mohamed frente a mim e os outros membros não subsaarianos da ASPM era obviamente seu exotismo; o fato de serem vestidas por um imigrante subsaariano conferia-lhes legitimidade a ambos, às roupas e ao portador. Entretanto, valorizar tanto a roupa “exótica” quanto a roupa com que costumava se apresentar – e , de fato, era muito comum os membros *blancos* fazerem elogios pontuais à vestimenta dos imigrantes subsaarianos nas reuniões da ASPM – parecia pôr em relevo o trânsito que Mohamed, neste caso, era comumente capaz de fazer entre a Espanha e o Senegal.

Os frequentes elogios à vestimenta - “¿Que guapo que estás hoy!”-

pareciam, mais do que referir-se a uma forma de ser dos subsaarianos, a uma forma de apropriar-se de sua estada em Madri. Recuperar a roupa típica de seu país acrescentava valor ao fato de saber se vestir bem ao estilo madrilenho. Ao alternar, acrescentava valor a ambas as formas de vestir. Mohamed, um rapaz muito bem quisto por todos, sabia expor o lado bom de lá e de cá. Este “*nuevo vecino*” (2.3.9.4), trazia para nos sua cultura para compartilhá-la conosco.

Isso tem vários pontos em comum com a linha de discurso positivo acionado atualmente pela “*Comunidad de Madrid*”, da forma como o traz o Pfr. Tshitshi (6.1.3). Acolher localmente estes novos moradores vendo neles a capacidade do trânsito transnacional, enfatizando os benefícios de sua chegada para todos. Entretanto, é um trânsito visto desde este lado, um discurso bastante positivo: “*el inmigrante paga impuestos*” é portanto um bom cidadão. Na ASPM: O imigrante faz de sua vida em Madri algo bom, para ele e para nós, e o demonstra vestendo-se bem, mostrando que é possível manter uma boa aparência em Madri. Não é por nada que, como disse alguns parágrafos acima, todos os imigrantes que fazem parte da associação e de toda rede do Ferrocarril Clandestino destacam-se por saber comportar-se muito bem, são educados e respeituosos.

Eles têm uma “cultura” e nos trazem exemplares agradáveis dela; nós os recebemos e nos deleitamos. Nas festas da ASPM e do Ferrocarril Clandestino há sempre alguma bebida de algum dos países subsaarianos, não alcólica, deliciosa, feita artesanalmente, e apresentada pelos encarregados do bar. No fim das três festas das que participei, a quantidade de garrafas e latas de cerveija vazias superava amplamente os copos plásticos onde fora servida a bebida.

A cultura local é também a pauta nas relações de gênero na ASPM e no Ferrocarril Clandestino. O lado “*blanco*” está composto por homens e mulheres, o lado “*negro*” somente por homens, já que a migração subsaariana é majoritariamente masculina; duas imigrantes marroquies faziam também parte da ASPM.

As relações de amizade ou camaradagem entre homens negros e

mulheres brancas nunca pareceram ser um problema, e nenhum conflito observei que estivesse relacionado a lugares sociais de homens e mulheres, e, apesar de a divisão de papéis por gênero ser recorrente quando se fala sobre as culturas de base religiosa muçulmã, esse assunto nunca foi levantado, nem mesmo mencionado, nas reuniões nem nos passeios e momentos de lazer de que participei. Se algum estranhamento existe por parte dos imigrantes subsaarianos ele se dissolve imediatamente na convivência com os membros do Ferrocarril Clandestino.

A cultura do “outro” entre nós é apreendida no ar, por um momento degustada; o espaço de cultura onde a recebemos é o nosso território, com as nossas relações de equidade entre homens e mulheres, o nosso esforço militante e nosso cotidiano entretido nas calçadas e nos umbrais das portas. O lugar onde esta cultura outra se esvaecerá até resurgir novamente também é o nosso domínio.

O que é, então, que mantêm a coesão na ASPM e no Ferrocarril Clandestino? A capacidade de Mohamed –lembrando que esse foi o nosso exemplo de partida– de trazer sua “cultura” pontual, esporadicamente e nos termos que se espera que o faça, para o interior desse espaço não fala tanto de cultura no sentido étnico, senão dos saberes implícitos naquela “cultura da classe”. É isso que o saber comportar-se significa: quais elementos da própria cultura podem ser apresentados à cultura abrangente e dominante, mantendo a distância segura que permite a convivência.

Por que aqueles imigrantes subsaarianos e árabes e não outros faziam parte da ASPM tem a ver com a pertença ao bairro, mas também com essa cultura de classe, esse *habitus* no sentido que Bourdieu dá ao termo. Como já mencionei, nenhum dos membros brancos ou imigrantes da ASPM nem do Ferrocarril Clandestino parecia ter recursos materiais suficientes; a falta de dinheiro era um tema recorrente. Entretanto, todos brancos e os imigrantes mais próximos especialmente, sabiam circular naquele meio e participar dos debates e a língua que ainda não dominavam totalmente não chegava a ser um grande obstáculo.

É por esse motivo também que poucos imigrantes latino-americanos

faziam parte do Ferrocarril Clandestino e da ASPM. De fato, havia uma antropóloga uruguaia e uma estudante mexicana que participavam do Ferrocarril Clandestino, assiduamente, e poucos outros que o faziam mais esporadicamente. Embora um dos membros propusesse uma maior aproximação com os imigrantes latinos e eu tenha insistido no assunto mais de uma vez, isso não aconteceu até agora.

Pensando nesta perspectiva, uma aproximação mediada por uma tradição e uma língua em comum teriam colocado as questões de classe em evidência. A América Latina é a Espanha atrasada, pobre, e indolente. Como lembra a letra de “*La otra España*”, canção popular espanhola gravada pelo grupo vocal *Mocedades* em 1975, e que fala de viajante marujo:

[...]
de su capa hizo un poncho,
de su guitarra um charango
de su tierra, otra mar
Eres la otra España,
La que huele a caña, tabaco y brea
Eres la perezosa, la de piel dorada
La marinera.
[...]

Existe um discurso dentro da ASPM contrário à visão de Espanha como um país europeu. Nesse contexto de forças a favor e contra essa identificação com o resto de Europa, a relação da Espanha com suas ex-colônias é um fator importante, e é nesse contexto de forças também que a ASPM se insere como mediador em Madri. Portanto, assumir esse discurso contrário à Espanha europeia como um posicionamento fixo e independente das forças que atravessam e moldam as percepções de si mesmo e do outro seria uma falácia, e pensar que ele não contribui para formar o perfil de classe e cultural da associação seria desconsiderar que a ASPM, assim como todas as organizações de mediadores, está formada por pessoas vivendo em um contexto específico.

Mas há também um limite superior no que respeita à classe, e arrisco

dizer que a dificuldade a aceitar pesquisadores passa também por ali. De fato, muitos são pesquisadores dentro da ASPM e todos o sabem, embora não seja explícito. O fato de estar em Espanha como pesquisador financiado por uma agência do Estado brasileiro prevaleceu sempre sobre a identidade de ex imigrante indocumentado que fiz questão de apresentar sempre, e, entre brincadeiras e frases não tão sutis, fui, em repetidas ocasiões, apontado como “*world class*” e como alguém que não precisava se preocupar com dinheiro. Por sinal, nada mais longe da verdade.

Portanto, a classe é o elemento agregador na configuração da ASPM e do Ferrocarril Clandestino. Nesse contexto marcado pela identidade de classe, a cultura do “outro” aparece como um elemento admissível e apreciado, na medida em que esse “outro” partilha das nossas normas de comportamento. Normas essas que não dizem respeito apenas às boas maneiras e à flexibilidade ou capacidade esperada no outro de transitar em direção à nossa cultura. Diz também respeito a um posicionamento frente à realidade envolvente. A crítica social e a militância fazem parte do *habitus* de classe média intelectualizada, politicamente descontente e com escasso capital econômico que permeia a ASPM e o Ferrocarril Clandestino.

É necessário ter determinados elementos conceituais para pensar o mundo, aqueles elementos que só uma educação minimamente sofisticada pode oferecer. Sendo o *habitus* de classe o elemento agregador, é também aquele que marca os limites. Em torno de 20 imigrantes subsaarianos participam das assembleias da ASPM, um número muito pequeno se comparado à quantidade de imigrantes do bairro de Lavapiés.

A denúncia do racismo explícito e concreto é o principal combustível da militância. Ser “*negro*” faz parte dessa cultura do “outro”, o *negro* é sempre o “outro”; o “outro” por quem se luta e quem dá sentido à nossa existência: “*Nosotros hacemos todo esto y ellos no vienen a la asamblea*”, reclamou um dos membros durante a crise de participação que mencionei acima.

No discurso cotidiano dos membros da ASPM, raça é aquilo que acontece; a raça é o racismo das *redadas*. Porém, ao olhar o manejo das categorias e tentar entender as configurações que resultam, a raça na ASPM

aparece como uma forma de alteridade que é arrancada do “outro” para ser acionada no discurso anti-discriminatório. O efeito colateral de assumir essa luta em nome do outro é o “branqueamento” desse “outro”, a redução de suas manifestações culturais de forma que caibam dentro da cultura dominante, alicerçado em sua capacidade e desejo de se movimentar em direção à cultura abrangente e dominante que seu *habitus* de classe e a educação formal que vem com ele conferem-lhe.

A ASPM e o Ferrocarril Clandestino foram recolocando-se questões sobre seu papel e funcionamento de uma forma bastante dinâmica, se considerarmos o pouco tempo desde sua criação e o curto da minha estada como membro e pesquisador.

Se, por um lado, buscava-se o empoderamento dos imigrantes, como era lembrado com frequência nas reuniões e assembléias, por outro, práticas persistiam que não eram condizentes com essa ideia. A noção de um “*nosotros*” e um “*ellos*” permeava as reuniões, mas apontava para uma dissolução; o que trouxe à luz a necessidade de abrir mão da palavra e do comando em favor do empoderamento dos imigrantes foi justamente o medo de que estes deixassem de participar. Nesse sentido, o grupo soube refletir sobre sua postura, algo não tão comum entre as organizações de mediação. Naquele período de sete meses e meio que participei da ASPM e do Ferrocarril Clandestino, pude observar uma intenção genuína de criar esse “*otro mundo*”, algumas mudanças em direção à autonomia dos imigrantes dentro do coletivo convivendo com reminiscências de uma percepção ¿colonialista? desse mundo que agora se nos apresenta na porta de casa.

CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

A proliferação de organizações de acolhimento a imigrantes e de agentes portadores de um conhecimento e uma voz sobre as migrações, junto com a intervenção constante dos meios de comunicação e o posicionamento

de personagens da política local, nacional e regional configuram o fenômeno migratório na cidade. As situações do cotidiano, a crise econômica que iniciou em 2008, as *redadas*, as reformas da Ley de Extranjería, a reforma do Código Penal, os encarecimentos no CIES, a aplicação das leis de direitos autorais e o uso dos espaços públicos, as pressões da UE e a percepção do imigrante nacionalizado como um possível votante fazem com que o fenômeno migratório seja visto como uma questão política.

Nesse contexto, as organizações de mediação no sentido lato, ou seja, incluindo também associações, emissoras de rádio, programas de estudo e pesquisa, ajudam a fazer do fenômeno migratório um fenômeno que envolve, de alguma forma, o conjunto da sociedade.

As organizações de mediação da sociedade civil organizam-se em redes, a maioria delas de abrangência nacional ou transnacional, como aquelas vinculadas à igreja católica. A pertença a uma entidade maior é o que permite que tenham acesso a financiamentos e subvenções estatais. Contudo, não podemos ignorar que também, como vimos, há uma constante busca por parceiros baseada em formas de identificação. Há também aquelas organizações que não recebem nenhum tipo de ajuda econômica, como APLA e as organizações do Ferrocarril Clandestino.

Aquelas que recebem financiamentos estatais tendem a manter discursos institucionais mais moderados e próximos ao “discurso mediador”, mesmo que os sujeitos membros que as compõem adotem posturas diferentes. Contudo, o racismo dos agentes do poder público, as detenções injustificadas e os maus tratos no CIES fazem parte dos discursos de denúncia de quase todas as organizações.

Existe um trânsito de pessoas entre as organizações que não se restringe à pertença à mesma rede. É isso que acontece entre CEAR e FERINE, entre a ASPM e San Lorenzo e Minka e Las Teatreras; todas pertencem a redes diferentes, mas há um intercâmbio de experiências entre elas que tem como base o trânsito de sujeitos individuais entre uma e outra. Assim é que surgem personagens claves no cenário da mediação.

Para além da constituição em redes, as diferentes organizações atingem públicos diferenciados. Ainda quando uma organização se propõe diversificar o público que a frequenta, dificilmente consegue mudar seu perfil fortemente pautado pelo tipo de migração, considerando que a origem dos imigrantes encaixa dentro de estereótipos de ordem ética e principalmente estética com os quais as organizações e associações dificilmente conseguem romper. Nesse sentido, a maioria das organizações acaba reproduzindo os preconceitos de origem que procuram combater.

Por haver me concentrado nas organizações do Ferrocarril Clandestino e na ASPM em particular, pude entender melhor como funciona as problemáticas envolvendo classe e raça nessa organização. A relação com o bairro emergiu também como uma questão importante, marcando a importância da territorialidade em face às mudanças que vêm ocorrendo na cidade posteriormente ao ingresso da Espanha à UE

Em Madri, então, o universo da mediação caracteriza-se por sua conexidade. Organizações atuam e se movimentam dentro e entre redes de abrangências diversas. A Red Séfora, A Red Acoge, A red do Ferrocarril Clandestino, a Federación FERINE, a Federación CEAR e a Federación Mujeres Progresistas são as mais conhecidas, além da Igreja Católica.

Em meio a isso, destaca-se a atuação de sujeitos individuais –sujeitos “curinga”- transitam entre organizações e redes e, o que de alguma maneira faz com que os discursos sobre a migração “vazem” dos contextos da mediação, transitam também entre espaços urbanos que propiciam os debates sobre questões sociais e culturais. Outros sujeitos que não pertencem a nenhuma organização, como o advogado Jacinto Morano, também circulam entre esses espaços, possibilitando um intercâmbio de experiências e saberes. A experiência de imigrante e de imigrante/ativista está em diálogo constante entre organizações de mediação, instituições de pesquisa e estudo. Além disso, outros registros interpelam e penetram o campo de debate das migrações. As questões de ocupação do espaço público, acesso a serviços, direitos de autor e vários outros, unidos ao intenso trânsito de saberes que decorre dos encontros entre a academia, o universo variado da mediação, os meios de

comunicação e as instancias estatais, fazem com que a imigração acabe se tornando um campo de debates caracterizado pela sua polifonia.

Considerando isso tudo, o que mais chama a atenção no contato com as organizações de mediação é que, independentemente do lugar de onde elas falem, os discursos sobre o tema variam dentro de parâmetros bastante previsíveis. Isso ocorre também em Buenos Aires, com a diferença de que, em Madri, esse leque de possibilidades de discurso é mais amplo. Fala-se mais coisas sobre as migrações do que em Buenos Aires e muito mais do que em Porto Alegre, como podemos ver no capítulo 2 dos mapas dos discursos migratórios. Cabe indagar, então, sobre qual é comparabilidade possível entre eses campos de observação. Mais do que uma maior ou menor visibilidade, a presença maior ou menor de mediadores nos revela esses outros aspectos que apareceram nos capítulos 4, 5 e 6.

Dois aspectos se destacam do trabalho de campo em Madri. Um deles é que nessa cidade, e também pelo que pude observar indiretamente, no contexto europeu em geral, fala-se das migrações a partir de ângulos que, aparentemente, não se constituem como temas migratórios mas que fazem parte do fenômeno migratório em função dos lugares que a migração ocupa na conjuntura social. Questões então como o trabalho doméstico, os problemas derivados de lei de direitos autorais, a concentração da economia espanhola no setor da construção civil, as reformas pelas que a cidade está passando supostamente decorrentes da entrada do país à UE, as questões de gênero, a ocupação dos espaços públicos, todos eles são lugares a partir dos quais também se pensa o fenômeno migratório em Madri. O fenômeno migratório em Madri é, fundamentalmente, um fenômeno político que abrange uma variedade de discursos com os quais se entrelaça.

O segundo aspecto é que o imigrante é alguém que precisa estar sob controle. Este aspecto também pode ser encontrado nos dois contextos anteriores de pesquisa, embora com uma ênfase menor. Tanto o controle “evidente”, exercido pela policia nas ruas ou pelas exigências burocráticas como aquele mais sutil que está presente nas formas de discurso sobre as migrações. Embora eu não tenha me debruçado sobre este aspecto nesta tese,

os discursos sobre migrações em Madri, assim como em Buenos Aires, passam com muita frequência por uma questão de quantificação. Procura-se com frequência entender as migrações através de números absolutos e porcentagens, a quantidade de migrantes por origem, por faixa etária, em relação às vagas nas escolas e aos índices de desemprego. A noção de “feminização das migrações” é muito recorrente em Madri, e, junto com ela, os debates sobre o trabalho doméstico, o uso do véu islâmico, as questões de empoderamento das mulheres e a violência doméstica, entre outras, dizem respeito a formas de controle e visibilidade pautadas em dados quantitativos e as formas de interpretá-los⁸⁴.

Organização/entidade	Tipo	Interlocutores
<i>Oficina de información y orientación para la integración de los inmigrantes</i>	Agência estatal do Ayuntamiento de Madrid	Ana
CASI	Agência estatal da CAM	_____
Observatorio de las Migraciones	Agência da CAM	
IMEDES	Instituto de Pesquisa da Universidad Autónoma de Madrid	Pfr. Gimenez e Pfra. Liliana Suárez
EPIC	Instituto de Ensino Superior em migrações da CAM	Pfr. Tshitshi

⁸⁴ Dois debates com perspectivas diferentes sobre a feminização das migrações podem ser encontrados nos textos de Roberto Marinucci (2007) e de Ana Inés Barral (2005). Enquanto que o primeiro busca trazer dados quantitativos para pensar a feminização das migrações, a segunda nos traz uma reflexão sobre como as formas de pensar o trabalho feminino estão se transformando e, dado que as migrações são sempre pensadas em termos de trabalho produtivo, as mulheres estão, de alguma maneira, passando a ser consideradas imigrantes e não apenas as companheiras de trabalhadores migrantes.

FERINE	Federação/Delegação madrilenha	Sandro, Ricardo e outros
CEAR	Federação / ONG	Sandro, Ricardo, Yandira, María, Gervasio, X
ENTRE IGUALES	Associação	Gervasio
ACOGE	Rede / ONG (disidente da Igreja Católica)	Degoña
APLA	ONG	Mapi e outros
MUJERES PROGRESISTAS	ONG / Federação	Eva e Isabel
SOLIDARIEDAD SIN LÍMITES	ONG / Federação	Mara
MINKA E LAS TEATRERAS	Rede / ONG e grupo de teatro	Lilly e Alícia
SAN LORENZO	Entidade da Igreja Católica	Maite e Sagrario
ADESEDO	Associação	Leonora, Carlos
FIESTA FM	Emissora de rádio	Sandra
LATINA STEREO	Emissora de rádio	Eugênia
FERROCARRIL CLANDESTINO E ASPM	Rede e associação	Pepe, Javier, Álvaro, Ethel, Mohamed, Eva e outros.

7 – APROXIMANDO CONTINENTES E CIDADES: SUJEITOS SOB CONTROLE

Neste capítulo, vou refletir sobre as relações de poder e controle em que os imigrantes vêm-se submersos. Inicialmente pensarei como as reflexões de Ong, Foucault e Bourdieu nos ajudam a entender como o poder legitimado do Estado e de alguns agentes sociais costuram um tecido social baseado na manutenção e transferência de “capitais”. Nesse contexto surge o sujeito “otimizado” como paradigma/exceção, dentro de contextos já não apenas de classe, senão de uma sociedade compartimentada segundo origens nacionais, gênero, situação no mercado de trabalho, etc.

A partir dos três contextos de pesquisa, podemos refletir sobre como o controle sobre o imigrante é exercido, através de intermediários, redes de organizações e saberes, moldando fenômenos migratórios diferenciados que nos permitem contrastá-los.

7.1 ESTADO, MERCADO, AGENTES SOCIAIS E SUJEITOS INDIVIDUAIS

No capítulo I apontei que o universo conceitual que orienta o estudo das migrações contemporâneas inclui atualmente termos e expressões que não faziam parte dos estudos migratórios anteriores. Isso equivale a dizer que não podemos desvincular os estudos sobre migrações das transformações nos modelos sociais e econômicos que tiveram lugar nas últimas décadas. As perspectivas de desenraizamento, inserção, das identidades de classe e étnica no deslocamento não esgotam a complexidade e diversidade dos processos de subjetivação que se desenvolvem mesmo dentro de áreas geográficas pequenas. Como apontei em 1.1, a busca por teorias para o estudo das migrações leva por caminhos diversos, mas uma teoria geral, uma perspectiva que abranja todas as fases do fenômeno migratório, seria impossível e indesejada.

Supostas homogeneidades localmente identificáveis esfacelaram-se em torno de adaptações particulares do global, configurando formas de constrangimento social que não podem mais ser encaixadas dentro de uma dicotomia Estado-sociedade. Portanto, incluir os inúmeros mediadores que atuam entre imigrantes e políticas de Estado se faz necessário.

Não quero dizer que todas as formas de constrangimento a que os indivíduos estão sujeitos hoje sejam decorrentes da chamada “nova ordem mundial” e do protagonismo do chamado “terceiro setor”. Quero dizer sim que as transformações ocorridas nas últimas décadas incitaram novas perspectivas para pensar o social as quais, por sua vez, levam-nos a refletir sobre as novas e as não tão novas formas de constrangimento que incidem sobre os sujeitos cidadãos e não-cidadãos. Os constrangimentos já existentes, decorrentes da relação entre o poder estatal e os sujeitos, adquiriram novas configurações com a entrada em cena de novos atores sociais, mas também adquiriram densidade e complexidade na medida em que o conceito de “liberdade”, cada vez mais atrelado à experiência individual, é tensionado pelo interesse que desperta o “lado obscuro” dessa suposta liberdade, distribuída de forma desigual.

Em “Experiments with freedom: mileius of the human”, Aihwa Ong (2006) aponta para a existência de duas categorias ideais de liberdade individual no contexto do neoliberalismo: uma liberdade “positiva”, que relaciona o indivíduo ao Estado e o coloca na posição de demandante de sua proteção e de um tratamento igualitário em relação aos outros indivíduos e uma liberdade “negativa”, que libera o indivíduo do âmbito de influência do Estado, lhe garantindo liberdade de expressão, de movimento e de ação, ou seja, a capacidade de exercer a agência. Neste último pode ser incluída a liberdade de exercer as práticas neoliberais autônomas através das fronteiras. Esses dois tipos de liberdades individuais se articulam de formas diversas nos diferentes contextos. Portanto, as três cidades aqui observadas nos remetem a formas diversas de atuação do “terceiro setor” frente às práticas neoliberais.

Ong chama de “romântica” a forma como a problemática do deslocamento têm sido abordadas pela maioria dos autores pós-coloniais. A

ênfase tem sido colocada na liberdade de ir e vir através das fronteiras e na existência de redes transnacionais como propiciadoras da realização da liberdade de buscar uma vida melhor independentemente das configurações nacionais. No entanto, para a autora, o que realmente estaria havendo é uma retração `por parte do Estado de atender às necessidades da população, acompanhada de um incentivo a que os sujeitos ajam independentemente, buscando uma realização própria longe da proteção estatal. O ato de governar, conforme a autora explicita no artigo mencionado, cada vez menos implica um exercício de regulação da vida dos sujeitos –a biopolítica– e mais um incentivo à autorealização baseada no que ela chama de ético-política (Ong, 2006).

Em “transnationalism as exception “, Ong denomina de “otimização” essa busca de realização através da ético-política. Considero que a “otimização” é também uma forma de regulação. Como ela mesma o faz na última obra citada, baseio-me na ideia de que é através desse favorecimento dos sujeitos elegíveis à inclusão e de uma rede de organizações e saberes que toda forma de poder legitimado banaliza divisões sociais como se a sociedade fosse reconhecida em parcelas prontamente distinguíveis. Porém, isso se faz não mais excluindo pela fragmentação direta do corpo social senão estabelecendo parâmetros de elegibilidade compatíveis com princípios mercantilistas. O poder legitimado permite que alguns sujeitos conquistem sua inclusão enquanto os outros permaneçam relegados em seus nichos como “não-adaptáveis”.

Ao pensar a pertença e identificação de jovens africanos com lugares geográficos que eles mesmos denominam de “ghetos” Uriarte aponta as duas características desses lugares ou formas de identificação, disse a autora:

O gueto cumpre duas funções em relação à sociedade englobante: por um lado, a exploração econômica e, por outro, o ostracismo social. Ao mesmo tempo em que se isola um segmento da população considerado como contaminante, potencializa-se os benefícios econômicos obtidos desse grupo com sua reclusão e repressão. (URIARTE, Pilar. 2009. p. 232)

No caso desta pesquisa, trata-se de pessoas em situação de deslocamento, e o “nicho” ou “gheto” não está não fala de uma origem, mas falam igualmente de uma forma de segregação e pertença, na medida em que, como veremos no

capítulo 3, os discursos sobre a imigração identificam imigrantes com bairros de imigrantes, lugares de pobreza, oficinas de costura clandestinas e criminalidade.

Um variedade de agentes sociais –agentes dos direitos humanos- irão desenvolver ações que, embora em seus discursos reivindiquem as melhores intenções de promover a igualdade social através ações pontuais e políticas afirmativas baseadas na identidade dos indivíduos, têm como resultado a manutenção de uma coesão social, reafirmando a existência de indivíduos mais e menos humanos. Cabe, nesse sentido, procurar entender quais são as noções de indivíduo e de direito que cada agente maneja nos contextos específicos das relações de poder em que estão inseridos os sujeitos migrantes e os agentes de mediação, neste caso. Como lembram Fonseca e Cordarello:

Se os ativistas dos direitos humanos não mantêm um certo distanciamento em relação a esse jogo discursivo (as relações de poder dos contextos particulares que se expressam através de categorias semânticas expressas) correm o risco de manter programas que não apenas deixam de alcançar seus objetivos, mas, pior do que isso, produzem novas formas de exclusão. (Fonseca & Cordarello, 1999, p. 85)

A constante evocação do mercado como o único e inevitável agente regulador da vida social obscurece a percepção das variadas apropriações que dele e do neoliberalismo se fazem em situações e regiões diferentes e incita reações defensivas que nos impedem perceber que, de alguma forma, pautamos nossas vidas pelas suas exigências. Uma carência na forma como o conceito de mercado é utilizado dificulta que percebamos sua capacidade de penetração de tais exigências. Fala-se do mercado como pertencente exclusivamente ao âmbito das transações comerciais, com resultados mensuráveis apenas em termos de capital econômico.

Em “A distinção” Bourdieu (2007) nos fala de como as diversas formas de capital – social, econômico, cultural, etc – são transferíveis e convertíveis umas nas outras. Aihwa Ong (1999), diferentemente de Bourdieu, sustenta que só o capital econômico é capaz de se transformar em outras formas de capital.

Atenho-me à noção de transferência de capital em todos os sentidos, como na visão de Bourdieu, para, com base nisso, pensar o conceito de mercado. Considero o mercado todas as formas de relações sociais baseadas na tentativa de incrementar os diversos capitais. Isso permitiria entender a “otimização” como uma forma de controle e ingerência na vida dos indivíduos que mais do que girar em torno de interesses econômicos, aplica a lógica da economia a todas as áreas da vida dos indivíduos. Assim, “otimizar-se” é o único caminho para o acúmulo de capitais e ser “flexível” a forma de transformar um tipo de capital em outro.

Adotei, desde o início desta tese, uma perspectiva foucaultiana, na qual o controle que é exercido sobre os sujeitos, e no caso os sujeitos migrantes, não está monopolizado nas mãos de um agente único. Segundo as orientações de Ong (1999) nem mesmo nas mãos do Estado, uma vez que existem redes de ativistas e mediadores capazes de participar e que são conclamados a ocupar espaços de intermediação e impelidos a buscar recursos não disponíveis no Estado. No contexto do surgimento de uma multiplicidade de atores sociais, cada um com suas competências e com seus poderes de barganha, o conceito de “otimização” é central para pensar a construção da subjetividade e das formas de controle social. Veremos, neste capítulo, como as experiências de subjetivação do controle vividas pelos sujeitos migrantes são o resultado tanto da imposição dura e bruta do controle da mobilidade gerenciado pela burocracia quanto da imposição da necessidade de otimizar-se e conformar-se a padrões predeterminados de conduta, a qual resulta, por sua vez, na capacidade maior ou menor de forjar um lugar de negociação desse comportamento idealizado.

Partindo desse princípio, pensar o controle do *status* migratório exercido pelo Estado separadamente de outras formas de controle ao qual os indivíduos estão sujeitos obscureceria a capacidade de compreender que também as relações de poder geram e vinculam situações. Não pretendo, com isso, dizer que todas as formas de poder confluem ou se legitimem nas instâncias burocráticas do Estado que conferem ou não legalidade ao imigrante.

Quero, então, ampliar a percepção da fluidez das diversas formas de

exercer o poder sobre os sujeitos migrantes, as quais transitam entre as diversas áreas da vida social, revelando a capilarização desse poder e evidenciando também uma tensão constante entre a manutenção e ampliação de lugares de enunciação sobre o imigrante e a fluidez dos discursos que a partir desses lugares são proferidos.

O trânsito de pessoas e de ideias entre os diferentes setores da sociedade faz com que os discursos não se amarrem a lugares fixos de enunciação, gerando tensões internas a esses lugares de discurso que podem ou não propiciar sua reformulação. Dessa forma, seria muito arriscado afirmar a existência de uma correspondência entre um tipo de agente e uma modalidade de discurso e controle. Há uma diversidade de agentes atuando em cada contexto observado.

Veremos, na sequência, as formas como este sujeito supostamente flexível é também alvo de políticas de controle e de otimização, contrariando qualquer identificação entre flexibilidade e a ideia de liberdade.

Portanto, observo os três contextos de campo examinando a atuação dos mediadores e suas táticas políticas.

7.2 – FRENTE A FRENTE: O ESTADO E O IMIGRANTE

Vou refletir agora a partir de duas formas de encontro entre os migrantes e o Estado, na tentativa de desvendar os jogos de poder que se tecem nelas. Veremos que a burocracia é uma forma de controle pelo Estado mas não a única. Meu trabalho de mestrado⁸⁵ foca o pleito por documentos, mas nesse momento me vi impelido a ampliar meu foco e incluir os inúmeros intermediários que buscam preencher as demandas dos imigrantes e, simultaneamente, demandam atitudes pró-ativas dos mesmos imigrantes. A “burocracia” compartilha e disputa o espaço do controle com uma variedade de elementos simbólicos criados a partir de um entendimento compartimentado da

⁸⁵ “Identidade não é documento: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações conemporâneas” (Etcheverry, 2007)

realidade.

Veremos também que esta interação entre o imigrante e o Estado leva a um aprendizado e apropriação das formas de negociação por parte do primeiro, auxiliado frequentemente pelo convívio com seus pares e, principalmente, pela ação dos mediadores, que instigam também atitudes pró-ativas dos imigrantes como empreendedores.

7.2.1 Um diálogo desigual

A diferença entre as antigas políticas de “assimilação” dos imigrantes à sociedade de acolhida e as políticas de “otimização” a que me refiro acompanha a transformação nas formas de perceber as sociedades chamadas de “ocidentais”. Quando o estado-nação era percebido pela literatura sociológica também como uma unidade indissociável e homogênea, a opção do recém chegado era viver como imigrante estrangeiro até que o tempo e a descendência o incorporassem ao panteão dos personagens constitutivos da nação. O Brasil e a Argentina são dois casos exemplares disso. A integração dos imigrantes à sociedade de acolhida dava-se pela assimilação do imigrante, e como o próprio termo o indica, a vontade do imigrante ficava fora desse processo; não é possível “se assimilar”, somente se pode “ser assimilado”. Hoje, que a unidade do estado-nação está sempre em questão, que se fala em estados “multinacionais”, e que as sociedades tendem a ser esfacelar agrupando-se em torno de identidades étnicas, sociais, de classe, de bairro, políticas, de gênero, etc, as formas de integração implicam o acionamento de uma identidade diferenciada que se encaixe nas categorias prefixadas a partir de um entendimento local da diversidade, entre a folclorização e a etnificação do “outro” e um processo de adaptação extremamente mediado por inúmeras organizações não-governamentais.

Isso implica a necessidade do imigrante de se definir perante o local nos termos do local a fim de poder levar adiante uma comparação ou contraste; assumir como próprias as categorias dos agentes legitimados para conduzi-lo

nessa readaptação.⁸⁶

Nos onze meses que estive na Espanha, fui detido pela polícia quatro vezes. Em todas as quatro ocasiões, minha indumentária era semelhante; acostumo vestir roupas casuais, carregar uma pequena bolsa de tiracolo ou mochila, óculos de receita, cabelo medianamente longo e barba. No entanto, ao ver minha carteira de estudante emitida pelo estado espanhol para esse período, minha nacionalidade uruguaia e minhas intenções foram questionadas pelo agente de polícia. Nas três primeiras situações, os policiais me perguntaram o que fazia no país, onde e o que estudava, sendo que todas essas informações estavam explícitas na carteira de identidade que eles tinham na mão. Perguntaram também se carregava armas ou drogas, pediram que abrisse minha bolsa. Na quarta ocasião, que teve lugar frente ao monumento a Cristovão Colombo, no centro turístico da cidade de Barcelona, o policial pegou minha carteira de identidade e zombou: “*Entonces tu eres uruguayo*”, chamou uma agente que estava com ele na viatura e disse “*Él dice que es uruguayo*”. Ela não pegou o documento nas mãos; olhou de longe. Mais dois agentes se aproximaram e o primeiro ensinou-lhes também minha carteira de identidade. Olhei para a agente enquanto os outros três falavam e perguntei: “*¿Cuando fue contruido este monumento a Cristoval Colón?*”, simultaneamente puxando minha câmara fotográfica do estojo prendido ao cinto. Foi então que o primeiro agente me devolveu a carteira de identidade.

Na minha visão, eu poderia ser qualquer estudante da minha geração e origem. Já na do agente de polícia, uma série de sinais difusos me colocavam em outras categorias; a minha cor de pele e traços eram reservados para os *árabes* e a mochila poderia significar que eu era vendedor de CDs pirata, já que é isso que os imigrantes clandestinos árabes fazem; uma carteira de identidade de estudante sul-americano desafiava essa categoria. Foi só quando acionei uma identidade de turista interessado em monumentos que

⁸⁶ As categorias censitárias do Brasil são um exemplo claro disso: branco, preto, pardo, índio e amarelo constituem o leque de categorias raciais e étnicas pensáveis. Quem não se encaixa dentro de uma delas terá que escolher uma dentre as cinco, pois nem sequer a categoria “outra” existe.

consegui sair da categoria que o policial se esforçava em me colocar e encaixar-me em outra que ele também conhecia.

A figura do imigrante termina sendo quase sempre o resultado de uma superposição de categorias rígidas em certo sentido e negociáveis dentro de certos limites. Em “Cartographies of Diaspora”, Avtar Brah (1996) leva a pensar na força das classificações que leva à necessidade de encaixar os sujeitos em determinadas classificações que nem sempre correspondem às percepções dos sujeitos em deslocamento, mas que, no fim das contas, são assumidas como próprias a fim de poder estabelecer um diálogo com qualquer instância superior, seja ela o Estado ou uma organização que, supostamente, deve representá-lo, como é o caso dos mediadores e dos policiais em uma abordagem de rua. Para ela, o oficial da embaixada britânica na Uganda exigia que Brah escolhesse entre se declarar ugandesa ou paquistanesa, tendo que escolher entre um fenótipo que a denunciava asiática e uma história de vida que a ligava a ambas as nações, e isso implicava ter que renunciar imediatamente a uma pluralidade de experiências que a constituía enquanto sujeito particular, para poder dialogar com uma instância burocrática incapaz de lidar com a ambivalência do “outro”.

7.2.2 – burocracia e documentos

Um outro aspecto desse diálogo desigual refere à irregularidade do sujeito imigrante. É comum hoje escutar que os estados facilitam o fazem a vista grossa à entrada de imigrantes de forma irregular quando o mercado de trabalho interno precisa deles, e que se espera que eles voltem aos seus países quando as circunstâncias são outras. Esse argumento é comum, sobretudo por parte dos mediadores, quando se trata de pensar e defender a humanidade dos migrantes.

Aihwa Ong (1999) nos leva a pensar como o recurso de portar múltiplos passaportes, a possibilidade de obter uma cidadania do país de chegada, e todas as formas de adaptação das burocracias estatais às exigências da

transnacionalização da produção de bens de consumo têm resultado em uma flexibilização do conceito de cidadania, tanto por parte dos migrantes como por parte da literatura sobre o tema. A cidadania estaria cada vez menos atrelada a um lugar de nascimento e pertença e teria se tornado instrumental nas tentativas de acúmulo de capital material e social (ONG, 1999, p. 6). Semelhantemente, em seu estudo sobre os migrantes palestinos no sul do Brasil, Jardim (2003) mostra como a posse de vários passaportes faz parte de um universo de possibilidades de circulação que se apóia nas redes de parentesco transnacionalizadas. Nesse sentido, a posse de vários passaportes redundava em um aumento do capital social frente aos outros membros da própria coletividade e aos locais não-palestinos.

Na obra supra citada, Ong nos leva a pensar também nos limites dessa flexibilização. Como aponta a autora, nem todos se beneficiam igualmente das facilidades de mobilidade nem da capacidade de acionar recursos simbólicos. A compressão espaço-tempo que muitos autores, especialmente Appadurai, têm entendido como característica da flexibilização, não escapa às lógicas político-econômicas. Se a flexibilização é uma característica dos mercados e dos estados frente a eles, em que medida a flexibilização não é, em si mesma, um limite?

Foucault (2007) aponta como o indivíduo “flexível” acumula maior capital social e tem um maior número de possibilidades ao seu dispor. Sendo ela também uma qualidade apreciável dos sujeitos adaptados às mudanças sociais, ela é também um dos objetivos das políticas explícitas de otimização.

Em princípio, poderíamos pensar que o migrante é o sujeito flexível por excelência, na medida em que teve a disposição de trocar de habitat e de enfrentar os desafios de criar um novo espaço em uma sociedade que desconhece. Entretanto, como aponta Ong:

“ ... the nation-state – along with its juridical-legislative systems, bureaucratic apparatuses, economic entities, modes of governmentality and war-making capacities – continues to define, discipline, control and regulate all kinds of populations, whether in movement or in residence” (Ong, 1999, p. 15).

O sujeito deveria ser flexível para se ajustar às necessidades do “mercado”; deveria poder se deslocar geograficamente para cobrir vagas de trabalho. Mas, assim como o deslocamento não é meramente geográfico, a flexibilização vai muito além da capacidade de transitar entre países. Os sujeitos devem aprender a lidar com as burocracias, fazendo de si mesmos aquilo que, em situações pontuais, se exige.

Os Estados regulam a partir de lugares de poder muito distantes dos balcões de negociação. Isso quer dizer que os mediadores são melhor compreendidos não somente como terceirizadores do Estado, mas como manejadores de discrepâncias. O imigrante mais do que o agente da burocracia é quem deve entender e aprender a lidar com as formas de transmissão do poder do Estado, já que é ele o interessado em que a relação com o agente da burocracia redunde em uma situação que lhe seja favorável⁸⁷.

John Torpey (2003, ps 21 - 46) demonstra, em um estudo histórico sobre a invenção do uso de passaportes, como o monopólio estatal do direito a autorizar e a controlar a circulação de pessoas é inerente à própria formação dos estados desde o colapso do absolutismo. Segundo ele, as tentativas de estabelecer o monopólio desse controle envolveram, ao longo da história, vários aspectos que se reforçam mutuamente: a codificação de leis que estabelecem quais tipos de pessoas podem circular no interior de cada estado e atravessar suas fronteiras, os lugares por onde essa travessia pode ser feita, sobretudo, a identificação sem ambiguidades de todas as pessoas. Para isso foi necessário criar documentos reconhecidos mutuamente por burocracias destinadas a implementar esse regime de identificação, o qual inclui desde documentos para identificação dos nacionais até passaportes que permitem a circulação entre estados e, com crescente frequência atualmente, medições biométricas e tecnologias de identificação e singularização dos sujeitos.

Este controle sobre a circulação das pessoas que os emergentes estados-nacionais começaram a ter, e que esteve atrelado à emergência do

⁸⁷ Em “A documentação de estrangeiros no Brasil, seus caminhos e significados” mostro as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes na obtenção de documentos, e analiso o significado dos mesmos. O documento é uma das perspectivas através das quais os imigrantes avaliam sua experiência migratória (Etcheverry, 2007 p. 119-139).

capitalismo e da modernidade, não estava desvinculado do controle da produção de alimentos e, conseqüentemente, da assistência à pobreza. Esta última, que anteriormente à consolidação dos estados-nacionais era da alçada das organizações privadas e religiosas, passou às mãos estatais. Nesta perspectiva economicista que Torpey traz, o controle da população esteve desde o início atrelado ao controle da produção de alimentos, tanto quando nas mãos de municípios, cidades-estados, principados e organizações privadas e religiosas como, posteriormente, nas dos estados-nacionais. O autor mostra, então, como a emissão de documentos e a obrigatoriedade de possuí-los é um sinal da necessidade dos estados de ter o controle da população que devia administrar e suprir.

Dentre todas as formas de documentação, chama a atenção a quem chega a qualquer cidade europeia a importância do *empadronamiento*. Em 2.3.8 vimos o que é o *empadronamiento* e que ele tem significados diferentes dependendo de se ele é pensado na perspectiva do Estado ou na perspectiva do município. Salta aos olhos, entretanto, que ele é incorporado à vida dos cidadãos como um elemento básico da cidadania que permite o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, etc. Ninguém existe sem estar empadronado, ou seja, fora do controle e proteção do Estado. Empadronar-se é um direito e um dever, é o princípio básico de inclusão, trate-se de um nacional ou de um estrangeiro.

O fato de, em princípio, não requerer um *status* migratório legal para estar empadronado, bastando o passaporte implica, pelo menos, uma equivalência rudimentar perante o Estado, entre nacionais e não-nacionais. A ameaças de alguns governos municipais espanhóis de proibir o *empadronamiento* de estrangeiros em situação irregular (2.3.8) e de limitar o número de pessoas empadronadas em cada domicílio diz respeito a lhes negar e limitar o acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

Porém, o *empadronamiento* é a forma oficial de planejar políticas públicas e de provar a própria existência dentro do território nacional por parte dos sujeitos. Qualquer possibilidade posterior de regularização seria dificultada ou impedida pela falta de *empadronamiento* durante algum período da estada

no país. Em princípio, então, o controle da população – da população migrante, especialmente, - continua atrelado à posse e distribuição de recursos. O poder institucionalizado, seja ele o poder municipal ou nacional, tem o controle dos sujeitos e dos recursos a serem distribuídos entre eles. Vale-se de uma burocracia complexa para manter esse controle. O *empadronamiento* é a face mais visível de uma burocracia compartilhada entre nacionais e imigrantes.

No Brasil e na Argentina, os cidadãos nacionais não precisam registrar seu domicílio, mas as leis migratórias de ambos países determinam que o estrangeiro assim o faça. Isso, em princípio parece mais um elemento discriminatório, uma necessidade de colocar a vida do estrangeiro sob o controle do Estado em um ato de discriminação em relação aos nacionais. E, de fato, essas parecem ser suas intenções se levamos em conta o Estatuto do Estrangeiro no Brasil. Apesar disso, nem o estado brasileiro nem o argentino têm o controle preciso sobre onde o imigrante mora, pelo simples fato de que a maioria dos migrantes não declara onde reside senão nos momentos em que precisa tramitar documentos frente junto às autoridades migratórias. do mesmo modo, os nacionais não declaram sua moradia a não ser em situações pontuais.

No Brasil, uma conta de luz ou água com o nome é o certificado de sua localização para qualquer para expediente comercial ou demanda pública. O CPF tem se tornado a forma de localizar e da existência ao sujeito perante o Estado.

Isso tudo põe em relevo o fato de que as burocracias estatais não seguem uma lógica cartesiana segundo a qual a causas iguais correspondem conseqüências iguais. Por um lado, existe, como vimos no capítulo 2, uma crescente tendência à unificação das formas de identificar e localizar os indivíduos, no caso da UE, com um sistema de empadronamiento comum a todos os estados nacionais, a aplicação de uma política comum de vistos e uma tendência por parte dos governos nacionais a seguir as diretrizes das políticas migratórias consensuadas em um nível supra-nacional. Pelo outro, os estados têm encontrado soluções particulares para um problema que é inerente à existência do estado-nação, qual seja, a necessidade de conhecer e

controlar os sujeitos que habitam seu território.

A capilaridade do poder estatal que permite ao Estado localizar os sujeitos, saber onde eles estão e o que fazem, remete a uma forma de controle sobre os corpos dos indivíduos. No caso espanhol, esse controle se dá também no acesso aos serviços públicos e no direito à documentação. Não há como freqüentar uma escola, ter acesso aos serviços de saúde ou a qualquer benefício, sem estar *empadronado*; o primeiro documento que se lhe exige a um indivíduo para que possa tramitar sua carteira de identidade ou passaporte é o registro de *empadronamento*. Ou seja, não há como viver fora da esfera do controle do Estado.

7.2.3 – A burocracia para além de si mesma

John Torpey critica o que ele chama de uma visão meramente subjetiva da identidade, como a expressa por Benedict Anderson (2008) ao pensar os estados-nação como comunidades imaginadas; Torpey aponta a necessidade de se ter um Estado burocraticamente consolidado para poder ter acesso a uma identidade nacional. A identidade nacional estaria, em princípio, dada por um aprimoramento do Estado em “envolver” seus cidadãos, localizá-los e interpelá-los através de um conjunto de práticas de controle e proteção que resultam na capacidade de “penetrar” na vida das pessoas, fazendo assim alusão à conceição de poder de Foucault.

Para Torpey, o poder difuso não tem a mesma importância sobre a vida dos sujeitos que a constatação de uma nacionalidade tem através do controle que o Estado tem sobre os indivíduos. Diferentemente da visão foucaultiana de poder, e muito próximo da análise weberiana dos tipos de dominação, na visão de Torpey, é a institucionalização do poder mais do que sua ingerência na vida das pessoas que garante sua perpetuação.

Com o passar do tempo, os estados se reorganizam, cada vez mais delegando poderes e funções. Chegamos assim a um ponto chave na reflexão

sobre o controle do sujeito migrante, colocando-o lado-a-lado aos nacionais. Será que estamos falando de dois âmbitos separados de controle, uma outorgando e negando documentos, a outra pautando as formas de viver, trabalhar, vestir e andar dos sujeitos por parte da sociedade?

As observações do trabalho de campo sugerem que a concessão ou recusa de documentos a imigrantes estrangeiros está permeada pela premissa de que o migrante é alguém que precisa estar sob controle.

À época da pesquisa em Porto Alegre, a distribuição do espaço físico em que eram tramitados os documentos dos imigrantes nas dependências da Polícia Federal chamou-me à atenção. Um único salão de grandes dimensões dividido em duas partes com seus respectivos balcões servia para várias funções: No balcão da direita, os nacionais tramitavam seus passaportes para viajar ao exterior. No balcão da esquerda, a tramitação dos documentos de estrangeiro dividia o espaço com o controle e registro de armas. Nenhuma lei explicitamente determina a distribuição das tarefas dentro de cada dependência pública, mas a proximidade entre os cartazes “estrangeiros” e “registro de armas” parece obedecer a uma proximidade de significados; o balcão da direita liberava a saída, o da esquerda registrava e controlava aquilo que estaria incluído nas ameaças internas.

Por outro lado, a posse de um documento não se esgota em si mesma. Uma carteira de identidade ou um passaporte tem a capacidade de evocar, transformar e ressignificar os discursos sobre identidade, pertença, inclusão ou exclusão. O documento tem o poder de ampliar o campo discursivo, tanto pelo direito ao pronunciamento que confere ao sujeito –o documento confere existência ao sujeito, lhe dá a palavra- como pelo deslocamento de lugar de enunciação e, conseqüentemente, de paradigma, que ele implica. A pesquisa realizada para minha dissertação de mestrado revelou-me que a posse –ou a conquista- do documento era uma das perspectivas a partir das quais avaliavam sua experiência migratória. A obtenção de documentos implica passar de um “estar fora” a um “estar dentro” do estado-nação.

Assim, recusar-se a outorgar um documento implica negar ao sujeito

imigrante um lugar de enunciação⁸⁸. Em princípio, ele está fora da abrangência do Estado, mas não totalmente, na medida em que a distribuição de recursos baseia-se na existência de mais e menos humanos, reservando para os menos humanos lugares dentro do estrato social com os quais os mais humanos não querem ser identificados. O imigrante em situação irregular serve de paradigma negativo aos imigrantes em situação regular porém sujeitos a voltar à irregularidade devido, por exemplo, ao não pagamento de suas contribuições, como ocorre na Espanha. Por isso, o imigrante em situação irregular é necessário ao Estado. Isso faz também com que a completa negligência de suas necessidades básicas seja mais temida do que real e que o debate em torno dos direitos dos imigrantes irregulares aos serviços básicos – somente emergenciais - de saúde e à educação dos filhos nunca deixe de estar sobre a mesa. Na perspectiva do biopoder, a negligência não é uma falta de cálculo que resulta na exclusão de pessoas “inadaptadas” ou em situação migratória irregular. É, sim, a expressão de que algumas pessoas têm “humanidade” e são portanto, merecedoras de atenção, e outras não.

Nessa perspectiva também, a concessão de documentos implica a designação de um lugar de discurso dentro de um conjunto fechado de possibilidades. Fechado em função da hierarquização dos *status* migratórios. Residentes temporários, residentes permanentes e naturalizados têm direitos e vulnerabilidades diferenciados entre si e em relação aos nacionais, e, conseqüentemente lugares de enunciação individualizados. Isso não implica, entretanto, uma imobilidade. Ter documentos está em algum lugar entre uma concessão do Estado e uma conquista do sujeito, e o próprio trânsito de fora para dentro redundando em um acúmulo de experiências que o sujeito poderá reorganizar de forma a tensionar os limites de seu campo de possibilidades discursivas.

⁸⁸ Em minha dissertação de mestrado, mostro que um dos problemas mais freqüentemente mencionados pelos imigrantes diz respeito ao tempo que demorava a tramitação do documento e que em conseqüência, os forçava a portar o “protocolo”. O “protocolo” consiste numa tira de papel com uma foto e os dados necessários à identificação do portador. Oficialmente, ele tem valor de documento, mas na prática, ninguém o reconhece tal devido a sua aparência. Durante o governo de Aznar, do PP, os movimentos sociais espanhóis buscaram equiparar o espelho do DNI do estrangeiro ao do nacional e limitar o tempo que a administração podia levar para tramitar o documento, controlando e diminuindo assim o tempo em que os imigrantes tinham que portar documentos provisórios.

Isso aponta também as fronteiras e os limites da otimização no campo da relação entre sujeitos e a burocracia estatal. Se, de um lado, a nacionalidade do país de residência é colocada como o prêmio aos sujeitos que conseguem a integração plena à sociedade de acolhida, ela funciona também como o limite das possibilidades; há direitos que são reservados aos nacionais por nascimento, sobretudo no que diz respeito à vida política. No processo, o sujeito deverá mostrar que é flexível o suficiente para poder navegar tanto no âmbito da vida em sociedade como na esfera burocrática. A burocracia estatal “parece” manejar dois códigos. Coloco agora a ênfase em “parece” porque, se bem os critérios explícitos para a regularização, a transformação de um visto de residente temporário em um visto de residente permanente e a naturalização são meramente formais, a avaliação dos documentos apresentados, o tempo de demora e a decisão final escapam à vontade do postulante. Durante os processos de regularização e naturalização é elaborado um relatório sobre o candidato, mas os critérios e o conteúdo dele não estão a sua disposição, nem a dos pesquisadores. É assim no Brasil e na Espanha.

Estando em Madri, entrei em contato com um rapaz de Ghana que havia apresentado um contrato falso de trabalho elaborado pelo proprietário equatoriano de uma loja de roupas mediante o pagamento de dois mil euros. A solicitação de residência temporária foi-lhe negada com base no argumento de que o contrato não tinha as informações necessárias. No entanto, seu primo apresentara um contrato idêntico –eu vi ambos os contratos– e foi aceito.

Isso sugere que há caminhos dentro da burocracia que são desconhecidos a quem está de fora, e que transitar por eles é um exercício que leva algum tempo de aprendizagem e um deslocamento de perspectivas, um olhar por “cima do ombro” do burocrata. Nesse sentido, a flexibilidade necessária à otimização, não é apenas em tempo, organização e disposição para deslocamentos geográficos, mas também uma forma de desprendimento do lugar de enunciação adjudicado para um espaço intersticial onde discursos diferentes podem ser acionados situacionalmente. A arbitrariedade da burocracia tem sido tida e banalizada como “soberana” na admissão de imigrantes, como se a administração seguisse realmente uma lógica

“cartesiana” e fosse totalmente privisível, quando, na realidade, a relação entre sujeitos imigrantes –e também nacionais- e as instâncias burocráticas é também uma relação semântica, como o argumenta Herzfeld (1992).

As observações do trabalho de campo sugerem também que, embora não se possa negar o lado “envolvente” do poder de controle mediante a burocracia, esse poder não é um dado *a priori*. Se assim o fosse, seria muito mais fácil lidar com ele, seria escancaradamente autoritário e não provocaria grandes polêmicas. A simples pertença não implica uma forma única e imutável de sujeição, nem o controle por parte da burocracia estatal se limita à emissão de documentos. Não há dúvida que o poder sobre a concessão de documentos implica um cerceamento das liberdades dos sujeitos que os requerem, mas o exercício do poder e de controle pelas instâncias burocráticas não é apenas a instrumentalização de um conjunto de prerrogativas; mais do que isso, se trata de um entrelaçamento confuso de incumbências e imperativos que os sujeitos migrantes devem desenredar “situacionalmente”. Ou seja, na perspectiva do agente estatal, seja qual for sua função, ele mesmo está encarregado de manobrar uma situação conforme diretrizes frequentemente contraditórias entre si, ao passo que imbuído de uma autoridade que o coloca em uma situação, digamos por enquanto que vantajosa. Na perspectiva do sujeito migrante, ele precisa aprender os caminhos de uma burocracia obscura e, sobretudo, aprender a lidar com situações concretas que excedem as estipulações das leis.

Herzfeld (1992) pensa a relação entre burocratas e cidadãos como sendo atravessadas pelo universo simbólico de ambos. As instituições terminam se tornando balcões de negociação de significados baseados na representação que o burocrata tem do solicitante e vice-versa. Heyman (1995), por outro lado, em um estudo baseado em entrevistas aos funcionários do Immigration and Naturalization Service⁸⁹, na fronteira entre os Estados Unidos e México, pensa o trabalho destes como procurando tornar coesa a contraditória política migratória norte-americana, que combina uma

⁸⁹Instituição norte-americana responsável pela elaboração e implementação de políticas migratórias.

perseguição visível aos possíveis imigrantes mexicanos irregulares com ações que invisível porém eficientemente perpetuam a imigração ilegal. (Heyman, 1995). Ambos têm em comum o preenchimento de um espaço de controle onde a neutralidade burocrática, pensando a burocracia no sentido weberiano, como um lugar onde a pessoa detrás do balcão deixa espaço ao funcionário, não chega.

Entretanto, minha hipótese é que, como argumentei ao longo deste ponto, para além das contradições internas à burocracia e da permeabilidade desta aos universos simbólicos dos agentes individuais envolvidos, as instâncias burocráticas são lugares onde a “otimização” é legitimada como o ideal que deve nortear as vidas dos sujeitos.

Nesse sentido, mais do que agentes movidos por uma racionalidade burocrática ao estilo weberiano, os funcionários e agentes do Estado aparecem exercendo o poder dentro de um âmbito da vivência social que assim o permite e estimula. Isso não quer dizer que não exista uma racionalidade agindo como motor da máquina burocrática e repressora, mas esta não chega às pontas em estado puro, senão através de uma dinâmica relacional à que confluem um “habitus” institucional e um “momentum” civilizatório.

Na perspectiva do migrante, então, um conjunto de estipulações se sobrepõem. No convívio com outros imigrantes, com associações e com os mediadores, aprendem que é necessário discernir o alcance das leis da prática do agente. Vimos, no capítulo 6, como quase todos os mediadores em Madri têm, entre suas atividades, a implementação de oficinas de esclarecimento sobre a lei migratória, sobre as formas de obter documentos e, o que é mais interessante, sobre as estratégias e táticas que os migrantes devem aprender para lidar com a burocracia e com a polícia. Já em Buenos Aires e em Porto Alegre, este tipo de informação é transmitido individualmente, e os mediadores tendem a ser muito mais reservados quanto ao aconselhamento das práticas que os migrantes podem acionar frente à lei e à autoridade.

Veremos, nos três pontos seguintes, como é exercido o controle sobre os sujeitos imigrantes nos três contextos urbanos Porto Alegre, Buenos Aires e Madri. Veremos os papéis desempenhados pelo Estado, como as relações

mercantis e a otimização determinam percepções do fenômeno migratório e como os mediadores desempenham papéis ambíguos na conformação de fenômenos migratórios particulares.

7.3 PORTO ALEGRE

Olharemos para o primeiro contexto de pesquisa, para procurar melhor entender a invisibilidade do fenômeno migratório em Porto Alegre.

7.3.1 – invisibilidade e Estado

Em Porto Alegre, como vimos no capítulo 4, o fenômeno migratório, enquanto fenômeno social, se caracteriza por sua invisibilidade. Parte-se da ideia que problema de imigrante é do imigrante. Seja de trabalhadores dos países vizinhos, seja de estudantes, a imigração à cidade não aparece como um tema que mereça ser discutido nos âmbitos governamentais, apesar do número significativo de estrangeiros residentes temporária ou permanentemente na cidade, do tamanho da população e da sua situação geográfica. Somente os refugiados – afegãos e colombianos principalmente - têm alguma visibilidade enquanto categoria, mas a partir de uma experiência de acolhimento muito singular envolvendo instituições brasileiras que têm uma repercussão internacional na ajuda humanitária, não enquanto uma vivência direta da população. Há, em Porto Alegre, poucas organizações mediadoras e a literatura sobre as migrações contemporâneas na cidade é ainda escassa.

Na visão do CIBAI Migrações, o Estatuto do Estrangeiro é uma lei anacrônica que contraria Constituição Nacional de 1988, a qual outorga direitos iguais a todas as pessoas residentes no país. Ao dificultar a transformação de um tipo de visto em outro, joga milhares de pessoas na irregularidade. É por causa da rigidez do Estatuto do Estrangeiro que essas dificuldades são resolvidas ou mediadas caso a caso.

O custo elevado das taxas e a quantidade de documentos necessários

faz com que somente aqueles que podem pagar e têm trabalhos que permitem uma certa flexibilidade de horários possam se regularizar. Todo o trâmite é centrado na Polícia Federal e depende de idas e voltas do procedimento para Brasília.

Para regularizar o *status* migratório, a documentação exigida inclui certidão de nascimento, documento de identidade do país de origem, comprovante de rendimentos, comprovante de residência, certidões negativas de dívidas e de antecedentes criminais no estado de residência e na União, além do pagamento das taxas e do formulário de requerimento preenchido.

Toda essa quantidade de documentos nos leva a pensar no controle que o Estado brasileiro busca ter sobre os migrantes, o que se reflete também nos fatos de os trâmites, ao invés de serem da alçada meramente administrativa, devem ser feitos na delegacia da Polícia Federal e remetidos a Brasília e de que os cidadãos estrangeiros precisam manter esse órgão atualizado sobre seu domicílio.

Paradoxalmente, não há, como em outros países, um controle sistemático sobre a migração. Muito raramente a Polícia Federal vai em busca de estrangeiros em situação irregular na ruas no Brasil. Apenas quando alguém é denunciado ante a Polícia Federal por estar em situação irregular é que pode ser procurado e deportado. Assim aconteceu com Álvaro, um dos meus interlocutores em Porto Alegre, que foi denunciado por um compatriota e ex-sócio de negócios seu.

Também parece contraditório que, sabendo a Polícia Federal que o Cibai Migrações mantém um registro de todos os estrangeiros em situação irregular, nunca o tenham solicitado. Além do mais, sendo as fronteiras nacionais o lócus por excelência do controle migratório, parece estranho que existam alguns pontos de fronteira onde o registro da entrada ao país é, na prática, voluntário. É possível entrar e sair por alguns pontos da fronteira entre o Brasil e Uruguai sem mostrar os documentos, já que o posto de controle está dentro da cidade fronteira e, não há, como ocorre em outros países, controle sobre os passageiros dos ônibus que fazem o percurso até Porto Alegre. Esse tipo de controle nos ônibus somente ocorre quando a Polícia Federal faz

operações pontuais parando e revistando sacoleiros e carros de turistas que passam da quota de produtos importados comprados nos free-shops.

No entanto, considerando o estado do Rio Grande do Sul, esse afrouxamento do controle fronteiriço ocorre apenas na fronteira com Uruguai, com a exceção da cidade de Chui. o que leva a suspeitar que não se trate de uma falta de controle senão, ao contrário, de uma permeabilidade seletiva às migrações e, em tal caso, o controle estatal seria maior e mais diversificado do que supomos.

Jair de Souza Ramos (1996) conta como, durante a década de 1920, um plano nacional de incentivo à migração colidia com uma política de formação da nação que incluía um tipo específico de ser brasileiro. Um grupo de imigrantes negros norte-americanos, incentivados pela suposta democracia racial brasileira, teve suas perspectivas barradas não somente pelas questões de cor, mas também por potencialmente colocarem em questão esse acordo tácito sobre tal democracia racial.

É necessário não considerar o Estado como uma entidade uma que segue as mesmas diretrizes administrativas e éticas, nem como sendo homogeneamente permeado pelos discursos politicamente corretos da igualdade racial. Atualmente, seria não somente incorreto mas também punível qualquer atitude discriminatória por parte de um funcionário estatal ou qualquer política racial de imigração.

Se, durante boa parte do século XX, as políticas dos estados em relação à migração estiveram centradas na admissão de estrangeiros e nas questões de fronteira, atualmente essas preocupações dividem o foco das atenções com a problemática da permanência de imigrantes estrangeiros nos territórios nacionais. Os obstáculos à reforma do Estatuto do Estrangeiro e as dificuldades com as que os imigrantes se deparam ao querer transformar um tipo de visto em outro no Brasil não devem ser pensadas como uma “negligência” residual. Na perspectiva a partir da qual analiso as descobertas do meu trabalho de campo, tais dificuldades são o reflexo de uma noção hierárquica dos migrantes, segundo a qual somente aqueles que são “flexíveis” o suficiente para transformar uma forma de capital em outra poderão salvar as

dificuldades que representam as longas listas de documentos requeridos para a regularização, os altos preços das taxas ou a disponibilidade de tempo para realizar os trâmites e aprenderão a lidar com o valor simbólico dos documentos nas situações cotidianas⁹⁰.

Essa visão hierárquica das migrações se dilui num discurso sobre o Brasil como uma nação também marcada pelas hierarquias de classe. Quando os mediadores de Porto Alegre caracterizam o imigrante como pobre, no estão dizendo nada que deva ser contestado por nenhum setor da sociedade; afinal de contas, a maior parte da sociedade brasileira é pobre (embora nos anos recentes, a prosperidade econômica do Brasil tenha despertado o interesse por mão-de-obra estrangeira qualificada). O acionamento de um discurso sobre a pobreza dos imigrantes junto a uma política de alianças (4.1) é uma faca de dois gumes, na medida em que legitima essa hierarquia das migrações, perpetuando sua invisibilidade.

7.3.2 Os mediadores e a ética imigrante

A partir da década de 1960, as políticas de afirmação da identidade se espalharam pelo mundo. Até então, a negação das diferenças étnicas raciais e de gênero era a forma de sobreviver, entendendo como insolúveis as desigualdades atreladas ao afastamento dos padrões hegemônicos. Os movimentos e organizações da sociedade de base identitária adquiriram, a partir de então, formas e intensidades localmente diferenciadas. A partir da década de 1980, houve no Brasil uma intensa proliferação de organizações da sociedade civil, apliando pleitos que não tinham possibilidade de expressão durante a ditadura. Tais organizações têm se destacado por sua capacidade reivindicativa, sua heterogeneidade e sua penetração em diversos setores sociais. Através das mudanças constitucionais de 1988, tais pleitos se inserem

⁹⁰ Uma das minhas interlocutoras me disse, ao falar sobre o “protocolo”, “yo les ponía todos los documentos que habia traído de Uruguay junto com el protocolo. Viste que cuando más documentos mejor, más te creen”

na estrutura burocrática do Estado, o que tem propiciado um trânsito mais ou menos continuado de ideias e pessoas entre organizações da sociedade civil e Estado. De fato, não é nada incomum encontrar pessoas que se organizam socialmente a partir das funções que desempenham dentro da máquina burocrática estatal e, no caminho inverso, pessoas que passam a trabalhar nas dependências do Estado a partir de sua experiência de militantes de movimentos sociais e seu vínculo com a sociedade organizada⁹¹.

Chama, portanto a atenção que, sendo esse o caminho do reconhecimento no Brasil, e em Porto Alegre especialmente, a migração estrangeira esteja sub-representada e relativamente abandonada. Em Porto Alegre, as associações de imigrantes e os mediadores têm uma atuação muito tímida no que diz respeito à problemática migratória no contexto local e nacional. São, no entanto, consideravelmente endógenas, na medida em que seus escassos membros mantêm um controle bastante acirrado de seus componentes.

As associações de uruguaios vinculadas ao Frente Amplio e em alguma medida, as associações de peruanos e chilenos pautam condutas de comportamento. Uma ética migrante vinculada a questões políticas circula através delas. No caso das associações de uruguaios, configuradas a partir de uma militância partidária com posicionamentos políticos pouco inclusivos, faz com que para ser aceito na associação ou para que exista um diálogo com seus membros, os que se aproximam à associação, que são geralmente pessoas mais jovens que não tiveram as mesmas experiências de perseguição durante a ditadura uruguaia, tenham que adotar esse discurso como seu. Como isso raramente acontece, as mesmas pessoas fundadoras da CABU e dos comitês “La Redota” continuam sendo os únicos representantes da migração uruguaia em Porto Alegre. Isso se reflete também no atual Conselho Consultivo, também formado pelas mesmas pessoas e na pouca capacidade do grau de ampliação do quadro de participantes.

⁹¹ Ese trânsito é especialmente claro no âmbito das políticas raciais e de saúde. Assim o mostrou a pesquisa implementada pelo NACi e ACMUN e financiada pela UNESCO em 2006. (Cruz, Etcheverry, López e Viera, 2008)

Algo semelhante parece acontecer nas outras associações. Acabam ditando formas de “ser migrante” como condição de inclusão ao grupo ou associação. “Ser imigrante” implica não apenas ser “de esquerda”, mas adotar esse discurso político como forma de apresentação pessoal, combinando-o, sempre que for possível, a uma virtual condição de pobreza.

O CIBAIMigrações, que é o mais conhecido dos mediadores, tem como prioridade a regularização do *status* migratório. As outras atividades do CIBAIMigrações são assistências. Houve alguns ateliers de artesanato e atendimentos psicológicos, mas essas atividades foram logo interrompidas por falta de pessoas que as solicitassem e de profissionais dispostos a levá-las adiante de forma voluntária. Apesar de ser parte da Igreja Católica, o CIBAIMigrações possui poucos recursos econômicos, diferentemente de outras organizações da mesma congregação espalhadas pelo mundo, e especialmente da sua correlata em Buenos Aires, a FCCAM.

Sobretudo desde 2009, ano em que o Padre João Corso foi designado para outra tarefa na cidade de Rio Grande, o CIBAI Migrações tem mantido um discurso que prioriza compor alianças, seja com agentes da Polícia Federal, colocando-se na situação de facilitador do diálogo com os órgãos públicos, seja com o meio acadêmico. É por isso que, por exemplo, durante um dos períodos de anistia para imigrantes irregulares, os padres do CIBAI Migrações levaram uma máquina de escrever para o antigo edifício da Polícia Federal e, inicialmente fora do edifício, ajudavam os imigrantes a preencher os formulários. Algum tempo depois, eles já estavam dentro do próprio local, sentados nos bancos na sala de espera, preenchendo formulários junto com os imigrantes.

Assim, o CIBAI Migrações tem privilegiado buscar formas de conciliação em detrimento de denunciar que a migração não é apenas um problema do imigrante, senão uma questão nacional que merece atenção. Seu discurso não prioriza apresentar o fenômeno migratório como uma questão política ampla que deve ser debatida pela sociedade, concentrando-se na pobreza como uma característica intrínseca ao fato de ser migrante. Nesse sentido, e apelando a uma ética cristã às vezes explicitamente, mas não sempre, todo imigrante deve

reconhecer-se naquele sujeito pobre que um dia foi e pode voltar a ser, negligenciando o fato de que se trata de sujeitos capazes de elaborar um campo discursivo a partir de experiências individuais. A condição de pobre do imigrante parece se sobrepor às questões de gênero, à origem nacional ou étnica e às histórias pessoais anteriores ao deslocamento. Todo imigrante migra porque é pobre, e a identificação e compaixão com a pobreza são realçadas. Durante todo o trabalho de campo, em Porto Alegre e nas outras cidades, os imigrantes revelaram uma variedade de motivos para sair do país, e sobretudo, entendimentos diferentes do que é ser pobre. Entretanto, o migrante fica reduzido a alguém que está solicitando uma regularização migratória a partir de um lugar de pobreza, porque não tem como viabilizar seus vistos de trabalho.

A invisibilidade que caracteriza as migrações em Porto Alegre como um problema do imigrante não encontra uma ressonância nos discursos do CIBAI Migrações nem das associações de imigrantes, já que poucos se identificam com as formas como estas organizações se apresentam e os representam.

7.3.3 Otimização, pobreza e posicionamento político

Por isso todo o exposto acima, é através da invisibilidade dos migrantes que a otimização opera no Brasil, e em Porto Alegre em particular. O estrangeiro premiado com a integração é aquele que consegue transformar seu capital cultural de origem ou adquirido após anos de permanência no país em um capital social e/ou econômico de tal forma a ganhar visibilidade enquanto sujeito bem-sucedido. A suposta ampla aceitação do “outro” com base em uma paisagem e linguagem comuns que vimos no capítulo 2, além de se esbarrar em uma burocracia sólida, nivela por baixo. Em uma sociedade altamente hierarquizada como é a brasileira, dizer “você é igual a nós” soa mais a negação das características pessoais e das experiências associadas ao deslocamento do que a aceitação dos sujeitos portadores de uma vivência cultural e com a burocracia diferente.

A lógica burocrática acredita que os documentos que ela exige deveriam existir, no mesmo formato, em todos os países. Essa ideia de equivalências necessárias entre papéis não existe. Por exemplo, a carteira de identidade uruguaia tem prazo de validade, enquanto que a brasileira não. Isso faz, por exemplo, que um documento de identidade brasileiro possa parecer “muito velho”; outro exemplo podemos encontrar na existência, no Brasil do CPF, o qual não se corresponde a nenhuma outra forma de identificação nos países vizinhos. Outra diferença significativa está dada pela diferença no arranjo do nome no Brasil e nos países vizinhos. Nos documentos de países vizinhos, o último sobrenome corresponde ao sobrenome da mãe do portador, mas as pessoas são conhecidas pelo sobrenome do pai, o qual vem antes do da mãe.

A lógica burocrática absolutiza as regras como se fossem universais, tornando homogênea uma experiência que é crivada de incongruências.

Pesa sobre os sujeitos migrantes na cidade, um conjunto de caracterizações contraditórias entre si: espera-se que busque sua própria superação atendendo a padrões de como ser brasileiro e o faça sozinho, pois, sem negar os discursos sobre a solidariedade e acolhimento, é invisível enquanto portador de características que o colocam em patamares diferentes dos nacionais no que diz respeito aos problemas do cotidiano e à sua relação com as instituições nacionais

Por outro lado, e para dialogar com os mediadores, não lhe é permitido abandonar sua “pobreza”, e tanto o discurso cristão do CIBAI Migrações quanto o discurso político das poucas associações implícita ou explicitamente evocam-na como um referencial ao que é necessário se remeter constantemente; lembrar que se é imigrante alimentando dentro si uma lealdade ameaçada pela pobreza que pode retornar. Não se trata, neste caso, de uma qualificação de “pobre” por alguém menos pobre e em situação de definir o outro enquanto tal, como aponta Sayad (1991) em “A pobreza exótica”. De fato, com disse antes, o CIBAI Migrações não conta com recursos fixos como outras organizações dentro da Igreja. No caso das associações, mesmo que falem desde um lugar de “já estabelecidos”, e ainda quando reconhecem que estão formadas por profissionais, como é o caso da associação de peruanos, a conjuração de uma

virtual pobreza associada a uma crítica política confere-lhes o caráter de associação de imigrantes.

Não pretendo com isto negar a pobreza dos imigrantes, nem muito menos opor-me às críticas de ordem política. Defendo sim que, em Porto Alegre, o trabalho de campo mostrou que a retórica da pobreza, concebida como a falta dos recursos econômicos necessários, é uma decorrência dos obstáculos de ordem prática, como falta de documentos para encontrar um trabalho ou da dificuldade de comunicação; ou seja, é situacional mais do que estrutural e mobilizadora do fenômeno migratório. No caso do CIBAI Migrações, este discurso da pobreza imigrante parece mais a adoção de um discurso transnacional gerado a partir de uma visão das migrações como um fenômeno de massas, que não é o caso de Porto Alegre.

O Cibai Migrações sabe que a imigração também tem aspectos de reconstrução da vida, mas isso “não pega”, ou não mobiliza seus interlocutores preferenciais. Precisa despertar o compromisso do “outro” (imigrante) com a sua causa. A ideia é que quem ajuda a imigrante é imigrante, e que ajuda a imigrante também ajuda a Deus. No caso das associações de imigrantes, pobreza e visão política tornam-se o recurso que deve ser acionado para que o diálogo aconteça.

Em relação ao controle estatal, ele não aparece como uma política monolítica e esmagadora, como ocorre nas cidades europeias, por exemplo. Com o tempo o imigrante acaba descobrindo que o Estado em si é só um ente com quem vai lidar ao fazer trâmites burocráticos; mas que terá que driblar aquelas situações onde o poder chega “sem querer”. Talvez os funcionários de uma imobiliária, de um banco ou de uma loja nada conheçam sobre o Estatuto do Estrangeiro, mas aquele documento que não é brasileiro ou que sendo-lo, não tem cara de documento, não serve. Talvez estes funcionários pensem, como muitas outras pessoas, que “O Brasil acolhe a todos”, mas exigirá que apresente um comprovante de rendimentos oficial para poder alugar um apartamento, abrir uma conta bancária, comprar a crédito ou pedir uma linha telefônica. Ou seja, são exigidos documentos comprobatórios que estão fora do alcance do imigrante.

Mais do que através da burocracia sólida, é nessas situações cotidianas que a "otimização" atua de maneira a deixar contingentes fora do mundo dos estabelecidos. Como depende das pessoas locais ou já estabelecidas para levar adiante qualquer projeto, cabe então ao imigrante ampliar seu capital social. "Ser" para poder "se oferecer", e "ser" implica granjear-se a confiança dos outros. É só construindo um capital social que fará parte do universo local, e só o construirá se se forjar um lugar nele.

Como disse em 2.1, em Porto Alegre o "imigrante" só existe perante as organizações mediadoras em sentido amplo; para a burocracia estatal existe o "estrangeiro", um indivíduo que poderá vir a ser tornar brasileiro. A categoria social de imigrante remete às migrações fundadoras, constituintes do panteão nacional, sendo os imigrantes atuais "estrangeiros" que vivem no território nacional e invisíveis enquanto categoria social.

Nesse contexto, estamos frente a um conflito de normatividades: a construção do indivíduo enquanto sujeito imigrante em Porto Alegre passa pela aceitação de sua pobreza, e tal construção só ocorre perante os mediadores e a parte da burocracia que lida com as migrações. Já, a construção do imigrante enquanto sujeito individual, acontece no âmbito da sociedade como um todo e segue o caminho inverso; o "estrangeiro" deve se munir de capital social e, ainda melhor, econômico; será, então, reconhecido como um sujeito que teve uma trajetória que inclui a migração entre outras experiências, na medida em que seu capital social e seu capital econômico sejam percebidos como aquilo que o caracteriza. De outra maneira, continuará sendo aquele argentino ou peruano que mora no mesmo prédio que eu ou trabalha na loja da esquina. Atomizado, ele é reconhecido como uma exceção; como coletividade, ele é invisibilizado.

7.4 BUENOS AIRES

Nesta parte vou mostrar como a existência desse fenômeno social e o surgimento de uma categoria social de "imigrante" estão vinculados às formas

de constrangimento social que moldam a figura do imigrante na cidade de Buenos Aires.

7.4.1 – A otimização e a construção do sujeito migrante

Uma situação aparentemente banal despertou algumas suspeitas durante meu trabalho de campo em Buenos Aires. Entre as estações rodoviária e ferroviária de Retiro há um grande beco e, no fundo dele, um imenso galpão retangular de alvenaria com teto de zinco. A zona se caracteriza pela desorganização, uma grande quantidade de pessoas andam entre vendedores ambulantes de bijouterias e pequenas carroças de comida. O caminho que leva da calçada ao galpão é de chão batido. A não ser pelas pessoas que entram e saem com sacolas, nada indica que aquele edifício velho e descuidado alberga um camelódromo. Os *stands* oferecem roupas populares, aparelhos eletrônicos, acessórios e CDs. Os *stands* de música competiam entre si pelo domínio do espaço sonoro e os vendedores de roupa e aparelhos eletrônicos pelo espaço que ocupam fora de seus *stands*, atraindo clientes. Todos os vendedores e clientes eram pessoas com traços e sotaques andinos.

Andei pelos corredores, conversei com os vendedores sobre os produtos, os preços, mas a agitação do trabalho não deixava espaço nem disponibilidade por parte deles para conversar além de algumas frases fortuitas. De algum *stand* vinha música da banda Creedence Clearwater Revival, algo que destoava com o lugar e os outros ritmos. No meio da fila da esquerda, a uns trinta metros da entrada, o stand e a aparência do vendedor destacavam-se do resto. O rapaz de 22 ou 23 anos, era alto e combinava traços andinos com cabelos ruivos, características não demasiado raras em pessoas do departamento de Santa Cruz, no leste boliviano. Entretanto, foi o lenço palestino que levava enrolado no pescoço que me chamou a atenção. Vestia também uma jaqueta e calça de jeans. O lenço não é um acessório comum nem entre os migrantes andinos nem entre as classes mais populares da cidade. Pensei em apresentar-me e pedi-lhe uma entrevista, mas a música

alta e os fregueses não ajudavam; pensar em usar o gravador teria sido quase utópico. No entanto, vasculhei os CDs para ver que tipo de música vendia; eram todos cópias pirata, comprei dois, na tentativa de abrir espaço para uma conversa informal. Era efetivamente de Santa Cruz, estava em Buenos Aires havia dois anos, seguindo um tio seu. Um pequeno canto à esquerda estava reservado para os CDs de ritmos latinos; o resto estava ocupado por CDs de música internacional. Permaneci perto do *stand* uns 20 minutos; alternando entre os CDs e as roupas do *stand* vizinho. A maioria dos clientes via em busca dos ritmos latinos. No entanto, ele permanecia de pé, em uma postura “forçadamente relaxada”, à direita, do lado de fora do *stand*, junto aos CDs de música internacional e cantarolando algumas estrofes, ao invés de ficar sentado atrás das prateleiras, desde onde teria acesso a todos os CDs. A indumentária, a música que vendia e sua postura davam-lhe visibilidade naquele lugar onde predominavam as pessoas vestidas com roupas mais coloridas de lã ou algodão, posturas mais atentas à movimentação dos possíveis compradores e ritmos dos países dos vendedores e clientes.

Cenas como a que acabo de descrever não são do cotidiano, mas tampouco incomuns. Estava intrigado sobre o que havia levado aquele rapaz a esforçar-se em juntar um conjunto de elementos simbólicos na construção de uma imagem de si mesmo tão destoante do ambiente em que se encontrava. A forma de vestir, a postura corporal que assumia e a música com a que queria mostrar que se identificava, podiam ajudar a balizar seu caminho de inserção à sociedade portenha abrangente, mas naquele local colocavam-no em destaque, porém também em isolamento, com respeito aos outros vendedores.

A forma que ele adotou para fazer parte da sociedade portenha parecia passar então pelo acionamento dos códigos da classe média, os quais, por sua vez, apontam para a adoção de símbolos estrangeiros. Pode ser que o lenço palestino não seja mais do que um recurso estético de um setor da classe média rio-platense, mas de alguma forma ele evoca um conhecimento do mapa geográfico e político contemporâneo que se expressa através de uma estética também contemporânea. Não posso afirmar que a música que expunha fizesse dele alguém incumbido com os roteiros musicais transnacionais, pois não falei

com ele. Mas posso sim afirmar que aqueles elementos, juntos, faziam dele alguém que havia saído da Bolívia e estava disposto a transitar no mundo onde se encontrava pelo acionamento de vários símbolos de ampla circulação e locais. E para isso, parecia precisar de contrastar com local do mercado, marcando sua diferença. Havia sido “flexível” para aproximar-se da cidade de acolhida, mas não estava sendo suficientemente flexível para transitar em todos seus espaços. Por outro lado, devo ressaltar novamente que estávamos em um lugar de pirataria; estaria ele destacando-se dos outros pelo acionamento do universo simbólico portenho, exacerbando seu lugar de vendedor de CDs pirata ou ambos?

Em um estudo sobre uma oficina de teatro formada por imigrantes peruanos e nacionais argentinos em Buenos Aires, Canevaro (2006) mostra a tensão existente entre a capacidade e a dificuldade de adotar posturas e comportamentos que podem ser identificáveis com os valores da sociedade abrangente. O autor aponta também como é favorável ao imigrante estrangeiro apresentar características fenotípicas semelhantes às locais. Tais características propiciam, segundo se desprende da análise dos personagens que o autor faz, a adoção de posturas corporais, formas de expressão e uma identificação com as formas de trabalho e lazer da sociedade local. Em contrapartida, aqueles traços fenotípicos que identificam o imigrante com uma origem agem no sentido de colocá-lo de frente às suas origens.

Sem chegar ao extremo do determinismo pelo corpo ou por características da personalidade, é sim importante pensar em quais são os desafios que a adoção de uma postura otimizadora coloca aos imigrantes, na medida em que ela se constitui não apenas como um referencial de conduta senão também como um referencial estético. E isso nos leva a questionar qual é o espaço de agência que a perspectiva da otimização reserva ao sujeito.

Percebo então que não é a partir do nada que o sujeito “otimizado” se constrói. No caso do rapaz boliviano vendedor de CDs, a altura e a cor do cabelo podem haver sido elementos que o colocassem em destaque ainda na Bolívia, e que foram-lhe muito úteis na situação de imigrante. Sendo portador de um parâmetro de comparação com a sociedade abrangente, acrescentar

outros elementos simbólicos como a indumentária, a postura corporal e a eleição da música pode haver estado em algum lugar entre um ato meramente fortuito e uma intenção explícita de mimetização. E ainda assim, o que estaria ele mimetizando?

Sustento então que o paradigma da otimização nos serve para pensar as formas como o sujeito é levado a adotar não apenas formas de colocar-se frente ao mercado do trabalho, senão que, com base na perspectiva de Bourdieu da transformação de uma forma de capital em outra, nos serve também para pensar as formas de conduta, postura, linguajar e aparência que se tornam referenciais na convivência e na demonstração desse capital acumulado. No contexto portenho, a necessidade de aceitar essas normas torna-se mais evidente, não apenas porque as diferenças entre a realidade e as referências são maiores, senão também em função do estigma que coloca sempre o migrante na posição do suspeito, aquele que não tem vínculos primordiais com a cidade ou país, aquele que desobedeceu às normas do seu país de origem ao sair. De todas as formas, cabe ressaltar que pensar o fenômeno migratório e a construção dos sujeitos migrantes a partir da perspectiva da otimização tem, até o momento, trazido respostas muito aquém das questões que levanta.

7.4.2 – A construção de um fenômeno social

O fenômeno migratório em Buenos Aires, diferentemente de Porto Alegre, tem se construído como um fenômeno social. Isso se reflete em que o tema das migrações tem estado recorrentemente na agenda da política argentina e também tem um lugar nos debates sobre as questões sociais por parte da sociedade civil. Além disso, os acadêmicos têm dado atenção ao tema, tornando-lo também um tema de estudos desde diferentes disciplinas.

De acordo com Jelin e Grimson (2006), ao longo da década de 1990 a migração constituiu-se em problema social na medida em que o governo argentino acusava os “novos *inmigrantes*” de serem criminosos e causaram

desemprego, de contraposição às migrações dos países europeus que ocuparam a segunda metade do século XIX até a década de 1930 (Grimson e Jelin, 2006, p. 9). Esta oposição fica clara não pelas características das ondas migratórias em si, senão pelas formas diferentes em que o Estado argentino lidou com ambas. Assim o expressa Corina Courtis:

Si bien la inmigración transatlántica se apartó del ideal buscado, el inmigrante europeo quedó inexorablemente vinculado al crecimiento nacional y ha sido foco continuo de la legislación migratoria y de las políticas de fomento a la inmigración, incluso una vez agotado el reflujó de la inmigración europea de la segunda posguerra y ante la visibilidad adquirida, en la Región metropolitana de Buenos Aires, por una inmigración mucho menos voluminosa pero sostenida en el tiempo: la de los países limítrofes (Courtis, 2006, p. 182).

Já para Virginia Martinez Bonora (2008), a figura do imigrante ilegal surge na Argentina em 1963, com a assinatura do decreto 4805 que estabelecia que o regime de “*admisión, permanencia y expulsión de extranjeros*” (Bonora, 2008, p. 166), o qual foi pensado no contexto das políticas populacionais. Conforma se deduz do artigo da autora, o controle dos sujeitos migrantes teve início com estas políticas populacionais. A primeira vez que o estado argentino criou uma política migratória com fins populacionais foi em 1876. As levas migratórias europeias perduraram até 1830, mas, embora tenham sido tidas como constituintes da nação desde o início, elas foram também consideradas um fracasso; as políticas populacionais baseadas na imigração europeia objetivavam à formação de assentamentos rurais formados por pequenos produtores rurais europeus; entretanto, como estes não conseguiram competir com os latifúndios de mais longa data, esta migração pensada para ser rural acabou concentrando-se nas cidades.

Isso nos mostra que o sujeito migrante, mesmo quando desejado, não deixou ser objeto de controle, ao se encaixar dentro de políticas populacionais com objetivos determinados. Mas como foi que a migração *limítrofe* tornou-se um problema social na Argentina, em Buenos Aires em particular, na década de 1990 e continuou sendo-lo? Se a migração *limítrofe* foi uma realidade desde a década de 1950, porque foi somente 40 anos depois que ela veio ser tão visível? Por que o imigrante *limítrofe* passou a ser um sujeito de controle tão

visado? Como todos os problemas sociais, este não tem uma única resposta possível.

Courtis (2006. p. 169) aponta com mais exatidão que foi a persistência da lei migratória criada a partir da perspectiva da segurança nacional durante o governo ditatorial argentino em 1981, a chamada Lei Videla, que fez com que o fenômeno migratório adquirisse as dimensões que adquiriu enquanto um problema social, colocando os imigrantes em situação de maior vulnerabilidade e violando os direitos a todos os habitantes proclamados na Constituição Nacional. Na obra supra citada, Courtis nos traz também um relato pormenorizado dos sete projetos de lei que introduziram reformas na Lei Videla e da elaboração da atual lei de migrações, mostrando também que alguns desses projetos, assim como a criação e regulamentação da presente lei, foram um trabalho conjunto das organizações da sociedade civil e de alguns políticos.

Por outro lado, e apesar de todos os efeitos que uma lei pode ter sobre uma população, precisa-se de uma multiplicidade de atores sociais agindo ou não em consonância para que um problema social adquira grande visibilidade. Como mostrei no capítulo 5, há em Buenos Aires uma quantidade significativa de organizações de mediação, a participação de imigrantes em associações de bairro e a segmentação por gênero de algumas das organizações contribuem, em alguma medida, para trazer as questões relativas à migração para dentro dos debates sobre outras problemáticas sociais.

Alguns autores afirmam que houve um grande aumento dos fluxos migratórios dos países *limítrofes* e de alguns países centro-americanos na época da *paridad* do peso argentino com o dólar e que o número de imigrantes se manteve mais ou menos estável ou até diminuiu nos anos subsequentes. Desvinculado da *paridad* monetária, as migrações dos países africanos e do leste europeu parecem também haver aumentado. Já outros, como Alejandro Grimson (2006), afirmam que a porcentagem da população migrante em relação à população nacional se manteve estável ao longo das últimas décadas e que, de fato, a visibilidade das migrações se deve tanto a um rearranjo da distribuição da população como a uma mudança na forma como a população

local se vê a si mesma.

O certo é que tendo havido ou não um aumento da população imigrante, o imigrante *limítrofe* instalou-se no universo simbólico da cidade configurando uma categoria social. Os meios de comunicação de massa tocam o tema das migrações, os acadêmicos estudam as migrações, existem ONGs e igrejas trabalhando sobre as migrações e o Estado, como vimos acima, tem reservado um lugar na agenda para o tema das migrações.

À época em que realizei o trabalho de campo em Buenos Aires, o Estado argentino não exercia um controle sistemático nas ruas em busca de imigrantes em situação irregular, especialmente porque era a época de implementação do Plan Patria Grande. Alguns anos antes, um imigrante peruano em Porto Alegre que havia residido um tempo em Buenos Aires e disse haver sido detido na rua algumas vezes. A situação de vulnerabilidade frente ao Estado à época se dava mais no âmbito da venda ambulante, pela venda de produtos piratas mas principalmente, por vender em locais ou horários proibidos, e isso é de incumbência do governo municipal. Diferentemente de como ocorre em Madri, a venda ambulante em Buenos Aires não é uma ocupação apenas de imigrantes. Por tal motivo, o controle sobre a atividade não tem uma conotação de “caça aos imigrantes”. Além do mais, como disse anteriormente, sendo aquele um período de promoção da regularização migratória, uma busca por imigrantes em situação irregular careceria totalmente de sentido.

Geralmente, os discursos sobre o imigrante atravessam os diversos âmbitos da sociedade quase de forma intacta. Algumas apropriações são feitas e alguns conceitos são contra-restados, mas o campo discursivo gerado na interação entre discurso e contra-discurso é o mesmo, e o único que se consegue é tensionar seus limites.

Desde meados da década de 70, houve, na Argentina, o início de um processo de “onginização” semelhante ao do Brasil. Algumas organizações da sociedade civil já existiam e mantinham um discurso sobre Direitos Humanos. Como lembra Gabriela, de CAREF, à época não se falava em Direitos Humanos, e CAREF, que foi uma iniciativa das Igrejas protestantes para apoiar

os refugiados de Chile e Uruguai, foi uma das primeiras a adotar esse discurso. A outra foi o CELS, criado em 1979 para se opor ao regime ditatorial nacional. Como vimos no Capítulo 5, estas duas organizações, preexistentes à consolidação das migrações como problema social, já se inseriam em um circuito internacional de defesa dos Direitos Humanos.

Na segunda metade da década de 80, a região passava por grandes mudanças. Os governos militares de Argentina e Uruguai caíram em 83 e 85, o do Chile cairia em 90 e assim por diante. Internamente, o país estava se reorganizando para entrar nos eixos da “nova ordem mundial”. Argentina começava fazer parte do “primeiro mundo”, segundo declarou o Presidente Menem. Isso significava que estava entrando no circuito do consumo de bens materiais e culturais que o mundo de fora produzia e que, deveria começar a ter os problemas dos países do primeiro mundo: “como Alemania tiene los turcos, Argentina tiene los bolivianos” (Grimson, 2006). A lei Videla criada em 1981, ainda durante a ditadura, persistiu oficialmente como a lei migratória até criada a lei 28.715, e mesmo depois, durante todo o período em que sua regulamentação era discutida pelas organizações da sociedade civil e o Estado, os imigrantes na Argentina viviam em uma situação liminar, onde tanto uma lei como a outra podia ser aplicada em situações do cotidiano. Enquanto isso, o CAREF e o CELS davam novos rumos à sua ação pelos Direitos Humanos, e mantinham discursos diversos daquele da FCCAM –então CCAM– em relação às migrações. Não sei precisar exatamente quando o termo *discriminación* entrou no universo lexical portenho para designar a situação dos imigrantes *limítrofes*, mas certamente o fez da mão dos discursos pró Direitos Humanos e do surgimento das políticas de identidade. Hoje em dia, não é possível falar sobre migrações em Buenos Aires sem escutar repetidamente a palavra *discriminación*. Enquanto o imigrante é “pobre” para a FCCAM, assim como o é para o CIBAIMigrações em Porto Alegre, ele é *discriminado* para os órgãos defensores dos Direitos Humanos e para a academia, muito mais próxima destes do que das organizações da Igreja Católica.

Estava assim constituído o problema social das migrações, com um campo discursivo onde os diversos agentes recorrem a um conjunto mais ou

menos fechado de conceitos e de ideias para debater, mascarar, desvendar, defender e transitar entre os diversos aspectos do fenômeno e os posicionamentos adotados.

7.4.3 A ambiguidade da atuação dos mediadores

A denúncia da discriminação, ou exclusão, vai acompanhada de uma retórica a favor da inclusão. É assim que, depois de haver transformado o imigrante em causa de todos os problemas nacionais, para alguns setores da população, pelo menos, este passa a ser o sujeito que deve ser “integrado”. Isto não é exclusividade da Argentina, senão que a nível mundial a retórica da inclusão tem ganhado terreno, da mão novamente dos organismos transnacionais de defesa dos Direitos Humanos. Em Buenos Aires, inclusive aqueles que mantinham uma postura mais conciliadora – conservadora – passam a adotar uma retórica da inclusão; no caso da FCCAM, graças à sua parceria com a ACNUR. Vemos assim que o fenômeno migratório ganha uma nova cara, com os discursos dos agentes, incluindo o Estado, se deslocando em direção a uma perspectiva “inclusiva”. Assim o expressa Eduardo Domenech:

En la Argentina, después que la inmigración, especialmente aquella de carácter limítrofe, estuviera asociada en el discurso dominante de los noventa a las dificultades sociales y económicas del país bajo la noción de “amenaza” o “problema”, el discurso oficial actual muestra un giro significativo en el campo de las migraciones internacionales y la diversidad cultural, al instalar una retórica de la inclusión asentada en la perspectiva de los derechos humanos, la ciudadanía comunitaria y el pluralismo cultural (Domenech; 2007. P. 19).

Esta nova retórica da inclusão veio no contexto de uma retórica da aceitação das diferenças culturais; a Argentina passou a adotar o pluralismo cultural, e as antigas perspectivas assimilacionistas que visavam transformar todo imigrante em um argentino, como aconteceu com os imigrante europeus, deram passo a um discurso de uma Argentina multicultural. Nessa perspectiva, torna-se necessário “incluir” todas as culturas que compõem o leque da

população nacional. No entanto, como aponta também Domenech (op. cit, ps. 24-26), na realidade pouco muda, já que, mantendo-se as mesmas estruturas de dominação, a perspectiva assimilacionista persiste e predomina sobre uma visão integradora.

O termo *integración* passa a compor então o campo discursivo sobre migrações atrelado ao termo *segregación*, ou *discriminación*. Vejamos como o coloca Domenech:

En general, esta noción (integración) es utilizada como alternativa a la noción de asimilación y contrapuesta a la de segregación. Pero su uso conserva un sentido de "acomodación" y denota que la relación entre los inmigrantes y la sociedad de destino/recepción es entendida desde la perspectiva del consenso o equilibrio social. Así, acorde a la visión funcionalista, la "integración" es conceptualizada como una necesidad y un fin u objetivo que procura el consenso y define el orden social. (Domenech, 2007: 31)

Isso fica claro no trabalho das organizações de acolhimento a imigrantes. A categoria de *limítrofe* passa a compor um campo discursivo que acaba moldando o ingresso dos imigrantes no mercado de trabalho, e é por isso também que um uruguaio ou um brasileiro nunca são *limítrofes*. Os *limítrofes* são os peruanos, os bolivianos, os paraguaios, até mesmo os equatorianos e, em alguma medida, os chilenos. Não há um lugar designado no mercado de trabalho para uruguaios e brasileiros; os primeiros não são "etnificados", as semelhanças culturais, fenotípicas e de sotaque entre bonaerenses e uruguaios mais do que conferi-lhes uma invisibilidade que os prejudicaria, os protegem da alteridade. Os brasileiros, devido a sua escassa representatividade e ao fato de serem pensados em relação ao exotismo tropical, musicalidade e sensualidade (Frigerio & Lins Ribeiro, 2002), nunca representaram uma ameaça à branquitude.

Mas o *limítrofe* precisa ser *integrado*. Por isso são desenvolvidas oficinas, cursos de capacitação, e uma série de atividades objetivadas a ajudá-los entrar no mercado de trabalho. Todas estas atividades, entretanto, são destinadas a formar imigrantes para desempenhar funções como costureiras, encanadores, pedreiros, padeiros, marceneiros ou até babás e ajudantes do

lar. Ou seja, os imigrantes são treinados para desempenhar tarefas manuais e domésticas, nunca trabalhos que possam aproveitar ou desenvolver suas capacidades intelectuais ou comunicativas, nem mesmo sua própria experiência enquanto pessoas capazes de transitar entre culturas.

Apoian-se, além do mais, em estereótipos consagrados; assim, as mulheres paraguaias, consideradas doces e humildes, são boas para o cuidado de anciãos, enquanto que as bolivianas são boas trabalhadoras domésticas porque são humildes e falam pouco; as peruanas são também boas empregadas domésticas, com o acréscimo de que, por terem bons níveis de educação, podem ajudar as crianças nas tarefas escolares, o que é um importante ponto a ser considerado quando se trata de conseguir uma empregada para morar em casa. Bolivianos y bolivianas são também bons para o comércio, e eles são bons para a construção, já que estão acostumados às alturas.

Por isso, não é raro, segundo me foi revelado pelo Sr. Pablo Asa, advogado do CELS⁹², que as famílias de poder aquisitivo elevado viagem a Paraguai a buscar empregadas domésticas : *“porque las van a tener por mucho tiempo”*.

Tal superposição de características é perigosa por dois motivos. Primeiro, como lembra Giralda Seyferth (2005), ela ajuda na conformação de preconceitos. Também porque ela tem consequências concretas nas vidas das pessoas, especialmente no que diz respeito à segregação profissional e geográfica. Por outro lado, ela pode ser utilizada também pelos próprios sujeitos migrantes em seu favor. Como mostra Vargas (2005) em seu trabalho sobre bolivianos e paraguaios na construção civil, a associação entre uma origem étnica ou nacional, masculinidade, força física, coragem e respeito pelas hierarquias é um recurso acionado pelos migrantes bolivianos e paraguaios para o ingresso e permanência nas redes de trabalhadores da construção civil, já que estas aptidões os ajudam a encarar tarefas difíceis.

Quando ONGs como o CAREF acolhem e levam adiante projetos contra

⁹² Centro de Estudios Legales y Sociales

o tráfico de pessoas estão, sem dúvida, realizando uma tarefa louvável. No entanto, ao associarem seus projetos – e conseqüentemente seus discursos sobre o tráfico – a grupos étnicos diferenciados, estão também contribuindo para delimitar espaços de atuação, reforçando a inserção de sujeitos em lugares predeterminados de trabalho no universo das representações sobre o imigrante. Em outras palavras, reforçando preconceitos. Não existem, acaso, redes de prostituição nacionais ou firmas argentinas explorando a mão de obra de seus compatriotas e de estrangeiros? Por que, então, não são elas alvo das políticas de trabalho das ONGs e do Estado? Colocando esta questão em outras palavras: Desde que lugar de poder são caracterizadas estas redes de tráfico de pessoas e em quais discursos pré-elaborados estas ações contra redes localizadas se inserem?. Como aponta Fonseca (2005) ao discorrer sobre a obra de Wacquant, a denúncia fala mais sobre as pré-nociones do denunciante do que sobre as situações vividas pelas pessoas que pretende resgatar.

Não quero dizer com isso que os mediadores não devam denunciar, senão apontar que a denúncia pode facilmente escorregar e transformar-se em uma “constatação”, ou algum tipo de “conhecimento” sobre o “outro”. Daí que as condições e a linguagem que é utilizada, assim como os recortes que lhe são aplicados sejam de tanta importância.

Um novo discurso sobre uma nação multicultural é adotado em consonância com os discursos transnacionalizados sobre os Direitos Humanos, no contexto neoliberal também transnacionalizado, o qual não somente os estimula mas também os exige. Como me disse o Padre Mário Santillo: *“El gobierno argentino tuvo una ganancia a nivel internacional con esta ley de migraciones”*. Enquanto isso, as mesmas estruturas de poder são mantidas e reproduzidas.

Quando iniciou “Patria Grande”, surge também a figura do despachante. Os despachantes eram pessoas que se encarregavam de fazer os trâmites de regularização para os imigrantes, mediante pagamento. Muitos problemas e reclamações surgiram porque muitos destes novos agentes cobravam a taxa inicial mas não faziam os trâmites, fazendo os contratantes, geralmente

pessoas com baixo poder econômico, esperarem meses até descobrirem que nenhum documento havia sido tramitado em seu nome. O Estado argentino oficializou os despachantes, passando a manter um cadastro deles. Ao mesmo tempo, uma boa parte das ONGs e associações de imigrantes começaram desempenhar esse papel, PSF, AMUMRA, a FCCAM, eram algumas das organizações que tramitavam os documentos dos imigrantes. Isso não quer dizer que o despachante sem autorização tenha desaparecido do cenário, mas o que interessa é que na maioria dos casos, não era mais o imigrante que tramitava sua própria regularização. Uma das pessoas que entrevistei na OIM, me disse, ao elogiar a regulamentação dos despachantes: “ [...] *la mayoría de las veces, el inmigrante no tiene las condiciones intelectuales de hacer un trámite burocrático, por más simple que sea*”

A burocracia também fazia seu papel; os horários de atenção eram limitados e as informações nunca eram muito explícitas. Na parede de fora do edifício da Dirección Nacional de Migraciones estavam as informações de como obter documentos coladas na parede, mas o acesso às dependências não parecia tão fácil. Eu mesmo fui duas vezes aos escritórios da DNM antes de poder entrar lá, pois o horário de atendimento havia mudado e os guardas que percorriam o extenso terreno onde o edifício se encontrava não sabiam me dar as informações certas- A seguir trago o depoimento de María Elena, uma imigrante peruana, vendedora ambulante de produtos para culinária boliviana e peruana⁹³. María Elena falava com sotaque peruano porém misturando a forma rio-platense de usar os pronomes e conjugar os verbos:

Aparte de muchos trámites mucha gente, y a veces ellos mismos no le saben orientar. No le saben decir que es lo que tiene que hacer. Uno les hace una pregunta y dicen 'ah no lo se señora. No se, vaya a outro lugar a preguntar.' Pero como, si vos estas cá, se supone que vos tenés que dar me información para ver como puedo sacar el documento. 'ah no se. Lea que hay algunos carteles que están pegados por la pared. (entrevista realizada el día 17/11/08).

⁹³ Na realidade, María Elena não era uma vendedora ambulante, senão uma “cholata” da serra peruana que vendia todos os dias seus produtos em uma esquina frente ao shopping Center de Abasto. Como fazem as “cholitas”, montava com cuidado se posto de vendas na calçada usando caixas de papelão e madeira, banquinhos e outros suportes, cobrindo-os e uma parte da calçada com tecidos típicos dos Andes. Em seu posto de vendas podia se encontrar todo tipo de temperos, legumes e iguarias andinas.

Isto implicou um rearranjo das formas de controle; o Estado que controla o imigrante na rua cede parte de seu espaço de atuação a agentes – ONGs, associações, a Igreja, despachantes - que, se por um lado trazem um benefício concreto em situações pontuais, pelo outro contribuem para que todas as fichas permaneçam em seu lugar. O próprio Estado muda seu discurso sobre as migrações, cria uma lei em concordância com a constituição nacional e a Convenção da ONU para a defesa dos Direitos Humanos dos trabalhadores imigrantes e suas famílias, que é elogiada dentro e fora da Argentina, mas leva vários anos para regulamentá-la.

Nessa mesma perspectiva, os projetos contra a trata de pessoas e os cursos de preparação para o trabalho não se diferenciam muito do assistencialismo cru que eles mesmos criticam. O imigrante precisa permanecer no seu lugar, seja o lugar de subalterno, de vítima da pobreza de seu país, ou engajado em uma relação de vítima/vitimizador. Assim ele garante também um empregado confiável para nossos lares, financiamentos e um sentido de existência às ONGs e um espelho sobre o qual refletir nossos medos.

Os discursos sobre as migrações em Buenos Aires, portanto, trafegam entre abrir espaço e designar um lugar. O imigrante “otimizado” é aquele que consegue se desvencilhar dessas determinações; ele precisa ser “desculturalizado”, mostrar que tem capital intelectual para lidar com a burocracia e os despachantes, e, nos casos melhor sucedidos, conseguirá trilhar uma senda própria no mercado de trabalho. O caminho passa por munir-se de todos os elementos simbólicos que possam fazer dele um *porteño*. Muito provavelmente, seu lugar continuará sendo “o camelódromo”, mas, dentro daquele lugar, poderá exibir seu novo capital social como o troféu adquirido na interação com a sociedade abrangente.

7.5 MADRI

Como podemos ver nos capítulos anteriores, o fenômeno migratório em Madri tem a maior visibilidade dos três contextos estudados. Mais do que em Porto Alegre e Buenos Aires, o tema das migrações está presente no cotidiano da cidade; os meios de comunicação de massa, as conversas cotidianas entre vizinhos e familiares e os anúncios comerciais em algum momento passam, mesmo que fortuitamente, pelo tema da imigração. Ainda mais, o tema das migrações se entrelaça com outras agendas aparentemente distantes dele, como os direitos autorais, a regulação do trabalho doméstico, as manifestações artísticas e culturais e as questões de gênero.

7.5.1 Medo e controle: o encontro indesejado entre o migrante e a polícia

Comecei esta tese descrevendo uma *redada* policial das muitas que presenciei no bairro de Lavapiés e por toda a cidade de Madri. Escolhi descrever aquela *redada* em particular por uma confluência de motivos; foi a primeira que presenciei de muito perto, eu mesmo não foi abordado pela polícia como ocorreu em outras e, como estava iniciando meu trabalho de campo e meu primeiro contato com os discursos dos movimentos populares, os quais diferem em alguns aspectos discursos das ONGs e das agências oficiais de apoio a imigrantes, não havia iniciado. De fato, só iniciaria naquela tarde, com a entrevista que realizei a Raquel Cantos.

É importante levar isso em conta porque a denúncia do caráter racista das *redadas* policiais caracteriza a atuação e o discurso destes movimentos. Isso não quer dizer que algumas ONGs não o tragam à tona, senão que é o eixo principal em torno do qual se constrói o discurso e o trabalho dos movimentos sociais de base. Isso levou-me a entender, como aponte no capítulo 2, que os controles na rua eram uma referência a partir da qual se construiu o discurso da racialização das migrações em Madri.

Uma análise superficial apontaria que o migrante sente medo do policial por estar em situação irregular, quando este é o caso. Porém, ao observar mais atentamente a forma em que acontecem esses “encontros” indesejados pelo migrante, nos espaços públicos, podemos observar que nem o migrante nem o policial estão isentos de alguns condicionamentos. O medo que permeia a relação entre policial e migrante é de dupla mão - um sente medo do outro. Porém, o medo de ambos se apóia em construções identitárias diferenciadas que denunciam estratégias de controle também diferentes das que participam vários agentes sociais.

Se, como vimos no capítulo 3, a figura do migrante está associada a determinados perigos, é no seu corpo que estes foram inscritos, e é seu corpo também que o delata. “*Ser portador de cara*” é a expressão que meus interlocutores migrantes usavam para referir-se ao motivo da detenção na rua.

Como Dos Anjos (2007), sigo a sugestão de Foucault (1997) de que o conceito de raça está intimamente vinculado à biorracionalização da governança, ou seja, à administração da população e sua identificação como o ideal de nação⁹⁴, já que, segundo o autor, todo discurso imperativo é um discurso estético (Foucault, 2006). Nesse processo de controle da população, o corpo humano é onde se inscrevem as categorias de identidade social e espacial; fenótipos são associados a lugares de procedência e a lugares dentro do espectro social.

Dessa forma, como na Argentina, quando o imigrante surge na Espanha como uma nova categoria social, surge também como uma categoria racial. O africano e o latino-americano não são imigrantes por virem de além das fronteiras, senão por não serem brancos. Não trabalham na construção, no plantio de legumes ou no espaço doméstico por ser isso que eles sabem fazer, sino por serem *inmigrantes*. O *subsahariano*, o *árabe* e o *latino* na Espanha e o

⁹⁴ O debate sobre os conceitos de raça e etnia é longo na antropologia. Porém, como Dos Anjos (2007, p. 100-101), sustento que mais importante do que ater-se às realidades substanciais que esses conceitos designam é observar quais são os processos que ambos conceitos desencadeiam. O conceito de “raça” tem a ver com processos de construção identitária nacional baseada em fenótipos, por isso ele é aplicável neste contexto.

limítrofe na Argentina confrontam a brancura da Espanha que se esforça por ser “realmente europeia” e da Argentina que enterrou seus índios e seus negros fora dos limites das grandes cidades. Liliana Suarez (2007) mostra como, desde a entrada da Espanha à UE, seus processos identitários foram mudando de rumo, redefinindo novas fronteiras sociais internamente e para o exterior.

O imigrante vem imbuído de ameaças latentes, como vimos no capítulo 3. A própria condição de imigrante como alguém que abandonou seus vínculos torna-lo também traiçoeiro e imprevisível, alguém que vai tirar vantagem de qualquer descuido. É o “Lazarillo de Tormes”⁹⁵ da pós-modernidade. O policial sabe – foi informado – da ameaça que o migrante representa para a nação e deve controlá-lo.

As observações de campo mostraram que o perigo do qual está investida a figura do imigrante faz parte do repertório de discursos que os próprios imigrantes acionam sobre si mesmos. Durante um passeio pelo Parque del Retiro, em Madri, entrei em contato com um imigrante de Gâmbia que ensinava um homem espanhol a tocar um instrumento musical cujo nome não registrei no momento. Alguns minutos depois, chega um segundo rapaz, aparentemente compatriota seu, fala algo com o dono do instrumento em sua língua e este gritou de maus modos com o rapaz que havia chegado. Aquele que chegou por último foi embora e o rapaz de Gâmbia, notoriamente encabulado, desabafou dizendo algo assim: “*yo le he dicho muchas veces que se porte bien con los españoles, porque la policía nos quiere llevar a todos*”.

Sayad (1991) aponta que as representações da migração são compartilhadas pela sociedade de chegada, a de partida e pelo próprio imigrante. Não se trata, como mostrou o trabalho de campo, apenas do acionamento de um discurso sobre o migrante por parte do migrante, senão da incorporação de um sentimento de inadequação frente à cultura e à estética

⁹⁵ Personagem principal do romance picaresco espanhol homônimo e anônimo do sec. XVI. O termo “Lazarillo” designa um rapaz que serve de guia a um cego, e é isso que o Lazarillo de Tormes faz. O personagem principal do romance se aproveita da cegeira de seu amigo para conseguir mais esmolas e, ao mesmo tempo, roubá-lo.

dominantes e que coloca-o em situação de vulnerabilidade, frente à autoridade policial especialmente.

Não se trata apenas da vulnerabilidade que resulta do *status* migratório irregular. O corpo do imigrante o delata; ele é escuro, inadequado, e chama a atenção. A mochila contribui para identificá-lo ainda melhor (6.12.1) É no encontro com a polícia que isso fica mais evidente.

Por outro lado, e para além do *status* migratório, não devemos ignorar o medo que o aparato repressor do Estado infunde, não apenas nos imigrantes. O caráter ostensivo do policiamento e das armas, as indumentárias dos e das oficiais e até os requisitos físicos que devem ter para ser enviados nas missões de captura de migrantes não parecem nem um pouco inocentes. Escutei, ao longo do trabalho de campo em Madri, piadas e relatos de meus interlocutores que revelam a ambivalência dos sentimentos que a figura policial evoca. Frases como: “*Uno no sabe lo que le hacen si lo llevan, con todas esas armas!*” (Shatifa, comunicação informal – diciembre de 2009), o “*Allí (no CIES) pasa de todo y uno no sabe hasta que lo siente en la piel*” (Carla, entrevista, janeiro de 2010), ou ainda, como disse uma migrante equatoriana em tom burlesco: “*Si me van a parar que sean los de negro (a Policía Nacional), con esos cuerpiitos y esas ropitas justas están muy buenos*” (comunicação informal – abril de 2010).

O encontro entre o imigrante e o policial não tem um final previsível; trata-se de uma negociação durante a qual ambos procuram definir seus papéis. O polícia debate-se entre as ordens - frequentemente contraditórias entre si – provenientes de níveis hierárquicos mais elevados e as decisões dos sindicatos de polícia. Nos primeiros meses de 2010 houve em Madri uma grande polêmica sobre o caráter racializado das *redadas*. Pessoas em cargos diversos dentro do Ministério do Interior davam depoimentos diferentes sobre se os policiais recebiam ordens de prender não-brancos ou não e sobre se eles deviam cumprir uma quota de apreensões de imigrantes por mês para poder ter acesso a certos benefícios. O sindicato dos agentes de polícia entrou no debate admitindo que os agentes sim recebiam tais compensações e recomendando aos agentes não mais fazer *redadas*, contrariando as ordens

que recebiam

Do outro lado, o imigrante busca evitar ser levado à delegacia, porque sabe que de lá irá perante o juiz e que este poderá determinar seu internamento no CIES. Articulando seus conhecimentos sobre legalidade e regularidade e recorrendo às estratégias que aprendeu através da convivência com seus semelhantes e, principalmente, com alguns mediadores, ele deve usar todos seus recursos discursivos e performáticos para evitar ter que entrar na viatura. Junto aos mediadores aprenderam que a irregularidade migratoria “*no es un crimen; es una irregularidad administrativa*”, aprenderam que devem guardar todo tipo de certificado, papel, nota fiscal ou mesmo passagens de ônibus e metrô, para, caso for preso, poder pleitear o recurso do *arraigo*. Aprenderam também que a tecla de discagem rápida do celular deve estar programada com o telefone de um amigo ou de um mediador, que não deve carregar passaportes com vistos vencidos e que a *tarjeta sanitaria*⁹⁶ é sempre o melhor documento quando não se tem nenhum outro em regra.

Todas estas estratégias combinadas em uma atuação performática apropriada dirigida a convencer o policial que ele não é um perigo para ninguém, poderão, dependendo da situação, mantê-lo em liberdade por mais tempo.

O encontro entre o polícia e o imigrante mostra, portanto, que o poder capilarizado remete a mais de uma fonte, e que elas não são necessariamente concordantes entre si. O poder estatal não é uno, mas se apresenta como uno na figura do policial. Cabe ao imigrante pôr em evidência essas contradições – sem mencioná-las, logicamente - e usá-las em seu favor.

Enquanto isso, deverá ir moldando seu corpo, desvencilhar-se dos vestígios da migração, domesticando-o. As roupas devem ser as adequadas e as posturas menos expansivas. Só assim, poderá se apagar os sinais de movimento que a migração deixa na pele. Sé o imigrante deve ser um sujeito flexível para transitar entre culturas e preencher vagas de trabalho, deve também ser flexível o suficiente para aparentar não ser flexível e imprevisível.

⁹⁶ Cartão que é necessário apresentar para ter atendimento em um posto de saúde e para cuja obtenção é preciso estar *empadronado*.

O termo “integração” parece estar em desuso nas ciências sociais, mas ainda tem grande alcance no debate sobre os destinos dos imigrantes nas sociedades de acolhida, em especial na UE.

O que é que a integração significa e como ela funciona? Ela vai muito mais do que a regularização do *status* migratório ou de lhe conferir o *status* de cidadão naturalizado. A integração diz respeito principalmente ao corpo do imigrante, a como ele lida com seus movimentos, suas palavras; é necessário moldar a voz. O corpo do imigrante é, essencialmente, inadequado; o corpo delata.

O mais importante, entretanto, é que não se trata, como revela o trabalho de campo, da incorporação do discurso sobre o imigrante pelo próprio imigrante, sino também da subjetivação de um sentimento de inadequação frente à cultura e à estética hegemônicas, as quais colocam-no numa situação de vulnerabilidade frente à autoridade policial e que se estendem além do *status* migratório. Um exemplo bastante claro disso é a o depoimento de Rod da ASPM (6.12.1) sobre como a mochila levada por uma pessoa não-branca, acrescenta vulnerabilidade à cor da pele.

Os limites da “integração” e a hierarquização dos “integrados” ficam também evidentes quando é necessário fazer fila nos balcões de entrada dos aeroportos e de tramitação de documentos. Ao entrar ao Espaço Schengen ou, como pude comprovar, ao Reino Unido⁹⁷, pelos aeroportos, os cidadãos comunitários fazem uma fila diferente dos não-comunitários. O mesmo acontece nos balcões de trâmite de documentos em Madri, com o acréscimo de um balcão diferenciado para os romenos, embora a Romênia houvesse passado a fazer parte do Espaço Schengen um pouco tempo antes de iniciada a pesquisa em Madri. Como pudimos ver no capítulo 4, isso também ocorreu em Porto Alegre, onde os documentos de estrangeiros eram tramitados num balcão separado de onde os nacionais o faziam. Aprender qual é a fila que cada um deve fazer é também um aprendizado corporal, e isso fica claro também no fato de que as pessoas não costumam se dirigir ao interior do

⁹⁷ O Reino Unido faz parte da UE mas não do Espaço Schengen no que diz respeito à circulação de extra-comunitários nem da Zona Euro.

escritório para descobrir em qual fila devem entrar, senão que, se guiam pela aparência de quem está em cada fila. Assim o percevi quando eu tramitei meus documentos em Madri; as pessoas aguardavam em duas filas bem diferentes serem chamadas para entrar no edifício.

A integração chega então ao corpo pela pele, e uma parte dela na pele se esbarra. Lembro a fala de Sandro, meu interlocutor chileno: *“Nosotros siempre vamos a ser indios para los europeos, el africano va a seguir siendo africano. Ellos no reconocen la mezcla ni el mestizaje como nosotros. Es una esencia, ¿no?”*

7.5.2 O Estado e o imigrante entre duas águas

Uma das grandes polêmicas em torno do controle da migração em Madri diz respeito à aplicação dos direitos autorais. Uma boa parte dos migrantes em situação irregular na cidade e no país sobrevive da venda ambulante de CDs copiados no computador particular de algum amigo ou fornecedor. Até a aprovação de sua reforma, em junho de 2010, o Código Penal espanhol determinava que toda pessoa que fosse pega vendendo algum produto sem a autorização da associação de autores seria punida com uma multa, uma indenização a essa associação e prisão. Em princípio, o Código Penal se aplica indistintamente a nacionais e estrangeiros, mas somente estes últimos sobrevivem do *Top-manta*⁹⁸. Daí que, além de poderem ser presos e levados a um CIES por estarem em situação irregular, os migrantes podem ser presos também pela venda de CDs em uma prisão comum. Além da pena em si, o fato de terem em seu registro um processo judicial impede uma possível regularização migratória. Além do mais, a lei estipula que a indenização, que nunca é menor a vários milhares de euros deve ser paga antes da multa. O não pagamento da multa implica em um aumento do tempo de prisão, o que frequentemente eleva o período de encarceramento a vários anos.

⁹⁸ “*Top-manta*”, que literalmente significaria “acima do cobertor” é a forma “emic” de referir-se à venda ambulante.

As organizações associadas ao Ferrocarril Clandestino, principalmente a ASPM e Imigrapenal⁹⁹, assumiram a luta pela reforma dessa parte do Código Penal. Conseguiram, depois de lutas jurídicas e manifestações, que se retirasse a condena a prisão como castigo *a priori*, embora ela continue existindo se o imigrante não paga a indenização à Associação de Autores. Conseguiu-se também que a multa se aplique quando o valor em espécie for superior a 400 euros, o que foi, de fato, a maior conquista. Portanto, ainda existe o risco cotidiano de ser preso por sobreviver do *Top-manta*, em função também da repressão à venda ambulante.

No contexto da UE em geral, o controle do migrante através da burocracia não incumbe apenas à aplicação das leis migratórias. O caso acima mencionado é apenas um exemplo de como a soberania do estado-nação e o sujeito navegam em meio a duas águas. Apesar de que, em princípio, as leis de proteção à propriedade intelectual nada têm a ver com a imigração, seu campo de aplicação se sobrepõe parcialmente ao campo de aplicação das leis migratórias. Por um lado, embora as leis de propriedade intelectual possam sofrer adaptações locais, elas partem de um princípio de universalidade. Os estados podem negociar ou negar sua validade em casos pontuais, mas não sem prejuízo para seu poder de negociação no âmbito internacional. A universalidade da lei de propriedade intelectual resultou na criação da categoria de “pirataria”, aplicável a todos os produtos que são plagiados, copiados ou reproduzidos sem sua devida permissão e pagamento, em qualquer parte do mundo. A tal ponto ela consegue penetrar na vida de um estado-nação, que, como apontavam os defensores da despenalização do *Top-manta*, a punição pelo roubo de 20 CDs em uma loja é muito mais branda –apenas uma multa não muito elevada– que a venda dos mesmos CDs copiados sem autorização.

Do outro lado, a soberania do estado-nação também está entre parêntese perante as forças internas de reivindicação de direitos. Neste caso, sabemos que o questionamento da validade das leis de propriedade intelectual não se restringe ao âmbito nacional. Uma série de movimentos a favor de sua

⁹⁹ Imigrapenal é uma organização formada por três advogados da Univesidad Complutense de Madri em 2009 e tem como objetivo dar assistência legal a imigrantes em situação irregular tanto preventiva quanto perante o juiz e durante o período de detenção no CIES.

reforma e a elaboração de novas formas de definir a propriedade sobre a autoria aliam-se e reforçam as reivindicações de uma despenalização da pirataria como meio de vida e, ainda mais, como forma de difusão cultural.

Em segundo lugar, o caso mencionado acima nos mostra também como o empreendedorismo, qualidade de grande valor na perspectiva das políticas de otimização, em função da flexibilidade que implica, só é aceito dentro de alguns parâmetros. Não quero dizer com isso que os migrantes que trabalham como vendedores ambulantes, seja de produtos “pirateados”, comprados em lojas de atacado ou artesanais, sintam-se uniformemente enaltecidos e gostem de seu meio de vida tão autônomo. De fato, eles expressam seus sentimentos respeito ao tipo de trabalho que fazem em camisetas e cartazes com frases como: *“La manta es mi pan, despenaliza la manta”* ou *“no quiero vivir siempre de la manta, permite que me regularice”*. Uma peça de teatro estreada em junho de 2010 e apresentada em um teatro de considerável porte na capital espanhola intitula-se *“La manta no es mi sueño”*. Essa peça recebeu o apoio de vários setores da sociedade, inclusive alguns artistas, e foi um êxito de bilheteria. Entretanto, se olharmos para a venda ambulante em si, veremos que ela está sob constante tentativas de controle.

Encoraja-se aos sujeitos ao empreendedorismo, desde que eles se aliem e alimentem às forças do mercado convencional. O migrante, sujeito que carrega em si o estigma da falta de âncoras, é duplamente estigmatizado quando seu trabalho não é controlável, não pode ser taxado, fixado a um espaço de circulação definido e, sobretudo, enquadrado dentro do espaço jurídico que regula o trabalho.

Estamos assim frente a mais um paradoxo. Não é minha intenção fazer uma apologia da migração, mas não é difícil compreender que, perante a necessidade de apreender a lidar com essas forças contraditórias para sobreviver, as migrações estejam no centro dos debates políticos em tantos estados, e os migrantes se constituam, em função disso, ou em massa de manobra ou em bodes expiatórios durante as campanhas eleitorais na Espanha.

7.6 CONCLUSÕES DESTE CAPÍTULO

A imperatividade de controlar o sujeito imigrante vai muito além do controle nas fronteiras e dos balcões da burocracia. Políticas migratórias semelhantes são adotadas por diversos estados, como o mostra a reformulação das leis migratórias com base nas diretivas da UE nos estados da Europa e as novas leis migratórias elaboradas pelos estados do Mercosul. Fora do âmbito das burocracias estatais, há também uma transnacionalização das formas como o fenômeno migratório é pensado, e das formas de controle exercidas sobre os sujeitos que migram. Formas de pensar as migrações transitam de uma entidade à outra, organizando-se em torno dos discursos dominantes dentro de cada uma, porém em um constante jogo de forças que faz com que as formas de agir frente ao migrante por parte dos membros das ONGs, agências estatais e até mesmo associações de migrantes e movimentos sociais sejam, com frequência, notoriamente contraditórias com seus discursos.

A pesquisa de campo revelou que todos os atores sociais que a literatura poderia definir como terceiro setor constituem um universo bastante diversificado e mantêm relações diferentes com o Estado. Demonstrei que eles exercem alguma forma de controle sobre os sujeitos migrantes, exigindo formas de definir suas experiências migratórias e que as perspectivas de otimização e flexibilidade atravessam a atuação de todos esses agentes, mesmo quando seu discurso objetiva a mostrar o contrário.

Ao longo do trabalho de campo nos três contextos, percebi que as dinâmicas de otimização adquirem configurações identificáveis e situacionais; porém, agem sempre no sentido de moldar a subjetividade dos migrantes, conforme modelos preconcebidos de como os migrantes devem ser e se comportar. As burocracias estatais em geral e uma boa parcela dos mediadores empreendem e participam de programas de inclusão fomentados pelo Estado em parceria com as ONGs. Os programas de incorporação de crianças migrantes na escola, por exemplo, sustentam-se numa valorização do “multicultural” e, ao mesmo tempo, na ideia de que a “integração” dos

imigrantes á sociedade local deve ir pautada por uma transformação – otimização - desse sujeito.

O medo aparece assim como organizador das relações sociais. A necessidade de se proteger do “outro” tem como base tanto a construção do outro como ameaça como a construção das vulnerabilidades próprias. É por isso que não é suficiente fazer *redadas*, prendê-lo, submetê-lo a trâmites burocráticos. É necessário estar convencido do quanto isso tudo é necessário¹⁰⁰.

Vimos, no CAPÍTULO 1 que, em termos gerais, a exclusão de determinados setores da população não é mais uma decisão explícita de algum agente com capacidade de decidir que setores e indivíduos serão excluídos da “nação” e do âmbito da proteção estatal. Mais do que isso, o processo inverso acontece; parte-se da ideia que todo indivíduo pertencente aos setores não favorecidos da população está fora e que, dentre eles, alguns serão capazes de gerenciar seu ingresso ao mundo dos “estabelecidos”.

Vimos também que o controle do sujeito migrante se dá tanto pela via do controle direto sobre sua pessoa física, em associação com o controle das fronteiras nacionais e do *status* migratório dos migrantes já no território nacional, como através do controle da “penetração” (Torpey, 2000), marcando pautas de comportamento e postura como os caminhos para evitar a exclusão.

Assim, o “bom migrante”, um indivíduo flexível e otimizado, é o sujeito capaz de transitar entre a necessidade de se edificar enquanto sujeito independente, assimilando tudo que pode colocá-lo como alguém com vantagem nos mercados dos quais participa, e a necessidade de se manter como sujeito controlável, maleável e disposto a incorporar, para depois negar ou afirmar, um discurso sobre si mesmo que lhe é disponibilizado.

¹⁰⁰ Lembro de um encontro entre o presidente norte-americano Ronald Reagan e as crianças de uma escola naquele país, veiculado em um noticiário de televisão em 1982. O presidente falava às crianças sobre a “iminente” ameaça da invasão soviética: “*They’re so much ahead of us, we need to protect ourselves*”.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo desta tese procurei revelar os caminhos que percorri na tentativa de desvendar como os debates sobre as migrações se conjugam na atuação e discursos dos mediadores em três cidades, Porto Alegre, Buenos Aires e Madri. Isso porque considero que os mediadores são agentes fundamentais na construção de um campo discursivo sobre as migrações.

A discussão sobre o denominado “terceiro setor” tem estigmatizado e descorporificado quem são e como atuam os organismos de defesa dos direitos humanos, ora os colocando como um produto do neoliberalismo, ora como sujeitos interessados em ocupar espaços que não são ocupados pelo Estado. Nesta tese procurei, seguindo as pistas de Foucault, mostrá-los como uma parte importante das dinâmicas e tensões que atravessam a vida dos imigrantes e na atuação em redes que conectam diversos saberes.

Iniciei a primeira parte, apresentando a construção da pesquisa que resultou nesta tese, junto com os fundamentos teóricos nos quais estão baseadas as interpretações das descobertas do trabalho de campo. Seguidamente, mostrei quais são os acontecimentos e situações que limitam os discursos sobre a imigração, em torno dos quais são gerados os discursos que apresentei na seqüência e dos quais os mediadores irão se apropriar para afirmar, conferendo-lhes legitimidade, ou reformular, ampliando um pouco seu escopo, mas sem fugir de sua área de influência. A análise desses discursos mostra que, em termos gerais, os migrantes e as migrações entram no debate geralmente como um agravante de situações nacionais já existentes e que compõem os contextos onde foi realizada a pesquisa.

Na segunda parte, trouxe os universos da mediação nos três contextos urbanos estudados, revelando sua diversidade –ou, ao menos, uma parte significativa dela- e, simultaneamente, mostrando como as relações que são tecidas entre organizações de mediação –no sentido estrito- agentes do Estado, os lugares de ensino e pesquisa e associações de imigrantes servem de base à formação de “saberes” sobre a migração. Finalmente, no capítulo 7,

mostrei como todos estes lugares de enunciação, constituídos pelo Estado e pelo denominado “terceiro setor” são também lugares a partir dos quais é exercido o controle sobre o sujeito imigrante. Se, inicialmente, a principal preocupação foi a de entender as dinâmicas de interação entre os sujeitos migrantes e as realidades nacionais, à medida que o trabalho de campo ampliava-se para outros contextos, foi tornando-se evidente que a adaptação à vida urbana local está no centro das preocupações imediatas dos controles migratórios.

Todos estes discursos nos revelam, fundamentalmente, que a noção de que o imigrante é um “outro” que precisa estar sob controle permeia a percepção que se tem dele. O controle do imigrante é exercido fundamentalmente sobre seu corpo, e isso diz respeito aos controles sobre sua mobilidade - nas fronteiras e no interior dos estados, através do poder estatal capilarizado manipulado por uma diversidade de setores com seus respectivos saberes- e sobre as formas como ele deve se apresentar à sociedade. Por isso, o imigrante deve ser “integrado”, sendo a integração a forma de tê-lo sob controle.

Desde o início manejei um conceito bastante amplo de “mediador”. Considerei “mediadores” não apenas as organizações que trabalham a favor do imigrante, mas também todos aqueles agentes –sujeitos individuais e coletivos- que, de alguma maneira, elaboram e são portadores de um “saber” sobre as migrações e o migrante. Por ter-me debruçado especialmente nas formas como os discursos são reformulados e porque, de fato, uma gama de agentes exercem papéis de mediadores na perspectiva do imigrante, agentes individuais e coletivos que não se encaixam no perfil das organizações mediadores *stricto sensu*, como associações de imigrantes, emissoras de rádio, grupos de estudo e pesquisa e grupos de teatro formados por imigrantes, além das agências estatais, também entram na minha forma de conceber os mediadores.

Em outras palavras, o terceiro setor não seria um “produto” do neoliberalismo, senão um universo diversificado de agentes que produz discursos e cujo protagonismo e permeabilidade com a administração estatal

merecem ser observados mais acuradamente. Tais agentes agem no sentido de conformar, como vimos, um conhecimento sobre o “problema migratório”.

Ainda que considerando todas as particularidades locais e a diversidade de vocações dos mediadores, até um determinado momento da minha pesquisa, uma forma de discurso que chamei de “discurso mediador” (3.3) parecia constituir-se como um “modelo” de discurso para os mediadores e não somente para eles. Vale a pena lembrar, entretanto, que o “discurso mediador” não é um recurso de todos os mediadores nem seu uso se restringe a eles. O “discurso mediador” pretende-se contra-hegemônico, na medida em que discute uma boa parte das noções do senso comum sobre o imigrante e as migrações. No entanto, como já vimos, busca integrar sob a noção de uma cidadania pautada nas boas relações de vizinhança e do bem comum aquelas manifestações desse “outro” que podem ser bem acolhidas pela sociedade estabelecida, enquanto aquelas manifestações que não se encaixam dentro desse padrão ficam relegadas ao âmbito das não desejadas. Enfatiza na acomodação a uma forma de ser cidadão, um pouco nas bases de um sujeito universal e único e procura, na medida do possível, evitar os conflitos. Trata-se de uma forma de integração à sociedade local que está muito próxima da “assimilação”, mesmo quando esta última é criticada em favor de um suposto “multiculturalismo”. Diferentemente dos discursos que enfatizam os males da migração, o discurso mediador desculpa e justifica os imigrantes, transferindo as acusações para sua “cultura” e apontando o caminho para se livrar dos aspectos não agradáveis dela. Como deixa entrever a fala de Sagrario, minha interlocutora do ASTI San Lorenzo, não há nada contra os *ecuatorianos*, mas os costumes que trazem são responsáveis pelos problemas da convivência. Por isso, eles precisam de *clases de ciudadanía*. O “discurso mediador” não culpabiliza o imigrante enquanto sujeito, mas aponta para as deficiências de cidadania que vêm junto com sua cultura. Por isso também, o “discurso mediador” é inoperante em situações pontuais e acaba por dificultar o diálogo entre sujeitos.

Os discursos sobre os imigrantes e a migração que vimos no capítulo 3 de alguma maneira são permeados e, ao mesmo tempo, contrariados pelo

“discurso mediador”, na medida em que este procura evitar as acusações e apostar na “cidadania” do imigrante, em sua transformação em um *buen vecino*.

Nesse ponto é que emerge o conceito de “otimização”, trazido inicialmente por Foucault e melhor desenvolvido por Aiwha Ong. O imigrante otimizado saberá manejar esses discursos, aproximando-se do “discurso mediador”, afastando de si os traços que o relacionem a uma “cultura” e tornando-se um sujeito “flexível” capaz de recuperar dessa “cultura” apenas os traços palatáveis à sociedade de acolhida. Com base num conceito de mercado que extrapola as relações comerciais, estendendo a lógica do acúmulo de capital e da relação custo-benefício a todos os aspectos da vida social, o sujeito migrante otimizado tem a flexibilidade suficiente para transitar entre culturas, adequar-se aos mercados de trabalho e, sobretudo é flexível suficiente para acumular capital social, cultural e econômico e transformá-los um no outro, conforme as necessidades pontuais que se lhe apresentam, como na perspectiva de Bourdieu.

Foi também por debruçar-me sobre a adoção e reformulação desses discursos, por parte dos mediadores, que considerei a realização de uma pesquisa sobre o assunto como uma parte da dinâmica da produção desse discurso.

Como disse alguns parágrafos acima e em várias partes desta tese, houve um momento durante o trabalho de campo em Madri em que minha percepção do universo da mediação passou por uma transformação brusca. Foi no contato com as associações do Ferrocarril Clandestino, a ASPM especialmente, e a concomitante entrada da atuação policial no cenário onde eu havia construído o deslocamento enquanto experiência, que consegui dar um nome àquilo com que me sentia desconfortável em relação aos discursos dos mediadores. Foi então que percebi que havia um discurso mediador, que algumas organizações o adotavam com diversos matizes e que outras mantinham-se menos próximas dele.

Ao cabo de algum tempo, entendi que a proposta destas associações que procuram se afastar do discurso mediador, ou seja, aquelas que mantêm

uma postura mais crítica da maneira “politicamente correta” de pensar as migrações, se baseia na tensão entre a necessidade de transformar as formas de pensar a migração e as possibilidades de fazê-lo, perante o surgimento de acontecimentos e fatos pontuais, como as “*redadas*”, a possibilidade de introduzir uma mudança no Código Penal espanhol, o encarceramento no CIES, etc. As propostas dessas organizações apontam para uma ampliação do conceito de cidadania, conferindo ao sujeito migrante a possibilidade de aprender a lidar com as situações que enfrenta e com o sentimento de inadequação que resulta do encontro entre o imigrante e as noções éticas e estéticas hegemônicas mediante o acionamento de estratégias baseadas em seus recursos disponíveis e nos que pode vir a desenvolver. Isso significa que, de alguma maneira, estas organizações fixam menos o imigrante ao lugar do “outro”.

Entretanto, como vimos ao longo dos capítulos, nem mesmo essas organizações estão livres dos constrangimentos que os discursos sobre a migração implicam, e, em algumas situações, acabam reproduzindo-os. Contudo, é a propensão, a capacidade ou até mesmo a forma de organização que lhes permite refletir sobre sua própria atuação e adotar discursos menos “constrangedores” e inclusive reformulá-los. A descoberta dessa forma de atuação e discurso colocou em relevo algumas diferenças e transformações que havia percebido dentro dos universos de mediação de Porto Alegre e, principalmente, em relação a Buenos Aires.

Ao debruçar-me sobre meu trabalho de campo, minha tendência foi então, enquanto pesquisador, a de pensar o universo da mediação como estando pautado por dois grandes “modelos”. De um lado, um “modelo” de organização baseado no “discurso mediador” -aquele que está mais próximo do que é considerado “politicamente correto” ao falar em migrações- e uma concepção mais assistencialista da mediação, no qual a “integração” e a “otimização” seriam os parâmetros e os objetivos. Do outro, um “modelo” associativo, pautado pela convivência e o empoderamento dos imigrantes.

Esses dois “modelos” não seriam mutuamente exclusivos, na medida em que, a maioria das organizações de mediadores apresentam um pouco de

ambos e as diferenças entre elas, em termos de seu discurso sobre as migrações, aparecia mais como uma questão de aproximação e distanciamento de uma dessas duas formas de se pronunciar e agir.

Com o tempo e a convivência com os membros da ASPM e do Ferrocarril Clandestino, que foram aqueles que melhor encarnavam e me apresentaram primeiramente este “segundo modelo” de mediação, pude perceber que práticas e percepções sobre os imigrantes ainda próximas do que havia pensado como o “primeiro modelo”, permeavam o cotidiano da ASPM. Foi por estar mais próximo de estas associações que das outras, um pouco em função dos vínculos que mantinha com elas, mas também por haver percebido inicialmente nelas um rompimento com o “discurso mediador” que estas “reminiscências” -com todo o cuidado que o termo merece- de um modelo anterior de mediação tanto me incomodavam. Algumas práticas que cheguei a entender como extremamente “etnocêntricas” e “colonialistas”, coexistiam com um discurso sobre o empoderamento e a necessidade de que fosse o próprio imigrante quem assumisse a reivindicação de seus direitos.

Eu propus então a criação da lista de e-mails (6.10.1) como forma de incentivar a participação de todos de forma mais ampla e autônoma. Apesar dos argumentos contra essa proposta, ela concretizou-se e está em funcionamento. A utilização da lista de e-mails trouxe algumas surpresas interessantes, entre elas, que os imigrantes não hispano-falantes usavam, ou começaram a usar, as redes sociais em castelhano. Na perspectiva de alguém que se insere no trabalho de campo junto a uma associação como pesquisador e membro, o recurso a esse tipo de comunicação na língua local por parte dos imigrantes constitui, em função da temporalidade que lhe é inerente, um espaço de autonomia para o usuário, neste caso, o imigrante não hispano-falante principalmente. O imigrante não está, como na comunicação oral, recebendo uma aprovação instantânea de suas capacidades comunicativas nem sendo corrigido pelo seu interlocutor falante nativo da língua. Mais do que isso ainda, consegue imprimir no uso local da língua as marcas da apropriação da experiência de deslocamento, rompendo com a noção de que o imigrante é um ser de dois mundos, um no seu país de origem e outro no país de acolhida,

onde ele deverá ocupar o lugar que lhe é reservado.

Vale lembrar que dentro da ASPM, o imigrante vinha, de alguma maneira, desempenhar o papel do “vizinho”, alguém cuja presença e hábitos do uso do espaço público contribuía para a oposição às transformações pelas quais o “bairro” e a cidade estavam passando em função, supostamente, da adesão da Espanha à UE, e que eram indesejadas pelos moradores do lugar, especialmente, pelos membros da ASPM (6.10.2). Dessa maneira, o uso desses meios de comunicação contribui acrescentando uma apropriação da experiência migratória à forma de militância já elaborada para eles.

Na perspectiva do pesquisador/membro que adotara, o espaço de autonomia que a possibilidade de elaborar a língua espanhola para comunicação sem o constrangimento de interlocutores imediatos significa, em alguma medida, abrir um espaço para que o imigrante pudesse narrar sua própria história sem que ninguém lhe direcione seu texto. E, de fato, dado que a adoção dos meios de comunicação eletrônica não ocorreu de forma tranqüila na ASPN, implicou também uma reflexão sobre as próprias práticas da associação. Como vimos no capítulo 6, a ASPM caracterizou-se também por um espírito reflexivo que levou a que, num período relativamente curto, as questões que se colocava tivessem alguma repercussão em suas posturas em relação aos próprios imigrantes que a compõem. Isso significa que a associação é capaz de criar e recriar suas próprias narrativas, e isso é, de alguma maneira, fazer uma etnografia de si mesmo e reinventar-se.

Nesse sentido, para os membros da ASPM e do Ferrocarril clandestino, o passado deixa de ser algo que aconteceu e que não necessariamente explica o presente. A reflexão sobre as próprias práticas e a disponibilidade para transformá-las implica reescrever o passado, o presente e o futuro.

Em que medida essas reflexões sobre a ASPM e o Ferrocarril Clandestino me ajudavam a entender o resto do universo de pesquisa em Porto Alegre, Buenos Aires e Madri? Seria possível não “congelar” meus interlocutores em lugares de discurso fixos e assim, ao invés de trazer uma “fotografia” do universo pesquisado, apresentar as dinâmicas que ocorrem no universo da mediação? Era necessário “libertar” meus interlocutores de sua

situação de “outro”, para que fosse realmente um interlocutor, como sempre o concebera, e não um “nativo”.

A noção de “modelo” começou, então, a parecer pouco adequada. Percebi que pensar as organizações de mediação numa relação de distância e proximidade de dois modelos era, na realidade, obscurecer todo o dinamismo das relações que são tecidas dentro desse universo tão diversificado da mediação e, sobretudo, ignorar a capacidade de recriar “saberes” que resulta dessas interlocuções.

Em “Writing against culture”, Lila Abu-Lughod apresenta três estratégias para superar a distância que o conceito de cultura como um todo coerente, atemporal e discreto impõe entre o pesquisador e seu universo de pesquisa. Elas são: pensar em termos de discurso e prática, o que permite pensar os usos sociais, por parte dos indivíduos, dos recursos verbais e lingüísticos; prestar atenção às conexões entre o tema e o universo de pesquisa e o antropólogo que pesquisa e escreve sobre eles, e observar como os processos mais abrangentes em termos de espaço e tempo se manifestam e são reproduzidos localmente pelos sujeitos (Lughod, 1991, p. 147-157).

Foi isso que procurei fazer ao longo desta pesquisa e da escrita deste texto. Dessa maneira, foi possível lidar com a contradição existente entre qualquer entendimento do termo “libertar” e a noção de um poder capilarizado que penetra todos os lugares sociais e sob a pele dos indivíduos e que se manifesta no controle que eu percebia exercendo um constrangimento sobre os sujeitos migrantes.

Para concluir, eu disse no primeiro capítulo que considero o imigrante um exiliado, na medida em que nos fala de uma ruptura. Embora o próprio deslocamento geográfico implique uma diversidade de outros deslocamentos, a ruptura que as narrativas dos imigrantes trazem implícita é anterior ao deslocamento propriamente dito. Trata-se de um afastamento de sua sociedade de origem, de uma forma de conceber sua cidadania e as carências dela, de entender sua própria “pobreza”. Por isso, quando disse que muito se fala *do* e *pelo* imigrante, mas pouco ele fala por si mesmo, estou apontando para a necessidade do imigrante de escrever sua própria narrativa. Ao final das

contas, é para isso que ele optou por procurar uma cidadania da qual pudesse se apropriar, deixando para trás uma cidadania dada que percebe incompleta.

Dessa maneira de concebê-lo surge o interesse pelos discursos sobre a migração. À medida que o fenômeno migratório se torna um fenômeno social, proliferam os discursos sobre a migração, e as narrativas dos próprios imigrantes não somente se encontram atravessadas por eles, senão que, freqüentemente, as trajetórias pessoais acabam sendo descritas dentro dos limites de uma narrativa já existente, como apontei no caso de minha interlocutora Leonora, quem acaba “desafiando” esses limites falando sobre um futuro aberto e incerto (6.9).

O trabalho junto a organizações de caráter marcadamente militante me mostrou o valor do termo “empoderamento”, e ajudou-me entender, sobretudo, que dar a oportunidade de empoderar-se significa permiti-lhe elaborar uma narrativa sobre si mesmo. Para que o imigrante possa escrever seu próprio texto, é necessário que perceba o quão fundo os discursos sobre o imigrante calam sob sua pele; a partir de ali, poderá negociar e ressignificar sua própria otimização e construir aquele *otro mundo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD-LUGHOD, Lila. **Writing against culture**. In: FOX, Richard (Comp.). **Recapturing anthropology**. Santa Fe: School Of American Research Press, 1991. Cap. 8, p. 137-162.

ALTHABE, Gérard. **La construcción del extranjero en la Francia urbana**. **Alteridades**, México, v. 26, n. 13, p.115-120, 2003.

AMOROS, Mario et al. **La situación de las personas refugiadas en España. Hacia una nueva ley de Asilo**. Informe 2009 de la Comisión Española de Ayuda al Refugiado (CEAR). Entinema Madrid. 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2008.

ARAGON, Jorge et al. **Las políticas locales para la integración de los inmigrantes y la participación de los agentes sociales**. Catarata. Madrid. 2009.

ARAUJO, Sandra & PEDONE, Claudia. **Los labrintos de la ciudadanía , políticas migratorias e inserción de las familias inmigrantes latinoamericanas en España**. REHMU. Ano 16. Nº31. 2008. Brasília. 143-164. Semesral.

BADARÓ, Máximo. **La conciencia y la ley: la cuestión migratoria en la práctica de agencias estatales y organismos no gubernamentales en la ciudad de Buenos Aires**. In: GRIMSON, Alejandro; JELIN, Elizabeth. **Migraciones regionales hacia la Argentina. Diferencia, desigualdad y derechos**. Buenos Aires: Prometeo, 2006. p. 207-236.

BARRAL, Ana Inés. **Nuevas Miradas. Aportes de la perspectiva de género al estudio de los fenómenos migratorios**. In: COHEN, Néstor;

MERA, Carolina. **Relaciones Interculturales: Experiencias y representación social de los inmigrantes.** Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p. 84-105.

BARTH, Frederik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras.** In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyn. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth.** São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 187-226.

BARTH, Frederik. **A análise das culturas nas sociedades complexas.** In: LASK, Tomke. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 107-139.

BONASSI, Margueritta. **Canta, América Sem Fronteiras: Imigrantes Latino-americanos no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BONORA, Virginia. **Migración y racismo en Argentina.** In: INADI. **Investigaciones por la diversidad: Producción científica sobre la discriminación en la Argentina.** Buenos Aires: INADI, 2007. p. 163-193.

BOURDIEU, Pièrre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora: Contesting identities.** Londres: Routledge, 1997. 288 p.

BRAVO, Álvaro Fernandez; GARRAMUÑO, Florencia. **Introducción.** In: BRAVO, Álvaro Fernandez; GARRAMUÑO, Florencia; SOSNOWSKY, Saul (Comp.). **Sujetos en tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana.** Buenos Aires: Alianza Editorial, 2003. p. 11-28.

CANEVARO, Santiago. **Cuerpo, teatro y migración: Movilidad identitaria de jóvenes migrantes en Buenos Aires.** **Cuadernos del IDES,** Buenos Aires, n. 12, p.3-23, set. 2007. Disponível em: <http://www.ides.org.ar/shared/doc/pdf/cuadernos/cuaderno12_Canevaro.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2009.

CARDARELLO, Andrea & FONSECA, Claudia. **Direitos dos mais e menos humanos.** Horizontes antropológicos. Ano 5. Vol. 10. 1999. Porto Alegre. p. 83-121. Semestral.

CASTLES, Stephen. **Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social.** REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 35, n. , p.11-43, 2006. Semestral.

CERRUTI, Marcela. **Problemas de salud, utilización de servicios y conductas preventivas de los inmigrantes limítrofes en la Argentina.** In: ELIZABETH JELIN ET AL. (Argentina). **Salud y migración regional: Ciudadanía, discriminación y comunicación intercultural.** Buenos Aires: Ides, [2008]. p. 15-32.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. **Naturalizando a nação: Estrangeiros, Apolipse e o Estado Pós-colonial.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 7, p.57-106, 2001. Semestral.

COURTIS, Corina. **Hacia la derogación de la Ley Videla: la migración como tema de labor parlamentaria en la Argentina de la década de 1990.** In: GRIMSON, Alejandro; E (Org.). **Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos.** Buenos Aires: Prometeo, 2006. p. 169-206.

CRUZ, Simone et al. **Saúde da população negra como ação afirmativa: Estratégias de enfrentamento ao HIV/Aids na perspectiva de entidades do movimento negro na Região Sul do Brasil.** Porto Alegre: Metrópole, 2008. 165 p.

DELGADO, Manuel. **¿Quién puede ser inmigrante en la ciudad?** In: ACTIS, Walter et al. **Exclusión social y diversidad cultural.** Donostia: Tercera Prensa, 2002. p. 9-24.

DIOP, Ababacar. **Dans la peau d'un sans-papiers.** Éditions du Seuil. Paris. 1997.199 p.

DOMENECH, Eduardo. **Migraciones contemporâneas y pluralismo cultural en la Argentina:: el discurso oficial y las prácticas escolares.** In: JARDIM, Denise. **Cartografias da imigração: Interculturalidade e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. p. 19-46.

DOS ANJOS, Jose Carlos. **Raça, etnia e saúde sob uma perspectiva**

nominalista. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Olívio. **Etnicidade na América Latina: Um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 97-119.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 224 p.

ETCHEVERRY, Daniel. **Identidade não é documento: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas.** 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

ETCHEVERRY, Daniel. **A documentação de estrangeiros no Brasil: seus caminhos e significados.** In: JARDIM, Denise (org.) **Cartografias da imigração: Interculturalidade e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS (2007).

FELDMAN-BIANCO (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas –Métodos.** Global. São Paulo. 1987. 402 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987. 239 p.

FOUCAULT, Michel. **El nacimiento de la biopolítica: Curso en el College de France (1978-1979).** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

FRIGERIO, Alejandro e LINS RIBEIRO, Gustavo. **Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Esterótipos.** Petrópolis, Editora Vozes. 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, LTC. 2008. 1ª ed. 14 reimpressão.

GRIFFIN, Gabriele. **The uses of discourse analysis in the study of gender and migration.** 2007. Disponível no sítio web: <http://www.york.ac.uk/>

GRIMSON, Alejandro & JELIN, Elizabeth. **Introducción.** In: GRIMSON, 471

Alejandro & JELIN, Elizabeth (Orgs.) **Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos.** Prometeo Libros. Buenos Aires. 2006.

GRIMSON, Alejandro. **Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas en la Argentina,** In: GRIMSON, Alejandro & JELIN, Elizabeth. **Migraciones regionales hacia la Argentina. Diferencia, desigualdad y derechos.** Prometeo Libros. Buenos Aires. 2006.

GRIMSON, Alejandro & SEMÁN, Pablo. **La Cuestión `cultura´.** Etnografías contemporáneas, Año 1, 2005, (p. 11-20).

GUIRAUDON, Virginie. **De-nationalizing control: analyzing state responses to constraints on migration control.** In: GUIRAUDON, Virginie.; JOPPKE, Carl (Comp.). **Controlling a new migration World.** Routledge Londres. 2001. p. 11-23.

HERZFELD, Michael. **The social production of indifference. Exploring the Symbolic roots of western bureaucracy.** Chicago, The University of Chicago Press.1993.

HEYMANN, Josiah. **Putting power in the anthropology of bureaucracy. The immigration and naturalization service at the Mexico-United States border.** Current Anthropology. V. 16. 1995.

INGOLD, Tim. **Up, across and along.** Disponível no sitio web: <http://www.spacesyntax.tudelft.nl/media/Long%20papers%20I/tim%20ingold.pdf>

JARDIM, Denise. **Palestinos: As redefinições de fronteiras e cidadania.** Horizontes Antropológicos. Ano 9. Nº 19. p. 223-243. Porto Alegre. 2003.

JARDIM, Denise. **Trabajar de interna: o trabalho doméstico das imigrantes latinoamericanas e os paradoxos da regularização da imigração na Espanha de Zapatero.** Trabalho apresentado no congresso Fazendo Gênero 8. Corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008.

JELIN, Elizabeth. **Problemas de salud, utilización de servicios y conductas preventivas de los inmigrantes limítrofes en la Argentina.** In:

Salud y migración regional. Ciudadanía, discriminación y comunicación intercultural. Publicación del IDES. Introducción (ps. 7-141) Buenos Aires. S/D.

KOSLOWSKI, Rey. **Personal security and state sovereignty in a uniting Europe**. In: GUIRAUDON, Virginie & JOPKE, Christian (Eds.) **Controlling a new migration World**. Routledge. Londres; Nova Iorque. 2001.

LA PARRA, Daniel. **Violencia estructural y migración: las instituciones sociales en España**. In: HIDALGO, Francisco (Ed.) **Migraciones: un juego de cartas marcadas**. Ediciones Abya-yala. Quito. 2004. p. 233-256.

LEACH, Edmund. **Repensando a antropología**. Campinas: Perspectiva, 2001. 224 p

LÓPEZ, Laura. **“Que América Latina se sincere”**: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese de doutorado. PPGAS. UFRGS. Porto Alegre. 2009.

MANELETTO, Regina. **Análise das redes sociais – aplicação aos estudos de transferência de informação**. In: Ci. Inf., Brasília, v. 30, n.1. 2001.

MARTINEZ BONORA, Virginia. **Migración y racismo en Argentina**. In: **Investigaciones por la diversidad. Producción Científica sobre la discriminación en Argentina**. Publicación del INADI Ps. 163 - 192. Buenos Aires. 2008.

MARTINEZ LIROLA, Maria (Ed.). **Migraciones, discursos e ideología en una sociedad globalizada**. Instituto alicantino de cultura. Alicante. 2010.

MARINUCCI, Roberto. **Feminization of migration**. REMHU. Ano XV. Nº29. 2007. p. 5-22.

MERINO, Asunción. **Soberanía del Estado o derechos universales? La definición de la política migratoria española: dinámicas transnacionales en el ámbito nacional**. In SANCHEZ Juan Martin (org) **Con la frontera a cuestas. Cuatro miradas sobre las migraciones**

internacionales. Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Escuela de estudios hispano-americanos. Sevilla, Espanha. 2003.

MORAES, Alex. **Deslocamentos transnacionais no Cone-Sul contemporâneo: estudo antropológico dos discursos e práticas imigrantes em torno á diáspora uruguaia.** Monografia de Conclusão de Curso. Ciências Sociais. UFRGS. Porto Alegre. 2010.

MUGOI, Dulce. **O mito Atlântico. Relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas.** Dissertação de mestrado. PPGAS. UFRGS . Porto Alegre. 2006.

NEWLAND, Kathleen. **Circular migration and human development.** United Nations Development Program. 2009.

ONG, Aihwa. **Flexible citizenship: the cultural logics of transnationality.** Duke University Press. 2006 (1999).

ONG, Aihwa. **Experiments with freedom: Milieus of the human.** In: American literary history 18, p. 229-244. 2006.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty.** Duke University Press. Londres. 2007 (2006).

ORTNER, Sherry. **Geertz, subjetividad y consciencia posmoderna.** Etnografías Contemporáneas. Vol 1. Buenos Aires. 2005, (p. 11-20).

OTAZU, Mikel. **Los otros y nosotros: Imágenes del inmigrante en la Ciutat Vella de Barcelona.** Barcelona: Ministerio de Educación, 2002. 280 p.

PAJARES, Miguel. La inmigración en España. Icaria. Barcelona. 1998.

PISCITELLI, Adriana. **Transits: Brazilian women migration in the context of the transnationalization of the sex and marriage markets.** Horizontes Antropológicos. Special Edition. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2010.

PRATT, Mary Louise. **¿Por que la virgen de Zapapan fue a Los Angeles? Reflexiones sobre la movilidad y la globalidad.** In: Frenandez Bravo, A., Garamuño, F. & Sosnowski, S. (Eds) **Sujetos en Tránsito:**

Inmigración, exílio y diáspora e la cultura latinoamericana. Buenos Aires. Aianza. 2003.

SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización** Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica. 2ª ed. 2007. 275 p.

SAYAD, Abdelmalek **L'Immigration ou les paradoxes de l'identité** Bruxelas. De Boek Wesmael. S.A. 1991. 331p.

SAYAD, Abdelmalek. **A pobreza Exótica: A imigração argelina na França.** RBCS. N. 17, out. 1991

SEYFERTH, Giralda. **Migrações do passado e do presente: uma análise cruzando gênero, etnicidade e preconceitos.** Disponível em: www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos

SOUZA RAMOS, Jair **Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920.** In: M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, 1996.

SUAREZ, Liliana. **Rebordering the Mediterranean: Boudaries and citizenship in southern Europe.** Routledge. Londres. 2007. 259 p.

TORPEY, John. **A invenção do passaporte. Vigilância, cidadania e o Estado.** Temas e debates. Lisboa. 2003. 289 p.

URIARTE, Pilar. **“Perigoso é não correr perigo: experiências de viajantes clandestinos em navios de carga no Atlântico sul”.** Tese de doutorado. PPGAS. UFRGS. Porto Alegre. 2009.

VARGAS, Patricia. **Bolivianos, paraguayos y argentinos en la obra. Identidades étnico-nacionales entre los trabajadores de la Construcción.** Buenos Aires. Antropofagia. 2005. 120 p.

VILLAVICENCIO, Yolanda. **Hacia un movimiento social de la inmigración** In: JURADO, Romel. **El discurso político de los inmigrantes.** P. 21-54. Colección Cuadernos de Ciudadanía e Inmigración, AESCO, Madri, 2007.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Censo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre. 2004.

ZAPATA-BARRETO, Ricard. **Multiculturalismo y migración**". Editora síntesis. Madri. 2004. 287 p.

Sitios web visitados

<http://peronistahastalamuerteclaudio.blogspot.com/2010/12/macri-xenofobia-despues-de-menem-por.html>

http://es.wikipedia.org/wiki/Mercosur#.C3.81rea_de_libre_residencia

http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Extranjer%C3%ADa_de_Espa%C3%B1a#Evoluci.C3.B3n_de_la_normativa_espa.C3.B1ola_de_extranjer.C3

http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm#a

<http://www.iom.int>

<http://www.justiciaviva.org.pe/notibak/2005/08agosto/11/nota08.htm>

<http://www.cels.org.ar/cels/?info=detalleTpl&ids=6&lang=es&ss=133>

http://www.labandaderolando.com/detalle.php?nota_id=1049

<http://www.redmigraciones.org>

ANEXO 1 – Sobre a nova lei migratória argentina

Clarín.com 

Clarín.com » Edición Lunes 05.01.2004 » Opinión » Ley de Migraciones: los derechos de todos

TRIBUNA

Ley de Migraciones: los derechos de todos

La derogación de la ley de la dictadura y la sanción de una nueva norma es un paso adelante para la democracia y la integración social.

Hace pocos días, el Congreso nacional sancionó una nueva Ley de Migraciones. Desde 1983 la democracia argentina mantenía una grave deuda con el estado de derecho: continuaba vigente la ley de la dictadura, Nº 22.439, conocida como "Ley Videla".

El problema de la ley de facto no sólo estaba en su cuestionable origen, sino —y sobre todo— en su mensaje y contenido, en tanto **consideraba al inmigrante como un peligro** para la seguridad nacional y el orden público, establecía un mecanismo de control al margen del derecho y negaba el acceso a derechos fundamentales garantizados por la Constitución Nacional a todos los habitantes del país.

La ley derogada, mediante una lógica propia de esa dictadura militar, habilitaba a la Dirección de Migraciones y su policía auxiliar a ordenar y ejecutar detenciones y expulsiones de extranjeros, **sin ningún tipo de intervención o control del Poder Judicial, vulnerando las garantías procesales básicas.**

Esta situación se agravaba por la obligación que imponía aquella ley a todos los funcionarios y empleados públicos, de denunciar a los inmigrantes que no tuvieran residencia legal. Esta exigencia generaba una condición de **grave vulnerabilidad de los migrantes sin residencia**, en tanto los disuadía a no presentarse ante jueces, docentes, médicos y otras dependencias administrativas, ante el riesgo de ser expulsados del país.

Asimismo, la ley **negaba expresamente el acceso a derechos esenciales** como educación, salud y vivienda a quienes no contaban con residencia legal en el país. Ello, sin tener en cuenta que las principales causas de la irregularidad migratoria eran las **trabas impuestas por la propia ley**, los altos costos del trámite de radicación y los numerosos obstáculos burocráticos que imponía la Dirección Nacional de Migraciones.

La derogación de la "Ley Videla" representa también el fin de una etapa en la cual la democracia argentina hizo caso omiso a la gravedad de este problema ya que permitió no sólo la vigencia de la norma sino su continua y efectiva aplicación. Ello implica que los gobernantes de estas dos últimas décadas legitimaron el sistema establecido por aquella.

Incluso, durante los 90, el Poder Ejecutivo profundizó la lógica y el espíritu de la normativa migratoria, mediante el dictado de sucesivos decretos, particularmente a través del Reglamento de Migraciones sancionado en 1994. Esta política se vio a su vez acompañada por un fuerte discurso oficial que, recurriendo a criterios discriminatorios, pretendía endilgar a los migrantes la responsabilidad por la precarización total de las condiciones socioeconómicas de gran parte de la población, generadas por las políticas de ajuste implementadas en esa etapa.

Entre las más graves consecuencias de la aplicación de la ley se destacan la separación de familias, la negación a la atención del VIH/sida, la privación del acceso a la educación de miles de niños y las numerosas detenciones arbitrarias y expulsiones de extranjeros llevadas a cabo sin respeto por las garantías fundamentales.

La pervivencia de este tipo de leyes constituye una muestra clara de las dificultades del proceso de transición democrática atravesado por nuestro país. Por ello, la sanción de la nueva legislación migratoria representa un **avance hacia la consolidación del estado de derecho** en Argentina y el pleno respeto de los derechos humanos de todos sus habitantes.

Anexo 2 – Carta à ASPM

A los compañeros de la Asociación de Sin Papeles y del Ferrocarril Clandestino:

Hola! Como sabéis, estoy realizando un estudio para una tesis doctoral en Antropología Social sobre las inmigraciones en Madrid, Buenos Aires y Porto Alegre. Es un estudio comparativo que focaliza en los debates sobre inmigraciones por parte de las asociaciones de *inmigrantes* y organizaciones estatales y de la sociedad civil que les acogen, en el marco de las reformas de las legislaciones migratorias en España, Argentina y Brasil. La universidad donde he cursado todos estos años la licenciatura, maestría y doctorado es la Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sedeada en Porto Alegre. Allí hago parte también del NACi (Núcleo de Antropología e Cidadania), el cual se caracteriza por mantener un diálogo permanente entre la academia y las organizaciones de la sociedad civil. En Madrid, tengo un vínculo el departamento de Antropología Social de la Universidad Complutense.

En diciembre de 2009 me acerqué a la Asociación de Sin Papeles, buscando no sólo una aproximación con mi universo de investigación, sino también una forma de comprometimiento con un tema que me es caro, aunque fuese apenas por el tiempo que permaneceré en Madrid.. Personalmente, he experimentado la situación de vivir sin papeles durante varios años, lo que ha moldado, de alguna manera, mi aproximación al tema de las migraciones.

En cuanto a mi contribución directa a la Asociación y al Ferrocarril, ésta tiene que ver con la participación en los debates, en la organización de eventos y en las tareas en las que pueda ser útil. Me comprometo también a enviar la tesis que defenderé en los primeros meses del próximo año.

Pero hay otro asunto que me parece importante compartir con vosotros y que es un tanto más delicado. Como todos sabemos, siempre que se hace un

estudio, independientemente del área, se lo hace desde un lugar de producción del conocimiento que no es para nada neutro y es capaz de producir resultados que tampoco son inocentes. Sin embargo, pienso que la interacción entre la investigación y la participación puede ser provechosa para todos los involucrados en ella, desde que se realice dentro de determinados parámetros éticos, por cuestiones que van más allá de la participación puntual. Considero que la función de todo investigador social es la creación de herramientas para el mejor entendimiento de los fenómenos sociales, en este caso la inmigración y la participación ciudadana. Y ésta es, sobretodo, una función política. El investigador no está, o por lo menos no debería estar, libre de un compromiso con la realidad que lo envuelve y de alguna forma está siempre tomando partido.

Mi compromiso personal – y transferible – y, por ende, académico, es con la desconstrucción de aquellos estereotipos que son empleados en contra de la población que pretenden describir; que son manipulados para elaborar políticas restrictivas de la ciudadanía, y que fijan a las personas en lugares geográficos y/o sociales y les imponen rótulos y comportamientos que inhiben la construcción de un mundo más justo.

Es desde este lugar que estoy investigando las migraciones y desde el cual quiero participar de las actividades que se realizan en la asociación, hasta que regrese a Brasil el día 30 de junio, aunque probablemente vuelva a Madrid posteriormente.

Daniel Etcheverry

Anexo 3 manchete do jornal diagonal

periodico quincenal de actualidad critica

Diagonal

NUMERO 125
Del 29 de abril al
12 de mayo de 2010
Precio: 2 euros

● PANORAMA // FOTOS Y TESTIMONIOS DE LOS CONTROLES POLICIALES CONTRA INMIGRANTES

RUBALCABA MIENTE: SIGUEN LAS REDADAS

► Los controles asolan las calles, las plazas y el transporte público ► Juristas y asociaciones insisten en la ilegalidad de estas prácticas

● PÁGINAS 3 a 7



DÍA Y HORA
12/02/10 23:52H

Anexo 4 cuestionário da ASPM

Guion de observación de una situación concreta (control, identificación, detención) por extranjería (no hay delito o falta penal)

MARCA CON UNA X LA CASILLA CORRESPONDIENTE, ESCRIBE LA INFORMACIÓN ADICIONAL NECESARIA

Persona de contacto nombre/seudónimo, teléfono y/o correo .:

Localización:

- Fecha:
- Hora:
- Duración de la identificación:
- Población:
- Lugar (describir con detalle el lugar: en la calle, edificios oficiales y asociaciones cercanas, locutorio, estaciones de transportes, en un lugar de ocio, bar, ...):

- Situación de la/s persona/s identificada (antes de la identificación):

- con papeles: ()
- sin papeles: ()
- expediente de expulsión abierto ()
- expediente de expulsión firme ()
- devolución ()
- otros ()

Completar información si son varias personas:

- Apariencia física de la/s persona/s afectada/s (color de piel, otras...):
- ¿ Ha habido selección racial de las personas identificadas? Sí () No ()
- Describir de qué modo (si había otras personas "blancas" no identificadas, etc.):

¿Cuántas veces ha pasado por un control de este tipo o similar la persona identificada

- en el mismo día? ()
- en la misma semana? ()
- en el mismo mes? ()
- en el mismo año? ()

¿Cuántas veces ha sido detenido/a

- en el mismo día? ()
- en la misma semana? ()
- en el mismo mes? ()
- en el mismo año? ()

-Indica qué tipo de acción (A ó B, sólo una de ellas):

A .-Control *masivo* de identidad MUCHAS PERSONAS DETENIDAS A LA VEZ () Describir el lugar y lo que ocurría antes y durante el control:

¿La policía estaba persiguiendo o evitando algún delito? Sí () No () ¿Cuál? Si se conoce, describir:

Utilización de vehículos especiales (furgonetas...) () Describir:

Número aproximado de personas identificadas:
Número aproximado de personas detenidas:

B.- Identificación puntual. UNA O DOS PERSONAS DETENIDAS ()

Actividad realizada por la persona o personas en el momento de la identificación (describir):

¿La policía estaba persiguiendo o evitando algún delito? Sí () No () ¿Cuál? Si se conoce, describir:

Elementos de identificación presentados por la persona/s identificada/s (pasaporte, documentos oficiales, carnets, certificados, fotocopias...) especificar cuáles:

Estancia en la calle retenido esperando: No () Sí (): Duración: () Describir:

Traslado a comisaría: No () Sí (): indicar, si se sabe, a cuál:

Estancia en comisaría No () Sí (): Duración: () Noches: (1), (2), (¿más?)

Resultado:

Apertura de expediente de expulsión: ()
Propuesta de ingreso en el CIE: ()
Ingreso efectivo en el CIE: ()
Expulsión realizada: ()
Otros (describir cuáles):

.- **Valoración del trato policial** (en la calle, en comisaría...):

.- **Datos de identificación de la práctica policial** (con cautela para su obtención, se trata de facilitar la máxima precisión en la descripción de la situación observada, no de generar un enfrentamiento con la policía):

número de policías participantes (de uniforme y de paisano):
brigada, cuerpo especial, comisaría... a la que pertenecen:
número de identificación personal del policía:
otros datos relevantes para la identificación de la práctica policial (vehículos que intervienen,...):

.- **Otros datos que se consideren relevantes:** (comentarios de la policía, sobre "cupos" u otros, modo de actuación de la policía, valoración de la atención del/a abogado/a de oficio,...)

